

Estudo Técnico Preliminar 11/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08503.001195/2023-51

2. Descrição da necessidade

Contratação de prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, **MEDIANTE DEMANDA, SOB DEMANDA**, nos termos do **art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017**, de controle sanitário integrado de vetores (insetos que transmitem determinadas doenças como leptospirose, febre maculosa, micro plasma, bernes) e pragas urbanas tais como formigas, mosquitos, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, além de roedores e cupins, englobando desinsetização (incluindo caramujos africanos), desratização e descupinização, com o fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias.

Fundamento a contratação na necessidade de ter procedimento técnico, para eliminar as colônias e criar uma barreira química no ambiente, protegendo-o de novas infestações. Com o intuito de dirimir, ou no mínimo mitigar, os riscos financeiro, pois as infestações elevam o custo da dedetização; patrimonial já que o controle de pragas evita danos ao imóvel; sanitário, pois as pragas urbanas transmitem doenças; o risco operacional de parada das atividades fim da instituição, bem como colocar em risco as pessoas garantidas, servidores e colaboradores em risco de saúde, caso tal serviço não seja contratado.

Seguira as orientações do **MANUAL DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE ZOONOSSES NORMAS TÉCNICAS E OPERACIONAIS** - Brasília / DF • 2016; manual publicado em 14/06/2021 21h00 Atualizado em 30/06/2022 21h22; o presente Manual define as normas técnicas que nortearão as ações e os serviços públicos de saúde a serem desenvolvidos e executados no Brasil para a prevenção, a proteção e a promoção da saúde humana, quando do envolvimento de riscos de transmissão de zoonoses e de ocorrência de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Secretaria de Vigilância em Saúde. fonte: MANUAL DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE ZOONOSSES NORMAS TÉCNICAS E OPERACIONAIS - Brasília / DF • 2016 — Ministério da Saúde ([www.gov.br](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/zoonose/manual-zoonoses-normas-2v-7julho16-site.pdf/view)) <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/zoonose/manual-zoonoses-normas-2v-7julho16-site.pdf/view>

Justifica-se a contratação em função da necessidade de combate e controle sanitário integrado de vetores e pragas urbanas tais como formigas, mosquitos, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, além de roedores e cupins, englobando desratização, descupinização e desinsetização, nas dependências da Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo suas Unidades de Apoio e Delegacias Descentralizadas. Ainda, pela necessidade de combate à proliferação de possíveis focos de mosquitos, pernilongos e o mosquito da dengue (*Aedes Aegypti*), e qualquer outro tipo e praga indicada pelos órgãos competentes de ZOONOSE na esfera Estadual e dos municípios do Estado de São Paulo.

Justifica-se também pela contratação pela não existência de contratos vigentes, em virtude da necessidade imposta, para execução de combate e controle de vetores e pragas urbanas, visando a garantia de proteção no atendimento ao público e ao quadro funcional da Superintendência da Polícia Federal no Estado de São Paulo, suas Unidades de Apoio, e suas Delegacias Descentralizadas, uma vez que inúmeras enfermidades podem ser transmitidas através de insetos ou roedores contaminados, fator aumentado com as grandes circunstâncias climáticas extremas, faz-se necessário a abertura de um novo processo licitatório.

O serviço deve contemplar a utilização de métodos eficazes, de acordo com as normas regulamentares presentes no Termo de Referência, a fim de evitar a proliferação de pragas.

A CONTRATADA deverá realizar a desinsetização, desratização, descupinização e nos casos especificados desinsetização do caramujo africano conforme descrito abaixo:

- a) Aplicação Principal é o nome dado a cada uma das aplicações remuneradas pela administração. As Aplicações Principais deverão ter garantia de 6 (seis) meses contados da data da aplicação.
- b) Aplicação de Reforço é o nome dado a cada uma das aplicações realizadas nos períodos das garantias de 6 (seis) meses contados a partir de cada uma das Aplicações Principais. As Aplicações de Reforço não serão remuneradas pela administração, isto é, o seu custo estará previsto na Aplicação Principal.
- c) Aplicação Isolada é o nome dado a cada uma das aplicações realizadas, isoladamente, quando da detecção de qualquer uma das pragas controladas. As Aplicações Isoladas não serão remuneradas pela administração, isto é, o seu custo estará previsto na Aplicação Principal.
- d) Ao longo do período dos **24 (vinte e quatro) meses** do contrato inicial, a administração se comprometerá a solicitar, pelo menos, **2 (duas) Aplicações Principais (aplicação remunerada)** para cada unidade da Polícia Federal no estado de São Paulo. Caso entenda necessário, cada responsável local na unidade da Polícia Federal poderá solicitar até 4 Aplicações Principais (aplicação remunerada) para a sua respectiva unidade. A CONTRATADA deverá estar ciente de que cada um dos responsáveis pelas unidades, poderá optar por solicitar 2 (duas), 3 (três) ou 4 (quatro) Aplicações Principais (aplicação remunerada) para as suas respectivas unidades.
- e) Na primeira Aplicação Principal (aplicação remunerada) em cada localidade, a CONTRATADA deverá executar o serviço de forma a garantir a efetividade e eficácia do controle de pragas pelo período de 6 (seis) meses.
- f) Todas as aplicações deverão ser agendadas individualizadamente para cada Unidade da Polícia Federal no estado de São Paulo diretamente com o responsável da Polícia Federal na localidade. A CONTRATADA deverá ter capacidade para atender as datas solicitadas pelos responsáveis locais pelo menos em 6 (seis) locais diferentes simultaneamente, ou seja, caso seis unidades da Polícia Federal agendem a mesma data para a execução dos serviços, para qualquer das várias aplicações, a CONTRATADA deverá ter capacidade operacional para o atendimento.
- g) A CONTRATADA deverá estar ciente de que, ao longo de todo o período dos 6 (seis) meses da garantia da Aplicação Principal, ela deverá executar, se solicitada pelo responsável local, pelo menos 1 (uma) Aplicação de Reforço (aplicação não remunerada) para a desinsetização, desratização, descupinização e desinsetização do caramujo africano seguindo as regras de agendamento descritas nos itens acima.
- h) A CONTRATADA deverá estar ciente de que, ao longo do período dos 6 (seis) meses da garantia da Aplicação Principal, ela deverá executar, além da Aplicação de Reforço (se solicitada), Aplicações Isoladas (aplicação não remunerada) caso identificados focos locais de qualquer tipo de pragas a serem controladas.
- i) A CONTRATADA deverá estar ciente de que caso uma Aplicação de Reforço (aplicação não remunerada) solicitada por um responsável local não seja realizada no prazo de 40 (quarenta) dias da data solicitada, será efetivada glosa no valor de 30% (trinta por cento) do valor da Aplicação Principal (aplicação remunerada) a ser descontada na próxima Aplicação Principal (aplicação remunerada). No caso de não prorrogações contratuais, essa glosa será substituída pelo pagamento de GRU- Guia de Recolhimento da União.
- j) A CONTRATADA deverá estar ciente de que caso uma Aplicação Isolada (aplicação não remunerada) solicitada por um responsável local não seja realizada no prazo de 7 (sete) dias corridos da data solicitada, será efetivada glosa no valor de 10% (dez por cento) do valor da Aplicação Principal

(aplicação remunerada) a ser descontada na próxima Aplicação Principal (aplicação remunerada). No caso de não prorrogações contratuais, essa glosa será substituída pelo pagamento de GRU- Guia de Recolhimento da União.

k) Após cada Aplicação Principal (aplicação remunerada), a CONTRATADA solicitará ao responsável da unidade em que foi realizada a aplicação a medição do serviço executado para que este responsável ateste o valor emitido na nota fiscal. Só serão emitidas notas fiscais para as Aplicações Principais (aplicação remunerada).

l) Após cada Aplicação de Reforço (aplicação não remunerada), se solicitada, o responsável da unidade em que foi realizada a aplicação emitirá documento de aceitação do serviço. Esta aplicação não será remunerada conforme descrito no item (b) acima, não sendo permitida, portanto, emissão de nota fiscal para o serviço de Aplicação de Reforço (serviço não remunerado).

m) Após cada Aplicação Isolada (aplicação não remunerada), se solicitada, o responsável da unidade em que foi realizada a aplicação emitirá documento de aceitação do serviço. Esta aplicação não será remunerada conforme descrito no item (c) acima, não sendo permitida, portanto, emissão de nota fiscal para o serviço de Aplicação de Isolada (serviço não remunerado).

A CONTRATADA deve estar ciente de que em cada uma das aplicações realizadas deverá cumprir todo o controle de pragas definido neste Termo de Referência.

O serviço é enquadrado como contratação de prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar. Cujas justificativas apuradas foram:

Com o intuito de controle da execução, em virtude da amplitude do contrato, mantendo assim uma unidade de comando, disciplinando, com regras de fiscalização, e orientação ao conjunto de fiscais, entendemos a prevalência dos interesses gerais com a centralização da gestão do contrato. E assim reduzindo custos operacionais em todo percurso do procedimento licitatório, e com prazos maiores de contrato podem justificar uma maior agressividade da proposta, um maior interesse do mercado.

Trazendo assim a economicidade, firmando o comprometimento com os padrões de qualidade de execução do serviço, e de gerir adequadamente os recursos financeiros colocados à sua disposição; com isso a diminuição dos custos de constantes licitações, e por muitas vezes intempestivas, às pressas, urgentes, e por muitas vezes assoberbadas, o que não irá acontecer com um planejamento de longo prazo, onde a administração poderá ter uma visão sobre possíveis obstáculos ou cenários futuros de riscos, que com o devido planejamento serão dirimidos ou mitigados.

Sendo certo que temos prazos e métodos, os quais durante **24 (vinte e quatro) meses**, antes mesmo de qualquer prorrogação, servirão como referência para avaliação da administração, pelo interesse ou não pela prorrogação, verificando se o contrato atingiu seu objetivo, protegeu e ou valorizou a coisa pública, e ou atendeu o interesse público proposto em seu objeto.

Faz-se necessário adequação normativa de imediata de todos os documentos subsequentes, tendo em vista a **PORTARIA SR/PF/SP Nº 3329, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024**, SEI (34757651). Bem como o cumprimento das diretrizes constantes do **caderno de logística PESQUISA DE PREÇOS**, versão 1.0; março de 2024. SEI (08500.010526/2024-54).

Com o intuito de controle da execução, em virtude da amplitude do contrato, mantendo assim uma unidade de comando, disciplinando, com regras de fiscalização, e orientação ao conjunto de fiscais, entendemos a prevalência dos interesses gerais com a centralização da gestão do contrato. E assim reduzindo custos operacionais em todo percurso do procedimento licitatório, e com prazos maiores de contrato podem justificar uma maior agressividade da proposta, um maior interesse do mercado.

Trazendo assim a economicidade, firmando o comprometimento com os padrões de qualidade de execução do serviço, e de gerir adequadamente os recursos financeiros colocados à sua disposição; com isso a diminuição dos custos de constantes licitações, e por muitas vezes intempestivas, às pressas, urgentes, e por muitas vezes assoberbadas, o que não irá acontecer com um planejamento de longo prazo, onde a administração poderá ter uma visão sobre possíveis obstáculos ou cenários futuros de riscos, que com o devido planejamento serão dirimidos ou mitigados.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
UAEDI/SR/PF/SP	LINARIO JOSE LEAL JUNIOR

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Descrição dos Requisitos da Contratação

Na elaboração da descrição dos requisitos serão os seguintes itens destacados:

- Sustentabilidade
- Legislação Aplicável
- Subcontratação
- Garantia da contratação
- Vistoria
- Garantia do Serviço/Aplicação

Destaco novamente, que ao longo da execução a CONTRATADA deverá realizar a desinsetização, desratização, descupinização e nos casos especificados desinsetização do caramujo africano conforme descrito abaixo:

- a) **Aplicação Principal** é o nome dado a cada uma das aplicações remuneradas pela administração. As Aplicações Principais deverão ter garantia de 6 (seis) meses contados da data da aplicação.
- b) **Aplicação de Reforço** é o nome dado a cada uma das aplicações realizadas nos períodos das garantias de 6 (seis) meses contados a partir de cada uma das Aplicações Principais. As Aplicações de Reforço não serão remuneradas pela administração, isto é, o seu custo estará previsto na Aplicação Principal.
- c) **Aplicação Isolada** é o nome dado a cada uma das aplicações realizadas, isoladamente, quando da detecção de qualquer uma das pragas controladas. As Aplicações Isoladas não serão remuneradas pela administração, isto é, o seu custo estará previsto na Aplicação Principal.

d) **Ao longo do período dos 24 (vinte e quatro) meses do contrato inicial**, a administração se comprometerá a solicitar, pelo menos, 2 (duas) Aplicações Principais (aplicação remunerada) para cada unidade da Polícia Federal no estado de São Paulo. Caso entenda necessário, cada responsável local na unidade da Polícia Federal poderá solicitar até 4 Aplicações Principais (aplicação remunerada) para a sua respectiva unidade. A CONTRATADA deverá estar ciente de que cada um dos responsáveis pelas unidades, poderá optar por solicitar 2 (duas), 3 (três) ou 4 (quatro) Aplicações Principais (aplicação remunerada) para as suas respectivas unidades.

e) Na primeira **Aplicação Principal** (aplicação remunerada) em cada localidade, a CONTRATADA deverá executar o serviço de forma a garantir a efetividade e eficácia do controle de pragas pelo período de 6 (seis) meses.

f) Todas as aplicações deverão ser **agendadas individualizadamente** para cada Unidade da Polícia Federal no estado de São Paulo diretamente com o responsável da Polícia Federal na localidade. A CONTRATADA deverá ter capacidade para atender as datas solicitadas pelos responsáveis locais pelo menos em 6 (seis) locais diferentes simultaneamente, ou seja, caso seis unidades da Polícia Federal agendem a mesma data para a execução dos serviços, para qualquer das várias aplicações, a empresa deverá ter capacidade operacional para o atendimento.

g) A CONTRATADA deverá estar ciente de que, ao longo de todo o período dos **06 (seis) meses da garantia da Aplicação Principal**, ela deverá executar, se solicitada pelo responsável local, pelo menos 1 (uma) Aplicação de Reforço (aplicação não remunerada) para a desinsetização, desratização, descupinização e desinsetização do caramujo africano seguindo as regras de agendamento descritas nos itens acima.

h) A CONTRATADA deverá estar ciente de que, ao longo do período dos **06 (seis) meses da garantia da Aplicação Principal**, ela deverá executar, além da Aplicação de Reforço (se solicitada), Aplicações Isoladas (aplicação não remunerada) caso identificados focos locais de qualquer tipo de pragas a serem controladas.

i) A CONTRATADA deverá estar ciente de que caso uma **Aplicação de Reforço (aplicação não remunerada) solicitada por um responsável local não seja realizada no prazo de 40 (quarenta) dias da data solicitada**, será efetivada glosa no valor de 30% (trinta por cento) do valor da Aplicação Principal (aplicação remunerada) a ser descontada na próxima Aplicação Principal (aplicação remunerada). No caso de não prorrogações contratuais, essa glosa será substituída pelo pagamento de GRU- Guia de Recolhimento da União.

j) A CONTRATADA deverá estar ciente de que caso uma **Aplicação Isolada (aplicação não remunerada) solicitada por um responsável local não seja realizada no prazo de 7 (sete) dias corridos da data solicitada**, será efetivada glosa no valor de **10% (dez por cento)** do valor da Aplicação Principal (aplicação remunerada) a ser descontada na próxima Aplicação Principal (aplicação remunerada). No caso de não prorrogações contratuais, essa glosa será substituída pelo pagamento de GRU- Guia de Recolhimento da União.

k) Após cada **Aplicação Principal (aplicação remunerada)**, a CONTRATADA solicitará ao responsável da unidade em que foi realizada a aplicação a medição do serviço executado para que este responsável ateste o valor emitido na nota fiscal. Só serão emitidas notas fiscais para as Aplicações Principais (aplicação remunerada).

l) Após cada **Aplicação de Reforço (aplicação não remunerada)**, se solicitada, o responsável da unidade em que foi realizada a aplicação emitirá documento de aceitação do serviço. Esta aplicação não será remunerada conforme descrito no item (b) acima, não sendo permitida, portanto, emissão de nota fiscal para o serviço de Aplicação de Reforço (serviço não remunerado).

m) Após cada **Aplicação Isolada (aplicação não remunerada)**, se solicitada, o responsável da unidade em que foi realizada a aplicação emitirá documento de aceitação do serviço. Esta aplicação não será remunerada conforme descrito no item (c) acima, não sendo permitida, portanto, emissão de nota fiscal para o serviço de Aplicação de Isolada (serviço não remunerado).

A CONTRATADA **deve estar ciente de que em cada uma das aplicações realizadas deverá cumprir todo o controle de pragas definido neste Termo de Referência.**

5. Sustentabilidade

A empresa CONTRATADA deverá comprovar por meio de licença ambiental ou termo equivalente de todos os entes, que regulam sua atividade, dos três níveis de governo, sejam federais, estaduais e municipais, para que demonstrem sua capacidade de cumprir, aos moldes da lei, a contratação a qual se habilita.

A CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos no que tange aos produtos que serão utilizados na execução do serviço e às obrigações que terão de ser cumpridas:

Apresentar descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no **Cadastro Técnico Federal do IBAMA** e o respectivo Certificado de Regularidade do Fabricante no CTF;

Deverá adotar critérios de sustentabilidade nas obrigações com a CONTRATANTE observando os fundamentos legais constantes no **Decreto nº 7.746/2012, bem como a IN nº 1/2010 – SLTI/MP; Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES** a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.), Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências), RDC ANVISA Nº 52, de 22 de outubro de 2009 (Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências).

A CONTRATADA é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata;

Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

Como critério de aceitabilidade da proposta vencedora, serão exigidos do licitante que apresentar a melhor proposta, observada a ordem de classificação, os seguintes critérios de sustentabilidade, quando couber:

que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme **ABNT NBR –15448-1 e 15448-2;**

que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do **Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO** como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

que os bens não contenham **substâncias perigosas** em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); conforme determina a **Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ**.

que sejam obedecidas as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego; que sejam fornecidos aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços, e que haja fiscalização de seu uso, em especial pelo que consta da **Norma Regulamentadora nº 6 do MTE**.

6. Legislação Aplicável

A CONTRATADA não poderá contrariar as normas vigentes no país que norteiam a realização do controle de pragas e vetores urbanos, cabendo observar, basicamente, dentre elas:

Padrões de controle de qualidade internacional (ISO 9001:2008 para empresas controladoras de pragas), norma ABNT NBR 15.584, partes:1 – (controle de vetores e pragas/Terminologia), parte 2 – (controle de vetores e pragas - manejo integrado), parte 3 – (sistema de gestão da qualidade), bem como atender as recomendações da ABNT NBR 12809/1993, NBR12810/1993, RDC N.º 18/2000, RDC N.º 17/2010, NR06/MTE, RDC n.º 52/2009 Anvisa, Resolução INEA n.º 92/2014 para a emissão do comprovante de execução dos serviços prestados por empresas de controle de vetores e pragas urbanas, Lei estadual n.º 7806/2017, IBAMA (IN N.º 31/2009) que dispõe, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas e das outras providências, entre outras legislações pertinentes a este tipo de serviço;

Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013; 8.17.3. NR 6 – Portaria nº 3214, de 8 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho; 8.17.4. Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU;

Instrução Normativa nº 109 de 03 de agosto de 2006 do IBAMA que regulamenta o manejo e controle da fauna sinantrópica nociva;

Instrução Normativa nº 141, de 19 de dezembro de 2006 que revoga a IN 109 Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva;

Resolução RDC nº 326, de 09 de novembro de 2005 Repelentes - são formulações destinadas a repelir animais indesejáveis (sinantrópicos);

Os serviços deverão ser prestados em conformidade com a RDC ANVISA nº 52/2009 e os produtos utilizados deverão atender as normas contidas na presente resolução e não causarem manchas. Ademais, os produtos e serviços devem estar também em consonância a IN 01/2010 do MPOG e serem inofensivos ao meio ambiente e não tóxicos aos seres humanos.

Aos preceitos das normas técnicas da **ABNT** (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em especial:

NBR 15584 Controle de vetores e pragas urbanas.

Aos preceitos das **Normas Regulamentadoras NR, estabelecidas pelo MTE**, através de sua Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho SSST, vigentes e atualizadas:

NR 06 Equipamentos de Proteção Individual EPI;

NR 09 Programas de Prevenção de Riscos Ambientais;

NR 11 Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;

NR 15 Atividades e Operações Insalubres. às disposições legais da União e do Governo do Estado do Rio de Janeiro;

Aos regulamentos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo;

Às seguintes resoluções, instruções, leis e decretos:

RDC nº 339, de 07/12/2005, da ANVISA.

Dispõe sobre o uso de iscas em gel; RDC nº 52, de 22/10/2009, da ANVISA.

Regulamento técnico para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas;

Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

Lei nº 6.938, de 31/08/1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins, mecanismos de formulação e aplicação;

Decreto nº 96.044, de 18/05/1988, e Portaria nº 204, de 20/05/1997, do Ministério dos Transportes regulamentam o transporte rodoviário de produtos perigosos;

Decreto nº 7.746, de 05/06/2012. Critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal;

Decreto nº 2.657, de 03/07/1998. Promulga a Convenção nº 170 da OIT, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho.

7. Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, pois de acordo com Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração. Em conjunto com o § 2º Regulamento ou **edital de licitação poderão vedar**, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação. Conforme Lei de Licitações e Contratos Administrativos **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**.

Haja vista a quantidade de **informações sensíveis** de ambiente que a contratada terá acesso. Que sem o devido controle poderá colocar em risco a segurança orgânica.

Sendo assim concluímos pela **NÃO** autorização de subcontratação.

8. Garantia da contratação

No prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de **90 dias** após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

A modalidade **seguro-garantia** somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria, conforme **CIRCULAR SUSEP Nº 662, DE 11 DE ABRIL DE 2022**, que dispõe sobre o Seguro Garantia.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Será considerada extinta a garantia:

Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA a cumpriu todas as cláusulas do contrato;

No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

9. Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é **imprescindível**, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de **vistoria prévia**, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

A não realização da vistoria **não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.**

A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10. Garantia do Serviço/Aplicação

A CONTRATADA deverá garantir a imunização pelo prazo de **12 (doze) meses do termino do contrato**, ou até nova contratação de serviço idêntico.

Quando de **cada execução do serviço em cada local atendido**, terá o prazo de **06 (seis) meses** de garantia, ou seja, a **cada aplicação**, devendo, para tanto, executar tantas imunizações, a título de reforço, quanto forem necessárias neste período.

Relembro que a **Aplicação de Reforço** é o nome dado a cada uma das aplicações realizadas nos períodos das garantias de **6 (seis) meses** contados a partir de cada uma das **Aplicações Principais**. As **Aplicações de Reforço** não serão remuneradas pela administração, isto é, o seu custo estará previsto na Aplicação Principal.

Também recorro a **Aplicação Isolada** é o nome dado a cada uma das aplicações realizadas, isoladamente, **quando da detecção de qualquer uma das pragas controladas**. As Aplicações Isoladas não serão remuneradas pela administração, isto é, o seu custo estará previsto na Aplicação Principal.

A CONTRATADA encaminhará ao **Fiscal do Contrato**, após a execução do serviço, juntamente com a documentação de cobrança, certificado de garantia referente a cada local imunizado.

As solicitações para reforço em garantia a que alude serão efetuadas pelo Fiscal do Contrato e deverão ser executadas pela empresa em até **10 (dez) dias úteis, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.**

Serão utilizadas garantias legais e garantias contratuais.

11. Levantamento de Mercado

O levantamento do valor de mercado estipulado para o serviço, também compôs o **estudo mercadológico**, foi realizado através da utilização de valor médio obtido entre três preços unitários encontrados após realização de pesquisa no **portal Painel de Preços**, conforme preconizado no **art. 5º ,I, da IN/ SEGES nº65 de 07 de julho de 2021**. Simultaneamente o portal, ora citado, serviu de fonte de captação de dados, para o estudo.

Em virtude de nossas pesquisas, após análise crítica, entendemos que o objeto deste **ETP** são **SERVIÇOS COMUNS**, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e legislação própria, bem como as anteriores licitações com o mesmo objeto já realizadas nesta **SR/PF/SP**, haja vista o princípio da continuidade da administração pública, todos estes itens compuseram este estudo.

Novamente, por intermédio de pesquisas, estudos e análises, para dar a solução ao Estudo Preliminar, solução ora descrita ao longo do todo o texto, elaboramos os seguintes documentos, conforme tabela, todos anexos a este ETP, que são:

Anexo XII	AREA DE COTAÇÃO.pdf
Anexo XIII	AREA E PERIODICIDADE.pdf
Anexo XIV	AREA PERIODICIDADE E PENALIDADES.pdf
Anexo XV	COTAÇÃO COMPLETA EXECUTADA NO COMPRASNET.pdf
Anexo XVI	COTAÇÃO RESUMIDA EXECUTADA NO COMPRASNET.pdf
Anexo XVII	DESCRIÇÃO GLOBAL.pdf
Anexo XVIII	MAPA COMPARATIVO COM CONTRATO ANTERIOR.pdf
Anexo XIX	MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS.pdf

O **estudo mercadológico** tem por fundamento e conceito no que está previsto na Lei 14.133, Lei de Licitações e Contratos Administrativos que assim diz:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterà os seguintes elementos:

V - **levantamento de mercado**, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

Avaliamos os contratos anteriores da própria **SR/FP/SP**, que foram:

Contrato nº **11/2019** - **Kevin Bugs Vaz**. Processo SEI.: (08500.060081/2017-24), Resumo do Contrato SEI.: (13862148).

Contrato nº **12/2019** - **Cobra Saúde Ambiental Ltda**. Processo SEI.: (08500.060081/2017-24).

Contrato nº **13/2019** - **ACJS Saneamento e Controle Ambiental Ltda.**
Processo SEI.: (08500.060081/2017-24), Resumo do Contrato SEI.: (13862148).

Contrato nº **31/2017** - **DESINTEC - Serviços Técnicos EPP.** Processo (08200.311823/2016-99).

O Levantamento de Mercado foi realizado concomitantemente ao **procurar e efetuar análise dos processos similares da outras congêneres**, cujo fato destacamos as análises críticas de processo licitatório da congênere **SR/PF/RJ**, processo **SEI.:** (08455.003304/2022-14), pois são demandas semelhantes; cuja conclusão foi de que **não há modo novo de solução da demanda**.

Efetuamos pesquisas exploratórias e investigativas em **30 (trinta)** empresas mais conhecidas do setor, somente foram localizadas **21 (vinte e um)**, conforme lista, e **09 (nove)**, destas empresas, tiveram interesse em serem consultadas para pesquisa de preços, orçamento, conforme tabela de indicação das áreas a serem contadas e os serviços.

Essa solução, após análise crítica, quanto a possível problemas ou gargalos serão sanados mediante demanda, por este motivo o serviço ficou destacado como **SOB DEMANDA**, mitigando possíveis riscos quanto infestações não previsíveis, em virtude dos conceitos que são senso comum do mercado.

Ao longo da pesquisa de mercado constatamos que a **RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 622, DE 9 DE MARÇO DE 2022** (Publicada no DOU nº 51, de 16 de março de 2022), que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências; é norma reguladora de mercado.

12. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, conforme demonstrado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de serviços não continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do **art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017**, de controle sanitário integrado de vetores (insetos que transmitem determinadas doenças como leptospirose, febre maculosa, microplasma, bernes) e pragas urbanas tais como formigas, mosquitos, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, além de roedores e cupins, englobando desinsetização, desratização e descupinização com fornecimento de todos os materiais necessários e o emprego de todos os equipamentos, ferramentas, mão de obra qualificada e equipamentos de proteção individual necessários à execução do serviço, englobando-se nestes a reaplicação e vistorias periódicas, se for o caso.

O serviço deve contemplar a utilização de métodos eficazes, de acordo com as normas regulamentares presentes neste ETP e no Termo de Referência, a fim de evitar a proliferação de pragas.

Cuja solução é **continua** e **comum** sendo a mesma já utilizada anteriormente, conforme processo SEI 08500.035589/2021-71, ora adequada a **Lei Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**, que é a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que ira atender e executará a demanda nas seguintes áreas:

Número de unidades	Unidade	Endereço	ÁREA INTERNA / EXTERNA	Serviço	Área em (m²)
			1. Áreas		

1	Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo	Rua Hugo D'Antola, 95 - Lapa - São Paulo - SP CEP 05038-090	Internas (m2): 22.199,9	Desinsetização	22.199,90
			2. Áreas Externas (m2): 14.072,4	Desratização	36.272,30
				Descupinização	22.199,90
				TOTAL	80.672,10
2	CAB/SELOG/SR/PF/SP	Avenida Santa Marina, 208 – Água Branca – CEP: 05036-000 – São Paulo/SP	1. Áreas Internas (m2): 549	Desinsetização	549,00
			2. Áreas Externas (m2): 361	Desratização	910,00
				Descupinização	549,00
				Caramujo africano	1800
				TOTAL	3.808,00
3	(UNIDADE APOIO 1) GISE JAGUARIBE SP	Vila Buarque - São Paulo - SP	1. Áreas Internas (m²): 2.695	Desinsetização	2.695,00
			2. Áreas Externas (m²): 1.213	Desratização	3.908,00
				Descupinização	2.695,00
				TOTAL	9.298,00
4	(UNIDADE DE APOIO 2) GISEFAC/DELEPAT /DRCOR/SR/PF/SP	Campos Elísios- São Paulo/SP	1. Áreas Internas (m²): 550	Desinsetização	550,00
			2. Áreas Externas (m²): 250	Desratização	800,00
				Descupinização	550,00
				TOTAL	1.900,00
5	DPF/ARU/SP	Av. Brasília, 2212 - Jd Nova York, CEP: 16018-000	1. Áreas Internas (m²): 1499	Desinsetização	1.499,00
			2. Áreas Externas (m²): 1082	Desratização	2.581,00
				Descupinização	1.499,00
				TOTAL	5.579,00
6	DPF/AQA/SP	Avenida Maria Antônia Camargo de Oliveira, nº 3013, Bairro Vila Ferroviária, Araraquara/SP, CEP 14.802-330	1. Áreas Internas (m²): 1.431	Desinsetização	1.431,00
			2. Áreas Externas (m²): 760	Desratização	2.191,00
				Descupinização	1.431,00
				TOTAL	5.053,00
7	DPF/BRU/SP	Avenida Getúlio Vargas, nº 20-55, Jardim Europa, Bauru/SP, CEP 17017-383	1. Áreas Internas (m²): 1.593	Desinsetização	1.593,00
			2. Áreas Externas (m²): 3.407,8	Desratização	5.000,00
				Descupinização	1.593,00
				TOTAL	8.186,00
			1. Áreas Internas (m²):	Desinsetização	5.259,00

8	DPF/CAS/SP	Rua Antônio Alvares Lobo, 620 - Cep: 13020-110 - Botafogo, Campinas-SP	5.259,72		
			2. Áreas Externas (m²): 219,75	Desratização	5.478,00
				Descupinização	5.259,00
				TOTAL	15.996,00
9	DPF/CZO/SP	Avenida Nesralla Rubez, nº 998, Centro, CEP 12.701-000, Cruzeiro-SP	1. Áreas Internas (m²): 1170	Desinsetização	1.170,00
			2. Áreas Externas (m²): 436	Desratização	1.606,00
				Descupinização	1.170,00
				TOTAL	3.946,00
10	DPF/JLS/SP	Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 197 Jardim Samambaia - Jales/SP - CEP 15700-214	1. Áreas Internas (m²): 1080,00	Desinsetização	1.080,00
			2. Áreas Externas (m²): 5800	Desratização	6.880,00
				Descupinização	1.080,00
				TOTAL	9.040,00
11	DPF/MII/SP	Avenida Jóquei Clube, nº 87, Bairro Jóquei Clube, Marília/SP, CEP 17.521-450	1. Áreas Internas: 3.150	Desinsetização	3.150,00
			2- Áreas Externas: 9.800	Desratização	12.950,00
				Descupinização	3.150,00
				TOTAL	19.250,00
12	DPF/PCA/SP	Rua Liberato Macedo nº 872, Bairro São Dimas - 13416-090	1. Áreas Internas (m²): 1.177	Desinsetização	1.177,00
			2. Áreas Externas (m²): 572	Desratização	1.749,00
				Descupinização	1.177,00
				TOTAL	4.103,00
13	DPF/PDE/SP	Av. Luis Cezário, 380 - Jardim Colina, Pres. Prudente - SP, 19061-320	1. Áreas Internas (m²): 5.660,52	Desinsetização	5.660,52
			2. Áreas Externas (m²): 7.612,91	Desratização	13.273,43
				Descupinização	5.660,52
				TOTAL	24.594,47
14		Delegacia: Rua João Alves da Silva Junior, 546, bairro Jardim Canadá CEP: 14.024-190 – Ribeirão Preto/SP	1. Áreas Internas (m²): 1.650	Desinsetização	1.650,00
			2. Áreas Externas (m²): 135	Desratização	1.785,00
				Descupinização	1.650,00
				TOTAL	5.085,00
15	DPF/RPO/SP	Depósito: Av. Maurílio Biagi, nº 2.630, Bairro City Ribeirão	1. Áreas Internas (m²): 212	Desinsetização	212,00
			2. Áreas Externas (m²): 7788	Desratização	8.000,00

				Descupinização	212,00
				TOTAL	8.424,00
16		GISE/DRCOR - Rua Barão do Amazonas, 2026 - Jd. Sumaré - CEP 14.025-110	1.Áreas Internas (m²): 1.650	Desinsetização	330,00
			2. Áreas Externas (m²): 285	Desratização	615,00
				Descupinização	330,00
				TOTAL	1.275,00
17		Rua Riachuelo,27,centro-Santos-CEP:11010-021	1.Áreas Internas (m²): 2.501	Desinsetização	2.501,00
			2. Áreas Externas (m²): 498	Desratização	2.999,00
				Descupinização	2.501,00
				TOTAL	8.001,00
18	DPF/STS/SP	NEPOM: Av. Engenheiro Eduardo Magalhães Gama, s/nº - entre os Armazéns 35 e 37 do Porto de Santos, portão 18 - Santos/SP – CEP 11.020-305	1.Áreas Internas (m²): 1.177	Desinsetização	95,00
			2. Áreas Externas (m²): 1565	Desratização	1.660,00
				Descupinização	95,00
				TOTAL	1.850,00
19	DPF/SJK/SP	Av Tivoli, 44, Vila Betânia, CEP 12245-481, São José dos Campos/SP	1.Áreas Internas (m²): 1272	Desinsetização	1.272,00
			2. Áreas Externas (m²): 978	Desratização	2.250,00
				Descupinização	1.272,00
				TOTAL	4.794,00
20		Av. Arthur Nonato, 7077 - Jardim Maracanã, São José do Rio Preto SP CEP:15092-000	1.Áreas Internas (m²): 2.760	Desinsetização	2.760,00
			2. Áreas Externas (m²): 15.855	Desratização	18.615,00
				Descupinização	2.760,00
				TOTAL	24.135,00
21	DPF/SJE/SP	GISE: Rua Wilk Ferreira de Souza, 290, Distrito Industrial, cep 15035-510	1.Áreas Internas (m²): 6.530	Desinsetização	6.530,00
			2. Áreas Externas (m²): 2.149	Desratização	8.679,00
				Descupinização	6.530,00
				TOTAL	21.739,00
23	DPF/SSB/SP	Rua Fábio Cassio, 18, Porto Grande, São Sebastião-SP, CEP 11.603-253	1. Áreas internas (m²): 580	Desinsetização	580,00
			2. Áreas externas (m²): 375	Desratização	955,00
				Descupinização	580,00
				TOTAL	2.115,00

24	Unidade NEPOM – São Sebastião – SP	Av. Outeiro Cais, s/n – Centro (Porto)	1. Áreas internas (m²): 151,08	Desinsetização	151,08
			2. Áreas externas (m²): 272,93	Desratização	424,01
				Descupinização	151,08
				TOTAL	726,17
25	DPF/SOD/SP	Rodovia Raposo Tavares, Km 103.5 s/n - Jardim Itanguá, Sorocaba - SP, CEP 18052-902	1.Áreas Internas (m²): 2.930	Desinsetização	2.930,00
			2. Áreas Externas (m²): 14.031	Desratização	16.961,00
				Descupinização	2.930,00
				TOTAL	22.821,00

13. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa detalhada por localidade do valor a ser gasto com seis aplicações distribuídas em **24 (vinte e quatro) meses**, conforme tabela a seguir:

Número de unidades	Unidade	Endereço	ÁREA INTERNA /EXTERNA	Serviço	Área em (m²)
1	Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo	Rua Hugo D'Antola, 95 - Lapa - São Paulo - SP CEP 05038-090	1. Áreas Internas (m2): 22.199,9	Desinsetização	22.199,90
			2. Áreas Externas (m2): 14.072,4	Desratização	36.272,30
				Descupinização	22.199,90
				TOTAL	80.672,10
2	CAB/SELOG/SR/PF/SP	Avenida Santa Marina, 208 – Água Branca – CEP: 05036-000 – São Paulo/SP	1. Áreas Internas (m2): 549	Desinsetização	549,00
			2. Áreas Externas (m2): 361	Desratização	910,00
				Descupinização	549,00
				Caramujo africano	1800
3	(UNIDADE APOIO 1) GISE JAGUARIBE SP	Vila Buarque - São Paulo - SP		TOTAL	3.808,00
			1. Áreas Internas (m²): 2.695	Desinsetização	2.695,00
			2. Áreas Externas (m²): 1.213	Desratização	3.908,00
				Descupinização	2.695,00
				TOTAL	9.298,00
			1. Áreas Internas (m²): 550	Desinsetização	550,00
			2. Áreas Externas		

4	(UNIDADE DE APOIO 2) GISEFAC /DELEPAT/DRCOR/SR/PF/SP	Campos Elísios- São Paulo/SP	(m²): 250	Desratização	800,00
				Descupinização	550,00
				TOTAL	1.900,00
5	DPF/ARU/SP	Av. Brasília, 2212 - Jd Nova York, CEP: 16018-000	1.Áreas Internas (m²): 1499	Desinsetização	1.499,00
			2. Áreas Externas (m²): 1082	Desratização	2.581,00
				Descupinização	1.499,00
6	DPF/AQA/SP	Avenida Maria Antônia Camargo de Oliveira, nº 3013, Bairro Vila Ferroviária, Araraquara /SP, CEP 14.802-330		TOTAL	5.579,00
			1.Áreas Internas (m²): 1.431	Desinsetização	1.431,00
			2. Áreas Externas (m²): 760	Desratização	2.191,00
7	DPF/BRU/SP	Avenida Getúlio Vargas, nº 20-55, Jardim Europa, Bauru/SP, CEP 17017-383		Descupinização	1.431,00
				TOTAL	5.053,00
			1. Áreas Internas (m²): 1.593	Desinsetização	1.593,00
8	DPF/CAS/SP	Rua Antônio Alvares Lobo, 620 - Cep: 13020-110 - Botafogo, Campinas-SP	2. Áreas Externas (m²): 3.407,8	Desratização	5.000,00
				Descupinização	1.593,00
				TOTAL	8.186,00
9	DPF/CZO/SP	Avenida Nesralla Rubez, nº 998, Centro, CEP 12.701-000, Cruzeiro-SP	1.Áreas Internas (m²): 5.259,72	Desinsetização	5.259,00
			2. Áreas Externas (m²): 219,75	Desratização	5.478,00
				Descupinização	5.259,00
10	DPF/JLS/SP	Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 197 Jardim Samambaia - Jales /SP - CEP 15700-214		TOTAL	15.996,00
			1.Áreas Internas (m²): 1170	Desinsetização	1.170,00
			2. Áreas Externas (m²): 436	Desratização	1.606,00
11	DPF/MII/SP	Avenida Jôquei Clube, nº 87, Bairro Jôquei Clube, Marília/SP, CEP 17.521-450		Descupinização	1.170,00
				TOTAL	3.946,00
			1.Áreas Internas (m²): 1080,00	Desinsetização	1.080,00
12	DPF/PCA/SP	Rua Liberato Macedo nº 872, Bairro São Dimas - 13416-090	2. Áreas Externas (m²): 5800	Desratização	6.880,00
				Descupinização	1.080,00
				TOTAL	9.040,00
13	DPF/PDE/SP	Av. Luis Cezário, 380 - Jardim Colina, Pres. Prudente - SP, 19061-320	1.Áreas Internas: 3.150	Desinsetização	3.150,00
			2- Áreas Externas: 9.800	Desratização	12.950,00
				Descupinização	3.150,00
14	DPF/PDE/SP	Av. Luis Cezário, 380 - Jardim Colina, Pres. Prudente - SP, 19061-320		TOTAL	19.250,00
			1.Áreas Internas (m²): 1.177	Desinsetização	1.177,00
			2. Áreas Externas (m²): 572	Desratização	1.749,00
15	DPF/PDE/SP	Av. Luis Cezário, 380 - Jardim Colina, Pres. Prudente - SP, 19061-320		Descupinização	1.177,00
				TOTAL	4.103,00
			1. Áreas Internas (m²): 5.660,52	Desinsetização	5.660,52
16	DPF/PDE/SP	Av. Luis Cezário, 380 - Jardim Colina, Pres. Prudente - SP, 19061-320	2. Áreas Externas (m²): 7.612,91	Desratização	13.273,43
				Descupinização	5.660,52
				TOTAL	24.594,47

14	DPF/RPO/SP	Delegacia: Rua João Alves da Silva Junior, 546, bairro Jardim Canadá CEP: 14.024-190 – Ribeirão Preto/SP	1. Áreas Internas (m²): 1.650	Desinsetização	1.650,00
			2. Áreas Externas (m²): 135	Desratização	1.785,00
				Descupinização	1.650,00
				TOTAL	5.085,00
15	DPF/RPO/SP	Depósito: Av. Maurílio Biagi, nº 2.630, Bairro City Ribeirão	1. Áreas Internas (m²): 212	Desinsetização	212,00
			2. Áreas Externas (m²): 7788	Desratização	8.000,00
				Descupinização	212,00
				TOTAL	8.424,00
16	DPF/RPO/SP	GISE/DRCOR - Rua Barão do Amazonas, 2026 - Jd. Sumaré - CEP 14.025-110	1. Áreas Internas (m²): 1.650	Desinsetização	330,00
			2. Áreas Externas (m²): 285	Desratização	615,00
				Descupinização	330,00
				TOTAL	1.275,00
17	DPF/STS/SP	Rua Riachuelo, 27, centro-Santos-CEP: 11010-021	1. Áreas Internas (m²): 2.501	Desinsetização	2.501,00
			2. Áreas Externas (m²): 498	Desratização	2.999,00
				Descupinização	2.501,00
				TOTAL	8.001,00
18	DPF/STS/SP	NEPOM: Av. Engenheiro Eduardo Magalhães Gama, s/nº - entre os Armazéns 35 e 37 do Porto de Santos, portão 18 - Santos/SP – CEP 11.020-305	1. Áreas Internas (m²): 1.177	Desinsetização	95,00
			2. Áreas Externas (m²): 1565	Desratização	1.660,00
				Descupinização	95,00
				TOTAL	1.850,00
19	DPF/SJK/SP	Av Tivoli, 44, Vila Betânia, CEP 12245-481, São José dos Campos/SP	1. Áreas Internas (m²): 1272	Desinsetização	1.272,00
			2. Áreas Externas (m²): 978	Desratização	2.250,00
				Descupinização	1.272,00
				TOTAL	4.794,00
20	DPF/SJE/SP	Av. Arthur Nonato, 7077 - Jardim Maracanã, São José do Rio Preto SP CEP: 15092-000	1. Áreas Internas (m²): 2.760	Desinsetização	2.760,00
			2. Áreas Externas (m²): 15.855	Desratização	18.615,00
				Descupinização	2.760,00
				TOTAL	24.135,00
21	DPF/SJE/SP	GISE: Rua Wilk Ferreira de Souza, 290, Distrito Industrial, cep 15035-510	1. Áreas Internas (m²): 6.530	Desinsetização	6.530,00
			2. Áreas Externas (m²): 2.149	Desratização	8.679,00
				Descupinização	6.530,00
				TOTAL	21.739,00
23	DPF/SSB/SP	Rua Fábio Cassio, 18, Porto Grande, São Sebastião-SP, CEP 11.603-253	1. Áreas internas (m²): 580	Desinsetização	580,00
			2. Áreas externas (m²): 375	Desratização	955,00
				Descupinização	580,00
				TOTAL	2.115,00
			1. Áreas internas (m²): 151,08	Desinsetização	151,08

24	Unidade NEPOM – São Sebastião – SP	Av. Outeiro Cais, s/n – Centro (Porto)	2. Áreas externas (m²): 272,93	Desratização	424,01
				Descupinização	151,08
				TOTAL	726,17
25	DPF/SOD/SP	Rodovia Raposo Tavares, Km 103.5 s/n - Jardim Itanguá, Sorocaba - SP, CEP 18052-902	1. Áreas Internas (m²): 2.930	Desinsetização	2.930,00
			2. Áreas Externas (m²): 14.031	Desratização	16.961,00
				Descupinização	2.930,00
				TOTAL	22.821,00

O levantamento do valor de mercado estipulado para o serviço foi realizado através da utilização de valor médio obtido entre três preços unitários encontrados após realização de pesquisa no **portal Painel de Preços**, conforme preconizado no **art. 5º ,I, da IN/ SEGES nº65 de 07 de julho de 2021**. Simultaneamente o portal, ora citado, serviu de fonte de captação de dados, para o estudo.

Em virtude de nossas pesquisas, após análise crítica, entendemos que o objeto deste **ETP** são **SERVIÇOS COMUNS**, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e legislação própria, bem como as anteriores licitações com o mesmo objeto já realizadas nesta **SR/PF/SP**, haja vista o princípio da continuidade da administração pública, todos estes itens compuseram este estudo.

Novamente, por intermédio de pesquisas, estudos e análises, para dar a solução ao Estudo Preliminar, solução ora descrita ao longo do todo o texto, elaboramos os seguintes documentos, conforme tabela, todos anexos a este ETP, que são:

Anexo XII	AREA DE COTAÇÃO.pdf
Anexo XIII	AREA E PERIODICIDADE.pdf
Anexo XIV	AREA PERIODICIDADE E PENALIDADES.pdf
Anexo XV	COTAÇÃO COMPLETA EXECUTADA NO COMPRASNET.pdf
Anexo XVI	COTAÇÃO RESUMIDA EXECUTADA NO COMPRASNET.pdf
Anexo XVII	DESCRIÇÃO GLOBAL.pdf
Anexo XVIII	MAPA COMPARATIVO COM CONTRATO ANTERIOR.pdf
Anexo XIX	MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS.pdf

14. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução **NÃO** pode ser parcelada, pois o interesse da administração pública é a aquisição no menor valor, desde que os aparelhos tenham as características e condições elencadas no Termo de Referência e o parcelamento não implica em nenhum óbice ao processo.

A presente contratação em um único grupo que será **dividida em itens** com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada item, com o intuito de manter as características dos locais de execução, pois são áreas restritas, em ambientes de trabalhos sigilosos. Tal decisão fundamenta-se na **Súmula nº 247 do TCU** no que se refere à obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global.

SÚMULA Nº 247 “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo

de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

A despeito da sobredita orientação, ou seja, a divisão por itens, tantos quanto possíveis, a formação de grupos pode e deve ser utilizada quando a natureza do objeto licitatório condiciona tecnicamente a contratação de forma conjunta ou que possibilite maiores vantagens econômicas em função da escala.

A licitação será realizada em um unico grupo, os agrupando os **04 (quatro) itens** do objeto desta licitação, descrevendo os serviços necessários para todas as unidades em suas localidades, com descrição dos tipos de combate e prevenção a serem executados de forma conjunta, sendo técnica e economicamente mais viável.

Os itens comportam serviços que deverão ser executados de forma estreitamente vinculadas, cuja harmonia e compatibilização são pressupostos básicos, para o adequado funcionamento das instalações que sofrerão os serviços de controle de pragas urbanas.

Sendo assim, se os serviços não forem agrupados, ter-se-iam várias empresas executando, ao mesmo tempo, o objeto licitado. Tal fato poderia gerar complicações e comprometer o resultado final dos trabalhos. Ademais, haveria significativa dificuldade para a garantia dos serviços executados, uma vez que cada contratado iria tentar se eximir de suas responsabilidades, argumentando que sua execução foi prejudicada/comprometida pela interferência dos serviços prestados por outro contratado.

15. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.385.908,44

A estimativa de preços deve ser precedida de regular pesquisa, nos moldes do **art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho 2021.**

Os preços unitários referenciais, as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, devem constar de anexo ao termo de referência, nos termos do art. 9º, IX, da Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 2022. Caso a Administração opte por preservar o sigilo da estimativa do valor da contratação, também deverá ser preservado o sigilo desse anexo.

Será utilizada na redação, nesta hipótese de licitação, com o fim adotado o critério de julgamento, o critério de **menor preço**, e **sem caráter sigiloso**.

Sendo assim em razão do **princípio de transparência**, por ser um serviço continuado e comum, por costume, optamos pela **publicação do preço estimado**.

O custo estimado total da contratação é de R\$ **584.781,48** (quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos). Conforme **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS**, SEI.: (36303702).

O **preço estimado da contratação**, após estudo de preço, conforme documento anteriormente indicado, definiu para no máximo 4 (quatro) aplicações, sendo duas aplicações Obrigatórias e duas Opcionais em **24 (vinte e quatro) meses** é de R\$ **584.781,48** (quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos), conforme memória de cálculo abaixo:

Descrição global - NOVO CONTRATO - Proposto no novo Termo de Referência									
						Valor de 1 (uma)	Valor de 1 (uma) aplicação	Valor de 1 (uma) aplicação	Valor de 1 (uma) aplicação
				Quantidade	Valor				

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	CATSER	de cada serviço em m²	MÁXIMO unitário em R\$	aplicação anual obrigatória no início do contrato	Opcional após 6 meses da aplicação principal	anual Principal após 12 meses do início do contrato	Opcional após 6 meses da segunda Aplicação Principal
1	Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	3417	67024,5	R\$ 0,50	R\$ 33.512,25	R\$ 33.512,25	R\$ 33.512,25	R\$ 33.512,25
2	Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	3417	156541,74	R\$ 0,50	R\$ 78.270,87	R\$ 78.270,87	R\$ 78.270,87	R\$ 78.270,87
3	Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	3417	67024,5	R\$ 0,50	R\$ 33.512,25	R\$ 33.512,25	R\$ 33.512,25	R\$ 33.512,25
4	Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	3417	1800	R\$ 0,50	R\$ 900,00	R\$ 900,00	R\$ 900,00	R\$ 900,00
	Total global máximo (R\$)					R\$ 146.195,37	R\$ 146.195,37	R\$ 146.195,37	R\$ 146.195,37
						R\$ 292.390,74		R\$ 292.390,74	
						R\$ 584.781,48			

16. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As empresas anteriormente contratadas atenderam, satisfatoriamente, às necessidades da **SR/PF/SP** e suas Unidades de Apoio, bem como Delegacias Descentralizadas.

O objeto do contrato anterior, tal qual a presente demanda, foi plenamente alcançado, não havendo incidentes nem relatos de ineficácia das medidas de controle e combate a pragas urbanas.

O procedimento licitatório anterior não está vigente.

Efetuamos análise de contratações anteriores, tais como o CONTRATO ANTERIOR **Contrato nº 31/2017 - DESINTEC - Serviços Técnicos EPP** Processo SEI 08200.311823/2016-99.

A ultima licitação para estudo de preços, em virtude do principio da economicidade, e novamente da continuidade administrativa, comparamos o contrato anterior e o estudo de preço atual, realizado mediante pesquisas investigativas no site compras.gov.br, conforme planilha a seguir:

Descrição global - CONTRATO ANTERIOR							
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	CATSER	Quantidade de cada serviço em m²	Valor MÁXIMO unitário em R\$	Valor de 1 (uma) aplicação anual em (R\$)	Valor de 6 aplicações anuais em (R\$)
1	Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	3417	62133,47	R\$ 0,38	R\$ 23.610,72	R\$ 141.664,32
2	Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	3417	140908,08	R\$ 0,37	R\$ 52.135,99	R\$ 312.815,78
3	Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	3417	62133,47	R\$ 0,39	R\$ 24.232,05	R\$ 145.392,30
4	Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	3417	17684,17	R\$ 0,49	R\$ 8.665,24	R\$ 51.991,44
Total global máximo (R\$)						R\$ 108.644,00	R\$ 651.863,84

Descrição global - NOVO CONTRATO - PROPOSTO							
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	CATSER	Quantidade de cada serviço em m²	Valor MÁXIMO unitário em R\$	Valor de 1 (uma) aplicação anual em (R\$)	Valor de 6 aplicações anuais em (R\$)
1	Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	3417	67024,5	R\$ 1,36	R\$ 91.153,32	R\$ 546.919,92
2	Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	3417	156541,74	R\$ 1,36	R\$ 212.896,77	R\$ 1.277.360,08
3	Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	3417	67024,5	R\$ 1,36	R\$ 91.153,32	R\$ 546.919,92
4	Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	3417	1800	R\$ 1,36	R\$ 2.448,00	R\$ 14.688,00
Total global máximo (R\$)						R\$ 397.651,41	R\$ 2.385.887,92

Desinsetização e descupinização: Considerada área construída
Desratização: Considerada área total
Desinsetização do Caramujo africano: Considerada área externa

Inclusive, com a devida atualização, efetuamos comparativos de preços com formas idênticas a pretendidas neste processo licitatório de contrato de **24 (vinte e quatro) meses**, prorrogáveis até 05 (cinco) anos, como exemplo de pesquisa, estudo de análise, conforme planilha a seguir:

PLANILHA SIMULANDO A PROPOSTA DO TERMO DE REFERÊNCIA - LICITAÇÃO ANTERIOR/APLICAÇÃO EM 20 MESE					
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	Quantidade de cada serviço em m²	Valor unitário em R\$	VALOR DO SERVIÇO - UMA APLICAÇÃO - CORRIGIDO PELO IPCA	VALOR DO SEIS APLICADO CORRIGIDO PELO IPCA
Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	67024,5	R\$ 1,82	R\$ 127.620,28	R\$ 765.000,00
Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	156541,74	R\$ 1,82	R\$ 298.068,62	R\$ 1.788.000,00
Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	67024,5	R\$ 1,82	R\$ 127.620,28	R\$ 765.000,00
Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	1800	R\$ 1,82	R\$ 3.427,35	R\$ 20.520,00
				R\$ 556.736,53	R\$ 3.340.000,00

PLANILHA SIMULANDO A PROPOSTA VENCEDORA DA LICITAÇÃO ANTERIOR - LICITAÇÃO ANTERIOR/APLICAÇÃO EM 20 MESE					
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	Quantidade de cada serviço em m²	Valor unitário em R\$	VALOR DO SERVIÇO - UMA APLICAÇÃO - CORRIGIDO PELO IPCA	VALOR DO SEIS APLICADO CORRIGIDO PELO IPCA
Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	67024,5	R\$ 0,38	R\$ 26.645,99	R\$ 159.000,00
Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	156541,74	R\$ 0,37	R\$ 60.596,37	R\$ 363.000,00
Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	67024,5	R\$ 0,39	R\$ 27.347,20	R\$ 164.000,00
Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	1800	R\$ 0,49	R\$ 922,75	R\$ 5.520,00
TOTAL				R\$ 115.512,31	R\$ 693.000,00

PLANILHA SIMULANDO A PROPOSTA DO NOVO TERMO DE REFERÊNCIA - APLICAÇÃO EM 20 MESES					
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	Quantidade de cada serviço em m²	Valor unitário em R\$	VALOR DO SERVIÇO - UMA APLICAÇÃO	VALOR DO SEIS APLICADO
Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	67024,5	R\$ 1,36	R\$ 91.153,32	R\$ 546.000,00
Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	156541,74	R\$ 1,36	R\$ 212.896,77	R\$ 1.277.000,00
Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	67024,5	R\$ 1,36	R\$ 91.153,32	R\$ 546.000,00
Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	1800	R\$ 1,36	R\$ 2.448,00	R\$ 14.640,00
TOTAL				R\$ 397.651,41	R\$ 2.385.000,00

PLANILHA SIMULANDO A PROPOSTA DO TERMO DE REFERÊNCIA - LICITAÇÃO ANTERIOR/APLICAÇÃO EM 20 MESE					
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	Quantidade de cada serviço em m²	Valor unitário em R\$	VALOR DO SERVIÇO - UMA APLICAÇÃO - CORRIGIDO PELO IPCA	VALOR DO SEIS APLICADO - CORRIGIDO PELO IPCA
Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	67024,5	R\$ 1,82	R\$ 127.620,28	R\$ 765.000,00
Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	156541,74	R\$ 1,82	R\$ 298.068,62	R\$ 1.788.000,00
Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	67024,5	R\$ 1,82	R\$ 127.620,28	R\$ 765.000,00
Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	1800	R\$ 1,82	R\$ 3.427,35	R\$ 20.520,00
				R\$ 556.736,53	R\$ 3.340.000,00

PLANILHA SIMULANDO A PROPOSTA VENCEDORA DA LICITAÇÃO ANTERIOR - LICITAÇÃO ANTERIOR/APLICAÇÃO EM 20 MESE					
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	Quantidade de cada serviço em m²	Valor unitário em R\$	VALOR DO SERVIÇO - UMA APLICAÇÃO - CORRIGIDO PELO IPCA	VALOR DO SEIS APLICADO - CORRIGIDO PELO IPCA
Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	67024,5	R\$ 0,38	R\$ 26.645,99	R\$ 159.000,00
Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	156541,74	R\$ 0,37	R\$ 60.596,37	R\$ 363.000,00
Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	67024,5	R\$ 0,39	R\$ 27.347,20	R\$ 164.000,00
Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	1800	R\$ 0,49	R\$ 922,75	R\$ 5.520,00
TOTAL				R\$ 115.512,31	R\$ 693.000,00

PLANILHA SIMULANDO A PROPOSTA DO NOVO TERMO DE REFERÊNCIA - APLICAÇÃO EM 20 MESES					
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	Quantidade de cada serviço em m²	Valor unitário em R\$	VALOR DO SERVIÇO - UMA APLICAÇÃO	VALOR DO SEIS APLICADO
Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	67024,5	R\$ 1,36	R\$ 91.153,32	R\$ 546.000,00
Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	156541,74	R\$ 1,36	R\$ 212.896,77	R\$ 1.277.000,00
Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	67024,5	R\$ 1,36	R\$ 91.153,32	R\$ 546.000,00
Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	1800	R\$ 1,36	R\$ 2.448,00	R\$ 14.640,00
TOTAL				R\$ 397.651,41	R\$ 2.385.000,00

Ao final após pesquisas, estudos e análises chegamos até um mapa comparativo de preços, conforme tabela a seguir:

ITEM	Descrição do serviço	CATSERV	Unidade de medida	PREÇO 1: MINISTÉRIO DA CULTURA	PREÇO 2: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	PREÇO 4: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	PREÇO 4: COMANDO DO EXÉRCITO	Val ap
				UASG:420001	UASG:158417	UASG:113206	UASG:160081	
1	DESINSETIZAÇÃO: Serviços especializados em controle de pragas urbanas, por meio de tratamento com medidas preventivas, ações corretivas e aplicação de produtos químicos, sob a modalidade de serviço continuado.	3417	M²	0,4254	0,47	0,5	0,59	
2	DES RATIZAÇÃO: Serviço especializado, usando métodos mais eficientes e modernos para controle e eliminação de ratos que podem variar de acordo com a necessidade e local a ser aplicado.	3417	M²	0,4254	0,47	0,5	0,59	
3	DESCUPINIZAÇÃO: Identificação, controle, eliminação e monitoramento de cupins e brocas de madeira seca e cupins subterrâneos	3417	M²	0,4254	0,47	0,5	0,59	
4	Caramujo africano: Desinsetização para remover o animal a partir do uso de pesticidas após análise da espécie, a proveniência e o grau de infestação, para aplicação do tratamento ideal	3417	M²	0,4254	0,47	0,5	0,59	

17. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Plano Estratégico da Polícia Federal para o período de 2023 a 2024, aprovado através da resolução CGPF/PF Nº6, de 10 de Outubro de 2022, preconiza no tópico 2.2.2:

"Ação Estratégica: Ampliar Ações para Promoção da Saúde do Servidor Ampliar, sistematizar e implementar ações institucionais com foco na assistência social, proteção à saúde e à segurança, propiciando bem-estar"

A dedetização é uma medida preventiva essencial para manter um ambiente publico livre de pragas e proteger a saúde de seus usuários. Ao eliminar as pragas e seus ninhos, você reduz significativamente o risco de infecções e doenças transmitidas por esses insetos e roedores.

Visam eliminar pragas urbanas e proteger a saúde da população. Com técnicas avançadas e produtos seguros, nossa empresa garante ambientes livres de insetos e roedores, promovendo a qualidade de vida de todos. Além disso, a dedetização realizada seguira os padrões rigorosos de segurança e sustentabilidade, contribuindo para um ambiente mais saudável e sustentável. Contribuindo para a proteção da comunidade contra enfermidades transmitidas por vetores.

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, de controle sanitário integrado de vetores (insetos que transmitem determinadas doenças como: leptospirose, febre maculosa, microplasma, dengue , bernese, etc) e pragas urbanas tais como formigas, mosquitos, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, além de roedores e cupins, englobando desinsetização (incluindo caramujos africanos), desratização e descupinização, com o fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias.

Deverá ser contratada empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e todo material necessário, por meio de Pregão Eletrônico do tipo MENOR PREÇO, para prestação de serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra para atender às necessidades desta Superintendência da Polícia Federal no São Paulo, suas Unidades de Apoio e Delegacias Descentralizadas.

Soma-se ainda o fato de que processo tem suas especificações baseadas em tecnologias que viabilizem a sustentabilidade em consonância com os princípios de **ecoeficiência** e **economicidade**.

O que podemos a princípio demonstrar pelo comparação dos preços do contrato anterior, com os preços, ora alcançados na pesquisa de preços deste Estudo Preliminar, conforme tabela a seguir:

Descrição global - CONTRATO ANTERIOR - Proposto no Termo de Referência						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	CATSER	Quantidade de cada serviço em m²	Valor MÁXIMO unitário em R\$	Valor de aplicação (R\$)
1	Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	3417	67.024,50	R\$ 1,82	R\$
2	Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	3417	156.541,74	R\$ 1,82	R\$
3	Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	3417	67.024,50	R\$ 1,82	R\$
4	Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	3417	1.800	R\$ 1,82	R\$
Total global máximo (R\$)						R\$

Descrição global - PROPOSTA VENCEDORA DA LICITAÇÃO ANTERIOR						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	CATSER	Quantidade de cada serviço em m²	Valor MÁXIMO unitário em R\$	Valor (uma)aplicação em R\$
1	Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	3417	67.024,50	R\$ 0,41	R\$
2	Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	3417	156.541,74	R\$ 0,41	R\$
3	Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	3417	67.024,50	R\$ 0,41	R\$
4	Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	3417	1.800	R\$ 0,41	R\$
Total global máximo (R\$)						R\$

Descrição global - NOVO CONTRATO - Proposto no novo Termo de Referência						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	CATSER	Quantidade de cada serviço em m²	Valor MÁXIMO unitário em R\$	Valor (uma)aplicação em R\$
1	Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	3417	67024,5	R\$ 0,50	R\$
2	Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	3417	156541,74	R\$ 0,50	R\$
3	Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	3417	67024,5	R\$ 0,50	R\$
4	Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	3417	1800	R\$ 0,50	R\$
Total global máximo (R\$)						R\$

Desinsetização e descupinização: Considerada área construída
Desratização: Considerada área total
Desinsetização do Caramujo africano: Considerada área externa

Sendo assim acreditamos que a necessidade da Administração Pública de atender ao que preceituam os artigos 37 e 99 da Constituição Federal, os quais estabelecem os princípios da gestão pública, bem como conferem ao gestor autonomia administrativa e financeira para alcançá-los. E bem como as normas cogentes previstas na **Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**, que norteiam a atuação do gestor público, com escopo de equilibrar os gastos conforme as receitas previstas no orçamento anual.

Levamos em consideração o **quadro econômico do País**, com os respectivos reflexos na execução orçamentaria; e por consequência a situação financeira do Governo Federal, estando a **Administração Pública** a contingenciar os seus recursos.

Do ponto vista local verificamos a necessidade de se implementar uma contenção dos gastos públicos e de otimizar os recursos disponibilizados a esta **SR/PF/SP**; mantendo assim alinhamento de trajetórias para que os **objetivos planejados** sejam efetivamente realizados conforme previsto.

19. Providências a serem Adotadas

Para a execução do contrato, toda a infraestrutura de instalações locais necessária à acomodação das empresas já existe, não havendo a necessidade de adequações físicas do órgão.

Para a gestão e fiscalização do contrato decorrente da licitação, consideramos que seja necessária a capacitação dos servidores responsáveis pelas citadas funções.

Cumprir a necessidade da Administração Pública de atender ao que preceituam os artigos 37 e 99 da Constituição Federal, os quais estabelecem os princípios da gestão pública, bem como conferem ao gestor autonomia administrativa e financeira para alcançá-los.

Cumprir as normas cogentes previstas na **Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**, que norteiam a atuação do gestor público, com escopo de equilibrar os gastos conforme as receitas previstas no orçamento anual.

Cumprir o **quadro econômico do País**, com os respectivos reflexos na execução orçamentaria.

Cumprir a situação financeira do Governo Federal, estando a **Administração Pública** a contingenciar os seus recursos.

Cumprir a necessidade de se implementar uma contenção dos gastos públicos e de otimizar os recursos disponibilizados a esta **SR/PF/SP**.

Cumprir a necessidade do alinhamento de trajetórias para que os **objetivos planejados** sejam efetivamente realizados conforme previsto.

Cumprir a necessária adequação de todo o processo licitatório ao **DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022**, signatário o senhor PRESIDENTE DA REPÚBLICA, SEI (33813171).

Cumprir a necessária adequação do Termo de Referência e Estudo Preliminar Digital a **PORTARIA SR/PF/SP Nº 3329, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024**. SEI (34757651); cuja parametrização deu causa a criação de procedimentos e modelagens de documentos para padronização dos serviços do GESCON/SELOG/SR/PF/SP, e melhoria de gestão, e assim um padrão de Termo de Recebimento Provisório, que passou a ser adotado a partir de 03/06/2024, SEI (08500.016141/2023-10).

Cumprir a necessária adequação da forma de pesquisa de preços determinada pelo **CADERNO DE LOGISTICA, PESQUISA DE PREÇOS, de MARÇO de 2024**. SEI (08500.010526/2024-54).

Cumprir a necessária adequação a demanda factual com os modelos de documentos licitatórios determinado pela **Advocacia Geral da União** preconiza, para pregão e concorrência, **SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**, SEI (32665223), que são os seguintes:

- Termo de Referência Serviços Sem Mão de Obra Lei 14.133 (maio/2023), SEI (32641603);
- Modelo Contrato Serviços Sem Mão de Obra Lei 14.133 (maio/2023), SEI (32667987);

- Lista de Verificação Compras e Serviços sem Mão de Obra exclusiva - Lei 14.133 (dezembro/2022), SEI (32668014).

E as providências citadas no mapa de riscos.

20. Possíveis Impactos Ambientais

Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável, desta forma não causando impacto ambiental. Seguirão os preceitos determinados no **GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS**.

21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LINARIO JOSE LEAL JUNIOR

AGENTE DE POLICIA FEDERAL

22. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

22.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação;

O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracteriza economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante prioriza o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos;

Para a devida instrução processual, em respeito aos artigos 29 e 35 da IN nº. 05/2017, são utilizados os Modelos da Lei nº 14.133/21, conforme Advocacia Geral da União preconiza, pregão e concorrência, SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, que são os seguintes:

- Termo de Referência Serviços Sem Mão de Obra Lei 14.133 (maio/2023)
- Modelo Contrato Serviços Sem Mão de Obra Lei 14.133 (maio/2023)

- Lista de Verificação Compras e Serviços sem Mão de Obra exclusiva - Lei 14.133 (dezembro/20

Conforme Link, fonte: : Modelos da Lei nº 14.133/21 para pregão e concorrência — Advocacia-Geral da União (www.gov.br), <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrenca> acessado no dia 24 de novembro de 2023.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SUMULA 247 Pesquisa textual _ Tribunal de Contas da União.pdf (434.26 KB)
- Anexo II - DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022 - DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022 - DOU - Imprensa Nacional.pdf (714.94 KB)
- Anexo III - guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf (4.24 MB)
- Anexo IV - manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf (842.65 KB)
- Anexo V - Resolução da Diretoria Colegiada RDC 622 de 09 de março de 2022 ANVISA.pdf (223.76 KB)
- Anexo VI - PORTARIA SRPFSP Nº 3329, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024 PDF 08500.022860_2023-70.pdf (74.28 KB)
- Anexo VII - caderno_de_pesquisa_de_precos_2024_final.pdf (1.03 MB)
- Anexo VIII - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES _ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 — Plataforma Brasil.pdf (193.3 KB)
- Anexo IX - SEI_33516599_Mapa_de_Riscos.pdf (48.54 KB)
- Anexo X - CIRCULAR SUSEP Nº 662, DE 11 DE ABRIL DE 2022 DISPOE SOBRE SEGURO GARANTIA.pdf (72.56 KB)
- Anexo XI - atualiazação de legislação SUSEP SEGURO GARANTIA.pdf (14.37 KB)
- Anexo XII - AREA DE COTAÇÃO.pdf (69.96 KB)
- Anexo XIII - AREA E PERIODICIDADE.pdf (62.05 KB)
- Anexo XIV - AREA PERIODICIDADE E PENALIDADES.pdf (59.79 KB)
- Anexo XV - COTAÇÃO COMPLETA EXECUTADA NO COMPRASNET.pdf (127.9 KB)
- Anexo XVI - COTAÇÃO RESUMIDA EXECUTADA NO COMPRASNET.pdf (76.56 KB)
- Anexo XVII - DESCRIÇÃO GLOBAL.pdf (34.67 KB)
- Anexo XVIII - MAPA COMPARATIVO COM CONTRATO ANTERIOR.pdf (28.77 KB)
- Anexo XIX - SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESTIMATIVA.pdf (62.91 KB)
- Anexo XX - SEI_36303702_Lici._Mapa_Comparativo_de_Precos 07 de novembro de 2024.pdf (193.97 KB)

Anexo I - SUMULA 247 Pesquisa textual _ Tribunal de Contas da União.pdf

[Home](#) > [Jurisprudência Seleccionada](#) > [Lista de resultados](#) > Documento

O enunciado procura retratar o entendimento contido na deliberação da qual foi extraído, não constituindo todavia, um resumo oficial da decisão proferida pelo Tribunal. Tampouco objetiva representar o posicionamento prevalecente no TCU sobre a matéria.



Realce



Compartilhar

2 de 111

**ACÓRDÃO:**[Acórdão 1782/2004-Plenário](#)**DATA DA SESSÃO:**

10/11/2004

RELATOR:

MARCOS VINICIOS VILAÇA

ÁREA:

Licitação

TEMA:

Parcelamento do objeto

SUBTEMA:

Obrigatoriedade

OUTROS INDEXADORES:

Súmula, Economia de escala, Viabilidade técnica, Viabilidade econômica, Acréscimo, Licitação por item, Competitividade

TIPO DO PROCESSO:

ADMINISTRATIVO

ENUNCIADO:

SÚMULA TCU 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispendo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com

EXCERTO:**Fundamento Legal:**

- Constituição Federal, art. 37, inciso XXI;
- Lei nº 8443, de 16-7-1992, art. 4º;
- Lei nº 8.666, de 21-6-1993, art. 3º, § 1º, inc. I; art. 15, inc. IV; art. 23, §§ 1º e 2º;
- Súmula nº 222 da Jurisprudência do TCU, in DOU de 3-1-1995.

**Precedentes:**

- Proc. [Processo 007.759/1994-0](#), Sessão de 15-06-1994, Plenário, Ata nº 27, Decisão nº 393, in DOU de 29-06-1994, páginas 9622/9636.
- Proc. [Processo 575.475/1998-6](#), Sessão de 10-05-1999, Plenário, Ata nº 17, Decisão nº 201, in DOU de 20-05-1999, páginas 86/120.
- Proc. [Processo 525.067/1995-7](#), Sessão de 07-07-1999, Plenário, Ata nº 29, Acórdão 108, in DOU de 19-07-1999, páginas 32/73.
- Proc. [Processo 575.578/1997-1](#), Sessão de 20-10-1999, Plenário, Ata nº 46, Decisão nº 744, in DOU de 04-11-1999, páginas 37/68.
- Proc. [Processo 010.677/1997-6](#), Sessão de 15-03-2000, Plenário, Ata nº 09, Decisão nº 143, in DOU de 24-03-2000, páginas 56/89.
- Proc. [Processo 009.800/1999-9](#), Sessão de 21-06-2000, Plenário, Ata nº 24, Decisão nº 503, in DOU de 05-07-2000, páginas 38/58.
- Proc. [Processo 008.158/2002-9](#), Sessão de 19-03-2003, Plenário, Ata nº 08, Acórdão 236, in DOU de 28-03-2003, páginas 347/444.

Relatório e Parecer:

Este processo refere-se a projeto de súmula aprovado pela Comissão de Jurisprudência, sobre a obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo.

2. Na Sessão de 13/10/2004, o Plenário aprovou a preliminar de conveniência e oportunidade do referido projeto de súmula, bem como fixou o prazo de 8 (oito) dias para a apresentação ao Relator de emendas e sugestões (Acórdão 1607/2004, Ata nº 38/2004).

4. Quanto ao mérito, lembro que o art. 85 do Regimento Interno/TCU estabelece que "A Súmula da Jurisprudência constituir-se-á de princípios ou enunciados, resumindo teses, soluções, precedentes e entendimentos, adotados reiteradamente pelo Tribunal, ao deliberar sobre assuntos ou matérias de sua jurisdição e competência".



5. Além disso, a matéria abordada no projeto em exame está com o entendimento consolidado no âmbito do Tribunal, que sucessivamente vem confirmando a obrigatoriedade da adjudicação por item e não pelo preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo.



6. Inclusive, a numerosa jurisprudência citada nos autos demonstra que o assunto está pacificado nesta Corte de Contas.

7. A propósito, conforme observou o Ministro Walton Alencar Rodrigues, Relator do anteprojeto, " (...) é inegável a importância da orientação nela plasmada, tendente à ampliação da competitividade do certame e à obtenção de menores preços."

Assim sendo, apresento Parecer favorável à aprovação do presente projeto de súmula, a fim de que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto à sua deliberação.

Acórdão:

9.1. aprovar o projeto de súmula anexo a este Acórdão; e

9.2. determinar a publicação deste Acórdão, bem como do Relatório e Parecer que o fundamentam, no Diário Oficial da União e no Boletim do Tribunal de Contas da União.

PARADIGMÁTICO:

Este enunciado foi classificado como paradigmático por tratar-se de súmula

ENUNCIADOS RELACIONADOS:

- [Incumbe ao gestor demonstrar que a ausência de parcelamento do objeto da licitação não restringe indevidamente a competitividade do certame, bem como promove ganhos para a Administração Pública. O postulado que veda a restrição da competitividade \(art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993\) não é um fim em si mesmo, devendo ser observado igualmente o princípio constitucional da eficiência administrativa \(art. 37, caput, da Constituição Federal\) e, ainda, o ganho de escala nas contratações consolidadas \(art. 23, § 1º, in fine, da Lei 8.666/1993\).](#)
- [O risco de eventuais problemas na integração de serviços contratados separadamente, por si só, não pode servir de fundamento para contrariar-se a](#)

- Ofende ao princípio do parcelamento do objeto a inclusão da construção de prédio no âmbito da contratação de parceria público-privada destinada à prestação de serviços de manutenção e conservação de sistema viário.
- É obrigatória, nas licitações cujo objeto seja divisível, a adjudicação por item e não por preço global, de forma a permitir uma maior participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.
- Nas licitações baseadas na contratação integrada do regime diferenciado de contratação (RDC) é necessária a motivação acerca da inviabilidade do parcelamento da licitação.
- A falta de parcelamento do objeto da licitação, em tantas partes quantas se comprovem técnica e economicamente viáveis, afronta o disposto no art. 23, §1º, da Lei 8.666/1993.
- A ausência de estudo técnico, financeiro, ou de pesquisa de mercado prévios sobre a pertinência de parcelamento de dado objeto, quando esse se revela possível, configura, por si só, afronta ao art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993.
- A falta de parcelamento de objeto que implique diminuição sensível de licitantes aptos a prestar parte dos serviços demandados configura violação ao comando contido no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993.
- A falta de parcelamento de objeto, em licitação preordenada à contratação de serviços de naturezas variadas (emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais e terrestres, hospedagem e locação de meios de transportes, excesso de bagagem e seguro viagem) viola o disposto no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993, por restringir o caráter competitivo do certame.
- É cabível a divisão do objeto a ser licitado em grupos compostos por itens de mesma natureza.
- A distinção dos serviços de fornecimento de sistema com transferência de tecnologia e de execução de serviços técnicos especializados requer o parcelamento desses itens para fins de licitação.
- Deve ser efetuado o parcelamento do objeto do certame quando os serviços forem distintos, em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, visando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, respeitando a integridade qualitativa do objeto a ser executado e observando que o fracionamento não deve acarretar risco de aumento no preço a ser pago pela Administração.



aos autos do processo licitatório o conjunto probatório de que o parcelamento seria inviável. Contratos realizados em um só lote costumam ter economia de escala, contudo, os ganhos decorrentes da ampliação da concorrência, não raro, igualam ou sobrepujam os decorrentes da economia de escala.

- Nas aquisições de hemoderivados, em que há possibilidade de a empresa vencedora não conseguir suprir a demanda nacional, deve-se: a) realizar um melhor planejamento das compras, considerando-se os riscos decorrentes do fato desse mercado ter poucos fornecedores e a oferta ser limitada pela quantidade de plasma; b) evitar a concentração das compras em um único fornecedor, parcelando o objeto para adequar-se às peculiaridades do mercado desse tipo de produto, conforme estabelece o art. 15, inciso IV, da Lei 8.666/1993, bem como estabelecer prazos maiores de entrega para ampliar a competitividade.
- Incumbe ao gestor promover o parcelamento do objeto a ser licitado com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, ou, na impossibilidade técnica e econômica de fazê-lo, apresentar justificativas fundamentadas nos autos do procedimento licitatório (art. 3º, § 1º, inciso I, e 23, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993).
- O objeto da licitação deve ser parcelado em tantas parcelas quantas viáveis técnica e economicamente, evitando-se, salvo adequadas justificativas, a inclusão de obras distintas e independentes e com requisitos de capacidade técnica diversos em um mesmo procedimento licitatório.
- O parcelamento do objeto da licitação é obrigatório quando técnica e economicamente viável, devendo a Administração, em qualquer caso, fundamentar sua opção (arts. 15, inciso IV, e 23, § 1º, da Lei 8.666/1993, e da Súmula 247 TCU).
- O parcelamento do objeto da licitação é a regra, se viável técnica e economicamente. Havendo possibilidade de dividir obra pública, o gestor é obrigado a fazê-lo, pois o parcelamento redundaria na ampliação do número de competidores, na medida em que empreiteiras de menor porte ou de campo de atuação mais restrito podem não reunir condições de habilitação para todo o empreendimento, mas podem ter plena capacidade para executar uma parcela deste.
- Quando o objeto da licitação for de natureza divisível, deve ser observada a obrigatoriedade da admissão da adjudicação por itens e não pelo preço global, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com referência a itens ou unidades





**Anexo II - DECRETO N° 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE
2022 - DECRETO N° 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE
2022 - DOU - Imprensa Nacional.pdf**

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 31/10/2022 | Edição: 206 | Seção: 1 | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 3º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. O disposto no art. 176 da Lei nº 14.133, de 2021, aplica-se aos Municípios com até vinte mil habitantes.

Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública estadual, distrital e municipal que utilizem recursos da União oriundos de transferências voluntárias poderão observar as disposições deste Decreto.

CAPÍTULO II

DA DESIGNAÇÃO

Agente de contratação

Art. 3º O agente de contratação e o respectivo substituto serão designados pela autoridade competente, em caráter permanente ou especial, conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, três membros, designados nos termos do disposto no art. 5º e no art. 10 deste Decreto, conforme estabelecido no § 2º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º A autoridade competente poderá designar, em ato motivado, mais de um agente de contratação e deverá dispor sobre a forma de coordenação e de distribuição dos trabalhos entre eles.

Equipe de apoio

Art. 4º A equipe de apoio e os seus respectivos substitutos serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, para auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação na licitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 10.

Parágrafo único. A equipe de apoio poderá ser composta por terceiros contratados, observado o disposto no art. 13.

Comissão de contratação



Art. 5º Os membros da comissão de contratação e os respectivos substitutos serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa estabelecerem, observados os requisitos estabelecidos no art. 10.

§ 1º A comissão de que trata o **caput** será formada por agentes públicos indicados pela administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, de examinar e de julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares.

§ 2º A comissão de que trata o **caput** será formada por, no mínimo, três membros, e será presidida por um deles.

§ 3º O disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, não se aplica à comissão de que trata o **caput**.

Art. 6º Na licitação na modalidade diálogo competitivo, a comissão de contratação será composta por, no mínimo, três membros que sejam servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da administração pública, admitida a contratação de profissionais para o assessoramento técnico.

Art. 7º Nas contratações que envolvam bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 1º A empresa ou o profissional especializado contratado na forma prevista no **caput** assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva dos membros da comissão de contratação.

§ 2º A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade os membros da comissão de contratação, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Gestores e fiscais de contratos

Art. 8º Os gestores e os fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da administração designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, para exercer as funções estabelecidas no art. 21 ao art. 24, observados os requisitos estabelecidos no art. 10.

§ 1º Para o exercício da função, o gestor e os fiscais de contratos deverão ser formalmente cientificados da indicação e das respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.

§ 2º Na designação de que trata o **caput**, serão considerados:

- I - a compatibilidade com as atribuições do cargo;
- II - a complexidade da fiscalização;
- III - o quantitativo de contratos por agente público; e
- IV - a capacidade para o desempenho das atividades.

§ 3º A eventual necessidade de desenvolvimento de competências de agentes públicos para fins de fiscalização e de gestão contratual deverá ser demonstrada no estudo técnico preliminar e deverá ser sanada, conforme o caso, previamente à celebração do contrato, conforme o disposto no inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 4º Excepcional e motivadamente, a gestão do contrato poderá ser exercida por setor do órgão ou da entidade designado pela autoridade de que trata o **caput**.

§ 5º Na hipótese prevista no § 4º, o titular do setor responderá pelas decisões e pelas ações tomadas no seu âmbito de atuação.

§ 6º Nos casos de atraso ou de falta de designação, de desligamento e de afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou dos fiscais do contrato e dos respectivos substitutos, até que seja providenciada a designação, as atribuições de gestor ou de fiscal caberão ao responsável pela designação, ressalvada previsão em contrário em norma interna do órgão ou da entidade.



Art. 9º Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela administração, observado o disposto no art. 26.

Requisitos para a designação

Art. 10. O agente público designado para o cumprimento do disposto neste Decreto deverá preencher os seguintes requisitos:

I - ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da administração pública;

II - ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo Poder Público; e

III - não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da administração nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º Para fins do disposto no inciso III do **caput**, consideram-se contratados habituais as pessoas físicas e jurídicas cujo histórico recorrente de contratação com o órgão ou com a entidade evidencie significativa probabilidade de novas contratações.

§ 2º A vedação de que trata o inciso III do **caput** incide sobre o agente público que atue em processo de contratação cujo objeto seja do mesmo ramo de atividade em que atue o licitante ou o contratado habitual com o qual haja o relacionamento.

§ 3º Os agentes de contratação, os seus substitutos e o presidente da comissão de contratação serão designados dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública.

Art. 11. O encargo de agente de contratação, de integrante de equipe de apoio, de integrante de comissão de contratação, de gestor ou de fiscal de contratos não poderá ser recusado pelo agente público.

§ 1º Na hipótese de deficiência ou de limitações técnicas que possam impedir o cumprimento diligente das atribuições, o agente público deverá comunicar o fato ao seu superior hierárquico.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, a autoridade competente poderá providenciar a qualificação prévia do servidor para o desempenho das suas atribuições, conforme a natureza e a complexidade do objeto, ou designar outro servidor com a qualificação requerida, observado o disposto no § 3º do art. 8º.

Princípio da segregação das funções

Art. 12. O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o **caput** :

I - será avaliada na situação fática processual; e

II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

a) da consolidação das linhas de defesa; e

b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

Vedações

Art. 13. O agente público designado para atuar na área de licitações e contratos e o terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, deverão observar as vedações previstas no art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO III

DA ATUAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO



Atuação do agente de contratação

Art. 14. Caberá ao agente de contratação, em especial:

I - tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades de contratações, descentralizadas ou não, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;

II - acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação de que trata o inciso III do **caput** do art. 11 do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação; e

III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;

b) verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;

c) verificar e julgar as condições de habilitação;

d) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; e

e) encaminhar à comissão de contratação, quando for o caso:

1. os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021; e

2. os documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021;

f) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

g) indicar o vencedor do certame;

h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

i) encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado, na fase externa, por equipe de apoio, de que trata o art. 4º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, exceto quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º A atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá ater-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, o agente de contratações estará desobrigado da elaboração de estudos preliminares, de projetos e de anteprojetos, de termos de referência, de pesquisas de preço e, preferencialmente, de minutas de editais.

§ 4º Para fins do acompanhamento de que trata o inciso II do **caput**, o setor de contratações enviará ao agente de contratação o relatório de riscos de que trata o art. 19 do Decreto nº 10.947, de 2022, com atribuição ao agente de impulsionar os processos constantes do plano de contratações anual com elevado risco de não efetivação da contratação até o término do exercício.

§ 5º Observado o disposto no art. 10 deste Decreto, o agente de contratação poderá delegar as competências de que tratam os incisos I e II do **caput**, desde que seja devidamente justificado e que não incidam as vedações previstas no art. 13 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 6º O não atendimento das diligências do agente de contratação por outros setores do órgão ou da entidade ensejará motivação formal, a ser juntada aos autos do processo.

§ 7º As diligências de que trata o § 6º observarão as normas internas do órgão ou da entidade, inclusive quanto ao fluxo procedimental.



Art. 15. O agente de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade para o desempenho das funções essenciais à execução das suas funções.

§ 1º O auxílio de que trata o **caput** se dará por meio de orientações gerais ou em resposta a solicitações de apoio, hipótese em que serão observadas as normas internas do órgão ou da entidade quanto ao fluxo procedimental.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, a solicitação de auxílio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de consulta específica, que conterà, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida.

§ 3º Na prestação de auxílio, a unidade de controle interno observará a supervisão técnica e as orientações normativas do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e se manifestará acerca dos aspectos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos administrativos da gestão de contratações.

§ 4º Previamente à tomada de decisão, o agente de contratação considerará eventuais manifestações apresentadas pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, observado o disposto no inciso VII do **caput** e no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Atuação da equipe de apoio

Art. 16. Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação no exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. A equipe de apoio contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade, nos termos do disposto no art. 15.

Funcionamento da comissão de contratação

Art. 17. Caberá à comissão de contratação:

I - substituir o agente de contratação, observado o disposto no art. 14, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no § 1º do art. 3º e no art. 10;

II - conduzir a licitação na modalidade diálogo competitivo, observado o disposto no art. 14;

III - sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, e atribuir-lhes eficácia para fins de habilitação e de classificação; e

IV - receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os requisitos estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único. Quando substituírem o agente de contratação, na forma prevista no inciso I do **caput**, os membros da comissão de contratação responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão, exceto o membro que expressar posição individual divergente, a qual deverá ser fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 18. A comissão de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade, nos termos do disposto no art. 15.

Atividades de gestão e fiscalização de contratos

Art. 19. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - gestão de contrato - a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

II - fiscalização técnica - o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital,



para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

III - fiscalização administrativa - o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento; e

IV - fiscalização setorial - o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade.

§ 1º As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, assegurada a distinção das atividades.

§ 2º A distinção das atividades de que trata o § 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

§ 3º Para fins da fiscalização setorial de que trata o inciso IV do **caput**, o órgão ou a entidade poderá designar representantes para atuarem como fiscais setoriais nos locais de execução do contrato.

Art. 20. Deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional para a execução das atividades de gestão e de fiscalização dos contratos, de que trata o art. 19, editado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Gestor de contrato

Art. 21. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do **caput** do art. 19;

II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do **caput** do art. 19;

VI - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;



IX - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

X - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

Fiscal técnico

Art. 22. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

VI - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do **caput** do art. 21;

IX - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do **caput** do art. 21; e

X - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Fiscal administrativo

Art. 23. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

III - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;

IV - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



V - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do **caput** do art. 21;

VI - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do **caput** do art. 21; e

VII - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Fiscal setorial

Art. 24. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam o art. 22 e o art. 23.

Recebimento provisório e definitivo

Art. 25. O recebimento provisório ficará a cargo dos fiscais técnico, administrativo ou setorial e o recebimento definitivo, do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente.

Parágrafo único. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato, nos termos no disposto no § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

Terceiros contratados

Art. 26. Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e para subsidiar os fiscais de contrato nos termos do disposto neste Decreto, será observado o seguinte:

I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e

II - a contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno

Art. 27. O gestor do contrato e os fiscais técnico, administrativo e setorial serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno vinculados ao órgão ou à entidade promotora da contratação, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações para prevenir riscos na execução do contrato, conforme o disposto no art. 15.

Decisões sobre a execução dos contratos

Art. 28. As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos e os indeferimentos aos requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato serão efetuados no prazo de um mês, contado da data do protocolo do requerimento, exceto se houver disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

§ 1º O prazo de que trata o **caput** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que motivado.

§ 2º As decisões de que trata o **caput** serão tomadas pelo fiscal do contrato, pelo gestor do contrato ou pela autoridade superior, nos limites de suas competências.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Orientações gerais

Art. 29. Os órgãos e as entidades, no âmbito de suas competências, poderão editar normas internas relativas a procedimentos operacionais a serem observados, na área de licitações e contratos, pelo agente de contratação, pela equipe de apoio, pela comissão de contratação, pelos gestores e pelos fiscais de contratos, observado o disposto neste Decreto.



Art. 30. O Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá editar normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Vigência

Art. 31. Este Decreto entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

Brasília, 27 de outubro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Paulo Guedes

Wagner de Campos Rosário

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Anexo III - guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf

GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

6ª EDIÇÃO, REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

Câmara Nacional de
Sustentabilidade

CNS

Departamento de
Coordenação e Orientação de
Órgãos Jurídicos

Consultoria-Geral
da União



GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS
SETEMBRO 2023
6ª EDIÇÃO, REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA
EDIÇÃO APROVADA PELA CÂMARA NACIONAL DE
SUSTENTABILIDADE E PELA CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO



ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Jorge Messias

CONSULTOR-GERAL DA UNIÃO

André Augusto Dantas Motta Amaral

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

Priscila Cunha do Nascimento

Este é um trabalho da

Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS)

AUTORES DA 6ª EDIÇÃO:

Celso Verdini Clare

Flávio Garcia Cabral

Gabriela da Silva Brandão

Marcos Weiss Bliacheris

Maria Letícia Brandão Guimarães Barth

Murillo Giordan Santos

Rodrigo Magalhães Pereira

Teresa Villac

Viviane Vieira da Silva Fernandes

CONTRIBUIÇÕES TÉCNICAS NA 6ª EDIÇÃO:

(levantamento sobre a atualidade da legislação da Parte Específica)

Douglas Souza Marinho

Larissa Moura Domiciano

Isabela Goes Provenzano Friedrichs Pinheiro

Thais Barbosa Pereira

(Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo – CJU SP AGU)

DIAGRAMAÇÃO:

Caio Castelliano de Vasconcelos – CGEST/CGU

Caroline da Silva Sá - ASCOM

Gustavo Moreno de Freitas – ASCOM

Lucelia Inácio Neto – DGA/CGU

Waldemir Ferrarez da Cunha – DGA/CGU

Advocacia-Geral da União

Edifício Sede AGU I - SAS Quadra 3 Lotes 5/6 CEP: 70070-030

Brasília-DF

Telefone: (61) 2026-8545

Permitida a reprodução parcial ou total desta publicação, desde que citada a fonte.

Brasil. Advocacia-Geral da União (AGU). Consultoria-Geral da União. **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 6ª ed.** Barth, Maria Leticia B.G; Bliacheris, Marcos W.; Brandão, Gabriela da S.; Cabral, Flávio. G.; Clare, Celso V.; Fernandes, Viviane V. S.; Paz e Silva Filho, Pereira, Rodrigo M.; Santos, Murillo Giordan; Villac, Teresa.

Brasília: AGU, setembro 2023

Contratações públicas sustentáveis. Legislação e normas.
Direito Ambiental. Direito Administrativo

CDU: 351.712(81)

SUMÁRIO – PARTE GERAL

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA 6ª EDIÇÃO	9
2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	11
2.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ÂMBITO INTERNACIONAL– ODS/ONU E OCDE	13
3. CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL.....	17
3.1. LEI Nº 14.133/2021 E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL	18
3.2. REGIME DE TRANSIÇÃO: LEIS 8.666/93 e 14.133/21.....	19
4. FUNDAMENTOS JURÍDICOS	21
4.1. PARECER 01/2021/CNA/CGU/AGU: OBRIGATORIEDADE DA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DE ACESSIBILIDADE	26
4.2. TRATAMENTO JURÍDICO DA SUSTENTABILIDADE NA LEI 14.133/2021	27
5. PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (PASSO A PASSO)	30
5.1. 1º PASSO: Necessidade da Contratação e a Possibilidade de Reuso/Redimensionamento ou Aquisição pelo Processo de Desfazimento	30
5.2. 2º PASSO: Planejamento da Contratação com Parâmetros de Sustentabilidade	31
5.2.1 COMO SE MANIFESTAR NO ETP DE ACORDO COM OS INCISOS II E XII DO ART. 9º DA IN/ME Nº 58/2022	41
5.3. 3º PASSO: Análise do Equilíbrio entre os Princípios Licitatórios da Isonomia, da Vantajosidade e da Sustentabilidade	42
5.4. 4º PASSO: Sustentabilidade na Gestão e Fiscalização do Contrato, bem como Gestão de Resíduos	44
6. O CICLO DE VIDA: A SUSTENTABILIDADE NA AQUISIÇÃO DE BENS E PRODUTOS.....	47
6.1. EXEMPLOS DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM CADA FASE DO CICLO DE VIDA: .	48
PRODUÇÃO.....	48
DISTRIBUIÇÃO	48
USO.....	48
DESTINAÇÃO FINAL	49

7. SERVIÇOS - ASPECTOS GERAIS ATINENTES À SUSTENTABILIDADE EM SERVIÇOS	50
7.1. SUSTENTABILIDADE EM QUAIS SERVIÇOS?	53
8. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	54
8.1. A SUSTENTABILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	54
8.2. A ACESSIBILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	56
9. SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO	58
10. A DIMENSÃO CULTURAL DA SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.....	60
10.1. PREVISÕES EXPRESSAS SOBRE A DIMENSÃO CULTURAL DA SUSTENTABILIDADE NA LEI 14.133/21	64
11. A SUSTENTABILIDADE NOS CONVÊNIOS E DEMAIS PARCERIAS	65
11.1. PREVISÕES EXPRESSAS SOBRE CONVÊNIOS NA LEI 14.133/21 E A PORTARIA CONJUNTA MGI/MF/CGU 33, DE 30 DE AGOSTO DE 2023.....	73
12. A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE (AMPLITUDE DO CONCEITO ATUAL DE ACESSIBILIDADE) .	77
13. A IMPORTÂNCIA DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA	78
14. AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROGRAMA A3P.....	96
15. PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL	99
16. CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA PARTE ESPECÍFICA	100
ANEXOS	290
PARECER n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU	290
dESPACHO n. 00002/2021/CNS/CGU/AGU.....	290
DESPACHO n. 00334/2021/DECOR/CGU/AGU	290
DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU	290

SUMÁRIO – PARTE ESPECÍFICA

1.	ACESSIBILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	101
2.	ACESSIBILIDADE EM LOCAÇÕES	103
3.	AGROTÓXICOS – SEGURANÇA E REGRAMENTOS PARA USO	104
4.	APARELHOS ELÉTRICOS EM GERAL	110
5.	APARELHOS ELÉTRODOMÉSTICOS	118
6.	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – Gêneros Alimentícios – Licitação	122
7.	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) Modalidade Compra Institucional – Dispensa de Licitação	128
8.	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS HOSPITALARES, MATERIAIS DA ÁREA DA SAÚDE, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E COSMÉTICOS.....	135
9.	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL	143
10.	INSTRUMENTOS DE DEFESA AMBIENTAL	152
11.	COLETA SELETIVA CIDADÃ	155
12.	COLETA SELETIVA – CONTRATAÇÃO DA COLETA, PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECICLÁVEIS OU REUTILIZÁVEIS	156
13.	CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS – SEGURANÇA REGRAMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO.....	159
14.	CREDENCIAMENTO NA ÁREA DE SAÚDE.....	169
15.	DETERGENTE EM PÓ	171
16.	ENERGIA LIMPA (FOTOVOLTAICA)	177
17.	FRASCOS DE AEROSSOL EM GERAL.....	179
18.	LÂMPADAS EFICIENTES	181
19.	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO – Serviços de limpeza e conservação	188
20.	LIXO TECNOLÓGICO	192
21.	MERCÚRIO METÁLICO.....	195
22.	MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, MULHERES TRANS, TRAVESTIS, OUTRAS POSSIBILIDADES DO GÊNERO FEMININO, E MULHERES PRETAS E PARDAS.....	199
23.	OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – Resíduos	201
24.	OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA	206
25.	ÓLEO LUBRIFICANTE	208

26.	PILHAS OU BATERIAS	214
27.	PNEUS.....	222
28.	PRODUTOS OU SUBPRODUTOS FLORESTAIS	227
29.	PRODUTOS OU SUBPRODUTOS FLORESTAIS - aquisição de madeira, de lenha e de outros produtos florestais	232
30.	PRODUTOS PRESERVADOS DE MADEIRA.....	238
31.	RESÍDUOS ORGÂNICOS - COMPOSTAGEM INSTITUCIONAL	242
32.	RESÍDUOS – Serviços de saúde	243
33.	RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS	247
34.	RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS – Resíduos perigosos.....	251
35.	SANEAMENTO BÁSICO	256
36.	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	260
37.	SERVIÇO DE LAVANDERIA HOSPITALAR	262
38.	SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO	265
39.	SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO – Serviços de manutenção.....	269
40.	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO– AQUISIÇÃO DE (OU SERVIÇOS QUE UTILIZEM) BENS DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO	273
41.	VEÍCULOS.....	282

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA 6ª EDIÇÃO

Apresenta-se a 6ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, de atualização anual e com aperfeiçoamentos constantes.

Na presente edição foi detalhada a Lei 14.133/2021, abordado o regime de transição entre essa e a Lei 8.666/93. Na parte específica, constam orientação para a inclusão de mulheres vítimas de violência doméstica e atualização da legislação e normas infralegais mencionadas.

Registre-se que não constam do Guia legislação estadual e municipal, sendo de responsabilidade dos gestores públicos a sua consulta. Igualmente, é de zelo que seja verificada a atualidade da legislação e normas referidas no Guia antes da inserção nas minutas de edital ou anexos, bem como se existem leis, decretos ou normas infralegais supervenientes às citadas neste Guia.

Relembramos que este Guia constitui um documento em permanente reformulação e, nesse sentido, as contribuições escritas para sua melhoria devem ser encaminhadas para o e-mail: cgu.gncs@agu.gov.br

(não enviar consultas de casos práticos para este e-mail)

Destaque-se que a utilização do Guia é recomendada pela Consultoria-Geral da União:

A atuação consultiva na análise de processos de contratação pública deve fomentar a utilização das listas de verificação documental (checklists), do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e das minutas de editais, contratos, convênios e congêneres, disponibilizadas nos sítios eletrônicos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(Boa Prática Consultiva n. 6 - Manual de Boas Práticas Consultivas)

Por sua vez, o Tribunal de Contas da União manifestou-se no sentido de que o Guia "*tem como objetivo oferecer segurança aos gestores públicos na implementação de práticas socioambientais*"([Acórdão nº 1056/2017 - Plenário](#)).

Em outra oportunidade, a Corte de Contas entendeu pela licitude de cláusulas editalícias relativas à habilitação e à certificação dos licitantes, desenhadas com base em recomendações constantes do Guia, admitindo sua reprodução para certames futuros ([Acórdão nº 2661/2017-Plenário](#)).

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde 1972, época da Conferência de Estocolmo, a Organização das Nações Unidas - ONU - ocupa-se de refletir, discutir e disseminar a ideia de desenvolvimento sustentável.

O Relatório Brundtland, de 1987, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, representa um marco histórico na evolução do tema.

Em linhas gerais, podemos afirmar que a necessidade de desenvolvimento e o dever de proteger o meio ambiente e fomentar a sustentabilidade são valores que se complementam. Não há a menor viabilidade, nos tempos que correm, de pensarmos o desenvolvimento apenas como fator econômico. O desenvolvimento há de vir sempre acompanhado e orientado por necessidades socioambientais e com fundamento na sustentabilidade constitucionalmente prevista ([artigo 225, caput, CF](#)). Sendo assim, todo desenvolvimento deve ser qualificado e entendido como desenvolvimento sustentável.

Historicamente, a partir do enfoque tripartite (social, ambiental e econômico), que constituiu o seu núcleo mínimo, reconhece-se que o desenvolvimento sustentável envolve outras dimensões, tais como a ética e a jurídico-política.

A sustentabilidade multidimensional é um princípio e valor constitucional, conforme bem desenvolvido na doutrina nacional por Juarez Freitas (Sustentabilidade, Direito ao Futuro). A dimensão cultural vem sendo reconhecida, gradativamente, como integrante do desenvolvimento sustentável.

Em detalhamento, o **BEM-ESTAR SOCIAL** relaciona-se com a efetivação de direitos sociais, como saúde, educação e segurança, entre outros, assim como a garantia dos direitos assegurados aos trabalhadores, tais como proibição do trabalho do menor, fixação de salário mínimo, medidas relacionadas à fixação da jornada de trabalho e medidas de proteção à segurança e à saúde no ambiente de trabalho, a título de mera exemplificação.

O **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO** não é um fim em si mesmo e diz respeito à implementação de medidas estatais que contribuam para a efetivação de garantias dignas de vida e desenvolvimento das potencialidades humanas.

A **PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE** constitui importante elo da corrente do desenvolvimento sustentável e impõe que tanto o bem-estar social quanto o desenvolvimento econômico sejam alcançados sem prejuízo do meio ambiente ecologicamente equilibrado, que deve ser mantido e preservado pela geração atual em benefício próprio e das futuras gerações.

As dimensões ética e jurídico-política reforçam a multidimensionalidade e transversalidade da sustentabilidade, princípio jurídico para a concretização do bem-estar social e da solidariedade intergeracional.

É um avanço, principalmente porque a dimensão ética da sustentabilidade, assim como as demais, como demonstra Freitas (2014), tem assento constitucional e, nessa toada, não pode mais ser desconsiderada pelos operadores no campo do Direito.

Pela **DIMENSÃO ÉTICA**, o agir humano não é predatório, esvaindo-se a contraposição rígida entre sujeito e natureza e “o outro, em seu devido apreço, jamais pode ser coisificável, convertido em commodity” (FREITAS, Juarez, Sustentabilidade: Direito ao Futuro, 2019, p. 68). O cuidado intergeracional aqui também se apresenta no pensamento desse autor que enfatiza a “solidariedade empática” que não se aparta da racionalidade, mas de uma racionalidade não mecanicista e sem prepotência que se norteia por uma “vontade ética” (p. 66), que tem por norte o bem-estar de todos constitucionalmente previsto ([artigo 3º, Constituição](#)) e o reconhecimento da dignidade humana.

Verifica-se que a racionalidade empregada na perspectiva da sustentabilidade como valor e princípio constitucional supera a visão antropocentrista e uma racionalidade meramente operativa e instrumental rumo a uma racionalidade que, atenta a valores, confira dignidade humana ao agir.

A **DIMENSÃO JURÍDICO-POLÍTICA DA SUSTENTABILIDADE** refere-se à sua eficácia imediata, não dependente de regulamentação e a todos vinculante. Não há faculdade ou possibilidade de transigência do direito garantido pela sustentabilidade, seja para o presente, seja para o futuro. A sustentabilidade, além de seu conteúdo ético, é também juridicamente vinculante como um princípio constitucional implícito decorrente da incorporação como norma geral ([artigo 5º, parágrafo 2º, CF](#)). Especificamente sobre a **dimensão cultural** da sustentabilidade nas contratações públicas, consultar o tópico específico sobre o tema.

Pela Constituição Federal de 1988 ao direito ao meio ambiente corresponde o dever estatal de preservação e efetivação de ações para tanto. Neste contexto, entre diversas outras medidas a cargo do Poder Público, destaca-se a adoção de uma política de contratações públicas sustentáveis.

2.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ÂMBITO INTERNACIONAL– ODS/ONU E OCDE

As contratações sustentáveis se inserem em um contexto internacional, como um compromisso de Direito Internacional Público, confirmado perante a Organizações das Nações Unidas (ONU), em Nova York, no ano de 2015.

Trata-se de uma nova agenda de desenvolvimento mundial, que fixou 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) até 2030. Verificamos que houve uma ampliação do desenvolvimento sustentável para além do clássico tripé ambiental, social e econômico.

São Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- a. acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- b. acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- c. assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- d. assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- e. alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- f. assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- g. assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- h. promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- i. construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- j. reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- k. tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- l. assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- m. tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- n. conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- o. proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- p. promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- q. fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Os 17 ODS são implementados através do estabelecimento de metas e de estratégias por parte de cada país.

Sobre o tema, ressalte-se:

EMENTA: AGENDA 2030. RESOLUÇÃO APROVADA PELA ASSEMBLEIA-GERAL DA ONU. QUESTIONAMENTO SOBRE A EXISTÊNCIA OU NÃO DE FORÇA VINCULANTE.

1. Dificuldades inerentes ao processo de ratificação, bem como a reiterada oposição de reservas ao conteúdo dos mesmos pelos países signatários, têm levado os organismos internacionais a deliberarem sobre propostas de resoluções, de caráter meramente recomendatória.
2. A Resolução n. 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que aprovou a Agenda 2030, por não ser um tratado, não preenche o antecedente lógico para o processo de internalização estabelecido pelos arts. 84, VIII e 49, I, ambos da Constituição.
3. A Agenda 2030 reconheceu ser despida de efeitos vinculantes, reconhecendo e respeitando a soberania dos países em identificar as prioridades e as melhores alternativas para a persecução daquelas metas.
4. As metas e objetivos insertos na Agenda 2030 não irradiam eficácia normativa vinculante.

(**PARECER n. 00067/2019/DECOR/CGU/AGU**, aprovado pelo Excelentíssimo Advogado-Geral da União pelo r. **DESPACHO n. 00801/2019/GAB/CGU/AGU**, de 09/09/19, nos termos do Despacho do Consultor-Geral da União nº 00801/2019/GAB/CGU/AGU e do Despacho nº 00564/2019/DECOR/CGU/AGU).

Mais informações sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável podem ser obtidas no site <https://odsbrasil.gov.br/>, que apresenta os Indicadores Brasileiros, em iniciativa do IBGE.

As contratações públicas sustentáveis previstas nas Leis [nº 8.666, de 1993](#), e [nº 14.133, de 2021](#), tem relação com o ODS 12 – “Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis”, em sua meta nº 7, que é a de “promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.”

No Brasil, a promoção de práticas de contratações públicas sustentáveis vem sendo feita, gradativamente, mediante alterações na legislação (Ex.: [Lei nº 12.349, de 2010](#), que alterou o art. 3º da [Lei nº 8666, de 1993](#), e [Decreto nº 7.746, de 2012](#), que regulamentou o mesmo artigo).

Neste sentido, ressalte-se, por oportuno que, consoante voto do i. Min. Dias Toffoli na ADI 2946, houve o reconhecimento expresso de que antes mesmo da alteração trazida pela Lei nº 12.349/2010, as licitações sustentáveis já eram constitucionais e legais, uma vez que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado já se encontrava consagrado no art. 225 da Constituição muito antes da edição da Lei que introduziu no art. 3º da Lei nº 8.666/93 a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

3. CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes. Sendo assim, as contratações públicas serão promovidas, em regra, por meio de licitação.

Licitação é, portanto, o procedimento administrativo formal utilizado no âmbito da Administração Pública que visa a escolher, entre os diversos interessados, aquele que apresentar a proposta mais vantajosa para a celebração de determinado contrato (fornecimento, serviços, obras), de acordo com critérios objetivos de julgamento previamente estabelecidos em edital.

CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL, por sua vez, é aquela que integra considerações socioambientais, culturais e de acessibilidade em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos.

Trata-se de uma expressão abrangente, uma vez que não está delimitada pelo procedimento licitatório em si, mas perpassa todas as fases da contratação pública, desde o planejamento, a elaboração do edital, fiscalização da execução contratual e gestão dos resíduos.

A CONTRATAÇÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL DEVERÁ CONSIDERAR, NO MÍNIMO, OS SEGUINTE ASPECTOS:

- questionamento inicial quanto à necessidade do consumo;
- redução do consumo;
- análise do ciclo de vida do produto (produção, distribuição, uso e disposição) para determinar a vantajosidade econômica da oferta;
- estímulo para que os fornecedores assimilem a necessidade premente de oferecer ao mercado, cada vez mais, obras, produtos e serviços sustentáveis;
- fomento da inovação, tanto na criação de produtos com menor impacto ambiental negativo, quanto no uso racional destes produtos, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais;
- fomento a soluções mais sustentáveis, as quais foquem na função que se almeja com a contratação e que gerem menor custo e redução de resíduos;
- fomento à contratação pública compartilhada entre órgãos, por intenção de registro de preço (contratações compartilhadas sustentáveis)

3.1. LEI Nº 14.133/2021 E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

A Lei Geral de Licitações e Contratos ([Lei nº 14.133, de 2021](#)) seguiu nessa mesma trilha e também definiu o desenvolvimento nacional sustentável como princípio a ser observado na aplicação da lei e reforça essa orientação dispondo que o incentivo à inovação e o desenvolvimento nacional sustentável são objetivos do processo licitatório. Ainda em reforço a essa diretriz, a [Lei nº 14.133, de 2021](#), dispõe que a alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos nela estabelecidos.

Em outros termos, podemos afirmar que a contratação sustentável não pode mais ser considerada como exceção no cotidiano da Administração Pública. Ao contrário, ainda que sua implantação esteja ocorrendo de uma maneira gradativa, a realização da contratação sustentável pela Administração Pública, na forma descrita nos parágrafos anteriores, deixou de ser medida excepcional para ser a regra geral.

Por outro lado, não se pode olvidar do dever de motivação do gestor. Todo ato administrativo deve ser motivado. Assim, a não adoção de critérios e práticas de sustentabilidade na contratação pública enseja a necessidade de motivação administrativa.

Se a contratação sustentável é a regra, em princípio, a não adoção dela passa a demandar do gestor uma motivação mais robusta.

Além disso, ressaltamos que, do mesmo modo em que se observa a inserção de critérios de sustentabilidade nas licitações, assim também devem ser observadas nas contratações diretas, sem licitação, nos casos de inexigibilidade e dispensa, bem como nos convênios e instrumentos congêneres.

Pondere-se, a se considerar as previsões acerca de integridade na Lei 14.133/21, que o combate à corrupção é uma externalidade que a contratação sustentável deve considerar e aperfeiçoar na operacionalização da nova lei.

3.2. REGIME DE TRANSIÇÃO: LEIS 8.666/93 e 14.133/21

A Lei 14.133/2021 trouxe uma regra inovadora para a revogação dos regimes jurídicos licitatórios que serão substituídos. A novidade consiste na fixação de um período de transição para a substituição das leis que serão revogadas. De acordo com a redação original do art. 193, II, da nova Lei, a Lei 8.666/1993, a Lei 10.520/2002 e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/ 2011, somente seriam revogados após decorridos dois anos da sua publicação, ocorrida em 01/04/2021. Portanto, até 31/03/2023, haveria a vigência simultânea de ambos os regimes jurídicos de contratação.

A Medida Provisória 1.167, de 31 de março de 2023, no entanto, promoveu alterações na Lei 14.133/2021 para prorrogar o prazo de vigência da legislação pretérita sobre licitações e contratos públicos até 30/12/2023, além de estabelecer um prazo limite para a publicação dos editais fundados na legislação que será revogada. Tal sistemática foi corroborada pela [Lei Complementar 198](#), de 28 de junho de 2023, que deu nova redação ao inciso II do art. 193.

Ficou estabelecido que a opção administrativa acerca do regime licitatório deverá ser feita até o término do período de transição estendido até 30/12/2023, nos termos da redação conferida ao art. 191. Agora, a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta deverá ocorrer até 29/12/2023 e a opção pelo regime jurídico escolhido deverá constar expressamente no edital ou no ato autorizativo da contratação direta.

Além de ter prorrogado o prazo de vigência da legislação pretérita, a nova redação dada aos arts. 191 e 193 da Lei 14.133/2021, definiu, objetivamente, um prazo limite para a conclusão do processo de contratação que permanecerá regido pela legislação que será revogada em 31/12/2023. Se não houver a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta, com opção expressa pela aplicação da Lei 8.666/1993, da Lei 10.520/2002 ou dos arts. 1º a 47-A Lei 12.462/2011, até 29/12/2023, todo o procedimento licitatório deverá ser feito nos termos da Lei 14.133/1993, pois estará precluso o prazo para se utilizar a legislação pretérita.

4. FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A [Constituição da República Federativa do Brasil](#) em vigor, promulgada em 05 de outubro de 1988, foi a primeira constituição brasileira a afirmar expressamente o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

É indiscutível que a Constituição Federal conferiu tratamento especial aos direitos fundamentais. Para além de lhe creditar um título específico (Título II), que, inclusive, ostenta primazia topográfica em relação a outros temas estruturantes da Federação (organização do Estado, organização dos poderes, defesa, tributação, etc.), a Constituição contempla uma série de enunciados normativos esparsos que consagram direitos e garantias fundamentais os mais diversos.

O ["caput" do art. 225](#) é norma central para a compreensão inicial do tema, razão pela qual segue transcrito:

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O enunciado acima transcrito é expresso ao consignar: (i) que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito subjetivo ("Todos têm direito"); (ii) que o meio ambiente é um bem jurídico da categoria "de uso comum do povo"; (iii) que o meio ambiente é dotado de fundamentalidade material, na medida em que serve de base para o exercício de outros direitos, nomeadamente a vida ("essencial à sadia qualidade de vida"); (iv) que a tutela e preservação ao meio ambiente são deveres do Poder Público e da coletividade; (v) que o meio ambiente é um direito titularizado pelas presentes e futuras gerações.

Destarte, não restam dúvidas de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental, que ostenta fundamentalidade¹, nas perspectivas tanto material - pois, segundo Ingo Sarlet, “dizem com o reconhecimento e proteção de certos valores, bens jurídicos e reivindicações” (SARLET, Ingo Wolfgang Sarlet. Os direitos fundamentais sociais na Constituição de 1988. Revista Diálogo Jurídico – Ano I – Vol. I – Nº 1º, abril de 2001, Salvador, Bahia. p. 11.) - quanto formal - visto que positivado por nossa ordem constitucional - que é subjetivamente exigível pelo povo e cuja tutela compete ao Poder Público e à coletividade, em favor das presentes e futuras gerações.

Nas palavras de Frederico Amado, “o bem ambiental é autônomo, imaterial e de natureza difusa, transcendendo à tradicional classificação dos bens em públicos (das pessoas jurídicas de direito público) e privados, pois toda a coletividade é titular desse direito (bem de uso comum do povo)” (AMADO, F. Direito Ambiental Esquematizado. 3ª ed. São Paulo: Método, 2012, p. 24). No mesmo sentido, pronunciou-se o Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: [...] O direito à integridade do meio ambiente – típico direito de terceira geração – constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, à própria coletividade social. Enquanto os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos) – que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais – realçam o princípio da liberdade e os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) – que se identificam com as liberdades

¹ SARLET. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional, pp. 74-75.

positivas, reais ou concretas – acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade. ([MS 22.164, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, j. 30-10-1995, P, DJ de 17-11-1995](#)).

Assim, a ordem constitucional brasileira incorpora, no pós Conferência de Estocolmo, a proteção ambiental eficaz como meta a ser perseguida pelo Poder Público. Inaugura, pois, um modelo de Estado que Canotilho nomina de “Estado constitucional ecológico”, comprometido que é, interna e mundialmente, com a proteção ambiental e com o desenvolvimento sustentável (CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estado constitucional ecológico e democracia sustentada. In: GRAU, Eros Roberto; CUNHA, Sérgio Sérulo (coord.). Estudos de Direito Constitucional em homenagem a José Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros; 2003, p. 101 e ss.)

Deveras, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito subjetivamente exercitável perante o Estado, a quem cabe prover-lhe tutela efetiva. Por outro lado, convém enfatizar a não menos importante dimensão objetiva do direito fundamental ao meio ambiente. Quer esta significar que os direitos fundamentais participam da essência do Estado de Direito Democrático, operando como limite do poder e como diretriz para sua ação.

Com efeito, os Poderes constituídos devem pautar sua atuação tendo em vista os valores consubstanciados pelos direitos fundamentais. Logo, a promoção e preservação de tais direitos objetivamente considerados (inclusive e especialmente, o meio ambiente), de um lado, impõem ao Estado deveres de proteção suficiente e, por outro, legitimam restrições a direitos subjetivos individuais.

Outrossim, cumpre frisar que Constituição não outorga proteção ao meio ambiente tão somente no âmbito da “Ordem Social”. Muito ao revés, mesmo quando cuida da “Ordem Econômica e Financeira” (Título VII), o texto constitucional dedica atenção especial ao meio ambiente.

Entre os princípios informadores da ordem econômica (em sentido deontológico (GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica). São Paulo, Malheiros Editores. 2012. p. 66), insere-se a “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” ([art. 170, VI, da Constituição](#)). Quando dispõe sobre a atividade garimpeira, a Constituição realça a necessidade de proteção ambiental ([art. 174, § 3º](#)). Quando versa a função social da propriedade rural, elenca a preservação do meio ambiente como requisito necessário a seu cumprimento ([art. 186, II](#)). Ademais, o fim declarado da ordem econômica é assegurar a todos existência digna ([art. 170, caput](#)), que naturalmente supõe um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Portanto, tais disposições demonstram que a preservação ambiental subjaz todas as relações econômicas travadas no país (fabricação, prestação, comercialização, regulação de bens e serviço etc.). Revelam, ainda, o claro intento do constituinte de buscar, garantir e promover o desenvolvimento nacional sustentável ([arts. 1º, III e IV, 3º, 170, 225, Constituição](#)).

A partir destes comandos, editou-se caudalosa legislação ambiental e estruturou-se o sistema nacional do meio ambiente, incumbido de realizar diversificadas políticas públicas, tendo em vista a necessidade de assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente equilibrado.

No que diz respeito especificamente às contratações sustentáveis, destaca-se a força vinculante das normas produzidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Com efeito, além da Constituição Federal, de leis e decretos, existem diversas normas cogentes emanadas das entidades acima citadas. Essas normas tratam da segurança para o usuário de produtos e serviços, assim como tratam de exigências de critérios de sustentabilidade na aquisição de bens, na prestação de serviços e na execução de obras.

O Enunciado nº 11 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (4ª Edição), determina:

As licitações e contratações sustentáveis constituem política pública relevante para a Administração, cabendo aos Órgãos Consultivos, mediante suas práticas e manifestações nos processos submetidos a seu exame, fomentar e sedimentar a sua instrumentalização para a construção de um meio ambiente sustentável.

Ao lado dos fundamentos jurídicos gerais, acima sugeridos, deverão ser utilizados outros instrumentos normativos originários de diversificados órgãos públicos (Ibama, CONAMA, Inmetro e outros), de acordo com o objeto licitado.

Para consulta à legislação ambiental, sugerimos verificar o Painel de Legislação Ambiental, na página do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no endereço: [Painel Legislação](#)

O Painel de Legislação Ambiental abrange leis, medidas provisórias, e diversos atos normativos, tais como decretos, portarias, instruções normativas, relacionados à temática Meio Ambiente.

4.1. PARECER 01/2021/CNA/CGU/AGU: OBRIGATORIEDADE DA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DE ACESSIBILIDADE

O PARECER n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU foi elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade com o objetivo de orientar a atuação consultiva no que toca à adoção de critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade em todas as fases das contratações públicas.

Consta de sua ementa:

I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;

II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;

III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

O parecer foi aprovado pelo Diretor do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos (DESPACHO n. 00334/2021/DECOR/CGU/AGU) e pelo Subconsultor-Geral da União (DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU).

Em acréscimo, de acordo com o art. 18 da Portaria CGU nº 3, de 2019:

Art. 18. As manifestações jurídicas, as orientações normativas, os manuais, os enunciados, os atos normativos, os modelos e listas de verificação e demais trabalhos elaborados pelas Câmaras Nacionais, quando aprovados pelo órgão supervisor e pelo Consultor-Geral da União, devem ser observadas pela CGU e seus órgãos de execução.

Para ampla divulgação, o inteiro teor do PARECER n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU, DESPACHO 00002/2021/CNS/CGU/AGU, DESPACHO 00334/2021/DECOR/CGU/AGU e DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU constam como [Anexos](#) ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. TRATAMENTO JURÍDICO DA SUSTENTABILIDADE NA LEI 14.133/2021

A [Lei nº 14.133/21](#) demonstra a preocupação do legislador com o impacto das contratações promovidas pela Administração Pública. Em razão disso, observa-se um aprimoramento no tratamento dos aspectos relacionados à sustentabilidade.

O tema vem regulado em diversos artigos esparsos, tendo havido bastante destaque principalmente quanto à dimensão ambiental. Confira-se, dentre outros, os dispositivos abaixo:

- [Art. 5º](#): ratifica o desenvolvimento nacional sustentável como princípio nas licitações e contratações públicas;
- [Art. 6º](#), incisos XII, XVIII, alínea "h", XXIII, alínea "c", XXIV, alínea "e", XXV e XXV, alínea "a" que incorporam o tema em diversas conceituações essenciais;
- [Art. 11](#), inciso IV e parágrafo único impondo o desenvolvimento nacional sustentável como finalidade a ser buscada;
- [Art. 18](#), §1º, inciso XII, que, já na fase preparatória, estabelece a necessidade de avaliação prévia dos aspectos de sustentabilidade ali relacionados;

- [Art. 25](#), §5º, inciso I e §6º e 115, §4º, que tratam do licenciamento ambiental;
- [Art. 26](#), inciso II, que admite o estabelecimento de margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- [Art. 34](#), §1º, que permite a inclusão de custos decorrentes dos impactos ambientais na precificação do objeto, sempre que objetivamente mensuráveis, embora isso ainda precise ser regulamentado;
- [Art. 42](#), inciso III, que inclui a avaliação do aspecto ambiental na comprovação da qualidade e conformidade do produto ofertado;
- [Art. 45](#), incisos I a VI, contendo um rol amplo de requisitos de sustentabilidade a serem observados nas contratações de obras e serviços de engenharia;
- [Art. 74](#), inciso III, alínea "h", que estabelece a inexigibilidade de licitação para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com interessados que realizem "controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente".;
- [Art. 75](#), inciso III, alínea "j" que assegura a dispensa de licitação para contratação de associações ou cooperativas catadores de materiais recicláveis;
- [Art. 75](#), inciso XVII, que assegura a dispensa de licitação para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos;
- [Art. 92](#), XVII, e [116](#), dando efetividade a políticas públicas de inclusão social;
- [Art. 124](#), §2º e [137](#), inciso VI e §2º, inciso V, que permitem o reequilíbrio do contrato devido ao atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental por circunstâncias alheias ao contratado bem como a extinção contratual;

- [Art. 144](#), caput, contendo incentivos à competitividade mediante o estabelecimento de remuneração variável com base em critérios de sustentabilidade ambiental vinculada ao desempenho do contratado;

- [Art. 147](#), incisos II e III, que condicionam a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato à avaliação, entre outros motivos, de aspectos de sustentabilidade socioambiental;

- [Art. 178](#) que introduz crime específico de Omissão grave de dado ou de informação por projetista, por meio do Art. 337-O no qual seu §1º resta assim qualificado: “Consideram-se condição de contorno as informações e os levantamentos suficientes e necessários para a definição da solução de projeto e dos respectivos preços pelo licitante, incluídos sondagens, topografia, estudos de demanda, condições ambientais e demais elementos ambientais impactantes, considerados requisitos mínimos ou obrigatórios em normas técnicas que orientam a elaboração de projetos.”

5. PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (PASSO A PASSO)

REGRAS GERAIS

1º PASSO:	Necessidade da contratação e a possibilidade de reuso/redimensionamento ou aquisição pelo processo de desfazimento;
2º PASSO:	Planejamento da contratação com parâmetros de sustentabilidade;
3ºPASSO:	Análise do equilíbrio entre os princípios licitatórios da isonomia, da vantajosidade e da sustentabilidade;
4º PASSO:	Gestão e fiscalização do contrato, bem como gestão de resíduos;

5.1. 1º PASSO: Necessidade da Contratação e a Possibilidade de Reuso/Redimensionamento ou Aquisição pelo Processo de Desfazimento

Verificar a necessidade de contratar/adquirir;

Possibilidade de reutilizar bem ou redimensionar serviço já existente;

Possibilidade de adquirir bem proveniente do desfazimento;

O gestor público deve ser bastante criterioso e cauteloso acerca da necessidade de contratação ou aquisição de novos bens ou serviços.

Ainda assim, mesmo diante da necessidade de um bem ou serviço, o gestor deve analisar com cuidado a possibilidade de reuso dos seus bens ou redimensionamento dos serviços já existentes.

Esta ordem de prioridade está em conformidade com o disposto no [art.9º da Lei nº 12.305/2010](#) (Política Nacional de Resíduos Sólidos):

Art. 9º. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: **não geração, redução, reutilização**, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição ambientalmente adequada dos rejeitos.

Além disso, existe a possibilidade de adquirir bens provenientes de outro órgão público pelo processo de **desfazimento**, em conformidade especialmente com o [Decreto nº 9.373, de 2018](#) (Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal) e a [Lei nº 12.305, de 2010](#).

Recomendamos, por fim, consulta prévia à página governamental do [Doações](#) que substituiu o Reuse, mantendo o mesmo propósito de desburocratizar e garantir a transparência aos processos de incorporação e transferência de patrimônio da União, desenvolvida pelo Ministério da Economia, que oferta bens móveis e serviços para a administração pública, disponibilizados pelos próprios órgãos de governo ou oferecidos por particulares de forma não onerosa, otimizando a gestão do recurso público com consumo consciente e sustentável.

5.2. 2º PASSO: Planejamento da Contratação com Parâmetros de Sustentabilidade

- a) **Escolher e inserir no instrumento convocatório critérios e práticas de sustentabilidade aplicáveis ao objeto contratado com objetividade e clareza;**
- b) **Verificar a possibilidade de comprovação desses parâmetros e a sua disponibilidade no mercado**

Após constatada a necessidade de contratar, o gestor público irá escolher o objeto (bem, serviço ou obra) a ser contratado.

Neste momento da escolha do objeto a ser contratado se dá a inserção de critérios de sustentabilidade nas especificações dos bens, serviços ou obras, no estudo técnico preliminar, no termo de referência/projeto básico, no projeto executivo, no anteprojeto e/ou na minuta do contrato (especificação técnica do objeto e/ou obrigação da contratada). No edital os critérios de sustentabilidade podem ser exigidos como requisito de aceitabilidade da proposta ou como requisito de habilitação.

Atente-se que as exigências de sustentabilidade não devem ser genéricas. Deve-se evitar a transcrição literal e automática das previsões legais ou normativas, sem efetuar o exame da incidência real e efetiva delas na contratação em apreço. Os critérios de sustentabilidade devem ser objetivamente exigidos, para que possam ser objetivamente comprovados.

Esta inclusão de critérios de sustentabilidade deve ser feita de **modo claro e objetivo**. Portanto, não é permitido incluir critérios genéricos de sustentabilidade ou exigir declarações abstratas de cumprimento indistinto da legislação pertinente.

O estabelecimento de requisitos de sustentabilidade precisos, além de viabilizar sua exigibilidade pelo pregoeiro/comissão de licitação ou pela fiscalização/gestão do contrato, também permitem sua comprovação concreta pelas licitantes.

Cumpra observar o que o mercado pode ofertar e as **possibilidades de comprovação e verificação** dos critérios inseridos pelo órgão público, através de **certificações, documentos comprobatórios, amostra, laudos técnicos, etc.**

Essas exigências devem ser respaldadas em justificativa fundamentada, ressaltando-se que não podem comprometer a competitividade do certame e devem ser vistas com cautela, no caso de imposição de custos.

Destaque-se que, em licitações com critério de julgamento do tipo **melhor técnica ou técnica e preço**, os critérios de sustentabilidade poderão ser considerados na avaliação e classificação das propostas técnicas.

A avaliação do objeto contratual engloba a pesquisa de boas práticas na especificação técnica de bens e serviços, como a consulta aos Cadernos de Logística, Catálogo de Materiais e de Serviços dos Sistemas de Compras dos Governos. Em âmbito Federal existe o CATMAT e o CATSER sustentáveis.

Promovendo-se compras compartilhadas, além de poder aproveitar a expertise de órgãos ou entidades que se encontram mais avançados em termos de contratações públicas sustentáveis, ganha-se em escala, reduzindo o preço dos bens e serviços com critérios de sustentabilidade. A expertise de uma entidade passa para a outra e assim por diante. Sem dúvida que isso acelera o processo de incremento da aplicação dos critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações do Setor Público. Para tanto, pode-se usar o Sistema de Registro de Preços, que vem prestigiando a Intenção de Registro de Preços (IRP), para angariar cada vez mais órgãos e entidades participantes, em detrimento dos caronas.

Com efeito, o planejamento da contratação é o momento em que os critérios e práticas de sustentabilidade devem ser considerados, através da inclusão das contratações sustentáveis no contexto mais amplo da gestão estratégica e da pesquisa de inovações em serviços, bens e obras.

DIRETRIZES PARA ELABORAR OS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Os estudos técnicos preliminares irão delimitar toda a contratação. A efetividade do planejamento da contratação depende da análise da necessidade, formas de contratar, dos riscos envolvidos e das medidas que devem ser adotadas para sua viabilidade, sendo relevante que sejam previstos os critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto contratual, o alinhamento com o Plano de Logística Sustentável - PLS do próprio órgão e o Plano de Contratações Anual, a eventual existência de impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

A Lei nº 14.133/2021 assim define o estudo técnico preliminar: “documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”

A IN SEGES/ME nº 58/2022 regulamentou a Lei 14.133/2021 para dispor sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Até o final de 2023, caso o órgão faça a opção por contratar conforme a Lei nº 8.666/1993, que teve sua vigência estendida até 30 de dezembro de 2023, deverá utilizar a IN/ME nº 40/2020.

No art. 9º da IN/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022 estão previstos os elementos que devem constar dos Estudos Técnicos Preliminares, dentre os quais destacam-se **os incisos II e XII** que abrangem o tema da sustentabilidade.

INCISO II - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, OBSERVADAS AS LEIS OU REGULAMENTAÇÕES ESPECÍFICAS, BEM COMO PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO (Art. 9º da IN 58/2022)

GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA AGU

É necessário que nos estudos técnicos preliminares, que irão delimitar toda a contratação, sejam previstos os critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto contratual.

O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU se revela como instrumento muito útil para a pesquisa de critérios de sustentabilidade e que pode auxiliar no planejamento da contratação.

Assim, a primeira providência seria a consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, para verificar se o objeto contratual está previsto entre aqueles que constam da parte específica do Guia.

Identificado o objeto e os respectivos critérios de sustentabilidade no Guia Nacional, cabe a menção nos estudos preliminares do que irá constar nas minutas.

Deve-se ter em mente que o Guia não prevê todas as situações, nem poderia, tendo em vista que são muito amplas as possibilidades de contratação, nem é possível prever todas as necessidades da Administração, portanto, quando um tema não constar do Guia caberá ao órgão contratante fazer pesquisa em busca de legislação específica sobre o objeto da contratação, bem como verificar a existência de bens e serviços com critérios de sustentabilidade no mercado

Os requisitos técnicos, que comumente são previstos em Leis, Decretos, Instruções Normativas, Resoluções, Portarias e normas da ANVISA, do INMETRO, do Ibama, do CONAMA, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e outros órgãos se constituem em critérios de sustentabilidade. Os critérios de sustentabilidade devem ser estabelecidos com base em previsão normativa específica nas minutas.

Assim, caso o objeto contratual não se encontre no Guia Nacional, a pesquisa sobre o tema é a providência a ser tomada. Deve ser esclarecido que parte do objeto contratado pode constar do Guia, cabendo a pesquisa para o que não for previsto.

Uma boa fonte de pesquisa é o Painel de Legislação Ambiental, na página do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no endereço: [Painel de Legislação Ambiental](#)

Caso seja encontrada legislação sobre o tema não previsto no Guia o órgão poderá formular critério de sustentabilidade com base no dispositivo legal que se aplique ao objeto da contratação, de forma específica, com a inserção nas minutas, evitando-se a elaboração de critério de sustentabilidade de forma genérica, apenas citando a legislação porventura incidente. Nos estudos preliminares basta indicar o que será previsto nas minutas.

Se a Administração entender que os bens objeto da contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

Quanto a padrões mínimos de qualidade e desempenho nas aquisições, a finalidade é evitar uma caracterização excessiva e muito pormenorizada do material de modo a evitar que seja direcionada a compra para determinados fabricantes/marcas, causando restrição na competitividade do certame. O mesmo raciocínio pode ser aplicado aos serviços, na sua especificação, evitando-se que haja direcionamento.

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS

O Plano de Logística Sustentável é uma ferramenta de gestão e planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos nos processos administrativos. O compromisso com a sustentabilidade melhora a qualidade do gasto público, combate o desperdício e promove a redução de consumo.

A Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, um dos atos normativos que regulamentam a Lei nº 14.133/2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e no seu art. 8º, § 1º estabelece que o Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS deverá nortear a elaboração do Plano de Contratações Anual, dos estudos técnicos preliminares e dos anteprojetos, dos projetos básicos ou dos termos de referência de cada contratação.

Destaca-se que o Caderno de Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) está em fase de elaboração e irá estabelecer o modelo de referência para elaborar e implementar o PLS.

Portanto, é fundamental que o órgão no planejamento de suas contratações esteja alinhado com o seu próprio Plano de Gestão de Logística Sustentável, caso não tenha PLS, deve providenciar a sua elaboração.

Há necessidade de se indicar nos ETP que a contratação está alinhada ao Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS do órgão e com o Plano de Contratações Anual.

INCISO XII – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO. (Art. 7º da IN 40/2020)

XII - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (Art. 9º da IN 58/2022)

Em relação a este inciso cabe a verificação dos impactos ambientais da contratação e das medidas de tratamento para estes impactos, caso existentes.

IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras são fatores que apresentam significativa importância no planejamento de uma contratação.

Havendo impactos ambientais podem existir medidas de tratamento no sentido de mitigar ou reparar os impactos negativos. No planejamento da contratação esta questão pode ser avaliada com antecedência, de modo a visualizar medidas que possam, também, ter caráter preventivo.

Por outro ângulo, quando se pensa em impactos ambientais sempre vem à mente os impactos negativos ou adversos. Podem existir impactos ambientais positivos ou benéficos numa contratação.

Assim, ao elaborar os estudos técnicos preliminares, no planejamento da contratação, torna-se possível declarar os benefícios diretos e indiretos que o órgão ou entidade almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (por exemplo, diminuição do consumo de papel ou de energia elétrica), bem como, se for o caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

No tocante ao licenciamento ambiental, instrumento previsto na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/1981, artigos 9º, VI e 10) como boa prática de gestão administrativa é fundamental que, nos casos em que exigido, o órgão assessorado diligencie previamente perante os órgãos competentes para análise do tempo estimado para sua obtenção.

A “prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA” e “celeridade” que constaram do artigo 25, 2º, da Lei 14.133/2021 não implicam em adoção de medidas que resultem em prejuízos ao dever de preservação ambiental, devendo ser observados todos os regramentos específicos para o licenciamento ambiental.

Registre-se que sempre que a responsabilidade pelo licenciamento for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital (art. 115, 4º, Lei 14.133/2021)

Nas hipóteses nas quais a responsabilidade pelo licenciamento for da contratada, o órgão assessorado deverá considerá-lo no estudo técnico preliminar, na avaliação de riscos e estabelecer um cronograma físico-financeiro compatível, a fim de que seja inserido prazo adequado, evitando-se atrasos na execução contratual e futuras necessidades de prorrogação.

Os impactos ambientais podem ser negativos, exigindo maior cuidado, medidas de mitigação ou de prevenção. Quando positivos, são benéficos para a contratação pretendida. Portanto, cabe ao órgão licitante informar sobre os impactos ambientais nos estudos preliminares, bem como sobre medidas de tratamento, caso aplicáveis.

Um ponto que sempre deve ser abordado nos Estudos Técnicos Preliminares é a necessidade de licenciamento ambiental. Nos ETP deve ser indicado se haverá ou não tal exigência na contratação. Vide [Lei nº 6938, de 1981](#) e para maior aprofundamento no tema verificar as Resoluções do CONAMA vigentes e atualizadas sobre o assunto.

LOGÍSTICA REVERSA

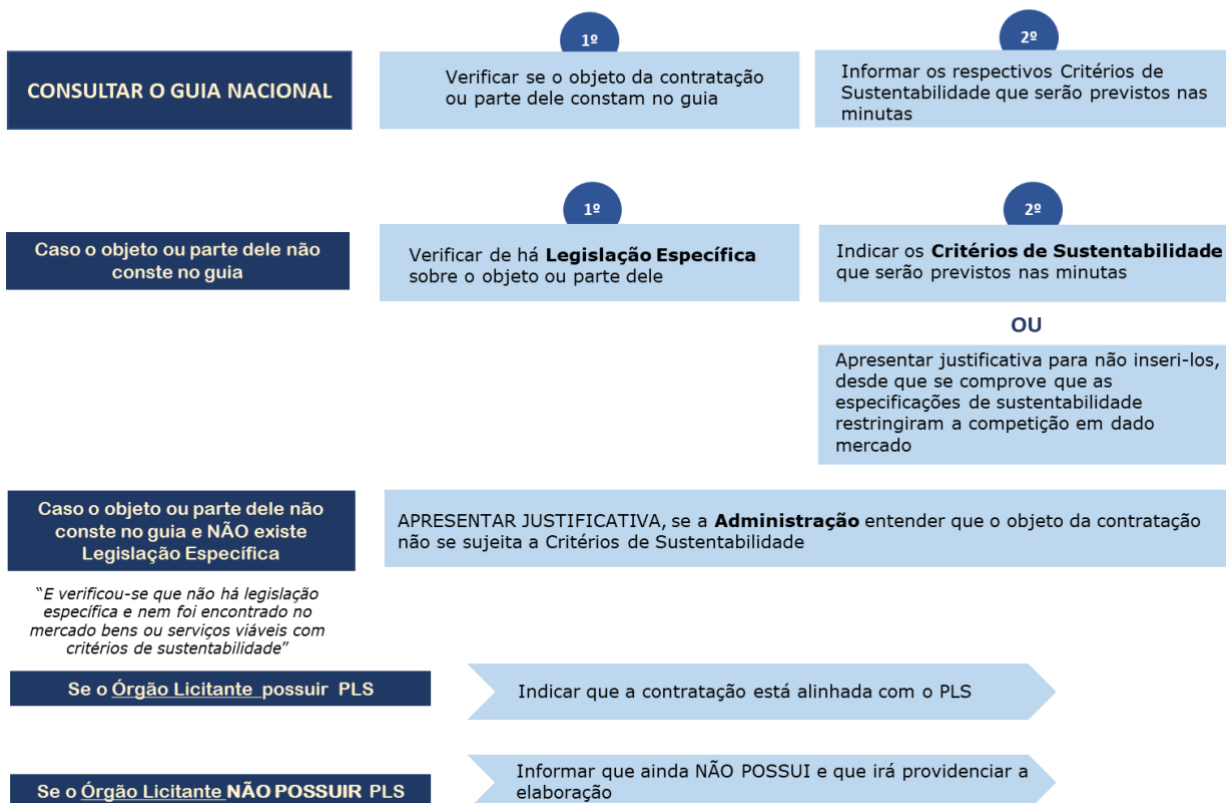
A Logística reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social que busca devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial. Este sistema deverá ser implementado, prioritariamente, pelos seguintes tipos de resíduos: agrotóxicos, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e eletroeletrônicos.

Como primeira cautela, o órgão deve verificar se, para aquele produto ou embalagem, já existe regulamentação editada pelo Poder Público – seja na esfera federal, estadual ou municipal –, ou acordo setorial ou termo de compromisso celebrado pelo Poder Público com o setor produtivo.

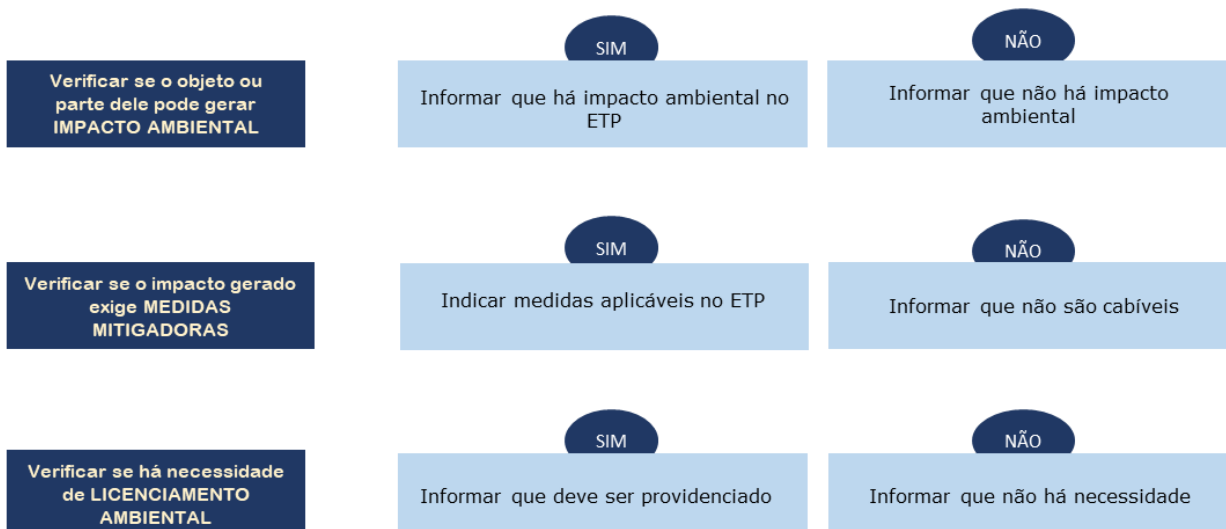
Sobre logística reversa, consultar o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos ([SINIR](#)), plataforma digital com o objetivo de coletar, armazenar, organizar e disponibilizar informações sobre a geração, destinação, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos.

5.2.1 COMO SE MANIFESTAR NO ETP DE ACORDO COM OS INCISOS II E XII DO ART. 9º DA IN/ME Nº 58/2022

INCISO II

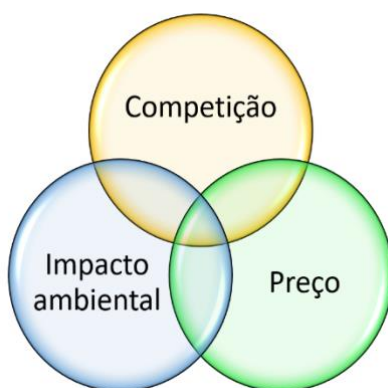


INCISO XII



5.3. 3º PASSO: Análise do Equilíbrio entre os Princípios Licitatórios da Isonomia, da Vantajosidade e da Sustentabilidade

O gestor público deve buscar o equilíbrio entre os três princípios norteadores da licitação pública: **desenvolvimento nacional sustentável**, **economicidade** e **competitividade**.



Fonte: [Manual Implementando Licitações Sustentáveis na Administração Pública Federal. PARTE II, Marcos Bliacheris. Cadernos da Consultoria-Geral da União](#)

(..) faz-se necessário o equilíbrio, não podendo a Administração se descuidar da competitividade e economicidade, buscando, sempre que possível o equilíbrio destas com a redução de impacto ambiental e benefícios sociais desejados.

A melhor proposta não é simplesmente a de menor preço, mas é aquela que melhor atende ao interesse público, considerando-se inclusive seus aspectos ambientais.

(Fonte: [Manual Implementando Licitações Sustentáveis na Administração Pública Federal. PARTE II, Marcos Bliacheris. Cadernos da Consultoria-Geral da União](#))

É o que se chama de “melhor preço”, que será proposta de menor preço que atende as especificações com critérios de sustentabilidade (conforme o 2º passo). A ideia do melhor preço foi positivada no [art. 23, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021](#). Esse dispositivo orienta que “O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto”. Complementa dizendo ainda que, no processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no **melhor preço** aferido por meio da utilização dos parâmetros previstos na lei, adotados de forma combinada ou não.

Tem-se então o equilíbrio entre a economicidade e a redução do impacto ambiental.

Quanto ao equilíbrio entre a competitividade e a redução do impacto ambiental, de maneira geral é reconhecido que, caso existam três fornecedores diferentes, a competitividade está preservada.

Entretanto, a **sustentabilidade pode, de modo justificado, se sobrepor aos outros princípios**, tanto a economicidade, quanto a competitividade. Ressalte-se que, nesses casos, a **justificativa do gestor é necessária**. Ele pode, por exemplo, optar por um produto mais caro do que o similar, fazendo disso parte de uma medida de gestão mais ampla, que, no final, reduz o custo em outros produtos ou até no próprio produto em tese mais caro, em razão da economia gerada.

Nesse ponto, vale citar mais uma vez a [Lei nº 14.133, de 2021](#), que, ao dispor sobre os critérios de julgamento, determina que “O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará **o menor dispêndio** para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação” (art. 34). Logo em seguida a lei explica que “Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e **impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio**, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento” (§1º do art. 34).

A compra de um produto mais caro pode ainda, por exemplo, estar relacionada com o objetivo de fomento a novos mercados para produtos sustentáveis, fomento esse necessário à Administração em ações ligadas à sustentabilidade ou outras ações igualmente relevantes. É o uso das contratações públicas como instrumento de viabilização de políticas públicas.

5.4. 4º PASSO: Sustentabilidade na Gestão e Fiscalização do Contrato, bem como Gestão de Resíduos

Observados os passos anteriormente citados, é fundamental que o gestor público não descuide da sustentabilidade na execução dos contratos, do início ao fim de cada contratação, seja para aquisição de bens, prestação de serviços ou realização de obras públicas.

Vamos refletir: podemos considerar sustentável uma aquisição de papéis que estabeleça critérios sustentáveis na descrição do objeto, mas que o servidor responsável pela conferência do produto seja negligente? E se tudo funcionar bem no almoxarifado, o servidor atestar que os papéis entregues atendem os requisitos de sustentabilidade previstos no edital, mas houver desperdício no uso dos papéis por parte dos servidores da entidade ou órgão público? Podemos considerar que estamos diante de uma contratação sustentável?

A resposta correta é não. Por quê? Porque a sustentabilidade deve perpassar todos os passos da contratação: do início (planejamento) ao fim (uso, consumo, fiscalização e destinação ambientalmente adequados), e estes momentos não são estanques; eles estão interligados.

Alerta sobre recebimento do objeto, seja ele produto, serviço ou obra:

É fundamental que a área responsável verifique, no momento do recebimento efetivo do objeto contratado, se ele cumpre todos os requisitos de sustentabilidade exigidos no Edital.

A fiscalização é a atuação da Administração Pública, mais especificamente do fiscal do contrato, que visa a verificação do adequado cumprimento das obrigações pela empresa contratada. Trata-se de um poder dever imposto pelo art. 58, III, c/c art. 67, ambos da Lei nº 8.666, de 1993 e artigo 104, III, c/c artigo 117, ambos da Lei nº 14.133, de 2021.

A fiscalização deve ser proativa e fazer um acompanhamento pormenorizado do contrato, informando ao gestor sobre a sua fiel execução ou sobre eventuais irregularidades detectadas.

A fiscalização é um passo obrigatório em **qualquer contratação pública**.

Na contratação pública sustentável, além de obrigatório, é também fundamental.

Na prática, não existe outro meio para aferir se a empresa contratada está observando fielmente todas as especificações do objeto e cumprindo cada uma das cláusulas contratuais que contemplem os requisitos de sustentabilidade previamente exigidos no edital, seja no termo de referência/projeto básico, como especificação técnica do produto ou serviço, ou no contrato, como obrigação da contratada.

Nessa linha, desde o planejamento da contratação, deve-se dar preferência a critérios de sustentabilidade que sejam mais facilmente verificáveis, ou seja, passíveis de comprovar o seu cumprimento.

Finalmente, a gestão dos resíduos decorrentes da contratação pública também deve ser considerada desde a fase de planejamento, em atenção à [Lei nº 12.305, 2010](#), e normas específicas.

Caso seja detectada alguma irregularidade pelo fiscal do contrato, a empresa contratada deverá ser notificada para regularização da execução contratual, que, no caso, corresponde à observância dos requisitos de sustentabilidade, sob pena de abertura de procedimento administrativo punitivo, na forma da lei.

6. O CICLO DE VIDA: A SUSTENTABILIDADE NA AQUISIÇÃO DE BENS E PRODUTOS

Os quatro passos gerais acima descritos serão seguidos na aquisição de bens e produtos, com destaque para a análise do ciclo de vida do produto que deve ser inserida no segundo passo, no momento da escolha do critério de sustentabilidade.



Fonte: [Embrapa](#)

Através da análise do ciclo de vida verifica-se a inserção de critérios de sustentabilidade nos vários momentos do ciclo, com vistas à seleção do resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

Assim, para que seja possível definir a vantajosidade da contratação a partir da análise do ciclo de vida, deve ser considerada a vida útil do bem e todas as fases do processo produtivo, desde os materiais utilizados e o modo de produção, passando pela distribuição, embalagem, transporte, utilização, manutenção, produção de eventuais resíduos, até chegar na disposição final.

6.1. EXEMPLOS DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM CADA FASE DO CICLO DE VIDA:

PRODUÇÃO

Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento devidamente certificada.

Modo de produção - sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais ou com menor uso de água e energia.

DISTRIBUIÇÃO

Embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, preferência por indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente.

USO

Produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental, produtos que geram menos resíduos ou que produzam resíduos recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, produtos passíveis de manutenção/conserto, remanufatura, troca ou reaproveitamento de peças de modo a assegurar uma vida útil mais longa e a redução do descarte.

DESTINAÇÃO FINAL

Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso ou para remanufatura.

Considerando todas as fases do ciclo de vida do produto citadas acima, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

- I. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- IV. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7. SERVIÇOS - ASPECTOS GERAIS ATINENTES À SUSTENTABILIDADE EM SERVIÇOS

Nos termos do [Decreto nº 7.746/12](#), a inserção da sustentabilidade em serviços contratados pela Administração Pública, tem como possibilidades:

- obrigação da contratada;
- especificação técnica do objeto (na descrição do serviço em si);
- requisito previsto em lei especial (Lei nº 8.666/1993, art. 30, IV e Lei nº 14.133/2021, art. 67, IV);

Acrescente-se ainda a hipótese de inserção da sustentabilidade em serviços na condição de requisito de habilitação jurídica. ([inciso V, do art. 28, da Lei nº 8.666, de 1993](#) e [art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Assim, no tocante à primeira hipótese, as previsões de sustentabilidade referem-se às condições em que prestado o serviço. As obrigações da contratada devem estar relacionadas ao objeto contratual e podem decorrer da **inserção de normas ambientais, sociais ou de acessibilidade, bem como de outras obrigações estabelecidas, motivadamente, pela Administração**, para a consecução do serviço.

Ao inserir a obrigação, o órgão deve atentar para que se preveja o correspondente mecanismo/rotina/ação de fiscalização.

Com relação à segunda possibilidade, de a sustentabilidade estar inserida na própria descrição do serviço a ser contratado, cita-se como exemplo a contratação de empresa de gerenciamento de resíduos sólidos por órgão público que, nos termos de legislação municipal, configure-se como grande gerador de resíduos.

Outra situação é a viabilidade de serem firmados termos de compromisso por órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, com associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis cadastradas no SINIR ou contratos, convênios ou outros instrumentos congêneres com pessoas jurídicas de direito público ou privado que atuem na criação e no desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, para destinação ambiental dos resíduos recicláveis e/ou reutilizáveis ([Decreto nº 10.936/2022, artigos 39, § único, e 41](#)).

No que tange à terceira previsão, a de inserção da sustentabilidade como requisito de habilitação, essa é a hipótese que mais demanda atenção por parte do gestor, tendo em vista o tratamento rigoroso que a doutrina e a jurisprudência (judicial e administrativa) dão às exigências de habilitação.

Defende-se, com toda razão, que não se pode inventar requisito de habilitação que não esteja previsto nos [artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993](#), e [artigos 62 a 69 da nova Lei Geral de Licitações e Contratos, nº 14.133, de 2021](#).

Contudo, não é correta a afirmativa de que a relação de documentos dos supracitados artigos enumere um rol exaustivo.

Pelo menos dois dos dispositivos citados ([art. 28, V, segunda parte](#), e o [art. 30, IV da Lei nº 8.666, de 1993](#), bem como a parte final do [art. 66 e o art. 67, IV da Lei nº 14.133, de 2021](#)) dão abertura para inclusão de diversos documentos e comprovações, **desde que essas exigências sejam previstas em lei especial, tenham pertinência com a contratação a ser realizada e não frustrem desarrazoadamente a isonomia e o caráter competitivo do certame.**

Ou seja, não pode o edital inovar nos requisitos de habilitação, quando essa exigência não encontrar suporte em lei.

Assim, uma vez prevista em lei, é possível cobrar determinada exigência de sustentabilidade por meio dos dispositivos citados. Para um melhor entendimento, vale transcrever os referidos dispositivos:

Lei nº 8.666, de 1993

Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

[...]

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, **e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.** (grifo nosso)

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Lei nº 14.133, de 2021

Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa **e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.** (grifo nosso)

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

[...]

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

São exemplos concretos de requisitos de sustentabilidade para fins de habilitação a exigência de autorização do órgão ambiental competente para funcionamento de imunizadoras e prestadores de serviços de controle de pragas, bem como a necessidade de a empresa ter em seu quadro um responsável técnico para manusear agrotóxicos e afins.

7.1. SUSTENTABILIDADE EM QUAIS SERVIÇOS?

- 1) serviços em geral
- 2) serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão-de-obra
- 3) serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra

Em cada caso concreto, o órgão público deve verificar se o objeto a ser licitado comporta a inserção de aspectos de sustentabilidade.

Nas contratações de serviços, a Advocacia-Geral da União disponibiliza em seu site modelos de editais, no link: Modelos [de](#) Licitações [e Contratos – AGU](#).

8. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

8.1. A SUSTENTABILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

A inserção da sustentabilidade em obras e serviços de engenharia configura-se em:

- 1) Aspectos técnicos constantes do projeto básico/termo de referência (aqui para serviços comuns de engenharia) ou do projeto executivo;
- 2) Observância da legislação e normas.

Obras e serviços de engenharia geram resíduos e rejeitos e a fase de planejamento da contratação deve considerar: medidas para a minimizar sua geração e prever sua destinação ambiental adequada



- **PREVENÇÃO DE RESÍDUOS** é pensar em não gerar resíduos, ou, pelo menos, em como reduzir a quantidade de resíduos que serão gerados.
- **GESTÃO DE RESÍDUOS** é o que fazer com os resíduos já existentes.

COMPREENDENDO A PREVENÇÃO DE RESÍDUOS

A licitação sustentável deve associar-se à prevenção na geração de resíduos, procurando-se, na fase de planejamento contratual, reduzir a quantidade de resíduos que serão gerados.

Destaque-se que o [Plano Nacional de Resíduos Sólidos](#) (documento em anexo ao Decreto 11.043/22), estabelece como orientação:

“4.3.2. REDUÇÃO DA QUANTIDADE DE RESÍDUOS E REJEITOS ENCAMINHADOS PARA DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA.

Diretriz 2A: Reduzir a geração de resíduos sólidos urbanos e aumentar a reutilização de produtos

Estratégia 12: Incentivar a inserção de critérios ambientais nas licitações públicas, orientando, quando viável técnica e economicamente, a aquisição de produtos reutilizáveis.”

COMPREENDENDO A GESTÃO DE RESÍDUOS

A gestão de resíduos de engenharia possui regramentos próprios, constantes dos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil, detalhado em tópico próprio.

A respeito do tema, sugere-se consulta a uma publicação do Senado denominada [“Projeto de edifícios públicos sustentáveis: uma abordagem cultural, econômica, ambiental e arquitetônica”](#) como subsídios técnicos (VIGGIANO, 2019).

8.2. A ACESSIBILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

QUAIS AS RELAÇÕES ENTRE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE EM OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA?

As obras e serviços de engenharia deverão estar atentos aos requisitos de acessibilidade, possibilitando que todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência, frequentem os espaços e prédios públicos e possam usar de forma segura e autônoma ou seus equipamentos e instalações.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece:

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.



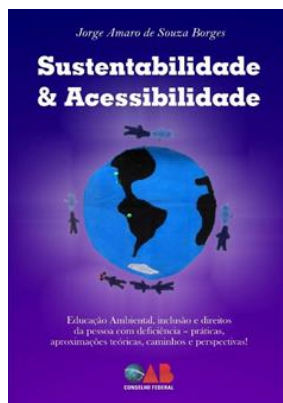
EM SERVIÇOS PÚBLICOS:

[Lei nº 10.048, de 2000](#)
[Lei nº 10.436, de 2002](#)
[Lei nº 11.126, de 2005](#)
[Decreto nº 5.296, de 2004](#)
[Decreto nº 5.904, de 2006](#)

ACESSIBILIDADE EM PRÉDIOS PÚBLICOS:

[CF](#)
[Lei nº 13.146, de 2015](#)
[Lei nº 10.098, de 2000](#)
[Lei nº 8.160, de 1991](#)
[Lei nº 7.405, de 1985](#)
[Decreto nº 5.296, de 2004](#)
[NBR 9.050, de 2004](#)

Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo. fonte: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/>



Livro Sustentabilidade & Acessibilidade – de Jorge Amaro de Souza Borges, disponível para download no site da OAB : [Sustentabilidade & Acessibilidade](https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=sustentabilidade)
<https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=sustentabilidade>

PRINCÍPIOS DO DESENHO UNIVERSAL

- ▶ Igualitário
- ▶ Adaptável
- ▶ Óbvio
- ▶ Conhecido
- ▶ Seguro
- ▶ Sem esforço

Nesse sentido, reformas e construções públicas devem:

- Na fase de planejamento: observar os princípios do desenho universal, concebendo os ambientes de forma a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico.
- Observar os parâmetros técnicos estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – NBR 9050/2004.

9. SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO²

“A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE considera o tema *sustentabilidade* como diretriz do desenvolvimento econômico e social, e assim, adotou a denominação de *Crescimento Verde* para esse assunto e definiu indicadores para a correlata avaliação.

A Declaração sobre Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável (Declaração OCDE/LEGAL/0320, que teve a adesão do Brasil em 28/6/2020) reafirmou o compromisso diretivo da OCDE na promoção do desenvolvimento sustentável “por meio da aplicação de ciência e tecnologia, fortalecendo as políticas e programas de inovação nacionais e melhorando as redes colaborativas globais existentes”.

Pela aludida declaração, os Estados aderentes se comprometem a adotar as medidas necessárias em seus ordenamentos jurídicos e práticas internas, assim como em atos internacionais, com o objetivo de fortalecer a produção de CT&I interna de forma alinhada e colaborativa com as práticas de CT&I internacionais, sempre focadas no desenvolvimento sustentável.

Destarte, tais medidas devem ser dirigidas, de um lado, às ações voltadas à educação cidadã e sensibilização do público sobre aspectos de segurança e preocupações éticas da aplicação científica e tecnológica para o desenvolvimento sustentável, e de outro lado, ao fortalecimento do ciclo de inovação e produção de conhecimento nos países em desenvolvimento e economias em transição, a fim de consolidar as práticas internas de CT&I, também, como ferramenta de desenvolvimento sustentável.

² Texto “Sustentabilidade e Inovação” redigido por *Carlos Freire Longato. Advogado da União, Coordenador da Câmara Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.*

A adesão do Brasil à Declaração nº 320 da OCDE representa um avanço relevante no plano da sustentabilidade porquanto direciona os compromissos anteriores assumidos junto à OCDE no campo da inovação com o desenvolvimento sustentável, a exemplo da Declaração de Daejeon sobre Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Era Global e Digital – (OCDE/LEGAL/0416, adotada pelo Brasil em 20/10/2015); Declaração sobre o fortalecimento das PMEs e o empreendedorismo para a produtividade e o crescimento inclusivo (OCDE/LEGAL/0439, adotada pelo Brasil em 22/02/2018); Declaração sobre Inovação no setor público (Declaração OCDE/LEGAL/0450, adotada pelo Brasil em 22/5/2019); Declaração Ministerial de Istambul sobre a Promoção do Crescimento de PMEs inovadoras e internacionalmente competitivas (OCDE/LEGAL/ 0328, adotada pelo Brasil em 04/06/2004); entre outros instrumentos normativos da OCDE que o Brasil tenha aderido.

Sob a ótica do direito interno, o inciso IV do art. 11 da Lei nº 14.133/21, prescreve “o incentivo à inovação e o desenvolvimento nacional sustentável” como objetivo do processo licitatório.

Portanto, é possível consignar que o nosso ordenamento jurídico vem se estruturando num processo de alinhamento normativo global que associa as práticas científicas, tecnológicas e de inovação como instrumentos de efetivação do desenvolvimento econômico e social sustentável. E nesse sentido o profissional do direito deve interpretar e aplicar a norma jurídica.”

10. A DIMENSÃO CULTURAL DA SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS³

“O [art. 2º, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019](#) – que regulamenta o pregão eletrônico⁴ – inovou ao expressamente inserir a perspectiva da *cultura* como uma das dimensões do princípio do desenvolvimento sustentável.

Nos termos da legislação em vigor ([art. 3º da lei 8.666/93](#) e [art. 5º da lei 14.133/21](#)), o desenvolvimento sustentável consiste em um dos objetivos a serem perseguidos pela contratação pública. Por conseguinte, tem-se um comando legal no sentido de que gestores públicos não se furtem em exercer um juízo de ponderação quanto à possibilidade, em concreto, de introdução de critérios de sustentabilidade também em sua vertente *cultural* nos processos de formação dos contratos públicos.

Vale registrar que, mesmo antes do advento da referida inovação normativa, a doutrina majoritária já entendia que a tutela do patrimônio histórico-cultural já estaria abrangida pela proteção genérica conferida pelo ordenamento jurídico ao meio-ambiente. Isso porque a expressão meio-ambiente (*lato sensu*) constituir-se-ia em macro conceito, o qual se subdividiria em quatro facetas, ou dimensões, interdependentes: meio-ambiente *natural*, meio-ambiente *laboral*, meio-ambiente *artificial* e meio-ambiente *cultural*.⁵

³ Texto “A Dimensão Cultural da Sustentabilidade” redigido por Dr. Daniel Lin Santos. Advogado da União, integrante da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos.

⁴ Obs da Câmara Nacional de Sustentabilidade para a edição 2023 do Guia: o Decreto 10.024/2019 aplica-se aos pregões eletrônicos sob fundamento da Lei 8.666/93, vigente em razão do regime de transição.

⁵ FENSTERSEIFER, Tiago. *Direitos fundamentais e proteção do ambiente: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 164.

De todo modo, a partir da edição do Decreto nº 10.024/2019, esta questão tornou-se mais clara: ao lado das já conhecidas dimensões econômica, social e ambiental (*stricto sensu*), a preservação do patrimônio *cultural* brasileiro passa – agora do ponto de vista do direito positivado –, a fazer parte, também, da perspectiva da contratação pública como instrumento privilegiado de promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Antes de prosseguirmos, é preciso compreender a abrangência da expressão “cultura” no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro. Os artigos 215 e seguintes da Constituição da República fornecem uma direção nesse sentido. À luz dos referidos dispositivos constitucionais, tem-se classificado os bens que constituem o patrimônio cultural sob duas dimensões distintas:⁶

3) Dimensão material ou concreta: trata-se da parte estática do patrimônio cultural. Exemplos: construções, lugares, obras de arte, objetos e documentos de importância para a cultura;

4) Dimensão imaterial ou intangível: trata-se da parte dinâmica do patrimônio cultural. Exemplos: manifestações de folclore, música e dança; mitos; atividades, padrões, valores e criações que conferem um sentido de identidade social; respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais; preservação da memória etc.

⁶ MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. pp. 1092-1094.

Portanto, à luz dos ditames constitucionais, qualquer procedimento licitatório ou contrato propriamente dito que, a par de satisfazer as necessidades da Administração Pública por bens, serviços e obras, tenham o condão de promover a difusão dos referidos valores (materiais e imateriais), pode ser considerada uma contratação pública que promove o desenvolvimento sustentável em sua dimensão *cultural*.

A título de exemplo, cite-se uma interessante experiência internacional que lançou mão da contratação pública como meio de promoção e preservação da dimensão material do patrimônio histórico-arqueológico da cidade de Roma/Itália. Referimo-nos a uma das mais modernas obras de infraestrutura que Roma já executou – a construção da terceira linha de sua rede de metrô (a “Linha C”). Através do projeto das “estações-museu” ou “estações arqueológicas”, a solução encontrada para a destinação e preservação das estruturas arqueológicas encontradas durante as escavações realizadas ao longo do traçado da nova linha do metrô foi sua musealização *in loco*. Usuários e transeuntes que ascendem às novas estações metropolitanas têm a oportunidade de admirar o patrimônio arqueológico como parte integrante do meio-ambiente urbanístico.⁷

O projeto é louvável e demonstra, no contexto da construção da nova linha do metrô de Roma, a preocupação estatal em lançar mão da contratação pública não somente para viabilizar mais uma opção de transporte coletivo, mas também como um instrumento de valorização do patrimônio histórico da cidade.

⁷ SANTOS, D. L. *Romanities claiming sustainability: the challenge of preserving urban and archaeological environment in the context of public procurement process*. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 18, n. 40, p. 411-430, jan./apr. 2021. Available from: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/1741>. Acesso em 06.05.2021.

No Brasil, o desafio está posto e a amplitude da matéria e das possibilidades que ela enseja é campo fértil para novas iniciativas e soluções inovadoras. A questão que se coloca é saber de que maneira inserir, no domínio das contratações públicas, essa concepção de cultura contida na Constituição Federal de 1988? Como fomentar de forma prática a promoção da dimensão cultural da sustentabilidade e, principalmente, encorajar a inserção de aspectos culturais em processos licitatórios com segurança jurídica e sem prejuízo dos tradicionais princípios da isonomia e da competitividade?

Em um país de dimensão continental, com uma infinidade de manifestações culturais, diversidade étnica e regional, a efetiva concretização da dimensão cultural da sustentabilidade nas contratações públicas demanda uma postura mais proativa de gestores públicos e também dos órgãos de consultoria e assessoramento jurídico. Aos primeiros, compete refletir e efetivamente ponderar sobre de que maneira podem viabilizar uma contratação que valorize, por exemplo, algum fornecedor ou bem jurídico que represente uma manifestação da dimensão cultural da sustentabilidade.

A seu turno, aos órgãos de consultoria e assessoramento jurídicos compete, precipuamente, conferir os subsídios necessários para que a decisão do gestor em inserir critérios de sustentabilidade cultural em certames públicos não implique em fragilização dos demais princípios da contratação pública. Isso perpassa, primeiramente, pela disseminação da ideia da dimensão cultural do desenvolvimento sustentável entre os órgãos assessorados, bem como pelo trabalho de levantamento e categorização das normas que conferem legitimidade à aplicação do fator cultural da sustentabilidade nas contratações públicas. Tudo isso de modo a conferir suporte e balizas ao gestor público, fazendo com que a decisão de contratação que eventualmente leve em consideração algum aspecto da sustentabilidade cultural seja uma decisão devidamente motivada, juridicamente segura e que não restrinja indevidamente o caráter competitivo *do certame licitatório*."

10.1. PREVISÕES EXPRESSAS SOBRE A DIMENSÃO CULTURAL DA SUSTENTABILIDADE NA LEI 14.133/21

Apresentada a contextualização do tema da dimensão cultural da sustentabilidade, destacamos as previsões expressas constantes da Lei 14.133/21:

As obras e serviços de engenharia deverão respeitar as normas relativas à proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas (artigo 45, V).

Conforme artigo 76, parágrafo 3º, II, nas alienações, a Administração poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóvel, admitida a dispensa de licitação, quando o uso destinar-se a pessoa natural que, nos termos de lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura, de ocupação mansa e pacífica e de exploração direta sobre área rural, observado o limite de que trata o parágrafo 1º do artigo 6º. da Lei 11.952/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

A dimensão cultural não se limita a estes dois artigos e, em outras situações, identificado que a contratação pública pode ter objeto condizente com o fomento à cultura, é viável e deve ser incentivada, enfatizando-se aqui a relevância da motivação administrativa.

11. A SUSTENTABILIDADE NOS CONVÊNIOS E DEMAIS PARCERIAS ⁸

“Levando em consideração o importante papel exercido na atividade de assessoramento e consultoria jurídica pela Advocacia-Geral da União, conforme disposição expressa no [art. 1º da Lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993](#), tonar-se relevante considerar que o fomento na adoção de critérios e práticas de sustentabilidade pelos entes públicos deve ser diligenciado no âmbito das unidades de Consultoria jurídicas.

Para além disso, o [artigo 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), assentou como um dos princípios de observância obrigatória o desenvolvimento nacional sustentável, ainda, o artigo 11, em seus incisos I e IV estabeleceu como objetivos do processo licitatório assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto e ao incentivo a inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável.

À vista do exposto, forçoso reconhecer que a adoção de critérios de sustentabilidade pela Administração Pública deve ser reconhecida como regra geral, já que a Constituição da República o definiu como dever da sociedade em seu artigo 225.

Pois bem, inserido no âmbito do macrossistema normativo federal vigente está o [Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007](#), que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, o qual regulamenta o [art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967](#), o [art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e o [art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#). A [Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016](#), instituiu normas para execução do estabelecido no decreto referido.

⁸ Texto “A Sustentabilidade nos Convênios e demais parcerias” escrito pela Dra Michelle Marry Marques da Silva Advogada da União, ex-Coordenadora da Câmara Nacional de Convênios e Instrumentos Congêneres

No que concerne à temática relacionada aos instrumentos convencionais a [Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000](#), dispõem em seus artigos 25 e 26 sobre duas formas de transferência dos recursos do orçamento da União, quais sejam: para os entes da Federação e para o setor privado.

Nesse diapasão, o artigo 25 considerou que para os efeitos da Lei complementar precitada haverá transferência voluntária quando houver a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

Portanto, a primeira conclusão que se chega é que para a Lei Complementar nº 101/2000 é considerada transferência voluntária aquela destinada a outro ente da Federação.

Dessa forma, o artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 tratando, especificamente, sobre a destinação de recursos para o setor privado esclarece que a “destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou défits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.”

Ademais, o parágrafo 1º do mesmo artigo suprarreferido na busca de dimensionar o âmbito de aplicação da disposição constante do **caput** informa que toda a Administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, devem obediência ao que determinou o **caput**, exceto, no exercício de suas atribuições precípuas, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.

Logo, outra conclusão possível é que para ser feita transferência de recursos para o setor privado é necessário ter lei específica autorizando esse repasse, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

Nessa lógica, foi publicada a [Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014](#), a qual trouxe previsão expressa no art. 84-A para que "A partir da vigência desta Lei, somente serão celebrados convênios nas hipóteses do parágrafo único do art. 84" sendo as seguintes hipóteses referidas:

Art. 84. Não se aplica às parcerias regidas por esta Lei o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. São regidos pelo art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, convênios:

I - entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;

II - decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º .

Art. 3º Não se aplicam as exigências desta Lei:

IV – aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins

lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal ;
(grifei e sublinhei)

Disso decorre que os convênios *estrito sensu* também são regidos pelo [art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#) e celebrados entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas e no caso de entidades filantrópicas e sem fins lucrativos enquadradas no [§ 1º do art.199 da Constituição Federal](#) com repasse de recursos, portanto.

Em linhas gerais, no convênio *estrito sensu* há transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União tendo, de um lado, órgão ou entidade da Administração Pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da Administração Pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos enquadradas no [§ 1º do art. 199 da Constituição Federal](#).

De acordo com o que já foi mencionado linhas acima no âmbito federal é a Portaria 424/2016 que estabelece as normas para execução das transferências voluntárias de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Referida norma regulamentar em seu art. 49 e art. 51 dispôs o seguinte:

Art. 49. Os órgãos e entidades públicas que receberem recursos da União por meio dos instrumentos regulamentados por esta Portaria estão obrigados a observar as disposições contidas na Lei nº8.666, de 1993, na Lei nº 14.133, de 2021, na Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002 e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes ao assunto, quando da contratação de terceiros (Alterado pela PORTARIA INTERMINISTERIAL ME/CGU Nº 4.481, DE 23 DE MAIO DE 2022)⁹

§ 1º Será obrigatório, para a aquisição de bens e serviços comuns pelos entes federativos, incluídos os serviços comuns de engenharia, o uso da modalidade pregão, na forma eletrônica e em conformidade com as normas editadas pela União, conforme disposto na Lei nº 10.520, de 2002, e no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. (Alterado pela PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 414, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020)

⁹ art. 49: redação com atualização normativa efetuada pela Câmara Nacional de Sustentabilidade. A Portaria Interministerial ME/CGU n. 4.481/22 acrescentou a menção à Lei 14.133/21 no caput e alterou redações dos parágrafos 1o e 2o pela Portaria Interministerial 414/2020.

§ 2º A utilização da forma de pregão presencial será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente do conveniente, nas licitações de que trata o § 1º, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica. (Alterado pela PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 414, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020)

§ 3º As atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas no SICONV.

§ 4º A comprovação do cumprimento dos §§ 1º e 2º do art.16 do Decreto nº 7.983, de 2013, será realizada mediante declaração do representante legal do órgão ou entidade responsável pela licitação, que deverá ser inserida no SICONV após a homologação da licitação.

Art. 51. Nos instrumentos celebrados pela União com estados, Distrito Federal e municípios deverá ser observado o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e pelas normas estaduais, distritais ou municipais, nos casos em que a execução do objeto, conforme prevista no plano de trabalho, envolver parcerias com organizações da sociedade civil. (grifei e sublinhei)

Desse modo, forçoso reconhecer pela leitura das disposições precitadas que a norma federal obrigou expressamente que os órgãos e entidades públicas que receberem recursos da União por meio dos instrumentos regulamentados pela [Portaria nº 424/2016](#) observem as disposições contidas na [Lei nº 8.666, de 1993](#), Lei 14.133/21¹⁰ na [Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002](#) e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes ao assunto, quando da contratação de terceiros, o que resulta na utilização obrigatória por parte dos Estados e Municípios das normas federais utilizadas nas contratações públicas.

¹⁰ Lei 14.133/21 acrescida pela CNS em face da nova redação ao artigo 49 pela Portaria Interministerial ME/CGU n. 4.481/22

Ainda, o [art. 49, § 1º da Portaria nº 424/2016](#) definiu que para aquisição de bens e serviços comuns é obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da [Lei nº 10.520, de 2002](#), e do vigente regulamento previsto no [Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019](#), que “regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

O Decreto sobredito em seu art. 1º, § 3º, também determinou que “para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.”

De fato, a implementação das políticas públicas hoje não deve depender apenas dos governos constituídos, mas, de toda a sociedade civil organizada funcionando, assim, como auxiliar do Estado na realização do interesse coletivo.

Sobre o tema, Maria Paula Dallari Bucci¹¹ bem pontuou que pensar em política pública é pensar na coordenação dos seguintes setores:

- 5) na atuação dos poderes executivos, legislativos e judiciário;
- 6) seja entre os níveis federativos;
- 7) seja no interior do governo (entre as suas pastas);
- 8) interação entre os organismos da sociedade civil e o Estado (Convênios, Consórcios etc).

¹¹ BUCCI, Maria Paula Dallari. Organizadora. *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 1-49.

Dessa forma, é imperioso concluir que as contratações públicas são meio para efetivação de políticas públicas através das transferências de recursos da União devendo obediência ao mandamento constitucional que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Portanto, para além da definição dos instrumentos convenientes *lato sensu* como sendo utilizados para execução de objetos que possuam interesse em comum, o que, em tese, os diferenciaria dos contratos, por serem esses entendidos pela doutrina clássica como acordos de interesses opostos não há como ser ignorado o fato de que também através dos convênios as práticas de sustentabilidade nas contratações públicas devem obrigatoriamente ser observadas, sendo considerado, então, importante vetor para sua disseminação.

Outrossim, importante, ainda, considerar que há autorização para criação de instrumentos diferentes dos convênios *estricto sensu* expressa no [artigo 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), nos seguintes termos:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

Verifica-se, então, que a utilização das expressões “no que couber” e “outros instrumentos congêneres” nos levam as seguintes conclusões possíveis: 1) podem existir outros instrumentos utilizados para repassar recursos ou não; 2) de acordo com o objeto que constar do instrumento hábil devem-se verificar as disposições que deverão ser aplicadas ou não, e; 3) para saber quais informações obrigatoriamente devem constar do ajuste a ser firmado é importante saber se vai existir transferência de recursos ou não.

Nessa toada, pode-se citar o acordo de cooperação técnica, que é o ajuste utilizado geralmente para viabilizar a cooperação entre entidades da Administração Pública para a consecução de um objetivo que congregue um interesse público e recíproco entre as partes.

Outro instrumento a ser tratado diz respeito ao acordo de cooperação, que foi definido no [art. 2º, VIII-A, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014](#), como sendo o "instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros."

Por último, tem-se o termo de execução descentralizada com previsão no [Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020](#), mais precisamente, no art. 2º, inciso I, que o estipulou como sendo "instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática".

Nesses termos, em contraposição aos ajustes supracitados, no caso do termo de execução descentralizada claro está que há transferência de recursos, sendo ajustado entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União para execução de programas, de projetos e de atividades previamente estabelecidas no plano de trabalho.

Ante o exposto, levando em conta que a sustentabilidade busca suprir necessidades não só da geração atual, como também, da futura de maneira que o sustento das mencionadas gerações seja garantido, conclui-se que independentemente se o instrumento a ser firmado pelo ente público irá realizar repasse ou não e, no caso desses últimos, importante considerar também que são utilizados para viabilizar a cooperação entre entidades da Administração Pública para a consecução de um objetivo que congregue interesse público, o qual deve ser considerado em sua acepção ampla, a inclusão dos critérios de sustentabilidade nos convênios e demais parcerias firmadas pelos entes públicos é medida salutar a ser amplamente difundida e utilizada por toda a Administração Pública.”

11.1. PREVISÕES EXPRESSAS SOBRE CONVÊNIOS NA LEI 14.133/21 E A PORTARIA CONJUNTA MGI/MF/CGU 33, DE 30 DE AGOSTO DE 2023

Apresentada a contextualização do tema da sustentabilidade nos convênios e instrumentos congêneres, destacamos a previsão expressa constante da Lei 14.133/21:

Art. 184. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal.

Neste sentido, o princípio do desenvolvimento nacional sustentável deve ser observado nos convênios e outros instrumentos congêneres, certo que é também um objetivo a ser atingido.

O Decreto 11.531/23 regulamentou o artigo 184 da Lei 14.133/21 e dispôs sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão.

Nos termos de seu artigo 13, a apresentação de um plano de sustentabilidade pelos proponentes é obrigatória previamente à celebração dos convênios ou contratos de repasse:

Art. 13. O proponente apresentará os seguintes documentos previamente à celebração dos convênios e dos contratos de repasse:

I - para a execução de obras e serviços de engenharia:

a) o anteprojeto, na hipótese de ser adotado o regime de contratação integrada, ou o projeto básico, para os demais regimes de contratação;

b) a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ressalvadas as hipóteses em que a responsabilidade pela desapropriação seja delegada ao contratado, nos termos do disposto no inciso II do [§ 5º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#);

c) a comprovação da instauração de procedimento de licenciamento ambiental, o comprovante de dispensa do licenciamento ambiental ou a declaração de que a responsabilidade pela obtenção do licenciamento ambiental será delegada ao contratado, nos termos do disposto no inciso I do § [5º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e

d) o plano de sustentabilidade;

II - para a execução dos demais objetos:

a) o termo de referência;

b) a comprovação da instauração de procedimento de licenciamento ambiental, o comprovante de dispensa do licenciamento ambiental ou a declaração de que a responsabilidade pela obtenção do licenciamento ambiental será delegada ao contratado, nos termos do disposto no inciso I do § [5º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e

c) o plano de sustentabilidade do equipamento a ser adquirido.

§ 1º Os documentos poderão ser apresentados após a data de celebração do convênio ou do contrato de repasse, desde que sejam submetidos previamente à liberação da primeira parcela dos recursos.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o prazo para apresentação dos documentos será estabelecido em cláusula específica e não poderá exceder ao prazo de nove meses, contado da data de assinatura do convênio ou do contrato de repasse.

§ 3º Excepcionalmente, o prazo de que trata o § 2º poderá ser prorrogado por até nove meses, desde que o prazo total para o cumprimento da condição suspensiva não exceda a dezoito meses e que o conveniente comprove ter iniciado os procedimentos para o saneamento da referida condição suspensiva.

§ 4º Após o cumprimento da condição suspensiva pelo conveniente, o concedente ou a mandatária da União analisará a documentação encaminhada e, se for o caso, solicitará complementação, com vistas à retirada posterior da condição suspensiva.

§ 5º A transferência dos recursos da União não será realizada enquanto não houver a retirada da condição suspensiva pelo concedente ou pela mandatária, exceto nas hipóteses de haver a liberação de recursos para:

I - a elaboração de:

- a) estudos de viabilidade técnica, econômica ou ambiental; e**
- b) anteprojetos, projetos básicos ou executivos; ou**

II - o custeio das despesas necessárias à obtenção do licenciamento ambiental.

§ 6º Os custos para a elaboração das peças previstas no inciso I do § 5º não poderão exceder a cinco por cento do valor total do convênio ou do contrato de repasse e a liberação desses recursos não configurará a retirada da condição suspensiva.

§ 7º Na hipótese de a administração ser responsável pela obtenção do licenciamento ambiental, a manifestação ou a licença prévia será obtida anteriormente à divulgação do edital de contratação para a execução do objeto.

Neste contexto, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis é subsídio ao gestor público para conhecimento da legislação e normas infralegais de conteúdo geral e obrigatório a serem consideradas nos convênios e instrumentos congêneres.

Registre-se o início de vigência do Decreto 11.531/2023:

Art. 31. Este Decreto entra em vigor em:

I - 1º de janeiro de 2024, quanto ao art. 10; e

II - 1º de setembro de 2023, quanto aos demais dispositivos.

[A Portaria Conjunta MGI/MF/CGU 33, de 30 de agosto de 2023](#), estabeleceu normas complementares ao Decreto 11.531/2023, revogou a Portaria Interministerial 424/2016 e estabeleceu, em seu art. 10, XXVI:

XXVI - plano de sustentabilidade: documento em que o conveniente detalha os aspectos orçamentários, técnicos e de recursos humanos necessários à garantia do pleno funcionamento do objeto pactuado, incluindo aqueles afetos à operação e à manutenção;

Conforme previsto no art. 24, o proponente deverá apresentar o plano de sustentabilidade, importante a observância da legislação e normas infralegais acima referidas:

Art. 24. O proponente deverá apresentar as seguintes peças documentais antes da celebração do instrumento, sendo facultado ao concedente ou à mandatária exigi-los posteriormente, desde que antes da liberação da primeira parcela dos recursos:

I - para execução de obras e serviços de engenharia:

c) o plano de sustentabilidade;

II - para os demais objetos:

(...)

c) o plano de sustentabilidade do equipamento a ser adquirido, salvo nos casos em que ficar comprovada a desnecessidade de apresentação do referido documento.

12. A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE (AMPLITUDE DO CONCEITO ATUAL DE ACESSIBILIDADE)

A ACESSIBILIDADE COMO EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL

A [Constituição Federal](#) também contempla uma série de enunciados normativos dirigidos à proteção de pessoas com deficiência. Em particular, destacam-se os arts. 227, § 2º, e 244 que prescrevem que a lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas com deficiência.

Por sua vez, o Decreto nº 6.979, de 2009, promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, que foram aprovados pelo Congresso Nacional, o que conferiu status de norma constitucional a suas disposições.

Tal Convenção definiu a acessibilidade como um de seus princípios gerais (art. 3º, "f"), bem como estabeleceu medidas obrigatórias endereçadas a sua promoção, entre outros, em instalações, edifícios e serviços abertos ao público ou de uso público (art. 9º).

Por conseguinte, as medidas de acessibilidade voltadas ao Estado derivam de normas constitucionais e sua realização está inevitavelmente atrelada as contratações públicas.

O objetivo que a atuação do Poder Público tem quando se fala em pessoas com deficiência é a sua inclusão social em condições de igualdade com as demais pessoas de nossa sociedade, conforme o art. 1º da Lei Brasileira de Inclusão.

13. A IMPORTÂNCIA DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA

O QUE É E PARA QUE SERVE

O Cadastro Técnico Federal do Ibama (CTF-Ibama) é um grande banco de dados para registro de pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades que demandam interesse de controle e fiscalização pelo Ibama, órgão ambiental encarregado dessa missão, pela [Lei nº 6.938, de 1981](#), que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente. Ou seja, é um instrumento utilizado pelo Ibama para controle e fiscalização de atividades que possam de alguma forma afetar o meio ambiente. É o controle ambiental sobre as etapas da cadeia produtiva, que vai desde a extração e mineração, passando pela indústria, e vai até a importação, o transporte, o armazenamento e a comercialização de diversos produtos e serviços, sem perder de vista a o necessário tratamento e destinação de resíduos, efluentes e descontaminação. É também por meio do CTF-Ibama que se faz o controle e fiscalização da exploração econômica da fauna e da flora, bem como grandes obras de infraestrutura. Essa é a importância do CTF-Ibama.

Existem dois tipos de Cadastro Técnico Federal:

- a) **As pessoas físicas e jurídicas que, em âmbito nacional, desenvolvem as atividades listadas no Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021** são obrigadas ao registro no **Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA)**, instituído pelo art. 17, inciso I, da Lei nº 6.938/81;
- b) **As pessoas físicas e jurídicas que, em âmbito nacional, desenvolvem as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021**, são obrigadas ao registro no **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP)**, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

A **FORMALIZAÇÃO DO REGISTRO** se dá mediante a emissão do Comprovante de Registro, contendo o número do cadastro, o CPF ou CNPJ, o nome ou a razão social, o porte e as atividades declaradas.

A **COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE DO REGISTRO** se dá mediante a emissão do Certificado de Regularidade, com validade de três meses, contendo o número do cadastro, o CPF ou CNPJ, o nome ou razão social, as atividades declaradas que estão ativas, a data de emissão, a data de validade e chave de identificação eletrônica.

A inscrição no Cadastro Técnico Federal **NÃO DESOBRIGA** as pessoas físicas ou jurídicas de obter as licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades.

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

ATIVIDADES E INSTRUMENTOS DE DEFESA AMBIENTAL

Em relação ao CTF/AIDA é importante destacar:

Pessoa Física

São obrigadas à inscrição no CTF/AIDA, as pessoas físicas que exerçam referentes à:

- responsabilidade técnica por projeto, industrialização, comércio, instalação e manutenção de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades poluidoras;
- responsabilidade técnica por pessoa jurídica que preste consultoria na solução de problemas ecológicos e ambientais;
- consultoria técnica na solução de problemas ecológicos e ambientais, qualquer que seja a forma de contratação;
- responsabilidade técnica pelo gerenciamento dos resíduos sólidos.

Pessoa Jurídica

São obrigadas à inscrição no CTF/AIDA as pessoas jurídicas que:

- exerçam atividade de elaboração do projeto, fabricação, comercialização, instalação ou manutenção de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- prestem de serviços de consultoria sobre problemas ecológicos e ambientais;
- devam comprovar capacidade e responsabilidade técnicas por dados declarados no Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, por dados declarados em relatório de controle ambiental e no gerenciamento de resíduos sólidos.

PESQUISA PÚBLICA DO CTF/AIDA

Conforme art. 7º, Parágrafo único, da [Resolução Conama nº 1/1988](#), as inscrições no CTF/AIDA devem ser acessíveis aos interessados.

O Ibama disponibiliza a Pesquisa Pública de inscrições válidas no CTF/AIDA, tanto de pessoas físicas, como de pessoas jurídicas.

Nos resultados, o interessado pode consultar os Certificados de Regularidade das pessoas físicas e jurídicas pesquisadas.

No caso de pessoa física, o resultado da pesquisa apresenta a declaração de Conselho de Fiscalização Profissional a que se subordina o profissional, bem como o *link* de acesso ao respectivo currículo na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A Pesquisa Pública é um importante auxílio na busca de pessoas físicas e jurídicas que, obrigadas à inscrição no CTF/AIDA, declaram habilitação técnico-legal na prestação de serviços de consultoria ambiental, como por exemplo: auditorias ambientais, certificações ambientais de terceira parte, estudos técnicos, laudos técnicos, pareceres técnicos, perícias ambientais, ou planos, programas e projetos técnicos na área ambiental.

[Acesse a pesquisa pública de pessoas físicas e jurídicas inscritas no CTF/AIDA no site do IBAMA.](#)

CTF/AIDA e POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- **O gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade técnica é atividade de defesa ambiental integrada à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).**
- A exigência de plano de gerenciamento de resíduos sólidos ou de plano de gerenciamento de resíduos perigosos é determinada no processo de licenciamento ambiental de empreendimento ou de atividade.
- A pessoa jurídica obrigada à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos ou de plano de gerenciamento de resíduos perigosos deve se inscrever no CTF/AIDA, para identificação de responsável técnico devidamente habilitado para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento, incluindo o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, conforme categorias cód. 0004 ou 0005 do Anexo I da [Instrução Normativa Ibama nº 12/2021](#).

Em caso de dúvidas e outras informações sobre o CTF/AIDA, utilize os canais de atendimento e formulários eletrônicos do Ibama, acessando o [Fale com o Ibama](#).

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL**ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE
RECURSOS AMBIENTAIS**

Já em relação ao CTF/APP, é importante destacar:

- O CTF/APP identifica as pessoas físicas e jurídicas sob controle ambiental e fiscalização ambiental, conforme previsto em legislação federal ou de âmbito nacional, gerando informações para a gestão ambiental no Brasil.
- As pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades sob controle ambiental têm obrigação de se inscrever no CTF/APP conforme [Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021](#).

O Ibama recomenda que os gestores de licitações públicas consultem detidamente as Fichas Técnicas de Enquadramento (FTEs) no CTF/APP, disponíveis no site, antes de exigir a inscrição do fornecedor nesse Cadastro. Elas são um guia juridicamente seguro para identificação correta da atividade a ser declarada no formulário de inscrição do CTF/APP. Maiores informações técnicas sobre o CTF/APP, orientações para o passo a passo do enquadramento, as classificações das fichas técnicas por categorias e temas, bem como a listagem de todas as fichas técnicas encontram-se no site do IBAMA e indicamos sua consulta:

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastros>

As orientações técnicas do IBAMA referentes ao CTF/AIDA encontram-se em:

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastros/ctf/ctf-aida>

RELAÇÃO COM AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

- CF/88 - art. 37, inciso XXI;
- Lei nº 8.666, de 1993 – art. 3º (instituiu o princípio do desenvolvimento nacional sustentável);
- Lei nº 14.133, de 2021 (entre diversos outros artigos que tratam diretamente da sustentabilidade nas contratações públicas, destaque para o art. 5º, que define o desenvolvimento nacional sustentável como princípio a ser perseguido pela licitação, e o art. 11, que afirma ser objetivo da licitação incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, bem como determina que a alta administração deve zelar pelo cumprimento desse objetivo);
- Decreto nº 7.746, de 2012 (regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993);
- Decreto nº 10.024, de 2019 – (desenvolvimento sustentável será observado em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades);
- Instrução Normativa nº 1, de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (orientações e exemplos para exigências de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas);
- Lei nº 12.187/09 (Política Nacional sobre Mudança do Clima);
- Lei nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- compromissos internacionais.

ENTENDIMENTO DA CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO:

O [PARECER Nº 26/2016/DECOR/CGU/AGU](#), aprovado pelo Consultor-Geral da União ([DESPACHO n. 00212/2017/GAB/CGU/AGU](#)), uniformizou entendimento no âmbito da AGU no sentido da legalidade e obrigatoriedade de exigência do CTF-Ibama:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO AMBIENTAL. DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS. EXIGÊNCIA DE CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA. EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO E REGULARIDADE. DESTINATÁRIOS. FABRICANTES E FORNECEDORES.

1. A dimensão objetiva do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto na Constituição Federal (art. 225, *caput*) e em tratados internacionais, bem como a natureza *propter rem* das relações jurídico-ambientais atinentes à transferência de titularidade de coisas, permitem concluir que a Administração tem o dever constitucional de exigir os critérios de sustentabilidade socioambiental nas contratações públicas, entre eles o registro no Cadastro Técnico Federal, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade, nos termos da Lei nº 6.938/81 e da Instrução Normativa nº 6/2013, do IBAMA.

2. Os critérios e práticas de sustentabilidade podem ser exigidos como critério de aceitabilidade da proposta (v.g. especificação técnica do objeto, obrigação contratual) ou enquanto requisito de habilitação, a depender da situação jurídica. Nesta última hipótese, com espeque na Lei nº 8.666/93, devem contar com previsão normativa em leis esparsas, consoante os arts. 30, IV, e 28, V, constatada a ligação com o objeto contratado e, ainda, observar os princípios da isonomia, proporcionalidade e competitividade;

3. Nessa ordem de ideias, é constitucionalmente adequado exigir dos licitantes que apresentem a comprovação da inscrição e da regularidade dos fabricantes junto ao CTF do IBAMA, observados os atos normativos que impõem o cadastro no referido banco de dados, com todas as consequências correspondentes.

4. O Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP é relevante instrumento acerca da matéria, apto a orientar o público acerca da exigência de inscrição e regularidade no CTF do IBAMA, especialmente acerca do seu enquadramento como critério de aceitabilidade de proposta ou, em outro viés, enquanto requisito de habilitação.

5. Os argumentos contrários a exigências dessa natureza em face não só de fabricantes, mas igualmente dos licitantes, devem ser submetidos ao crivo do princípio da proibição do retrocesso ambiental, à luz do caso concreto, porquanto a mitigação da proteção ambiental induz presunção de inconstitucionalidade, salvante as justificativas técnicas e jurídicas que se coadunem com os discursos constitucional e internacional, observado o postulado normativo da proporcionalidade e, eventualmente, a concordância prática.

[\(PARECER Nº 26/2016/DECOR/CGU/AGU\)](#)

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Tem sido muito citado o [Acórdão TCU 1666/2019-P](#), que tratou da compra de papel toalha pelo TRT-2ª Região, como exemplo da jurisprudência negativa pela exigência do CTF-Ibama. Esse certame previu no instrumento convocatório entre outras diversas exigências, comprovação de registro do fabricante do material acabado no CTF/APP-Ibama e comprovação da certificação florestal válida (referência: FSC, Cerflor), em nome do fabricante do material acabado.

O TCU decidiu nesse caso concreto no seguinte sentido:

9.6.1. avalie a conveniência e a oportunidade de rever as exigências contidas no item 7.2.1 do edital do Pregão 7/2019, quando da ocorrência de outras licitações promovidas pelo órgão para aquisição de objeto similar, tendo em vista o número excessivo de desclassificações ocorridas no certame, de forma a adotar requisitos técnicos e exigências que o mercado está preparado para atender, sem prejuízo de fomentar a sustentabilidade ambiental e buscar garantir a qualidade dos produtos licitados;

Sobre esse acórdão do TCU, sugere-se a leitura do artigo **O TCU não acabou com as licitações sustentáveis** (disponível em:

<https://bliacheris.jusbrasil.com.br/artigos/745595382/o-tcu-nao-acabou-com-as-licitacoes-sustentaveis>)

Em breve resumo, o artigo desmistifica a crítica à exigência do CTF-Ibama, trazendo as seguintes conclusões sobre o tema:

- O TCU considerou corretas as obrigações ambientais do edital;
- Todavia o TCU apontou que a licitação não atingiu seus objetivos por não estar adequada ao mercado que demonstrou seu despreparo para entregar o produto desejado;
- É indispensável que os **Estudos Preliminares** observem se as exigências de sustentabilidade estão adequadas ao mercado/se o mercado está preparado para prover aquele produto com aqueles requisitos de sustentabilidade;
- A certificação florestal, como qualquer processo de certificação, é **voluntária**;
- Já a inscrição no Cadastro Técnico Federal é **obrigatória** para quem exerce atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais e a atividade de fabricação de papel consta da Tabela de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

QUANDO COBRAR E FORMAS DE EXIGÊNCIA

A primeira providência é identificar em qual etapa da cadeia produtiva haverá a contratação. São exemplos de etapas da cadeia produtiva:

- Etapa de Extração e mineração e Exploração econômica de fauna e flora;
- Etapa fabril: Indústria – Beneficiamento, fabricação de matéria-prima para outras indústrias, fabricação de produtos;
- Etapa de tratamento e destinação de resíduos e efluentes, descontaminação;
- Etapa Logística: Depósitos, Transporte e Comércio;
- Etapa de Infraestrutura – Obras Civis;
- Etapa do Consumo

Depois é preciso identificar se a exigência será feita como especificação técnica do objeto (da qual normalmente decorrerá um requisito de aceitabilidade da proposta no Edital), como obrigações da contratada ou como requisito de habilitação previsto em lei especial.

Por fim, é preciso consultar as [Fichas Técnicas de Enquadramento](#) (FTEs) do CTF/APP.

QUADRO RESUMO

COMPRA – LOCAÇÃO – SERVIÇO - OBRA

1. Identificar o momento do ciclo de vida do produto ou do serviço

2. Identificar em qual etapa da cadeia produtiva é feita a contratação

- Extração e Tratamento de minerais
- Indústria
- Serviços de Utilidade
- Turismo
- Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio
- Uso de recursos naturais
- Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981
- Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 – Obras Cíveis

Especificação Técnica

Requisitos de Habilitação

Obrigações da Contratada

Como regra, é necessário verificar se o fornecedor é o FABRICANTE ou o DISTRIBUIDOR/COMERCIANTE e consultar as correspondente fichas técnicas: INDÚSTRIA, DISTRIBUIDOR/COMERCIANTE E IMPORTADOR. Os detalhamentos e orientações técnicas encontram-se no site do IBAMA.

A QUESTÃO DA EXIGÊNCIA DO CTF COMO REQUISITO DE HABILITAÇÃO

Sobre o tema, confira-se:

“A afirmação de que os artigos 27 a 31 da Lei Geral de Licitações e Contratos enumeram um rol exaustivo de documentos que poderão ser exigidos na etapa de habilitação das candidatas à contratação não é de todo correta. Pelo menos dois dos dispositivos citados dão abertura para inclusão de diversos documentos e comprovações, desde que essas exigências sejam previstas em lei especial, tenham pertinência com a contratação a ser realizada e não frustrem desarrazoada mente a isonomia e o caráter competitivo do certame. Os dispositivos são o art. 30, IV e o art. 28, V, da Lei nº 8.666, de 1993.¹² (...)

A exigência de inscrição no CTF é um requisito previsto em lei especial e é também ato de registro para funcionamento expedido pelo órgão competente. Se tem registro regular, muito bem. Nada acontece. Se não tem registro regular, a empresa deve ser autuada pelo IBAMA.

A empresa que esteja obrigada pela legislação e não se cadastra no CTF está funcionando irregularmente. Não se pode dar interpretação tão restritiva ao inciso V do art. 28 da Lei nº 8.666, de 1993. Também não se está dando interpretação ampliativa. O que se pretende é apenas interpretar o referido dispositivo diante do novo e atual contexto de necessidade de cumprir o princípio insculpido no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, de promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

¹² Na Nova Lei Geral de Licitações (Lei nº 14.133, de 2021) o correspondente são os art. 66 e 67.

Assim, mais uma vez afirma-se que, diante de todas as normas de defesa do meio ambiente citadas, a Administração tem a prerrogativa e o dever legal e moral de somente contratar com pessoas físicas ou jurídicas (que se dedicam a atividade, potencialmente poluidora e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora) ambientalmente regulares. Uma das formas de comprovação da regularidade ambiental dessas empresas é a comprovação de seu registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do art. 17, incisos I e II, da Lei nº 6.938, de 1981 e da regulamentação pelo IBAMA (atualmente o tema é regulamentado pela Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013 [...]), sob pena de não serem habilitadas nos certames promovidos pela Administração Pública.

Importante deixar consignado que não se trata de exigência de "regularidade ambiental" genérica. Trata-se de exigência de regularidade ambiental específica, exigida por norma legal específica." (PARECER 13/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU)

Reitera-se que todo requisito de sustentabilidade deve ser objetivamente definido nas peças editalícias, para que seja objetivamente exigido pela Administração (seja no momento do certame ou no momento da execução do objeto), para que seja objetivamente comprovável pela licitante/contratada. A exigência deverá vir na forma de:

- Especificação técnica do objeto (critério de aceitabilidade da proposta);
- Obrigações da Contratada;
- Requisito de habilitação.

Portanto, conclui-se que a exigência de inscrição e regularidade no CTF-Ibama como requisito de habilitação é legal para aqueles casos em que a legislação obriga (quando o licitante desempenha diretamente as atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, de modo que deverá obrigatoriamente estar registrado no Cadastro Técnico Federal - CTF do IBAMA); e não viola os artigos 27 a 31 da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666, de 1993), desde que a exigência tenha total pertinência com o objeto licitado.

OBRAS CIVIS

Não é qualquer obra civil que demanda registro no CTF-Ibama. Apenas grandes obras de infraestrutura trazem a exigência. A construção de um edifício, por exemplo, não é uma atividade que obriga a empresa a se cadastrar, pois não está prevista como atividade sujeita a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 – Obras civis.

Considerando que diversos órgãos estavam exigindo a inscrição das licitantes no CTF-Ibama nas contratações de obras e serviços de engenharia, o Ibama estava recebendo muitas demandas, em todo o País, de empresas para as quais estava sendo exigido o cadastramento, e que procuravam as unidades do Ibama para saber qual atividade deviam declarar, ou para solicitar a **Certidão de Dispensa. Não existe tal documento** - Certidão de Dispensa - uma vez que a própria Ficha Técnica de Enquadramento é documento hábil para que seja verificada a necessidade ou não de registro.

Com base nessa demanda do Ibama, foram elaborados os seguintes destaque e observação na Parte Específica do Guia:

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - Serviços de Utilidade; Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio; Turismo; Uso de recursos naturais; Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981-Obras civis;

- construtor de obras civis (apenas grandes obras civis de infraestrutura, tais como implantação, pavimentação ou ampliação de rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; construção de barragens e diques; construção de canais para drenagem; retificação do curso de água; abertura de barras, embocaduras e canais; transposição de bacias hidrográficas, construção de obras de arte e outras obras de infraestrutura);

OBS: A construção de edifícios, por exemplo, não é uma atividade que obriga a empresa a se cadastrar, pois não está prevista como atividade sujeita a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 – Obras civis. O mesmo se diga de serviços comuns de engenharia.

Há também uma Nota Explicativa no modelo de Edital da AGU de serviço comum de engenharia e no modelo das demais modalidades convencionais, que explica muito bem essa questão, para que não haja exigência indevida de inscrição no CTF-Ibama.

BENS IMPORTADOS

No tocante aos bens importados, não há como exigir a inscrição no CTF do fabricante de produtos importados, porque a legislação nacional não faz essa exigência. A legislação nacional afeta única e exclusivamente os fabricantes sediados nacionalmente.

Por outro lado, não se pode fazer licitação exclusiva para bens nacionais, pois tal conduta viola o teor do §1º do art. 3º, da Lei nº 8.666, de 1993, o qual veda tratamento diferenciado de qualquer natureza entre empresas brasileiras e estrangeiras, ressalvados os critérios de desempate previstos no próprio dispositivo citado.

Mas existem casos em que o Ibama entende ser relevante controlar e fiscalizar a atividade de importação, pelo seu potencial de causar danos ao meio ambiente. Nesses casos, a legislação faz a exigência do cadastro, como, por exemplo, a importação de óleo lubrificante acabado, de pilhas, baterias, fauna e flora nativa brasileira e fauna silvestre exótica, lâmpadas fluorescentes, eletrodomésticos que geram ruído (Resolução CONAMA nº 20/1994), veículos automotores e pneus.

**DIFICULDADE DE ENCONTRAR NO MERCADO EMPRESAS QUE TENHAM
INSCRIÇÃO NO CTF - COMO PROCEDER**

Em relação a essa questão a Parte Específica do Guia traz a seguinte observação:

Conforme ressaltamos na primeira parte deste Guia, cabe ao gestor, na fase do planejamento da contratação, verificar a possibilidade de comprovação dos critérios de sustentabilidade e a sua disponibilidade no mercado. Neste caso, por se tratar de registro do fabricante, deve-se atentar para essas cautelas, e, caso não seja possível a obtenção do produto com o cumprimento da exigência do registro no CTF-APP do seu fabricante (licitação deserta ou fracassada), deve-se acostar a justificativa ao processo e proceder à licitação sem a referida exigência.

O que se quer dizer com essa observação é que não basta verificar na fase de planejamento da contratação se os fabricantes de determinado produto possuem ou não CTF do Ibama. É preciso tentar fazer a licitação com a exigência, caso constatado no planejamento da contratação que ela é devida.

O fato de encontrar produtos que não cumprem tal exigência no momento do planejamento da contratação já liga um alerta para o Gestor. Todavia, somente se poderá dizer que não há disponibilidade no mercado de fabricantes registrados no CTF do Ibama se a equipe de planejamento da contratação conseguir esgotar o mercado com a pesquisa. Ou seja, não basta pesquisar um ou outro fabricante e afirmar categoricamente que não há disponibilidade no mercado de fabricantes registrados no CTF-Ibama. Salvo se o mercado for extremamente restrito e a Administração puder dizer que esgotou a pesquisa e pode afirmar categoricamente que não há disponibilidade no mercado de fabricantes registrados no CTF-Ibama para aquele determinado produto. Aí sim, excepcionalmente se pode pensar em excluir a exigência de registro do fabricante do CTF do Ibama antes mesmo de tentar fazer a licitação.

Fora isso, a orientação é incluir a exigência e tentar licitar. Caso a licitação seja deserta ou fracassada, dependendo das circunstâncias em que essa licitação aconteceu, aí pode a Administração acostar a justificativa ao processo e proceder à licitação sem a referida exigência.

Nessas situações, sugere-se oficial o Ibama informando que isso está acontecendo, para que sejam adotadas providências de sua alçada, no sentido de promover diligência nesses fabricantes para verificar o motivo da ausência de inscrição ou de regularidade.

Enfim, nesses casos, a culpa não será da exigência e si, mas sim da falta de zelo dos fabricantes nacionais com o cumprimento da exigência legal de inscrição e regularidade no CTF-Ibama.

SUBSÍDIOS COMPLEMENTARES

Sugere-se consulta:

- [PARECER Nº 26/2016/DECOR/CGU/AGU](#) – Uniformizou entendimento no sentido da legalidade e obrigatoriedade de exigência do CTF-Ibama, inclusive para fins de habilitação.
- PARECER Nº 13/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU – 17/11/2014

Por fim, para reafirmar a importância do CTF-Ibama, é preciso reiterar que se está a falar do que se denomina a "cadeia do bem" ou "o rastreamento da legalidade ambiental da cadeia produtiva do bem/serviço que será adquirido pela Administração Pública". A Administração Pública contratante exige do licitante/fornecedor, o licitante exige do fabricante do produto/prestador de serviço (ou, por vezes, do próprio licitante) e toda a sociedade ganha com isso.

Somente assim, com a "cadeia do bem" ou "o rastreamento da legalidade ambiental da cadeia produtiva do bem/serviço que será adquirido pela Administração Pública", será possível cumprir o desiderato de promover o desenvolvimento nacional sustentável, erigido a princípio da licitação.

14. AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROGRAMA A3P

Ideia concebida ainda no final do século passado (1999) e premiada poucos anos depois pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), como “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente (2002), e hodiernamente, referência de sustentabilidade nas atividades públicas, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) consiste em um programa cuja finalidade é fomentar e estimular os órgãos públicos a implementarem procedimentos de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público.

Institucionalizada por meio da [Portaria MMA nº 326](#), de 23 de julho de 2020, a A3P integra o Departamento de Educação e Cidadania Ambiental (DEC) que, por sua vez, faz parte da Secretaria de Biodiversidade (SBio) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Dentre os seus objetivos destacam-se: a) apoiar os órgãos públicos na criação e implementação de ações de responsabilidade socioambiental; b) sensibilizar os servidores para a necessidade de preservação dos bens naturais; c) estimular a construção de uma cultura institucional que agregue valores, atitudes e comportamentos consoantes com a responsabilidade socioambiental; d) incentivar os órgãos públicos a adotarem medidas que visem à redução de impactos socioambientais negativos decorrentes de suas atividades; e) aumentar a eficiência da gestão, promovendo a economia de recursos naturais e de gastos institucionais; f) garantir a acessibilidade nos órgãos públicos às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; g) facilitar o acesso das instituições públicas ao Programa A3P, dentre outros (art. 2º).

Ao tomar conhecimento da amplitude dos objetivos da A3P, conclui-se que a implementação das contratações públicas sustentáveis é apenas uma das práticas necessárias para a conciliação da atuação estatal com a proteção e preservação do meio ambiente, cabendo aos gestores públicos envidar esforços para adotar uma agenda ambiental nos respectivos órgãos públicos.

Além das contratações públicas sustentáveis, outras ações foram sistematizadas pela A3P como Eixos Temáticos que devem nortear as ações dos órgãos públicos na busca da implementação de uma cultura sustentável e de responsabilidade socioambiental na administração pública.

Os seis Eixos Temáticos prioritários, a seguir listados, são fundamentados na política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais negativos significativos, e estão previstos no art. 5º da Portaria MMA nº 326, de 23 de julho de 2020, são eles:

- Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- Gestão adequada dos resíduos gerados;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Compras públicas sustentáveis;
- Construções sustentáveis; e,
- Sensibilização e capacitação de servidores.

É preciso destacar que a A3P, nada obstante ser um Programa criado pelo Governo Federal, permite a adesão por qualquer instituição pública federal, distrital, estadual e municipal, como por exemplo: escolas, institutos, universidades, bancos, autarquias, economias mistas, postos de saúde, hospitais, secretarias de governos, ministérios e outros. A Advocacia-Geral da União é uma das entidades parceiras, tendo assinado o Termo de Adesão com o Ministério do Meio Ambiente para implementação da A3P em suas unidades.

Dentre os diversos instrumentos da A3P, destaca-se o Termo de Adesão, documento que formaliza a parceria estabelecida entre o Ministério do Meio Ambiente e o órgão público e será assinado por representante do Ministério do Meio Ambiente e do órgão que firma a parceria (art. 7º da Portaria MMA nº 326, de 23 de julho de 2020).

Todo o procedimento de adesão encontra-se descrito, de forma detalhada, no “passo a passo” constante do sítio <http://a3p.mma.gov.br/adesao-a-a3p/>. Outras informações relevantes sobre o Programa A3P também podem ser obtidas no sítio <http://a3p.mma.gov.br/#>, como histórico, balanços, eixos temáticos, instrumentos, eventos, instituições parceiras, prêmios, entre outras.

15. PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

A elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) é obrigatória para órgãos na Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e nas empresas estatais dependentes, conforme disposições previstas na Instrução Normativa 10/2012, SLTI/MPOG.

O PLS é uma ferramenta de planejamento que permite o estabelecimento de práticas e sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública, devendo conter, no mínimo:

- a. atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- b. práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- c. responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- d. ações de divulgação, conscientização e capacitação.

As orientações e detalhamentos para implementação constam da Instrução Normativa n. 10/2012, registrando-se que as contratações por pregão previstas no Decreto 10.024/2019 deverão observar o princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

Registre-se que há previsão de instituição do Plano de Logística Sustentável nos órgãos do Poder Judiciário, com fundamento na Resolução 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

16. CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA PARTE ESPECÍFICA

O conteúdo textual, de caráter mais geral deste GNCS, que se encerra aqui, é complementado pela parte específica, a seguir apresentada em tabelas, que traz diversos itens de bens especificados, serviços e obras, com a legislação incidente, determinações, providências e precauções.

Registre-se, por oportuno, que a parte específica deste Guia, que vem a seguir, já pode ser utilizada com a aplicação da Nova Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 2021). Essa afirmativa parte do pressuposto de que a nova lei de licitações não muda a sistemática normativa de como os critérios de sustentabilidade devem ser exigidos nas contratações públicas.

Consoante foi explicado no decorrer deste Guia, os critérios de sustentabilidade devem ser objetivamente definidos nas peças editalícias como especificação do objeto, ou como obrigações da contratada, ou como requisito de habilitação previsto em lei especial. Esse raciocínio foi mantido com a nova lei de licitações e contratos. Assim, é possível afirmar que a parte específica do Guia já está preparada para esse novo desafio da aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, com toda a segurança jurídica que lhe é inerente.

1. ACESSIBILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	
LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Lei nº 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 10.098, de 2000 (Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida) - Decreto nº 5.296, de 2004 (Regulamenta Lei nº 10.098, de 2000) - Decreto nº 6.949, de 2009 (Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007) - NBR 9050/ABNT (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos)
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>Necessidade de que obras e serviços de engenharia sejam executados de modo que as edificações se tornem acessíveis a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.</p> <p>Necessidade de criação e reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência.</p>
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>Na elaboração do projeto básico deverão ser considerados:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) se o objeto está de acordo com o desenho universal, que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população; b) se está adequado aos padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098, de 2000, da Lei nº 13.146, de 2015, do Decreto nº 5.296/2004 e da NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 2009.
PRECAUÇÕES	<p>São requisitos de acessibilidade:</p> <p>I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;</p>

PRECAUÇÕES	<p>II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;</p> <p>III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata a Lei; e</p> <p>IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.</p>
-------------------	--

2. ACESSIBILIDADE EM LOCAÇÕES

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)- Lei nº 10.098, de 2000 (Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida)- Decreto nº 5.296, de 2004 (Regulamenta Lei nº 10.098, de 2000)- Decreto nº 6.949, de 2009 (Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007)- NBR 9050/ABNT (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos)
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	Necessidade de que os imóveis locados pelos órgãos públicos sejam acessíveis a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	Na escolha do imóvel a ser locado deverão ser considerados os padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098, de 2000, da Lei nº 13.146, de 2015, do Decreto nº 5.296, de 2004 e da NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 2009.
PRECAUÇÕES	As mesmas indicadas acima.

3. AGROTÓXICOS – SEGURANÇA E REGRAMENTOS PARA USO

Aquisição ou serviços que envolvam a aplicação de agrotóxicos e afins, definidos como:

“produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;”

(Decreto nº 4.074/2002, art. 1º, IV)

Exemplos:

Controle de pragas em lavoura – Jardinagem com uso de agrotóxicos- Etc.

OBS: Para serviço de controle de vetores e pragas urbanas, atividade que se utiliza de saneantes domissanitários (e não agrotóxicos), vide item específico deste Guia.

LEGISLAÇÃO	<p>- Lei nº 7.802, de 1989 (Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências) (destaque para leitura do artigo 3º, parágrafo 6º)</p> <p>- Decreto nº 4.074, de 2002 (Regulamenta a Lei nº 7.802, de 1989)</p> <p>- Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)</p> <p>- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.</p>
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Os agrotóxicos, para serem produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados devem ser previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura. • O Ibama realiza a avaliação do potencial de periculosidade ambiental de todos os agrotóxicos registrados no Brasil. • O sistema de logística reversa das embalagens de agrotóxicos já está implementado no Brasil, pelas normas referidas. Em subsídio, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR)/MMA:

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• http://www.sinir.gov.br/web/guest/embalagens-de-agrotoxicos• Os agrotóxicos e afins só podem ser produzidos, comercializados e utilizados se estiverem previamente registrados no órgão federal competente, qual seja:<ul style="list-style-type: none">a) o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para os agrotóxicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas florestas plantadas e nas pastagens;b) o Ministério da Saúde, para os agrotóxicos destinados ao uso em ambientes urbanos, industriais, domiciliares, públicos ou coletivos, ao tratamento de água e ao uso em campanhas de saúde pública;c) o Ministério do Meio Ambiente, para os agrotóxicos destinados ao uso em ambientes hídricos, na proteção de florestas nativas e de outros ecossistemas.• A empresa que produz, comercializa ou presta serviços que envolvam a aplicação de agrotóxicos e afins:<ul style="list-style-type: none">a) deve possuir registro junto ao órgão competente municipal ou estadual, para fins de autorização de funcionamento;b) não pode funcionar sem a assistência e responsabilidade de técnico legalmente habilitado.• O usuário de agrotóxicos e afins deve efetuar tempestivamente a devolução das embalagens vazias, e respectivas tampas, aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, mediante comprovante, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, para destinação final ambientalmente adequada, a cargo das respectivas empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	EM QUALQUER CASO: 1) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica da empresa: "x) Para o exercício de atividade que envolva produção, comercialização ou aplicação de agrotóxicos e afins: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal ou do Município, nos termos do artigo 4º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLI, e 37 a 42, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação e normatização correlata.

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>2) Inserir no EDITAL - item de qualificação técnica da empresa:</p> <p>"X) As pessoas físicas e jurídicas que sejam prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos, seus componentes e afins, ou que os produzam, formulem, manipulem, exportem, importem ou comercializem, deverão comprovar possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, responsável técnico legalmente habilitado, nos termos do art. 37, §2º, do Decreto nº 4.074, de 2002 combinado com art. 3º da Lei nº 7.802, de 1989."</p> <p>3) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>"a) A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.</p> <p>b) Os empregados da contratadas destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital/Contrato."</p> <p style="text-align: center;">NA AQUISIÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>"Só será admitida a oferta de agrotóxicos, seus componentes e afins que estejam previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas."</p> <p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p>
-------------------------------------	--

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>"x) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o documento comprobatório do registro do agrotóxico, seus componentes e afins no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.</p> <p>NOS SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</p> <p>"Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de agrotóxicos, seus componentes e afins previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas."</p> <p>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>"Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas."</p> <p>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>"x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma relação dos produtos que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p>
--------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o documento comprobatório do registro do agrotóxico, seus componentes e afins no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.</p>
PRECAUÇÕES	<p>Lembramos que o fabricante de agroquímicos também deve estar registrado e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Indústria Química; Código 15-11; Descrição Fabricação de fertilizantes e agroquímicos B41</p> <p>Lembramos ainda que tanto o comerciante quanto a empresa que aplica agrotóxicos e afins devem estar registrados e regulares no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide respectivamente (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Transporte, Terminais Depósitos e Comércio; Código: 18-66; Descrição: Agrotóxicos. Comércio de produtos químicos e produtos perigosos - Lei nº 7.802/1989) e (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Código 21-47; Descrição: Aplicação de agrotóxicos e afins – Lei nº 7.802/1989).</p> <p>Decreto nº 10.936, de 2022:</p> <p>Art. 16. A fiscalização do cumprimento das obrigações previstas em instrumentos de logística reversa caberá aos órgãos executores, seccionais e locais do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, estabelecidos pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e pelos seus regulamentos, sem prejuízo do exercício das competências de outros órgãos e entidades públicos.</p>

PRECAUÇÕES	<p>Art. 17. O sistema de logística reversa de agrotóxicos, seus resíduos e suas embalagens, observará o disposto em legislação específica sobre a matéria.</p> <p>(...)</p> <p>Art. 28. Os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes de produtos, de seus resíduos e de suas embalagens aos quais se refere o caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e de outros produtos, de seus resíduos ou de suas embalagens que sejam objeto de logística reversa na forma prevista no § 1º do referido artigo, não signatários de acordo setorial ou termo de compromisso firmado com a União deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial ou ao termo de compromisso firmado com a União.</p> <p>§ 1º As obrigações a que se refere o caput incluem os dispositivos referentes:</p> <p>I - à operacionalização, aos prazos, às metas, aos controles e aos registros da operacionalização dos sistemas de logística reversa;</p> <p>II – aos planos de comunicação, às avaliações e ao monitoramento dos sistemas de logística reversa; e</p> <p>III - às penalidades e às obrigações específicas imputáveis aos fabricantes, aos importadores, aos distribuidores e aos comerciantes.</p> <p>§ 2º Eventual revisão dos termos e das condições previstos em acordo setorial ou em termo de compromisso firmado com a União, consubstanciada em termos aditivos e que altere as obrigações de que trata este artigo, será atendida pelos fabricantes, pelos importadores, pelos distribuidores e pelos comerciantes a que se refere o caput.</p> <p>Art. 29. Na hipótese de descumprimento das obrigações previstas em acordo setorial ou em termo de compromisso de que trata o art. 18, inclusive daquelas decorrentes do disposto no art. 28, serão aplicadas aos signatários, aos aderentes e aos não signatários as penalidades previstas na legislação ambiental.</p>
-------------------	---

4. APARELHOS ELÉTRICOS EM GERAL**LEGISLAÇÃO**

- [Decreto nº 7.746, de 2012 \(Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993\)](#)
- [Instrução Normativa nº 2, de 2014 da SLTI/MPOG \(Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal\)](#)
- [Lei nº 10.295, de 2001 \(Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.\)](#)
- [Decreto nº 9.864, de 2019 \(Regulamenta a Lei nº 10.295, de 2001\)](#)
- [Decreto nº 4.508, de 2002 – art. 2º \(Dispõe sobre a regulamentação específica que define os níveis mínimos de eficiência energética de motores elétricos trifásicos de indução rotor gaiola de esquilo, de fabricação nacional ou importados, para comercialização ou uso no Brasil, e dá outras providências.\)](#)
- [Lei nº 14.479, de 2022 - Institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão\)](#)

Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC**Aquecedores de água a gás, dos tipos instantâneo e de acumulação:**

Portaria INMETRO nº 119, de 30/03/2007

Portaria INMETRO nº 182, de 13/04/2012 alterada pela Portaria INMETRO n.º 390, de 06/08/2013 e Portaria INMETRO n 186, 14/04/2014

Bombas e Motobombas Centrífugas:

Portaria INMETRO nº 455, de 01/12/2010

Condicionadores de ar:

Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011

Portaria INMETRO n.º 643, de 30/11/ 2012

Portaria INMETRO n.º 410, de 16/08/2013.

Fornos de Micro-ondas:

Portaria INMETRO n.º 497, de 28/12/2011 alterada pela Portaria INMETRO n.º 600, de 09/11/2012

Fogões e fornos a Gás de Uso Doméstico:

Portaria INMETRO nº 18, de 15/01/2008

LEGISLAÇÃO	<p>Portaria INMETRO nº 400, de 01/08/2012 alterada pela Portaria INMETRO n.º 496, de 10/10/2013</p> <p>Lâmpadas a Vapor de Sódio a Alta Pressão:</p> <p>Portaria INMETRO nº 483, de 07/12/2010 alterada pela Portaria INMETRO/MDIC n.º 124, de 15/03/2011</p> <p>Lâmpadas de uso doméstico – linha Incandescente:</p> <p>Portaria INMETRO nº 283, de 11/08/2008</p> <p>Lâmpadas fluorescentes compactas com reator integrado:</p> <p>Portaria INMETRO nº 289, de 16/11/2006</p> <p>Portaria INMETRO nº 489, de 08/12/10</p> <p>Lâmpadas LED com dispositivo integrado à base:</p> <p>Portaria INMETRO nº 144, de 13/03/2015</p> <p>Máquinas de lavar roupas de uso doméstico:</p> <p>Portaria INMETRO nº 185, de 15/09/2005</p> <p>Motores elétricos trifásicos de indução:</p> <p>Portaria INMETRO nº 488, de 08/12/2010</p> <p>Reatores Eletromagnéticos para Lâmpadas à vapor de sódio e Lâmpadas à vapor metálico (Halogenetos):</p> <p>Portaria INMETRO nº 454, de 01/12/2010 alterada pela Portaria INMETRO n.º 517, de 29/10/2013</p> <p>Refrigeradores e seus assemelhados, de uso doméstico:</p> <p>Portaria INMETRO nº 20, de 01/02/2006</p> <p>Sistemas e equipamentos para energia Fotovoltaica (Módulo, controlador de carga, Inversor e bateria):</p> <p>Portaria INMETRO nº 4, de 04/01/2011</p> <p>Televisores com tubos de raios catódicos (Cinescópio):</p> <p>Portaria INMETRO nº 267, de 01/08/2008</p> <p>Portaria INMETRO nº 563, de 23/12/2014</p> <p>Televisores do tipo plasma, LCD e de projeção:</p> <p>Portaria INMETRO nº 85, de 24/03/2009</p> <p>Portaria INMETRO nº 563, de 23/12/2014</p> <p>Ventiladores de Mesa, Coluna e Circuladores de Ar:</p> <p>Portaria INMETRO nº 20, de 18/01/2012</p> <p>Ventiladores de teto de uso residencial:</p> <p>Portaria INMETRO nº 113, de 07/04/2008</p>
------------	--

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

Com vistas à alocação eficiente de recursos energéticos e à preservação do meio ambiente, o Poder Executivo estabelecerá, no âmbito da Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, os níveis máximos de consumo de energia, ou mínimos de eficiência energética, para máquinas e aparelhos fabricados ou comercializados no País.

Tais parâmetros serão fixados através de portaria interministerial dos Ministérios de Minas e Energia - MME, da Ciência e Tecnologia - MCT e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC.

Os fabricantes e os importadores de máquinas e aparelhos consumidores de energia são obrigados a adotar as medidas necessárias para que sejam obedecidos os níveis máximos de consumo de energia e mínimos de eficiência energética, constantes da regulamentação específica estabelecida para cada tipo de produto.

As máquinas e aparelhos encontrados no mercado sem as especificações legais, quando da vigência da regulamentação específica, deverão ser recolhidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pelos respectivos fabricantes e importadores, sob pena de multa, por unidade, de até 100% (cem por cento) do preço de venda por eles praticados.

Os dados relativos ao índice de eficiência energética e ao nível de consumo de energia de cada máquina ou aparelho são informados na respectiva Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, que deve ser aposta em todos os produtos sujeitos à etiquetagem compulsória, a cargo do INMETRO.

Para cada tipo de máquina ou aparelho, o INMETRO elabora Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC específicos, fixando os respectivos índices de eficiência energética e de consumo e a escala de classes correspondentes – sendo “A” a mais eficiente, “B” a segunda mais eficiente, e assim sucessivamente, até normalmente “E”, “F” ou “G”, as menos eficientes.

A princípio, a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE serve como importante elemento de convencimento no processo de escolha do produto pelo consumidor. Todavia, o ordenamento jurídico vem evoluindo no sentido de impor como mandatória a preocupação com a eficiência energética dos produtos adquiridos pela Administração Pública.

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

O Decreto nº 7.746/2012, que estabelece a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações realizadas pela administração pública federal, destaca, entre outros, os seguintes critérios e práticas sustentáveis: baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra (art. 4º, I, III e V).

Assim, há forte embasamento normativo para que a Administração deixe de adquirir bens de baixa eficiência energética, acrescentando como requisito obrigatório da especificação técnica do objeto que o produto ofertado pelos licitantes possua ENCE da(s) classe(s) de maior eficiência. Conforme premissa do art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 7.746/2012 ("A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame"), é necessário que o órgão licitante adote os seguintes procedimentos:

- consultar as tabelas divulgadas no site do INMETRO (<https://www.gov.br/inmetro/pt-br/assuntos/avaliacao-da-conformidade/programa-brasileiro-de-etiquetagem/tabelas-de-eficiencia-energetica>), para pesquisar as condições médias do mercado – isto é, a divisão e proporcionalidade das classes de ENCE entre os produtos e fabricantes analisados;
- a partir de tal pesquisa, o órgão definirá qual ou quais classes de ENCE serão admitidas no certame
- por exemplo, apenas produtos da classe mais econômica, a classe A (caso haja número razoável de produtos e fabricantes em tal classe); ou das classes A e B, ou A e B e C, etc.

O objetivo essencial é assegurar a aquisição pela Administração do produto de maior eficiência energética, sem prejuízo relevante da competitividade.

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

Não por outro motivo que a então SLTI/MPOG editou a Instrução Normativa nº 2, de 2014, determinando, em seu art. 3º, que “Nas aquisições ou locações de máquinas e aparelhos consumidores de energia, que estejam regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), conforme publicação no sítio eletrônico <https://www.gov.br/inmetro/pt-br/assuntos/avaliacao-da-conformidade/programa-brasileiro-de-etiquetagem/tabelas-de-eficiencia-energetica>, **deverá ser exigido**, nos instrumentos convocatórios, que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com classe de eficiência “A” na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição.”

Quando não existir, no período de aquisição, um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados com a ENCE classe “A” para a sua categoria, devem ser admitidos produtos etiquetados com as ENCEs nas duas classes mais eficientes que possuam um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados, admitida a complementação de números de fornecedores de uma classe com a de outra.

- [Lei nº 14.479, de 2022 - Institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão](#)

Art. 6º Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional informarão ao Poder Executivo federal, mediante ofício ou meio eletrônico, a existência de microcomputadores de mesa, monitores de vídeo, impressoras e demais equipamentos de informática, eletroeletrônicos, peças-parte ou componentes, classificados como ociosos, recuperáveis, antieconômicos ou irrecuperáveis, disponíveis para reaproveitamento.

Art. 7º Presentes razões de interesse social, a doação poderá ser efetuada pelos órgãos integrantes da administração pública federal direta, pelas autarquias e pelas fundações, após a avaliação de oportunidade e conveniência relativamente à escolha de outra forma de alienação, quando se tratar de material:

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

I - ocioso, recuperável, antieconômico e irrecuperável, podendo ocorrer em favor dos órgãos e entidades de Estados, Municípios, Distrito Federal, empresas públicas, sociedades de economia mista, instituições filantrópicas, organizações da sociedade civil reconhecidas de utilidade pública federal, estadual ou municipal e organizações da sociedade civil de interesse público;

II - adquirido com recursos de convênio celebrado com Estado, Território, Distrito Federal ou Município e que, a critério do Ministro de Estado, do dirigente da autarquia ou fundação, seja necessário à continuação de programa governamental após a extinção do convênio, podendo ocorrer em favor da respectiva entidade conveniente;

III - destinado à execução descentralizada de programa federal, podendo ocorrer em favor dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dos consórcios intermunicipais, para utilização pelo órgão ou entidade executora do programa, hipótese em que se poderá fazer o tombamento do bem diretamente no patrimônio do donatário, no caso de material permanente, lavrado, em todos os casos, registro no processo administrativo competente.

Art. 11. Para fins da Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos, serão reconhecidas como CRC as iniciativas que priorizem:

I - o reúso de computadores e equipamentos de informática recondicionados;

II - o descarte adequado de equipamentos de informática e dos resíduos eletroeletrônicos;

III - o acesso gratuito às tecnologias da informação e comunicação;

IV - o estímulo ao empreendedorismo e à geração de trabalho e renda;

V - a promoção do uso de aplicativos, programas e sistemas operacionais livres e de domínio público;

VI - a valorização da infância, adolescência e juventude por meio do uso das tecnologias da informação e comunicação.

Parágrafo único. É vedada a habilitação como PID e CRC de pessoas físicas e de instituições com fins lucrativos.

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>"Só será admitida a oferta do produto XXXX que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) XXXX, nos termos da Portaria INMETRO nº XXXX, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória."</p> <p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>"O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do produto ofertado, para comprovação de que pertence à(s) classe(s) exigida(s) no Termo de Referência."</p> <p style="text-align: center;">NOS SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</p> <p>"Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de produto XXXX com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) XXXX, nos termos da Portaria INMETRO nº XXXX, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória."</p> <p>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>"O produto XXXX a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) XXXX, nos termos da Portaria INMETRO nº XXXX, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória."</p>
---------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma relação das máquinas e aparelhos cujo funcionamento consuma energia elétrica que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do produto que será usado na execução dos serviços, para comprovação de que pertence à(s) classe(s) exigida(s) no Termo de Referência.”</p>
PRECAUÇÕES	<p>O cumprimento dos níveis de eficiência energética fixados pelo Poder Público é requisito para a comercialização do aparelho no Brasil. A lógica é que tais níveis correspondam à classe de menor eficiência da ENCE. Assim, a partir do momento em que se exige ENCE na(s) classe(s) mais eficientes, já é pressuposto o cumprimento dos índices mínimos de eficiência energética eventualmente incidentes para aquele aparelho.</p> <p>Lembramos que o fabricante de aparelhos elétricos também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Indústria Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície) e Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Códigos 5-2 a 5-4; Descrição: Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos; Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio, de luz mista. Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática – Lei nº 12.305/2010: art. 33, V)</p> <p>O Decreto nº 10.240, de 2020, que estabeleceu sistema de logística reversa para produtos eletrônicos de uso doméstico, não se aplica a produtos eletrônicos de uso governamental (art. 1º c/c art. 3º, inciso XVIII)</p>

5. APARELHOS ELÉTRODOMÉSTICOS

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização dos seguintes aparelhos eletrodomésticos: liquidificadores, secadores de cabelo e aspiradores de pó.

Exemplos:

Limpeza - Preparação de refeições - Etc.

LEGISLAÇÃO

- [Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94 \(Dispõe sobre a instituição do Selo Ruído de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento\)](#)

Liquidificadores:

- [Instrução Normativa MMA nº 3, de 07/02/2000](#)
- [Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO](#)

Secadores de cabelo:

- [Instrução Normativa MMA nº 5, de 04/08/2000](#)
- [Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO](#)

Aspiradores de pó:

- [Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 18/02/2004](#)
- [Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO](#)
- [INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 04 DE JUNHO DE 2014, SLTI /MPOG \(Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal\)](#)

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

O INMETRO, em decorrência de uma parceria com o Ibama, institui o Selo Ruído, que indica o nível de potência sonora, medido em decibel - dB(A), de aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento.

Atualmente, a aposição do Selo Ruído é obrigatória para liquidificadores, secadores de cabelo e aspiradores de pó comercializados no país, nacionais ou importados.

Adotando-se o mesmo raciocínio da Instrução Normativa nº 2, de 2014 da SLTI/MPOG (Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal), é possível justificar a exigência do Selo que indique o menor ruído, "Nível 1".

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>Quando não existir, no período de aquisição, um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados com o Selo de menor ruído "Nível 1" para determinado eletrodoméstico, devem ser admitidos produtos etiquetados com os Selos nas duas classes seguintes que possuam um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados, admitida a complementação de números de fornecedores de uma classe com a de outra.</p>
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>- "Só será admitida a oferta de (liquidificador ou secador de cabelo ou aspirador de pó) que possua Selo Ruído indicativo do nível XX de potência sonora, nos termos da Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO, da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, e da Instrução Normativa nº XXXX, e legislação correlata."</p> <p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>- "O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia do Selo Ruído do produto ofertado, nos termos da Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO, da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, e da Instrução Normativa nº XXXX, e legislação correlata, para comprovação de que possui o nível máximo de ruído exigido no Termo de Referência."</p> <p style="text-align: center;">NOS SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</p> <p>- "Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de (liquidificadores ou secadores de cabelo ou aspiradores de pó) com Selo Ruído, indicativo do nível XX de potência sonora, nos termos da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO e da Instrução Normativa nº XXXX, e legislação correlata."</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>- Os (liquidificadores ou secadores de cabelo ou aspiradores de pó) utilizados na prestação dos serviços deverão possuir Selo Ruído, indicativo do nível XX de potência sonora, nos termos da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO e da Instrução Normativa nº XXXX, e legislação correlata.</p> <p>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>"x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma relação dos produtos (liquidificadores ou secadores de cabelo ou aspiradores de pó) que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia do Selo Ruído do produto que será usado na execução dos serviços, para comprovação de que pertence à(s) classe(s) exigida(s) no Termo de Referência."</p>
PRECAUÇÕES	<p>Lembramos que o fabricante e o importador dos aparelhos eletrodomésticos de que trata este item (liquidificadores, secadores de cabelo e aspiradores de pó) também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide respectivamente (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-3; Descrição: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos) e (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Código: 2142; Descrição: Importação de eletrodomésticos – Resolução CONAMA nº 20/1994).</p>

PRECAUÇÕES	<p>No tocante à ENCE:</p> <p>Deve ser verificado se o eletrodoméstico possui a obrigatoriedade de apresentação da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE). Caso positivo, deverão ter a classe de eficiência energética "A" inserida na especificação do objeto:</p> <p>IN nº 2, de 2014, SLTI/MPOG. Art.3º Nas aquisições ou locações de máquinas e aparelhos consumidores de energia, que estejam regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), conforme publicação no sítio eletrônico www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp, deverá ser exigido, nos instrumentos convocatórios, que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição. (IN n. 2/14 da SLTI/MPOG)</p> <p>Consulte-se também site do INMETRO e o Regulamento Específico para uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE.: http://www.inmetro.gov.br/consumidor/regEspecifico.asp</p> <ul style="list-style-type: none">- O Decreto nº 10.240, de 2020, que estabeleceu sistema de logística reversa para produtos eletrônicos de uso doméstico, não se aplica a produtos eletrônicos de uso governamental (art. 1º c/c art. 3º, inciso XVIII)
-------------------	---

6. AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – Gêneros Alimentícios – Licitação

Aquisição de gêneros alimentícios por licitação. Desde que cumprido o percentual de 30% do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, para atendimento ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que deve ser cumprido mediante dispensa de licitação, será possível adquirir produtos provenientes de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Ex.: Café, açúcar, frutas, verduras, legumes, etc.

No setor de alimentos, a Anvisa coordena, supervisiona e controla as atividades de registro, inspeção, fiscalização e controle de riscos, sendo responsável por estabelecer normas e padrões de qualidade e identidade a serem observados.

O ALIMENTO PRECISA DE REGISTRO? Consulte o site da Anvisa para verificação técnica se o alimento a ser adquirido precisa de registro ou está dispensado:

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/alimentos>

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/alimentos/registro-unico>

EMBALAGENS, consulte:

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/alimentos/embalagens>

BIBLIOTECA DE ALIMENTOS: Importante subsídio técnico, com menção às normas da Anvisa, periodicamente atualizado, disponível neste link (atualização até: 07/07/23):

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas/arquivos/biblioteca-de-alimentos>

ATOS NORMATIVOS: Consulte a página de legislação da Anvisa, na qual é possível busca temática e também baixar uma planilha com a lista de atos normativos (atualizada periodicamente):

<http://antigo.anvisa.gov.br/legislacao#>

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL: Os produtos de origem animal devem atender a Lei 1.283/1950, regulamentada pelo Decreto 9.013/2017.

Subsídios no Ministério da Agricultura e Pecuária. Consulte:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/empresario/registro-de-estabelecimentos>

PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL: Os estabelecimentos que trabalhem no processo de classificação de produtos de origem vegetal devem estar registrados no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Consulte:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-de-produtos-origem-vegetal/legislacaoPOV>

LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 14.628, de 2023 - Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Cozinha Solidária; Decreto n. 11.476, de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos](#)
- [Lei n. 11.326, de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.](#)
- [Decreto n. 9.064, de 2017 - Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 2006.](#)
- [Lei 9.782/99 \(define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Anvisa e dá outras providências\).](#)
- [Decreto 3029/1999 \(aprova o Regulamento da Anvisa\)](#)
- [RDC 27/2010 ANVISA \(Estabelece as categorias de alimentos e embalagens dispensadas e com obrigatoriedade de registro sanitário\).](#)

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

A Lei nº 14.628, de 2023 instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e definiu suas finalidades.

A seu turno, a Lei nº 14.628/2023 (art. 8º) e Decreto 11.476/2023 estabeleceram o percentual mínimo de 30% do total de recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei 11.326, de 2006, pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista.

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>Se já foi cumprido o percentual mínimo na modalidade compra institucional, o órgão poderá realizar licitação para adquirir gêneros alimentícios, desde que não seja com a finalidade de atendimento ao PAA, para estes casos, mesmo adotando-se percentual acima do mínimo de 30 por cento, utiliza-se a compra institucional por dispensa de licitação.</p> <p>Nas licitações destinadas a aquisição de gêneros alimentícios, para agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas, que comprovem os requisitos para qualificação como tal, deve ser dado o mesmo tratamento favorecido, diferenciado e simplificado que é dado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal (Decreto 8.538/2015).</p>
-------------------------------------	--

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>Na fase de planejamento da contratação, observar se já foi cumprido o percentual mínimo de aquisição em relação ao orçamento previsto para o exercício financeiro (Decreto 11.476/2023), para atendimento ao PAA. Juntar aos autos a comprovação de que foi cumprido o percentual, sendo possível a aquisição de todo tipo de gêneros alimentícios, inclusive os que são oferecidos pela agricultura familiar.</p> <p style="text-align: center;">NA AQUISIÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>"Só será admitida a oferta dos itens/grupos XXX, XXX e XXX originados da produção de agricultores familiares, das suas organizações, de empreendedores familiares rurais e dos demais beneficiários da Lei n. 11.326, de 2006."</p> <p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>a) Declaração por parte do fornecedor, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais do art. 3º da Lei n. 11.326, de 2006, para se qualificar como agricultor familiar, ou como empreendedor familiar rural, ou como os demais beneficiários dessa lei."</p> <p>3) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica da empresa:</p> <p>a) No caso de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei n.11.326, de 24 de julho de 2006: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF; e outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA.</p> <p>A depender dos gêneros alimentícios que serão licitados, recomenda-se a área técnica verificar se haveria a incidência dos requisitos a seguir transcritos (identificando para qual ou quais itens deve(m) ser feita(s) a(s) exigência(s):</p>
-------------------------------------	--

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>4) Após consulta ao site da ANVISA, verificando-se que o alimento precisa de registro na Agência e/ou há normas referentes às embalagens e rótulos, inserir como requisitos de aceitação do produto:</p> <p>a) Registro na ANVISA nos termos da RDC 27/2010</p> <p>b) Para os produtos embalados e rótulos devem ser observadas as regras constantes de (inserir normas correspondentes da Anvisa, se aplicáveis ao caso concreto).</p> <p>5) Para os produtos de origem animal, inserir como requisito de aceitação do produto:</p> <p>a) o estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA)</p>
-------------------------------------	--

PRECAUÇÕES

Nos termos do artigo 4º, § 2º, do Decreto n. 11.476, de 2023, os órgãos e entidades compradores poderão deixar de observar o percentual mínimo nos seguintes casos:

- I. não recebimento do objeto, em razão de desconformidade do produto com as especificações demandadas;
- II. insuficiência de oferta na região, por parte agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei n. 11.326, de 2006, para fornecimento dos gêneros alimentícios demandados; ou
- III. Necessidade de aquisições especiais, esporádicas ou emergenciais, que deverão ser justificadas.

Observar as disposições específicas deste Guia sobre Aquisição de Alimentos provenientes da Agricultura familiar, da pesca artesanal, da aquicultura, da carcinicultura e da piscicultura na modalidade Compra Institucional, com dispensa de licitação e seus requisitos, antes de escolher a forma de aquisição.

O item seguinte deste Guia trata da aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura familiar, da pesca artesanal, da aquicultura, da carcinicultura e da piscicultura, com dispensa de licitação, pelo Poder Executivo federal.

7. AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) Modalidade Compra Institucional – Dispensa de Licitação

Percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da [Lei n. 11.326](#), de 24 de julho de 2006

Ex.: Café, açúcar, frutas, verduras, legumes, etc.

O art. 4º, § 2º, da Lei 14.628/2023 estabelece os produtos que podem ser adquiridos por meio do PAA:

§ 2º São considerados de produção própria os seguintes produtos resultantes das atividades dos beneficiários de que trata o art. 5º desta Lei, na forma estabelecida pelo Grupo Gestor do PAA:

I - *in natura*;

II - processados;

III - artesanais;

IV - beneficiados; ou

V - industrializados.

No setor de alimentos, a Anvisa coordena, supervisiona e controla as atividades de registro, inspeção, fiscalização e controle de riscos, sendo responsável por estabelecer normas e padrões de qualidade e identidade a serem observados.

O ALIMENTO PRECISA DE REGISTRO? Consulte o site da Anvisa para verificação técnica se o alimento a ser adquirido precisa de registro ou está dispensado:

[https://www.gov.br/anvisa/pt-](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/sectorregulado/regularizacao/alimentos)

[br/sectorregulado/regularizacao/alimentos](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/sectorregulado/regularizacao/alimentos)

[https://www.gov.br/anvisa/pt-](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/sectorregulado/regularizacao/alimentos)

[br/sectorregulado/regularizacao/alimentos/registro-unico](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/sectorregulado/regularizacao/alimentos/registro-unico)

EMBALAGENS. consulte:

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/sectorregulado/regularizacao/alimentos/embalagens>

BIBLIOTECA DE ALIMENTOS: Importante subsídio técnico, com menção às normas da Anvisa, periodicamente atualizado, disponível neste link (atualização até: 07/07/23):

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas/arquivos/biblioteca-de-alimentos>

ATOS NORMATIVOS. Consulte a página de legislação da Anvisa, na qual é possível busca temática e também baixar uma planilha com a lista de atos normativos da Anvisa (atualizada periodicamente):

<http://antigo.anvisa.gov.br/legislacao#>

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL: Os produtos de origem animal devem atender a Lei 1.283/1950, regulamentada pelo Decreto 9.013/2017.

Subsídios no Ministério da Agricultura e Pecuária. Consulte:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/empresario/registro-de-estabelecimentos>

PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL: Os estabelecimentos que trabalhem no processo de classificação de produtos de origem vegetal devem estar registrados no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Consulte:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-de-produtos-origem-vegetal/legislacaoPOV>

LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, institui o Programa de Aquisição de Alimentos \(PAA\) e o Programa Cozinha Solidária](#)
- [Lei n. 11.326, de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.](#)
- [Decreto n. 9.064, de 2017 - Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 2006.](#)
- [Decreto n. 11.476, de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA;](#)
- [Lei 9.782/99 \(define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Anvisa e dá outras providências\).](#)
- [Decreto 3029/1999 \(aprova o Regulamento da Anvisa\)](#)
- [RDC 27/2010 ANVISA \(Estabelece as categorias de alimentos e embalagens dispensadas e com obrigatoriedade de registro sanitário\).](#)

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>A Lei n. 14.628 , de 20 de julho de 2023, nos termos do art. 2º e seguintes, instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e definiu suas finalidades.</p> <p>A seu turno, o Decreto 11.476, de 2023, , estabeleceu o percentual mínimo a ser destinado pela Administração Pública Federal à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei n. 11.326, de 2006 em seu art. 4º.</p> <p>Sendo assim, na fase de planejamento da contratação, considerar que, do total de recursos previstos, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, pelo menos 30% (trinta por cento) devem ser destinados à aquisição da produção de agricultores familiares, das suas organizações, de empreendedores familiares rurais e dos demais beneficiários da Lei n. 11.326, de 2006.</p> <p>O art. 4º do Decreto 11.476, de 2023 estabelece, in verbis:</p> <p>“Art. 4º Do total de recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, no mínimo trinta por cento serão destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares enquadrados no disposto na Lei nº 11.362, de 19 de outubro de 2006, e de suas organizações, por meio da modalidade prevista no inciso V do caput do art. 3º, conforme o disposto no art. 6º da Medida Provisória nº 1.166, de 2023.</p> <p>§ 1º O disposto no caput será aplicado nas aquisições ou no fornecimento de alimentos por empresas contratadas pela administração pública, conforme critérios previstos no edital de licitação.</p> <p>§ 2º Os órgãos e as entidades compradores poderão deixar de observar o percentual previsto no caput nas seguintes hipóteses:</p> <p>I – não recebimento do objeto, em razão de desconformidade do produto com as especificações demandadas;</p>
-------------------------------------	--

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>II - insuficiência de oferta na região, por parte dos agricultores familiares e das suas organizações, dos empreendedores familiares rurais e dos demais beneficiários que se enquadrem no disposto na Lei nº 11.326, de 2006, para fornecimento dos gêneros alimentícios demandados; ou</p> <p>III - necessidade de aquisições especiais, esporádicas ou emergenciais, que deverão ser justificadas”.</p> <p>É importante esclarecer que a reserva mínima de 30% não necessita ser feita a cada novo procedimento licitatório, mas sim por exercício financeiro. Dessa forma, é interessante que o consulente faça um planejamento anual para a aquisição de gêneros alimentícios e separe no mínimo 30% dos recursos para aquisição de alimentos face aos agricultores familiares e suas organizações.</p> <p>Para cumprimento do percentual mínimo, a Administração terá liberdade de escolha dos produtos e quantitativos a serem adquiridos que deverá atender às aptidões locais/regionais do mercado produtor, às necessidades da Administração e à economicidade da contratação.</p> <p>Este item do Guia orienta que seja adotada a dispensa de licitação para a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).</p> <p>Foi aprovado o Parecer Referencial nº 00005/2023/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU aplicável à dispensa para atendimento ao PAA, assim ementado:</p> <p>EMENTA: MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL – MJR. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. COMPRA INSTITUCIONAL. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA. Compra Institucional no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.</p>
---------------------------------	---

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>I – Manifestação Jurídica Referencial elaborada com fundamento na Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014 e Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022;</p> <p>II - Relativização do envio obrigatório para controle prévio de legalidade. Aplicação da prerrogativa definida pelo § 5º do artigo 53 da Lei n. 14.133/2021;</p> <p>III - Órgão de destino da MJR: Todas as unidades assessoradas pela e-CJU/Aquisições;</p> <p>IV - Dispensa de análise individualizada pela e-CJU/Aquisições para casos idênticos e recorrentes, desde que o órgão assessorado ateste nos autos que a manifestação referencial se amolda à situação concreta, salvo caso de dúvida jurídica suscitada pelo órgão;</p> <p>V – Aplicável às contratações direta, mediante dispensa de licitação, objetivando aquisições de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares e demais beneficiários fornecedores enquadrados na Lei nº 11.326/2006, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pela Lei nº 14.628/2023, e regulamentado pelo Decreto nº 11.476/2023, na modalidade de execução Compra Institucional, precedida de Chamamento Público, na forma disciplinada na Resolução nº GGALIMENTA 3, de 14/06/2022;</p> <p>VI - Processo administrativo nº 00688.000917/2020-84;</p> <p>VII - Validade: 12 (dose) meses, a partir de sua aprovação.</p>
-------------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NA AQUISIÇÃO:</p> <p>1) Após consulta ao site da ANVISA, verificando-se que o alimento precisa de registro na Agência e/ou há normas referentes às embalagens e rótulos, inserir como requisitos de aceitação do produto:</p> <p>a) Registro na ANVISA nos termos da RDC 27/2010</p> <p>b) Para os produtos embalados e rótulos devem ser observadas as regras constantes de (inserir normas correspondentes da Anvisa, se aplicáveis ao caso concreto).</p> <p>2) Para os produtos de origem animal, inserir como requisito de aceitação do produto:</p> <p>a) o estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA)</p>
PRECAUÇÕES	<p>Nos termos do artigo 4º, § 1º do <u>Decreto 11.476/2023</u>, os órgãos e entidades compradores poderão deixar de observar o percentual mínimo nos seguintes casos:</p> <p>I – não recebimento do objeto, em virtude de desconformidade do produto com as especificações demandadas;</p> <p>II – insuficiência de oferta na região, por parte agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na <u>Lei n. 11.326, de 2006</u>, para fornecimento dos gêneros alimentícios demandados; ou</p> <p>III – necessidade de aquisições especiais, esporádicas ou emergenciais que deverão ser justificadas...</p> <p>Conforme o art. 5º da Lei nº 14.628/2023, os beneficiários fornecedores do PAA, que são os agricultores familiares, os pescadores artesanais, os aquicultores, os carcinicultores e os piscicultores que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei n. 11.326, de 2006 bem como os demais públicos beneficiários que produzam em áreas rurais, urbanas e periurbanas, conforme regulamento. Conforme o § 1º do art. 5º da Lei nº 14.628/2023, as aquisições dos produtos para o PAA poderão</p>

PRECAUÇÕES

ser efetuadas diretamente dos beneficiários individuais ou indiretamente, por meio de suas cooperativas, associações de produtores e demais organizações, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Conforme art. 4º, § 1º da 14.628, de 2023, na hipótese de impossibilidade de cotação de preços no mercado local ou regional, produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais.

O art. 6º da Lei nº 14.628/2023 estabelece que o Grupo Gestor do PAA estabelecerá critérios de acesso ao Programa dos seguintes grupos prioritários: I - as famílias incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); II - povos indígenas; III - povos e comunidades tradicionais; IV - assentados da reforma agrária; V - pescadores; VI - negros; VII - mulheres; VIII - juventude rural; IX - pessoas idosas; X - pessoas com deficiência; e XI - famílias que tenham pessoas com deficiência como dependentes.

Ressalta-se que a aquisição de alimentos para atendimento ao PAA apresenta entre as suas finalidades, contribuir para o acesso à alimentação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável e se destina a incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, pela pesca artesanal, pela aquicultura, pela carcinicultura e pela piscicultura nacionais e a produção por povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, negros, mulheres, juventude rural e agricultores familiares urbanos e periurbanos.

8. AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS HOSPITALARES, MATERIAIS DA ÁREA DA SAÚDE, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E COSMÉTICOS.

Na compra de medicamentos, insumos hospitalares, materiais e equipamentos da área de saúde (medicina, enfermagem, odontologia e fisioterapia)

OBS: abrange saneantes, cosméticos, produtos de higiene, como, por exemplo, o álcool em gel.

OBS2: Verificar no site do INMETRO se o produto adquirido exige certificação compulsória. Não constando da lista, será voluntária ou voluntária:

<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/rtepac/compulsorios.asp>

<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/rtepac/compulsorios.asp>

A certificação compulsória deve ser exigida. No caso de certificação voluntária, o órgão deverá permitir que se comprove que os requisitos são cumpridos por outros meios.

LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 6.360, de 1976 \(Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.\)](#)
- [Decreto nº 8.077, de 2013 \(Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências\)](#)
- [Lei nº 5.991, de 1973 \(Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências\)](#)
- [RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 da ANVISA \(Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento \(AFE\) e Autorização Especial \(AE\) de Empresas\)](#)
- [RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, da ANVISA \(Dispõe sobre os procedimentos administrativos para concessão de Certificação de Boas Práticas de Fabricação e de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem\).](#)
- [RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008, da ANVISA \(Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Bens e Produtos Importados para fins de Vigilância Sanitária\)](#)

PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- RDC n. 203, de 26 de dezembro de 2017 (Dispõe sobre os critérios e procedimentos para importação, em caráter de excepcionalidade, de produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa)- Portaria nº 384, de 18 de dezembro de 2020 do INMETRO (Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado)- RDC Anvisa nº 549, de 30 de agosto 2021 (Dispõe sobre os procedimentos para certificação compulsória dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária).- Instrução Normativa ANVISA nº 116, de 21 de dezembro de 2021 (Aprova a lista de Normas Técnicas, conforme Anexo I, cujos parâmetros devem ser adotados para a certificação de conformidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC ANVISA no 549, de 30 de agosto de 2021).- RDC 752, de 19 de setembro de 2022 (Dispõe sobre a definição, a classificação, os requisitos técnicos para rotulagem e embalagem, os parâmetros para controle microbiológico, bem como os requisitos técnicos e procedimentos para a regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes)
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>Conforme o art. 1º da Lei nº 6360/1976 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros.</p> <p>Pelo teor do art. 2º desta mesma lei, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º - as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.</p> <p>Nos termos do art. 2º do Decreto nº 8.077/2013 O exercício de atividades relacionadas aos produtos referidos no art. 1º da Lei nº 6.360, de 1976, dependerá de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão</p>

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

O art.7º do Decreto nº 8.077/2013 determina que os produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 1976, devem ser registrados na ANVISA.

O controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, em todo o território nacional, rege-se pela Lei nº 5.991/1973 que em seu art. 2º prevê que as suas disposições abrangem as unidades congêneres que integram o serviço público civil e militar da administração direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios e demais entidades paraestatais, no que concerne aos conceitos, definições e responsabilidade técnica.

De acordo com o art. 2º, II e III, da RDC nº 16/2014 da ANVISA, a Autorização de Funcionamento (AFE) é o ato de competência da ANVISA, contendo autorização para o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, concedido mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC 16 e a Autorização Especial (AE) é o ato de competência da ANVISA que autoriza o exercício de atividades que envolvem insumos farmacêuticos, medicamentos e substâncias sujeitas a controle especial, bem como o cultivo de plantas que possam originar substâncias sujeitas a controle especial, mediante comprovação de requisitos técnicos e administrativos específicos, constantes da RDC 16.

A RDC nº 497, de 20 de maio de 2021 da ANVISA estabelece em seu art. 3º, inciso III, que a certificado de boas práticas de fabricação (CBPF) é o documento emitido pela Anvisa atestando que determinado estabelecimento cumpre com as Boas Práticas de Fabricação dispostas na legislação em vigor;

Conforme a RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008 - Detentor do Documento de Regularização do Produto na Anvisa é a designação dada ao titular do registro, do cadastro, da autorização de modelo, do comunicado, da notificação ou do protocolo pertinente do bem ou produto perante a ANVISA.

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>Pela Portaria nº 384, de 18 de dezembro de 2020, do INMETRO, art. 1º, ficam aprovados os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II.</p> <p>Consoante o art. 1º, § 2º da Portaria 384/2020 os Requisitos são aplicáveis a equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e a equipamentos com finalidade de embelezamento e estética.</p> <p>Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. (§ 3º da Portaria 384)</p> <p>Nos termos do §4º do art. 1º da Portaria 384, de 2020, cabe à ANVISA a definição quanto à exigência de caráter compulsório da certificação.</p> <p>A IN ANVISA Nº 116, de 2021, lista, no seu Anexo I, normas técnicas a serem adotadas na certificação de conformidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária. Essas normas definem requisitos gerais para segurança básica e desempenho essencial, e serão compulsórias a todos os equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária que estejam dentro dos seus campos de aplicação.</p> <p>Portanto, trata-se de requisito compulsório, que exigirá que os equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária (com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos) estejam todos com a etiqueta compulsória do INMETRO (Selo de Identificação da Conformidade). Esses produtos não podem ser comercializados sem a etiqueta do INMETRO. Ou seja, a etiqueta do INMETRO no produto será obrigatória.</p>
-------------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>A depender dos materiais que serão licitados, recomenda-se à área técnica verificar se haveria a incidência dos requisitos a seguir transcritos (identificando para qual ou quais itens deve(m) ser feita(s) a(s) exigência(s):</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>a) Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.</p> <p>b) Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em http://www.inmetro.gov.br/legislacao. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento)</p> <p>(Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes).</p> <p>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>a) A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021”.</p>
-------------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“a) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:</p> <p>a.1) o documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013</p> <p>a.2) Comprovação de que o equipamento sob Regime de Vigilância Sanitária contém o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO afixado nele.</p> <p>3) Inserir no EDITAL - item de Habilitação jurídica:</p> <p>No caso de exercício de atividade de xxxx:</p> <p>Prova de atendimento aos seguintes requisitos:</p> <p>a.1) a Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;</p> <p>a.2) a Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;</p> <p>a3) A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente (verificar e indicar a legislação estadual ou municipal incidente).”</p> <p>Inserir no EDITAL - item de Qualificação Técnica:</p> <p>a) A contratada deverá apresentar a Declaração do Detentor de Registro (DDR), na forma da RDC 81, de 5 de novembro de 2018 e RDC 103, de 31 de agosto de 2016, quando for o caso de importação de medicamento feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa.</p> <p>OBS: É possível realizar consulta à situação da AFE ou AE das empresas no portal eletrônico da ANVISA: https://consultas.anvisa.gov.br/#/.</p>
---------------------------------	---

PRECAUÇÕES

Verificar no objeto licitado, conforme o art. 4º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, se existiriam produtos que exigem a AE (Autorização Especial) para as atividades descritas no art. 3º da citada Resolução ou qualquer outra, para qualquer fim, com substâncias sujeitas a controle especial ou com os medicamentos que as contenham, segundo o disposto na Portaria SVS/MS nº 344, de 1998 e na Portaria SVS/MS nº 6, de 29 de janeiro de 1999.

Como é muito ampla a quantidade e variedade de produtos e materiais classificáveis como medicamentos, insumos hospitalares e materiais da área de saúde, recomenda-se ao órgão assessorado verificar se o objeto da licitação, ou parte dele, necessitaria de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP (tópico do CADASTRO TÉCNICO FEDERAL) também devem ser seguidas.

Nos casos de importação de medicamento feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa, além da exigência do AFE, é necessária a Declaração do Detentor de Registro – DDR. Por meio dessa declaração, a empresa detentora da regularização do produto autoriza uma outra empresa a realizar a atividade exclusiva de importação terceirizada (RDC 81/2008).

Na importação de medicamento, a RDC 203/2017, com destaque aos arts. 3º a 5º, dispõe sobre a excepcionalidade de importar produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa nas hipóteses que especifica. Efetuar verificação técnica em relação à participação de empresas estrangeiras sem registro na Anvisa nos termos da RDC 203/2017. (ACÓRDÃO nº 242/2023 - Plenário - TCU). Como se trata de hipótese reconhecida como excepcional na referida RDC e depende de análise técnica e não jurídica para sua configuração, optou-se por não incluir previsão genérica no tópico “Providência a ser adotada”

O TCU não admite a exigência do Certificado de Boas Práticas de Fabricação por linha de produção/produtos CBPF nem do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem (CBPDA) como critério de habilitação. O Acórdão 4788/2016 – TCU – 1ª Câmara definiu que a sua exigência deve ocorrer como obrigação contratual da empresa fornecedora e que o CBPF é indispensável para o registro de medicamentos.

PRECAUÇÕES

Também não é admitida a exigência de Declaração de Credenciamento Junto às Empresas Detentoras do Registro do Produto, (que não se confunde com a DDR) como critério de habilitação jurídica.

Conforme o site do INMETRO as certificações voluntárias são aquelas em que a empresa define se deve ou não certificar o seu produto, e acordo com o disposto em uma norma técnica, partir dos benefícios que identifique que essa certificação pode trazer ao seu negócio.

As certificações compulsórias são aquelas em que um regulamento determina que a empresa só pode produzir/comercializar um produto depois que ele estiver certificado.

Nesse caso, uma portaria do Inmetro define os requisitos obrigatórios a serem seguidos por todas as empresas que produzam um determinado produto, bem como os prazos que a empresa terá para se adequar ao regulamento.

Nos casos em que a certificação é voluntária, não havendo obrigatoriedade, o TCU tem entendido que não pode ser exigida a certificação do INMETRO, sendo possível a comprovação dos requisitos técnicos por outros meios (Acórdão 445/2016-TCU-Plenário) e que podem ser aceitas certificações equivalentes, emitidas por entidades que possuam acordo de reconhecimento mútuo com o INMETRO (Acórdão 337/2021- TCU- Plenário).

Para os produtos de higiene, cosméticos e perfumes o art. 34 da RDC 752, de 19 de setembro de 2022 estabelece quais os grupos de produtos sujeitos a registro na ANVISA.

9. CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS

AMBIENTAIS - Fabricação ou industrialização de produtos em geral

Aquisição, locação ou utilização na prestação do serviço de produto cuja fabricação ou industrialização envolva atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais (art. 17, II, da Lei nº 6.938/81).

Citam-se, exemplificativamente, as seguintes categorias de FABRICANTES Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021):

- estruturas de madeira e de móveis
- veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios
- aparelhos elétricos e eletrodomésticos
- material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática
- pilhas, baterias e outros acumuladores
- papel, papelão, cartolina, cartão
- preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas
- sabões, detergentes e velas
- tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes
- fertilizantes e agroquímicos

Etc.

No site <https://dadosabertos.ibama.gov.br>, constam dados sobre pessoas jurídicas inscritas no CTF de acordo com a atividade (ao pesquisar, atentar para a data de atualização dos dados)

Fichas Técnicas de Enquadramento - disponíveis em:

<https://www.ibama.gov.br/cadastros/ctf/ctf-app/ftes>

LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 6.938, de 1981 \(Política Nacional do Meio Ambiente\)](#)
- [Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021 \(Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais\)](#)
- [Instrução Normativa nº 6, de 27 de janeiro de 2022 \(Consolida o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais na Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021\).](#)
- [Instrução Normativa nº 13 de abril de 2018 \(Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no CTF de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais\).](#)

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

As atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais estão elencadas no ANEXO I da IN 13/2021 IBAMA, consolidado pela IN 6/2022.

- Há uma diferenciação importante: há o COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CTF DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS NATURAIS (certidão emitida pelo sistema que demonstra a inscrição cadastral) e o CERTIFICADO DE REGULARIDADE (certidão que atesta a conformidade dos dados da pessoa inscrita para com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas que estão sob controle e fiscalização do IBAMA).
- As pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.
- A inscrição no Cadastro Técnico Federal não desobriga as pessoas físicas ou jurídicas de obter as licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades.
- A Instrução Normativa nº 11 12, de 13 de abril de 2018, instituiu o regulamento de Enquadramento no CTF/APP e deverá ser consultada na fase de planejamento da contratação para identificação pelo órgão público se o objeto a ser licitado consta como atividade de alguma Ficha Técnica de Enquadramento..
- As Fichas Técnicas de Enquadramento no CTF/APP deverão ser consultadas ANTES de ser exigida, a inscrição do fornecedor nesse Cadastro. Elas são um guia juridicamente seguro para identificação correta da atividade a ser declarada no formulário de inscrição do CTF/APP.
- As tabelas de atividades com Fichas Técnicas de Enquadramento estão disponíveis no site do IBAMA, com orientações quanto ao enquadramento, classificação por Categorias, por Temáticas e Lista de todas as FTEs.

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• As Fichas Técnicas de Enquadramento estão disponíveis em: https://www.ibama.gov.br/cadastros/ctf/ctf-app/fte https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/servicos/cadastros/cadastro-tecnico-federal-ctf/cadastro-tecnico-federal-de-atividades-potencialmente-poluidoras-e-ou-utilizadoras-de-recursos-ambientais-ctf-app/fichas-tecnicas-de-enquadramento-ftes-1 <p>Evite inserções nas minutas de exigências SEM que se tenha verificado a obrigatoriedade, conforme acima.</p>
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>"Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:</p> <p>a) especificar os itens (sugestão: a) listar os itens do termo de referência (exemplos: itens 1 a 4, 23 e 40 ou todos os itens)</p> <p>a) I(...)"</p> <p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>"a) Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021e normas supervenientes e a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;"</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - especificação técnica do serviço:</p> <p>"Para os produtos que serão utilizados nos serviços objeto deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/202, só será admitida a utilização de produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981."</p> <p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>"a) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, declaração da licitante em que conste a descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 13/2021 e normas supervenientes.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;</p> <p>Obs.: Conforme ressaltamos na primeira parte deste Guia, cabe ao gestor, na fase do planejamento da contratação, verificar a possibilidade de comprovação dos critérios de sustentabilidade e a sua disponibilidade no mercado. Neste caso, por se tratar de registro do fabricante, deve-se atentar para essas cautelas, e, caso não seja possível a obtenção do produto com o cumprimento da exigência do registro no CTFAPP do seu fabricante (licitação deserta ou fracassada), deve-se acostar a justificativa ao processo e proceder à licitação sem a referida exigência. Trata-se de situação excepcional.</p>
-------------------------------------	---

PRECAUÇÕES

- O registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental (atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais), está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.
- Todavia, normalmente quem participa da licitação não é o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores ou comerciantes em geral – os quais, por não desempenharem diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não são obrigados a registrar-se no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA.
- Portanto, a fim de não introduzir distinções entre os licitantes, entendemos que a forma mais adequada de dar cumprimento à determinação legal é inseri-la na especificação do produto a ser adquirido.
- Nessa hipótese, o licitante deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP. A exigência de registro no CTF não se dirige ao próprio licitante.

ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS – Serviços de Utilidade; Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio; Turismo; Uso de recursos naturais; Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981-Obras civis;

Contratação de pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, relacionadas ao consumo, comercialização, importação ou transporte de determinados produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, ou de produtos e subprodutos da fauna e flora (art. 17, II, da Lei nº 6.938/81).

OBS: Nos termos do §§ 1º e 2º, do art. 3º, da IN Ibama nº 5, de 2018: Não são considerados usuários de substâncias controladas citadas no caput desse artigo, os prestadores de serviços em refrigeração e consumidores. As pessoas físicas e jurídicas que atuam na reparação de aparelhos de refrigeração ficam desobrigadas de registro no CTF/APP.

- comerciante de:
- motosserras;
- combustíveis;
- derivados de petróleo;
- mercúrio metálico;
- produtos químicos e perigosos;

OBS: A Ficha Técnica de Enquadramento 18-7 traz as definições de produto perigoso. A expressão produtos químicos e perigosos abrange apenas produtos perigosos, conforme o Art. 17, inciso II da Lei nº 6938, de 1981. Ainda conforme a Ficha Técnica citada, o comerciante de produtos perigosos somente é obrigado a se inscrever no CTF/APP, se obrigado a autorização ou licença ambiental por órgão competente.

- de madeira, de lenha e de outros produtos florestais;
- construtor de obras civis (apenas grandes obras civis de infraestrutura, tais como implantação, pavimentação ou ampliação de rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; construção de barragens e diques; construção de canais para drenagem; retificação do curso de água; abertura de barras, embocaduras e canais; transposição de bacias hidrográficas, construção de obras de arte e outras obras de infraestrutura);

OBS: A construção de edifícios, por exemplo, não é uma atividade que obriga a empresa a se cadastrar, pois não está prevista como atividade sujeita a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 – Obras civis. O mesmo se diga de serviços comuns de engenharia.

- importador de baterias para comercialização de forma direta ou indireta;
- importador de pneus e similares;
- transportador de cargas perigosas;
- Transporte de produtos florestais
- consumo industrial de madeira, de lenha ou de carvão vegetal;

OBS.: O consumo de madeira que não seja em processo produtivo industrial não obriga à inscrição no CTF/APP.

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 6.938, de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente)- Instrução Normativa IBAMA nº06, de 15/03/2013 (Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP)- Instrução Normativa nº 12, de 13 de abril de 2018 (Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no CTF de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais).- Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018 (Regulamenta o controle ambiental do exercício de atividades potencialmente poluidoras referentes às substâncias sujeitas a controle e eliminação conforme o Protocolo de Montreal)
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• As atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais estão elencadas no ANEXO I da IN 13/2021 IBAMA.• Há uma diferenciação importante: há o COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CTF DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS NATURAIS (certidão emitida pelo sistema que demonstra a inscrição cadastral) e o CERTIFICADO DE REGULARIDADE (certidão que atesta a conformidade dos dados da pessoa inscrita para com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas que estão sob controle e fiscalização do IBAMA).• As pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.• A inscrição no Cadastro Técnico Federal não desobriga as pessoas físicas ou jurídicas de obter as licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades.• A Instrução Normativa nº 11, 12, de 13 de abril de 2018, instituiu o regulamento de Enquadramento no CTF/APP e deverá ser consultada na fase de planejamento da contratação para identificação pelo órgão público se o objeto a ser licitado consta como atividade de alguma Ficha Técnica de Enquadramento.

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• As Fichas Técnicas de Enquadramento no CTF/APP deverão ser consultadas ANTES de ser exigida, a inscrição do fornecedor nesse Cadastro. Elas são um guia juridicamente seguro para identificação correta da atividade a ser declarada no formulário de inscrição do CTF/APP.• As tabelas de atividades com Fichas Técnicas de Enquadramento estão disponíveis no site do IBAMA, com orientações quanto ao enquadramento, classificação por Categorias, por Temas e Lista de todas as FTEs.• As Fichas Técnicas de Enquadramento estão disponíveis em: https://www.ibama.gov.br/cadastros/ctf/ctf-app/fte https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/servicos/cadastros/cadastro-tecnico-federal-ctf/cadastro-tecnico-federal-de-atividades-potencialmente-poluidoras-e-ou-utilizadoras-de-recursos-ambientais-ctf-app/fichas-tecnicas-de-enquadramento-ftes-1 <p>Evite inserções nas minutas de exigências SEM que se tenha verificado a obrigatoriedade, conforme acima.</p>
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NOS SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica da empresa:</p> <p>“a) Para o exercício de atividade de XXXX, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA n. 13/2021 e normas supervenientes</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;”</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NA AQUISIÇÃO:</p> <p>1) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica da empresa:</p> <p>"a) Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;</p>
PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Nesse caso, o licitante desempenha diretamente as atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, de modo que deverá obrigatoriamente estar registrado no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA.- Assim, o registro no CTF deve ser exigido como requisito de habilitação jurídica do licitante, conforme art. 28, V, da Lei nº 8.666/93.

10. INSTRUMENTOS DE DEFESA AMBIENTAL

Contratação de consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais, ou contratação de aquisição, instalação ou manutenção de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras (art. 17, I, da Lei nº 6.938/81)

Ex: - Elaboração de projeto, fabricação ou comercialização (incluindo locação, importação e exportação e instalação de máquinas e equipamento industriais) de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

- Manutenção de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle – calibração;
- Instalação de máquinas e equipamentos industriais
- Consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais;
- Responsabilidade técnica pelas atividades classificadas como instrumento de defesa ambiental;
- Gerenciamento de resíduos sólidos e perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final);

LEGISLAÇÃO

- Lei nº 6.938, de 1981
- Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013 (Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental - CTF/AINDA)
- RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 13 de junho de 1988 Publicada no DOU, de 15 de junho de 1988, Seção 1, páginas 10845 (Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental)

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

- As pessoas físicas e jurídicas que, em âmbito nacional, desenvolvem as atividades listadas no Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013 são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, instituído pelo art. 17, inciso I, da Lei nº 6.938/81.
- A formalização do registro se dá mediante a emissão do Comprovante de Registro, contendo o número do cadastro, o CPF ou CNPJ, o nome ou a razão social, o porte e as atividades declaradas.

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• A comprovação da regularidade do registro se dá mediante a emissão do Certificado de Regularidade, com validade de três meses, contendo o número do cadastro, o CPF ou CNPJ, o nome ou razão social, as atividades declaradas que estão ativas, a data de emissão, a data de validade e chave de identificação eletrônica.• A inscrição no Cadastro Técnico Federal não desobriga as pessoas físicas ou jurídicas de obter as licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NOS SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica (da pessoa jurídica ou pessoa física):</p> <p>“a) Para o exercício de atividade de XXXX, classificada como instrumento de defesa ambiental, conforme Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013, e legislação correlata.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;</p> <p style="text-align: center;">NA AQUISIÇÃO (comercialização, incluindo locação, importação e exportação e instalação de máquinas e equipamento industriais):</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>“Para a aquisição de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, classificados como instrumento de defesa ambiental, conforme Anexo I Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei nº 6.938, de 1981.</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“a) Para a aquisição de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, classificados como instrumento de defesa ambiental, conforme Anexo I Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei nº 6.938, de 1981.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;</p> <p>3) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica:</p> <p>“a) Para a aquisição de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, cujo comércio seja classificado como instrumento de defesa ambiental, conforme Anexo I Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013, e legislação correlata.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;</p>
PRECAUÇÕES	No gerenciamento de resíduos sólidos, observar conjuntamente a Lei 12.305/10: Política Nacional de Resíduos Sólidos

11. COLETA SELETIVA CIDADÃ

Trata-se do cumprimento do Decreto nº 10.936/2022, que instituiu a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis pelos órgãos e as entidades da administração pública federal, direta e indireta e a sua destinação prioritária às associações e às cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

LEGISLAÇÃO	- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 (art. 40 a 43)
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Os órgãos e as entidades da administração pública federal, direta e indireta, deverão separar os resíduos reutilizáveis e recicláveis e destiná-los, prioritariamente, às associações e às cooperativas de catadores de materiais recicláveis.• Caberá aos órgãos e às entidades da administração pública federal, direta e indireta, realizar os procedimentos necessários para a seleção de associações e de cooperativas cadastradas no Sinir, observado o disposto na legislação, com vistas a firmar termo de compromisso.• Deverão ser observadas as medidas complementares adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente, necessárias à execução do Programa Coleta Seletiva Cidadã, sobretudo com relação à formalização da contratação.• Alertamos que o cumprimento do citado Decreto requer necessariamente a participação dos servidores e demais colaboradores dos órgãos públicos, para que a separação dos resíduos possa ser efetuada, para posterior destinação. Para tanto, faz-se necessário um plano de gestão de resíduos que inclua ações de educação Ambiental dos servidores e demais colaboradores.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	Utilizar modelo de edital Coleta Seletiva, disponibilizado pela AGU em seu site: Link:
PRECAUÇÕES	Enquanto não implementado o sistema de cadastro e habilitação de cooperativas e associações de catadores perante o SINIR, recomenda-se que os órgãos públicos assessorados pela AGU divulguem o edital perante as cooperativas e associações de catadores da municipalidade e que examinem, no momento da sessão pública, se as mesmas preenchem os requisitos do artigo 40, parágrafo único, incisos I, II e III do Decreto 10.936/2022. Tão logo implementado o sistema previsto no inciso IV do referido artigo, a exigência deverá ser feita pelos órgãos públicos nos novos editais sobre o tema”.

**12. COLETA SELETIVA – CONTRATAÇÃO DA COLETA, PROCESSAMENTO E
COMERCIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS REICLÁVEIS
OU REUTILIZÁVEIS**

Conforme preceitua o artigo 24, inciso XXVII, da Lei nº 8.666/06, é dispensável a licitação na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 8.666, de 1993 (Lei Geral de Licitações e Contratos)- Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)- Lei nº 11.445, de 2007 (Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico)- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 (Capítulo II)
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Quando não for possível proceder à coleta seletiva cidadã de que trata o artigo 40 do Decreto nº 10.936, de 2022, é possível proceder à contratação de cooperativas ou de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis por meio de dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso XXVII, da Lei nº 8.666, de 1993, enquanto estiver em vigor, e na alínea “j” do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (inciso I do art. 39 do Dec. nº 10.936/2022). Há, ainda, a possibilidade de serem firmados contratos, convênios ou outros instrumentos congêneres com pessoas jurídicas de direito público ou privado que atuem na criação e no desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, observada a legislação aplicável (§ único do art. 39 do Dec. nº 10.936/2022).• A Administração contratante deve zelar para que os catadores alocados aos serviços façam uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<ul style="list-style-type: none">• Justificar robusta e consistentemente a razão da impossibilidade de proceder à implantação da separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para a coleta seletiva cidadã, com a adoção das medidas necessárias ao cumprimento do disposto no Decreto nº 10.936, de 2022.• Sugere-se que o órgão ou entidade que não priorizar a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda, ao menos promova chamamento público, para possibilitar a mesma oportunidade para as diversas pessoas jurídicas de direito público ou privado que atuem na criação e no desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis porventura disponíveis e aptas a serem contratadas.• Observar, no que couber, o Guia de Atuação Ministerial (Encerramento dos lixões e a inclusão social e produtiva das catadoras e catadores de materiais recicláveis). Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/245-cartilhas-e-manuais/6195-guia-de-atuacao-ministerial>. Acesso em: 8 de agosto de 2018.
PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- A contratação direta prevista no inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993 é prevista eminentemente para permitir que municípios e o Distrito Federal se desincumbam dos seus misteres de executar a parte que lhe é imputada no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com observância das diretrizes nacionais para o saneamento básico estabelecidas na legislação. Avaliar se essa afirmação é pertinente, diante das novas diretrizes trazidas pelo inciso I do artigo 39 do Decreto nº 10.936/2022.- No entanto, é possível vislumbrar também a hipótese excepcional de contratação direta fundamentada nesse mesmo dispositivo por outros entes públicos que tenham uma justificativa muito robusta e consistente a respeito da impossibilidade de adoção do modelo disponível de Coleta Seletiva Solidária de que trata o Decreto nº 5.940, de 2006, atendendo-se, mesmo que de forma mais onerosa para o ente, os princípios sociais insculpidos na legislação nacional

PRECAUÇÕES

que trata da gestão de resíduos sólidos. Avaliar se essa afirmação é pertinente, diante das novas diretrizes trazidas pelo inciso I do artigo 39 do Decreto nº 10.936/2022.

- Deve ser priorizada a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.
- A contratação de pessoas jurídicas de direito público ou privado que atuem na criação e no desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis deve ser excepcional e devidamente justificada.

13.CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS – SEGURANÇA REGRAMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO

Serviço de controle de vetores e pragas urbanas com uso de saneantes domissanitários (desinfetantes), definidos como:

“substâncias ou preparações destinadas à higienização, desinfecção ou desinfestação domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

- a) inseticidas - destinados ao combate, à prevenção e ao controle dos insetos em habitações, recintos e lugares de uso público e suas cercanias;
- b) raticidas - destinados ao combate a ratos, camundongos e outros roedores, em domicílios, embarcações, recintos e lugares de uso público, contendo substâncias ativas, isoladas ou em associação, que não ofereçam risco à vida ou à saúde do homem e dos animais úteis de sangue quente, quando aplicados em conformidade com as recomendações contidas em sua apresentação;
- c) desinfetantes - destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;
- d) detergentes - destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico.”

(art. 3º, VII, da Lei nº 6.360, de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências)

Exemplos: Serviço de desinfestação para controle de espécies sinantrópicas nocivas, tais como rato, barata, formiga, cupim, etc.

OBS: O serviço de controle de vetores e pragas urbanas utiliza saneantes domissanitários e não agrotóxicos.

LEGISLAÇÃO

- [Lei federal nº 6.360, de 1976 \(Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.\)](#)
- [Decreto nº 8.077, de 2013 \(Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências\)](#)

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- RDC ANVISA nº 52, de 22 de outubro de 2009 (Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências)- RDC ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014 (Dispõe sobre Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas)- Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006 – art. 5º e 9º (Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.)- Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.• A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.• A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.• Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfetantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.• A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.• A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.• Nenhum saneante domissanitário, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde/ANVISA.

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• No que se refere à logística reversa:<ul style="list-style-type: none">a) a empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte.b) o destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/ importador.c) a empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente.<ul style="list-style-type: none">c.1) caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da empresa especializada que deve guardar os comprovantes da referida destinação.c.2) o estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.• A empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfetantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados.• As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríplex lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente.• As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríplex lavagem, devendo a empresa especializada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes.• A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 20 da RDC ANVISA nº 52, de 2009.
-------------------------------------	--

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>1) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>"x) Como condição para a aceitação da proposta, o licitante vencedor deverá apresentar uma RELAÇÃO DOS PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES que pretende utilizar no controle de pragas e vetores urbanos, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x.1). O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com sua proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório do registro na ANVISA dos produtos saneantes domissanitários/desinfetantes que se fazem necessários, conforme legislação vigente, notadamente Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009.</p> <p>x.2) Para os produtos, cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (Categoria: Indústria Química; Código: 15-9; Descrição: Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>x.2.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.”</p> <p>OBS: Não se está exigindo comprovação de inscrição e regularidade no Cadastro Técnico Federal/APP-Ibama do licitante, mas sim do fabricante do produto que será utilizado pelo licitante na prestação do serviço. Nessa linha, deverá o licitante diligenciar para a obtenção do comprovante do registro no CTF/APP-Ibama e do respectivo Certificado de Regularidade do fabricante do produto ofertado, sob pena de não-aceitação, caso o Pregoeiro não logre êxito em obtê-lo.</p> <p>2) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica da empresa:</p> <p>“x) Para o exercício de atividade de controle de vetores e pragas urbanas: ato de registro, autorização ou licença para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal e/ou do Município, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, artigos 5º e 9º da Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006, da RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009 e legislação e normatização correlata (citar também a legislação estadual e municipal pertinente).”</p> <p>3) Inserir no EDITAL - item de qualificação técnica da empresa:</p> <p>“X) No caso de exercício de atividade de controle de vetores e pragas urbanas: Registro no Conselho Profissional afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009 (citar também a legislação estadual e municipal pertinente, quando houver essa exigência instituída em âmbito regional ou local).</p> <p>X) Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica (Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente) relativo à execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009 (citar também a legislação estadual e municipal pertinente, quando houver essa exigência instituída em âmbito estadual, distrital ou municipal).</p>
-------------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>X.1) Em princípio, poderão exercer a função de Responsável Técnico em empresas de Controle de Pragas e Vetores: biólogos, veterinários, químicos, engenheiros químicos, farmacêuticos e agrônomos, que possuam comprovação para exercerem tal função, emitida pelos respectivos Conselhos de representação profissional.”</p> <p>4) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</p> <p>“Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC ANVISA Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009.”</p> <p>5) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>“A CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos no que tange aos produtos que serão utilizados na execução do serviço e às obrigações que terão de ser cumpridas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Apresentar descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade do fabricante no CTF;- Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009;- A CONTRATADA deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte;- O destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo distribuidor/fabricante/importador;- A CONTRATADA fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimentos por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente;
---------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<ul style="list-style-type: none">- Caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da CONTRATADA, que deve guardar os comprovantes da referida destinação;- O estabelecimento que as receber deve fornecer, à CONTRATADA, documento comprobatório de recebimento das embalagens;- As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríple lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente;- As embalagens vazias de produtos, que não apresentem solubilidade em água, não devem passar por tríple lavagem, devendo a CONTRATADA seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes;- A Contratada fornecerá mão de obra especializada, material, produtos, equipamentos e supervisão técnica necessários à execução dos serviços;- Os empregados da contratada destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital;- A CONTRATADA deve fornecer, ao cliente, o comprovante de execução de serviço, contendo, no mínimo, as seguintes informações:<ul style="list-style-type: none">I. Nome do cliente;II. Endereço do imóvel;III. Praga(s) alvo;IV. Data de execução dos serviços;V. Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;VI. Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);VII. Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);VIII. Orientações pertinentes ao serviço executado;
-------------------------------------	--

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>IX. Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;</p> <p>X. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica;</p> <p>XI. Identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e licença do INEA;</p> <p>XII. Do Certificado de garantia deverá constar identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números da licença do INEA, seu prazo de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverá constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.</p> <p>- A CONTRATADA deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e número da licença dada pelo órgão estadual/municipal competente;</p> <p>- Toda e qualquer nota fiscal de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas só terá validade se for emitida pela CONTRATADA, ficando vedada a compra de nota fiscal avulsa por pessoa física junto às Secretarias (ou órgãos semelhantes) das Prefeituras Municipais, para os fins de comprovação da execução dos serviços;</p> <p>- A CONTRATADA deverá observar, no que couber, a Lei n.º 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993) e a IN n.º 1/2010 da SLTI/MPOG, na execução dos serviços.”</p>
PRECAUÇÕES	<p>- Lembramos que o fabricante de desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas também deve estar registrado e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (Categoria: Indústria Química; Código: 15-9; Descrição: Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas). Observar que tais disposições já foram incluídas neste item do Guia.</p>

PRECAUÇÕES	<p>- É preciso registrar ainda que o item do Cadastro Técnico Federal que exigia o registro da empresa de prestação de serviços de controle de pragas domésticas com aplicação de produtos químicos (Categoria: Serviços de Utilidade; Código 17 – 15; Descrição:- Prestação de serviços de controle de pragas domésticas com aplicação de produtos químicos.) não se encontra mais no Anexo I da Instrução Normativa Ibama nº 6, de 15 de março de 2013 (Regulamenta o CTF-Ibama). O Anexo I da IN nº 6, de 2013 em vigor é aquele estabelecido pela IN Ibama nº 11, de 2018, no qual não consta mais o código 17-15 acima referido. Ou seja, a referida atividade não demanda mais inscrição pelas empresas no CTF/APP-Ibama.</p> <p>Decreto nº 10.936, de 2022:</p> <p>Art. 16. A fiscalização do cumprimento das obrigações previstas em instrumentos de logística reversa caberá aos órgãos executores, seccionais e locais do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, estabelecidos pela Erro! A referência de hiperlink não é válida., e pelos seus regulamentos, sem prejuízo do exercício das competências de outros órgãos e entidades públicos.</p> <p>Art. 17. O sistema de logística reversa de agrotóxicos, seus resíduos e suas embalagens, observará o disposto em legislação específica sobre a matéria.</p> <p>(...)</p> <p>Art. 28. Os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes de produtos, de seus resíduos e de suas embalagens aos quais se refere o caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e de outros produtos, de seus resíduos ou de suas embalagens que sejam objeto de logística reversa na forma prevista no § 1º do referido artigo, não signatários de acordo setorial ou termo de compromisso firmado com a União deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial ou ao termo de compromisso firmado com a União.</p> <p>§ 1º As obrigações a que se refere o caput incluem os dispositivos referentes:</p> <p>I - à operacionalização, aos prazos, às metas, aos controles e aos registros da operacionalização dos sistemas de logística reversa;</p>
-------------------	--

PRECAUÇÕES	<p>II – aos planos de comunicação, às avaliações e ao monitoramento dos sistemas de logística reversa; e</p> <p>III - às penalidades e às obrigações específicas imputáveis aos fabricantes, aos importadores, aos distribuidores e aos comerciantes.</p> <p>§ 2º Eventual revisão dos termos e das condições previstos em acordo setorial ou em termo de compromisso firmado com a União, consubstanciada em termos aditivos e que altere as obrigações de que trata este artigo, será atendida pelos fabricantes, pelos importadores, pelos distribuidores e pelos comerciantes a que se refere o caput.</p> <p>Art. 29. Na hipótese de descumprimento das obrigações previstas em acordo setorial ou em termo de compromisso de que trata o art. 18, inclusive daquelas decorrentes do disposto no art. 28, serão aplicadas aos signatários, aos aderentes e aos não signatários as penalidades previstas na legislação ambiental.</p>
-------------------	---

14. CREDENCIAMENTO NA ÁREA DE SAÚDE

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.- Norma Regulamentadora NR 32/ABNT- Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa (Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.)- Resolução n. 358/2005 – CONAMA (Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.)- Resolução –RDC nº 222, de 28 de março de 2018 (Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências)
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	Aspectos de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores, processamento de produtos de saúde e destinação ambiental de resíduos de saúde.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>Inserir como obrigação da contratada no termo de referência: A contratada observará:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;2. boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa)3. destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde (Resolução n. 358/2005 – CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 222/2018 – ANVISA). (vide disposições detalhadas no item que trata dos RESÍDUOS- Serviços de saúde deste Guia)4. Utilização de produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e Inmetro, se existentes.

PRECAUÇÕES

- Lembramos que as exigências de adequado gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde também incidem na contratação de Organizações Civas de Saúde (OCS) e Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) pelas Forças Armadas.

Assim, cabe inserir as disposições pertinentes nos editais de credenciamento lançados para tal fim.

Pesquisa de normas da Anvisa está disponível no site:

[https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas,](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas) na qual destacamos o manual Biblioteca de Serviços de Saúde

15.DETERGENTE EM PÓ

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de detergente em pó.

Exemplo:

Limpeza – Lavanderia - Etc.

Para Serviços de Limpeza e Conservação acrescentar as orientações/normas do tópico específico.

LEGISLAÇÃO

- [Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005 \(dispõe sobre a regulamentação do teor de fósforo em detergentes em pó para uso em todo o território nacional e dá outras providências\)](#)
- [Lei nº 6.360, de 1976 \(Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.\)](#)
- [Decreto nº 8.077, de 2013 \(Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências\)](#)
- [RDC ANVISA Nº 40, de 2008 \(Aprova o Regulamento Técnico para Produtos de Limpeza e Afins harmonizado no âmbito do Mercosul através da Resolução GMC nº 47/07.\)](#)
- [RDC ANVISA Nº 42, de 2009 \(Dispõe sobre procedimento, totalmente eletrônico, para a notificação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de Produtos Saneantes de Risco I, em substituição ao disposto na Resolução RDC nº 184, de 22 de outubro de 2001 e dá outras providências.\)](#)
- [RDC ANVISA Nº 59, DE 2010, \(Dispõe sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a notificação e o registro de produtos saneantes e dá outras providências.\)](#)

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

- Os detergentes em pó utilizados no país, ainda que importados, devem respeitar limites de concentração máxima de fósforo;
- Os saneantes devem ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme sua respectiva classificação como de risco I ou risco II;

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">O fabricante de detergentes deve ser registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas).
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NA AQUISIÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>"X) Só será admitida a oferta de detergente em pó, fabricado no país ou importado, cuja composição respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.</p> <p>X2) Só será admitida a oferta de detergente em pó previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme Lei nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010.</p> <p>x3) Por se tratar de produto cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, somente será aceita a oferta de produto, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata."</p> <p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>"X) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação:</p> <p>X.1 comprovação de que o produto ofertado respeita os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata;</p> <p>X.2) o documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010."</p> <p>x.3) o comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.</p> <p>x.3.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta <i>on line</i> ao site oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;"</p> <p style="text-align: center;">NOS SERVIÇOS:</p> <p>"1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</p> <p>"x) Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de detergente em pó, fabricado no país ou importado, cuja composição respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata."</p> <p>"x2) Os produtos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente notificados/registrados na ANVISA, conforme Lei nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010.</p>
---------------------------------	--

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>X3) Por se tratar de produto cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, somente será aceito na execução do serviço o uso de produto, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.”</p> <p>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>a) A CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos no que tange aos produtos que serão utilizados na execução do serviço e às obrigações que terão de ser cumpridas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Apresentar descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, e as respectivas comprovações a ele pertinentes exigidas no Termo de Referência/Projeto Básico;- O detergente em pó a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir composição que respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata;- Os produtos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente notificados/registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010;- O fabricante dos produtos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.”
-------------------------------------	--

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma declaração com a descrição do detergente em pó, indicando a marca e o fabricante, que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação:</p> <p>a) comprovação de que a composição do detergente em pó a ser usado na prestação dos serviços respeita os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.”</p> <p>b) o documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010.</p> <p>X2) Para os produtos, cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.</p> <p>x.2.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta <i>on line</i> ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.”</p>
-------------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>OBS: Não se está exigindo comprovação de inscrição e regularidade no Cadastro Técnico Federal/APP-Ibama do licitante, mas sim do fabricante do produto que será utilizado pelo licitante na prestação do serviço. Nessa linha, deverá o licitante diligenciar para a obtenção do comprovante do registro no CTF/APP-Ibama e do respectivo Certificado de Regularidade do fabricante do produto ofertado, sob pena de não-aceitação, caso o Pregoeiro não logre êxito em obtê-lo.</p>
PRECAUÇÕES	<p>- Lembramos que o fabricante de detergentes também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (FTE-Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas)</p> <p>Pesquisa de normas da Anvisa está disponível no site https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas, na qual destacamos o manual Biblioteca de Saneantes</p>

16. ENERGIA LIMPA (FOTOVOLTAICA)

Este item é uma inovação na 2ª edição do Guia. Trata-se de indicação de Boa Prática de Gestão Pública Sustentável, com a apresentação dos normativos correspondentes para os órgãos públicos que pretendam implementar painéis fotovoltaicos.

Neste sentido, é obrigatória a aplicação de recursos, pelas concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, em Programas de Eficiência Energética, de acordo com o regulamento estabelecido pela ANEEL.

LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022](#), institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS).
- [Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000](#), dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.
- [Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015](#), dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica; institui a bonificação pela outorga; e altera diversas leis.
- [Resolução Normativa ANEEL nº 920, 23 de fevereiro de 2021](#), aprova os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética - PROPEE e revoga a Resolução Normativa nº 556, de 18 de junho de 2013, o art. 1º da Resolução Normativa nº 830, de 23 de outubro de 2018, e a Resolução Normativa nº 892, de 11 de agosto de 2020.
- [Resolução Normativa ANEEL nº 876, de 10 de março de 2020](#), alterada pela [Resolução Normativa ANEEL nº 954, de 30 de novembro de 2021](#), estabelece os requisitos e procedimentos necessários à obtenção de outorga de autorização para exploração e à alteração da capacidade instalada de centrais geradoras Eólicas, Fotovoltaicas, Termelétricas, Híbridas e outras fontes alternativas e à comunicação de implantação de centrais geradoras com capacidade instalada reduzida.
- [Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023](#), aprimora as regras para a conexão e o faturamento de centrais de microgeração e minigeração distribuída em sistemas de distribuição de energia elétrica, bem como as regras do Sistema de Compensação de Energia Elétrica.

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- As concessionárias e as permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica poderão aplicar recursos de eficiência energética para instalar sistemas de geração de energia renovável em edificações utilizadas pela administração pública, quando tecnicamente viável e previamente autorizado pelo ente proprietário do prédio – Art. 1º, VI, da Lei nº 9.991, de 2000, com a redação da Lei nº 14.120, de 2021.- Pela Resolução Normativa ANEEL nº 920, de 2021, as concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão realizar Chamada Pública para seleção de projetos de eficiência energética, nos termos do art. 9º.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<ul style="list-style-type: none">• Verificar a legislação e normativos citados.• Verificar junto à concessionária de energia elétrica as informações e a programação para a Chamada Pública referida na Resolução ANEEL 556/2013. <p>A Advocacia-Geral da União adotou a sistemática e conta com uma miniusina fotovoltaica no Edifício Sede II da Advocacia-Geral da União em Brasília. O equipamento, capaz de gerar energia solar para a sede, representa uma iniciativa pioneira de sustentabilidade no setor público. A usina, que produz energia elétrica a partir da absorção de luz solar, tem capacidade de geração de energia de 280,8 kW-pico – o que permitirá uma economia de R\$ 300 mil por ano nas despesas da AGU com energia, além de uma redução de 230 toneladas/ano na emissão dióxido de carbono (CO²), o equivalente ao plantio de 1.848 árvores.</p> <p>(fonte: https://antigo.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/721619)</p> <ul style="list-style-type: none">• Registrar o requerimento de outorga de autorização para exploração de Central Geradora Fotovoltaica com potência superior a 5.000 kW ou comunicar à ANEEL a implantação de Central Geradora Fotovoltaica, com capacidade instalada reduzida (igual ou inferior a 5.000 kW) nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 876, de 10 de março de 2020.
PRECAUÇÕES	Boa Prática de Gestão Pública Sustentável em consonância com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável n. 7.

17.FRASCOS DE AEROSSOL EM GERAL

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de frascos de aerossol

Os passos estão descritos na coluna “PROVIDENCIA A SER TOMADA”

Exemplo:

Limpeza – Pintura - Manutenção predial - Obras e serviços de engenharia - Etc.

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos - Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. - Portaria INMETRO nº 329, de 29 de julho de 2021 (Dispõe sobre as mercadorias pré-embaladas comercializadas sob a forma de aerossol)
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe, até a data de 29 de março de 2022, acordo setorial específico para frasco de aerossol.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>Logística reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social que busca devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial. Este sistema deverá ser implementado, prioritariamente, pelos seguintes tipos de resíduos: agrotóxicos, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e eletroeletrônicos.</p> <p>Como primeira cautela, o órgão deve verificar se, para aquele produto ou embalagem, já existe regulamentação editada pelo Poder Público – seja na esfera federal, estadual ou municipal –, ou acordo setorial ou termo de compromisso celebrado pelo Poder Público com o setor produtivo.</p> <p>No caso dos frascos de aerossol, não há regulamentação ou acordo em âmbito nacional. Assim, é recomendável que o órgão consulte os fornecedores do ramo para conhecer suas práticas de destinação final dos produtos ou embalagens comercializados. Desta forma, poderá avaliar se há condições médias no mercado de exigir, como obrigação contratual, que a empresa contratada efetue o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada dos produtos ou embalagens por ela utilizados ou fornecidos.</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>De todo modo, o pressuposto para a inserção de tal obrigação contratual, quando ainda não houver acordo setorial ou termo de compromisso, é assegurar que não represente fator de restrição à competitividade ou custo desarrazoável para o órgão contratante.</p> <p>VERIFICAR:</p> <ul style="list-style-type: none">a. SE O ACORDO SETORIAL FOI IMPLEMENTADADO, EM CONSULTA AO SITE https://sinir.gov.br/logistica-reversa/sistemas-implantados, OUb. SE HÁ PREVISÃO ESTADUAL PARA A LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS DE FRASCOS DE AEROSSOL OUc. SE HÁ LOGÍSTICA IMPLEMENTADA PELO SETOR EMPRESARIAL. <p>Em caso positivo para qualquer uma das situações: 1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>“A contratada deverá providenciar o recolhimento dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.”</p> <p>Caso haja previsão estadual específica para a logística reversa de frascos de aerossol no Estado em que sediado o órgão assessorado, inserir a norma correspondente.</p>
PRECAUÇÕES	<p>A Portaria INMETRO nº 329, de 29 de julho de 2021, estabelece volume máximo de 750 ml ou 750 cm³ para as mercadorias pré-embaladas sob a forma de aerossol.</p>

18. LÂMPADAS EFICIENTES

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de lâmpadas fluorescentes e/ou lâmpadas de LED.

Sugerimos avaliar a aquisição de lâmpadas fabricadas com tecnologias mais avançadas e que causem menor danos ao meio ambiente.

Exemplo:

Manutenção predial - Obras e serviços de engenharia - Etc.

LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos](#)
- [Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.](#)
- [Resolução CONMETRO nº 01, de 05/07/2016 \(Dispõe sobre a anuência nas importações de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista e seus componentes\)](#)
- [Portaria nº 17, de 14 de janeiro de 2022 – INMETRO - Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Lâmpadas Fluorescentes Compactas com Reator Integrado à Base](#)
- [Portaria nº 69, de 16/02/2022 – INMETRO - Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Lâmpadas LED com Dispositivo de Controle Integrado à Base.](#)
- [Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, institui o Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral e o Certificado de Crédito de Massa Futura, no âmbito dos sistemas de logística reversa de que trata o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.](#)

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

- Os fabricantes, distribuidores, importadores, comerciantes ou revendedores de lâmpadas fluorescentes são responsáveis pelo recolhimento, pela descontaminação e pela destinação final ambientalmente adequada do produto.

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

- Para tanto, devem manter um sistema de coleta em recipientes próprios, instalados em locais visíveis, para que os usuários do produto possam descartá-lo adequadamente.
 - Atualmente, há um [acordo setorial para implantação do Sistema de Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista, assinado no dia 27/11/2014](#), cujo extrato foi publicado no DOU de 12/03/2015. Seu objetivo é garantir que a destinação final dos resíduos dessas lâmpadas seja feita de forma ambientalmente adequada e em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Nos termos da Resolução CONMETRO nº 01, de 05 de julho de 2016, a participação de fabricantes e importadores de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista e seus componentes, relacionadas em seu Anexo I, em um sistema de logística reversa é requisito de conformidade para a importação e comercialização desses produtos.
- A Portaria nº 17, de 14 de janeiro de 2022, do INMETRO - Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Lâmpadas Fluorescentes Compactas com Reator Integrado à Base. Assim, estes produtos devem ter a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, registro no INMETRO e Selo de conformidade.
- A Portaria nº 69, de 16 de fevereiro de 2022, do INMETRO exige que as lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base fabricadas, importadas, distribuídas e comercializadas em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser submetidas, compulsoriamente, à avaliação da conformidade, por meio de mecanismo de certificação descrito na portaria. Devem também ostentar a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE e sua importação depende de anuência do INMETRO, observada a Portaria nº 18, de 14 de janeiro de 2016, do INMETRO.

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>O Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, regulamentou as disposições legais vigentes que tratam de logística reversa e instituiu o Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa – CCLRL, que pode ser adquirido pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes para fins de comprovação do cumprimento das metas de logística reversa, e o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral – CERE, que pode ser solicitado por fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos ou embalagens sujeitos à logística reversa que investirem em projetos estruturantes de recuperação de materiais recicláveis à entidade gestora (pessoa jurídica responsável por estruturar, implementar e operacionalizar o sistema de logística reversa de produtos e embalagens em modelo coletivo), e o Certificado de Crédito de Massa Futura.</p>
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>A logística reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social que busca devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial. Este sistema deverá ser implementado, prioritariamente, pelos seguintes tipos de resíduos: agrotóxicos, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e eletroeletrônicos.</p> <p>Como primeira cautela, o órgão deve verificar se, para aquele produto ou embalagem, já existe regulamentação editada pelo Poder Público – seja na esfera federal, estadual ou municipal –, ou acordo setorial ou termo de compromisso celebrado pelo Poder Público com o setor produtivo.</p> <p>Se ainda não houver regulamentação ou acordo, é recomendável que o órgão consulte os fornecedores do ramo para conhecer suas práticas de destinação final dos produtos ou embalagens comercializadas. Desta forma, poderá avaliar se há condições médias no mercado de exigir, como obrigação contratual, que a empresa contratada efetue o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada dos produtos ou embalagens por ela utilizados ou fornecidos.</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>Com a criação do Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa – CCLRL e do o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral – CERE pelo Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, a apresentação dos referidos documentos na licitação constitui providência mais simples e objetivamente aferível quanto ao cumprimento da exigência relativa à logística reversa por parte do contratado/fornecedor.</p> <p>De todo modo, o pressuposto para a inserção de tal obrigação contratual, quando ainda não houver acordo setorial ou termo de compromisso, é assegurar que não represente fator de restrição à competitividade ou custo desarrazoável para o órgão contratante.</p> <p style="text-align: center;">EM QUALQUER CASO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>“A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas fluorescentes de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 33, inciso V, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 14 do Decreto nº 10.936/2022, e legislação correlata.”</p> <p>NA AQUISIÇÃO (para lâmpadas fluorescentes compactas com reator integrado à base):</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>“Só será admitida a oferta de lâmpada fluorescente compacta com reator integrado à base que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 17, de 14 de janeiro de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.”</p>
-------------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>“Para a lâmpada fluorescente compacta com reator integrado à base, cabe registro no INMETRO, considerando a Portaria nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva, bem como a apresentação de Selo de identificação da conformidade nos termos da Portaria nº 17, de 14 de janeiro de 2022.”</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>“Só será admitida a oferta de lâmpada fluorescente compacta com reator integrado à base que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 69, de 16 de fevereiro de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.”</p> <p>“Para a lâmpada de LED com dispositivo de controle integrado à base, cabe registro no INMETRO, considerando a Portaria nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva, bem como a apresentação de Selo de identificação da conformidade nos termos da Portaria nº 69, de 16 de fevereiro de 2022.”</p> <p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE da lâmpada fluorescente compacta com reator integrado à base <u>e/ou lâmpada de LED com dispositivo de controle integrado à base</u>, bem como do Selo de identificação da conformidade.</p>
PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- A Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, de abrangência nacional, determina que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

PRECAUÇÕES

- Para lâmpadas fluorescentes com reator Integrado à base cabe a exigência de certificação compulsória do INMETRO (Portaria nº 17, de 14/01/2022), assim, as exigências da Portaria devem ser cumpridas pelos fornecedores.
- Encontram-se excluídas do cumprimento das disposições da Portaria INMETRO nº 17/2022 lâmpadas com bulbo ou invólucro não removível coloridos e lâmpadas fluorescentes circulares com reator integrado à base (art. 3º, § 2º da referida Portaria).
- Vale ressaltar que as lâmpadas de LED com dispositivos de controle integrado à base também exigem certificação compulsória do INMETRO, conforme a Portaria nº 69, de 16/02/2022. As lâmpadas de LED são mais eficientes, econômicas e possuem estrutura 95% reciclável.
- O órgão deverá verificar se existe legislação estadual ou local específica disciplinando o tema.
- Lembramos que determinados tipos de lâmpadas também se sujeitam às disposições da Lei nº 10.295/2001 e Decreto nº 9.864/2019, que fixam índices mínimos de eficiência energética ou níveis máximos de consumo de energia elétrica (conforme item específico deste Guia - "APARELHOS ELÉTRICOS EM GERAL").
- Lembramos que o fabricante e o Importador de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide para o **fabricante** (FTE-Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-4; descrição: Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio, de luz mista. Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática – Lei nº 12.305/2010: art. 33, V) e vide para o **importador** (FTE-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Código: 21-41; Descrição: Importação de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista – Lei nº 12.305/2010)

PRECAUÇÕES

- Se a Administração, nos casos de aquisição, verificar na fase de planejamento que a obrigação de imputar à contratada a destinação ambiental adequada da lâmpada for implicar em fator de restrição à competitividade ou custo desarrazoável, deverá, em estudo técnico preliminar, avaliar e motivar administrativamente a não inclusão da obrigação, desde que haja a assunção pela Administração da responsabilidade pela destinação ambiental adequada das lâmpadas.

19.LIMPEZA E CONSERVAÇÃO – Serviços de limpeza e conservação	
LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.- Instrução Normativa no. 5/2017 – SEGES/MPDG (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional)- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências)
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>a) Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:</p> <p>I- use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;</p> <p>II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou municipal neste tema.</p> <p>III - observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;</p> <p>IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;</p> <p>V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;</p>

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>VI - realize a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, e a sua destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 2022;</p> <p>VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;</p> <p>VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.</p> <p>b) Para fins de coleta seletiva ou logística reversa, os consumidores são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis (art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, c/c art. 9º do Decreto nº 10.936, de 2022).</p>
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>NOS SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>“nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:</p> <p>a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.</p> <p>a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.</p> <p>b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:</p> <p>b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;</p> <p>b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;</p> <p>b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;</p> <p>b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;</p> <p>b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;</p> <p>c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);</p> <p>d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;</p> <p>e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;</p> <p>f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;</p> <p>g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:</p> <p>g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;</p> <p>g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;</p> <p>g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.”</p>
---------------------------------	--

PRECAUÇÕES

- De acordo com a IN no. 5/2017, SEGES/MPDG, a Administração deve atentar para a inserção de exigências de sustentabilidade na execução do serviço, conforme disposto no Caderno de Logística (Anexo VI – B da IN 5/2017)
- Quando os serviços de limpeza abarcam itens já sujeitos a regramento próprio (descarte adequado de pilhas, lâmpadas e pneus usados; utilização de aparelhos eletrodomésticos; utilização de produtos cujo fabricante deve estar inscrito e regular no CTF-Ibama, etc.), cabe reproduzir também as disposições específicas de cada item.

20.LIXO TECNOLÓGICOExemplo:

Manutenção de computadores - Manutenção de aparelhos eletrônicos - Etc.

LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos](#)
- [Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.](#)
- [Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, institui o Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral e o Certificado de Crédito de Massa Futura, no âmbito dos sistemas de logística reversa de que trata o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.](#)

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

- Os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida de produtos eletrônicos, que inclui a disposição final ambientalmente adequada (art. 3º do Decreto nº 10.936, de 2022, c/c art. 3º, IV, da Lei nº 12.305, de 2010).
- Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos eletrônicos deverão estruturar, implementar e operar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, além de assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da logística reversa (art. 33, VI, da Lei nº 12.305, de 2010 c/c incisos I e II do artigo 14 do Decreto nº 10.936, de 2022).
- No caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm o compromisso de participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município (art. 31, IV, da Lei nº 12.305, de 2010).

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">O Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, regulamentou as disposições legais vigentes que tratam de logística reversa e instituiu o Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa – CCLRL, que pode ser adquirido pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes para fins de comprovação do cumprimento das metas de logística reversa, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral – CERE, que pode ser solicitado por fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos ou embalagens sujeitos à logística reversa que investirem em projetos estruturantes de recuperação de materiais recicláveis à entidade gestora (pessoa jurídica responsável por estruturar, implementar e operacionalizar o sistema de logística reversa de produtos e embalagens em modelo coletivo), e o Certificado de Crédito de Massa Futura.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>A logística reversa, que pode ser implementada e operacionalizada mediante acordo setorial, regulamento ou termo de compromisso, é um instrumento de desenvolvimento econômico e social que busca devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento ou outra destinação final ambientalmente adequada. Este sistema deverá ser implementado, prioritariamente, para os seguintes tipos de resíduos: agrotóxicos, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e produtos eletroeletrônicos.</p> <p>Assim, como primeira cautela, o órgão deve verificar se já existe regulamento editado pelo Poder Público – seja na esfera federal, estadual ou municipal –, acordo setorial ou termo de compromisso que implementou sistema de logística reversa para aquele produto ou embalagem.</p> <p>Com a criação do Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa – CCLRL e do o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral – CERE pelo Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, a apresentação dos referidos documentos na licitação constitui providência mais simples e objetivamente aferível quanto ao cumprimento da exigência relativa à logística reversa por parte do contratado/fornecedor.</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>Se ainda não houver sistema de logística reversa implementado por qualquer das formas admissíveis, é recomendável que o órgão adote as seguintes medidas:</p> <p>1) consulte os fornecedores do ramo para conhecer suas práticas de destinação final dos produtos ou embalagens comercializados. Desta forma, poderá avaliar se há condições médias no mercado de exigir, como obrigação contratual, que a empresa contratada efetue o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada dos produtos ou embalagens por ela utilizados ou fornecidos.</p> <p>De todo modo, o pressuposto para a inserção de tal obrigação contratual, quando ainda não houver acordo setorial ou termo de compromisso, é assegurar que não represente fator de restrição à competitividade ou custo desarrazoável para o órgão contratante.</p> <p>2) insira no Termo de Referência (item de obrigações da contratada): "A contratada deverá participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, caso tenha firmado acordo ou termo de compromisso com o Município para tanto."</p>
PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Verificar se existe legislação local específica disciplinando o tema.- O sistema de logística reversa relativo a produtos eletrônicos será implementado progressivamente, segundo cronograma a ser estabelecido em regulamento.- O Decreto nº 10.936, de 2022, obriga fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos, seus resíduos e embalagens de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes produtos eletroeletrônicos e seus componentes e de outros produtos, de seus resíduos ou de suas embalagens que sejam objeto de logística reversa na forma prevista no § 1º do referido artigo não signatários de acordo setorial ou termo de compromisso firmado com a União, a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as mesmas obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial firmado com a União (art. 28)- O Decreto nº 10.240, de 2020, que estabeleceu sistema de logística reversa para produtos eletrônicos de uso doméstico, não se aplica a produtos eletrônicos de uso governamental (art. 1º c/c art. 3º, inciso XVIII)

21.MERCÚRIO METÁLICO

Aquisição de mercúrio metálico

Link: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/emissoes-e-residuos/residuos/mercuro-metalico>

Contato: Em caso de dúvidas, encaminhe uma mensagem para e-mail:

mercuriometalico.sede@ibama.gov.br

LEGISLAÇÃO

- [Decreto nº 97.634, de 1989 \(Dispõe sobre o controle da produção e da comercialização de substância que comporta risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, e dá outras providências\).](#)
- [Instrução Normativa IBAMA Nº 8, de 8 de maio de 2015 \(Estabelece o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais \(CTF/APP\) e os formulários do Relatório de Mercúrio Metálico como instrumentos de controle para a produção, comercialização e o procedimento de solicitação de importação de mercúrio metálico por pessoas físicas ou jurídicas\).](#)

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

O importador, produtor ou comerciante de mercúrio metálico deve possuir cadastro junto ao IBAMA para o regular exercício de suas atividades.

- DA AUTORIZAÇÃO DE IMPORTAÇÃO - Nos termos do art. 3º da IN nº 8, de 2015 do Ibama, "A importação de mercúrio metálico está condicionada à inscrição do importador no CTF/APP, na atividade enquadrada na categoria: Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio, Código 18-8, descrição: Comércio de produtos químicos e produtos perigosos - mercúrio metálico, e ao correto preenchimento dos formulários do Relatório de Mercúrio Metálico. Já o art. 4º determina que "Para cada operação de importação, o importador de mercúrio metálico deverá, previamente ao embarque, solicitar a anuência da Licença de Importação, na página oficial do IBAMA na rede mundial de computadores - internet."
- DA PRODUÇÃO - Nos termos do art. 5º da IN nº 8, de 2015 do Ibama, "A produção de mercúrio metálico está condicionada à inscrição do produtor no CTF/APP, na atividade enquadrada na categoria: Serviços de Utilidade, Código 17-58, descrição:

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos - operações de disposição final de resíduos sólidos, e ao correto preenchimento dos formulários do Relatório de Mercúrio Metálico.”</p> <ul style="list-style-type: none">• DA COMERCIALIZAÇÃO - Nos termos do art. 6º da IN nº 8, de 2015 do Ibama, “A comercialização de mercúrio metálico está condicionada à inscrição do comerciante no CTF/APP, na atividade enquadrada na categoria: Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio, Código 18-8, descrição: Comércio de produtos químicos e produtos perigosos - mercúrio metálico, e ao correto preenchimento dos formulários do Relatório de Mercúrio Metálico.” <p>“Uma vez que no Brasil não há produção primária de mercúrio, este entra no mercado nacional por meio da importação, sendo primordialmente utilizado na produção de soda e potassa cáustica, de cloro, em obturações dentárias, em equipamentos eletrônicos (lâmpadas fluorescentes, condutores elétricos), em equipamentos e procedimentos hospitalares e em várias outras atividades” (http://www.ibama.gov.br/mercurio-metalico/sobre-o-mercurio-metalico).</p>
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<ol style="list-style-type: none">1. NA AQUISIÇÃO:2. Em relação ao licitante importador e comerciante, inserir no EDITAL (item de habilitação jurídica da empresa), as disposições específicas deste Guia sobre CTF-APP do Ibama referentes ao Consumo, Comercialização, Importação ou Transporte de determinados produtos, observando-se a Ficha Técnica de Enquadramento indicada na coluna “principais determinações” deste item.3. Em relação ao produtor (para abarcar as hipóteses em que ele não seja o próprio licitante), inserir no termo de referência (item de descrição ou especificação técnica do produto) e no edital (item de julgamento da proposta) as disposições específicas deste guia sobre CTF-app do Ibama referentes à fabricação ou industrialização de produtos em geral, observando-se a ficha técnica de enquadramento indicada na coluna “principais determinações” deste item

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>4. Inserir no Termo de Referência (item de obrigações da contratada):</p> <p>"A contratada deverá apresentar comprovação de preenchimento e envio ao Ibama do Relatório de Mercúrio Metálico em que conste a declaração de venda a que se refere o art. 7º da Instrução Normativa nº 8, de 2015 do Ibama, contendo o número da nota fiscal emitida, número do CNPJ e nome da pessoa jurídica que adquiriu o produto, quantidade de mercúrio metálico em quilogramas (kg) e a data da venda."</p>
PRECAUÇÕES	<p>Os cuidados quanto ao armazenamento e à destinação final da substância devem ser redobrados e atender as determinações da Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), em conjunto com a Norma ABNT 10004/2004. Os recipientes que armazenam a substância devem estar bem lacrados, em lugar de acesso controlado, manipulados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aplicados ao manuseio de substâncias perigosas e NUNCA devem entrar em contato com a pele, os olhos ou qualquer outra parte do corpo.</p> <p>A RDC nº 173/2017 da ANVISA proíbe em todo o território nacional a fabricação, importação e comercialização, assim como o uso em serviços de saúde, do mercúrio e do pó para liga de amálgama não encapsulado indicados para uso em Odontologia.</p> <p>A RDC nº 145/2017 da ANVISA proíbe em todo o território nacional a fabricação, importação e comercialização, assim como o uso em serviços de saúde, dos termômetros e esfigmomanômetros com coluna de mercúrio.</p> <p>Quanto aos resíduos de serviço de saúde (RSS), conforme a RDC nº 222/2018 da ANVISA, os RSS contendo mercúrio (Hg) na forma líquida devem ser acondicionados em recipientes sob selo d'água e encaminhados para recuperação ou para outra destinação que esteja de acordo com as regras definidas pelo órgão ambiental competente.</p>

PRECAUÇÕES	Nos termos do art. 7º, parágrafo único, da IN nº 8, de 2015 do Ibama, “As vendas de mercúrio metálico em frascos contendo quantidade igual ou superior a 100 (cem) gramas está condicionada à prévia consulta da Regularidade do comprador no CTF/APP, disponível na página oficial do IBAMA na rede mundial de computadores – internet”.
-------------------	--

22. MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, MULHERES TRANS, TRAVESTIS, OUTRAS POSSIBILIDADES DO GÊNERO FEMININO, E MULHERES PRETAS E PARDAS

O Decreto 11.430/23 regulamentou a Lei 14.133/21 para dispor sobre a exigência, em contratações públicas de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Verifique o inciso XVI do caput do art. 6º da Lei 14/133/21.

LEGISLAÇÃO	Decreto 11.430/2023
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>Estabelecimento de percentual mínimo de 8% de vagas para a contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra</p> <p>Aplicação para contratos com quantitativos mínimos de 25 colaboradores</p> <p>Aplicação para editais de licitação e avisos de contratação direta</p> <p>O percentual mínimo deverá ser mantido durante toda a execução contratual</p> <p>As vagas:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Incluem mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006;▪ Serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. <p>A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto no caput.</p>

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>O desenvolvimento pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho será critério de desempate em processos licitatórios, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <p>Serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:</p> <ol style="list-style-type: none">I. medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;II. ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;III. igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;IV. práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;V. programas destinados à equidade de gênero e de raça; eVI. ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>Utilize os modelos de edital da AGU que disciplinaram o critério de desempate consistente no desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.</p> <p>Utilize os modelos de contrato AGU que disciplinaram as obrigações das contratadas em relação ao percentual mínimo de 8% de vagas para a contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra</p>

23. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – Resíduos

Obras ou serviços de engenharia que gerem resíduos, definidos como:

“são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha” (Resolução CONAMA nº 307/2002, art. 2º, inciso I)

Os resíduos da construção civil subdividem-se em quatro classes (art. 3º da Resolução):

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso; (Redação dada pela Resolução nº 469/2015);

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;

IV - Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, com alterações introduzidas pelas Resoluções CONAMA nº 348/2004, nº 431/2011, nº 448/2012 e 469/2015).- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (alterada pela Lei nº 14.026/2020).- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências).
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Os geradores de resíduos da construção civil devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.• Os pequenos geradores devem seguir as diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, elaborado pelos municípios e pelo Distrito Federal, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local.• Os grandes geradores deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil próprio, a ser apresentado ao órgão competente, estabelecendo os procedimentos necessários para a caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.• Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. Ao contrário, deverão ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos:<ul style="list-style-type: none">I. Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>II. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;</p> <p>III. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;</p> <p>IV. Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.</p> <ul style="list-style-type: none">• O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pela Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.• Os contratos de obras e serviços de engenharia deverão exigir o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO - item de obrigações da contratada:</p> <p>“A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.</p>
PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- A Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, em seu art. 3º, § 2º, determina que “As embalagens de tintas usadas na construção civil serão submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequados dos resíduos de tintas presentes nas embalagens. <i>(Redação dada pela Resolução nº 469/2015).</i>”

PRECAUÇÕES

- O órgão deverá verificar se existe legislação estadual ou local específica disciplinando o tema.
- As embalagens vazias de tintas imobiliárias são consideradas resíduos de Classe B.
- O §1º do art. 3º da [Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#) conceitua embalagens vazias de tintas imobiliárias, como aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida.
- Sendo assim, orienta-se que esse tipo de recipiente seja direcionado para os canais tradicionais de reciclagem já disponíveis ao público em geral. Tais embalagens, constituídas em geral de aço, possuem um valor de revenda significativo, sendo reaproveitadas no processo produtivo de setores como o siderúrgico.
- Lembramos novamente que aqueles que atuam com a atividade de implantação, pavimentação ou ampliação de rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; construção de barragens e diques; construção de canais para drenagem; retificação do curso de água; abertura de barras, embocaduras e canais; transposição de bacias hidrográficas, construção de obras de arte e outras obras de infraestrutura também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

OBS: **Somente as obras civis acima referidas estão obrigadas ao registro no CTF-Ibama. As construtoras de edifícios, por exemplo, não são obrigadas ao registro no CTF-Ibama.**

- Alertamos, também, que o destinador final dos resíduos da construção civil deve estar registrado e regular no CTF-Ibama, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (Categoria: Serviços de Utilidade; Código: 17-65; Descrição: Construção civil. Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 13, I, "h")

PRECAUÇÕES

- Por fim, esclarecemos que a pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas deste Guia sobre CTF/AIDA também devem ser seguidas.

24. OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Consulte também o tópico “ACESSIBILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA”

OBS: Não é qualquer obra civil ou serviço de engenharia que demanda registro no CTF-Ibama. Apenas grandes obras de infraestrutura trazem a exigência. A construção ou reforma de um edifício, por exemplo, não é uma atividade que obriga a empresa a se cadastrar. (vide sobre o tema em “Precauções”)

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Decreto nº 7.746, de 2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas federais).- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências).
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Ler artigos 12 da Lei nº 8.666, de 1993, e 45 da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto 7.746, de 2012, e Instrução Normativa SLTI/MPOG 1/2010
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>Pelo caráter eminentemente técnico do Projeto Básico/Termo de Referência, não cabe a um órgão de assessoramento jurídico estabelecer elementos de seu conteúdo. A opção por um ou outro requisito é decisão discricionária motivada da Administração, que deve sempre basear-se em estudos técnicos e nas determinações da IN SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 e Decreto 7.746/12.</p> <p>De todo modo, fica registrado o alerta para que, na fase de elaboração do Projeto Básico/Termo de Referência das obras ou serviços de engenharia, sejam aplicadas as diretrizes de sustentabilidade.</p> <p>No que diz respeito ao planejamento de obras e serviços de engenharia, é possível identificar três etapas principais em que o desenvolvimento sustentável deve ser observado: a) Quando da definição dos aspectos técnicos do objeto (especificação técnica); b) Na minimização do impacto (prevenção de resíduos); e c) Quanto à destinação ambiental dos resíduos e rejeitos (gestão de resíduos).</p>

PRECAUÇÕES

- Lembramos que o construtor de obras civis de implantação, pavimentação ou ampliação de rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; construção de barragens e diques; construção de canais para drenagem; retificação do curso de água; abertura de barras, embocaduras e canais; transposição de bacias hidrográficas, construção de obras de arte e outras obras de infraestrutura também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 – Obras civis; Código: 22-1 a 22-8; Descrição: implantação, pavimentação ou ampliação de rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; construção de barragens e diques; construção de canais para drenagem; retificação do curso de água; abertura de barras, embocaduras e canais; transposição de bacias hidrográficas, construção de obras de arte e outras obras de infraestrutura)

OBS: Somente as obras civis acima referidas estão obrigadas ao registro no CTF-Ibama. As construtoras de edifícios, por exemplo, não são obrigadas ao registro no CTF-Ibama.

25. ÓLEO LUBRIFICANTE

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de óleo lubrificante.

Exemplo: Manutenção de veículos - Etc.

Link: http://ibama.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=728

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.- Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 (Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.)- Resolução nº 804, de 2019 da ANP (Estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional.)
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• A pessoa física ou jurídica que, em decorrência de sua atividade, gera óleo lubrificante usado ou contaminado deve recolhê-lo e encaminhá-lo a seu produtor ou importador, de forma a assegurar a destinação final ambientalmente adequada do produto, mediante processo de reciclagem ou outro que não afete negativamente o meio ambiente.• A comercialização, importação e produção dos óleos lubrificantes citados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019 da ANP estão condicionados ao registro prévio na ANP.• A produção e a importação de quaisquer lubrificantes acabados estão condicionadas à autorização da ANP para o exercício das atividades de produtor e de comércio exterior.• O produto envasilhado deverá possuir rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto.• Os óleos lubrificantes para motores relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019 da ANP deverão ser classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução.• Observar as vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">EM QUALQUER CASO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>“Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:</p> <p>a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;</p> <p>b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;</p> <p>c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;”</p>
-------------------------------------	--

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NA AQUISIÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>“a) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;</p> <p>b) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;</p> <p>c) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;</p> <p>d) Só será admitida a oferta de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP), classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;</p> <p>e) Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.”</p> <p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“x) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação:</p> <p>x.1), o documento comprobatório do registro do óleo lubrificante na ANP;</p>
-------------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>x.2) o documento comprobatório da autorização do fabricante ou importador na ANP para o exercício de sua atividade;</p> <p>x.3) comprovação de que o rótulo tem informações em língua portuguesa discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;</p> <p>x.4) no caso de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP) a comprovação da classificação do produto segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;</p> <p>x.5) declaração sob as penas da lei de que o produto ofertado não se enquadra em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP;"</p> <p style="text-align: center;">NOS SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</p> <p>"Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:</p> <p>"a) que esteja previamente registrado na ANP;</p> <p>b) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;</p> <p>c) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;</p> <p>d) classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;</p> <p>e) que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP."</p>
-------------------------------------	--

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma relação dos produtos que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação:</p> <p>x.1.1), o documento comprobatório do registro do óleo lubrificante na ANP;</p> <p>x.1.2) o documento comprobatório da autorização do fabricante ou importador pela ANP para o exercício de sua atividade;</p> <p>x.1.3) comprovação de que o rótulo tem informações em língua portuguesa discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;</p> <p>x.1.4) no caso de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP) a comprovação da classificação do produto segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;</p> <p>x.1.5) declaração sob as penas da lei de que o produto ofertado não se enquadra em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP;”</p>
PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Lembramos que o fabricante de produtos derivados de petróleo também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. <p>Vide para o fabricante de óleo lubrificante acabado (FTE-Categoria: Indústria Química; Código: 15-2; Descrição: Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira.). Para fabricante de óleo lubrificante recuperado/errefinado, vide (FTE-Categoria: Indústria Química;</p>

PRECAUÇÕES

Código: 15-23; Descrição: Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira – Resolução CONAMA nº 362/2005: art. 2º, XIV.).

Lembramos ainda que, em razão do art. 17 da Resolução CONAMA nº 362, de 2005, o **Revendedor** do óleo lubrificante que também realize a troca de óleo com armazenamento temporário do óleo usado ou contaminado (OLUC) deve estar inscrito na atividade Categoria: Código: 18-80; Descrição: Depósito de produtos químicos e perigosos – Lei 12.305/2010, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

Já o transporte de óleo lubrificante usado ou contaminado, igualmente controlado pela Resolução CONAMA nº 362, de 2005, também demanda registro no CTF/APP-Ibama. Para tanto, vide (FTE- Categoria: Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio; Código: 18-14; Descrição: Transporte de cargas perigosas – Resolução CONAMA nº 362/2005).

26. PILHAS OU BATERIAS

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de pilhas e baterias portáteis, baterias chumbo-ácido, automotivas e industriais ou pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio e óxido de mercúrio, relacionadas nos capítulos 85.06 e 85.07 da Nomenclatura Comum do Mercosul-NCM (Resolução CONAMA nº 401/2008, art. 1º).

Exemplo: Serviços de telefonia móvel com fornecimento de aparelhos - Aparelhos de comunicação – Instrumentos de medição - Etc.

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/emissoes-e-residuos/residuos/pilhas-e-baterias>

<https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/pilhas-e-baterias/>

Contato: Em caso de dúvidas, encaminhe uma mensagem para: pilhasebaterias.sede@ibama.gov.br

LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos](#)
- [Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.](#)
- [Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008 \(Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.\)](#)
- [Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012 \(Institui, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem.\)](#)
- Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022 (Aprova os Regulamentos Técnicos da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes Automotivos – Consolidado)

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

- As pilhas e baterias comercializadas no território nacional devem respeitar limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO ou demais laboratórios admitidos pela Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

- Não são permitidas formas inadequadas de destinação final de pilhas e baterias usadas, tais como:
 - a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
 - b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
 - c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

Os estabelecimentos que comercializam pilhas e baterias e a rede de assistência técnica autorizada pelos respectivos fabricantes e importadores devem receber dos usuários os produtos usados, respeitando o mesmo princípio ativo, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 03, de 30/03/2010. Para tanto, devem manter pontos de recolhimento adequados. Essa informação pode subsidiar campanhas de educação ambiental nos órgãos públicos para que os servidores efetuem a destinação adequadas das pilhas usadas de uso doméstico ou ainda para a entrega voluntária das mesmas no órgão público, com posterior encaminhamento aos locais indicados no site do Sistema nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR)

Cabe ressaltar que as baterias chumbo-ácido (componente automotivo) devem ter certificação compulsória do INMETRO.

Entre os produtos que exigem certificação compulsória estão os componentes automotivos. Conforme a Portaria nº 145, de 28 de março de 2022, a bateria chumbo-ácido é um dos componentes sobre os quais se aplica a citada Portaria (art. 1º, § 1º, VIII)

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>No § 4º do art. 1º da Portaria 145/2022 consta: "§ 4º As baterias referenciadas no § 1º, compreendem os produtos denominados baterias ou acumuladores elétricos chumbo-ácido, sejam eles carregados, seco-carregados, ativados ou desativados, de fabricação nova ou oriundos de processos de reforma, reciclagem ou remanufatura e destinados ao uso em veículos rodoviários automotores, bem como para qualquer acessório, inclusive sistema de som, instalado nos respectivos veículos automotores das seguintes classificações: automóveis, camionetas de carga, camionetas de uso misto, comerciais leves, caminhões, caminhões-tratores, ônibus e micro-ônibus, das categorias M e N, inclusive máquinas agrícolas e motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos, da categoria L, conforme ABNT NBR 13776:2021, incluindo quadriciclos."</p>
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">EM QUALQUER CASO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>"Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação."

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>“A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.”</p> <p>Observação: No que se refere às baterias, é possível à Administração estabelecer a obrigação contratual de que as novas contratadas/revendedoras sejam obrigadas a realizar a logística reversa das baterias decorrentes de contratos anteriores, desde que se constate que essa seja uma praxe do mercado e que não haverá restrição à competitividade no certame. Nesse caso, inserir a seguinte disposição:</p> <p>“A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias descartadas, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata</p> <p>NA AQUISIÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>“Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.”</p> <p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p>
---------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>“O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o laudo físico-químico de composição, emitido por laboratório acreditado junto ao INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, ou outro documento comprobatório de que a composição das pilhas e baterias ofertadas respeita os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na referida Resolução, para cada tipo de produto.”</p> <p style="text-align: center;">NOS SERVIÇOS:</p> <p>“1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</p> <p>“Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pilhas e baterias, cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.”</p> <p>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>“As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.”</p> <p>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma declaração com a descrição das pilhas e baterias, indicando a marca e o fabricante, que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p>
-------------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que a composição das pilhas e baterias a serem usadas na prestação dos serviços respeita os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.”</p> <p>No caso de aquisição ou de serviços que utilizem baterias chumbo-ácido (componente automotivo)</p> <p>NA AQUISIÇÃO</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>“Só será admitida a oferta de bateria chumbo-ácido (componente automotivo) que possua o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto.”</p> <p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que possui Selo de Identificação da Conformidade para as baterias chumbo-ácido (componente automotivo).”</p> <p>NOS SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</p> <p>“Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de bateria chumbo-ácido (componente automotivo) que possua o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da certificação compulsória.”</p>
-------------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>“As baterias chumbo-ácido (componente automotivo) a serem utilizadas na execução dos serviços deverá possuir o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da certificação compulsória.”</p> <p>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma relação das baterias chumbo-ácido (componente automotivo) que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que possui Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO para as baterias chumbo-ácido (componente automotivo) que serão usadas na execução dos serviços.”</p>
PRECAUÇÕES	<p>- Lembramos que o fabricante e o importador de pilhas e baterias também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas.</p> <p>Assim:</p> <p>Conforme o artigo 3º da Resolução Conama nº 401/2008, devem se registrar no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do Ibama os importadores e fabricantes nacionais das pilhas e baterias dos seguintes tipos:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Chumbo-ácido▪ Dióxido de manganês (alcalina)

PRECAUÇÕES

- Níquel-cádmio
- Óxido de mercúrio
- Zinco-carbono (ou "Zinco-manganês")

Conforme orientação do site do IBAMA:

Atividades declaradas no CTF/APP:

- Para **importadores** de pilhas e baterias (enquadramento no art. 1º da [Resolução Conama nº 401/08](#))

O cadastro de importadores de pilhas e baterias deve ser realizado para a categoria-descrição: 18-81 Comércio de produtos químicos e perigosos.

[Consulte a Ficha Técnica de Enquadramento \(FTE\) 18-81.](#)

- Para **fabricantes nacionais de pilhas e baterias**

O cadastro de fabricantes nacionais de pilhas e baterias no CTF/APP deve ser realizado para a categoria-descrição: 5 – 1 Indústria de material elétrico e comunicações: Fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores.

[Consulte a FTE 5-1.](#)

- Para **empresas recicladoras ou destinadoras**

O cadastro de empresas recicladoras ou destinadoras no CTF/APP deve ser realizado para a categoria-descrição: 17 – 62 Serviços de utilidade - Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 33, II.

[Consulte a FTE 17-62.](#)

O Decreto nº 10.240, de 2020, que estabeleceu sistema de logística reversa para produtos eletrônicos de uso doméstico, não se aplica a produtos eletrônicos de uso governamental (art. 1º c/c art. 3º, inciso XVIII). As pilhas, baterias ou lâmpadas não integrantes ou removíveis da estrutura física dos produtos eletroeletrônicos constantes de seu anexo I também não são objeto do referido Decreto e constituem objeto do sistema de logística próprio.

27.PNEUS

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de pneus.

Exemplo: Compra de pneus, manutenção de veículos - Etc.

<https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/pneus-inserviveis/>

<https://www.ibama.gov.br/residuos/pneus>

- Lembramos que os fabricantes, os importadores e os reformadores (pessoas que realizam o recondicionamento de pneumáticos) de pneus e os destinadores (os que realizam a destinação final ambientalmente correta) de pneus inservíveis também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais,

LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos](#)
- [Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.](#)
- [Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009 \(Dispõe sobre prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada\)](#)
- [Instrução Normativa 9, de 20 de julho de 2021, IBAMA \(Institui, no âmbito do Ibama, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009, pelos fabricantes e importadores de pneus novos, sobre coleta e destinação final de pneus inservíveis.\)](#)
- [Portaria 379, de 19/09/2021, INMETRO \(aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos\)](#)

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

- Os fabricantes e importadores de pneus novos devem coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional, nos termos da Resolução CONAMA nº 416/2009 e Instrução Normativa nº 09/2021, A Portaria 379/2021 - INMETRO traz orientações sobre a Etiqueta nacional de Conservação de Energia para pneus novos (ENCE) e suas categorias. A exigência da melhor categoria em uma licitação é indicada com base nos princípios da eficiência, e desenvolvimento nacional sustentável e consideração do ciclo de vida e.

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Destacamos a importância da motivação administrativa ser detalhada no processo licitatório.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">EM QUALQUER CASO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>"A contratada deverá providenciar o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010. Resolução CONAMA nº 416/2009, Instrução Normativa nº 09/2021 e normas correlatas.</p> <p style="text-align: center;">NA AQUISIÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>"Só será admitida a oferta de pneu que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) "XX", nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021,</p> <p>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <ul style="list-style-type: none">- "Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação, industrialização ou importação é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante, importador ou reformador de pneus esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, ou:- a) especificar os itens (sugestão: a) listar os itens do termo de referência (exemplos: itens 1 a 4, 23 e 40 ou todos os itens)- a) I(...)"

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“a) Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante, importador ou reformador do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021e normas supervenientes.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;”</p> <p>-</p> <p>4) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do produto ofertado, para comprovação de que pertence à(s) classe(s) exigida(s) no Termo de Referência.”</p> <p>NOS SERVIÇOS:</p> <p>“1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</p> <p>“Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pneus, com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) XXXX, nos termos da Portaria INMETRO nº379/2021.”</p>
---------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - especificação técnica do serviço:</p> <p>“Para os produtos que serão utilizados nos serviços objeto deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação, industrialização ou importação é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 , só será admitida a utilização de produtos cujo fabricante, importador ou reformador esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.”</p> <p>3) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>“Os pneus a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) XXXX, nos termos da Portaria INMETRO nº379/2021 que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.”</p> <p>4) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma declaração com a descrição dos pneus, indicando a marca e o fabricante, que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que os pneus que serão utilizados na prestação dos serviços possuem a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) XXXX, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021 que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.”</p>
-------------------------------------	--

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>5) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“a) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, declaração da licitante em que conste a descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante, importador ou reformador desses produtos no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 13/2021 e normas supervenientes.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo</p>
PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Recomendamos consulta ao tópico referente ao CTF/APP deste Guia para leitura e conhecimento do tema referente ao Cadastro Técnico Federal.

28.PRODUTOS OU SUBPRODUTOS FLORESTAIS

Instrução Normativa Ibama nº 21, de 2014:

Art. 32. Para os efeitos desta Instrução Normativa, entende-se por produto florestal a matéria-prima proveniente da exploração de florestas ou outras formas de vegetação, classificado da seguinte forma:

I - produto florestal bruto: aquele que se encontra no seu estado bruto ou in natura, nas formas abaixo:

- a) madeira em tora;
- b) torete;
- c) poste não imunizado;
- d) escoramento;
- e) estaca e mourão;
- f) acha e lasca nas fases de extração/fornecimento;
- g) (Revogado) (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)
- h) (Revogado) (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)
- i) lenha;
- j) palmito;
- k) xaxim;
- l) (Revogado) (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)

II - produto florestal processado: aquele que, tendo passado por atividade de processamento, obteve a seguinte forma:

- a) madeira serrada devidamente classificada conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa;
- b) piso, forro (lambрил) e porta lisa feitos de madeira maciça conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa;
- c) rodapé, portal ou batente, alisar, tacos e decking feitos de madeira maciça e de perfil reto, e madeiras aplainadas em 2 ou 4 faces (S2S e S4S) conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa; (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)
- d) lâmina torneada e lâmina faqueada;
- e) madeira serrada curta classificada conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa, obtida por meio do aproveitamento de resíduos provenientes do processamento de peças de madeira categorizadas na alínea "a";

- f) resíduos da indústria madeireira para fins energéticos ou para fins de aproveitamento industrial conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa, exceto serragem; (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)
- g) dormentes;
- h) carvão de resíduos da indústria madeireira;
- i) carvão vegetal nativo, inclusive o empacotado na fase de saída do local da exploração florestal e/ou produção; (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)
- j) artefatos de xaxim na fase de saída da indústria;
- k) cavacos em geral;
- l) bolacha de madeira. (Incluído) (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)

Parágrafo único. Considera-se também produto florestal, para os fins do controle a que se refere o art. 31, as plantas vivas coletadas na natureza e os óleos essenciais da flora nativa brasileira coletados na natureza e constantes em lista federal de espécies ameaçadas de extinção ou nos Anexos da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – Cites. (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)

OBS: Em caso de aquisição de madeira, de lenha e de outros produtos florestais, consultar item específico deste Guia.

LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 12.651, de 2012 \(Código Florestal\)](#)
- [Lei no 6.938, de 1981- art. 4o, inciso III \(Política Nacional do Meio Ambiente\)](#)
- [Decreto nº 5.975, de 2006 – art. 11 \(Define a origem dos recursos florestais de que podem se suprir as empresas que utilizam matéria prima florestal\)](#)
- [Decreto nº 5.975, de 2006 – art. 20 \(Define a exigência de documento para controle do transporte e do armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa\)](#)
- [Portaria MMA nº 253, de 18/08/2006 \(Institui, o Documento de Origem Florestal - DOF em substituição à Autorização para Transporte de Produtos Florestais - ATPF.\)](#)

LEGISLAÇÃO	<p>- <u>Instrução Normativa Ibama nº 21, de 2014(alterada pelas IN IBAMA nº 12, de 21/07/2015, 09 de 12 /12/2016, 13, de 18/12/201704, de 22 /12/ 2019 e 03, de 23 de janeiro de 2020) – IBAMA (Institui o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor, em observância ao disposto no art. 35 da Lei nº 12.651, de 2012, com a finalidade de controlar a origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais e integrar os respectivos dados dos diferentes entes federativos)</u></p>
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>a) As empresas que utilizam matéria-prima florestal são obrigadas a se suprir de recursos oriundos de:</p> <ul style="list-style-type: none">I. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado;II. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada;III. florestas plantadas; eIV. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente. <p>O transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa depende da emissão de uma licença obrigatória, o Documento de Origem Florestal – DOF, contendo as informações sobre a respectiva procedência.</p> <p>O controle do DOF dá-se por meio do Sistema-DOF, disponibilizado no site eletrônico do IBAMA.</p> <p>O DOF acompanhará obrigatoriamente o produto ou subproduto florestal nativo da origem ao destino nele consignado, por meio de transporte rodoviário, aéreo, ferroviário, fluvial ou marítimo, e deverá ter validade durante todo o tempo do transporte e armazenamento.</p> <p>Atenção: somente produto ou subproduto nativo demanda a exigência de DOF pelo Ibama. Alguns estados exigem DOF inclusive para produtos exóticos (não nativos, como, por exemplo, eucalipto, pinus e teca).</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NAS OBRAS E SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO - item de obrigações da contratada:</p> <p>“A contratada deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:</p> <p style="padding-left: 40px;">b) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; florestas plantadas; e</p> <p>outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.”</p>
	<p style="text-align: center;">NAS OBRAS E SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO - item de obrigações da contratada:</p> <p>“A contratada deverá comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:</p> <p style="padding-left: 20px;">a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;</p> <p style="padding-left: 20px;">b) Comprovantes de registro regular do fornecedor (comércio atacadista ou varejista) e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e legislação correlata;</p> <p style="padding-left: 20px;">b.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor/Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta <i>on line</i> ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>c) Cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor.</p> <p>c.1) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF/Sinaflor, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.</p> <p>d) Caso os produtos ou subprodutos florestais sejam exóticos/não-nativos (p. ex. eucalipto, pinus, teca), e caso o estado da federação não exija esse documento mesmo em se tratando de espécie exótica, a Contratada deverá apresentar declaração de que é isenta de DOF, por não se tratar de madeira nativa.”</p>
PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Alguns Estados brasileiros (atualmente, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Minas Gerais) possuem documentos de controle próprios, que substituem o DOF como a licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais.- Portanto, quando os produtos ou subprodutos florestais tiverem origem em tais Estados, o documento correspondente também deve ser exigido da contratada.- Lembramos que o fornecedor (comércio atacadista ou varejista) e o transportador dos produtos ou subprodutos florestais também devem estar registrados no CTF/APP-Ibama, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. (Neste item específico do Guia, tais disposições já foram inseridas) <p>Vide (FTEs-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981, com código 21-49, para a Descrição: Transporte de produtos florestais – Lei nº 12.651, de 2012: art. 36; código 21-67, para a Descrição: Comércio atacadista de madeira, de lenha e de outros produtos florestais - Lei nº 12.651, de 2012: art. 37; e código 21-68, para a Descrição: Comércio varejista de madeira de lenha e de outros produtos florestais - Lei nº 12.651, de 2012: art. 37.).</p>

29.PRODUTOS OU SUBPRODUTOS FLORESTAIS - aquisição de madeira, de lenha e de outros produtos florestais

Contratação de pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades de comércio atacadista ou varejista de madeira, de lenha e de outros produtos florestais:

- considera-se **produto florestal bruto** aquele em estado bruto (*in natura*) proveniente de florestas nativas ou florestas plantadas de espécies nativas e na forma de: madeira em tora; torete; poste não imunizado; escoramento; estaca e mourão; acha e lasca; pranchão desdobrado com motosserra; bloco, quadrado ou filé obtido a partir da retirada de costaneiras; lenha; palmito; xaxim; óleo essencial;
- considera-se **produto florestal processado** aquele que, tendo passado por atividade de processamento, obteve a forma de: madeira serrada (subclassificada, conforme suas dimensões, em bloco/ quadrado/filé, pranchão, prancha, viga, vigota, caibro, tábuas, sarrafo, ou ripa); madeira serrada curta; lâmina torneada e lâmina faqueada; resíduos da indústria madeireira para fins energéticos ou para fins de aproveitamento industrial (exceto serragem); dormente; carvão de resíduos da indústria madeireira; carvão vegetal nativo; artefatos de xaxim; cavacos em geral ou bolachas de madeira;
- considera-se ainda **produto florestal processado** aquele que, de acordo com o Glossário do Anexo III da Instrução Normativa Ibama nº 21, de 2014, seja classificado como: piso, forro (lambрил) e porta lisa feitos de madeira maciça; rodapé, portal ou batente, alisar, tacos e *decking* feitos de madeira maciça e de perfil reto.

LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 6.938, de 1981 \(Política Nacional do Meio Ambiente\)](#)
- [Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 \(Referente à fiscalização do uso sustentável de produtos e subprodutos da flora nativa na atividade de comércio\)](#)
- [Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 \(Referente aos princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade\)](#)
- [Resolução CONABIO nº 6, de 3 de setembro de 2013 \(Referente às Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020\)](#)
- [Portaria MMA nº 443, de 17 de dezembro de 2014 \(Referente à Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção\)](#)

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Instrução Normativa n.º 13, de 23 de agosto de 2021, (Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP)- Instrução Normativa Ibama nº 21, de 23 de dezembro de 2014 (alterada, dentre outras, pelas IN IBAMA nº 12, de 21/07/2015, 09 de 12 /12/2016, 13, de 18 /12/2017,04, de 22 /12/ 2019 e 03, de 23 de janeiro de 2020) - Referente aos produtos florestais obrigados a controle de origem- Instrução Normativa Ibama nº 14, de 26 de abril de 2018 (alterada pelas IN IBAMA nº 18, de 01/07/2019 e 02 de 23 /01/2020) (art. 3º: referente à obrigatoriedade de que, a partir de 2 de maio de 2018, todas novas solicitações concernentes a atividades florestais sejam lançadas no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor)
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>a) As empresas que utilizam matéria-prima florestal são obrigadas a se suprir de recursos oriundos de:</p> <ol style="list-style-type: none">manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado;supressão da vegetação natural, devidamente autorizada;florestas plantadas; eoutras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente. <p>O transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa depende da emissão de uma licença obrigatória, o Documento de Origem Florestal – DOF, contendo as informações sobre a respectiva procedência.</p> <p>O controle do DOF dá-se por meio do Sistema-DOF, disponibilizado no site eletrônico do IBAMA.</p> <p>O DOF acompanhará obrigatoriamente o produto ou subproduto florestal nativo da origem ao destino nele consignado, por meio de transporte rodoviário, aéreo, ferroviário, fluvial ou marítimo, e deverá ter validade durante todo o tempo do transporte e armazenamento.</p>

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>Atenção: somente produto ou subproduto nativo demanda a exigência de DOF pelo Ibama. Alguns estados exigem DOF inclusive para produtos exóticos (não nativos, como, por exemplo, eucalipto, pinus e teca).</p> <p>OBS: O DOF somente pode ser emitido quando do faturamento da mercadoria para o comprador. Por essa razão não se pode exigir a apresentação do DOF quando da avaliação e aceitação da proposta. Somente depois de formalizada a contratação é que a contratada poderá emitir o DOF e respectiva Nota Fiscal para envio do produto para a Administração.</p>
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NA AQUISIÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>“a) Somente será admitida a oferta de produto cuja origem seja comprovadamente legal, nos termos da legislação vigente, mediante a apresentação de Cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor.</p> <p>a.1) Caso os produtos ou subprodutos florestais a serem fornecidos tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.”</p> <p>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO - item de obrigações da contratada:</p> <p>“a) A contratada deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:</p> <p>i) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>ii) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;</p> <p>iii) florestas plantadas; e</p> <p>iv) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.</p> <p>b) A contratada deverá observar as proibições e condições para uso de espécie ameaçada de extinção, nos termos da Portaria MMA nº 443, de 2014, bem como de legislação distrital, estadual ou municipal quando houver.</p> <p>c) A Contratada deverá apresentar na entrega do objeto a cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor juntamente com a Nota Fiscal.</p> <p>c.1) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF/Sinaflor, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.</p> <p>d) A Contratada deverá apresentar comprovantes de registro regular do transportador dos produtos ou subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e legislação correlata;</p> <p>b.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor/Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta <i>on line</i> ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo."</p> <p>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p>
-------------------------------------	--

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>"a) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, declaração de que emitirá o DOF assim que a Nota Fiscal for emitida e que o apresentará juntamente com a referida Nota Fiscal na entrega do objeto.</p> <p>4) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica da empresa:</p> <p>"a) Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/20213, e legislação correlata.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta <i>on line</i> ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;"</p>
PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Nesse caso, o licitante desempenha diretamente as atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, de modo que deverá obrigatoriamente estar registrado no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA.- Assim, o registro no CTF deve ser exigido como requisito de habilitação jurídica do licitante, conforme art. 28, V, da Lei nº 8.666/93.- Consultar Fichas Técnicas de Enquadramento (FTEs) Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Código 21-67, para Comércio atacadista de madeira, de lenha e de outros produtos florestais - Lei nº 12.651, de 2012: art. 37; e código 21-68, para Comércio varejista de madeira de lenha e de outros produtos florestais - Lei nº 12.651, de 2012: art. 37 em: https://www.ibama.gov.br/cadastros/ctf/ctf-app/ftes

PRECAUÇÕES

- A atividade de comércio de recurso da flora brasileira deverá observar ainda as proibições e condições para uso de espécie ameaçada de extinção, nos termos da Portaria MMA nº 443, de 2014, bem como de legislação distrital, estadual ou municipal quando houver.
- Consultar a legislação ambiental da Unidade Federativa quanto a eventuais proibições referentes à exploração, industrialização e comércio de xaxim (*Dicksonia sellowiana*).
- Alguns Estados brasileiros (atualmente, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Minas Gerais) possuem documentos de controle próprios, que substituem o DOF como a licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais.
- Portanto, quando os produtos ou subprodutos florestais tiverem origem em tais Estados, o documento correspondente também deve ser exigido da pretendida contratada.

30.PRODUTOS PRESERVADOS DE MADEIRA

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de produtos preservativos de madeira

Concessões de serviços públicos: incide Lei 4.797/65 abaixo

Exemplo:

Conserto de móveis - Obras e serviços de engenharia – Manutenção de imóveis - Etc.

[Lista de produtos preservativos de madeiras registrados no Ibama.](#)

LEGISLAÇÃO

- [Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior \(Obriga as empresas que se dediquem à indústria e comércio de preservativos e preservação de madeiras a ter registro no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA\)](#)
- [Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 20/10/92 \(Disciplina os procedimentos a serem observados quando do cumprimento do estabelecido na portaria interministerial n. 292 de 28 de abril de 1989\)](#)
- [Instrução Normativa IBAMA nº 132, de 10/11/2006 \(Adota medidas restritivas à continuidade de atividades que envolvam produtos destinados à preservação de madeiras contendo os ingredientes ativos lindano \(gama-hexaclorociclohexano\) e pentaclorofenol \(pcf\) e seus sais no brasil.\)](#)
- [Lei 4.797, de 20 de outubro de 1965 \(torna obrigatório pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas\). Aplicação desta lei em concessões de serviços públicos.](#)

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

- Os produtos preservativos de madeira e seus ingredientes ativos, inclusive importados, só podem ser fabricados, consumidos ou postos à venda se estiverem previamente registrados no IBAMA, à exceção dos preservativos destinados à experimentação e ao uso domissanitário.

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• O produtor industrial de preservativos de madeira e as usinas de preservação de madeira devem possuir registro junto ao IBAMA.• O importador, o comerciante e o usuário de produtos preservativos de madeira devem efetuar seu cadastramento junto ao IBAMA.• As embalagens e os resíduos de produtos preservativos de madeira: não podem ser reutilizados ou reaproveitados; devem ser descartados de acordo com as recomendações técnicas apresentadas na bula, para destinação final ambientalmente adequada.• Proíbe a comercialização e a utilização, no Brasil, de produtos preservativos de madeira que contenham os ingredientes ativos Lindano (gama-hexaclorociclohexano) e Pentaclorofenol (PCF) e seus sais.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">EM QUALQUER CASO:</p> <p>1) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica da empresa:</p> <p>"x) Para o exercício de atividade que envolva produção industrial, importação, comercialização ou utilização de produtos preservativos de madeira: ato de registro ou cadastramento expedido pelo IBAMA, nos termos dos artigos 1º e 14 da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata."</p> <p>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>"As embalagens e os resíduos de produtos preservativos de madeira não podem ser reutilizados ou reaproveitados, devendo ser recolhidos pela contratada e descartados de acordo com as recomendações técnicas apresentadas na bula, para destinação final ambientalmente adequada, conforme item VI da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata."</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>NA AQUISIÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>“Só será admitida a oferta de produto preservativo de madeira que esteja previamente registrado no IBAMA, inclusive os importados, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.”</p> <p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“x) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o documento comprobatório do registro do produto preservativo de madeira no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.</p> <p>NOS SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</p> <p>“Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços produtos preservativos de madeira, inclusive os importados, previamente registrados no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.</p>
-------------------------------------	--

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>Os produtos preservativos de madeira a serem utilizados na execução dos serviços, inclusive os importados, deverão estar previamente registrados no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.”</p> <p>1) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>”x) Como condição para a aceitação da proposta, o licitante vencedor deverá apresentar uma RELAÇÃO DOS PRODUTOS PRESERVATIVOS DE MADEIRA que pretende utilizar na execução dos serviços, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x.1). O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com sua proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório do registro no IBAMA dos produtos preservativos de madeira, inclusive os importados, que pretende utilizar na execução dos serviços, nos termos do artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.”</p>
PRECAUÇÕES	Consulte-se o item referente ao Cadastro Técnico Federal APP

31. RESÍDUOS ORGÂNICOS - COMPOSTAGEM INSTITUCIONAL

Resíduos orgânicos de órgãos públicos não precisam ter como disposição final os aterros sanitários e é recomendável a verificação da viabilidade do desenvolvimento institucional da compostagem.

O processo de compostagem visa a “proteção do meio ambiente e buscando reestabelecer o ciclo natural da matéria orgânica e seu papel natural de fertilizar os solos.” (artigo 1º da Resolução 481/2017 - CONAMA)

Trata-se de uma boa prática de gestão pública e há orientações do Ministério do Meio Ambiente quanto aos procedimentos e detalhes técnicos para esta implementação no “Manual de Orientação: Compostagem Doméstica Comunitária e Institucional de Resíduos Orgânicos” (MMA, 2017), disponível neste link:

[https://www.gov.br/mdr/pt-](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/proteger/biblioteca/CompostagemDomesticaComunitariaeInstitucionaldeResduosOrgnicosMMA.pdf)

[br/assuntos/saneamento/proteger/biblioteca/CompostagemDomesticaComunitariaeInstitucionaldeResduosOrgnicosMMA.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/proteger/biblioteca/CompostagemDomesticaComunitariaeInstitucionaldeResduosOrgnicosMMA.pdf)

O Decreto estabelece que as coletas seletivas dos titulares do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos deverão estabelecer, no mínimo, a separação de resíduos secos e orgânicos, de forma segregada dos rejeitos, a depender de acordo com as metas estabelecidas nos planos de resíduos sólidos (art. 8º, parágrafo 1º, II). Independente da implementação dessa medida pelas municipalidades, os órgãos públicos federais podem instituir a compostagem, se pertinente à realidade de geração de resíduos orgânicos (refeitórios, etc), com alinhamento ao plano de gestão de logística sustentável da instituição.

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm Resolução CONAMA nº 481/2017. (Estabelece critérios e procedimentos para garantir o controle e a qualidade ambiental do processo de compostagem de resíduos orgânicos, e dá outras providências.- NBR 10004/04 - classificação dos resíduos sólidos
PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Apesar de a Resolução 481/2017 - CONAMA não se aplicar a processos de compostagem de baixo impacto ambiental, desde que o composto seja para uso próprio, a Resolução apresenta orientações técnicas cuja leitura recomenda-se.- É vedada a adição de resíduos perigosos ao processo de compostagem, bem como lodo de estação de tratamento de efluentes de estabelecimento de serviços de saúde, portos e aeroportos e lodos- de estações de tratamento de esgoto sanitário quando classificado como resíduo perigoso (artigo 4º, Resolução 481/2017 - CONAMA).

32.RESÍDUOS – Serviços de saúde

Os resíduos decorrentes de serviços de saúde têm destinação ambiental específica.

O gerenciamento de serviços de saúde deve ser realizado conforme a RDC 222, de 28/03/2018, da ANVISA e Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, normas aplicáveis aos geradores de serviços de saúde.

Assim, apenas o estabelecimento que gera resíduos de saúde, infectantes, é que deve seguir a RCD nº 222/2018 e a Resolução CONAMA nº 358/2005. O exemplo típico é o hospital, mas também se incluem outras unidades de saúde, órgãos nos quais funcionem serviços de saúde. A norma se destina a todos os entes públicos ou privados que prestam serviços relacionados à saúde humana. Estão abrangidas as clínicas, a pessoa física que trabalha em consultório, e até mesmo, os serviços de estética.

Os dispositivos deste tópico se destinam à contratação de serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde. Os gerenciadores de serviços de saúde, como os hospitais, podem contratar empresa especializada para fazer o gerenciamento de seus resíduos de saúde. No credenciamento na área de saúde, há aplicação, também, porque haverá a contratação de geradores de serviços de saúde (contratação de Organizações Cíveis de Saúde (OCS) e Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) pelas Forças Armadas).

Assim, este tópico do Guia não se aplica às aquisições de medicamentos, insumos de saúde (material médico, hospitalar, odontológico e de fisioterapia) e equipamentos médicos e odontológicos. As empresas vendedoras, distribuidoras e, mesmo os fabricantes desses materiais, não são geradores de serviços de saúde. Não tem aplicabilidade, também, na contratação de pessoal da área de saúde (médicos, odontólogos, enfermeiros, etc). Sobre essas aquisições, vide item específico deste Guia.

OBS: Pesquisa de normas da Anvisa está disponível no site <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas>, inclusive com busca temática, na qual destacamos o manual Biblioteca de Serviços de Saúde.

LEGISLAÇÃO

- <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=111834#:~:text=Ementa%3A,sa%C3%BAde%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias>
- [http://antigo.anvisa.gov.br/legislacao#/visualizar/371442Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos](http://antigo.anvisa.gov.br/legislacao#/visualizar/371442Lei%20n%C2%BA%2012.305%20de%202010)
- [Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 \(Regulamenta a Lei nº 12.305/2010\)](#)

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

- O gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde deve ser executado de acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo gerador, em consonância com as normas vigentes, especialmente as de vigilância sanitária.

A RDC nº 222/2018 da ANVISA define quais são os serviços geradores de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS:

Art. 2º Esta Resolução se aplica aos geradores de resíduos de serviços de saúde RSS cujas atividades envolvam qualquer etapa do gerenciamento dos RSS, sejam eles públicos e privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa.

§ 1º Para efeito desta resolução, definem-se como geradores de RSS todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas com a atenção à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de piercing e tatuagem, salões de beleza e estética, dentre outros afins.

§ 2º Esta Resolução não se aplica a fontes radioativas seladas, que devem seguir as determinações da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, e às indústrias de produtos sob vigilância sanitária, que devem observar as condições específicas do seu licenciamento ambiental.

O art. 94 da RDC nº 222/2018 da ANVISA assim estabelece: “o descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil,

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>NOS SERVIÇOS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE E NO CASO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada para os serviços de coleta, tratamento e destinação final e nos editais de credenciamento:</p> <p>"Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA."</p>
PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Lembramos que o tratamento, a destinação final e o depósito de resíduos de serviço de saúde em unidade de tratamento ou de destinação final demandam registro no Cadastro Técnico Federal/APP do Ibama, conforme FTE-Categoria: Serviços de Utilidade; Código 17-64; Descrição: Serviços de saúde. Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 13, I, "g".- Lembramos, também, que a pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas deste Guia sobre CTF/AIDA também devem ser seguidas. <p>Consulte:</p> <p>Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – MMA:</p> <p>https://sinir.gov.br/informacoes/tipos-de-residuos/residuos-de-servicos-de-saude/</p>

PRECAUÇÕES

A ANVISA informa na RDC nº 222/2018 comentada, que a RDC 306/2004 tinha, entre outras finalidades, a de compatibilizar com a Resolução do CONAMA 358/2005. Passados alguns anos da entrada em vigor da RDC nº 306/2004, devido aos questionamentos recebidos durante esse tempo, com a evolução das tecnologias e a entrada em vigor da Lei 12.305/2010 (PNRS), verificou-se a necessidade de revisar a RDC nº 306/2004 e publicar uma nova normativa que contemplasse as novidades legais e tecnológicas que surgiram no citado período, a RDC nº 222/2018, que revogou a RDC nº 306/2004 e o item 7 da RDC nº 305/2002.

O Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e da RDC nº 222/2018 da ANVISA possuem a mesma divisão em grupos e subgrupos. A RDC nº 222/2018, mais recente, fez pequenos acréscimos, como se observa no Grupo A, subgrupo A1 e grupos B, C e D, sendo recomendável a consulta aos dois anexos.

33.RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS

Aquisições ou serviços que gerem resíduos sólidos ou rejeitos.

- Resíduos sólidos: "material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível" (art. 3º, XVI, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos);

- Rejeitos: "resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada" (art. 3º, XV, da mesma lei).

Conforme art. 13 da Lei nº 12.305/2010, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

- a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
- b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
- c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas "a" e "b";
- d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas "b", "e", "g", "h" e "j";
- e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea "c";
- f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
- h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II - quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea "a".

Exemplo:

Serviços de limpeza e conservação - Serviços de manutenção - Etc.

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos - Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. • Dentre outros, estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos: <ul style="list-style-type: none"> - os geradores de resíduos industriais; - os geradores de resíduos de serviços de saúde; - estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços que gerem resíduos perigosos ou que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal; - as empresas de construção civil e as empresas de transporte, conforme regulamentação própria.

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:<ul style="list-style-type: none">- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;- lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;- outras formas vedadas pelo poder público
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">EM QUALQUER CASO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>“a) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.</p> <p>a.1) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.</p> <p>b) São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:</p> <ul style="list-style-type: none">- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;- lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; <p>outras formas vedadas pelo poder público.”</p>

PRECAUÇÕES

O órgão assessorado deve verificar a existência de legislação ambiental estadual e local sobre o tema, bem como verificar se há regras específicas para o resíduo em questão (por exemplo: resíduos de saúde, resíduos de construção civil, etc).

- Lembramos que a pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas deste Guia sobre CTF/AIDA também devem ser seguidas.

34.RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS – Resíduos perigosos

"Aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica" (art. 13, II, "a", da Lei nº 12.305/2010)

Consideram-se geradores ou operadores de resíduos perigosos os empreendimentos ou atividades (art. 68 do Decreto nº 10.936/2022):

I - cujo processo produtivo gere resíduos perigosos;

II - cuja atividade envolva o comércio de produtos que possam gerar resíduos perigosos e cujo risco seja significativo a critério do órgão ambiental;

III - que prestam serviços que envolvam a operação com produtos que possam gerar resíduos perigosos e cujo risco seja significativo a critério do órgão ambiental;

IV - que prestam serviços de coleta, transporte, transbordo, armazenamento, tratamento, destinação e disposição final de resíduos ou rejeitos perigosos; ou

V - que exerçam atividades classificadas como geradoras ou como operadoras de resíduos perigosos em normas editadas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.

A IN nº 1, de 25/01/2013 do IBAMA esclarece quem pode ser considerado gerador ou operador de resíduos perigosos:

I - gerador de resíduos perigosos: pessoa jurídica, de direito público ou privado, que, no desenvolvimento de alguma das atividades constantes no Anexo I, gere resíduos sólidos perigosos ou cuja atividade envolva o comércio de produtos que possam gerar resíduos perigosos e cujo risco seja significativo a critério do órgão ambiental competente;

II - operador de resíduos perigosos: pessoa jurídica, de direito público ou privado, que, no desenvolvimento de alguma das atividades constantes no Anexo I, preste serviços de coleta, transporte, transbordo, armazenamento, tratamento, destinação e disposição final de resíduos ou rejeitos perigosos ou que preste serviços que envolvam a operação com produtos que possam gerar resíduos perigosos e cujo risco seja significativo a critério do órgão ambiental competente;

No Anexo I da IN estão listadas as atividades consideradas geradoras de resíduos perigosos, destacando-se que a maior parte destas atividades se compõe da fabricação e produção, havendo alguns casos em que o comerciante é considerado gerador: Comércio de combustíveis, derivados de petróleo, de gás GLP, de óleos lubrificantes, de mercúrio metálico, de produtos químicos e produtos perigosos.

O comerciante de produtos farmacêuticos, de tintas e solventes, de fertilizantes e detergentes, por exemplo, não se enquadra como gerador, apenas o fabricante é considerado gerador de resíduos perigosos.

Exemplo: contratação para destinação ambiental adequada de passivo de lâmpadas fluorescentes usadas.

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.- Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013 (Regulamentar o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), estabelecer sua integração com o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-APP) e com o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF-AIDA), e definir os procedimentos administrativos relacionados ao cadastramento e prestação de informações sobre resíduos sólidos, inclusive os rejeitos e os considerados perigosos.)
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos perigosos estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos.• A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos, quanto a:<ul style="list-style-type: none">- dispor de meios técnicos e operacionais adequados para o atendimento da respectiva etapa do processo de gerenciamento dos resíduos sob sua responsabilidade, observadas as normas e outros critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente;- apresentar, quando da concessão ou renovação do licenciamento ambiental, as demonstrações financeiras do último exercício social, a certidão negativa de falência, bem como a estimativa de

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

custos anuais para o gerenciamento dos resíduos perigosos, ficando resguardado o sigilo das informações apresentadas.

- As pessoas jurídicas geradoras e/ou operadoras de resíduos perigosos, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013, são obrigadas a cadastrar-se no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.
- Isso significa que a inscrição no CTF/APP representa a inscrição automática no CNORP.
- A inscrição no CNORP engloba:
 - a inscrição prévia do gerador ou operador de resíduos perigosos no Cadastro Técnico Federal;
 - a indicação do responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado;
 - a prestação anual de informações sobre a geração, a coleta, o transporte, o transbordo, armazenamento, tratamento, destinação e disposição final de resíduos ou rejeitos perigosos. Essas informações são prestadas por meio do Relatório Anual de Atividades, previsto no Art. 17-C, § 1º.
- As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos também são obrigadas a:
 - elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;
 - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;
 - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.
- É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem danos ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade

	vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">EM QUALQUER CASO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>“a) Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.</p> <p>a.1) estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;</p> <p>a.2) possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;</p> <p>a.3) possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.</p> <p>b) A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:</p> <p>b.1) elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;</p>

	<p>b.2) adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;</p> <p>b.3) informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.”</p>
PRECAUÇÕES	<p>- Lembramos que a pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas deste Guia sobre CTF/AIDA também devem ser seguidas.</p>

35.SANEAMENTO BÁSICO

As diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento constam da Lei 11.445/2007 e há princípios fundamentais a serem observados pelos serviços públicos de saneamento.

Considera-se saneamento básico o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de (art. 3º): a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição;

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm - art7

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reúso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente;

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm - art7

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana; e

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes;

Cabe mencionar que a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico é dos Municípios e do Distrito Federal, quando de interesse local (art. 8º, I, Lei 11.445/2007) e dos Estados, em conjunto com os Municípios, no caso de interesse comum (art. 8º, II). Pode haver, outrossim, o exercício da titularidade dos serviços por meio de gestão associada, mediante consórcio público ou convênio de cooperação (art. 8º, parágrafo 1º).

Além disso, a regulação da atividade de saneamento básico deve ser feita por entidade reguladora da Administração Pública Indireta e não pelo próprio ente político. De acordo com o artigo 21 da Lei nº 11.455/2007, a função de regulação será desempenhada por entidade de natureza autárquica dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira e atenderá aos princípios de transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Em contratações que envolvam atividades de saneamento básico, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, o setor técnico especializado do órgão assessorado deverá inserir as previsões pertinentes no projeto básico/termo de referência, bem como consultar a existência de normas municipais e estaduais aplicáveis ao caso concreto.

LEGISLAÇÃO

- [LEI 11.445, DE 05 DE JANEIRO DE 2007 \(estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico\)](#)
- [LEI 14.026, DE 2020 \(atualiza o marco legal do saneamento básico\)](#)
- [Decreto 11.467, de 05 de abril de 2023 \(Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a alteração do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, e do Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020.\)](#)
- [Decreto nº 11.466, de 05 de abril de 2023 \(Regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização.\)](#)

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

Os serviços podem ser prestados de forma direta ou por concessão (artigo 9, Lei 11.445/2007)

A prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária (artigo 10, Lei 11.445/2007)

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>Os contratos de delegação do serviço de saneamento básico deverão trazer expressamente as previsões do artigo 23 da Lei nº 8.987/95, além de trazer as disposições sobre: I - metas de expansão dos serviços, de redução de perdas na distribuição de água tratada, de qualidade na prestação dos serviços, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, do reuso de efluentes sanitários e do aproveitamento de águas de chuva, em conformidade com os serviços a serem prestados; II - possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados, incluindo, entre outras, a alienação e o uso de efluentes sanitários para a produção de água de reuso, com possibilidade de as receitas serem compartilhadas entre o contratante e o contratado, caso aplicável; III - metodologia de cálculo de eventual indenização relativa aos bens reversíveis não amortizados por ocasião da extinção do contrato; e IV - repartição de riscos entre as partes, incluindo os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária (artigo 10-A).</p> <p>Além disso, os contratos que envolvem a prestação dos serviços públicos de saneamento básico poderão prever mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes do contrato ou a ele relacionadas, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.</p> <p>Cabível destacar que, nos termos do artigo 11 da Lei nº 11.445/2007, são condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico: I - a existência de plano de saneamento básico; II - a existência de estudo que comprove a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços, nos termos estabelecidos no respectivo plano de saneamento básico; III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes da Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização; IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato. V - a existência de metas e cronograma de universalização dos serviços de saneamento básico.</p>
-------------------------------------	--

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	Deve o gestor se atentar igualmente para o cumprimento dos requisitos de comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada com vistas a viabilizar a universalização dos serviços na área licitada até 31 de dezembro de 2023, conforme dispõe o Decreto nº 11.466/2023.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	Observância da legislação supra e consulta à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para exame de normas eventualmente incidentes, conforme artigo. 25-A, da Lei 11.455/2007.
PRECAUÇÕES	No tocante ao manejo de resíduos sólidos, deve ser também observada a Política Nacional de Resíduos Sólidos e, no manejo de resíduos sólidos recicláveis, as previsões legais referentes à inclusão de associações e cooperativas de catadores.

36.SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

A Resolução RDC ANVISA n. 216/04 estabelece Boas Práticas para Serviços de Alimentação, alterada pela RDC Anvisa nº 52, de 29 de setembro de 2014

Essa Resolução se aplica aos serviços de alimentação que realizam algumas das seguintes atividades: manipulação, preparação, fracionamento, armazenamento, distribuição, transporte, exposição à venda e entrega de alimentos preparados ao consumo, tais como cantinas, bufês, comissarias, confeitarias, cozinhas industriais, cozinhas institucionais, unidades de alimentação e nutrição dos serviços de saúde, delicatessens, lanchonetes, padarias, pastelarias, restaurantes, rotisseries e congêneres.

As comissarias instaladas em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Terminais Alfandegados devem, ainda, obedecer aos regulamentos técnicos específicos.

Excluem-se deste Regulamento os lactários, as unidades de Terapia de Nutrição Enteral - TNE, os bancos de leite humano, e os estabelecimentos industriais abrangidos no âmbito do Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.

Vale lembrar que “no setor de alimentos, a Anvisa coordena, supervisiona e controla as atividades de registro, inspeção, fiscalização e controle de riscos, sendo responsável por estabelecer normas e padrões de qualidade e identidade a serem observados. O objetivo é garantir a segurança e a qualidade de alimentos, incluindo bebidas, águas envasadas, ingredientes, matérias-primas, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia, materiais em contato com alimentos, contaminantes, resíduos de medicamentos veterinários, rotulagem e inovações tecnológicas em produtos da área de alimentos.” ([Biblioteca de Alimentos](#))

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- RESOLUÇÃO RDC ANVISA Nº 216/2004, alterada pela RDC Anvisa nº 52, de 29 de setembro de 2014 (Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.)- Consulte a publicação Biblioteca de Alimentos
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	Trata-se do Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>"A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis".</p> <p>Quando a contratação abranger a comercialização de água, deve-se incluir também:</p> <p>"A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, a Resolução RDC ANVISA 182, de 2017, alterada pela RDC 331/2019 e Resolução RDC 173/2006 – bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis".</p>
---------------------------------	---

37.SERVIÇO DE LAVANDERIA HOSPITALAR

Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde. (Lei 8080/90, artigo 6º, parágrafo 1º, I e II)

Consultar o site da ANVISA para as orientações, os protocolos e outras medidas sempre atualizados em relação à COVID 19:

<https://www.gov.br/anvisa>

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Leis 9.782, de 1999 (Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.) - Resolução RDC n. 6/2012 – ANVISA (Dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde e dá outras providências.)
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	Há necessidade de alvará sanitário/licença de funcionamento de lavanderia hospitalar, emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal competente, conforme exigido pela Lei 9.782/99
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>Inserir no EDITAL - requisito de habilitação jurídica da empresa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar alvará sanitário/licença de funcionamento de lavanderia hospitalar, emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal competente, conforme exigido pela Lei 9.782/99. • Os equipamentos, quando couber, e os produtos saneantes utilizados no processamento de roupas de serviços de saúde devem estar regularizados junto à ANVISA (art. 9º, Resolução RDC n. 6/2012 – ANVISA). • Exigência expressa de que o licitante tenha em seus quadros profissional responsável pela coordenação das atividades, conforme disposto no art. 13 da Resolução-RDC 6/2012; • exigência de capacitação prévia e permanente em segurança e saúde ocupacional, dos profissionais que irão laborar na execução dos serviços de lavanderia hospitalar, conforme disposto no art. 12 da Resolução-RDC 6/2012; <p>Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - obrigações da contratada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A contratada deverá observar a Resolução RDC n. 6/2012 – ANVISA

PRECAUÇÕES

- a) Consultar o site <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-processamento-de-roupas-de-servicos-de-saude-prevencao-e-controle-de-riscos.pdf/view> e ver o que orienta a ANVISA no documento: Processamento de roupas em serviços de saúde: prevenção e controle de riscos/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2009, pgs. 17 e 18, cujo teor se transcreve a seguir

A unidade de processamento de roupas está sujeita ao controle sanitário pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), conforme definido na Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, tendo em vista os riscos à saúde dos usuários, trabalhadores e meio ambiente relacionados aos materiais, processos, insumos e tecnologias utilizadas. A unidade de processamento de roupas, quando terceirizada, não poderá funcionar sem o alvará sanitário/licença de funcionamento emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal. O alvará/licença somente é concedido após a inspeção do serviço para verificação das condições de funcionamento e de execução do projeto de acordo com a aprovação prévia da vigilância. O serviço que funcionar sem esse documento estará infringindo a Lei Federal n. 6437 de 20 de agosto de 1977. Vale ressaltar que as unidades que fazem parte de um serviço de saúde não precisam de um alvará sanitário específico, uma vez que o serviço ao qual pertencem deverá possuir tal alvará. Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos As unidades de processamento de roupas terceirizadas, intra ou extra-serviços de saúde, devem possuir alvará sanitário próprio. Normalmente, esse documento é solicitado no ato do início das atividades; quando houver alterações de endereço, do ramo de atividade, do processo produtivo ou da razão social; quando tiver ocorrido fusão, cisão e incorporação societária; ou anualmente, conforme definição da vigilância sanitária local. A emissão e renovação da licença ou alvará de funcionamento é um processo descentralizado, realizado pelos estados e municípios e, portanto, definido de acordo com a legislação local. Cada estado e/ou município define o trâmite legal e documental, assim como a sua validade. A licença sanitária, também chamada de alvará de funcionamento, licença de funcionamento ou alvará sanitário, é o documento expedido pela Vigilância Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal. Os endereços das Vigilâncias Sanitárias podem ser acessados no sítio eletrônico da Anvisa: www.anvisa.gov.br. As unidades de processamento de roupas de serviços de saúde que também processam roupas

de outros tipos de serviços, como hotéis e motéis, devem observar as orientações contidas neste manual. Em seus alvarás sanitários, devem constar de forma específica os tipos de serviços que atendem e a origem das roupas a serem processadas, como por exemplo: serviços de saúde, hotéis, motéis, domicílio, etc. Unidades de processamento de roupas intra-serviço de saúde não podem processar roupas de outros tipos de serviços como hotéis, motéis e domiciliares. Outros requisitos a serem observados:

- Registros de segurança e saúde ocupacional, conforme normalização do Ministério do Trabalho e Emprego
- Aprovação e registro nos órgãos competentes (meio ambiente, defesa civil, prefeituras, entre outros); e
- Registro da caldeira, caso o serviço possua, no Ministério do Trabalho e Emprego, conforme disposto na NR1314

38.SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs, especificadas nos anexos A e B do Protocolo de Montreal (promulgado pelo Decreto nº 99.280/90), notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano.

Tais substâncias são encontradas geralmente nos seguintes produtos:

- Unidades de ar-condicionado automotivo
 - Refrigeradores e congeladores
 - Equipamentos e sistemas de refrigeração
 - Equipamentos e aparelhos de ar-condicionado
 - Instalações frigoríficas
 - Resfriadores de água e máquinas de gela
 - Aerossóis
 - Equipamentos e sistemas de combate a incêndio
 - Extintores de incêndio portáteis
 - Solventes
 - Esterilizantes
 - Espumas rígidas e semirrígidas
- Etc.

LEGISLAÇÃO

- [Decreto nº 99.280, de 1990 \(Promulgação da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.\)](#)
- [Decreto nº 181, de 24 de julho de 1991 \(Promulga os Ajustes ao Protocolo de Montreal Sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987.\)](#)
- [Decreto nº 2.679, de 1998 \(Promulga as Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, assinadas em Copenhague, em 25 de novembro de 1992\)](#)
- Decreto nº 2.783, de 1998 (Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional)

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Decreto nº 5.280, de 2004 (Promulga os textos das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, aprovadas em Montreal, em 17 de setembro de 1997, ao término da Nona Reunião das Partes, e, em Pequim, em 3 de Dezembro de 1999, por ocasião da Décima Primeira Reunião das Partes.)- Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018 (Regulamenta o controle ambiental do exercício de atividades potencialmente poluidoras referentes às substâncias sujeitas a controle e eliminação conforme o Protocolo de Montreal)- https://www.google.com/search?q=decreto+11550&rlz=1C1GCEU_pt-BRBR1037BR1037&oq=decreto+&aqs=chrome.0.35i39i650j69i64j69i57j69i59j0i512j69i60l3.3431j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8- Este Decreto revogou o SINARE - <u>Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SINARE), que havia instituído pelo Decreto nº 11.075/2022</u>
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• É vedada a aquisição, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal, como, por exemplo, as seguintes listadas: CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano• São exceções à vedação:<ul style="list-style-type: none">b) produtos ou equipamentos considerados de usos essenciais, como medicamentos e equipamentos de uso médico e hospitalar; serviços de manutenção de equipamentos e sistemas de refrigeração.• É proibida, em todo o território nacional, a utilização de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal, na produção ou instalação, a partir de 1º de janeiro de 2001, de:

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>c) novos aerossóis, exceto para fins medicinais; novos refrigeradores e congeladores domésticos; novos equipamentos, sistemas e instalações de refrigeração; novas instalações de ar-condicionado central; novas unidades de ar-condicionado automotivo; instalações frigoríficas com compressores de potência unitárias superior a 100 HP; novos equipamentos, sistemas e instalações combate a incêndio, exceto na navegação aérea ou marítima, quanto aos Halons 1211 e 1301; novas espumas rígidas e semirrígidas (flexível e moldada/pele integral); novos solventes ou esterilizantes.</p> <ul style="list-style-type: none">• As SDOs somente podem ser utilizadas para os “usos essenciais” listados no art. 4º da Resolução:- para fins medicinais e formulações farmacêuticas para medicamentos na forma aerossol, tais como os Inaladores de Dose de Medida-MDI e/ou assemelhados na forma “spray” para uso nasal ou oral;- como agente de processos químicos e analíticos e como reagente em pesquisas científicas;- em extinção de incêndio na navegação aérea e marítima, aplicações militares não especificadas, acervos culturais e artísticos, centrais de geração e transformação de energia elétrica e nuclear, e em plataformas marítimas de extração de petróleo – Halons 1211 e 1301.
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>“Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal”</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	NOS SERVIÇOS: 1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada: "Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal."
PRECAUÇÕES	<p>Listas de Centrais de Regeneração de SDOs, lista de unidades de reciclagem de SDOs e lista de centros de recolhimento de SDOs podem ser encontradas no site do Ministério do Meio Ambiente – MMA (PÁGINA INICIAL > INFORMMA > PROTEÇÃO DA CAMADA DE OZÔNIO > SUBSTÂNCIAS DESTRUIDORAS DA CAMADA DE OZÔNIO).</p> <ul style="list-style-type: none">- Lembramos que aqueles que fazem o tratamento, a regeneração, a destinação final, a incineração, o depósito, bem como se enquadram na atividade de Utilização técnica de substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal (Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs), também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas, quando couber. <p>Para conferir quais atividades se enquadram, vide respectivamente FTE-Categoria Serviços de Utilidade; Código: 17-66; Descrição: Disposição de resíduos especiais: Protocolo de Montreal e FTE-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Código: 21-3; Descrição: Utilização técnica de substâncias controladas – Protocolo de Montreal,</p>

39.SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO – Serviços de manutenção

Serviços de manutenção de sistemas, equipamentos ou aparelhos que contenham Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

Exemplo:

- Manutenção de sistemas de refrigeração e de equipamentos de ar-condicionado.
- Manutenção de extintores de incêndio ou de sistemas de combate a incêndio – Etc.

LEGISLAÇÃO

- Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003([Dispõe sobre a utilização de cilindros para o envasamento de gases 147 que destroem a Camada de Ozônio, e dá outras providências.](http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=371))
- <http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=110488>
- Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018 (Regulamenta o controle ambiental do exercício de atividades potencialmente poluidoras referentes às substâncias sujeitas a controle e eliminação conforme o Protocolo de Montreal):
- <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=138194>

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES

- Estabelece especificações técnicas para os procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano.
- Para o recolhimento e transporte de CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e Halons 1211, 1301 e 2402, é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes.
- Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados.
- A SDO recolhida deve ser reciclada *in loco*, mediante a utilização de equipamentos adequados, ou acondicionada em recipientes e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.
- Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NOS SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>"Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:</p> <p>a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;</p> <p>b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;</p> <p>c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;</p> <p>d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;</p> <p>e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;</p> <p>f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;</p> <p>g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.</p>
-------------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>g.1) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.</p> <p>g.2) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.”</p>
PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Embora, em tese, já esteja vigente há tempos a proibição de utilização de SDOs como fluidos de refrigeração ou de extinção de incêndio em aparelhos ou equipamentos novos, conforme Resoluções CONAMA nº 13, de 13/12/95, e nº 267, de 14/11/2000, é possível que a Administração ainda possua aparelhos ou equipamentos que contenham SDOs, ou por serem mais antigos, ou por não ter sido observada a proibição por parte do fabricante.- Assim, estas disposições são essenciais na contratação de serviços de manutenção de sistemas de refrigeração e de equipamentos de ar-condicionado ou manutenção de extintores de incêndio ou de sistemas de combate a incêndio, por exemplo, que contenham SDOs, a fim de amenizar o impacto ambiental da liberação de tais substâncias na atmosfera.- Lembramos que aqueles que fazem o tratamento, a regeneração, a destinação final, a incineração, o depósito, bem como se enquadram na atividade de Utilização técnica de substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal (Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs), também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas, quando couber.- Para conferir quais atividades se enquadram, vide respectivamente FTE-Categoria Serviços de Utilidade; Código: 17-66; Descrição: Disposição de resíduos especiais: Protocolo de Montreal e FTE-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Código: 21-3; Descrição: Utilização técnica de substâncias controladas – Protocolo de Montreal,- Lembramos ainda que, nos termos do parágrafo único, do art. 7º da IN nº 5, de 2018 do Ibama, as pessoas físicas e jurídicas que realizam transporte de substâncias controladas devem estar inscritas no CTF/APP-Ibama na Categoria: Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio; Código: 18-1; Descrição: Transporte de cargas perigosas, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas, quando couber.

PRECAUÇÕES

- Nos termos do §§ 1º e 2º, do art. 3º, da IN Ibama nº 5, de 2018: - Não são considerados usuários de substâncias controladas citadas no *caput* desse artigo os prestadores de serviços em refrigeração e consumidores. As pessoas físicas e jurídicas que atuam na reparação de aparelhos de refrigeração ficam desobrigadas de registro no CTF/ APP, mas não estão liberados de cumprir as obrigações constantes deste item do Guia que trata das substâncias que destroem a camada de ozônio.
- Não estão obrigadas também ao registro no CTF/APP as atividades de manutenção de extintores de incêndio ou de sistemas de combate a incêndio, muito embora também tenham de cumprir as obrigações previstas neste item.
- Listas de Centrais de Regeneração de SDOs, lista de unidades de reciclagem de SDOs e lista de centros de recolhimento de SDOs podem ser encontradas no site do Ministério do Meio Ambiente – MMA (Página inicial > InforMMA > Proteção da Camada de Ozônio > Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio).

40. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO– AQUISIÇÃO DE (OU SERVIÇOS QUE UTILIZEM) BENS DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de bens de informática e automação previstos no Anexo A da Portaria INMETRO 170, de 2012, dos grupos: Equipamentos bancários; máquinas de processamento de dados e texto e equipamentos associados; Equipamentos eletroeletrônicos para uso em escritórios; e outros equipamentos de tecnologia da informação.

Exemplo: computadores de mesa, computadores portáteis (*notebook*, *laptop* e *netbook*), equipamentos digitalizadores de texto e imagem (*scanners*), impressoras, fragmentadora, grampeador e encadernador elétricos, projetores *datashow*, *smartphones*, entre outros.

Para aprofundamento e orientações, consulte:

<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes>

Consulte e utilize os modelos da Advocacia-Geral da União para bens e serviços de TIC, com previsões de sustentabilidade:

[https://www.gov.br/agu/pt-](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic)

[br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic) (Lei 14.133/21)

[https://www.gov.br/agu/pt-](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/8666e10520/servicos-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao)

[br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/8666e10520/servicos-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/8666e10520/servicos-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao) (Lei 8.666/93)

LEGISLAÇÃO

- [Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010 \(Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal\)](#) Para Lei 8.666/93
- [Portaria INMETRO nº 170, de 2012 \(Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Bens de Informática, disponibilizados no site \[www.inmetro.gov.br\]\(http://www.inmetro.gov.br\)\)](#) Instituir, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC, e instituiu a certificação voluntária para Bens de Informática, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto – OCP, acreditado pelo Inmetro, consoante o estabelecido nos Requisitos aprovados)

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 2015 (Orienta como devem ser exigidas as certificações previstas no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174, de 2010)- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências)- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.- Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023 (Estabelece Modelo de Contratação e Gestão de Estações de Trabalho, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal).
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• o Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, instituiu a necessidade de inclusão, no instrumento convocatório, da exigência de certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação em segurança para o usuário e instalações, compatibilidade eletromagnética e consumo de energia.• A Portaria INMETRO nº 170, de 2012, regulamentando o Decreto nº 7.174, de 2010, instituiu a certificação voluntária para Bens de Informática, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto – OCP, acreditado pelo Inmetro, consoante o estabelecido nos Requisitos por ela aprovados.

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

- A Portaria INMETRO nº 170, de 2012, estabeleceu, portanto, os requisitos para o Programa de Avaliação da Conformidade de Bens de Informática com foco na segurança, na compatibilidade eletromagnética e na eficiência energética, através do mecanismo de certificação voluntária, atendendo aos requisitos normativos, visando à diminuição de acidentes, o aumento da qualidade e diminuição do consumo de energia dos produtos.
- A Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 2015 orientou como devem ser exigidas as certificações previstas no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174, de 2010.
- Assim, nas aquisições de bens de informática e automação:
 - I. as certificações previstas no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, serão exigidas como requisito de qualificação dos bens a serem adquiridos; e
 - II. serão aceitas certificações emitidas, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), como também aquelas emitidas por organismos acreditados por esse Instituto, os quais podem ser consultados por meio do endereço <http://www.inmetro.gov.br/organismos>.
- Por outro lado, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 2010, em seu art. 5º, inciso IV, dispôs no sentido de que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderá exigir o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- O § 1º desse mesmo dispositivo legal dispõe que “A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.”

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">Já o § 2º desse mesmo dispositivo afirma que "O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada."
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>"a) Só será admitida a oferta de "descrever o bem de informática e/ou automação (Ex.: notebook, impressora, projetor, fragmentadora)" que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.</p> <p>b) Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);"</p> <p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>"a) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, certificação do produto ofertado, caso o fabricante tenha aderido à certificação voluntária previstas na Portaria INMETRO nº 170, de 2012, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente àquela necessária para a certificação na forma da Portaria INMETRO nº 170, de 2012, conforme exigido no Termo de Referência.</p>

**PROVIDÊNCIA A SER
TOMADA**

b) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que os bens de informática e/ou automação ofertados não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

b.1) A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova, em especial laudo pericial, que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.”

OBS: O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada. Antes de desclassificar a proposta, a Administração contratante deverá apresentar razões técnicas quanto à inadequação do produto ofertado, assegurado o direito de manifestação do licitante vencedor.

**NOS SERVIÇOS (apenas para os serviços prestados nas
dependências da Entidade/Órgão licitante):**

1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:

“a) Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços **bens de informática e/ou automação** que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>b) Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)."</p> <p>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>"a) Os bens de informática e/ou automação a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou deverá ser comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.</p> <p>b) Os bens de informática e/ou automação a serem utilizados na execução dos serviços não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)."</p> <p>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>"x) Como condição para a aceitação da proposta, o licitante vencedor deverá apresentar uma RELAÇÃO DOS BENS DE INFORMÁTICA E/OU AUTOMAÇÃO que pretende utilizar na execução dos serviços, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x.1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com sua proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório de que os bens de informática e/ou automação a serem utilizados na execução dos serviços atendem aos requisitos de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012.</p>
-----------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>x.2) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com sua proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório de que os bens de informática e/ou automação a serem utilizados na execução dos serviços não possuem substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)."</p> <p>Na contratação de serviços de outsourcing de impressão</p> <p>Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>"a) A logística reversa é de responsabilidade da contratada, devendo ela obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados. Dentre as normas da legislação obrigatória a ser seguida, destacam-se: o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, a IN/SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.</p> <p>b) A empresa contratada deverá fornecer o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental, comprovando a correta destinação dos cartuchos/toners usados e o pleno atendimento à legislação anteriormente citada.</p> <p>c) A empresa contratada deve apresentar semestralmente (no máximo), declaração confirmando o recebimento dos cartuchos e toners já utilizados e respectivas embalagens dos equipamentos, para fins de reaproveitamento no ciclo produtivo das próprias empresas, em outros ciclos – como cooperativas de reciclagem ou outra destinação final ambientalmente adequada. A periodicidade desse recolhimento deverá ser acordada com o órgão contratante, de forma a não deixar acumular os materiais utilizados sem serventia nas dependências das instituições públicas."</p>
-------------------------------------	--

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>No documento de boas práticas, orientações e vedações para contratação de ativos de TIC – Versão 4, (computadores, desktop, notebook, tablets, smartphones, roteadores, impressoras, scanners e outros) disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf, há especificação de requisitos de sustentabilidade que devem ser adaptados ao caso concreto, a seguir transcritos:</p>
PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Os equipamentos listados no Anexo A da Portaria INMETRO nº 170, de 2012 não estão submetidos à etiquetagem compulsória de que trata o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE). Portanto, não é possível exigir a oferta de equipamentos que possuam Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE.- O Anexo A da Portaria INMETRO nº 170, de 2012 estabelece quais são os requisitos avaliados para cada bem de informática ou automação. Na realidade, apenas Computadores de mesa e Computadores Portáteis (<i>notebook, laptop e netbook</i>) tiveram a eficiência energética avaliada para fins de certificação. Os outros equipamentos somente tiveram avaliação para fins de certificação relativos à segurança e compatibilidade eletromagnética. Assim, a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 somente serve de referência, para fins de eficiência energética, para aquisição de Computadores de mesa e Computadores Portáteis (<i>notebook, laptop e netbook</i>) ou para serviços que utilizem esses equipamentos.- Por se tratar de uma certificação Voluntária, o fabricante ou importador do bem de informática ou automação não é obrigado a se submeter à certificação.- Por essa razão, a Administração não pode definir no certame que somente serão aceitos bens de informática e automação certificados.- Por outro lado, a Administração deve sempre buscar adquirir produtos seguros e eficientes.

PRECAUÇÕES

- Dessa forma, é possível que a Administração exija que o licitante comprove que o produto oferecido atende aos requisitos para a obtenção da certificação, comprovando sua segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética por qualquer meio válido, em especial, por laudo pericial. Ou seja, não é possível exigir que o equipamento tenha a certificação, pois, como já dito, a certificação é voluntária. Todavia, é possível exigir que o produto oferecido pela licitante tenha a segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente a um produto certificado.
- Lembramos que os fabricantes de aparelhos elétricos, eletrônicos ou de equipamentos de informática e comunicações também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (FTE-Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-2; Descrição: Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática)
- Conforme artigo 16, I, g, da IN SGD/ME, 94/2022 atentar previamente à elaboração do termo de referência e edital a aplicabilidade de requisitos sociais, ambientais e culturais que a solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente
- Conforme Portaria SGD/MGI 2.751/23, atentar que as especificações técnicas da infraestrutura computacional deverão ter sustentabilidade ambiental e eficiência energética,

41.VEÍCULOS

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de veículos automotores.

Exemplo:

Locação de automóveis – Serviços de transporte – Etc.

LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 9.660, de 1998 \(Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências.\)](#)
- [Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 15/05/2008 \(Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências\)](#)
- [Resolução CONAMA nº 1, de 11/02/1993 \(Dispõe sobre os limites máximos de ruídos para veículos\)](#)
- [Resolução CONAMA nº 272, de 14/09/2000 \(Dispõe sobre os limites máximos de ruídos para veículos\)](#)
- [Resolução CONAMA 8/1993 \(Complementa a Resolução no 18/86\)](#)
- [Resolução CONAMA 17/1995 \(Dispõe sobre os limites máximos de ruído para veículos de passageiros ou modificados.\)](#)
- [Resolução CONAMA 242/1998 \(Dispõe sobre limites de emissão de material particulado para veículo leve comercial e limite máximo de ruído emitido por veículos com características especiais para uso fora de estradas\)](#)
- [Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986 \(Dispõe sobre a criação do Programa de Controle de Poluição do Ar por veículos Automotores – PROCONVE\)](#)
- [Resolução CONAMA no. 433, de 13 de julho de 2011 \(dispõe sobre a inclusão no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE e estabelece limites máximos de emissão de ruídos para máquinas agrícolas e rodoviárias novas\).](#)
- [Resolução CONAMA nº 490, de 16 de novembro de 2018 \(Estabelece a Fase PROCONVE P8 de exigências do Programa\)](#)
- [Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018 \(Estabelece as Fases PROCONVE L7 e PROCONVE L8 de exigências do Programa\)](#)

LEGISLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Ver também:- Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009 (Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso)- Lei nº 10.295, de 2001 (Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.)- Decreto nº 9.864, de 2019 (Regulamenta a Lei nº 10.295, de 2001)- Decreto nº 4.508, de 2002 – art. 2º- Decreto nº 11.003, de 2022 (Institui a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano)- Instrução Normativa nº 2, de 2014 da SLTI/MPOG (Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal)- Portaria INMETRO nº 377, de 2011 (Aprova a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves)
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Os veículos leves adquiridos para compor frota oficial ou locados de terceiros para uso oficial deverão utilizar combustíveis renováveis.• Excluem-se de tal obrigatoriedade os veículos componentes da frota das Forças Armadas, os de representação dos titulares dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, conforme dispuser regulamento, aqueles destinados à prestação de serviços públicos em faixas de fronteira e localidades desprovidas de abastecimento com combustíveis renováveis.• Observar os limites máximos de ruídos para veículos automotores nacionais e importados, em aceleração e na condição parado.

**PRINCIPAIS
DETERMINAÇÕES**

- 1) O Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE tem o objetivo principal de reduzir os níveis de emissão de poluentes por veículos automotores, visando ao atendimento de padrões de qualidade do ar, especialmente nos centros urbanos.
- 2) Estabelece as fases do PROCONVE L8, visando estabelecer novos padrões de emissão para motores veiculares e veículos automotores pesados, nacionais e importados e fomentar adequação tecnológica e melhoria na qualidade dos combustíveis.
- 3) Estabelece as fases do PROCONVE L7 e L8, visando estabelecer novos padrões de emissão para motores veiculares e veículos automotores leves, nacionais e importados e fomentar adequação tecnológica e melhoria na qualidade dos combustíveis.
- 4) Os Planos de Controle de Poluição Veicular – PCPV, elaborados pelos Estados e pelo Distrito Federal, poderão indicar a realização de um Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M, para fins de controle da emissão de poluentes e ruído.
- 5) Eficiência energética de veículos leves.
- 6) O Inmetro, em parceria com o Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet), criou um programa de etiquetagem para veículos: O Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular. O PBE Veicular é um programa de etiquetagem de eficiência energética para veículos leves. No PBE Veicular, a principal ferramenta de informação dos consumidores é a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia. Ela classifica os modelos quanto à eficiência energética na categoria e mostra outras informações, como a autonomia em km por litro de combustível na cidade e na estrada, e a emissão de CO₂, que é um dos gases responsáveis pelo efeito estufa.
- 7) A ideia aqui é orientar a Administração a adquirir veículos que tenham a melhor eficiência energética, sem prejuízo relevante da competitividade.
- 8) A Etiqueta Nacional de Conservação de Energia serve de referência para a descrição do padrão de eficiência que a Administração pretende que o veículo tenha.
- 9) Como não poderia deixar de ser, a competitividade deve ser ponderada com as vantagens da aquisição de veículos com maior eficiência energética.

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES	<p>10) Adotando-se o mesmo raciocínio da Instrução Normativa nº 2, de 2014 da SLTI/MPOG (Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal), é possível justificar a exigência de veículo que tenha a eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, que é a mais eficiente.</p> <p>11) Quando não existir, no período de aquisição, um mínimo de três fornecedores com veículos que tenham a eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, devem ser admitidos veículos com eficiência energética equivalente às duas classes seguintes que possuam um mínimo de três fornecedores com eficiência equivalente, admitida a complementação de números de fornecedores de uma classe com a de outra.</p> <p>12) O Decreto 11.003/22, que institui a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano, dispõe que <u>os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sempre que cabível, devem considerar suas diretrizes em seus planejamentos estratégicos, programas e ações institucionais.</u></p> <p>13) No que diz respeito aos veículos, entre as diretrizes são encontradas <u>a promoção de iniciativas para o abastecimento de veículos leves e pesados, como ônibus, caminhões e tratores agrícolas, e de embarcações movidos a biometano ou híbridos com biometano, tais como pontos e corredores verdes,</u> assim como a implantação de tecnologias que permitam a utilização de biogás e biometano como fontes de energia e combustível renovável.</p>
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p style="text-align: center;">NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>"Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável XXXX (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia "flex", nos termos da Lei nº 9.660, de 1998."</p>

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	NOS SERVIÇOS:
	1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada: "Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar o combustível renovável XXXX (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia "flex", nos termos da Lei nº 9.660, de 1998."
	NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:
	1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto: "Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata."
	NOS SERVIÇOS:
	1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada: "Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata."
	NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:
	1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto: "Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes”</p> <p>NOS SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>“Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.”</p> <p>NOS SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>“Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.”</p> <p>NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>“Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).”</p>
---------------------------------	---

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA	<p>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</p> <p>“O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia da Etiqueta do produto ofertado, caso o fabricante tenha aderido ao PBE Veicular, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o veículo possui eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente), para comprovação do nível de eficiência energética exigida no Termo de Referência.”</p> <p>NOS SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>“O veículo a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a ENCE (etiqueta nacional de conservação de energia) relativa à categoria.</p>
PRECAUÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- A Lei nº 9.660/98 foi editada quando veículos movidos exclusivamente a álcool eram fabricados e comercializados no Brasil. Atualmente, todavia, a indústria automobilística não mais produz tais veículos – sucedidos pelos modelos “flex”, movidos por mais de um tipo de combustível: gasolina e etanol, gasolina e eletricidade, etc.- Assim, quanto ao combustível etanol, entendemos necessário adotar uma interpretação ampla do dispositivo legal, no sentido de admitir veículos “flex”, sob pena de restrição desarrazoada da ampla competitividade.- Lembramos que o fabricante de veículos rodoviários, inclusive peças e acessórios, também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide FTE-Categoria: Indústria de Material de Transporte; Código: 6-1; Descrição: Fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios.

PRECAUÇÕES

- O Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018 dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional. Em considerando o potencial poluidor do uso de veículos, deve-se atentar às restrições de uso estabelecidas neste decreto no planejamento da contratação. O decreto também exige no seu art. 8º, que os órgãos, as autarquias e as fundações da administração pública federal deverão considerar todos os modelos de contratação praticados pela administração pública federal para prestação de serviço de transporte de material e de pessoal a serviço, de que trata o art. 4º, e adotar aquele que for comprovadamente mais vantajoso em comparação ao modelo vigente.
- Por se tratar de uma Etiketagem Voluntária, o fabricante ou importador do veículo não é obrigado a aderir ao PBE Veicular.
- Por essa razão, a Administração não pode definir no certame que somente serão aceitos veículos que possuam a Etiqueta com classificação A.
- Por outro lado, a Administração deve sempre buscar adquirir veículos que tenham a melhor eficiência energética.
- Dessa forma, é possível que a Administração exija que o licitante comprove que o veículo oferecido atende aos requisitos para a obtenção da Etiqueta na categoria mais eficiente, comprovando essa eficiência por qualquer meio válido, em especial, por laudo pericial. Ou seja, não é possível exigir que o veículo tenha a Etiqueta na categoria A, pois, como já dito, a adesão ao PBE veicular é voluntária. Todavia, é possível exigir que o veículo oferecido pela licitante tenha a eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, que é a mais eficiente.
- Lembramos que o pneu veicular também é submetido à etiquetagem pelo INMETRO, sendo um dos critérios de avaliação do pneu a eficiência energética, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre pneus também podem ser seguidas em conjunto com as especificações do próprio veículo.

ANEXOS

PARECER N. 00001/2021/CNS/CGU/AGU

ASSUNTO: CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Link para download integral do documento: [PDF](#)

DESPACHO N. 00002/2021/CNS/CGU/AGU

ASSUNTO: UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Link para download integral do documento: [PDF](#)

DESPACHO N. 00334/2021/DECOR/CGU/AGU

ASSUNTO: Critérios e Práticas de sustentabilidade nas contratações públicas

Link para download integral do documento: [PDF](#)

DESPACHO N. 00525/2021/GAB/CGU/AGU

ASSUNTO: Critérios e Práticas de sustentabilidade nas contratações públicas

Link para download integral do documento: [PDF](#)

Departamento de
**Coordenação e Orientação de
Órgãos Jurídicos**

Consultoria-Geral
da União



Anexo IV - manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses. pdf

MINISTÉRIO DA SAÚDE

MANUAL DE
**VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE
DE ZOONOSES**

NORMAS TÉCNICAS E OPERACIONAIS



BRASÍLIA / DF • 2016

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Vigilância em Saúde

Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis

MANUAL DE **VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE ZOONOSES**

NORMAS TÉCNICAS E OPERACIONAIS



BRASÍLIA / DF • 2016

2016 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <www.saude.gov.br/bvs>. O conteúdo desta e de outras obras da Editora do Ministério da Saúde pode ser acessado na página: <<http://editora.saude.gov.br>>.

Tiragem: 1ª edição – 2016– versão eletrônica

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis
Coordenação-Geral de Doenças Transmissíveis
Setor Comercial Sul, bloco A, 4º andar, sala CGDT
CEP: 70304-000 – Brasília/DF
Site: www.saude.gov.br/svs
E-mail: cgdt@saude.gov.br

Organização:

Eduardo Pacheco de Caldas – CGDT/DEVIT/SVS/MS
Leandro Del Grande Cláudio – GT-UVZ/CGDT/DEVIT/SVS/MS
Luciano José Eloy – GT-UVZ/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Produção e projeto gráfico:

Núcleo de Comunicação/SVS
Diagramação: Sabrina Lopes

Editora responsável:

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Coordenação-Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Gestão Editorial
SIA, Trecho 4, lotes 540/610
CEP: 71200-040 – Brasília/DF
Tels.: (61) 3315-7790 / 3315-7794
Site: <http://editora.saude.gov.br>
E-mail: editora.ms@saude.gov.br

Equipe editorial:

Normalização: Luciana Cerqueira Brito
Revisão: Khamila Silva

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis.

Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses : normas técnicas e operacionais [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016.

121 p.

Modo de acesso: World Wide Web: <www.saude.gov.br/svs>.

ISBN 978-85-334-2239-1

1. Zoonoses. 2. Animais Peçonhentos. 3. Vigilância de Zoonoses. I. Título.

CDU 616.993(035)

Catálogo na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2016/0130

Título para indexação

Guidelines for Zoonoses Surveillance, Prevention and Control: technical and operational standards

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE ZOONOSES	8
1.1 Zoonoses em geral	8
1.1.1 Vigilância	8
1.1.2 Prevenção	10
1.1.3 Controle	10
1.1.4 Monitoramento e avaliação	11
1.2 Raiva	12
1.2.1 Ações de vigilância e prevenção	12
1.2.2 Ações de controle	14
1.3 Vacinação animal	16
1.4 Leishmaniose visceral	17
1.4.1 Medidas de prevenção e controle	18
1.4.2 Transversalidade	20
1.5 Leishmaniose tegumentar americana	20
1.5.1 Ações de vigilância e prevenção	21
1.5.2 Ações de controle	22
1.5.3 Transversalidade	22
2 ATIVIDADES DAS UNIDADES DE VIGILÂNCIA DE ZOONOSES	23
2.1 Recolhimento de animais de relevância para a saúde pública	23
2.1.1 Recepção de animais pela UVZ (entrega de animais vertebrados pela população)	23
2.1.2 Remoção de animais (apreensão e captura de animais vertebrados)	24
2.1.3 Transporte	26
2.2 Alojamento e manutenção dos animais vertebrados recolhidos	27
2.2.1 Manutenção	27
2.2.2 Cuidados básicos	27
2.2.3 Alimentação e hidratação	28
2.2.4 Alojamento	28
2.2.5 Higienização	29
2.2.6 Identificação de doenças nos animais alojados	29

2.3 Destinação dos animais vertebrados recolhidos	29
2.4 Necropsia	30
2.4.1 Procedimentos pré-necróticos	30
2.4.2 Recomendação para realização de necropsia	31
2.4.3 Exames complementares	31
2.5 Biossegurança e saúde do trabalhador	32
2.5.1 Biossegurança	32
2.5.2 Saúde do trabalhador	32
2.5.3 Equipamento de proteção coletiva (EPC)	32
2.5.4 Equipamento de proteção individual (EPI)	33
2.6 Recursos necessários para remoção, alojamento e manutenção de animais	34
2.6.1 Recursos humanos	34
2.6.2 Sugestão de recursos materiais para remoção, alojamento e manutenção de animais	34
3 ATIVIDADES LABORATORIAIS	36
3.1 Laboratório de diagnóstico de zoonoses	36
3.1.1 Processamento das amostras	36
3.1.2 Pesquisa de enteroparasitas	38
3.1.3 Diagnóstico laboratorial de zoonoses	39
3.2 Laboratório de Identificação de Espécies/Entomologia	43
3.2.1 Coleta, acondicionamento, conservação, armazenamento e transporte de espécimes de relevância para a saúde pública	43
3.3 Biotério	53
3.4 Infectório	53
3.5 Biossegurança e saúde do trabalhador	53
4 CONTROLE DE POPULAÇÕES DE ANIMAIS DE RELEVÂNCIA PARA A SAÚDE PÚBLICA	53
4.1 Controle de roedores	61
4.1.1 Ações de vigilância e controle de roedores	63
4.1.2 Ações diretas de controle	65
4.1.3 Monitoramento da infestação e avaliação dos resultados	67
4.1.4 Procedimento e organização da estratégia de trabalho	67
4.1.5 Organização da equipe de trabalho	67
4.1.6 Biossegurança e saúde do trabalhador	68

4.1.7 Recursos humanos	68
4.1.8 Transversalidade	68
4.2 Controle e manejo de escorpiões	70
4.2.1 Definição da situação problema	71
4.2.2 Controle	71
4.2.3 Biossegurança e saúde do trabalhador no controle de escorpiões	73
4.2.4 Transversalidade	73
4.3 Controle de vetores	75
4.3.1 Principais vetores de relevância para a saúde pública	75
4.3.2 Definição da situação problema	77
4.3.3 Controle	80
4.3.4 Transversalidade	84
4.3.5 Monitoramento e avaliação	84
5 INSPEÇÃO ZOOSSANITÁRIA	85
5.1 Atividades a serem desenvolvidas	85
5.1.1 Intersetorialidade	85
5.1.2 Algumas situações passíveis de interlocução com outros órgãos e/ou setores competentes	86
5.1.3 Procedimentos	86
6 TRANSVERSALIDADE	88
7 EDUCAÇÃO EM SAÚDE	89
7.1 Quanto aos animais domésticos e domesticados	91
7.2 Quanto aos vetores	92
7.3 Quanto aos roedores	93
7.3.1 Medidas de antirratização	93
7.3.2 Orientações para situação de enchente	94
7.4 Quanto aos animais peçonhentos e venenosos	95
7.4.1 Medidas preventivas a serem realizadas pela população nas áreas externas das edificações	95
7.4.2 Medidas preventivas a serem realizadas pela população nas áreas internas das edificações	95
7.4.3 Medidas protetivas a serem realizadas pela população quando ocorrer a identificação desses animais	96

7.5 Quanto a outras doenças e outros animais de relevância para a saúde pública	96
7.5.1 Zoonoses de transmissão hídrica e alimentar	96
7.5.2 Outros animais sinantrópicos	96
7.6 Outras zoonoses	97
8 BIOSSEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR	97
9 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS	99
10 RECURSOS HUMANOS	108
BIBLIOGRAFIA	109
GLOSSÁRIO	115
EQUIPE TÉCNICA	120

APRESENTAÇÃO

Desde o início do século passado, unidades responsáveis pela execução das atividades de controle de zoonoses vêm sendo estruturadas no Brasil, a partir da criação dos primeiros canis públicos construídos nas principais capitais. As atividades dessas unidades foram gradativamente ampliadas, a partir do início da década de 1970, com a criação dos primeiros Centros de Controle de Zoonoses (CCZ), que tinham suas ações voltadas para o recolhimento, a vacinação e a eutanásia de cães, com vistas ao controle da raiva.

Com o decorrer dos anos, outros programas de saúde pública foram sendo incorporados à rotina operacional dessas unidades, como entomologia, controle de roedores, de animais peçonhentos e de vetores, sendo este último favorecido pela descentralização das atividades de controle de endemias, até então trabalhadas principalmente pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A partir da década de 1990, o Ministério da Saúde (MS) sistematizou a aplicação dos recursos para apoiar os municípios na implantação e na implementação de unidades de zoonoses integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Essas unidades estão localizadas principalmente em capitais, regiões metropolitanas, municípios sedes de regionais de saúde, municípios de fronteira e em alguns municípios mais populosos, sendo denominadas de Unidades de Vigilância de Zoonoses (UVZ), conforme a Portaria MS/SAS nº 758, de 26 de agosto de 2014.

Ainda em 2014, foram publicadas normas técnicas relativas às ações e serviços públicos de saúde voltados para a vigilância de zoonoses, conforme Portaria MS/GM nº 1.138, de 23 de maio de 2014, com o intuito de fortalecer e aperfeiçoar as atividades de vigilância, de prevenção e de controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, executadas não só pelas UVZ, mas também, pela área de vigilância de zoonoses dos municípios.

O presente Manual define as normas técnicas que nortearão as ações e os serviços públicos de saúde a serem desenvolvidos e executados no Brasil para a prevenção, a proteção e a promoção da saúde humana, quando do envolvimento de riscos de transmissão de zoonoses e de ocorrência de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública.

Secretaria de Vigilância em Saúde

1 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE ZONÓSES

1.1 Zoonoses em geral

A execução das ações, das atividades e das estratégias de vigilância, prevenção e controle de zoonoses de relevância para a saúde pública, além de raiva e leishmanioses, estende-se para outras doenças de transmissão vetorial. Assim, tais doenças subdividem-se em três grupos, sendo: zoonoses monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde (MS), zoonoses de relevância regional ou local e zoonoses emergentes ou reemergentes.

As zoonoses monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde são: peste, leptospirose, febre maculosa brasileira, hantavirose, doença de Chagas, febre amarela, febre de chikungunya e febre do Nilo Ocidental. Outras doenças de transmissão vetorial que acometem somente a espécie humana, como dengue e malária, também podem ser parte integrante das atribuições da área de vigilância de zoonoses.

As zoonoses de relevância regional ou local, ou seja, que apresentam incidência e prevalência numa determinada área do território brasileiro, mas de magnitude, transcendência, severidade, gravidade, vulnerabilidade e potencial de disseminação também somente em nível regional ou local, são: toxoplasmose, esporotricose, ancilostomíase, toxocaríase (larva migrans cutânea e visceral), histoplasmose, criptococose, complexo equinococose – hidatidose, entre outras.

As zoonoses emergentes ou reemergentes são, respectivamente, doenças novas (exóticas) e aquelas que reaparecem após período de declínio significativo ou com risco de aumento no futuro próximo, promovendo significativo impacto sobre o ser humano, devido à sua gravidade e à potencialidade de deixar sequelas e morte. Tais doenças podem ser incidentes ou prevalentes em outros países, e de alguma forma, envolvem uma ou mais espécies de animais no seu ciclo de transmissão, sendo introduzidas no Brasil por meio da entrada de pessoa(s), animal(is) ou de fômite(s) infectados.

Para qualquer grupo de zoonoses, as ações, as atividades e as estratégias de vigilância, prevenção e controle de zoonoses executadas pela área de vigilância de zoonoses se pautam em atuar e intervir, direta ou indiretamente, sobre as populações de animais alvo, de modo a refletir em benefício direto (quanto à redução ou eliminação, quando possível, do risco iminente de transmissão de zoonose) à saúde da população humana.

Assim, toda ação, atividade e estratégia de vigilância, prevenção e controle de zoonoses de relevância para a saúde pública, desenvolvidas e executadas pela área de vigilância de zoonoses, devem ser precedidas por levantamento do contexto de impacto na saúde pública, por meio de avaliação da **magnitude**, da **transcendência**, do **potencial de disseminação**, da **gravidade**, da **severidade** e da **vulnerabilidade** referentes ao processo epidemiológico de instalação, transmissão e manutenção de zoonoses, considerando a população exposta, a espécie animal envolvida, a área afetada (alvo), em tempo determinado.

1.1.1 Vigilância

Rotineiramente, a área de vigilância de zoonoses deve desenvolver e executar ações, atividades e estratégias de vigilância de zoonoses e, dependendo do contexto epidemiológico, também de prevenção, em seu território de atuação. Essas atividades são organizadas e executadas da seguinte forma:

1.1.1.1 Vigilância ativa

- **Zoonoses monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde:** as ações caracterizam-se por serem executadas de forma permanente a fim de subsidiar os programas de controle existentes. Para o desenvolvimento e a execução das ações de vigilância ativa, devem-se seguir as normas técnicas vigentes dos programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde.
- **Zoonoses de relevância regional ou local; zoonoses emergentes e reemergentes:** caracteriza-se pelo desenvolvimento e pela execução sistemática de medidas que visem identificar, oportuna e precocemente, o risco real (iminente) de introdução ou a introdução/reintrodução de uma zoonose, ou, ainda, a manutenção do ciclo de transmissão de uma zoonose prevalente na área em questão, a fim de que a área de vigilância de zoonoses local possa intervir com ações de controle.

As ações desenvolvidas nesta etapa, que também se aplicam às ações de vigilância ativa relacionadas às zoonoses monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde, consistem em:

- a) Articulação sistemática, com a área de vigilância epidemiológica local, para atualização quanto à ocorrência de casos humanos, sejam prevalentes ou incidentes, sejam no território de atuação ou em áreas circunvizinhas, bem como de outras informações pertinentes.
- b) Monitoramento constante e sistemático das populações de animais do território de atuação.
- c) Estruturação da rotina de identificação de informações geradas pela mídia sobre a incidência e a prevalência de zoonose na área alvo.
- d) Articulação sistemática com serviços e instituições públicas e privadas que, de alguma forma, trabalham com animais ou amostras biológicas de animais, tais como: consultórios, clínicas e hospitais veterinários, *pet shops*, órgãos ambientais, órgãos da agricultura, órgãos e entidades de proteção animal, laboratórios, universidades, entre outros, de modo que se identifique oportuna e precocemente a introdução de uma zoonose em uma determinada área ou seu risco iminente.
- e) Desenvolvimento de inquéritos epidemiológicos que envolvam determinadas populações de animais.

1.1.1.2 Vigilância passiva

Caracteriza-se por viabilizar meios para a identificação oportuna e precoce de uma situação de risco real (iminente) relacionada a zoonoses ou de ocorrência de zoonoses na área em questão, possibilitando que a área de vigilância de zoonoses local possa intervir com ações de controle. Esses meios são:

- Disponibilidade de avaliação e recepção de um animal de relevância para a saúde pública, oportunizando o acesso da população e de instituições públicas e privadas para entrega desses animais. Esse procedimento só é possível quando o município ou a região possui uma Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ). O município que não possuir uma UVZ não tem a atribuição de viabilizar esse serviço.
- Canal de comunicação com a população para informações sobre animais de relevância para a saúde pública, bem como para que a população notifique a área de vigilância de zoonoses, quando diante de um animal suspeito de zoonose de relevância para a saúde pública. Os canais de comunicação podem ser viabilizados por meio de números de telefones e de *e-mails*. É, também, por meio deste canal que se originam as atividades de Inspeção Zoossanitária.

- Integração e articulação com serviços e instituições públicos e privados que, de alguma forma, trabalham com animais ou amostras de animais, tais como: consultórios, clínicas e hospitais veterinários, *pet shops*, órgãos ambientais, órgãos da agricultura, órgãos e entidades de proteção animal, laboratórios, universidades, entre outros, de modo que se sensibilize, incentive e oriente esses serviços e instituições a notificar a área de vigilância de zoonoses quando diante de um animal suspeito de zoonose de relevância para a saúde pública.

1.1.2 Prevenção

As ações de prevenção de zoonoses caracterizam-se por serem executadas de **forma temporária ou permanente, dependendo do contexto epidemiológico**, por meio de ações, atividades e estratégias de educação em saúde, manejo ambiental e vacinação animal:

- **Educação em saúde:** devem-se desenvolver atividades de educação em saúde na comunidade como um todo, visando à prevenção de zoonoses. É necessário priorizar as localidades mais vulneráveis, atuando em escolas e outros locais em que se possa atingir o público-alvo, de forma intensa e mais abrangente possível, utilizando-se também de meios de comunicação, como rádio, TV, correspondência e internet. (consultar tópico “Educação em saúde” deste Manual).
- **Manejo ambiental:** realizado somente quando possível (diferenciando-se das ações de correção do ambiente, sendo esta uma atribuição legal dos órgãos de Meio Ambiente), para controlar ou, quando viável, eliminar vetores e roedores. Deve-se incentivar, orientar e educar a população na realização do manejo ambiental, realizando-as, quando necessário.
- **Vacinação animal:** deve-se realizar a vacinação antirrábica de cães e gatos, de acordo com o preconizado para cada região, conforme o contexto epidemiológico da raiva na área local e com o preconizado no Programa Nacional de Vigilância e Controle da Raiva do Ministério da Saúde (consultar tópico “Vacinação animal” deste Manual).

Observação: deve-se considerar o contexto epidemiológico das zoonoses na área em questão, para definir as ações de prevenção que serão estratégicas e prioritárias.

1.1.3 Controle

Uma vez constatada a situação real de risco de transmissão de zoonose (risco iminente) ou a introdução de zoonose(s) de relevância para a saúde pública no território local, a área de vigilância de zoonoses deve iniciar a etapa de desenvolvimento e execução do controle da doença, por meio de medidas cabíveis e viáveis a serem aplicadas direta e indiretamente sobre a população animal alvo, a fim de interromper o ciclo de transmissão da(s) zoonose(s) alvo.

As ações, as atividades e as estratégias de controle de zoonoses subdividem-se em três tipos:

1.1.3.1 Controle do risco iminente de transmissão de zoonose

Constatada a situação real de risco (risco iminente) de transmissão de zoonose (de relevância para a saúde pública) em uma determinada área, relacionado a uma população animal alvo, deve-se proceder às medidas de controle cabíveis, além da manutenção das medidas de vigilância e intensificação das medidas de prevenção, ambas adequadas à nova realidade epidemiológica. Esse controle se caracteriza pelo desenvolvimento de ações, atividades e estratégias que visem ao alcance da redução ou da eliminação, quando possível, do risco iminente de transmissão da zoonose para a população humana.

1.1.3.2 Controle da zoonose incidente

Uma vez instalado o ciclo de transmissão de determinada zoonose em certa área, em que uma população animal esteja relacionada, deve-se proceder às medidas de controle para a redução ou a eliminação, quando possível, do número de casos humanos da doença, intervindo de forma efetiva na interrupção do ciclo de transmissão.

1.1.3.3 Controle da zoonose prevalente

Diante de uma zoonose prevalente na área-alvo, em que uma população animal esteja relacionada à transmissão dela, devem-se manter, sistematicamente, as medidas de vigilância, ativa e passiva, e de prevenção, procedendo às medidas de controle para a redução ou eliminação, quando possível, do número de casos humanos da doença, intervindo de forma efetiva na interrupção do ciclo de transmissão. Se a zoonose reincidir com frequência na área-alvo, é necessário rever as medidas adotadas, na tentativa de alcançar sua eliminação.

Para o desenvolvimento das ações, das atividades e das estratégias de vigilância, prevenção e controle de zoonoses de relevância para a saúde pública, devem-se consultar os manuais técnicos do Ministério da Saúde, além de outras orientações técnicas vigentes, bem como orientações específicas deste Manual. Quando estas não forem suficientes para o controle da doença e for necessário buscar outras indicações técnicas, deve-se pautar sempre por escolher e executar medidas que sejam técnica, científica (sob o crivo de alto rigor metodológico científico) e metodologicamente viáveis e efetivas, com comprovação do alcance de resultados satisfatórios.

1.1.4 Monitoramento e avaliação

Após e durante a aplicação das medidas de controle da zoonose alvo, deve-se monitorar e avaliar sua efetividade. Dependendo do resultado da avaliação, é preciso continuar com as medidas de controle, até o alcance do objetivo (reduzir ou eliminar, quando possível, a doença ou o risco iminente). As medidas de vigilância são permanentes.

Observação: atentar para as orientações preconizadas nos programas específicos de vigilância e controle de zoonoses do Ministério da Saúde.

IMPORTANTE

1. Para o desenvolvimento e a execução das ações, das atividades e das estratégias de vigilância, prevenção e controle de zoonoses (bem como de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos) de relevância para a saúde pública, deve-se proceder à articulação, à interlocução e à parceria sistemática com a área de vigilância epidemiológica local, visando à consonância e à efetividade delas.
2. Deve-se atentar para as mudanças e atualizações quanto às ações, às atividades e às estratégias de vigilância, prevenção e controle de zoonoses (bem como de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos) de relevância para a saúde pública, normatizadas pelo Ministério da Saúde.

1.2 Raiva

É uma zoonose viral que se caracteriza como uma encefalite progressiva aguda e letalidade de aproximadamente 100%, considerando casos raros de cura. O vírus rábico, contido na saliva do animal, penetra no organismo principalmente por meio de mordedura e, mais raramente, pela arranhadura e lambedura de mucosas. No ciclo urbano, as principais fontes de infecção são o cão e o gato. No Brasil, o morcego é o principal responsável pela manutenção da cadeia silvestre. Outros reservatórios silvestres são: raposa, canídeos silvestres, gato-do-mato, jaritaca, guaxinim e macacos. Nos cães e nos gatos, a eliminação de vírus pela saliva ocorre entre dois a cinco dias antes do aparecimento dos sinais clínicos, persistindo durante toda a evolução da doença. A morte do animal ocorre, em média, entre cinco a sete dias após a apresentação dos sintomas. Os quirópteros podem albergar o vírus por longo período, sem sintomatologia aparente.

O trabalho a ser desenvolvido pelos serviços de vigilância de zoonoses deve considerar a situação epidemiológica de cada região e estado, quanto à presença da(s) variante(s) circulante(s), para determinar as medidas de controle a serem tomadas.

O vírus da raiva (RABV) apresenta sete caracterizações antigênicas (AgV)¹ distintas no Brasil, sendo duas encontradas, principalmente, em cães (AgV1 - *Canis familiaris* e AgV2 - *Canis familiaris*), três em morcegos (AgV3 - *Desmodus rotundus*; AgV4 - *Tadarida brasiliensis* e AgV6 - *Lasiurus spp.*) e outras duas em reservatórios silvestres, no *Cerdocyon thous* (AgV2*)² e no *Callithrix jacchus* (AgVCN).

As variantes AgV1 e AgV2 são as comumente envolvidas em epizootias caninas (possuem maior potencial de disseminação entre cães, principalmente aqueles livres ou soltos nas ruas) por ocasionar a raiva.

As variantes de morcego estão relacionadas, normalmente, à raiva paralítica e, assim, apresentam menor potencial de disseminação. Já em relação às variantes de animais silvestres, há poucas informações científicas sobre seu potencial de disseminação entre os animais urbanos. Em gatos, independentemente da variante envolvida, o potencial de disseminação, quanto à epizootia urbana, é baixo.

Para o estudo das variantes circulantes, é necessário que toda a amostra de animal positivo para raiva seja encaminhada para laboratórios de referências para estudo antigênico e genético dessas amostras, com definição do vírus.

1.2.1 Ações de vigilância e prevenção

1.2.1.1 Para todas as áreas, independentemente da variante do vírus rábico ocorrente:

- Envio de amostras de cérebro de cães para o diagnóstico laboratorial.
- Envio de amostras de morcegos para o diagnóstico laboratorial, conforme avaliação epidemiológica local.
- Envio de outras amostras de espécies animais pertinentes quanto ao risco epidemiológico.
- Determinação das áreas de risco.

¹AgV: Antigenic Variant (Variante Antigênica).

²AgV2*: Variante Antigênica específica de *Cerdocyon thous* (Canídeo silvestre), muito semelhante a do cão doméstico (*Canis familiaris*).

- Manutenção de interlocução sistemática com as demais áreas de vigilância em saúde, assistência à saúde, e, intersetorialmente, com setores que fazem interface com o processo, como agricultura e meio ambiente.
- Ações educativas e divulgação de medidas preventivas, nos meios de comunicação, à população.

IMPORTANTE

A qualquer pessoa agredida por cão, gato, morcego ou outro mamífero, orientar que lave, imediatamente, o ferimento com água corrente, sabão ou outro detergente e, em seguida, aplique antissépticos (digluconato de clorexidina a 20% ou álcool iodado). Encaminhá-la, de imediato, ao Posto de Saúde/Unidade da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) mais próximo para atendimento e avaliação médica. Lembrar a população de que a vacinação é gratuita.

1.2.1.2 Para áreas com circulação de variante do vírus rábico de cães e gatos (AgV1 ou AgV2)

- Quaisquer cães ou gatos com suspeita de raiva devem ser observados por dez dias em local adequado, isolado, com comida e água. Define-se cão ou gato suspeito para a raiva como sendo todo cão ou gato agressor (que mordeu, lambeu ou arranhou alguém), ou, ainda, que apresente mudança brusca de comportamento e/ou sinais e sintomas compatíveis com a raiva, tais como: salivação abundante, dificuldade para engolir, mudança nos hábitos alimentares, paralisia das patas traseiras, ou outras manifestações clínicas neurológicas. Cães ou gatos que tiveram sabidamente contato com outro cão ou gato raivoso devem ser recolhidos e submetidos à eutanásia.
- Em caso de morte do animal, no período de observação, ou de eutanásia, amostras do sistema nervoso central (SNC) de cães e gatos com sintomatologia compatível com a doença deverão ser enviadas para o laboratório de diagnóstico. Esses procedimentos devem ser realizados por profissional habilitado, de acordo com técnicas de biossegurança e legislação vigente.
- Animal com diagnóstico clínico ou laboratorial positivo para raiva: deve-se realizar a investigação epidemiológica, o controle e o bloqueio de foco de cães e/ou gatos. Posteriormente, é necessário fazer a avaliação de risco do local do evento.
- Medidas de educação em saúde, focando no cuidado com cães soltos e livres nas ruas, ferimentos causados por cão e gato, esclarecimento quanto à gravidade da doença e à disponibilidade de medidas de prevenção.
- Enviar amostras do SNC de cães e gatos com sintomatologia compatível com a doença, que vierem a óbito ou que forem submetidos à eutanásia, para o laboratório de diagnóstico, e determinar, periodicamente, as áreas de risco. Esses procedimentos devem ser realizados por profissional habilitado, de acordo com técnicas de biossegurança e legislação vigente.

1.2.1.3 Para áreas com circulação de variante do vírus rábico de morcego (AgV3, AgV4, AgV6), em área urbana

- Medidas de educação em saúde, com ênfase no cuidado para evitar contato com morcegos, tanto de pessoas como de cães e gatos, e no esclarecimento quanto à gravidade da doença e à disponibilidade de medidas de prevenção.
- Interlocução sistemática com os setores da Agricultura e do Meio Ambiente.

- Em caso de adentramento de morcegos, recolher o animal para envio ao laboratório. Orientar as pessoas expostas para não manipular o animal e para procurar o atendimento médico para iniciar o tratamento pós-exposição.
- No caso de contato com morcego por cães e gatos não previamente vacinados contra a raiva: os morcegos com resultado positivo ou na impossibilidade de realizar o diagnóstico laboratorial do morcego, orientar que o animal seja submetido à eutanásia caso tenha a recusa do proprietário, poderá ser feito isolamento do cão ou gato por 180 dias, em ambiente domiciliar, com acompanhamento médico veterinário, mediante termo de responsabilidade assinado pelo proprietário ou na Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ). Deverá aplicar três (03) doses de vacina antirrábica canina (VARC): nos dias 0,7 e 30. Para os morcegos com resultado laboratorial negativo para raiva: suspender as medidas adotadas e encerrar o caso.
- No caso de contato com morcego por cães e gatos previamente vacinados contra a raiva: para os morcegos com resultado positivo ou na impossibilidade de realizar o diagnóstico laboratorial do morcego: poderá ser feito isolamento do cão ou gato por 180 dias, em ambiente domiciliar, com a avaliação de soroneutralização, com acompanhamento médico veterinário, mediante termo de responsabilidade assinado pelo proprietário ou na Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ); aplicar duas (02) doses de vacina antirrábica canina (VARC): dias 0 e 30. Para os morcegos com resultado laboratorial negativo para raiva suspender as medidas adotadas e encerrar o caso.
- Define-se cão ou gato suspeito para a raiva como sendo todo cão ou gato agressor (que mordeu, lambeu ou arranhou alguém), que apresente mudança brusca de comportamento e/ou sinais e sintomas compatíveis com a raiva, tais como salivação abundante, dificuldade para engolir, mudança nos hábitos alimentares, paralisia das patas traseiras, ou outras manifestações clínicas neurológicas.
- Enviar amostras do sistema nervoso central (SNC) de cães e gatos com sintomatologia compatível com a doença, que vierem a óbito ou que forem submetidos a eutanásia, para o laboratório de diagnóstico, e determinar, periodicamente, as áreas de risco. Esses procedimentos devem ser realizados por profissional habilitado, de acordo com técnicas de biossegurança e legislação vigente.

1.2.1.4 Para áreas com circulação de variante do vírus rábico de animais silvestres

- Medidas de educação em saúde, com ênfase no cuidado para evitar contato com morcegos, tanto de pessoas como de cães e gatos, e no esclarecimento quanto à gravidade da doença e à disponibilidade de medidas de prevenção.
- Em caso de adentramento de animais silvestres (saguís, guaxinins, canídeos silvestres, entre outros), avaliar a situação e, se necessário, contatar o órgão competente para a remoção do animal. Orientar as pessoas expostas para não manipular o animal e para procurar o atendimento médico para iniciar o tratamento pós-exposição.
- Interlocução sistemática com os setores de Meio Ambiente.
- Enviar amostras do sistema nervoso central (SNC) de cães e gatos (que tiveram contato com o animal silvestre suspeito) com sintomatologia compatível com a doença, que vierem a óbito ou que forem submetidos à eutanásia, para o laboratório de diagnóstico, e determinar, periodicamente, as áreas de risco. Esses procedimentos devem ser realizados por profissional habilitado, de acordo com técnicas de biossegurança e legislação vigente.

1.2.2 Ações de controle

1.2.2.1 Para áreas com circulação das variantes do vírus rábico de cães e gatos (AgV1 ou AgV2)

- Animal com diagnóstico clínico ou laboratorial positivo para raiva: deve-se realizar a investigação epidemiológica, o controle e o bloqueio de foco de cães e/ou gatos. Posteriormente, é necessário fazer uma avaliação de risco.
- Medidas de educação em saúde, focando a gravidade da doença; o cuidado com cães soltos e livres nas ruas (e a necessidade de manter o seu cão domiciliado), ferimentos causados por cão e gato e vacinação dos animais.
- Monitorar a circulação viral e a determinação periódica das áreas de risco.
- Em caso humano (por variante de cão ou gato), acompanhar a vigilância epidemiológica do caso e realizar a investigação epidemiológica para a quantificação de casos de animais, contatos e suspeitos.
- Realizar bloqueio de foco (diante de caso de raiva humana ou de raiva em cão, gato ou canídeos silvestres, na área de foco), sendo que são indicadas a estratégia de vacinação contra a raiva de cães e gatos, casa a casa, a captura dos cães de rua sem dono que apresentem risco à população por conta da disseminação do vírus na espécie, a intensificação do envio de amostras para diagnóstico laboratorial e a educação em saúde.
- Vacinação antirrábica, em massa, de cães e gatos (domiciliados e não domiciliados).
- Recolhimento de cães de rua que apresentem risco à população por conta da disseminação do vírus na espécie.
- Quaisquer cães ou gatos suspeitos de raiva devem ser observados por dez dias em local adequado, isolado, com comida e água. Define-se cão ou gato suspeito para a raiva como sendo todo cão ou gato agressor (que mordeu, lambeu ou arranhou alguém), ou que teve, sabidamente, contato com um morcego; ou, ainda, que apresente mudança brusca de comportamento e/ou sinais e sintomas compatíveis com a raiva, tais como salivação abundante, dificuldade para engolir, mudança nos hábitos alimentares, paralisia das patas traseiras, ou outras manifestações clínicas neurológicas.

1.2.2.2 Para áreas com circulação das variantes de morcegos e de outros animais silvestres (saguins, guaxinins e canídeos silvestres)

- Medidas de educação em saúde, esclarecendo sobre a gravidade da doença, com ênfase no cuidado para evitar contato com morcegos/animais silvestres (saguins e canídeos silvestres), tanto das pessoas quanto dos cães e gatos.
- Monitorar a circulação viral, enviando amostras de animais (morcegos, saguins, canídeos silvestres, guaxinins, entre outros), quando possível, encontrados mortos, e determinar, periodicamente, as áreas de risco.
- Em caso de raiva humana (por variante de morcego e de outros animais silvestres), acompanhar a vigilância epidemiológica do caso humano e realizar a investigação epidemiológica para os casos em animais.
- Realizar bloqueio de foco (diante de caso de raiva humana ou de raiva em cão, gato ou canídeos silvestres, na área de foco), sendo que é indicada a estratégia de vacinação contra a raiva de cães e gatos, casa a casa, a captura dos cães de rua sem dono que apresentem risco à população

por conta da disseminação do vírus na espécie, a intensificação do envio de amostras para diagnóstico laboratorial e a educação em saúde.

- Interlocução e ações conjuntas com os setores de Meio Ambiente e Agricultura.
- Ações educativas para evitar criação de canídeos silvestres, saguis e guaxinins como *pets*.

Para informações mais detalhadas, consultar o *Guia de Vigilância em Saúde*, Ministério da Saúde, 2014 – Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/fevereiro/06/guia-vigilancia-saude-atualizado-05-02-15.pdf>>.

1.3 Vacinação animal

A vacinação animal, coordenada, executada e avaliada pelo setor Saúde no Brasil, tem como foco a proteção e a promoção da saúde da população humana e refere-se à vacinação antirrábica de cães e gatos, considerando-se que, atualmente, esta é a única vacina animal preconizada e normatizada pelo Ministério da Saúde para uso no serviço público de saúde, visando à prevenção e ao controle de zoonoses no País.

A vacinação contra a raiva para cães e gatos é realizada em massa ou por bloqueio de foco, sendo uma das ferramentas do Programa Nacional de Vigilância e Controle da Raiva no Brasil. A vacinação em massa é organizada por meio de campanha, podendo ser executada casa a casa, por postos fixos ou, ainda, por uma estratégia que utilize as duas formas. De acordo com a situação epidemiológica, alguns estados realizam a vacinação por meio de campanhas anuais, e outros, apenas por meio de atividade de bloqueio de foco.

Existe, ainda, a estratégia frente a uma situação de epizootia de raiva canina em um determinado espaço territorial, como também, mediante avaliação de riscos, alta prevalência e persistência de raiva canina em dois anos seguintes ou alternados, a indicação de operacionalização de duas campanhas de vacinação ao ano, ou seja, campanha de intensificação.

A vacinação, quando realizada em forma de campanha, deve considerar o contexto epidemiológico quanto à circulação viral e, principalmente, a(s) variante(s) envolvida(s), para que o formato da campanha seja organizado e sejam levados em consideração o fator de risco epidemiológico e os instrumentos de controle, em função do resultado da variante identificada.

O bloqueio de foco deve ser executado, casa a casa, quando ocorrer a identificação de cão ou gato positivo para a doença. Em caso de outro mamífero positivo para a raiva (como um animal silvestre com AgV2*), deve-se avaliar a situação criteriosamente, pois pouco se sabe sobre o potencial de disseminação das variantes de animais silvestres em meio urbano.

Em regiões em que a variante prevalente seja a AgV1 e/ou AgV2, quando houver a ocorrência de cão ou gato positivo, deve-se realizar o controle e o bloqueio de foco em até 72 horas, priorizando a vacinação por meio de campanhas anuais, ou mesmo semestrais (dependendo da situação epidemiológica encontrada), haja vista o risco de epizootia canina de raiva, conforme citado anteriormente.

Já em território em que as variantes encontradas sejam as de morcego (AgV3, AgV4 e/ou AgV6), encontradas em cão ou gato, a vacinação deve ser feita por bloqueio de foco, uma vez que alguns estudos demonstram que a disseminação/adaptação do vírus da raiva é menor por essas variantes. De acordo com a situação epidemiológica, quanto à área de risco, devido à presença de AgV1 e/ou AgV2, para localidades que realizam a vacinação contra a raiva de cães e gatos, a vacina deve estar

disponível o ano todo, em setor específico do órgão de saúde responsável, de modo que a população possa levar seu animal para ser vacinado, independentemente do período de campanha. Em áreas controladas, quanto à variante canina (AgV1 e/ou AgV2), esta ação deve ser opcional.

Porventura, em caso de ocorrência de eventos adversos temporalmente associados à vacinação contra a raiva animal (EATAV) em cães e gatos, a área de vigilância de zoonoses deve notificá-lo, por meio de formulário específico, ao Ministério da Saúde e iniciar uma investigação visando à elucidação do caso suspeito e à comprovação, se for conclusivo. Essa ação é importante como tomada de decisão para impedir que outros animais sejam acometidos.

Diante da confirmação de EATAV promovida pelo setor Saúde, este deve se responsabilizar pelo atendimento ao animal acometido.

Em casos raros de ocorrência de EATAV, pode caracterizar-se por sinais e sintomas relacionados a reações locais (calor, dor, rubor, edema, nódulo e/ou abscesso) e sistêmicas (agitação, claudicação, diarreia, anorexia, febre, palidez nas mucosas, prurido, espirros, tremores, vômitos, ataxia, salivação excessiva, dispneia, petéquias, taquicardia, hipotermia, edema, dor generalizada, prostração, convulsão, cianose, hemorragias, paralisia, anafilaxia, morte súbita, entre outros).

Deve-se avaliar criteriosamente se os sinais e os sintomas apresentados pelo animal são, de fato, um EATAV, causado por vacina contra a raiva, aplicada pela área de vigilância de zoonoses, avaliando, principal e inicialmente, se os tempos entre a aplicação da vacina e o início dos sinais e dos sintomas estão relacionados entre si, ou seja, se temporalmente os eventos adversos estão de fato associados à vacina.

1.4 Leishmaniose visceral

A leishmaniose visceral (LV) é uma protozoonose crônica, sistêmica, caracterizada em humanos por febre de longa duração, perda de peso, astenia, adinamia e anemia, entre outras manifestações. Quando não tratada, pode evoluir para óbito em mais de 90% dos casos. No cão, principal reservatório e fonte de infecção no meio urbano, a doença caracteriza-se por febre irregular, apatia, emagrecimento, descamação furfurácea e úlceras na pele – em geral, no focinho, nas orelhas e extremidades –, conjuntivite, paresia do trem posterior, fezes sanguinolentas e crescimento exagerado das unhas. A enzootia canina tem precedido a ocorrência de casos humanos e a infecção em cães tem sido mais prevalente que no homem. No ambiente silvestre, os reservatórios são as raposas e os marsupiais. No Brasil, duas espécies, até o momento, são consideradas vetores da doença, *Lutzomyia longipalpis* e *Lutzomyia cruzi*. A forma de transmissão é por meio da picada desses vetores infectados pela *Leishmania (L.) chagasi*. A transmissão ocorre enquanto houver o parasitismo na pele ou no sangue periférico do hospedeiro. As estratégias de controle dessa endemia estão centradas no diagnóstico e no tratamento precoce dos casos humanos, na redução da população de flebotomíneos, na eliminação dos reservatórios e nas atividades de educação em saúde.

A LV é uma doença endêmica no Brasil, que ainda se encontra em franca expansão territorial para municípios indenes.

Observação: em municípios onde não há histórico de registro de casos autóctones de LV em seres humanos e em cães (municípios silenciosos), mas que há risco de introdução da doença devido à vulnerabilidade e à receptividade da área, os serviços de vigilância de zoonoses devem executar as ações de vigilância e prevenção, visando reduzir esse risco. Já em municípios com transmissão da doença, devem-se adotar, também, as ações de controle, a fim de reduzir ou eliminar os casos humanos.

1.4.1 Medidas de prevenção e controle

1.4.1.1 Medidas de prevenção

Dirigidas à população humana

Medidas de proteção individual, tais como: uso de mosquiteiro com malha fina, telagem de portas e janelas, uso de repelentes, não se expor nos horários de atividade do vetor (crepúsculo e noite) em ambientes onde este habitualmente pode ser encontrado.

Dirigidas ao vetor

Manejo e saneamento ambiental, por meio da limpeza urbana, eliminação e destino adequado dos resíduos sólidos orgânicos, eliminação de fonte de umidade, não permanência de animais domésticos dentro de casa, entre outras ações que reduzam o número de ambientes propícios para proliferação do inseto vetor.

Dirigidas aos cães

- Nos casos de doação de animais, realizar exame sorológico para LV antes da doação, de acordo com a situação epidemiológica.
- Uso de telas em canis individuais ou coletivos, de acordo com a situação epidemiológica.
- Coleiras impregnadas com deltametrina a 4%, como medida de proteção individual para os cães.

Ainda não há estudos que comprovem a efetividade das vacinas para leishmaniose visceral canina disponíveis no mercado para fins de saúde pública.

Educação em Saúde

Em áreas de risco, deve-se implantar programa de educação em saúde, desenvolvendo atividades de informação, educação e comunicação nos níveis local, regional e municipal. Além disso, deve-se divulgar, à população, a ocorrência de LV na região, no município, na localidade, orientando para o reconhecimento de sinais clínicos, em cães e em humanos, e para a procura dos serviços de saúde para o diagnóstico e o tratamento humano, quando houver caso humano suspeito.

Para evitar os riscos de transmissão, algumas medidas preventivas de caráter individual e coletivo devem ser estimuladas, tais como:

- Uso de repelentes, quando exposto a ambientes onde os vetores, habitualmente, possam ser encontrados.
- Uso de mosquiteiros, bem como a telagem de portas e janelas.
- Manejo ambiental por meio de limpeza de quintais e terrenos, a fim de alterar as condições do meio que propiciem o estabelecimento de criadouros para formas imaturas do vetor.
- Poda de árvores, de modo a aumentar a insolação, a fim de diminuir o sombreamento do solo e evitar as condições favoráveis (temperatura e umidade) ao desenvolvimento de larvas de flebotomíneos.
- Limpeza periódica dos abrigos de animais domésticos.
- Manutenção de animais domésticos distantes do intradomicílio durante a noite, de modo a reduzir a atração dos flebotomíneos para esse ambiente.

1.4.1.2 Medidas de controle

Em virtude das características epidemiológicas e do conhecimento ainda insuficiente sobre os vários elementos que compõem a cadeia de transmissão da LV, as estratégias de controle dessa endemia ainda são pouco efetivas e estão centradas no diagnóstico e no tratamento precoce dos casos humanos, na redução da população de flebotômíneos, na eliminação dos reservatórios e nas atividades de educação em saúde.

Vale destacar que as ações voltadas para o diagnóstico e o tratamento dos casos humanos e para as atividades educativas devem ser, em todas as situações, priorizadas, lembrando que as demais medidas de controle devem estar sempre integradas, para que possam ser efetivas.

Dirigidas ao controle do vetor

A indicação das atividades voltadas para o controle vetorial dependerá das características epidemiológicas e entomológicas de cada localidade.

As recomendações propostas para cada área estão descritas conforme a classificação epidemiológica. Para mais informações, ver o Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral, Ministério da Saúde, 2006 – Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_controle_leish_visceral_2006.pdf>.

As ações de controle deverão sempre ser realizadas de forma integrada.

Dirigidas ao controle do reservatório canino

Eutanásia de cães

Recomendada a todos os animais com sorologia positiva ou parasitológico positivo.

Para a realização da eutanásia, basear-se na Resolução nº 1.000, de 11 de maio de 2012, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que dispõe sobre os procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências, entre as quais merecem destaque:

- Os procedimentos de eutanásia são de exclusiva responsabilidade do médico veterinário.
- Deve ser realizada segundo a legislação municipal, estadual e federal, no que se refere à compra e ao armazenamento de drogas e à saúde ocupacional.
- Os procedimentos de eutanásia, se mal empregados, estão sujeitos à legislação federal de crimes ambientais.

Destino de cadáveres

A eliminação de cadáveres e carcaças deve respeitar a legislação municipal, estadual e federal vigente.

Observação: consultar o tópico “Gerenciamento de Resíduos” deste Manual.

Educação em Saúde

Intensificação das atividades de educação em saúde.

Recomendações de vigilância e controle da LV específicas para cada uma das classificações dos municípios

As recomendações de vigilância e controle da LV diferem de acordo com a classificação epidemiológica dos municípios.

Municípios silenciosos (sem transmissão)

Os municípios silenciosos devem focar as suas ações na vigilância entomológica e na vigilância de reservatórios domésticos, por meio da realização anual de levantamentos entomológicos e de inquéritos sorológicos amostrais da população canina, além de ações de manejo ambiental e de educação em saúde.

Municípios com registro de primeiro caso

Em municípios com registro de primeiro caso ou em situação de surto, recomenda-se a realização de investigação entomológica para direcionamento do controle químico vetorial, bem como atividades de manejo ambiental, inquérito sorológico censitário canino anual no local de transmissão e eutanásia dos cães sororreagentes.

Municípios com transmissão esporádica

Nos municípios com transmissão esporádica, além das ações recomendadas para os municípios silenciosos, recomenda-se a eutanásia dos cães sororreagentes, identificados por meio de inquéritos sorológicos censitários anuais, bem como ações de vigilância e assistência de casos humanos.

Municípios com transmissão moderada e intensa

Os municípios com transmissão moderada e intensa devem, adicionalmente, às ações recomendadas aos demais municípios (silenciosos e com transmissão esporádica) realizar o monitoramento entomológico e o controle químico vetorial, por meio de dois ciclos anuais de aplicação de inseticidas de ação residual.

1.4.2 Transversalidade

A área de vigilância de zoonoses deve estabelecer parcerias interinstitucionais, visando à implementação das ações de interesse sanitário, principalmente a limpeza pública e o destino adequado de lixo orgânico. Além disso, deve-se desenvolver a intrasetorialidade, requerendo o envolvimento efetivo das equipes multiprofissionais e multi-institucionais, com vistas ao trabalho articulado nas diferentes unidades de prestação de serviços.

Os fluxogramas relativos às recomendações específicas para cada uma dessas classificações dos municípios estão detalhados no *Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral*, Ministério da Saúde, 2006 – Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_controle_leish_visceral_2006.pdf>.

1.5 Leishmaniose tegumentar americana

A leishmaniose tegumentar americana (LTA) é uma doença infecciosa, não contagiosa, causada por protozoário do gênero *Leishmania*, tendo como principais espécies: *Leishmania (Leishmania) amazonensis*, *L. (Viannia) guyanensis* e *L. (V.) braziliensis*. É, primariamente, uma infecção zoonótica que afeta outros animais que não o homem, o qual pode ser envolvido secundariamente. Classicamente, a doença manifesta-se sob duas formas: leishmaniose cutânea e mucosa (ou mucocutânea). A transmissão é vetorial, pela picada de insetos denominados flebotomíneos, pertencentes ao gênero *Lutzomyia*, conhecidos popularmente, dependendo da localização geográfica, como mosquito palha, tatuquira, birigui, entre outros. Não há transmissão de pessoa

a pessoa. Já foram registradas, como hospedeiras e possíveis reservatórios naturais, algumas espécies de roedores, marsupiais, edentados e canídeos silvestres. Não há evidências científicas que comprovem o papel dos animais domésticos como reservatórios das espécies de *leishmanias*, sendo considerados hospedeiros acidentais da doença. Considerada zoonose de animais silvestres, que acometia ocasionalmente pessoas em contato com florestas, a LTA passou a ocorrer em zonas rurais já praticamente desmatadas e em regiões periurbanas.

Observação: em áreas não endêmicas, mas de risco, os serviços de vigilância de zoonoses devem executar as ações de vigilância e prevenção, visando reduzir o risco de implantação (ocorrência do protozoário) da doença na região. Já em áreas de transmissão da doença (endêmicas), devem-se adotar também as ações de controle, a fim de reduzir ou eliminar os casos humanos.

1.5.1 Ações de vigilância e prevenção

1. Realizar a Vigilância Entomológica (implementação de estudos bioecológicos das espécies apontadas como vetoras).
2. Realizar a pesquisa entomológica nos focos e o monitoramento entomológico por meio de capturas sistemáticas.
3. Vigilância dos reservatórios silvestres: não são recomendadas ações objetivando a vigilância de animais silvestres; entretanto, é importante a realização de estudos de modo a ampliar o conhecimento a esse respeito.
4. Vigilância dos animais domésticos: não são recomendadas ações objetivando a vigilância de animais domésticos para a LTA. No entanto, em áreas de transição ou de ocorrência concomitante de LTA e leishmaniose visceral, faz-se necessária a identificação da espécie do parasito. Para isso, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) deverá avaliar a necessidade dessa identificação.
5. Capacitação das equipes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Estratégia de Saúde da Família, vigilâncias ambiental e epidemiológica e outros profissionais de áreas afins para diagnóstico precoce e tratamento adequado.
6. Educação em Saúde: deve-se implantar o programa de educação em saúde, desenvolvendo atividades de informação, educação e comunicação nos níveis local, regional e municipal. Além disso, deve-se divulgar, à população, a ocorrência de LTA na região, no município, na localidade, orientando para o reconhecimento de sinais clínicos, em cães e em humanos, e a procura dos serviços de saúde para o diagnóstico e o tratamento humano, quando houver caso humano suspeito.

Para evitar os riscos de transmissão, algumas medidas preventivas de caráter individual e coletivo devem ser estimuladas, tais como:

- Uso de repelentes, quando exposto a ambientes onde os vetores, habitualmente, possam ser encontrados.
- Evitar a exposição nos horários de atividades do vetor (crepúsculo e noite), em áreas de ocorrência de *L. umbratilis*, evitar a exposição durante o dia e a noite.
- Uso de mosquiteiros de malha fina bem como a telagem de portas e janelas.
- Manejo ambiental por meio de limpeza de quintais e terrenos, a fim de alterar as condições do meio que propiciem o estabelecimento de criadouros para formas imaturas do vetor.

- Poda de árvores, de modo a aumentar a insolação, a fim de diminuir o sombreamento do solo e evitar as condições favoráveis (temperatura e umidade) ao desenvolvimento de larvas de flebotomíneos.
- Destino adequado do lixo orgânico, a fim de impedir a aproximação de mamíferos comensais, como marsupiais e roedores, prováveis fontes de infecção para os flebotomíneos.
- Limpeza periódica dos abrigos de animais domésticos.
- Manutenção de animais domésticos distantes do intradomicílio durante a noite, de modo a reduzir a atração dos flebotomíneos para esse ambiente.
- Em áreas potenciais de transmissão, sugere-se uma faixa de segurança de 400 metros a 500 metros entre as residências e a mata. Entretanto, uma faixa dessa natureza terá de ser planejada para evitar erosão e outros problemas ambientais.

1.5.2 Ações de controle

Em virtude das características epidemiológicas da LTA, as estratégias de controle devem ser flexíveis, distintas e adequadas a cada região ou a cada foco em particular. Para definir as estratégias e a necessidade das ações de controle para cada área de LTA a ser trabalhada, deverão ser considerados os aspectos epidemiológicos, bem como seus determinantes.

Recomenda-se a utilização de inseticidas de ação residual como medida de controle vetorial, no âmbito da proteção coletiva. Essa medida é dirigida apenas para o inseto adulto. A indicação do controle químico deverá ser determinada pelas análises conjuntas dos dados epidemiológicos e entomológicos. Não há indicação do controle químico para ambiente silvestre.

Intensificação das atividades de educação em saúde.

Observação: não são recomendadas ações objetivando o controle de populações de animais domésticos com LTA e o controle de populações de animais silvestres.

1.5.3 Transversalidade

A área de vigilância de zoonoses deve estabelecer parcerias interinstitucionais, visando à implementação das ações de interesse sanitário, principalmente a limpeza pública e o destino adequado de lixo orgânico. Além disso, deve-se desenvolver a intrassetorialidade, requerendo o envolvimento efetivo das equipes multiprofissionais e multi-institucionais, com vistas ao trabalho articulado nas diferentes unidades de prestação de serviços.

Para informações mais detalhadas, consultar o *Manual de Vigilância da Leishmaniose Tegumentar Americana*, 2007 – Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_leishmaniose_2ed.pdf>.

2 ATIVIDADES DAS UNIDADES DE VIGILÂNCIA DE ZOONOSES

2.1 Recolhimento de animais de relevância para a saúde pública

O recolhimento de animais pela Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ) deve ser efetuado de maneira seletiva. Deve-se avaliar criteriosamente cada encaminhamento, reclamação ou solicitação de recolhimento de animais, para definir, de acordo com a Portaria MS/GM nº 1.138, de 23 de maio de 2014, em se tratando de um “animal de relevância para a saúde pública”. Considerando a situação epidemiológica local e a saúde da população humana, deve ser recolhido (recolhimento seletivo) o animal que apresentar risco iminente de transmissão de zoonose de relevância para a saúde pública, assim como o animal peçonhento ou venenoso de relevância para a saúde pública.

2.1.1 Recepção de animais pela UVZ (entrega de animais vertebrados pela população)

A UVZ só deve receber animais em situações específicas de risco de transmissão de zoonose de relevância para a saúde pública, de importância no contexto epidemiológico do município.

Cabe ao médico veterinário – responsável técnico – estabelecer protocolos para avaliação e recebimento dos animais (vivos ou mortos), indicando a forma de triagem e a documentação a ser apresentada pelo solicitante, inclusive atestado ou laudo médico veterinário, quando necessário.

Animal morto

Devem ser recolhidos animais com histórico ou sinais compatíveis com zoonose de relevância para a saúde pública, segundo critérios técnicos definidos em protocolo específico, determinada pela Unidade.

Nessa situação, deve-se encaminhar o cadáver para necropsia, coleta e encaminhamento de amostras laboratoriais ou outros procedimentos preconizados para a zoonose em questão.

Animal vivo

O animal deve ser avaliado seguindo o protocolo da Unidade e, quando constatado o risco iminente de transmissão de zoonose de relevância para a saúde pública, deve ser recolhido para observação e coleta de amostras para diagnóstico laboratorial ou submetido à eutanásia, conforme a doença, as normas técnicas para o controle de zoonoses e a legislação vigente.

No caso de animais saudáveis, agressivos, ou acometidos por doença sem interesse à saúde pública, tratável ou não, seus proprietários ou prepostos devem ser orientados a buscar estabelecimentos veterinários que tenham como prerrogativa/competência o cuidado com animais.

Quando ocorrer o recolhimento do animal (vivo ou morto), todas as informações pertinentes devem constar em formulário próprio com a assinatura do avaliador e, preferencialmente, do solicitante, ou de outra testemunha.

Observação: no caso de animais invertebrados (vivos ou mortos) de relevância para a saúde pública que, eventualmente, sejam entregues pela população, deve-se acondicionar o animal de forma adequada (conforme estabelecido no tópico de “Coleta, acondicionamento, conservação, armazenamento e transporte de espécimes de relevância para a saúde pública”) e preencher ficha específica, contendo informações que subsidiem avaliar, criteriosamente, a situação quanto à necessidade ou não de envio de equipe ao local ou de desencadeamento de investigação específica.

2.1.2 Remoção de animais (apreensão e captura de animais vertebrados)

A UVZ só deve apreender ou capturar animais que, de fato, ofereçam risco iminente de transmissão de zoonose de relevância para a saúde pública, de importância no contexto epidemiológico do território de atuação.

Quando houver ocorrência de animais silvestres de relevância para a saúde pública em área urbana e periurbana, a área de vigilância de zoonoses deve avaliar a necessidade e a possibilidade de remoção destes, articulando-se com o(s) órgão(s) de Meio Ambiente competente(s) para tal atividade.

O processo de remoção de animais de relevância para a saúde pública deve empregar métodos de manipulação apropriados a cada espécie, considerando:

Abordagem

- Optar, quando possível, pelo melhor horário do dia para a execução dessa atividade, considerando a temperatura e o período do dia.
- Aproximar o veículo que fará o transporte do animal de forma cuidadosa, procurando não espantar o animal para não desperdiçar a oportunidade de capturá-lo.
- Avaliar, previamente, o comportamento do animal a ser removido para a eleição da melhor forma de abordagem.
- A equipe de serviço deve ser preparada para compreender o comportamento e a expressão de cada espécie abordada, de maneira a prever possíveis reações, evitando-se a fuga do animal e proporcionando maior segurança às atividades da equipe.
- O uso de atrativos (alimentares ou não) para a aproximação espontânea do animal, quando disponível, ficará a critério da Unidade ou da equipe de remoção.
- Para os animais domésticos, a aproximação, sempre que possível, deve ser feita de maneira tranquila, sem movimentos bruscos ou outras posturas que afugentem ou estressem o animal.
- Quando o manuseio de diversos animais for necessário, deve-se iniciar pelos mais dóceis e tranquilos.

Considerações

- As solicitações devem ser triadas por definição de urgência no atendimento, priorizando os atendimentos com maior risco à coletividade.
- Antes de remover o animal, deve-se averiguar a existência de proprietário ou guardião responsável para que este proceda, quando cabível, a observação do animal.
- O funcionário deve avaliar a situação encontrada para prover a segurança da equipe, da comunidade e do animal.
- Quando necessário, deve-se solicitar apoio intersetorial, tal como policiais, agentes de trânsito, bombeiros, servidores de limpeza pública ou quaisquer outros órgãos ou secretarias competentes.
- Sempre que necessário, fazer o isolamento e a sinalização da área com equipamentos de proteção coletivos (EPC) e esclarecer à comunidade sobre as ações que serão realizadas, removendo espectadores do local para a prevenção de acidentes.

Contenção: a definição dos equipamentos e dos insumos a serem utilizados deverá levar em consideração o porte e o comportamento do animal e as características do ambiente. O uso de contenção química, quando disponível, ficará a critério do médico veterinário.

Considerar as características culturais quanto à conveniência em relação aos métodos empregados.

Contenção de cães

A contenção de cães deve ser precedida de uma avaliação do seu comportamento e do local em que ele se encontra. É necessário considerar a reação do animal com a comunidade e com o profissional de abordagem, de maneira a prevenir acidentes com as pessoas e traumas ao animal. A contenção deve ser feita, preferencialmente, com o uso de guia ou corda apropriada. O uso do cambão, de mordanças e da contenção química deve, sempre que possível, ser restringido aos casos em que o animal, a equipe ou a população possam estar expostos ao risco de agressão.

O animal, depois de contido, deve ser cuidadosamente conduzido ao compartimento ou à gaiola apropriados para seu transporte e acomodado dentro do compartimento específico do veículo.

O ajuste do cambão, da guia, da corda ou da mordança deve ser realizado de maneira cuidadosa para não causar sufocamento do animal. Além disso, o animal nunca deve ser levantado do chão pelo cambão.

Quando o cão estiver contido, no cambão ou na guia, deve-se permitir que ele se movimente para a direção desejada, por alguns segundos, permitindo que o animal se habitue ao instrumento e facilite sua condução ao local desejado.

Contenção de gatos

Dependendo da suspeita clínica do animal, o gato, quando dócil, poderá ser pego com as mãos, com auxílio de luva de couro. A contenção de gatos ferozes deve ser feita, preferencialmente, por meio de armadilhas (como gaiolas com iscas), redes ou puçás, sendo complementada com o auxílio de luva de raspa de couro.

O animal deve ser transportado em caixas ou compartimentos de transporte adequados.

Observação: filhotes de cães e gatos devem ser recolhidos manualmente, ou com uso de redes, luvas ou puçás.

Contenção de equinos e bovinos

O animal pode ser conduzido a um local em que seja possível contê-lo e embarcá-lo, por meio do uso de corda, cabresto ou outros métodos apropriados para contenção e condução de grandes animais.

Maior atenção deve ser dispensada às fêmeas prenhes e/ou com potro/bezerro, uma vez que podem existir animais que nunca tenham sido manejados e embarcados anteriormente. Igual atenção precisa ser dada à abordagem com machos, mais agitados e agressivos.

O veículo de transporte deve ser apropriado para essa finalidade, mantendo-se a rampa de embarque e desembarque, sempre que possível, com uma inclinação suave.

Contenção de suínos e pequenos ruminantes

É necessário, primeiramente, ser avaliado (quanto à segurança física do funcionário, das pessoas no local e do animal) se é possível conter o animal com as próprias mãos, encaminhando-o/levando-o até o veículo de transporte. Caso seja necessário o uso de material específico, deve ser priorizado o uso de corda, laço, cabresto ou cachimbo.

2.1.3 Transporte

O embarque dos animais a serem removidos no veículo de transporte (nos respectivos compartimentos inerentes às espécies envolvidas) deve ser realizado com segurança e tranquilidade, evitando-se ruídos e movimentos bruscos para reduzir riscos de traumas, estresse, acidentes ou fugas.

O veículo de transporte dos animais deve obedecer às normas vigentes para o transporte da espécie em questão. Ele precisa estar com os compartimentos fechados, ter ventilação apropriada, ser higienizado e proporcionar segurança ao animal, à população e aos funcionários.

O motorista deve ser capacitado para realizar o transporte de carga viva.

Devem ser considerados o horário, a temperatura ambiente, a distância e o roteiro, para redução do tempo de permanência dos animais no veículo.

O animal deve ser transportado diretamente para a UVZ, sem paradas. Quando for necessário parar, deve-se, em dias quentes de sol, estacionar o veículo na sombra.

A altura do veículo deve ser compatível com a atividade de embarque e desembarque de animais. Os animais devem ser transportados em número compatível com a capacidade prevista para o veículo e devem estar segregados por espécie, porte e comportamento.

Quando forem usadas gaiolas ou caixas de transporte, estas devem ser de tamanho adequado, acomodadas e fixadas ao veículo.

Fêmeas prenhes ou com ninhadas e animais idosos, feridos ou acidentados devem ser transportados individualmente e encaminhados prioritariamente para o local de triagem e alojamento na UVZ.

Espécies diferentes devem ser transportadas em compartimentos separados, a fim de evitar agressões, ferimentos e, eventualmente, óbito.

No caso de animais agressivos ou arredios, deve-se utilizar de métodos ou dispositivos que reduzam seu estresse.

No desembarque, para definição da conduta e da destinação adequadas, os animais devem ser avaliados por médico veterinário.

Os animais desembarcados devem ser transferidos para os alojamentos com segurança e tranquilidade, evitando-se ruídos e movimentos bruscos para reduzir riscos de traumas, estresse, acidentes ou fugas.

Quando o embarque de animais ocorrer em via pública, deve ser solicitado o suporte dos organismos responsáveis pelo controle de trânsito do local, e os funcionários devem utilizar coletes refletivos mesmo durante o dia, para proteção e sinalização de ações.

Observações:

- A captura e o eventual transporte de animais invertebrados de relevância para a saúde pública devem ser realizados em recipiente fechado, acondicionado conforme especificado no tópico de “Coleta, acondicionamento, conservação, armazenamento e transporte de espécimes de relevância para a saúde pública” deste Manual.
- O veículo deve exibir a identificação do órgão a que pertence (logotipo, nome) e telefone.

2.2 Alojamento e manutenção dos animais vertebrados recolhidos

2.2.1 Manutenção

A manutenção de animais recolhidos nos alojamentos da UVZ deve ocorrer em condições adequadas de higiene, espaço físico, abrigo, arejamento/ventilação, iluminação, alimentação e hidratação. Os animais devem estar protegidos contra intempéries naturais; separados por sexo (quando não castrados), espécie e comportamento. Essas condições objetivam evitar estresse, acidentes, fugas e transmissão de doenças.

Devem-se observar os prazos estipulados de permanência do animal na UVZ, conforme normatização vigente. O alojamento prolongado de animais em canis ou gatis não é recomendado, pois favorece a transmissão de doenças, disputas territoriais (brigas) e alterações comportamentais, comprometendo sua condição de saúde, sua imunidade e a funcionalidade do serviço.

Para maior segurança nos procedimentos com os animais domésticos e domesticados, somente funcionários do bloco de controle animal poderão manipular os animais, com o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) apropriados.

Os alojamentos (canis, gatis, entre outros) devem permanecer trancados para evitar fugas, acidentes e incurso de pessoas não relacionadas ao serviço.

2.2.2 Cuidados básicos

Devem ser oferecidos aos animais alojados, quando necessário, cuidados básicos, bem como àqueles acometidos biológica/fisicamente por intervenções decorrentes de procedimentos realizados pela própria Unidade.

Cuidados básicos aos animais alojados nas UVZ consistem em oferecer exame clínico básico e procedimentos curativos, **vedados** o uso de tecnologias e aparelhagens específicas, exames clínicos laboratoriais, bem como a realização de procedimentos anestésicos e/ou cirúrgicos e a internação, sendo respeitadas as normatizações técnicas vigentes do Conselho Federal de Medicina Veterinária e a proteção da saúde dos profissionais e dos demais animais recolhidos.

Observações:

1. Os animais invertebrados ou pequenos vertebrados, como roedores, de relevância para a saúde pública, podem ser mantidos (vivos ou mortos), de forma adequada, no laboratório de coleção de espécies, no laboratório de entomologia ou na sala de bioensaio para as atividades de educação em saúde, identificação, ou para estudos e pesquisas, conforme especificado no tópico de “Atividades laboratoriais” – Coleta, acondicionamento, conservação, armazenamento e transporte de espécimes de relevância para a saúde pública – deste Manual e de acordo com o estipulado no manual de estrutura física de UVZ para esses ambientes.

2. A manutenção e os cuidados básicos devem ser considerados apenas para os animais recolhidos que, após período de observação, sejam considerados clinicamente saudáveis e sem risco à saúde humana. Os animais passíveis de recolhimento pelas Unidades de Vigilância de Zoonoses são somente aqueles de relevância para a saúde pública, definidos no art. 2º da Portaria MS/GM nº 1.138, de 23 de maio de 2014.
3. Os animais alojados nas UVZ devem, sempre que possível, ser transferidos para estabelecimentos veterinários que tenham como prerrogativa/competência o cuidado com animais, haja vista serem locais mais apropriados para sua manutenção.

2.2.3 Alimentação e hidratação

O animal deve ser alimentado e dessedentado, considerando-se a alimentação específica para cada espécie e idade, e utilizando como referência a composição mínima determinada pela legislação vigente (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – IN nº 07, de 5 de abril de 1999), em quantidade adequada às suas necessidades nutricionais. Recomenda-se que cada unidade estabeleça protocolo próprio.

Observação: as rações devem ser armazenadas em ambientes físicos adequados para essa finalidade, impedindo o ingresso de animais, e acondicionadas em recipientes próprios para sua conservação.

2.2.4 Alojamento

O alojamento deve ter espaço compatível com o número, o porte, a espécie e a condição fisiopatológica ou fisiológica dos animais, além de mantê-los de maneira segura. O profissional médico veterinário deve segregar os animais considerando as seguintes categorias:

Em ambientes individuais

- Animal em observação para alguma zoonose.
- Animal com doença infectocontagiosa (identificada quando alojado).
- Fêmea em estado de gestação evidente.
- Fêmea com seus filhotes.
- Filhote com até 90 dias de idade.
- Animais de uma mesma ninhada.
- Animais parceiros.
- Fêmea adulta no cio.
- Animal agressivo.

Em ambientes coletivos

- Animais de faixa etária compatível.
- Animais de temperamento compatível.
- Animais do mesmo sexo ou esterilizados.

Os animais devem ser identificados individualmente, por meio de confecção de prontuário próprio e de outras metodologias apropriadas.

De acordo com as condições climáticas da região, o alojamento deve dispor de proteção/isolante térmico (piso e laterais), de fácil limpeza e higiene.

Todos os animais devem ter acesso a banho de sol.

Observação: os animais alojados nas atuais UVZ devem ter acesso a banho de sol, seja por meio de passeios, de acesso a outras áreas da Unidade ou, ainda, por acesso à luz do sol (em grande parte do dia) no próprio canil.

2.2.5 Higienização

A higienização de viaturas, gaiolas, caixas de transporte e demais equipamentos de manejo deverá ser realizada após cada uso, e a de comedouros e bebedouros, diariamente ou sempre que necessário, sendo mantidos permanentemente limpos, segundo manual de boas práticas estabelecido pela Unidade. Quando necessário, deve-se proceder à desinfecção de ambientes, veículos, fômites e outros.

2.2.6 Identificação de doenças nos animais alojados

Os animais devem ser observados diariamente, por médico veterinário e funcionários, para verificação das condições de saúde, manutenção e cuidados básicos.

Animais que, eventualmente, vierem a óbito durante seu alojamento devem ter a causa da morte investigada.

2.3 Destinação dos animais vertebrados recolhidos

A destinação adequada dos animais recolhidos, conforme fluxos, prazos e taxas, consonante com normatização vigente, deve ocorrer por meio de:

- a) resgate pelo(s) seu(s) responsável(is), somente quando o animal não oferecer risco iminente de transmissão de zoonoses, ficando este sob sua guarda ou posse responsável; ou
- b) transferência (doação) para pessoas físicas ou jurídicas, somente quando o animal não oferecer risco iminente de transmissão de zoonoses, ficando este sob sua guarda ou posse responsável; ou
- c) transferência, no caso de animais silvestres que não ofereçam risco iminente de transmissão de zoonoses, para órgãos de Meio Ambiente ou locais/órgãos licenciados para o recebimento destes, ou para sua reintrodução no ambiente, considerando a legislação vigente; ou
- d) eutanásia, para animais que ofereçam risco de transmissão de zoonoses ou que coloquem em risco a vida dos demais animais alojados, ou com doenças incuráveis ou em estado nosológico incompatível com a vida, conforme a doença, as normas oficiais de controle de zoonoses e a legislação vigente, seguindo resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Observações:

- Para o resgate de cães e gatos, o proprietário deve apresentar o comprovante/carteira de vacinação contra raiva atualizado(a). Na inexistência desse documento, deve-se proceder à vacinação antirrábica (somente para animais acima de 3 meses de idade) no momento do resgate, conforme critério epidemiológico do local.
- Na transferência do animal, o adotante deverá receber informações sobre posse/guarda responsável de animais, visando à prevenção de zoonoses. Recomenda-se que o adotante assine um termo de transferência/responsabilidade, condicionante para a efetivação da adoção.

- A eutanásia de animais silvestres somente deve ocorrer mediante conhecimento e autorização do órgão ambiental responsável.
- Os funcionários que participam do procedimento de eutanásia, na contenção e na condução do animal, devem ser capacitados quanto à segurança, ao bem-estar e à preservação da saúde do trabalhador e do animal.
- O espaço destinado à realização do procedimento de eutanásia deve ser arejado, iluminado, limpo, livre de ruídos e de fontes de odores indesejáveis. Os recursos materiais necessários devem ser providos em quantidade suficiente para o desenvolvimento satisfatório do procedimento.
- No momento da eutanásia, o manejo e o trato com o animal devem ser respeitosos e o ambiente, tranquilo e silencioso, com o menor número de pessoas e a ausência de outros animais.
- O método de eutanásia a ser utilizado é o de escolha do serviço de zoonoses local, devendo basear-se em legislação vigente e seguir as normas técnicas do Conselho Federal de Medicina Veterinária.
- O procedimento de eutanásia ficará sob responsabilidade de um médico veterinário até a comprovação do óbito, e este deve redigir laudo veterinário justificando o procedimento.
- Os procedimentos executados pela unidade devem ser documentados, organizados e arquivados, por meio eletrônico ou impresso, visando favorecer a operacionalidade e o planejamento das ações e dos serviços.

2.4 Necropsia

- Cada UVZ deve definir seu protocolo de necropsia, adequando-o a sua operacionalidade, e observar as normas de biossegurança vigentes, segundo a espécie a ser necropsiada.
- Cabe ressaltar que os animais a serem submetidos à necropsia serão apenas aqueles de relevância para a saúde pública.
- A necropsia deve ser realizada, sempre que necessário e possível, a fim de elucidar a causa do óbito do animal e/ou recolher amostras para diagnóstico laboratorial de zoonoses relevantes para a saúde pública.
- Para isso, é indispensável que os profissionais sejam devidamente capacitados e que os recursos materiais necessários sejam providos de maneira suficiente.
- O descarte de cadáveres, EPI, resíduos e materiais gerados pelo procedimento deve ser feito conforme normas vigentes com relação à biossegurança e ao gerenciamento de resíduos de saúde (consultar os tópicos de “Biossegurança e saúde do trabalhador” e “Gerenciamento de resíduos” deste Manual).
- Recomenda-se que esse procedimento seja documentado.

2.4.1 Procedimentos pré-necróticos

Devem-se obter, antecipadamente, as informações sobre o animal, como espécie, sexo, idade, peso, origem, além de todas as informações epidemiológicas disponíveis, de acordo com a suspeita clínico-epidemiológica (local de captura, condições ambientais, comportamento, sintomatologia), e também outras informações pertinentes, como histórico vacinal, de doenças, de procedimentos realizados e de medicamentos recentes. Essas informações devem ser registradas em formulário próprio.

Em muitas situações, as informações sobre o animal somadas aos achados de necropsia propiciam o estabelecimento do diagnóstico.

2.4.2 Recomendação para realização de necropsia

Paramentação: luvas (cirúrgicas descartáveis, de borracha, nitrílica, com fio de aço, tricotadas etc), macacão, jaleco ou avental; calçado fechado (botas de borracha, de preferência), máscara, óculos e touca (obrigatórios, dependendo da suspeita clínico/epidemiológica). Devem-se retirar acessórios como anéis, relógio e outros.

Materiais

- | | |
|---|---|
| • faca Magarefe; | • cuba rim; |
| • faca de órgãos; | • frasco com água; |
| • fuzil, a ser utilizado no afiamento das facas; | • esponja; |
| • martelo com cabo em gancho; | • frasco com formol a 10%; |
| • costótomo; | • régua; |
| • tesoura reta romba-romba; | • frascos de coleta universal ou equivalente; |
| • tesoura curva romba-fina; | • material (barbante, corda, arame ou outros) |
| • enterótomo; | • para fixar o cadáver à mesa; |
| • pinça dente de rato; | • cabo de bisturi; |
| • pinça anatômica; | • lâmina de bisturi; |
| • pinça Rochester 24 cm; | • gaze em compressas; |
| • serra (elétrica ou articulada) – observar restrições da serra elétrica no caso de zoonoses específicas (ex.: raiva, devido à geração de aerossóis). | • seringas descartáveis; |
| • bandejas de aço inox; | • copo graduado; |
| | • tábua retangular ou quadrada para colocar |
| | • as vísceras e facilitar o exame destas. |

O tipo e o tamanho dos instrumentos variam de acordo com o tamanho da espécie a ser necropsiada.

Os instrumentos utilizados na necropsia devem ser colocados em uma bandeja, evitando, assim, que sejam colocados dentro ou sobre o animal e prevenindo acidentes.

É fundamental que a pessoa que for realizar, auxiliar ou acompanhar a necropsia esteja devidamente paramentada (de acordo com o grau de exposição específico).

O emprego de luvas grossas de borracha é recomendado em necropsias dos animais de grande porte para evitar que se rasguem com facilidade.

2.4.3 Exames complementares

Exames complementares podem ser necessários, haja vista a avaliação macroscópica, muitas vezes, ser incapaz de detectar todas as lesões. Para isso, recomenda-se que, durante uma necropsia, os materiais utilizados para coleta de amostras para exames complementares (bacteriológico, parasitológico, virológico, toxicológico e bioquímico) estejam disponíveis.

2.5 Biossegurança e saúde do trabalhador

2.5.1 Biossegurança

Condição de segurança alcançada por um conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar, reduzir ou eliminar riscos inerentes às atividades da UVZ que possam comprometer a saúde humana, animal e o meio ambiente.

Assim, considerando que as ações desenvolvidas e executadas pela UVZ estão relacionadas a riscos com diferentes origens: biológicos, químicos, físicos e ergonômicos, deve-se atentar para a legislação vigente quanto às normas de biossegurança, especialmente para as doenças específicas que são alvos de cada atividade.

As UVZ devem preferencialmente elaborar seus mapas de risco visando à biossegurança.

2.5.2 Saúde do trabalhador

Os profissionais que executam atividades de campo das UVZ devem estar devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, em local visível. Esses funcionários devem estar paramentados com os equipamentos de proteção individual (EPIs) pertinentes para a atividade a ser realizada, garantindo sua segurança. Além disso, é essencial que eles sejam capacitados continuamente sobre o uso dos EPIs, para a preservação da saúde do trabalhador e para o manejo com os animais, em atividades internas e externas. Outras medidas de segurança e questões sobre a saúde do trabalhador podem ser vistas em tópico específico deste Manual.

2.5.3 Equipamento de proteção coletiva (EPC)

Os equipamentos de proteção coletiva (EPC) visam à proteção de uma coletividade específica, devendo proteger todos os funcionários, a comunidade e os animais expostos à determinada atividade da UVZ que possa representar risco para sua saúde e sua segurança.

O uso de EPC, nas atividades internas e de campo das UVZ, é imprescindível para o cumprimento das normas de biossegurança e de saúde do trabalhador.

As Unidades de Vigilância de Zoonoses devem ser bem sinalizadas internamente, tendo suas dependências devidamente identificadas, para maior segurança dos funcionários e para a otimização de sua operacionalidade, bem como restringir o acesso às áreas de alto risco ao público.

Seguem listados alguns dos EPC relacionados às atividades da UVZ:

1. Sinalização adequada.
2. Portas que abram e fechem de forma adequada.
3. Acesso facilitado às saídas da unidade em situações de emergência.
4. Cones, faixas, placas de sinalização e luminosos para isolamento de área determinada.
5. Ventilação dos locais de trabalho.
6. Proteção de partes móveis de máquinas e equipamentos.
7. Extintores de incêndio.
8. *Kits* de primeiros socorros.

2.5.4 Equipamento de proteção individual (EPI)

EPI é todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

O uso de EPI nas atividades internas e de campo das UVZ é imprescindível para preservar a saúde do trabalhador e para o cumprimento das normas de biossegurança. Seguem, como sugestão, alguns destes equipamentos, além de outros materiais para a realização das atividades com segurança.

Quadro 1 – Equipamentos de Proteção Individual conforme as atividades internas e de campo das Unidades de Vigilância de Zoonoses

Atividade	EPI e outros materiais
Nos canis, nos gatis e nos ambientes destinados aos animais de produção.	Macacão ou conjunto (calça e blusa de manga longa), óculos de segurança, protetor auricular, cambão, calçado, bota de borracha, luva impermeável, puçá, armadilha, corda, cabresto, gaiola de contenção, focinheira, guia, mordaca, rede, laço, cestos de lixo segregados para descarte apropriado de materiais, entre outros.
Na sala de vacinação e na avaliação animal.	Jaleco, luva impermeável, calça, calçado, gaiola de contenção, focinheira, guia, mordaca, mesa pra vacinação (de aço inoxidável), cestos de lixo segregados para descarte apropriado de materiais, entre outros.
Nos laboratórios e na sala de bioensaio.	Jaleco, luva impermeável, calça, calçado, máscara, óculos de segurança, cestos de lixo segregados para descarte apropriado de materiais, entre outros.
Preparo e aplicação de inseticida e rodenticida.	Luvas impermeáveis, óculos de segurança, respirador e purificador de ar, bota impermeável de cano médio, bota impermeável com prolongamento até a virilha, bancada, chuveiro de segurança, lava-olhos segregados, entre outros.
Avaliação de áreas de risco e investigação epidemiológica de campo.	Macacão ou jaleco ou conjunto (calça e blusa), óculos de segurança, respirador e purificador de ar, luva impermeável, bota ou calçado apropriado, boné, touca, creme protetor solar e repelente, entre outros.
Remoção de animais domésticos.	Macacão ou conjunto (calça e blusa), cambão, calçado, puçá, armadilha, corda, cabresto, gaiola de contenção, focinheira, guia, mordaca, rede, laço, cachimbo, caixa de transporte, luvas de raspa de couro, entre outros.
Controle de animais sinantrópicos.	Luvas impermeáveis, macacão ou jaleco ou conjunto (calça e blusa), perneira, bota, boné, creme protetor solar e repelente, equipamentos apropriados para captura, pinças anatômicas, recipiente transparente de transporte, lanterna, luvas de raspa de couro, entre outros.
Nas salas de eutanásia e necropsia.	Jaleco, luva impermeável, calça, calçado, óculos de segurança, máscara, avental descartável, entre outros.
Esterilização de materiais.	Jaleco, luva impermeável, calça, calçado, entre outros.
Outros.	Avaliar a necessidade.

Fonte: SVS/MS.

2.6 Recursos necessários para remoção, alojamento e manutenção de animais

2.6.1 Recursos humanos

A equipe necessária para a execução do trabalho de remoção, alojamento e manutenção dos animais recolhidos pela UVZ deve ser composta por profissional de nível superior, que capacitará e supervisionará outros técnicos. A supervisão desses últimos poderá ser realizada por profissional de qualquer nível de escolaridade, desde que designado para essa atividade, dentro da estrutura organizacional adotada pela unidade. A quantidade necessária de profissionais envolvidos na atividade de remoção de animais deve estar de acordo com a normatização vigente.

2.6.2 Sugestão de recursos materiais para remoção, alojamento e manutenção de animais

Para cães e gatos

Armadilha: deve ser confeccionada em material leve, lavável e, preferencialmente, impermeável e resistente, além de possuir ventilação, sistema externo de fechamento seguro e alças para facilitar o transporte. O tamanho da armadilha deve ser compatível com o porte do animal, de forma a permitir movimentos naturais. O uso de iscas alimentares é necessário como atrativo para que o animal entre mais facilmente e ali se mantenha até que a porta seja fechada. É utilizada para resgate de animais ferais ou arredios, ou em locais de difícil acesso. Sua instalação deve ser feita de maneira criteriosa, observando as características locais. Para evitar acidentes, os moradores e frequentadores do local devem ser alertados sobre a finalidade da armadilha e a necessidade de não ser tocada, esteja o animal em seu interior ou não.

Caixa de transporte: deve ser confeccionada em material leve, durável, lavável e, preferencialmente, impermeável, além de ter ventilação e sistema de abertura e fechamento externo, com trinco seguro, que não permita a abertura pelo animal. Deve conter alças e, quando possível, rodinhas, para facilitar o transporte. A caixa precisa ter tamanho compatível ao porte do animal.

Cambão: trata-se de um tubo rígido, produzido em diferentes materiais, resistente ao peso dos animais. Deve ser leve e revestido, na extremidade de contato com o animal, por borracha ou outro material atraumático. No interior do tubo, é inserida uma corda de material flexível (algodão, couro, ou aço revestido de borracha). Os mais seguros são feitos de alumínio leve com sistema de segurança que trava a corda, facilitando o manejo e evitando o enforcamento do animal.

Cordinha ou guia: corda com espessura mínima de 8 mm, preferencialmente feita em fibra de algodão ou outro material macio, resistente e maleável, com comprimento de 1,5 m a 2 m.

Focinheiras: devem ser de material macio, como as de plástico, ou rígido, como as de grade, adaptável aos diferentes tipos de focinhos, para a manutenção da respiração e da salivação normais. O tecido deve ser colocado ao redor do pescoço e suas pontas unidas pela mão do funcionário no alto da cabeça do animal, mantendo as patas imóveis por outro operador. As narinas do animal devem permanecer sempre livres.

Gaiola de contenção: utilizada para administração de medicamentos injetáveis ou tratamento de ferimentos. Possui parede retrátil para restringir ao máximo a movimentação do animal.

Luvas: podem ser confeccionadas em diversos materiais, mas devem ser resistentes, espessas, macias e flexíveis, em diferentes comprimentos de cano (braço), curto a longo, e aprovadas pelo Ministério do Trabalho. Devem ser utilizadas como proteção individual do trabalhador.

Mordaca: pode ser confeccionada de corda macia em fibra de algodão (com aproximadamente 2 metros de comprimento) ou em material plástico (polietileno) revestido de borracha e tecido do tipo velcro.

Puçá: rede de malha de algodão trançado, fixada a um aro de material leve e rígido, com cabo, geralmente confeccionado em alumínio. Pode ser eficiente, em situações especiais, para manejar cães de pequeno porte (assim como gatos, morcegos ou pequenos vertebrados).

Redes: quando ocorrer o uso de redes, o tamanho e a resistência da malha, tal como o tamanho da rede em relação ao porte do animal, devem ser observados.

Rede com aro: rede de malha de algodão trançado, fixada a um aro de material rígido, geralmente confeccionado em alumínio. Pode ser utilizado para o recolhimento de cães (assim como gatos, morcegos ou pequenos vertebrados), especialmente em ambientes abertos.

Rede sem aro: rede de malha de algodão trançado, com ou sem pequenos pesos nas bordas para mantê-la esticada. Pode ser utilizada em grandes áreas abertas, auxiliando na limitação do espaço de circulação do animal.

Para bovinos, equinos, suínos e pequenos ruminantes

Corda: preferencialmente, deve ser de couro, *nylon* ou seda, com espessura de 10 milímetros e comprimento mínimo de 15 metros. Recomenda-se a disponibilidade de, pelo menos, duas unidades para uso diário.

Cabresto: deve ter as mesmas especificações da corda e estar disponível em número suficiente e tamanho adequado à idade do animal. Recomenda-se que a equipe de recolhimento disponha de um número de cabrestos superior ao de recolhimentos de rotina, já que a quantidade de animais a ser recolhida pode ser superior à estimativa inicial da solicitação.

Laço: deve ser utilizado por funcionário capacitado e apto ao seu emprego, sendo confeccionado em material resistente, com maleabilidade limitada, preferencialmente de couro macio e trançado, com comprimento suficiente para garantir a contenção do animal e a segurança do funcionário e da população que circula nas proximidades.

Cachimbo ou pito: esse equipamento é utilizado para manejar animais com comportamento arredo ou arisco, ou em situações em que outras técnicas de contenção não sejam aplicáveis ou já tenham sido empregadas sem sucesso. Deve ser leve para facilitar o manejo, com laço de material macio e flexível, como algodão, seda ou *nylon*, e cabo com 2 metros de comprimento.

Isas: pode-se utilizar capim, feno, pequena quantidade de ração, cenoura ou outros. As isas devem ser substituídas diariamente, evitando que sejam ingeridas pelo animal após deterioração. O uso de isas auxilia na aproximação, uma vez que, por curiosidade e atração pelo cheiro, o animal se aproximará com mais confiança.

Para todos os tipos de animais

Veículo: o veículo de transporte animal deve ser leve, seguro e ágil para deslocamento em áreas de maior tráfego. Deverá, ainda, ser compatível com atividades em áreas rurais e em aclive ou declive. Preferencialmente, deve carregar cones para sinalização de vias de trânsito e telefone móvel, radiocomunicador ou outro meio de comunicação com a equipe.

Os veículos e os recipientes utilizados para o transporte de animais devem ser concebidos, construídos e montados de forma adequada para a espécie, de acordo com o tamanho e o peso dos animais a serem transportados.

Os veículos e compartimentos de transporte devem ser projetados com as estruturas necessárias para minimizar a oportunidade de escape pelos animais. Além disso, com a finalidade de minimizar a propagação de doenças infecciosas, os compartimentos de transporte devem ser projetados para permitir uma melhor limpeza e desinfecção, bem como a contenção de fezes e urina durante uma viagem.

Observação: as aves devem ser transportadas em caixas apropriadas com boa ventilação e, preferencialmente, confeccionadas em material plástico.

3 ATIVIDADES LABORATORIAIS

As atividades laboratoriais relacionadas às ações e aos serviços públicos de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, devem obedecer ao que já estabelecem os programas de controle de doenças do Ministério da Saúde ou devem pautar-se pela necessidade de diagnóstico local, de acordo com o contexto epidemiológico.

3.1 Laboratório de diagnóstico de zoonoses

O laboratório de diagnóstico de zoonoses deve realizar testes em amostras biológicas de animais para elucidação diagnóstica das zoonoses de relevância para a saúde pública, tanto para a confirmação de suspeitas clínicas como para as ações de vigilância epidemiológica.

As atividades desenvolvidas devem levar em consideração a relevância epidemiológica das zoonoses que ocorrem na localidade/região e a disponibilidade de insumos da rede de laboratórios do SUS.

Os testes diagnósticos poderão ser realizados na Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ), quando possível e indicado, ou em outro laboratório da rede do SUS, de acordo com a estruturação laboratorial já instalada no município, na regional de saúde ou no Estado. Entretanto, em caso de impossibilidade, o exemplar poderá ser encaminhado para uma instituição parceira oficial ou deverá ser encaminhado para o laboratório de referência, quando indicado.

3.1.1 Processamento das amostras

Cada UVZ/área de vigilância de zoonoses deve ter protocolo para coleta, armazenamento, acondicionamento e envio de amostras biológicas para diagnóstico de zoonoses. No entanto, o quadro a seguir (Quadro 2) dispõe de orientações básicas para a realização de testes diagnósticos de algumas zoonoses que podem ser executados nos laboratórios das UVZ e da rede de serviços de saúde.

Quadro 2 – Tipo de material e conservação de amostras biológicas para serem encaminhadas para testes diagnósticos

Exame	Material	Conservação	Técnica	Observação
Raiva (diagnóstico) Tipificação antigênica e genética	Encéfalo ou fragmentos do córtex, cerebelo e hipocampo. Morcegos vivos ou mortos. Amostras positivas (original, inóculo ou primeira passagem em camundongo).	Até 24 horas da coleta: refrigerado. Mais de 24 horas: congelado.	I.F.D. (Técnica de Imunofluorescência Direta); Inoculação em Camundongo; RT-PCR (Reação em cadeia da polimerase em tempo real). I.F.I. sequenciamento.	Nunca conservar o material em álcool, formol ou similar. Morcego: animal para identificação do espécime.
Leishmaniose Visceral Canina Sorologia	Soro (1 ml) ou sangue (5 ml).	Soro: congelado. Sangue: refrigerado.	TR-DPP (Teste rápido de plataforma de duplo percurso) e Elisa (ensaio imunoenzimático).	A amostra de sangue deve ser colhida em tubo sem anticoagulante.
Parasitológico	Fragmentos de pele íntegra, pele com lesão (quando presente), baço, fígado e linfonodo.	Armazenado em formalina tamponada neutra a 10%, e m frascos de vidro ou plástico, de boca larga e tampa plástica de rosca.	Parasitológico indireto.	O tempo recomendado para fixação do fragmento de tecido é de 48 horas.
Grupo da Febre Maculosa	Soro (1 ml) ou sangue (5 ml).	Soro: congelado. Sangue: refrigerado.	I.F.I. - IgG e IgM. (Técnica de Imunofluorescência Direta para Imunoglobulina G e M)	Cães, equinos, capivaras e outros vertebrados de importância epidemiológica.
	Carrapato	Espécime em álcool 100%.	PCR (Reação em cadeia da polimerase).	Realizar a identificação entomológica antes de enviar para o laboratório.
Toxoplasmose	Soro (1 ml) ou sangue (5 ml)	Soro: congelado. Sangue: refrigerado.	I.F.I. (Técnica de Imunofluorescência Indireta) e Hemaglutinação.	Recomendam-se amostras pareadas.
Criptococose	Fezes de morcegos e pombos.	Até 24 horas da coleta: temperatura ambiente. Após: refrigerado.	Isolamento em meio de cultura.	A orientação para coleta de fezes será fornecida pelo laboratório.
Dirofilariose	Sangue colhido com EDTa (ácido etilenodiamino tetracético) (3 ml).	Refrigerado	Direto a fresco e Knott modificado	

Continua

Conclusão

Exame	Material	Conservação	Técnica	Observação
Parasitológico	Fezes (20 g)	Refrigerado	Hoffmann, Ritchie, Faust, Água-Éter, Willis.	A amostra não deve estar contaminada com urina.
	Solo (100 g)		Centrífugo-flutuação	
Histoplasmose	Fezes de morcegos e pombos.	Até 24 horas da coleta: temperatura ambiente. Após: refrigerado.	Inoculação em camundongo e Isolamento em meio de cultura	
Dermatofitoses	Raspado de pele, pelos e unhas.	Temperatura ambiente.	Isolamento em meio de cultura.	Enviar em frasco limpo e seco ou entre lâminas de vidro.
	Solo (50 g)			
Esporotricose	Biopsia e/ou exsudato de lesão de pele ou raspado de lesão crostosa.	Até duas horas da coleta: temperatura ambiente. Após duas horas: refrigerado.	Isolamento em meio de cultura.	

Fonte: Adaptado do Laboratório de Zoonoses e Doenças Transmitidas por Vetores do Centro de Controle de Zoonoses do Município de São Paulo/SP.

3.1.2 Pesquisa de enteroparasitas

Método direto

Método qualitativo que permite a visualização da morfologia normal dos parasitas. É específico para a pesquisa de trofozoítos de *Giardia* spp. nas fezes, bem como de proglotes de *Dipylidium caninum*, ovos de *Toxocara* spp., *Ancylostoma* spp. e *Trichuris vulpis* e oocistos de coccídeos. É um procedimento eficaz apenas nas infestações maciças.

Método de Willis-Mollay

Método qualitativo de concentração de ovos de helmintos como *Ancylostoma* spp., *Trichuris vulpis*, *Toxocara* spp., entre outros; e oocistos de coccídios, como *Cystoisospora* spp. Esse método utiliza o princípio da flutuação simples em solução hipersaturada de cloreto de sódio (NaCl) e baseia-se na propriedade de certos ovos de parasitas flutuarem na superfície de soluções de densidade elevada e de aderirem à lâmina de vidro.

Método de Sheater (modificado)

É um método qualitativo de concentração principalmente de oocistos de coccídeos, como *Cystoisospora* spp., *Cryptosporidium* spp. e cistos de *Giardia* spp. É um método que utiliza o princípio da centrífugo-flutuação em solução de sacarose com densidade 1.203, e baseia-se na propriedade de certos parasitas flutuarem na superfície de soluções inertes de peso específico mais elevado.

Método de Ritchie e colaboradores

É um método qualitativo de concentração de ovos de helmintos, como *Ancylostoma* spp., *Toxocara* spp., *Trichuris vulpis*, entre outros. Também podem ser identificados protozoários como *Cystoisospora* spp. e cistos de *Giardia* spp. Esse método utiliza o princípio da centrífugo-sedimentação em formol-éter.

Método de Faust e colaboradores

Método específico para cistos de *Giardia* spp., oocistos de *Cystoisospora* spp. Também podem ser identificados ovos de *Ancylostoma* spp., *Trichuris vulpis*; porém, não é um método de escolha. Nesse método, é utilizado o princípio da centrífugo-flutuação em solução de sulfato de zinco a 33%.

Método de coloração pela Auramina

Método de triagem para pesquisa de oocistos de *Cryptosporidium* spp e *Isospora* spp. É um método que se baseia na propriedade de álcool-ácido-resistência desses parasitas e, quando observados ao microscópio de fluorescência nos aumentos de 400x, mostram-se verde-brilhante.

Método de coloração de Ziehl-Neelsen modificado

Método para identificação de oocistos de *Cryptosporidium* spp. e *Isospora* spp. Confirma o diagnóstico obtido pelo método de coloração pela auramina e baseia-se na mesma propriedade de álcool-ácido-resistência. Os oocistos são corados em vermelho sobre fundo verde, quando observados em microscópio óptico comum nos aumentos de 400x e 1.000x.

3.1.3 Diagnóstico laboratorial de zoonoses

Raiva

As técnicas de diagnóstico laboratorial devem ser referendadas pelo Ministério da Saúde (MS) por meio dos laboratórios de referência nacional, conforme Portaria GM/MS nº 2031, de 23 de setembro de 2004.

Técnica de imunofluorescência direta

A técnica de imunofluorescência direta (IFD) constitui-se em um método rápido, sensível e específico de diagnosticar a infecção rábica em susceptíveis. A prova baseia-se no exame microscópico de impressões de fragmentos de tecido nervoso “tratados” com conjugado específico e submetidos à luz ultravioleta. O antígeno rábico, reagindo com o conjugado e iluminado com luz ultravioleta, emite uma luz esverdeada fluorescente.

Prova biológica para isolamento do vírus rábico em camundongo

É utilizada no diagnóstico laboratorial da raiva como um segundo teste para confirmação dos resultados obtidos pela técnica de IFD, em casos de suspeita de raiva em animais.

Essa técnica pode ser realizada por meio de inoculação em camundongos albinos suíços ou em cultivo celular, conforme *Manual de Diagnóstico Laboratorial da Raiva, Ministério da Saúde, 2008 - Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_diagnostico_laboratorial_raiva.pdf>.* No caso da inoculação em camundongos, é necessária a manutenção desses animais em biotério, conforme manuais de referências e protocolos normatizados pelo MS.

O camundongo albino suíço é o animal de eleição para isolamento, por ser um dos mais sensíveis ao vírus rábico. O animal utilizado deve ser de boa procedência e apresentar bom estado sanitário, com idade e peso adequados.

Prova para isolamento do vírus rábico em cultivo celular

É utilizada no diagnóstico laboratorial da raiva como um segundo teste para confirmação dos resultados obtidos pela técnica de IFD. Em casos de suspeita de raiva em animais, a técnica de isolamento e identificação viral com utilização de células de neuroblastoma de camundongo (N2A) e anticorpos fluorescentes (imunoglobulinas antirrábicas marcadas com isotiocianato de fluoresceína = conjugado antirrábico) é um método mais rápido, simples e de custo menos elevado de isolamento do vírus da raiva.

Técnica histológica (coloração de Sellers)

A técnica consiste na coloração de impressões de diferentes porções do sistema nervoso central com o corante de Sellers e na pesquisa (por meio de microscopia ótica comum) da presença de inclusões patognômicas da infecção rábica denominadas corpúsculos de Negri.

Tipificação antigênica pela técnica de imunofluorescência indireta com anticorpos monoclonais

Essa técnica é fundamental para a vigilância e o direcionamento das medidas de controle, tendo em vista possibilitar a identificação das variantes do vírus rábico.

Os centros colaboradores da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e de instituições privadas disponibilizam, para a tipificação antigênica, vários painéis de anticorpos monoclonais. O Centro Pan-Americano de Zoonoses (Cepanzo)/Opas e o Centers of Disease Control and Prevention (CDC), em Atlanta (EUA), realizaram estudos com amostras virais isoladas nos diferentes países das Américas, durante o período de 1987 a 1992. Com tais dados, os referidos órgãos selecionaram um painel reduzido, composto de oito anticorpos monoclonais, que permite detectar as cepas mais comuns de raiva da América Latina.

Identificação molecular do vírus rábico – sequenciamento genético

Na taxonomia viral, o uso de técnicas moleculares disponíveis na atualidade possibilita a identificação de variantes distintas do vírus da raiva distribuídas entre diferentes espécies animais.

Leishmaniose visceral canina

As técnicas de diagnóstico laboratorial devem ser referendadas pelo Ministério da Saúde (MS) por meio dos laboratórios de referência nacional, conforme Portaria GM/MS nº 2031, de 23 de setembro de 2004.

Diagnóstico sorológico

Atualmente, existem duas técnicas sorológicas recomendadas pelo Ministério da Saúde (MS) para avaliação da soroprevalência em inquéritos caninos amostrais ou censitários, em áreas endêmicas de leishmaniose visceral: o teste rápido de plataforma de duplo percurso (TR-DPP) e o ensaio imunoenzimático (ELISA).

O TR-DPP é recomendado para triagem e o ELISA, para confirmação dos cães sororreagentes ou indeterminados no TR-DPP.

Recomenda-se que o TR-DPP seja sempre executado pelos serviços de vigilância de zoonoses locais e, em caso de impossibilidade da realização da técnica de ELISA, encaminhar ao Laboratório Central (Lacen) Estadual ou ao Laboratório Municipal.

Diagnóstico parasitológico

Em relação ao exame parasitológico, quando este for necessário, deve ser realizado conforme recomendações específicas do MS para a vigilância e o controle da leishmaniose visceral.

Baseia-se na demonstração do parasito obtido de material biológico de punções hepáticas, linfonodos, esplênica, de medula óssea e biópsia ou escarificação de pele. É um método seguro de diagnóstico, uma vez que o resultado positivo é dado pela observação direta de formas amastigotas. A especificidade do método é de, aproximadamente, 100%; e a sensibilidade depende do grau de parasitemia, do tipo de material biológico coletado e do tempo de leitura da lâmina, estando em torno de 80% para cães sintomáticos e menor ainda para cães assintomáticos.

Criptococose

Exame direto com nanquin

Permite a observação das leveduras arredondadas com cápsula encontradas no gênero *Cryptococcus*.

Isolamento em meio de cultura

Permite o isolamento das formas leveduriformes em meio de cultura Ágar Sabouraud Dextrose acrescido de cloranfenicol, para evitar o crescimento bacteriano, e incubado a 37°C por cerca de dez dias. As leveduras poderão ser identificadas por testes fisiológicos e/ou nutricionais do fungo, como a uréase e a assimilação de açúcares.

Dermatofitoses

Isolamento em meio de cultura

Permite o isolamento do fungo filamentoso em meio Ágar Sabouraud Dextrose acrescido de cicloheximida, que inibe, parcial ou totalmente, o crescimento de fungos anemófilos, e incubado a 25°C por cerca de 30 dias. Após o crescimento, as estruturas de macro e microconídios produzidas pelo fungo permitem a diferenciação das espécies dos gêneros *Mycrosporium*, *Tricophyton* e *Epidermophyton* responsáveis pelas dermatofitoses.

Esporotricose

Isolamento em meio de cultura

Permite o isolamento do *Sporothrix* sp em meio de cultura Ágar Mycosel incubado a 25°C por cerca de 30 dias. A forma de bolor apresenta hifas hialinas finas e septadas com esporos dispostos em arranjo semelhante à flor margarida que permitem a identificação do fungo.

Histoplasmose

Isolamento em meio de cultura

Permite o isolamento desse fungo dimórfico semeando-se o material em Ágar Sabouraud Dextrose acrescido de cloranfenicol, incubado a 25°C, e em Agar BHI (Brain Heart Infusion) acrescido de

cloranfenicol, incubado a 37°C por cerca de 45 dias. O *Histoplasma capsulatum* poderá desenvolver-se na forma de levedura a 37°C e na forma de bolor a 25°C, onde os macroconídios tuberculados com paredes espessas permitem sua identificação.

Dirofilariose

Método direto a fresco

Método de triagem para pesquisa e diferenciação de microfilárias de *Dirofilaria immitis* e *Dipetalonema reconditum* no sangue total. As microfilárias são observadas a fresco e podem ser identificadas pelo seu movimento por entre as células sanguíneas.

Método de Knott (1939) (modificado)

Método para identificação de microfilárias de *Dirofilaria immitis* e *Dipetalonema reconditum* no sangue total, a partir da fixação pelo formol e da coloração pelo azul de metileno, que evidencia as estruturas internas das microfilárias, permitindo suas identificação e diferenciação.

Febre maculosa brasileira e outras riquetsioses

As técnicas de diagnóstico laboratorial devem ser referendadas pelo Ministério da Saúde (MS) por meio dos laboratórios de referência nacional, conforme Portaria GM/MS nº 2031, de 23 de setembro de 2004.

Imunofluorescência indireta

Essa técnica tem o objetivo de detectar a circulação da bactéria em animais sentinelas, em áreas com frequência humana e infestada por carrapatos de interesse médico. Para tanto, os locais selecionados deverão considerar a ocorrência ou o risco da doença. Para detecção de anticorpos antiriquetsias do Grupo da Febre Maculosa (GFM), utiliza-se a reação de Imunofluorescência Indireta, cuja sensibilidade e especificidade são altas. Consiste na reação de soros com células VERO infectadas com *Rickettsia* spp. e fixadas em lâminas de microscopia. A reação entre o antígeno fixado e o anticorpo presente nas amostras é visualizada após a adição de antigamaglobulina conjugada com isotiocianato de fluoresceína. É utilizado conjugado específico para cada espécie animal. A avaliação soroepidemiológica dos animais sentinelas será feita em áreas sabidamente de ocorrência de carrapatos de interesse médico, sendo que a espécie animal que será amostrada dependerá da espécie de carrapato que ocorre na região. Os animais que compuserem a amostra de trabalho deverão estar aparentemente saudáveis e ter acesso a áreas de matas nos arredores. Todos os animais devem estar residindo na área há, pelo menos, um ano.

Toxoplasmose

Imunofluorescência indireta

Detecção de anticorpos totais anti-*Toxoplasma gondii*. Consiste na reação de soros com parasitas formolizados, fixados em lâminas de microscopia. A reação entre o antígeno fixado e o anticorpo presente nas amostras é visualizada após a adição de antigamaglobulina conjugada com isotiocianato de fluoresceína. É utilizado conjugado específico para cada espécie animal.

Hemaglutinação indireta

Detectar anticorpos IgG e IgM anti-*Toxoplasma gondii* em amostras de soros de qualquer espécie animal. Na reação, amostras de soros contendo anticorpos específicos anti-*Toxoplasma gondii*, em contato com hemácias sensibilizadas com antígeno solúvel do protozoário, reagem, aglutinando-se. A sensibilidade e a especificidade são comparáveis à técnica de imunofluorescência indireta.

3.2 Laboratório de Identificação de Espécies/Entomologia

O laboratório de Identificação de Espécies/Entomologia tem como objetivo pesquisar, identificar e caracterizar a fauna local relevante para a saúde pública, como os animais peçonhentos e venenosos, além daqueles que podem transmitir doenças para a população humana, oferecendo subsídios para o estabelecimento e a implementação de programas de vigilância e controle, tanto de zoonoses, em áreas de transmissão e áreas livres, mas potencialmente sujeitas à emergência ou à re-emergência dessa fauna, como de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos.

Conhecendo-se as espécies e o comportamento dos vetores, dos reservatórios, dos hospedeiros e dos amplificadores sinantrópicos e/ou silvestres, pode-se avaliar precocemente o potencial de risco de ocorrência de doenças transmitidas por esses animais, permitindo agir com antecedência e oportunamente para evitar, quando possível, ou minimizar a ocorrência de zoonoses ou epizootias.

Da mesma forma, os animais peçonhentos e venenosos devem ser precocemente identificados para que a área de vigilância de zoonoses proceda oportunamente às ações de prevenção e controle dos acidentes.

Os animais podem ser identificados na UVZ ou em outro laboratório da rede do SUS, de acordo com a estruturação laboratorial já instalada no município, na regional de saúde ou no Estado; entretanto, em caso de impossibilidade, o exemplar poderá ser encaminhado para uma instituição parceira ou de referência, se possível.

3.2.1 Coleta, acondicionamento, conservação, armazenamento e transporte de espécimes de relevância para a saúde pública

Culicídeos (mosquitos, pernilongos e muriçocas)

Os culicídeos são insetos pertencentes à ordem Diptera, subordem Nematocera, família Culicidae, conhecidos, também, como mosquitos, pernilongos, muriçocas ou carapanãs. Atualmente, reconhece-se a existência de cerca de 3.600 espécies de mosquitos. Os culicídeos recebem atenção especial devido a seu hábito hematófago, por meio do qual se tornam importantes vetores de doenças (dengue, febre amarela, malária, filaríoses, encefalites, entre outras arboviroses).

A identificação dos culicídeos é fundamental para a manutenção dos programas de controle das populações de mosquitos, desempenhando, também, papel de sentinela para a introdução de espécies de relevância para a saúde pública ainda não existentes no município.

Devido à grande diversidade de espécies e *habitats*, os métodos de coleta desses insetos, tanto na forma alada quanto na forma imatura, têm uma variedade muito grande. Sugere-se que, quando for necessária a coleta, utilizem-se técnicas específicas, conforme orientadas nos manuais dos programas de controle.

Animais peçonhentos e venenosos

O Brasil, devido a sua alta diversidade de biomas, é um dos países com grande variedade de animais peçonhentos e venenosos. Os animais peçonhentos brasileiros de interesse médico, isto é, com relevância para a saúde pública devido ao potencial de gravidade dos acidentes causados, são algumas espécies de serpentes, escorpiões, aranhas, lagartas e abelhas.

São registrados, por ano, cerca de 160 mil acidentes por animais peçonhentos no Brasil, fato que justifica a necessidade de se intensificar os trabalhos de vigilância em seus vários eixos de atuação, em especial, quanto à identificação e à distribuição geográfica de espécies de animais peçonhentos e venenosos.

Para os trabalhos de busca ativa, coleta, acondicionamento, transporte, guarda, estruturação de coleções didáticas de animais peçonhentos, seguem recomendações mínimas:

Trabalho com serpentes

Acidentes com serpentes, em sua grande maioria, acontecem na região do corpo entre os joelhos e os pés, seguida pelas mãos e pelos braços. Portanto, todo o trabalho, independentemente do tipo de atividade (coleta, transporte etc), deve ser realizado com o uso de EPI e outros materiais indispensáveis.

a) Materiais mínimos necessários para atividades de campo (coleta)

- EPI: botas e/ou perneiras de couro que protejam, no mínimo, até a região dos joelhos; calça comprida; luvas de raspa de couro; chapéu ou boné; repelente.
- Gancho e/ou pinção: manipulação e/ou contenção das serpentes.
- Sacos de pano: acondicionamento dos espécimes.
- Sacos de plástico: para guarda e transporte de serpentes mortas.
- Caixa de madeira: transporte dos espécimes.
- Etiquetas para identificação: 3 cm x 6 cm, em papel vegetal.
- Caderno de anotações de campo.
- Lápis nº 2: para escrita nas etiquetas (a escrita a lápis é resistente ao álcool e à água);
- Algodão, gaze, álcool 70%, formol 10%, seringa de 20 ml e agulha de 30 mm x 0,70 mm: para aproveitamento de serpentes mortas.
- Câmera fotográfica.

b) Materiais mínimos necessários para atividades de laboratório (identificação)

- EPI: botas e/ou perneiras de couro que protejam, no mínimo, até a região dos joelhos; calça comprida; luvas de raspa de couro; jaleco; óculos de proteção.
- Gancho e/ou pinção: para manipulação e/ou contenção das serpentes.
- Estereomicroscópio (lupa de mesa).
- Etiquetas para identificação: 3 cm x 6 cm, em papel vegetal.
- Caderno de anotações de laboratório.
- Lápis nº 2: para escrita nas etiquetas (a escrita a lápis é resistente ao álcool e à água).
- Câmera fotográfica.
- Bibliografia para identificação de serpentes.

c) Materiais mínimos necessários para atividades de laboratório (guarda)

- EPI: botas e/ou perneiras de couro que protejam, no mínimo, até a região dos joelhos; calça comprida; luvas de raspa de couro; jaleco; óculos de proteção.
- Gancho e/ou pinção: manipulação e/ou contenção das serpentes.
- Caixas em plástico, tipo arquivo, de diferentes tamanhos (com tampa contendo presilhas de segurança): viveiro/terrário para armazenamento dos animais.
- Diferentes tipos de substrato, levando-se em conta os hábitos de cada espécime.
- Potes para água (bebedouro).
- Dependendo da região do País, sala com aquecedor.
- Termo-higrômetro: acompanhamento da temperatura e da umidade.
- Etiquetas para identificação.
- Lápis nº 2: para escrita nas etiquetas (a escrita a lápis é resistente ao álcool e à água).
- Caderno de anotações de laboratório.

d) Materiais mínimos necessários para atividades de laboratório (coleção)

- EPI: jaleco, óculos de proteção, luvas descartáveis.
- Drogas para eutanásia³.
- Potes de vidro com tampa plástica, de diferentes tamanhos: armazenamento dos espécimes.
- Etiquetas para identificação: 3 cm x 6 cm, em papel vegetal.
- Lápis nº 2: para escrita nas etiquetas (a escrita a lápis é resistente ao álcool e à água).
- Estantes: acondicionamento dos potes de vidro.
- Formol 10%: fixação dos animais mortos.
- Álcool 70%: conservação dos animais mortos.
- Seringas de 10 ml e 20 ml, e agulhas de diferentes calibres (30 mm x 0,70 mm e 40 mm x 1,20 mm).

Trabalho com aracnídeos (escorpiões e aranhas)

Acidentes com escorpiões e aranhas podem apresentar diferenças importantes quanto à região anatômica da picada. Escorpiões e aranhas-armadeiras (gênero *Phoneutria*), em sua grande maioria, ocasionam acidentes nas regiões das mãos e dos pés; diferentemente das aranhas marrons (gênero *Loxosceles*) e das viúvas-negras (gênero *Latrodectus*), as quais causam acidentes, em geral, quando são comprimidas contra o corpo. Portanto, todo o trabalho, independentemente do tipo de atividade (coleta, transporte etc), deve ser realizado com o uso de EPI e outros materiais indispensáveis.

a) Materiais mínimos necessários para atividades de campo (coleta)

- EPI: botas e/ou perneiras de couro que protejam, no mínimo, até a região dos joelhos (caso a coleta seja em área com presença de serpentes); calça comprida; luvas de vaqueta ou raspa de couro (para coleta de escorpiões e aranhas do gênero *Phoneutria* – “aranha-armadeira”); luvas de látex (para coleta de aranhas do gênero *Loxosceles* – “aranha marrom”); chapéu ou boné; repelente. Para aranhas do gênero *Latrodectus* (viúva-negra), não está comprovado que a luva de látex protege o operador de uma picada. Portanto, a coleta *deve ser* realizada com utilização de pinça anatômica ou diretamente em potes.

³ Caso seja necessário realizar eutanásia de alguma serpente, deve-se atentar para a legislação vigente quanto aos procedimentos e às drogas utilizadas, além da utilização de EPIs necessários para manipulação destes.

- Gancho ou pinção (serpente) para manejo, caso seja necessário, de alguma serpente que seja encontrada na área de coleta (o manejo do animal deve ser realizado apenas se este estiver submetendo a equipe de trabalho ou a população a risco e/ou esteja impedindo o trabalho).
- Pinça anatômica, ponta romba, de 30 cm: para coleta de escorpiões e aranhas do gênero *Phoneutria*
 - – “aranha-armadeira”.
- Lanterna (de mão ou de cabeça) de luz branca.
- Lanterna (de mão ou de cabeça) de luz ultravioleta: para coleta noturna⁴, e/ou em galerias, de escorpiões.
- Potes para coleta e transporte:
 - » Potes de plástico transparente, com tampa de rosca, são os mais recomendados, pois permitem a visualização do animal dentro do frasco e o risco de quebra durante o manuseio e o transporte é menor.
 - » Devem ter tamanho suficiente para acondicionamento dos animais, sem submeter a risco o técnico responsável pela coleta.
 - » A tampa deve ter furos de tamanhos que propiciem a entrada de ar e, ao mesmo tempo, impossibilitem a fuga dos animais.
 - » Recomendam-se potes com 6 cm de diâmetro na abertura e 10 cm a 12 cm de profundidade para *Phoneutria* e escorpiões. Para coleta de aranhas dos gêneros *Loxosceles* (“aranha marrom”) e *Latrodectus* (“viúva-negra”), podem ser utilizados potes transparentes, com tampa de rosca, do tipo “coletor universal”.
- Algodão: fonte de água para escorpiões e aranhas dos gêneros *Phoneutria* – “aranha-armadeira” e *Latrodectus* (viúva-negra).
- Caixas de plástico com superfície interna lisa e tampa contendo presilhas de seguranças para armazenamento de escorpiões do gênero *Tityus*. Sugestão de medidas para campo: 22 cm de comprimento, 15 cm de largura e 12 cm de profundidade. Essas caixas são utilizadas para o agrupamento dos escorpiões coletados durante o dia de trabalho, levando-se em consideração a possibilidade de agrupamento dos animais conforme metodologia de coleta (vide *Manual de Controle de Escorpiões*, Ministério da Saúde, 2009 – Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_controle_escorpiones.pdf).
- Etiquetas para identificação.
- Lápis nº 2: para escrita nas etiquetas (a escrita a lápis é resistente ao álcool e à água).
- Caderno de anotações de campo.
- Câmera fotográfica.

Observações:

- Escorpiões coletados podem ser acondicionados em frascos coletivos com, no máximo, oito animais. Nas caixas descritas anteriormente para o campo, pode-se acondicionar cerca de 30 a 40 animais para, ao chegar ao laboratório, serem acondicionados em grandes viveiros/terrários coletivos. Deve-se colocar um pedaço de algodão embebido em água no pote (sem encharcar) e proteger os animais da exposição direta ao sol ou ao calor excessivo.

⁴ A coleta noturna, e/ou em galerias, de escorpiões deve ser realizada apenas quando esta se justificar devido às características do local e às estratégias do trabalho. Deve-se atentar para o aumento do risco de acidentes por serpentes no período noturno, tomando-se as devidas medidas preventivas.

- Aranhas devem ser mantidas em potes individuais, protegidos da exposição direta ao sol ou ao calor excessivo.
- Para aranhas do gênero *Loxosceles* – “aranha marrom”, não há necessidade do uso do algodão embebido em água.
- Para o transporte de aranhas e escorpiões, sugere-se que os potes sejam colocados dentro de caixas de isopor com unidades de gelo reutilizável ou panos umedecidos. Cuidado ao manusear ou ao transportar as caixas com *Loxosceles* – “aranha marrom” e *Latrodectus* – “viúva-negra”, pois são aranhas frágeis e podem morrer se um pote cair ou ficar chacoalhando.

b) Materiais mínimos necessários para atividades de laboratório (identificação)

- EPI: sapato fechado; jaleco (sempre fechado) com manga de punho ou manga fechada com fita adesiva; luvas de vaqueta ou raspa de couro (para apreensão de escorpiões e aranhas do gênero *Phoneutria* – “aranha-armadeira”, caso haja necessidade de manobra com maior risco); luvas de látex (para manipulação de aranhas dos gêneros *Loxosceles* – “aranha marrom”).
- Para aranhas do gênero *Latrodectus* (viúva-negra), não está comprovado que a luva de látex protege o operador de uma picada. Portanto, a manipulação desses animais vivos deve ser realizada com utilização de pinça anatômica, ponta romba (10 cm a 15 cm).
- Pinça anatômica, ponta romba, de 30 cm: manipulação de escorpiões e aranhas do gênero *Phoneutria* – “aranha-armadeira” vivos.
- Pinça anatômica, ponta romba, de 10 cm a 15 cm: manipulação de escorpiões e aranhas mortos.
- Estereomicroscópio (lupa de mesa).
- Placas de Petri.
- Álcool 70%: para imersão dos animais na placa de petri (facilita a visualização de algumas estruturas).
- Estiletes: próprios para apontamentos em lupas.
- Tesouras cirúrgicas de ponta fina: para retirada de espermatóforo.
- Etiquetas para identificação.
- Lápis nº 2: para escrita nas etiquetas (a escrita a lápis é resistente ao álcool e à água).
- Caderno de anotações de laboratório.
- Câmera fotográfica.
- Bibliografia para identificação de escorpiões e aranhas.

c) Materiais mínimos necessários para atividades de laboratório (guarda)

- EPI: sapato fechado; jaleco (sempre fechado) com manga de punho ou manga fechada com fita adesiva; luvas de vaqueta ou raspa de couro (para apreensão de escorpiões e aranhas do gênero *Phoneutria* – “aranha-armadeira”, caso haja necessidade de manobra com maior risco); luvas de látex (para manipulação de aranhas dos gêneros *Loxosceles* – “aranha marrom”).
- Pinça anatômica, ponta romba, de 30 cm: manipulação de escorpiões e aranhas do gênero *Phoneutria* – “aranha-armadeira” vivos.
- Pinça anatômica, ponta romba, de 10 cm a 15 cm: manipulação de aranhas do gênero *Latrodectus*
- – “viúva-negra” vivas.

• Guarda de escorpiões

- ▷ Etiquetas e ficha de controle dos viveiros/terrários coletivos no laboratório, contendo as seguintes informações: data, origem dos animais, número de entrada dos animais, número de mortos retirados, total de animais e técnico responsável pela manutenção.
- ▷ Caixas em plástico, tipo arquivo, de 70 litros ou mais, com superfície interna lisa e tampa contendo presilhas de segurança: viveiros/terrários coletivos para armazenamento dos animais.
- ▷ Substrato para forrar o fundo dos viveiros/terrários e evitar que os animais fiquem escorregando. Exemplo: papel *craft*.
- ▷ Fita adesiva (ou fita crepe): para fixar o substrato (exemplo: papel *craft*) no fundo da caixa, evitando que os animais entrem embaixo dele.
- ▷ Bandejas de ovos e placas de papelão: devem ser colocadas intercaladas no interior dos viveiros/terrários, formando abrigos, os quais otimizam o espaço interno do viveiro, evitam choques entre animais durante o transporte e previnem o canibalismo.
- ▷ Pote plástico (ou placas de Petri) recoberto com algodão: o algodão deve ser mantido úmido e trocado semanalmente.
- ▷ O acondicionamento para transporte dos animais vivos deve seguir as recomendações da versão atual do *Manual de Controle de Escorpiões*, Ministério da Saúde, 2009 – Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_controle_escorpiones.pdf>.

• Guarda de aranhas

- ▷ Os animais devem ser acondicionados em viveiros/terrários individuais:
 - » *Phoneutria* (“aranha-armadeira”): podem ser mantidas nos mesmos potes utilizados na coleta (6 cm de diâmetro na abertura e 10 cm a 12 cm de profundidade, transparentes, com tampa de rosca), ou então devem ser utilizadas caixas de plástico transparente, tipo arquivo, com presilhas de segurança.
 - » *Loxosceles* (“aranha marrom”) e *Latrodectus* (“viúva-negra”): podem ser mantidas nos mesmos potes individuais utilizados na coleta (potes transparentes, com tampa de rosca, do tipo “coletor universal”).
- ▷ Etiquetas e fichas de controle dos viveiros/terrários.
- ▷ Lápis nº 2: para escrita nas etiquetas (a escrita a lápis é resistente ao álcool e à água).
- ▷ Algodão, para os viveiros de *Phoneutria* – “aranha-armadeira” e *Latrodectus* – “viúva-negra”: deve ser mantido úmido e trocado semanalmente. *Loxosceles* – “aranha marrom”: não colocar algodão nos viveiros. O viveiro pode receber “borrifadas de água” semanalmente.
- ▷ Para o transporte, deve-se tomar cuidado com os recipientes de vidro e todas as aranhas devem ser protegidas do sol e do calor excessivo.

d) Materiais mínimos necessários para atividades de laboratório (coleção)

- EPI: sapato fechado; jaleco; óculos de proteção; luvas descartáveis.
- Tubos de vidro: para acondicionamento dos animais identificados.
- Álcool 70%: conservação dos animais mortos.
- Etiquetas para identificação.
- Lápis nº 2: para escrita nas etiquetas (a escrita a lápis é resistente ao álcool e à água).
- Algodão: para fechar os tubos de vidro.

- Frascos do tipo “baleiros de plástico ou vidro”: para guardar os tubos de vidro.
- Estantes ou armários de aço: acondicionamento dos frascos do tipo “baleiros de plástico ou vidro”.

Trabalho com outros animais peçonhentos ou venenosos

Vários são os animais peçonhentos e venenosos, assim como as situações de risco para acidentes por esses animais. Portanto, as atividades desenvolvidas pela área de vigilância de zoonoses quanto ao controle e ao manejo desses animais devem sempre levar em consideração o tipo de animal e seu respectivo comportamento, a fim de se traçar formas de trabalho com o menor potencial de risco para os técnicos e a população.

As estratégias de trabalho e os EPIs devem ser planejados de acordo com o risco existente, sendo que os profissionais da área de vigilância de zoonoses devem estar devidamente equipados para as diferentes atividades a serem desenvolvidas.

IMPORTANTE

1. O destino dos animais mortos, oriundos das atividades citadas anteriormente, deve seguir as regras de descarte de resíduos biológicos descritas no tópico de “Gerenciamento de resíduos”.
2. Os animais recolhidos, mortos ou vivos, para os quais se desconhece sua importância epidemiológica para a saúde pública, ficarão sob guarda pelo tempo necessário para a sua identificação. Após essa identificação, devem ser transferidos para órgãos de Meio Ambiente ou locais/ órgãos licenciados para o recebimento destes (vivos), considerando a legislação vigente, ou armazenados em coleções científicas ou para pesquisa ou atividades de educação em saúde (mortos).

Pesquisa malacológica

Consiste na pesquisa direta em criadouros, visando ao levantamento e à coleta de moluscos do gênero *Biomphalaria* e outros transmissores de zoonoses relevantes para a saúde pública.

Para realizar a coleta de espécimes, deve-se fazer o uso de pinças e conchas específicas para coleta de moluscos. Os exemplares coletados devem ser acondicionados em frascos específicos com água da própria coleção hídrica, devidamente identificados, podendo ser também acondicionados para o transporte, envoltos em gaze, algodão e tecido umedecidos em água.

Observação: consultar manual de *Vigilância e Controle de Moluscos de Importância Epidemiológica*, Ministério da Saúde, 2008 – Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigilancia_controle_moluscos_import_epidemio_2ed.pdf>

Pesquisa de triatomíneos

Consiste na pesquisa direta nas unidades domiciliares, visando ao encontro dos triatomíneos. Para realizar a coleta dos espécimes no intradomicílio, devem-se investigar, exaustivamente, todos os cômodos da residência, de forma a averiguar a presença de triatomíneos em qualquer espaço que sirva de esconderijo, por exemplo: atrás de quadros, móveis de uma maneira geral, em estrados de cama etc. Para realizar a coleta no peridomicílio, devem ser investigados, exaustivamente, todos os anexos, incluindo os utilizados como depósito, bem como os locais de criação de animais (aves, suínos, bovinos, equinos etc.).

Para tanto, deve-se fazer o uso de pinças, lanternas, potes coletores e desalojante (quando recomendado). Os exemplares de ninfas e adultos coletados devem ser acondicionados em potes devidamente identificados.

No tocante à realização do exame de infecção natural dos triatomíneos (parasitológico), quando não for possível realizar esse exame nos laboratórios locais, os espécimes devem ser enviados ainda vivos ao laboratório regional/estadual. Por mais que o laboratório local disponha de capacidade operacional para realizar os exames de infecção natural dos triatomíneos, devem ser encaminhadas 100% das lâminas consideradas positivas e uma amostra de 10% das lâminas negativas ao laboratório regional/estadual para o controle de qualidade. As lâminas devem ser enviadas ao laboratório regional/estadual em caixas apropriadas para acondicionamento de lâminas.

Pesquisa de flebotomíneos

Consiste na aplicação de técnicas de coleta de flebotomíneos, visando à realização de atividades entomológicas que compreendem a investigação, o levantamento e/ou o monitoramento entomológico. Cada uma das atividades tem objetivos específicos constantes no *Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral*, do Ministério da Saúde.

Quanto aos materiais utilizados na coleta de flebotomíneos, existem diferentes tipos e metodologias, cada um de acordo com particularidades de comportamento existentes para cada espécie. Dentre as armadilhas utilizadas, enfatizamos o uso de armadilhas luminosas do tipo CDC, barraca de Shannon, capturador de sucção oral ou aspirador elétrico.

Dentre estas, a armadilha luminosa do tipo CDC é amplamente utilizada pelos especialistas para a coleta de pequenos insetos e constitui-se suporte bastante útil para a coleta de flebotomíneos não encontrados com o uso de outras metodologias. É utilizada, principalmente, para capturas realizadas no intra, peri e extradomicílio (regiões de mata).

Uma vez coletados, devem-se realizar a triagem e o acondicionamento dos exemplares coletados e a identificação do recipiente coletor/de acondicionamento.

Pesquisa acarológica

A coleta de potenciais vetores em uma determinada área, visando à investigação e à vigilância de ambiente da febre maculosa brasileira e outras riquetsioses, pode ser feita com a aplicação de diversas técnicas. Esses carrapatos coletados deverão ser encaminhados ao laboratório para identificação e pesquisa para a presença de riquetsias pela Reação em Cadeia pela Polimerase (PCR). Os potenciais vetores podem ser coletados tanto na fase parasitária (na pele de seus hospedeiros) como na fase de vida livre (ambiente). No ambiente, podem ser coletados diretamente na vegetação, no peridomicílio ou no domicílio. Todos os animais amostrados para a coleta de vetores devem ser, quando possível, utilizados para a coleta de sangue.

Os vetores no ambiente poderão ser coletados pela técnica de arrasto, que consiste na utilização de uma flanela de cor clara, preferencialmente branca, com dimensões de 1,5 m de comprimento por 0,90 m de largura, com duas hastas de madeira presas a cada extremidade, puxada por cordões e com peso na extremidade posterior. Percorre-se toda extensão da área, andando lentamente. A coleta de espécimes na flanela deve ser feita imediatamente após o arrasto, colocando-os diretamente no frasco com isopropanol (álcool isopropílico) para encaminhamento ao laboratório. Deve ser dada muita atenção ao período com maior número de larvas, quando um número muito grande de espécimes pode ser coletado. Durante a coleta na flanela, todos os espécimes que subirem no coletor

deverão ser rapidamente capturados com pinça e colocados nos frascos para encaminhamento. Caso exista um número muito grande de espécimes subindo no coletor ou se afastando da flanela, poderemos utilizar uma fita adesiva para capturá-los. Essa fita deverá ser colocada em um frasco seco, identificado, e também encaminhada.

Outra técnica recomendada é a de armadilha de CO₂ (dióxido de carbono) para carrapatos. Essa técnica é recomendada para áreas onde não temos facilidade de utilização do arrasto, como matas, ou de coleta direta, como porão ou sótão. Consiste em colocarmos cerca de 500 g de gelo seco (dióxido de carbono), protegido com uma cuba de isopor, no centro de uma flanela branca (1 m²) esticada e fixada sobre o solo. A eficiência da armadilha está limitada à concentração de dióxido de carbono, podendo ser utilizada por um período que varia entre uma e duas horas. Essa técnica é prática e versátil, podendo ser utilizada em diferentes ambientes, inclusive em intradomicílio. O procedimento de retirada de espécimes da flanela, na técnica de armadilha com CO₂, é semelhante àquele para o arrasto.

Observação: os espécimes de carrapatos são submetidos à inativação biológica e à extração de DNA genômico, à amplificação de fragmentos específicos desse DNA por meio da Reação em Cadeia pela Polimerase (PCR), à análise dos produtos da PCR por eletroforese em gel de agarose, à clonagem e ao sequenciamento do DNA genômico. Para isso, utilizam-se *primers* gênero-específicos, para detecção de *Rickettsia spp.*, e *primers* grupo-específicos, para detecção de riquetsias do GFM.

Pulgas

A captura de pulgas tem como finalidade identificar as diferentes espécies em determinada localidade, levantar os índices e obter espécimes para avaliação da sua sensibilidade aos inseticidas. Obtêm-se melhores resultados quando são catadas de animais capturados vivos. A despulização deve ser feita no local da captura, o que permite a obtenção de índices mais precisos. As pulgas tendem a abandonar o animal assim que ele começa a ser manipulado, o que exige cuidados especiais.

Coleta de pulgas em roedores (despulização)

A despulização é realizada em animais anestesiados ou firmemente contidos, o que reduz o risco de transmissão de patógenos por mordeduras ou arranhões.

Os animais são contidos por pinça sobre uma cuba com água saponosa e o pelo é penteado no sentido cauda-cabeça com pente fino ou escova, deslocando os ectoparasitos que caem na cuba e ficam imobilizados na água.

As pulgas são separadas por espécie de hospedeiro e local de captura, em tubos de tampa rosqueada, devidamente etiquetados, contendo 2 ml a 3 ml de salina a 2% e remetidas ao laboratório para identificação e pesquisas.

Captura de pulgas nas casas

São distribuídas duas cubas por casa. As cubas com água saponosa são colocadas no piso das habitações no final da tarde e recolhidas na manhã seguinte. A luz de vela pode ser usada para melhorar as condições de captura de pulgas que tenham fototropismo positivo. Nesse caso, a verificação deverá ser feita uma a duas horas após. As pulgas são retiradas da água por meio de pincel ou pinça entomológica e colocadas em tubos de tampa rosqueada contendo solução salina a 2%, devidamente etiquetados, que são encaminhados ao laboratório para identificação e análise bacteriológica.

Outros métodos de obtenção de pulgas livres nas casas

- Sacudir as roupas de cama e vestimentas sobre um lençol branco estendido. As pulgas são facilmente capturadas com o auxílio de um frasco de boca larga emborcado sobre elas. Os insetos passam para o fundo do frasco e são retirados com um pincel molhado.
- Varrer a casa, recolher o pó e, no laboratório, passar em peneira fina. Os resíduos mais grosseiros onde as pulgas ficam aderidas são retidos. Alternativamente, pode-se despejar o pó em cuba com água e retirá-las da superfície da água com um pincel molhado.

Coleta de pulgas nas tocas

As pulgas das tocas são capturadas pela introdução de um tubo de borracha flexível recoberto com flanela. O tubo é retirado lentamente, os parasitos aderem ao tecido, sendo capturados com pinça ou pincel molhado e colocados em tubos. O encontro de ixodídeos (carrapatos) e de malófagos (piolhos) parasitando os roedores é frequente.

Análises nas pulgas

A identificação das pulgas deve ser realizada diretamente em lâmina com salina ou álcool a 70%. O método dispensa a montagem permanente com bálsamo do Canadá, que destrói os bacilos e impossibilita o isolamento da *Y. pestis*. Alguns espécimes devem ser conservados em álcool a 70% ou montados pelas técnicas convencionais de montagem para referência em estudos taxonômicos.

Índices

O índice global (pulga/roedor) é a média aritmética do total de pulgas capturadas pelo número de roedores espulgados. É de grande valor na avaliação da eficiência das medidas profiláticas empregadas. O índice específico (pulga de determinada espécie/roedor hospedeiro) é a média aritmética do número de pulgas da espécie “x” pelo número de roedores hospedeiros, sendo o mais importante deles o número de pulgas do gênero *Xenopsylla*.

Dois índices de pulgas verificados empiricamente na rotina de captura são valiosos nos focos brasileiros:

- Pulga/roedor sinantrópico comensal ou *Xenopsylla cheopis/Rattus rattus*.
- Pulga silvestre/roedor silvestre ou *Polygenis/roedor silvestre*.

Morcegos

Consiste na pesquisa passiva de morcegos, visando ao levantamento de espécies urbanas transmissoras de raiva ou outras zoonoses relevantes para a saúde pública.

A captura, a coleta e o manejo de morcegos devem ser precedidos de autorização de órgãos ambientais e só podem ser executados por profissionais habilitados e cadastrados no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade. A realização de estudos e procedimentos de campo com mamíferos – em especial, com morcegos – requer prévio planejamento das atividades a serem desenvolvidas. Alguns aspectos de planejamento que são fundamentais para os trabalhos:

1. Os materiais comumente utilizados na captura de morcegos são as redes de neblina, dispostas próximas de abrigos (casas, ocos de árvores, cavernas), ou em meio a trilhas na mata. Eventualmente, a captura dos morcegos pode ser realizada manualmente com auxílio de puçás, luvas de raspa de couro e com pinças, conforme a situação.

2. O uso de EPI é obrigatório no trabalho com animais silvestres. São necessários luvas de raspa de couro, luvas de borracha, protetor facial ou óculos de proteção, máscara PFF3, macacão ou avental apropriado. Outros materiais de primeiros socorros também são úteis para emergências (álcool iodado, gases, esparadrapo, repelente para insetos, protetor solar, solução fisiológica, entre outros).
3. É extremamente recomendável que toda equipe realize as seguintes vacinas: antitetânica, hepatite B, febre amarela e, sobretudo, antirrábica. É essencial que, após o recebimento da vacina contra raiva, seja realizado o teste de titulação de anticorpos.

Observação: as técnicas de diagnóstico e de identificação de espécies devem estar de acordo com referências e normativas vigentes.

3.3 Biotério

Abastece os laboratórios de diagnósticos com camundongos, coelhos ou outros animais necessários para realização de provas biológicas, com finalidades diagnósticas, e para produção de meios de cultura.

3.4 Infectório

No infectório, são mantidos os animais de laboratório destinados às provas biológicas e para produção de antígenos.

3.5 Biossegurança e saúde do trabalhador

Consultar *Manual de Biossegurança em Laboratórios Biomédicos e de Microbiologia* – Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde, 2006 – Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/biosseguranca_laboratorios_biomedicos_microbiologia.pdf>.

4 CONTROLE DE POPULAÇÕES DE ANIMAIS DE RELEVÂNCIA PARA A SAÚDE PÚBLICA

O controle da população de animais, quando de relevância para a saúde pública, que não possua manual/diretrizes técnicas específicas ou normatização do Ministério da Saúde, deve ser realizado em situações excepcionais, em áreas de risco iminente de transmissão de uma zoonose por tempo determinado, com objetivos, metas e metodologias bem definidos.

As ações de controle da população de animais de relevância para a saúde pública devem estar consoantes com as medidas de controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos preconizadas pelo Ministério da Saúde e por legislação vigente. Devem ser executadas mediante indicações técnicas que apresentem metodologias criteriosamente adequadas quanto à eficácia, à eficiência e à efetividade, resultando no controle da propagação de uma zoonose prevalente ou incidente, bem como de animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, na área determinada (área-alvo).

Para algumas populações de animais, o controle, além de ter em vista sua diminuição, contenção ou restrição, também pode (considerando a normatização vigente, a pertinência técnica e o bloqueio

do risco iminente de transmissão da doença para a população humana) visar ao seu equilíbrio ecossanitário, caracterizado, para essa finalidade, por controle sanitário da população animal alvo.

Como o controle de populações de animais pode implicar risco de desequilíbrio ambiental, principalmente em ambientes com características silvestres dentro de área urbana ou periurbana, o órgão de governo da Saúde deve solicitar ao órgão de governo de Meio Ambiente a avaliação desse risco.

Constatado o risco de desequilíbrio ambiental, sendo esta uma situação que envolve atribuições do setor de Meio Ambiente, o setor Saúde deve realizar a devida interlocução com o referido setor para proceder às medidas conjuntas, considerando o risco sanitário e o risco de desequilíbrio ambiental. Diante desse contexto, o setor Saúde deve atuar somente sobre o risco sanitário envolvendo a população animal alvo, ficando seu controle para o setor competente.

Considerando-se os tipos de animais que coabitam no meio urbano ou periurbano e que podem ser de relevância para a saúde pública, o controle da população de animais será dividido em quatro grupos, sendo eles:

1. Animais domésticos e domesticados: as ações, as atividades e as estratégias de controle da população de animais domésticos e domesticados devem respeitar todas as condições a seguir:

- São executadas de forma temporária, em situações excepcionais, em área determinada (área-alvo), a fim de reduzir ou eliminar a doença, apresentando como resultado o controle da propagação de alguma zoonose de relevância para a saúde pública prevalente ou incidente na área-alvo.
- Quando realizadas sem foco na promoção e na proteção da saúde humana, não se configura em ação ou serviço público de saúde, pois nem todo animal doméstico é de relevância para a saúde pública, já que faz parte da fauna antrópica existente. Assim, exceto para regiões com zoonoses de alto potencial de disseminação em áreas endêmicas e/ou epidêmicas específicas, esses animais serão a minoria na população local de animais domiciliados e irrestritos. Sua determinação deverá considerar a correlação entre a intervenção no(s) animal(is) e sua representatividade no controle de uma determinada doença transmitida para a população humana.
- Podem ser realizadas como medida de controle de zoonoses apenas em área endêmica e/ou epidêmica, ou seja, apenas em área de reconhecida transmissão para determinada zoonose de relevância para a saúde pública. Assim, é infundado realizar medidas específicas de controle de população de animais unicamente visando à prevenção de zoonoses.
- Devem ser realizadas de forma coordenada, com objetivos, metas e metodologia adequadamente bem definidos, visando manter a população animal alvo sob controle por meio de sua diminuição, contenção e restrição, buscando o equilíbrio ecossanitário e propiciando a eliminação (quando possível) ou a redução efetiva da transmissão (ou do risco iminente da transmissão) de zoonoses para os seres humanos.

Observação: as ações e os serviços públicos de saúde voltados para **vigilância e prevenção** de zoonoses de relevância para a saúde pública, causadas por animais domésticos e domesticados, são executados de **forma permanente**, a fim de subsidiar os programas de controle existentes, bem como de identificar oportunamente o risco iminente de transmissão dessas doenças à população humana.

2. Animais peçonhentos e venenosos: as ações, as atividades e as estratégias de controle da população de animais peçonhentos e venenosos devem respeitar todas as condições a seguir:

- São executadas de forma temporária ou permanente, em área determinada (área-alvo), a fim de reduzir ou eliminar o risco de acidentes causados por esses animais, ou a própria população desses animais.
- Quando realizadas sem foco na promoção e na proteção da saúde humana, não se configuram em ação ou serviço de saúde.
- Podem ser realizadas tanto como medida de controle como de prevenção de acidentes causados aos seres humanos, haja vista, e considerando o contexto epidemiológico e a relevância para a saúde pública, todo animal peçonhento ou venenoso ser, potencialmente, causador de acidente.
- Devem ser realizadas de forma coordenada, visando manter a população-alvo sob determinadas restrições para sua diminuição, sua contenção e/ou seu equilíbrio, propiciando a eliminação (quando possível) ou a redução efetiva dos acidentes (ou do risco de acidente) causados por esses animais para os seres humanos.

Observação: as ações e os serviços públicos de saúde voltados para **vigilância e prevenção** de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos de relevância para a saúde pública são executados de **forma permanente**, a fim de subsidiar os programas de controle existentes, bem como de identificar oportunamente o risco iminente de ocorrência desses acidentes.

3. Roedores sinantrópicos e vetores: as ações, as atividades e as estratégias de controle da população de roedores sinantrópicos e vetores biológicos devem respeitar todas as condições a seguir:

- São executadas de forma temporária ou permanente, em área determinada (área-alvo), a fim de reduzir ou eliminar o risco iminente de transmissão de doenças (ou a própria doença).
- Podem ser realizadas tanto como medida de controle como de prevenção de doenças aos seres humanos, haja vista, e considerando o contexto epidemiológico, a maior parte da população de roedor sinantrópico e vetores serem, potencialmente, fonte de infecção de doenças.
- Devem ser realizadas de forma coordenada, visando manter a população-alvo sob determinadas restrições para sua diminuição, sua contenção e/ou seu equilíbrio, propiciando a eliminação (quando possível) ou a redução efetiva da transmissão (ou do risco iminente da transmissão) de doenças para os seres humanos.

Observação: as ações e os serviços públicos de saúde voltados para **vigilância e prevenção** de zoonoses de relevância para a saúde pública causadas por roedores sinantrópicos e vetores são executados de **forma permanente**, a fim de subsidiar os programas de controle existentes, bem como de identificar oportunamente o risco iminente de transmissão dessas doenças à população humana.

4. Outros animais sinantrópicos: as ações, as atividades e as estratégias de controle da população de outros animais sinantrópicos devem respeitar todas as condições a seguir:

- São executadas de forma temporária, em situações excepcionais, em área determinada (área-alvo), a fim de reduzir ou eliminar a doença, apresentando como resultado o controle da propagação de alguma zoonose de relevância para a saúde pública prevalente ou incidente na área-alvo.
- Quando realizadas sem foco na promoção e na proteção da saúde humana, não se configura em ação ou serviço público de saúde, pois nem todo animal sinantrópico é de relevância para a saúde pública. Sua determinação deverá considerar a correlação entre a intervenção no(s) animal(is) e sua representatividade no controle de uma determinada doença transmitida para a população humana.

- Podem ser realizadas como medida de controle de zoonose apenas em área endêmica ou epidêmica, ou seja, apenas em área de reconhecida transmissão para determinada zoonose de relevância para a saúde pública. Assim, é infundado realizar medidas específicas de controle de população de animais unicamente visando à prevenção de zoonoses.
- Devem ser realizadas de forma coordenada, visando manter a população-alvo sob determinadas restrições para sua diminuição, sua contenção e/ou seu equilíbrio, propiciando a eliminação (quando possível) ou a redução efetiva da transmissão (ou do risco iminente da transmissão) de doenças para os seres humanos.

Observação: as ações e os serviços públicos de saúde voltados para **vigilância** de zoonoses de relevância para a saúde pública causada por outros animais sinantrópicos devem ser executados de **forma permanente**, a fim de identificar oportunamente o risco iminente de transmissão dessas doenças à população humana. As ações e os serviços públicos de saúde voltados para a **prevenção** dessas doenças devem ocorrer de **forma temporária** ou **permanente**, de acordo com o contexto epidemiológico.

Observação: em locais onde é estabelecido um controle contínuo de roedores e de escorpião por meio de programas, estes devem ser mantidos, conforme a necessidade local.

A. Definição da situação problema: a constatação e a definição de que há uma situação de risco sanitário para a população humana deverão emergir e ser subsidiadas e norteadas pelas ações rotineiras de vigilância quando houver a identificação de casos ou surtos epidêmicos de zoonoses, assim como a ocorrência de atendimentos humanos relacionados a zoonoses, de agravos (causados por animal) que representem risco de transmissão de doença para a população humana e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Essa etapa é caracterizada por levantamento e análise de dados.

A.1 Levantamento de dados: após a constatação da situação de risco sanitário para a população humana, deve ser realizado um levantamento de dados sobre a zoonose-alvo (prevalente, incidente ou possivelmente prevalente ou incidente) ou sobre o tipo de acidente causado por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, que tenha ocorrido na área estudada. Essa etapa consiste em três fases, sendo elas:

A.1.1 Informações relacionadas a aspectos epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos: levantamento bibliográfico e/ou documental sobre a zoonose-alvo ou sobre o acidente causado por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Esses dados poderão ser advindos de literatura existente, de demanda espontânea, de notificação, dos bancos de dados oficiais da área da Saúde e de outro setor, entre outros, podendo ser esses dados primários ou secundários.

A.1.2 Identificação e caracterização da população animal alvo: realizada por meio de levantamento prévio da(s) espécie(s) envolvida(s) na situação de risco sanitário, tanto por consulta a dados já existentes (material técnico e banco de dados) para a área estudada, como por visualização ou captura de exemplares, seguido de identificação.

A constatação da presença de animais vertebrados ou invertebrados na área deve ser feita por inspeção direta ou indireta no local. Se possível, deve ser realizada, concomitantemente, a avaliação da área-alvo. (ver item 1.3.2).

Protocolo de identificação e caracterização da população animal alvo:

1. Relacionar as possíveis espécies que podem estar envolvidas na transmissão da zoonose-alvo ou com o acidente causado por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública;
2. Identificação visual *in loco*, sem captura; ou
3. Identificação visual *in loco*, com captura; ou
4. Captura e transporte, para identificar a espécie em outro local; e
5. Recebimento de exemplares de pequenos vertebrados ou invertebrados coletados na área-alvo e entregues, por terceiros, à área de vigilância de zoonoses.

A.1.3 Identificação e caracterização da área alvo: deve-se identificar a área na qual está o nicho ecológico da população animal alvo, por meio de análise detalhada para delimitação dela.

Protocolo de identificação e caracterização da área alvo:

1. Concomitantemente à identificação e à caracterização da população animal alvo, deve-se identificar a área (localização espacial) em que a espécie-alvo habita, a partir do local em que esta foi vista ou coletada.
2. Verificar na literatura existente a área máxima de movimentação e deslocamento da espécie-alvo, visando estimar o perímetro da área-alvo.
3. Identificar, avaliar e descrever as particularidades geográficas (clima, relevo, vegetação e hidrografia), as condições ambientais (condições que favoreçam a ocorrência da zoonose ou do acidente, como enchente, queimada, seca, acúmulo de lixo, acúmulo de entulho, desmatamento, saneamento básico, provimento de água tratada, represamento de água, disponibilidade de alimento e abrigo para a população animal alvo, entre outras) e a relação antrópica presentes na área-alvo, relacionando estas com a história natural da zoonose e/ou da população animal alvo.

A.2 Análise dos dados: após a definição da área e da população animal alvo, deve ser feita avaliação criteriosa dos dados levantados para a definição da situação problema, avaliando se há ou não necessidade da implantação das atividades, das ações e das estratégias de controle dessa população animal, como componente das ações mitigadoras e de controle da situação de risco sanitário. Para a implantação das atividades, das ações e das estratégias de controle da população animal alvo, a caracterização da situação problema deve constatar o risco iminente de transmissão de zoonose ou de acidente causado por animal peçonhento e venenoso, de relevância para a saúde pública. Deve-se, ainda, estabelecer ou confirmar a relação da espécie animal alvo com a transmissão da zoonose de relevância para a saúde pública, dentro do contexto epidemiológico de pessoa, tempo e lugar.

B. Objetivo e metas: caracterizada a situação problema, devem-se definir os objetivos e as metas para o alcance do controle da população animal alvo.

O objetivo (objetivo geral) deve estabelecer a intenção e o efeito esperados das ações de controle sobre a população animal alvo, orientando seu desenvolvimento. O objetivo é o alcance do resultado final que se deseja após a implantação das ações de controle.

As metas (também chamadas de objetivos específicos) são o conjunto de ações concretas que, somadas, contribuem para o alcance do objetivo.

Protocolo de estabelecimento de objetivo e metas:

B.1 Definição do objetivo: avaliar qual das opções a seguir deve ser o objetivo.

B.1.1 Diminuição, contenção ou restrição; ou, ainda, eliminação (quando indicada tecnicamente) da população animal alvo, de forma que se elimine o risco iminente; ou

B.1.2 Diminuição, contenção ou restrição; ou, ainda, eliminação (quando indicada tecnicamente) da população animal alvo, de forma que se alcance a diminuição ou a eliminação (quando possível) do número de casos humanos ou de acidentados.

B.2 Definição das metas: avaliar quais das metas a seguir devem ser definidas para o alcance do objetivo. O ordenamento das metas será de acordo com cada situação.

B.2.1 Realização de ações para a educação em saúde.

B.2.2 Levantamento aprofundado da população animal alvo.

B.2.3 Registro da população animal alvo.

B.2.4 Controle físico, biológico, mecânico e/ou químico da espécie-alvo, que pode ser realizado mais de uma vez.

B.2.5 Coleta de amostras biológicas e não biológicas.

B.2.6 Controle sanitário da população animal alvo.

B.2.7 Recolhimento de parte ou da totalidade da população animal alvo.

B.2.8 Eliminação de parte ou da totalidade da população animal alvo.

B.2.9 Atingimento do equilíbrio ecossanitário da população animal alvo (eliminação do risco iminente).

B.2.10 Mensuração do número de casos ou de acidentados.

B.2.11 Monitoramento de cada ação.

Observação: As metas B.2.1 a B.2.8 podem ser definidas e realizadas considerando sua totalidade ou apenas parte delas, sendo seu ordenamento definido pela área de vigilância de zoonoses, conforme sua interpretação técnica e prioridades. As metas podem ser realizadas em intervalos de tempo predeterminados, com a definição dos momentos de atuação e do tempo para o término das ações. As metas podem significar as etapas do cronograma de execução das ações.

C. Atividades, ações e estratégias para o controle da população animal alvo

As atividades, ações e estratégias a serem desenvolvidas devem ser:

C.1 Educação em saúde

Informar e orientar a população humana da área-alvo sobre a situação epidemiológica encontrada e as ações de prevenção e de controle que visam minimizar os riscos diretos e indiretos de transmissão da zoonose prevalente ou incidente. Tais ações devem ser desenvolvidas de maneira sistemática e com a maior parcela possível da população humana da área-alvo e da área circunvizinha, se necessário. Para isso, é fundamental que o profissional responsável pelas ações de controle da população-alvo utilize linguagem, postura e atitude adequadas para orientar e estimular a comunidade a praticar os cuidados necessários e apoiar os profissionais de saúde nas ações.

As ações de educação/informação em saúde devem esclarecer as ações que serão desenvolvidas, priorizando:

C.1.1 Guarda/posse responsável de animais domésticos: a educação para a guarda/posse responsável e os cuidados com os animais passíveis de infecção pela zoonose-alvo das ações de controle.

C.1.2 Orientações para a adoção de medidas e práticas que visem evitar a instalação e a proliferação de vetores e da fauna sinantrópica de relevância para a saúde pública (orientações para o manejo ambiental).

C.1.3 O risco iminente para a população humana.

Observação: consultar tópico de “Educação em saúde” deste Manual.

C.2 Levantamento aprofundado da população animal alvo: se, no momento de identificar a população animal alvo, (item A.1.2) não houver necessidade de realizar um levantamento de modo mais aprofundado, este deverá ser feito antes da execução das medidas de controle propriamente ditas, da seguinte forma:

C.2.1 Aprofundar o conhecimento sobre a biologia da espécie envolvida.

C.2.2 Mensurar a população animal alvo (estimativa populacional), utilizando técnicas e métodos reconhecidos e/ou validados pela comunidade científica.

C.3 Medidas sobre a população animal alvo, quando aplicáveis

C.3.1 Atuação sobre a população de vetores e animais sinantrópicos

C.3.1.1 Captura/coleta (observar item 1.3.4) e identificação de espécimes.

C.3.1.2 Manejo ambiental: orientação, educação e informação para a comunidade, a fim de favorecer o manejo ambiental. Em situações específicas, quando viável e possível, a área de vigilância de zoonoses pode participar conjuntamente da execução dessas ações, principalmente para demonstrar à população como proceder. Além disso, devem-se monitorar as condições ambientais favoráveis à manutenção e à reprodução das populações de vetores e animais sinantrópicos, por meio de relatórios periódicos que norteiem as orientações a serem passadas à população e a articulação intersetorial, tendo em vista que o setor responsável proceda às ações de manejo e correção do meio ambiente.

C.3.1.3 Controle físico, biológico, mecânico e/ou químico da espécie-alvo, conforme critério técnico pertinente, como forma complementar ao manejo ambiental e à correção do meio ambiente.

C.3.2 Atuação sobre a população de animais domésticos e domesticados

C.3.2.1 Registro provisório ou permanente da população animal alvo, que contenha as informações necessárias para que a equipe de controle identifique essa população adequadamente, de acordo com as medidas de controle adotadas.

C.3.2.2 Coleta de amostras biológicas (do reservatório) para diagnóstico.

C.3.2.3 Coleta de amostras não biológicas (da área-alvo) para identificação do agente etiológico (parasitas e/ou micro-organismos patogênicos).

C.3.2.4 Controle sanitário da população animal alvo.

C.3.2.5 Recolhimento: a população animal alvo só deve ser recolhida:

C.3.2.5.1 Para ser identificada e/ou observada na UVZ.

C.3.2.5.2 Quando identificada uma zoonose para a qual a indicação seja a eliminação do reservatório.

C.3.2.5.3 Para estudo ou investigação de doenças com potencial zoonótico, quando não puder realizar-se no local de origem.

D. Monitoramento e avaliação das medidas de controle da população animal alvo

D.1 Monitoramento: acompanhamento de rotina da população animal alvo (na área-alvo) durante e após a aplicação das medidas de controle.

D.1.1 Medidas de monitoramento durante o controle:

- Avaliação das medidas de educação em saúde por meio de levantamento de dados primário da população da área alvo.
- Novo levantamento da população animal alvo.
- Novas coletas de amostras biológicas e não biológicas.
- Novas capturas (busca ativa) da espécie-alvo.
- Mensuração do número de casos ou de acidentados.

D.1.2 Medidas de monitoramento pós-controle (para vigilância):

- Realização de novas atividades de educação em saúde.
- Levantamento periódico (quando necessário) da população animal alvo.
- Coletas de amostras biológicas e não biológicas da área submetida às ações de controle.
- Busca ativa da espécie-alvo nas ações de controle.
- Mensuração do número de casos ou de acidentados na área submetida às ações de controle.

D.2 Avaliação: durante o processo de monitoramento, deve-se avaliar a efetividade das ações de controle da população animal alvo. Esta deve considerar:

D.2.1 O impacto sobre a saúde da população humana sob risco: deve-se avaliar a situação (diminuição, manutenção ou aumento) do número de casos ou de acidentados.

D.2.2 A eficiência (custo/efetividade) das ações: deve-se avaliar, constantemente, se há indicação de alteração da técnica utilizada por outra menos custosa para o serviço público e que propicie a mesma efetividade.

D.2.3 A necessidade de permanência/mudança de estratégia: seja pela ineficiência ou pela percepção de que, tecnicamente, os resultados serão comprometidos pela manutenção da técnica adotada.

Observação

Cronograma de execução: deve-se definir um cronograma de aplicação das medidas de controle, especificando a frequência, o modo, o custo e o tempo necessários, desde a implantação até o monitoramento das ações.

4.1 Controle de roedores

Os roedores são mamíferos pertencentes à ordem *Rodentia*, que conta com mais de 2 mil espécies pelo mundo. A principal característica dessa ordem é a existência de dois pares de dentes incisivos que crescem continuamente e a presença do diastema, espaço desprovido de dentes entre os incisivos e os molares. Os roedores representam cerca de 40% das espécies de mamíferos existentes e são capazes de se adaptar a diversas condições ecológicas, sobrevivendo em diferentes climas e altitudes, por meio de um grande número de adaptações morfológicas e fisiológicas, de acordo com seu estilo de vida. Das espécies consideradas sinantrópicas, três participam do ciclo de transmissão de doença, sendo a ratazana a de maior relevância para a saúde pública. As três espécies apresentam distribuição cosmopolita e são responsáveis por grande parte dos prejuízos sanitários causados à população humana. São elas: *Rattus norvegicus* (ratazana ou rato de esgoto), *Rattus rattus* (rato de telhado ou rato preto) e *Mus musculus* (camundongo). Essas espécies possuem biologia e comportamentos peculiares e a compreensão destes é importante para um melhor planejamento das estratégias de controle.

Ratazana (*Rattus norvegicus*)

A ratazana, também conhecida como rato de esgoto, rato marrom ou gabiru, é a principal espécie de roedor sinantrópico de relevância para a saúde pública, sendo o maior roedor da família Muridae, com os adultos pesando, em média, 200 gramas a 350 gramas. As ratazanas apresentam pelagem espessa e de cor acastanhada no dorso (algumas vezes, com manchas brancas ou pretas), tendendo para cinza ou bronze na região ventral. O comprimento da cauda é menor que o comprimento do corpo e da cabeça juntos. O corpo é forte e compacto e a extremidade do focinho tem formato rombudo, indicando adaptações para a escavação e o nado.

Vivem em colônias, que, na maior parte das vezes, escavam suas tocas no solo, sendo este seu abrigo preferencial. As tocas são formadas por alguns acessos (três ou quatro) e um complexo sistema de túneis e galerias. Como os demais murídeos, possuem elevada taxa de natalidade, sendo que o excesso populacional é controlado por mecanismos comportamentais e ecológicos. O excesso de roedores em uma população ou a redução da disponibilidade de alimentos e abrigos faz com que ocorra migração dos ratos que ocupam posições hierárquicas mais baixas dentro da colônia em busca de outros locais para viver. As ratazanas são onívoras, alimentam-se de qualquer alimento armazenado ou desprezado pelo homem. Elas têm certa preferência por alimentos ricos em proteínas e gorduras, tais como ovo, carne e ração de cachorro.

As ratazanas forrageiam por rotas conhecidas dentro de um raio de ação que, em média, pode alcançar 50 metros, e raramente ultrapassa 100 metros, a partir da colônia. Nos centros urbanos, vivem nas redes de esgoto e de águas pluviais, nos depósitos de lixo e nas beiras de córregos, onde cavam tocas para abrigo e reprodução. Também podem infestar imóveis residenciais e comerciais, abrigando-se em motores de máquinas e entre objetos em desuso.

Possuem o comportamento característico de neofobia, sendo este mais acentuado em locais com pouco movimento de pessoas e de objetos. Nessas circunstâncias, o controle é mais difícil de ser atingido, em virtude da aversão inicial das ratazanas às iscas, aos porta-iscas e às armadilhas colocadas no ambiente. Sua presença pode ser notada pela visualização de trilhas no solo, próximas das paredes, com desgaste da vegetação e sob a forma de manchas de gordura, e pela presença de pegadas, pelos e fezes, as quais são em forma de cápsula, com as extremidades rombudas.

Rato de telhado (*Rattus rattus*)

Ratos de telhado, também conhecidos como rato preto, rato de forro, de paiol, de silo ou de navio, apresentam uma pelagem escura no dorso que varia entre preto, cinza e marrom; o ventre pode ser cinza-claro ou branco. O comprimento da cauda é bem maior que o comprimento do corpo e da cabeça juntos. A cauda é lisa, sem pelos e escamosa.

Possuem o hábito de se abrigar nos estratos mais altos do ambiente, tais como vãos de parede e telhados, ou entre objetos em desuso, acumulados em sótãos e lajes. Ao deslocarem-se, trafegam sobre vigas, telhados, galhos de árvores, fios da rede elétrica, galerias técnicas de passagem e forros falsos, aproveitando para adentrar em residências, por janelas e portas abertas ou danificadas, em busca de alimento e abrigo.

Quanto aos hábitos alimentares, os ratos de telhado são onívoros; alimentam-se de frutas, cereais, alimentos estocados e ração animal. Tem certa preferência por alimentos ricos em açúcares e umidade, como laranja e banana, mas apreciam, também, sementes de girassol e outros cereais de alto valor energético, além das rações de cachorros e aves. A busca por alimento acontece durante a noite, quando forrageiam por vários locais, deslocando-se por fios, cabos e muros. Nessa procura, podem percorrer até 60 metros e adentrar em mais de um imóvel. Também apresentam neofobia, embora não tão acentuada quanto nas ratazanas.

As trilhas com manchas de gordura deixadas pelo atrito de seu corpo com as estruturas verticais das construções humanas, como os cantos das paredes, das vigas etc., denotam sua presença e são decorrentes das constantes passagens do animal pelos mesmos caminhos. Outros sinais característicos são: os ruídos que fazem ao percorrerem os forros das casas e de outras edificações durante a noite, a presença de pelos e, principalmente, de fezes, em formato fusiforme, próximas e nos locais de alimentação e nas trilhas.

Das três espécies de roedor sinantrópico, trata-se daquela de mais difícil controle e que mais incômodo causa à população, devido ao seu tamanho, relativamente grande (100 gramas a 200 gramas), e ao seu hábito de adentrar as residências.

Camundongo (*Mus musculus*)

O camundongo, também conhecido como mondongo, catita, rato caseiro, muricha, rato de gaveta e rato de botica, é a menor das três espécies (15 gramas a 20 gramas) e que menos importância tem para a saúde pública. Os camundongos possuem pelagem que varia do marrom ao preto e o ventre é branco ou amarelado. A cauda apresenta anéis de escamas, poucos pelos e é maior que cabeça e corpo juntos. Assim como os demais murídeos, possuem alto potencial reprodutivo. Também de hábito noturno, são roedores habilidosos, rápidos, bons escaladores, nadadores e saltadores. São onívoros, alimentando-se principalmente de grãos e sementes armazenados em armários e despensas. Costumam contaminar mais alimentos do que consumir, devido ao seu acentuado instinto exploratório e à neofilia.

Abrigam-se atrás de vigas, colunas, em fundos de gavetas e armários pouco usados, no interior de estufas e fogões e, principalmente, dentro de caixas em armários e despensas; por isso, são corriqueiramente transportados, passivamente, de um imóvel infestado para outro não infestado, com mercadorias e equipamentos. Devido a seu pequeno tamanho e a sua discrição ao explorar o ambiente, podem permanecer por um longo período infestando residências e comércio sem serem notados. Vivem em pequenos grupos familiares com baixa quantidade de roedores que pouco se deslocam a partir do ninho, raramente excedendo um raio de ação maior que 10 metros a partir do abrigo. Em áreas periurbanas e rurais, podem cavar pequenas tocas próximas às criações de animais domésticos.

As trilhas formadas pelos camundongos são de difícil visualização, mas podem ser observadas manchas de gordura nos rodapés, nas paredes e nos orifícios por onde passam. As fezes são de tamanho diminuto e possuem formato de bastonetes, podendo facilmente ser confundidas com outras sujidades.

Geralmente, as infestações são baixas e de fácil controle com rodenticidas e, até mesmo, com ratoeiras.

4.1.1 Ações de vigilância e controle de roedores

As ações de vigilância e controle de roedores devem ser executadas de forma temporária ou permanente, em área determinada (área-alvo), a fim de reduzir ou eliminar o risco iminente de transmissão de doenças (ou a própria doença), em particular, a leptospirose, devido às suas elevadas taxas de casos graves e letalidade.

Essas ações devem ocorrer de forma programada, coordenada, em situações específicas, segundo critérios epidemiológicos, visando manter a população de roedor alvo sob determinadas restrições para sua diminuição, sua contenção e/ou seu equilíbrio, propiciando a eliminação (quando possível) ou a redução efetiva do risco de transmissão de doenças para os seres humanos.

Além disso, essas ações devem ter como base a transversalidade das atividades e o diagnóstico da região, do município ou da área a ser trabalhada, quanto à ocorrência das espécies existentes, à incidência de doenças transmitidas, às condições socioeconômicas e sanitárias do local.

As ações de vigilância e o controle de roedores devem ser inseridos dentro de um contexto epidemiológico que permita tanto a adoção de medidas de controle quanto de prevenção de doenças aos seres humanos, tendo, nas áreas urbanas, como foco principal o controle das ratazanas e, conseqüentemente, da leptospirose, haja vista essa espécie de roedor ser o principal reservatório ambiental da doença. Além disso, as ações de controle de roedores sinantrópicos visando à prevenção de doença justificam-se, pois a maior parte da população desses animais é, potencialmente, fonte de infecção de doenças.

Todas essas ações devem estar em consonância com as medidas propostas e preconizadas pelo Ministério da Saúde e por legislação vigente.

Atividades a serem realizadas

Definição da situação problema

Um diagnóstico detalhado é importante e deve adotar os seguintes passos:

- **Levantamento de dados de agravos transmitidos por roedores**

As ações de vigilância e controle de roedores de um município devem estar fundamentadas em dados de agravos e prejuízos sanitários causados por esses animais. Essas informações devem ser buscadas em todas as fontes oficiais de informação, a fim de orientar a detecção e a seleção de áreas de risco e direcionar as ações de prevenção e controle. Nesse processo, os seguintes dados devem ser considerados: distribuição temporal e espacial dos casos de leptospirose humana, e, eventualmente, animal, e de outros agravos causados por roedores, tais como mordeduras, por exemplo. Condições socioeconômicas e ambientais da região, em especial, a ausência ou a precariedade do sistema de saneamento. Atenção especial deve ser dada às áreas de ocorrência endêmica da doença e àquelas em que os agravos estão em número crescente ou têm se tornado constantes.

• Identificação e caracterização da área-alvo

Para caracterização da área problema, devem ser consideradas a série histórica de casos de leptospirose e de outras doenças associadas a roedores, a ocorrência de surtos epidêmicos e/ou a ocorrência de fatores condicionantes e determinantes dos agravos de interesse. Nesse sentido, é interessante levantar:

- a. Informações acerca do tipo de ocupação. Verificar o tipo de ocupação da área: residencial, comercial, industrial, rural ou outra. Verificar as condições socioeconômicas da população exposta, a disponibilidade de serviços públicos essenciais e de saneamento ambiental etc.
- b. Informações acerca da geografia. Verificar, *in loco* ou em planta cartográfica, as feições geográficas do local. Observar a topografia, a presença de declives, aclives, se a área está em um fundo de vale ou no topo de uma colina, se é área de preservação ambiental, se é área de mananciais, se a área é patrimônio histórico da humanidade. Conferir, também, se há presença de córregos, rios, lagos, plantações, criações de animais.
- c. Informações acerca das espécies infestantes. Verificar qual a espécie de roedor predominante na área e sua relação com os agravos que estão ocorrendo. Verificar se as infestações ocorrem no peri ou no intradomicílio e avaliar o risco a que a população residente está exposta.

• Definição da área-alvo ou área-programa

De posse das informações anteriores, definir as áreas prioritárias que sofrerão ações programadas de controle de roedores, usando, quando possível, recursos de geoprocessamento. As áreas devem ser mapeadas, levando-se em consideração as questões geográficas, socioeconômicas, culturais, biológicas da espécie infestante e a distribuição dos agravos ou de seus fatores condicionantes e determinantes. Para melhor logística das ações de controle, grandes áreas podem ser estratificadas, geográfica e temporalmente, para maior efetividade das ações de controle.

• Levantamento do índice de infestação predial: busca ativa

Antes de iniciar a atividade de controle, deve-se mensurar o nível de infestação para, futuramente, avaliar a efetividade. Esses níveis podem ser mensurados usando-se:

- a. O índice de infestação predial por roedores, que, basicamente, consiste em avaliar o percentual de imóveis infestados em relação ao total de imóveis existentes na área.
- b. A densidade de tocas, que consiste em contar o número total de tocas de ratazanas e dividir pela área em metros quadrados.
- c. O censo por consumo: estimar, com base no consumo de rodenticidas, o tamanho da população de roedores existentes na área.
- d. O percentual de pontos de atividade de roedores: avaliar o percentual de pontos de iscas onde houve consumo.

• Análise de dados

Os dados acumulados devem ser utilizados na elaboração do relatório final, contendo as informações relevantes à tomada de decisão. Esse relatório deve incluir quatro partes principais, entre outras de necessidade local:

- a. Informações acerca dos agravos. Ocorrência dos agravos causados por roedores antes e depois das intervenções. Apresentá-los usando indicadores epidemiológicos, como incidência e letalidade, por exemplo. Essas informações podem ser resumidas em imagens, gráficos, mapas

e tabelas. A avaliação contínua dessas informações permitirá acompanhar o impacto das intervenções ao longo do tempo.

- b. Informações da infestação por roedores na área. Dados quantitativos de infestação, reclamações, solicitações, entre outras informações de interesse. A indicação de fatores determinantes e condicionantes das infestações também é importante no relatório. Essas informações podem ser resumidas em imagens, gráficos, mapas e tabelas. A avaliação contínua destas informações permitirá acompanhar o impacto das intervenções ao longo do tempo.
- c. Discussão: nessa etapa, o profissional responsável pela elaboração do diagnóstico deve confrontar os dados de caracterização e identificação do município com os dados de infestação, relacionando causa e efeito, quando possível. A ocorrência de doenças relacionadas aos roedores, geralmente, é diretamente proporcional ao grau de infestação e inversamente proporcional às condições de saneamento da área. Emitir parecer conclusivo sobre a necessidade ou não de implantação, ou implementação das ações de controle de roedores.
- d. Indicação de soluções: o relatório deve conter e indicar ações pontuais a serem executadas pelo setor de vigilância e controle de zoonoses, e, quando houver necessidade, ser acompanhado de sugestões de medidas de saneamento ambiental a serem realizadas pelos demais setores da esfera pública.

4.1.2 Ações diretas de controle

Nas áreas definidas como de risco para a transmissão de doenças de relevância para a saúde pública, relacionadas aos roedores, as ações de controle realizadas pelos profissionais de vigilância e o controle das doenças transmitidas por roedores têm de ocorrer em caráter permanente, sem sofrer interrupções, não se recomendando trabalhos de caráter temporário ou pontual, que podem acarretar um efeito bumerangue (aumento do número de roedores infestantes em determinada área onde foi praticada a desratização de maneira errada).

Em áreas de ocorrência esporádica, as ações devem ser realizadas por tempo determinado, visando prevenir a ocorrência de novos casos. Os locais de ocorrência endêmica e epidêmica de leptospirose ao longo do tempo devem ser tratados como áreas-programa e receber ações periódicas permanentes de controle de roedores, até que ações de manejo ambiental ou de infraestrutura urbana reduzam significativamente o risco de infecção da população humana residente ou flutuante.

Para se obter resultados satisfatórios e duradouros no controle de roedores, é necessário empregar o manejo integrado de pragas. Esse termo compreende um conjunto de ações voltadas direta e indiretamente à praga-alvo a ser combatida (nesse caso, os roedores) e ao meio que a cerca, praticadas de forma concomitante, permitindo a obtenção do efeito do controle ou até mesmo a erradicação desses animais.

As ações devem ser estudadas e conduzidas de maneira tal que minimizem os custos e os riscos envolvidos, para o homem ou para os demais componentes da biodiversidade. Dentro dessas ações, a manipulação adequada dos fatores que limitam a instalação, a proliferação e o potencial de sobrevivência da praga-alvo é fundamental para um manejo integrado eficaz.

São componentes do manejo integrado de roedores urbanos:

- Inspeção do local infestado.
- Identificação da espécie(s) infestante(s).
- Medidas preventivas e corretivas (antirratização) – educação em saúde.

- **Adoção de medidas de controle (desratização):** de posse das informações preliminares, pode prosseguir-se com a proposta de controle, que consiste em reduzir, a níveis toleráveis, a infestação por roedores.

O controle de roedores é feito, basicamente, aplicando-se iscas ou substâncias tóxicas em suas tocas ou nos ambientes infestados. A esses produtos dá-se o nome de raticidas ou rodenticidas. Atualmente, no Brasil, os únicos rodenticidas permitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) são os anticoagulantes à base de hidroxycumarina, nas apresentações em forma de pó de contato (usado exclusivamente no interior das tocas), isca granulada e isca ou bloco impermeável (parafinado ou extrusado). Quando ocorrer o uso de iscas, sejam elas granulada ou impermeável, a técnica de eleição é a iscagem por pulso, que consiste em três aplicações sucessivas de rodenticidas, com intervalo de sete a dez dias entre elas. Em cada aplicação, devem-se oferecer rodenticidas em quantidade e em número de locais suficientes para que todos os roedores da população-alvo tenham acesso. Em geral, aplicam-se diversos pontos de isca, com 20 gramas a 100 gramas de isca em cada um deles. O adequado número de pontos de isca e da quantidade de rodenticidas a ser aplicado depende da dimensão da área e do nível de infestação. A experiência do técnico de controle de roedores norteará a tomada de decisão para a adequada aplicação de rodenticidas, que podem ser utilizados tanto em áreas urbanas, quanto em áreas rurais. Rodenticidas na formulação de pó de contato devem ser aplicados diretamente no interior das tocas de ratas, usando-se, para isso, o próprio frasco aplicador em que vem envasado o produto. Nunca se deve aplicar pó de contato em trilhas ou locais de passagem de roedores, com o risco de dispersar o produto e contaminar pessoas e animais não alvo.

Os rodenticidas hidroxycumarínicos apresentam como vantagens o efeito crônico e a segurança de uso. Deve-se atentar para as medidas de segurança do trabalhador, da população em geral e dos animais não alvo. Em caso de acidente, a vítima deve ser encaminhada a atendimento médico com urgência.

4.1.2.1 Estratégias de controle segundo espécie de roedor urbano

- **Controle de ratas:** a forma mais eficiente de controlar ratas é por meio da aplicação de pó de contato no interior de suas tocas. O equipamento mais adequado para isso é o próprio frasco aplicador em que o produto vem envasado. Outra estratégia interessante é a aplicação de blocos impermeáveis, por meio do emprego da técnica de iscagem por pulso, em pontos de iscagem próximos aos abrigos e às tocas inacessíveis, dentro das bocas de lobo, das caixas de inspeção e de gordura e dos postos de visita (PV).
- **Controle de rato de telhado:** para o controle de rato de telhado a formulação mais indicada é a isca granulada, sempre que possível acondicionada em caixas porta-iscas. Blocos impermeáveis também podem ser usados, mas, para isso, faz-se necessária a eliminação das fontes de alimento existentes no local a ser tratado. Quando usados, os blocos devem ser amarrados com arame ao madeiramento dos telhados e de outras estruturas que estejam acima do nível do solo. As iscas sempre devem ser aplicadas nas rotas de passagem dos ratos ou próximas a seus abrigos. Quando se usam caixas porta-iscas, pode ser necessário mais tempo, entre uma e duas semanas, até que os ratos comecem a alimentar-se das iscas em seu interior. Durante esse período, não se deve remover a caixa de local. Esse período é o tempo necessário para os ratos vencerem a neofobia.
- **Controle de camundongos:** em virtude do hábito intradomiciliar dessa espécie, o controle químico envolve riscos adicionais, especialmente às crianças. Como os camundongos são neofílicos, o uso de iscas rodenticidas em caixas porta-isca é muito eficiente para o controle de altas infestações,

além de serem técnicas seguras. Entre as iscas rodenticidas, as granuladas são mais efetivas, dada sua maior atratividade e palatabilidade.

4.1.3 Monitoramento da infestação e avaliação dos resultados

É de suma importância que se estabeleçam critérios bem claros e precisos para se monitorar as ações de controle de roedores nos momentos pré e pós-tratamentos, de forma a avaliar a efetividade das medidas adotadas. A escolha do método depende do seu objetivo, da sua aplicabilidade, das ferramentas necessárias, dos recursos humanos e do tempo disponível e, muitas vezes, são requeridos mais de um método de monitoramento. Um método eficiente é comparar os índices de infestação pré e pós-controle usando-se a equação de efetividade:

$$\text{Efetividade (\%)} = \frac{\text{Infestação inicial} - \text{Infestação final}}{\text{Infestação inicial}} \times 100$$

Exemplo: Suponha-se que em uma determinada área a infestação predial inicial por roedores seja de 25%. Após extensiva ação de controle e de educação em saúde, a infestação final foi mensurada em 9%. Então a taxa de efetividade da ação foi de 64%. Colocando-se os dados na equação anterior, teremos:

$$\text{Efetividade (\%)} = [(25-9) / (25)] \times 100$$

$$\text{Efetividade (\%)} = (16 / 25) \times 100$$

$$\text{Efetividade} = 64\%$$

4.1.4 Procedimento e organização da estratégia de trabalho

O trabalho de controle de roedores deve ser realizado em quatro frentes de trabalho diferentes: imóvel, rio/córrego, bocas de lobo e áreas públicas.

Imóveis: o foco principal é a orientação quanto às medidas de antirratização e de prevenção à leptospirose. A responsabilidade pela manutenção da higiene e da estrutura dos imóveis particulares, de modo a impedir a instalação, a manutenção e a reprodução de animais sinantrópicos de relevância para a saúde pública, cabe, integralmente, ao seu proprietário ou responsável. Assim, apenas em situações específicas e mediante avaliação de risco prévia da autoridade sanitária competente, a desratização, ou outra intervenção, em um ou mais imóveis, pode ser necessária e determinada.

Rio/córrego: o foco principal é o controle de ratazanas mediante o polvilhamento de pó de contato no interior das tocas.

Boca de lobo/bueiro: o foco principal é o controle pela aplicação de blocos impermeáveis, mediante a técnica de iscagem por pulsos, no interior das galerias pluviais.

Área pública: o foco principal é o controle de ratazanas mediante o polvilhamento de pó de contato no interior das tocas. Essas áreas compreendem praças, canteiros centrais, jardins, terrenos etc.

4.1.5 Organização da equipe de trabalho

Uma equipe deve ser composta por, no mínimo, dois e, no máximo, quatro profissionais; e cada equipe deve atuar, exclusivamente, em uma frente de trabalho por vez. As equipes devem ser coordenadas por técnico de nível superior da área de saúde, com devido registro em conselho de

classe que regulamente a atuação na área de controle de pragas urbanas. Conforme a dimensão da área-alvo a ser trabalhada, da frequência que serão realizados os ciclos de controle e da situação epidemiológica do local, pode ser necessária mais de uma equipe de controle. Cada município deve calcular o número total de profissionais que farão parte das equipes de controle, tomando por base os indicadores epidemiológicos, socioeconômicos e demográficos das áreas-alvo. Deve-se, também, levar em consideração a produtividade por agente/dia para cada frente.

4.1.6 Biossegurança e saúde do trabalhador

Para preservar a saúde dos profissionais das equipes de controle de roedores, o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e o respeito às boas práticas de aplicação de produtos domissanitários são imprescindíveis. O quadro a seguir relaciona os EPIs adequados à manipulação de cada formulação de rodenticida.

Quadro 3 – Equipamentos de Proteção Individual adequados à manipulação de rodenticida

Atividade	EPI
Aplicação de iscas rodenticidas granuladas em ponto de iscagem.	Luva impermeável de uso profissional.
Aplicação de iscas rodenticidas impermeáveis em bocas de lobo, galerias ou postos de visita.	luvas de PVC de uso profissional de cano longo.
Aplicação de rodenticidas na formulação pó de contato.	Óculos de segurança, respirador e purificador de ar, do tipo peça semifacial filtrante para partículas e vapores orgânico (PFF2VO), luva impermeável de uso profissional e boné.
Contato com água.	Bota de PVC de cano longo, com solado com proteção contra agentes perfurantes. Bota de PVC com prolongamento até a virilha, com solado com proteção contra agentes perfurantes.
Proteção contra agentes físicos e radiativos.	Calça, camisa de manga longa, boné ou touca árabe, capacete, botina de segurança com biqueira de aço e com solado com proteção contra agentes perfurantes, creme protetor solar e repelente.

Fonte: Programa de Vigilância e Controle de Leptospirose e Roedores do município de São Paulo.

4.1.7 Recursos humanos

Gerente do setor, preferencialmente com formação na área de saúde e conforme regulamentação dos conselhos de classe, com aptidão para esse trabalho.

Agentes de saúde devidamente capacitados (e com reciclagem periódica) em educação em saúde, prevenção de acidentes, medidas de desratização e antirratização.

4.1.8 Transversalidade

Paralelamente à realização das atividades de controle nas áreas-alvo, devem-se articular as interfaces intersecretariais e intersetoriais, de forma a otimizar o repasse de informações e implementar ações de manejo ambiental, entre outras, na área a ser trabalhada.

Muitas das intervenções necessárias dependem de serviços que fogem ao escopo da área de vigilância de zoonoses, pois o manejo ambiental com vistas ao controle de roedores, invariavelmente, requer a melhoria da infraestrutura urbana em muitos aspectos e a mudança de comportamento da população.

Para tanto, devem ser considerados como potenciais parceiros, entre outros:

Demais áreas da Secretaria Municipal de Saúde

- Atenção à Saúde: assistência médica, oportuna notificação de casos de doenças transmitidas por roedores, possibilitando a atuação adequada para o controle de roedores.
- Vigilância em Saúde Ambiental: especialmente para a prevenção da ocorrência de leptospirose em situações de desastres naturais.

Serviço de Limpeza Urbana

Compete ao serviço ou ao órgão responsável pelos serviços de coleta de resíduos de saúde, domiciliar e seletiva, a varrição de vias públicas, a lavagem de monumentos e escadarias e a remoção de entulho. Ao serem detectados pontos viciados de lixo (pelos responsáveis pela vigilância e pelo controle de roedores), deve-se comunicar ao serviço de limpeza urbana para que este possa providenciar os procedimentos necessários de limpeza.

Supervisão Geral de Abastecimento

Ou órgão responsável pela organização, administração e fiscalização das atividades relativas ao abastecimento de gêneros alimentícios. Pela tendência da ocorrência de roedores na proximidade de feiras livres e mercados, devido a uma maior disponibilidade de alimentos, cabe aos profissionais responsáveis pelo controle de roedores alertarem esse serviço quanto ao correto armazenamento dos alimentos. A destinação adequada de suas sobras em mercados, feiras livres e escolas tem muito a contribuir para o controle de roedores urbanos, pois a supressão de possíveis fontes de alimentação é fator preponderante para tal controle.

Sistema de Abastecimento de Águas e Esgotos

O serviço de saneamento deve priorizar as áreas de ocorrência endêmica de casos de leptospirose. Por outro lado, cabe à vigilância em saúde subsidiar esse setor, fornecendo informações sobre a doença, a ocorrência de casos, as características das áreas de risco etc.

Secretaria Municipal da Educação

As Secretarias Municipal e Estadual da Educação são atores importantes para a divulgação de informações quanto ao controle de roedores. Unidades escolares localizadas em áreas-alvo para controle de roedores, ou nas suas imediações, podem ser parceiras e ponto de partida de ações educativas que permitam à população adotar práticas e medidas que impeçam a instalação e a proliferação de roedores, potencializando, assim, as ações já desenvolvidas pela Secretaria da Saúde nesse âmbito.

Secretaria Municipal de Assistência Social

À Secretaria Municipal de Assistência Social – ou ao órgão responsável por formular, implantar, regular, financiar, executar, monitorar e avaliar a política de assistência social – compete atuar sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Assim, a área de vigilância de zoonoses deve articular-se com essa Secretaria a fim de estabelecer parceria visando à diminuição da vulnerabilidade social relativa a condições de moradia, para, assim, desfavorecer e combater a proliferação de roedores.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

À Secretaria Municipal de Meio Ambiente – ou ao órgão responsável pelo meio ambiente – compete realizar ações conjuntas para fiscalizar e buscar melhorias das condições ambientais. Assim, a área de vigilância de zoonoses deve articular-se com essa Secretaria a fim de estabelecer parceria visando à diminuição das condições ambientais favoráveis à proliferação de roedores.

Secretaria Municipal de Habitação

Ou órgão responsável pela execução da política habitacional, pelo controle do uso e da ocupação do solo, pela urbanização e regularização fundiária de favelas e pelos loteamentos e cortiços. Aos responsáveis pelo controle de roedores, cabe informar os procedimentos de antirratização nas construções e nas obras civis, assim como o desenvolvimento do conceito de manejo ambiental em áreas públicas e particulares, com vistas a impedir a proliferação de roedores.

4.2 Controle e manejo de escorpiões

Escorpiões são artrópodes da classe *Arachnida* (não são insetos, que são da classe *Insecta*), com quatro pares de pernas e o corpo dividido em duas partes: carapaça (prossoma) e abdômen (opistossoma), sendo este último dividido em tronco (mesossoma) e cauda (metassoma). A maioria das espécies apresenta hábitos noturnos, abrigando-se durante o dia em locais úmidos e escuros: sob pedras, troncos, dormentes de trilhos, entulhos, telhas, tijolos, frestas, ou enterrando-se no solo. Os escorpiões podem ser encontrados, também, em rede de esgoto, em caixas de gorduras e de passagem e em túmulos de cemitérios.

Muitas espécies vivem em áreas urbanas, onde encontram abrigo dentro ou próximo das casas. Alimentam-se de insetos, principalmente de baratas. Podem sobreviver vários meses sem alimento ou água, o que dificulta sobremaneira seu controle.

É essencial realizar o controle das populações de escorpiões de maneira oportuna, visando à redução do número de acidentes e, conseqüentemente, a morbimortalidade. Para isso, a integração dos serviços de atendimento e vigilância de saúde faz-se necessária, buscando aprimorar a qualidade das notificações e o monitoramento da situação epidemiológica. A ocorrência de acidentes por escorpião é de notificação compulsória no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, e deve ser comunicada de maneira imediata ao serviço de vigilância em saúde e de vigilância e controle de animais peçonhentos, quando este existir.

Na fauna brasileira, existem cinco famílias de escorpiões; entre estas, a *Buthidae*, com 60% do total de espécies, incluindo as de interesse em saúde pública. Dentro dessa família, está o gênero *Tityus*, que conta com as quatro principais espécies responsáveis por acidentes graves. São elas:

- ***Tityus serrulatus*** (escorpião amarelo), com até 7 cm de comprimento, pernas e cauda amarelo-clara, e o tronco escuro. Possui uma serrilha no terceiro e no quarto anéis da cauda. Apesar de ser originária de Minas Gerais, está distribuída por todas as regiões brasileiras, exceto na Região Norte, onde ainda não existem relatos de sua presença. Possuem reprodução partenogenética, ou seja, as fêmeas conseguem se reproduzir sem a presença do macho, produzindo outras fêmeas. Esse fato contribui para a rápida propagação da espécie. **É o principal causador de acidentes e óbitos no Brasil.**
- ***Tityus bahiensis*** (escorpião marrom), tem cerca de 7 cm de comprimento, tronco escuro, pernas e palpos com manchas escuras e cauda marrom-avermelhada. Não possui serrilha caudal. Está distribuída por todas as regiões brasileiras, exceto no Norte e no Nordeste, onde ainda não existem relatos de sua presença.
- ***Tityus stigmurus*** (escorpião amarelo do Nordeste), tem a coloração amarelo-clara, semelhante ao *T. serrulatus*, porém sua serrilha é menos acentuada e o escurecimento do abdômen se dá apenas em uma faixa longitudinal, na parte dorsal do mesossoma, seguido de uma mancha triangular no prossoma. É a principal espécie causadora de acidentes no Nordeste. Também é partenogenético.
- ***Tityus obscurus*** (escorpião preto da Amazônia), com até 9 cm de comprimento, tem a coloração negra quando adulto, mas é castanho com manchas escuras quando jovem, o que pode causar confusão na correta identificação por se parecer com outras espécies da região. Essa espécie é comum em todo o norte do País, especialmente nos estados do Pará e do Amapá, já tendo sido encontrada, também, na Região Centro-Oeste.

Qualquer espécie de escorpião é capaz de causar acidentes, que devem sempre ser notificados no Sinan.

4.2.1 Definição da situação problema

- **A caracterização da situação problema relativa aos escorpiões pode ser dividida em:**
 1. Ocorrência de acidente: situação que envolve o contato de pessoas (vítimas) com o agente (escorpião).
 2. Presença do agente (escorpião): a ocorrência de um único ou de poucos espécimes, ou de uma infestação instalada (área escorpiônica).

- **Identificação das áreas de risco**

Realizada por meio de levantamento, monitoramento, avaliação e mapeamento das áreas de maior concentração de casos de acidentes notificados e da demanda espontânea da população quanto à presença de escorpiões. O conhecimento da distribuição das ocorrências (notificações e reclamações) é importante para o planejamento das intervenções, da racionalização de custos, dos recursos humanos e do tempo de execução dos serviços, aumentando a eficiência das ações. As áreas de risco devem ser mapeadas e monitoradas continuamente para diminuir a incidência dos acidentes escorpiônicos.

4.2.2 Controle

As ações, as atividades e as estratégias de manejo e controle de escorpiões devem ser executadas de forma temporária ou permanente, em área determinada (área-alvo). Devem ser realizadas criteriosamente, de forma coordenada, por profissionais capacitados, por meio de remoção mecânica dos escorpiões (controle direto) e/ou pelo manejo ambiental (controle indireto), visando manter a população-alvo sob determinadas restrições para sua diminuição, sua contenção e/ou seu

equilíbrio, propiciando a eliminação (quando possível) ou a redução efetiva do risco dos acidentes causados por esses animais para os seres humanos.

Essas ações, atividades e estratégias devem estar consoantes com aquelas preconizadas pelo Ministério da Saúde e por legislação vigente. Podem ser utilizadas tanto como medida de controle como de prevenção de acidentes causados por esses animais aos seres humanos, haja vista todo animal peçonhento ou venenoso ser potencialmente causador de acidente.

• Busca ativa

A busca ativa consiste em vasculhar o ambiente à procura de escorpiões, removendo e afastando objetos e utensílios no peri e intradomicílio e em pontos estratégicos, por exemplo, em cemitérios (não se deve violar túmulos, pois essa prática constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro). Quando encontrados os escorpiões, estes devem ser coletados usando pinças de 20 cm a 30 cm, colocados em recipiente **com tampa de rosca com pequenos furos**, que deve ser mantido ao abrigo do sol.

Devido ao tipo de serviço que a busca ativa envolve, esta deve ser realizada por profissionais habilitados, sendo necessários, pelo menos, dois profissionais em conjunto, usando, obrigatoriamente, equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados à atividade.

Para um efetivo controle de escorpiões durante a busca ativa, é essencial o manuseio de objetos e materiais; contudo, deve-se ressaltar que a remoção e a limpeza de lotes, terrenos ou áreas públicas competem ao proprietário do imóvel ou ao órgão de limpeza pública. Depois de finalizada a busca ativa, o setor responsável pelo controle de escorpião pode comunicar ao proprietário ou ao órgão responsável para que providenciem a limpeza do ambiente. Quando a limpeza for realizada por órgão público, sugere-se planejar ação conjunta durante os procedimentos de remoção dos objetos inservíveis e dos entulhos, para otimizar o impacto das ações de controle de escorpiões e minimizar os riscos de acidente de trabalho e os riscos para a população circundante. Nesse tipo de atividade, as equipes de controle de escorpiões intensificam a coleta mecânica de escorpiões, enquanto os procedimentos de limpeza são realizados. Devem-se orientar os funcionários responsáveis pela limpeza sobre a importância do uso de EPI (luvas grossas e botas de borracha).

Além disso, os profissionais responsáveis pelo controle devem elucidar possíveis dúvidas do responsável pelo imóvel ou pelas áreas públicas, sendo importante conscientizá-lo quanto ao problema e às medidas de prevenção adequadas a serem tomadas.

• Controle químico

Até o presente momento, não há estudos que comprovem a efetividade do uso de produtos químicos para o controle de escorpiões, não sendo, portanto, esta ação indicada pelo Ministério da Saúde. Características biológicas dos escorpiões, assim como os diversos *habitats* onde são encontrados em meio urbano, dificultam a utilização dos produtos químicos de modo que, efetivamente, haja morte dos animais em quantidade, podendo, contrariamente, levar ao desalojamento destes, aumentando, assim, o risco de acidentes.

Diante da não recomendação do controle químico, deve-se implementar e fortalecer o manejo ambiental para controle populacional de outros sinantrópicos, especialmente de baratas, seu principal alimento e atrativo em meio urbano, e eliminação dos abrigados. Somando-se a esse manejo, é fundamental a intervenção conjunta e coordenada de outros órgãos governamentais, responsáveis pela manutenção estrutural das redes pluviais e de esgotos, pela remoção de lixo e entulho, pela limpeza de terrenos e logradouros públicos.

• Educação em Saúde

A conscientização da população é necessária para a prevenção de acidentes e a redução de danos causados pós-acidentes. Dessa maneira, o desenvolvimento de atividades de educação em saúde é de absoluta importância.

Deve-se alertar a população para evitar o acúmulo de resíduos e de inservíveis, bem como manter galerias pluviais e de esgotos livres de resíduos e lixo. O acúmulo de lixo e de inservíveis possibilita a proliferação de baratas e outros insetos, que constituem os principais alimentos para escorpiões em meio urbano, favorecendo sua proliferação e instalação.

• Monitoramento e avaliação das ações

Para monitorar e avaliar a eficiência das ações de controle é necessário construir indicadores que permitam estabelecer o nível de infestação domiciliar e a intensidade dessa infestação. Também é importante acompanhar temporalmente os indicadores de saúde, como incidência e mortalidade.

Esses indicadores devem ser construídos a partir do levantamento de dados obtidos nas visitas domiciliares de busca ativa de escorpiões ou nos inquéritos sobre a ocorrência de escorpiões, com a participação de outros profissionais, como agentes comunitários de saúde e/ou agentes de endemias. Mesmo as áreas já controladas devem ser objeto de constante monitoramento, para evitar que voltem a ser infestadas e que o risco da ocorrência de acidentes se eleve.

Observação: consultar *Manual de Controle de Escorpiões* do Ministério da Saúde.

4.2.3 Biossegurança e saúde do trabalhador no controle de escorpiões

Para a minimização dos riscos, durante as atividades de vistoria e captura de escorpiões, os profissionais de saúde devem fazer uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados, portar-se de maneira atenciosa e cuidadosa, trabalhar em dupla e fazer uso dos materiais listados no quadro a seguir, que podem ser acrescidos de outros, conforme a necessidade local:

- Crachá de identificação dos agentes.
- Bota ou sapato fechados.
- Calça comprida, com a boca da calça para dentro da meia.
- Camisa de manga curta, ou pulso justo, quando longa.
- Luvas de vaqueta (“luva de eletricista”) ou de raspa de couro.
- Pinça anatômica, ponta romba, de aço inoxidável, com aproximadamente 30 cm.
- Chapéu ou boné – cabelos longos devem estar presos.
- Recipiente adequado para o armazenamento dos animais – preferencialmente de plástico, com boca larga e tampa rosqueada.

4.2.4 Transversalidade

Paralelamente à realização das atividades de controle nas áreas-alvo, deve-se articular a intra e intersectorialidade, de modo a otimizar o repasse de informações e implementar ações de manejo ambiental, entre outras, na área a ser trabalhada. Para tanto, devem ser considerados como potenciais parceiros, entre outros:

Demais áreas da Secretaria Municipal de Saúde

- **Atenção à Saúde:** assistência médica, oportuna notificação de casos de acidentes causados por escorpiões, possibilitando a atuação adequada para o controle desses animais sinantrópicos.
- **Vigilância em Saúde Ambiental:** especialmente para situações de incêndios e queimadas em que os escorpiões podem ser desalojados e, assim, invadir a área urbana.

Muitas das intervenções necessárias dependem de serviços que fogem ao escopo da área de vigilância de zoonoses, pois o manejo do ambiente, com vistas ao controle de escorpiões, requer mudanças nas condições ambientais urbanas, em muitos aspectos, assim como a mudança de comportamento da população.

• Serviço de Limpeza Urbana

Compete a este, ou a órgão responsável pelos serviços de coleta de resíduos de saúde, domiciliar e seletiva, a varrição de vias públicas, a lavagem de monumentos e escadarias e a remoção de entulho. Ao serem detectados pontos viciados de lixo (pelos responsáveis pelo controle e pelo manejo de escorpiões), estes devem ser comunicados ao serviço de limpeza urbana, para as providências e os procedimentos necessários.

• Sistema de Abastecimento de Águas e Esgotos

O serviço de saneamento deve ser informado sobre a necessidade de manutenção das redes fluviais, devido à identificação de proliferação de escorpiões nestas.

Secretaria Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação apresenta fundamental importância na divulgação de informações relativas ao controle de escorpiões. Unidades escolares localizadas em áreas-alvo para controle de escorpião ou nas suas imediações podem ser parceiras e ponto de partida de ações educativas que permitam à população adotar práticas e medidas que impeçam a instalação e a proliferação desses animais, potencializando, assim, as ações já desenvolvidas pela Secretaria da Saúde nesse âmbito.

Secretaria Municipal de Assistência Social

À Secretaria Municipal de Assistência Social – ou ao órgão responsável por formular, implantar, regular, financiar, executar, monitorar e avaliar a política de assistência social – compete atuar sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Assim, a área de vigilância de zoonoses deve articular-se com essa Secretaria a fim de estabelecer parceria visando à diminuição da vulnerabilidade social relativa a condições de moradia, para, assim, desfavorecer e combater a proliferação de escorpiões.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

À Secretaria Municipal de Meio Ambiente – ou ao órgão responsável pelo meio ambiente – compete realizar ações conjuntas para fiscalizar e buscar melhorias das condições ambientais. Assim, a área de vigilância de zoonoses deve articular-se com essa Secretaria a fim de estabelecer parceria visando à diminuição das condições ambientais favoráveis à proliferação de escorpiões.

4.3 Controle de vetores

Vetores são seres vivos que transportam organismos patogênicos de forma mecânica (vetores mecânicos) ou biológica (vetores biológicos), promovendo a disseminação desses agentes infecciosos e a infecção de novas pessoas ou animais. Os vetores biológicos, que veiculam e transmitem os agentes infecciosos desde o reservatório ou amplificador até o hospedeiro, são os vetores de relevância para a saúde pública (vetores de importância médica).

Para o controle de vetores de importância médica são estabelecidas normas e diretrizes descritas em guias e programas nacionais de controle de doenças.

4.3.1 Principais vetores de relevância para a saúde pública

- ***Aedes sp.* (vetor da febre amarela, da dengue, da febre de chikungunya, febre pelo vírus Zika, entre outras arboviroses)**

Atualmente, esses culicídeos, hematófagos, são encontrados em todos os estados brasileiros. O *Aedes aegypti* adulto, principal transmissor da dengue, da Chikungunya e da febre amarela urbana, é escuro, com faixas brancas nas bases dos segmentos tarsais e com um desenho em forma de lira no mesonoto. Os ovos são depositados pela fêmea, individualmente, nas paredes internas dos depósitos que servem como criadouros, próximos à superfície da água. A fase larvária, dependendo da temperatura, da disponibilidade de alimento e da densidade das larvas no criadouro, pode variar de cinco dias a algumas semanas, antes de sua transformação em pupa. As larvas passam a maior parte do tempo alimentando-se, principalmente, de material orgânico acumulado nas paredes e no fundo dos depósitos. O repasto sanguíneo das fêmeas, assim como a oviposição, ocorre quase sempre durante o dia, nas primeiras horas da manhã e ao anoitecer. A fêmea grávida é atraída por recipientes escuros ou sombreados, com superfície áspera, nos quais deposita os ovos – ela distribui cada postura em vários recipientes.

- **Carrapatos do gênero *Amblyomma* (vetores da febre maculosa)**

São artrópodes hematófagos que possuem dispersão em todas as regiões do País, sendo que algumas espécies apresentam particularidades quanto aos ambientes rurais, urbanos e periurbanos. Depois de infectados, os carrapatos podem transmitir o agente etiológico de forma vertical (transmissão transovariana) e entre os estágios evolutivos (transmissão transtadial). Essa característica biológica permite ao carrapato permanecer infectado durante toda a sua vida e, também, por muitas gerações, após uma infecção primária.

As larvas (micuins) predominam nos meses de abril a julho, e os adultos, nos meses quentes e chuvosos, de outubro a março. O *Amblyomma cajenense* é o principal carrapato de importância em saúde pública por transmitir a febre maculosa brasileira.

- ***Anopheles sp.* (vetor da malária)**

Mosquitos anofelinos (família *Culicidae*) são insetos amplamente distribuídos no território nacional. As fêmeas alimentam-se de sangue e algumas espécies podem ter muita preferência por humanos, um dos requisitos para garantir a competência vetorial. Anofelinos têm atividade noturna e, em geral, são encontrados mais ativos no início da noite, mas o comportamento pode variar bastante conforme a espécie, a área geográfica e até mesmo ao longo do ano. Nem todas as espécies têm importância epidemiológica, e o *Anopheles darlingi* é considerado o principal vetor da malária no Brasil. Essa espécie se procria, normalmente, em águas de baixo fluxo, profundas, límpidas, sombreadas e com pouco aporte de matéria orgânica e sais.

• ***Biomphalaria* sp. (hospedeiro intermediário/vetor da esquistossomose)**

No Brasil, a principal doença a que o caramujo da família *Planorbidae*, do gênero *Biomphalaria*, está relacionado é a esquistossomose mansoni, sendo encontradas as espécies *Biomphalaria glabrata*, *B. straminea* e *B. tenagophila*. O homem pode, também, fazer parte do ciclo de transmissão da fasciolose e angiostrongilose abdominal, mas como hospedeiro acidental. Esses caramujos habitam em áreas naturais ou em corpos-d'água artificiais. Os caramujos desse gênero apresentam duas características biológicas fundamentais para a preservação e a expansão das espécies e das populações, em ambientes sujeitos às perturbações ambientais: são hermafroditas simultâneos e, em situação de seca, dessecam, mantendo-se vivos, recolhidos à concha, preservando-se até a próxima estação úmida. No Brasil, a esquistossomose é uma doença endêmica em vasta extensão do território, havendo registros de sua distribuição em 24 estados, localizados, principalmente, nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.

• ***Culex* sp. (vetor da filária e de arbovírus)**

Espécie de vetor mais disseminada no País, ocorrendo por todo o território nacional. São culicídeos, hematófagos, que possuem pernas e antenas longas, sendo os adultos alados, enquanto as fases imaturas (larvas) são aquáticas. As larvas necessitam de água parada e com alta carga de matéria orgânica para se desenvolver, sendo que sua proliferação excessiva em uma dada região é indicadora de poluição dos corpos-d'água. São insetos com elevada fecundidade, alto índice reprodutivo e curto ciclo biológico (> 10 gerações anuais). O ataque ao homem pelo *C. quinquefasciatus*, principal vetor do agente causador da filariose e possível vetor do vírus do Nilo ocidental, ocorre, obrigatoriamente, à noite, preferencialmente durante o repouso. Utilizam as residências humanas como abrigo, mas só são estimulados para a hematofagia no crepúsculo vespertino e à noite.

• ***Lutzomyia* sp. (vetor das Leishmanioses)**

Flebotomíneo, hematófago, que possui distribuição em todo território nacional, sendo que algumas espécies possuem predominância por algumas regiões do País. As fêmeas realizam a ovipostura em lugares úmidos que contenham matéria orgânica em decomposição e protegidos da luz. A forma adulta é um inseto pequeno (2 mm a 3 mm). Apresenta cabeça posicionada para baixo, asas lanceoladas e corpo recoberto de pilosidades. Em geral, apresenta voo silencioso e curto, o que torna sua presença, muitas vezes, imperceptível. A hematofagia é predominantemente crepuscular e noturna. Entretanto, algumas espécies podem, excepcionalmente, apresentar hematofagia diurna.

• **Pulgas (vetores da peste bubônica)**

As pulgas são os vetores biológicos da peste bubônica e pertencem à ordem *Siphonaptera* (do grego *siphon* = tubo, *aptera* = sem asas), que é composta por quase 3 mil espécies, 60 das quais já foram identificadas no Brasil. Os machos e as fêmeas são hematófagos, possuem aparelho bucal do tipo picador-sugador e parasitam mamíferos (94%) e aves (6%), sendo os roedores seus hospedeiros preferenciais (74%). São insetos de coloração castanha, corpo achatado lateralmente, com cerdas voltadas para trás, destituídos de asas, dotados de três pares de patas (haxápodes) e medem 3 mm em média. O artrópode ingere o sangue do hospedeiro bacterêmico e o bacilo multiplica-se no seu estômago, preenchendo a parte anterior do canal intestinal, o proventrículo, determinando o fenômeno de “bloqueio”. As pulgas ditas “bloqueadas” são altamente infectantes, pois, ao tentarem se alimentar, fazem grande esforço para sugar e provocam a regurgitação do conteúdo do proventrículo e a consequente inoculação de miríades de bactérias na corrente sanguínea do novo hospedeiro. Os gêneros mais importantes e associados à transmissão da doença nos focos naturais de peste, no Brasil, são: *Pulex*, *Xenopsylla*, *Ctenocephalides*, *Polygenis*, *Craneopsylla*, *Tunga* e *Adoratopsylla*.

- **Triatomíneos (vetores da doença de Chagas)**

São hemípteros (insetos grandes) que apresentam o primeiro par de asas com uma parte membranosa e outra parte dura, coriácea. Todos os hemípteros possuem um aparelho bucal do tipo “picador-sugador”, que pode ser utilizado para sugar seiva de plantas (hemípteros fitófagos), para sugar outros insetos (hemípteros predadores ou entomófagos), ou para sugar sangue (hemípteros hematófagos, os triatomíneos). Das centenas de espécies de triatomíneos conhecidas como responsáveis pela transmissão da doença de Chagas, 63 já foram identificadas no Brasil. Destas, algumas têm especial importância na transmissão domiciliar da doença de Chagas ao homem. Os “barbeiros”, também como são conhecidos esses insetos, vivem em domicílios e no peridomicílio, normalmente em residências com estrutura precária que apresentam muitas frestas, entranhas e buracos.

4.3.2 Definição da situação problema

Para instituição do controle vetorial, deve-se, primeiramente, realizar um diagnóstico situacional para análise e definição do problema existente. Assim, é necessário realizar:

4.3.2.1 Atualização quanto ao número de casos humanos

O controle vetorial pode ou não depender da ocorrência de doença, haja vista também ter caráter preventivo em áreas de risco. Assim, a área de vigilância de zoonoses deve estar sistematicamente em interlocução com a vigilância epidemiológica para conhecimento quanto à ocorrência de casos humanos de doenças vetoriais em âmbito local e regional, permitindo, assim, maior clareza sobre a situação local da(s) doença(s) transmitida(s) pela(s) espécie(s) vetor alvo. Esse levantamento busca orientar quanto à gravidade da situação e será referência na avaliação das ações de controle da doença, entre elas, o controle vetorial.

4.3.2.2 Identificação da espécie vetor e da área-alvo

O controle vetorial só será feito mediante a presença do vetor. Assim, antes de realizar o controle vetorial químico, físico ou biológico, deve-se constatar a presença do vetor por meio de captura e identificação. Concomitantemente ou não à identificação do vetor, é essencial definir a área de abrangência do vetor, sendo esta a área prioritária e alvo para a aplicação das medidas de controle vetorial. Diferenciando-se entre as espécies de vetor, seguem os procedimentos para a identificação da espécie vetor e da área-alvo:

- ***Aedes sp.***

Proceder à pesquisa entomológica empregando-se procedimentos de coleta de ovos, larvas, pupas e mosquitos adultos, sendo mais habitual a pesquisa larvária por meio do Levantamento de Índice Amostral (LIA) ou do Levantamento de Índice Rápido para *Aedes aegypti* (LIRAA).

A visita domiciliar é imprescindível na análise da situação, sendo o domicílio uma unidade amostral que deve ser visitada com o objetivo de inspecionar depósitos ou recipientes que contenham água. Com os dados coletados no campo, são estimados os índices entomológicos que indicam a situação da infestação de formas imaturas (larvas e pupas) e os tipos de recipientes predominantes.

- **Carrapatos do gênero *Amblyomma***

Verificar, no local provável de infecção (LPI), mediante um caso, a presença da população de vetores estabelecida e/ou a presença de condições naturais favoráveis para o estabelecimento dessa população.

Investigação acarológica: realizada por meio de coleta para a identificação de potenciais vetores envolvidos na ocorrência do(s) caso(s), bem como de taxas de infecção.

Observação: deve-se realizar de rotina a vigilância acarológica, que também é realizada por meio de coleta, antes da ocorrência de casos humanos, tendo como finalidade identificar a possível presença de vetores de relevância para a saúde pública. A vigilância acarológica proporciona rapidez e agilidade na execução da investigação acarológica, que aumenta a efetividade das ações de controle da doença, de forma oportuna.

• ***Anopheles sp.***

O uso de ferramentas de controle vetorial que utilizam inseticidas deve priorizar áreas de alta e média transmissão de malária. Os estudos para verificar o horário de atividade e o comportamento dos anofelinos servem como linha de base para monitorar possíveis mudanças comportamentais ao longo dos anos, e os mesmos indicadores entomológicos podem ser utilizados para avaliação das intervenções de controle vetorial. Os hábitos das espécies de anofelinos devem ser monitorados nos locais prévia e posteriormente à aplicação de inseticida, com as análises epidemiológicas das mesmas áreas. O reconhecimento do território em estudo, a composição e a caracterização das espécies ocorrentes devem servir de subsídio para a definição de áreas receptivas (áreas onde a presença, a densidade e a longevidade do vetor tornam possível a transmissão autóctone) e para a tomada de decisões para as ações de controle vetorial, bem como para a avaliação dessas atividades.

As intervenções de controle vetorial devem ser acompanhadas de oferta de diagnóstico oportuno e disponibilidade de tratamento gratuito e de qualidade.

• ***Biomphalaria sp.***

Determinar a área de transmissão: esta é realizada pela pesquisa sobre o local de procedência do doente, além de investigar os conviventes e pesquisar os hospedeiros intermediários nas coleções hídricas.

Determinar a densidade de planorbídeos: após o estudo qualitativo da fauna malacológica, deve-se realizar estudo quantitativo dos moluscos de importância epidemiológica.

Monitorar criadouros: após o reconhecimento do local, devem-se identificar e assinalar os criadouros atuais e potenciais, considerando a frequência da população humana no local, a ocorrência de planorbídeos com as formas infectantes de *Schistosoma mansoni*, a densidade populacional dos moluscos e a espécie transmissora. Esses criadouros ou focos devem ser classificados conforme seu grau de significância ou importância epidemiológica.

• ***Culex sp.***

Para a identificação da área a ser trabalhada e a avaliação da densidade de culicídeos na área, é necessário pesquisar e mapear os principais criadouros de mosquitos e definir pontos de monitoramento de larvas e mosquitos adultos.

O programa de monitoramento tem como objetivo identificar áreas com maior densidade vetorial e que demandam ações de controle vetorial, além de monitorar e avaliar a efetividade dessas ações. Para tanto, devem-se realizar coletas periódicas de larvas e de adultos nos pontos amostrais, que terão de ser alocados ao longo de toda a extensão dos ambientes propícios a serem utilizados como criadouros.

Nesses pontos, deverão ser feitas as coletas para a pesquisa de espécimes imaturos, por meio de “conchadas”, e instaladas armadilhas para coleta de mosquitos adultos, utilizando-se de aparelhos elétricos portáteis, em abrigos na vegetação marginal de rios e córregos.

• *Lutzomyia sp.*

O controle químico é indicado em áreas com registro do primeiro caso autóctone de LV, imediatamente após a confirmação da presença do vetor obtida pela investigação entomológica, em áreas com situação de surto e em áreas com transmissão moderada ou intensa em que tenha sido determinada a curva de sazonalidade do vetor por meio do monitoramento entomológico. As atividades referentes à vigilância entomológica (investigação, levantamento e monitoramento entomológico) estão descritas no *Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral*, bem como a determinação da área a ser borrifada. Quanto à leishmaniose tegumentar americana (LTA), a vigilância entomológica deve ocorrer por meio de estudos bioecológicos das espécies apontadas como vetoras comprovadas ou suspeitas, levantando informações de caráter quantitativo e qualitativo sobre os flebotômíneos em áreas de transmissão, assim como naquelas sem transmissão. Enfatiza-se, ainda, que o controle químico somente seja realizado para áreas com:

- Ocorrência de mais de um caso humano de LTA, num período máximo de seis meses do início dos sintomas, em áreas novas ou em surto, associado às evidências de que a transmissão vem ocorrendo no ambiente domiciliar, isto é, que há a adaptação das espécies participantes da transmissão.
- Ocorrência de casos humanos de LTA na faixa etária inferior a 10 anos, num período máximo de seis meses do início dos sintomas, entre a ocorrência de um caso e outro, associado a evidências de que a transmissão vem ocorrendo no ambiente domiciliar, isto é, que há a adaptação das espécies participantes da transmissão.

• Pulgas

As atividades de vigilância e prevenção da peste são desenvolvidas rotineiramente nas regiões pestíferas. Devem ser ajustadas às condições particulares de cada foco, exigindo estudo detalhado das características ecológicas da área envolvida para conhecimento da população de pulgas eventualmente existente. É relevante, nesse processo, a captura de pulgas.

A captura e o exame de pulgas visam à verificação periódica da composição e do perfil dos animais existentes nas áreas focais e à confirmação da circulação da *Yersinia pestis*. Normalmente (mas não obrigatoriamente), poderá ser feito de três em três anos, ou até mais (de cinco em cinco), já que a composição populacional dos animais não parece mudar muito em períodos de poucos anos, a não ser em circunstâncias de alterações drásticas do meio ambiente.

Essas não são atividades regulares de realização sistemática, pois dependem da ocorrência de determinados eventos de natureza epidemiológica mais ou menos raros e de grande variabilidade, os quais deverão ser objeto da competente investigação.

Atividades de captura e exame de pulgas também podem ser realizadas como parte integrante de estudos especiais para caracterização de áreas focais que são antigas silentes, ou de possíveis novas áreas.

• Triatomíneos

A identificação e o monitoramento das populações triatomínicas devem ser realizados por meio de vigilância ativa e passiva. A vigilância ativa consiste na pesquisa programada, pelas equipes responsáveis pelo controle do vetor, das unidades domiciliares de uma determinada localidade. Já a vigilância passiva, baseia-se na notificação de insetos pelos cidadãos. Devem, também, ser realizadas a delimitação da área de transmissão, a coleta e a identificação de triatomíneos.

4.3.3 Controle

4.3.3.1 Educação em saúde

Devem ser implantadas (caso já não existam como medida de prevenção) medidas de educação em saúde voltadas para a prevenção da doença de transmissão vetorial alvo, logo que se defina a situação problema. Tais medidas devem ser contínuas e desenvolvidas durante todo o processo de controle vetorial, podendo ser mantidas mesmo após o término desse controle.

Observação: consultar tópico “Educação em saúde” deste Manual.

4.3.3.2 Controle vetorial

- *Aedes sp.*

Existem três mecanismos de controle do *Aedes sp.*; são eles: químico, mecânico e biológico. Estes podem ser utilizados de forma integrada ou individualizada, que dependerá do grau de infestação e de transmissão.

Controle químico: consiste no uso de substâncias químicas – inseticidas – para o controle do vetor nas fases larvária e adulta. É fundamental o uso racional e seguro dos inseticidas nas atividades de controle vetorial, tendo em vista que o seu uso indiscriminado determina impactos ambientais, além da possibilidade de desenvolvimento da resistência dos vetores aos produtos. É importante salientar que os inseticidas utilizados pelos programas nacionais de controle vetorial devem ser fornecidos pelo Ministério da Saúde, salvo em casos excepcionais, definidos pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

Controle mecânico: consiste na adoção de práticas de manejo ambiental⁵ capazes de impedir a procriação do *Aedes sp.*, tendo como principais atividades a proteção, a destruição ou a destinação adequada de criadouros, que devem ser executadas, prioritariamente, pelo próprio morador e/ou proprietário.

Controle biológico: o rápido estabelecimento da resistência nas populações do mosquito a vários inseticidas químicos e os danos causados por estes ao meio ambiente têm resultado na busca de novas alternativas de controle, tais como o uso de agentes biológicos.

- Carrapatos do gênero *Amblyomma*

O objetivo do controle da população de carrapatos é manter a níveis mínimos de infestação, e não executar sua erradicação, já que as fases de vida livre do carrapato são mantidas conforme condições de vegetação favoráveis, não permitindo sua eliminação.

O manejo do ambiente e o uso de produtos químicos para o controle das populações de carrapatos em suas fases de vida livre podem ser realizados quando diante de notificação da circulação de febre maculosa, em área com alta população de carrapatos e com relatos frequentes de parasitismo em humanos. Essas medidas devem ser realizadas após decisão conjunta com outras secretarias e outros órgãos de controle envolvidos, como avaliação da área, da situação epidemiológica e das intervenções possíveis e em consonância com as legislações vigentes, de maneira a minimizar os riscos de contaminação ambiental e a destruição de áreas envolvidas nessa atividade.

⁵ A área de vigilância de zoonoses poderá articular-se com o setor competente do Poder Executivo local, caso seja necessário, para maior efetividade das ações, por meio da correção do meio ambiente.

Controle químico: é recomendado em infestações de vetores no intradomicílio. Essa atividade deve ser desenvolvida por profissionais especializados. A área de vigilância de zoonoses poderá orientar quanto a procedimentos, bem como quanto à eficácia de produtos químicos; no entanto, é de responsabilidade do morador a contratação do serviço especializado.

Em animais domésticos e de produção, é recomendado realizar o controle periódico dos carrapatos e demais ectoparasitos, já que esses hospedeiros e/ou amplificadores são os responsáveis por manter as populações de vetores próximas à população humana. Da mesma forma, esse procedimento poderá ser orientado pela área de vigilância de zoonoses, cabendo ao proprietário a responsabilidade desse controle, preferencialmente sob o acompanhamento de profissional capacitado.

Controle mecânico: é realizado por meio do manejo no ambiente⁶, no qual a área de vigilância de zoonoses poderá orientar a população e/ou proprietário do(s) animal(is) doméstico(s) sobre como proceder. Perante avaliação prévia da área potencial ou infestada por carrapatos, é recomendado manter a vegetação rasteira, objetivando eliminar, quando possível, ou diminuir o abrigo para os carrapatos. Destaca-se que essa atividade não é indicada para áreas de preservação ambiental, devendo esse procedimento estar em consonância com a legislação ambiental.

Controle biológico: não há recomendações.

• *Anopheles sp.*

O controle vetorial, preferencialmente planejado e executado pela esfera municipal, tem como objetivo principal reduzir o risco de transmissão da malária, prevenindo a ocorrência de epidemias, com a consequente diminuição da morbimortalidade.

Controle químico: a escolha das intervenções deverá basear-se em determinantes definidos e dependerá da possibilidade de se cumprir os requisitos e as indicações necessárias para que a ação de controle seja eficaz. A possibilidade de se usar duas ou mais ações de controle de modo simultâneo deve ser considerada, sempre que indicado e operacionalmente possível.

As intervenções recomendadas pelo Programa Nacional de Controle da Malária são: a borrifação residual intradomiciliar (BRI) e os mosquiteiros impregnados com inseticida de longa duração (controle químico). Para situações emergenciais ou de supressão vegetal, pode-se utilizar a nebulização espacial.

Controle mecânico de criadouros: é feito mediante correção do meio ambiente, seja drenagem, aterro ou modificação do fluxo da água, sendo preferível em caso de criadouros permanentes, pois é definitivo e tem, normalmente, maior impacto na população de imaturos e, consequentemente, na transmissão de malária. Esse processo deve ser realizado pela área competente do Poder Executivo local, cabendo ao setor Saúde articular-se com ele. A limpeza da vegetação das margens também pode ter impacto na população de larvas e pupas, uma vez que altera o ambiente, tornando-o menos favorável para o desenvolvimento de imaturos.

Controle biológico: exige a avaliação criteriosa dos criadouros, a fim de garantir que os critérios técnicos (criadouros em baixo número na localidade, com área de extensão definida, com alta produtividade e proximidade das casas) sejam cumpridos e que seja avaliada a frequência de aplicação necessária do biolarvicida para ter uma boa relação custo-benefício. Deve ser sempre acompanhado de intervenções de controle vetorial destinadas a mosquitos adultos.

⁶ A área de vigilância de zoonoses poderá articular-se com o setor competente do Poder Executivo local, caso seja necessário, para maior efetividade das ações, por meio da correção do meio ambiente.

- ***Biomphalaria sp.***

O controle de populações de planorbídeos pode ser realizado por método biológico, físico ou químico. Como as três modalidades implicam ações de maior ou menor impacto ambiental, sua implementação depende de estudos prévios, obedecendo à legislação ambiental.

Controle químico: a aplicação de métodos químicos para o controle de planorbídeos é recomendada como medida auxiliar em localidades onde haja foco de importância epidemiológica e quando obras de engenharia sanitária não são viáveis. O fato de o hospedeiro intermediário ser um dos elos mais resistentes na cadeia de transmissão, e levando-se em conta a agressão provocada pelos moluscicidas químicos à flora e à fauna aquáticas, é imprescindível o conhecimento da dinâmica populacional dos caramujos, de modo que a aplicação do moluscicida tenha o máximo de eficácia. A aplicação de moluscicida deverá ser concomitante ao tratamento clínico.

Qualquer intervenção no meio ambiente deve ser precedida de contato com a representação do órgão ambiental competente na região, para que seja dada ciência das ações a serem desenvolvidas, de acordo com a legislação pertinente.

Controle mecânico: consiste na manipulação de fatores-chave do ambiente por meio do manejo ambiental⁷ e da correção do meio ambiente, a fim de impedir o desenvolvimento e a manutenção das populações dos moluscos. Deve ser realizado pelos órgãos competentes e visa à eliminação de criadouros, principalmente por meio de saneamento hídrico (saneamento básico), limpeza e remoção da vegetação aquática, aterramento de coleções hídricas, drenagem e retificação de leitos, revestimento e canalização dos cursos-d'água.

Controle biológico: envolve a introdução de organismos com ação predadora, competitiva, parasitária ou patogênica sobre os moluscos hospedeiros, tal como a introdução de outros moluscos, peixes predadores de caramujos planorbídeos, camarões e insetos.

- ***Culex sp.***

A aplicação de medidas de controle deve ocorrer com as demais atividades preconizadas pelo Manejo Integrado de Vetores (MIV). A depender da motivação do controle, algumas medidas são mais indicadas do que outras. Por exemplo, em situações de ocorrência de arboviroses, é necessário adotar medidas de bloqueio de transmissão com efeito imediato. Nos programas de controle de longa duração, geralmente preventivos, deve-se optar por medidas de controle sustentáveis, com utilização de distintos métodos, concomitantemente ou em sistema de rotação.

Controle químico: o controle químico de mosquitos adultos deve ser reservado para as situações de surto, com objetivo de bloqueio da transmissão.

Controle mecânico: realizado de forma preventiva, por meio de manejo ambiental⁸, por redução da disponibilidade de criadouros, eliminando todos os recipientes descartáveis que possam acumular água, principalmente pneus.

Controle biológico: no controle biológico, utilizam-se competidores, predadores, parasitos e entomopatógenos para reduzir a população do inseto-alvo.

⁷ A área de vigilância de zoonoses poderá articular-se com o setor competente do Poder Executivo local, caso seja necessário, para maior efetividade das ações, por meio da correção do meio ambiente.

⁸ A área de vigilância de zoonoses poderá articular-se com o setor competente do Poder Executivo local, caso seja necessário, para maior efetividade das ações, por meio da correção do meio ambiente.

Os resultados dessas ações podem ser monitorados e avaliados por meio da densidade larvária e pela pesquisa da densidade de mosquitos adultos.

- ***Lutzomyia sp.***

Para a realização de medidas eficazes de prevenção e controle das leishmanioses, devem-se considerar as peculiaridades das áreas com e sem transmissão da doença e, ainda, a diversidade das espécies de flebotomíneos vetores. Assim, a implementação de estudos biotecnológicos das espécies apontadas como vetores, comprovadas e/ou suspeitas, é capaz de trazer informações úteis para subsidiar a elaboração de indicadores que venham a contribuir com a avaliação das condições locais para a transmissão de doenças, de acordo com o especificado no *Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral* e no *Manual de Controle da Leishmaniose Tegumentar Americana*.

Controle químico: o controle químico feito por meio da utilização de inseticidas de ação residual é uma das medidas de controle vetorial recomendadas no âmbito da proteção coletiva, porém seu uso só é indicado após avaliação criteriosa dos dados obtidos na investigação epidemiológica do caso e na pesquisa entomológica na área de transmissão. A indicação do controle químico deverá ser determinada pelas análises conjuntas dos dados epidemiológicos e entomológicos. Além disso, não há indicação do controle químico para ambiente silvestre.

Essa ferramenta é dirigida apenas para o inseto adulto e tem como objetivo evitar e/ou reduzir o contato entre o inseto transmissor e a população humana, diminuindo, assim, o risco de transmissão da doença. Quando indicado, o controle químico deve ser feito com produto de comprovada ação residual, sobre a superfície de paredes do domicílio e anexos. A aplicação espacial de inseticida não é indicada.

Controle mecânico: realizado mais de forma preventiva, por meio de manejo ambiental⁹, por redução dos criadouros.

Controle biológico: não há recomendações.

- **Pulgas**

Controle químico: o ambiente onde vivem os contatos deve ser desinfestado de pulgas (despulgado), por meio do uso de inseticidas. Caso suspeite-se que outras habitações possam estar com pulgas contaminadas, deve-se estender essa medida. Se houver indicação de desratização ou antirratização, a eliminação das pulgas deve anteceder a eliminação dos roedores. Tal atividade é importante, pois evita que as pulgas procurem outra fonte de alimento, parasitando outros animais e até mesmo o homem. Vários tipos de inseticidas podem ser empregados, com sucesso, para o controle das pulgas, destacando-se o grupo dos carbamatos.

Controle mecânico: não há recomendações.

Controle biológico: não há recomendações.

- **Triatomíneos**

O controle da população de triatomíneos deve ser realizado de maneira integrada, com ações de manejo do ambiente e de controle químico, quando indicado. O controle biológico não é recomendado pelo Ministério da Saúde.

⁹ A área de vigilância de zoonoses poderá articular-se com o setor competente do Poder Executivo local, caso seja necessário, para maior efetividade das ações, por meio da correção do meio ambiente.

Controle químico: o emprego, regular e sistemático, de inseticidas piretroides de ação residual, aplicado no intra e no peridomicílio, é recomendado apenas em situações específicas, considerando a espécie encontrada, seu comportamento e o nível de domiciliação.

Controle mecânico: não há recomendações.

Controle biológico: não há recomendações.

4.3.4 Transversalidade

4.3.4.1 Controle de culicídeos e flebotomíneos

Articulação com órgãos municipais de Meio Ambiente e de obras. Para mosquitos do gênero *Aedes* e para flebotomíneos, incluir a articulação com órgãos ligados à limpeza urbana, buscando a melhoria da coleta e a destinação adequada de resíduos sólidos e orgânicos.

4.3.4.2 Controle de triatomíneos

A transmissão vetorial pode ser controlada mediante melhoria ou substituição de habitações de má qualidade (que propiciam a domiciliação e a permanência dos triatomíneos no *habitat* humano) por casas de paredes rebocadas, sem frestas, que dificultem a colonização dos vetores. Para isso, pode ser contatado o Programa de Melhoria Habitacional da Funasa/Ministério da Saúde.

4.3.4.3 Controle de carrapatos do gênero *Amblyomma*

Articulação com órgãos de Meio Ambiente para o manejo ambiental necessário para o controle de carrapatos de relevância para a saúde pública.

4.3.4.4 Controle de caramujos (*Biomphalaria* sp.)

Articulação com órgãos de Meio Ambiente e de águas para o manejo ambiental e o saneamento hídrico necessários para o controle desses moluscos de relevância para a saúde pública.

4.3.4.5 Controle de pulgas (vetores da peste bubônica)

Articulação com órgãos de Meio Ambiente para o manejo ambiental necessário para o controle de pulgas de relevância para a saúde pública.

4.3.5 Monitoramento e avaliação

Deve-se atentar para o uso de método e indicadores normatizados pelas diretrizes nacionais do Ministério da Saúde (MS) para esse tipo de avaliação.

4.3.5.1 Número de casos humanos da doença de transmissão vetorial alvo

Atualização sistemática da vigilância epidemiológica local para acompanhamento do número de casos humanos da doença, durante e após a instituição das ações de controle vetorial. Essa medida busca avaliar a efetividade das ações, propiciando a revisão delas e as possíveis adaptações e complementações.

4.3.5.2 Presença do vetor

Proceder sistematicamente à pesquisa vetorial. Essa medida propicia a avaliação quanto à presença e ao grau de infestação do vetor. Dependendo do vetor, o monitoramento das populações de vetores deve ser realizado por meio de vigilância ativa e passiva. A vigilância ativa consiste na pesquisa programada, pelas equipes responsáveis pelo controle do vetor, em uma determinada localidade, e a vigilância passiva baseia-se na notificação de insetos pelos cidadãos.

4.3.5.3 Manutenção das medidas de controle

Deve-se analisar, durante e após a aplicação das medidas de controle vetorial, se há necessidade de manutenção destas, avaliando possíveis adaptações e complementações. Os principais parâmetros para essa avaliação são o número de casos humanos e a presença (e o grau de infestação) do vetor.

Observação: atentar para as normas vigentes descritas nos programas e nos manuais de controle de espécies específicas do Ministério da Saúde para definir a manutenção das medidas de controle.

5 INSPEÇÃO ZOOSSANITÁRIA

A inspeção zoossanitária deve ser feita em situações nas quais há necessidade de avaliar o risco de transmissão de zoonoses ou de ocorrência de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, podendo ser desencadeada mediante denúncia prévia ou espontânea, quando houver suspeita de risco à saúde coletiva.

As atividades da inspeção zoossanitária podem ou não compor programa de vigilância, prevenção e controle de doenças ou acidentes causados por animais.

É realizada por meio de vistoria em locais públicos ou privados, com presença de animal ou situação ambiental que possa oferecer risco referente às zoonoses e aos acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Tal procedimento visa avaliar as condições higiênico-sanitárias, orientar as pessoas do local sobre as medidas a serem adotadas, bem como definir as ações necessárias para minimizar riscos, incluindo medidas de controle de população de animais obedecendo às normatizações vigentes.

5.1 Atividades a serem desenvolvidas

5.1.1 Intersetorialidade

Para a obtenção de resultados mais efetivos, por tratar-se de problemática que, muitas vezes, extrapola as competências da área de vigilância de zoonoses, sempre que, por consequência da inspeção zoossanitária, seja constatada situação que adentre a competência de outra secretaria, outro órgão ou outra instituição, deve-se proceder à interlocução com a(s) área(s) responsável(is) para que as ações cabíveis sejam desencadeadas por estas.

Objetivando maior eficiência e efetividade, os profissionais de saúde podem realizar essa atividade com outras áreas da vigilância em saúde.

Além disso, sempre que necessário, especialmente nos retornos ou nas novas visitas em locais já constatados como problemáticos, o órgão de segurança pública pode ser acionado para solicitar acompanhamento dos profissionais responsáveis pela inspeção zoossanitária.

5.1.2 Algumas situações passíveis de interlocução com outros órgãos e/ou setores competentes

Situação: abate de animais.

Órgãos e/ou setores competentes: Agricultura, Meio Ambiente e Vigilância Sanitária.

Situação: acumulador compulsivo de animais.

Órgãos e/ou setores competentes: Assistência à Saúde, Assistência Social, Limpeza Pública e Meio Ambiente.

Situação: criação e/ou comércio de animais para consumo ou produtos de origem animal, em área urbana.

Órgãos e/ou setores competentes: Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Agricultura.

Situação: criação e/ou comércio de animais silvestres ou exóticos.

Órgãos e/ou setores competentes: Agricultura e Meio Ambiente.

Situação: maus-tratos a animais.

Órgãos e/ou setores competentes: Meio Ambiente e Segurança Pública.

Situação: prática ilegal de profissão.

Órgãos e/ou setores competentes: Segurança Pública, conselhos profissionais e Vigilância Sanitária.

Situação: vulnerabilidade quanto ao saneamento ambiental.

Órgãos e/ou setores competentes: Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, Assistência à Saúde e Assistência Social.

Observação: em todas as situações citadas e em qualquer outra, ficará a critério do profissional responsável pela inspeção zoossanitária realizar a interlocução pertinente.

5.1.3 Procedimentos

5.1.3.1 Triagem das solicitações

As solicitações para realizar a inspeção zoossanitária devem ser triadas por pertinência e prioridade e, após avaliação de necessidade de visita ao local, estabelecer roteiros segundo rotina operacional da unidade.

5.1.3.2 Diagnóstico situacional

Visita ao local pelo profissional de saúde, preferencialmente um técnico de nível superior e com *status* de autoridade sanitária.

Nessa etapa, devem ser observadas questões como: identificação e caracterização do ambiente, espécie envolvida, número de animais por espécie, condições higiênico-sanitárias do local, condição

aparente de saúde dos animais, destinação de resíduos, condições de alojamento, presença de abrigos, fonte de alimento e água, interação e/ou contato entre pessoas e animais, entre outras condições que propiciem o risco iminente de transmissão de zoonoses de relevância para a saúde pública.

Além disso, deve-se avaliar o risco de transmissão de zoonose para a população vizinha ao eventual foco, bem como de contaminação do ambiente que circunda a área-alvo. Deve-se considerar, ainda, quando houver ocorrência de animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, o risco de infestação por esses animais em áreas vizinhas ao foco.

Atenção: sempre que a situação envolver as espécies canina e felina, solicitar comprovante da vacinação antirrábica.

5.1.3.3 Encaminhamentos

Ausência de situação irregular: não constatada situação irregular, deve ser elaborado relatório de vistoria – que proporciona celeridade ao processo – para encerramento do caso.

Presença de situação irregular: constatada situação irregular, deve-se elaborar um laudo técnico, acompanhado de um Termo de Adequação, elencando as irregularidades constatadas e o conjunto de medidas a serem adotadas para a abordagem do problema em curto, médio e longo prazos; de forma a eliminar, quando possível, ou reduzir os riscos de transmissão de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública.

Uma cópia desse laudo com o Termo de Adequação deve ser entregue ao cidadão responsável a qualquer título pelo imóvel e/ou local, com explicação clara do propósito da vistoria e orientações que devem ser seguidas, a fim de esclarecer quaisquer dúvidas.

Se a situação irregular envolver infração sanitária, deverão ser desencadeados os procedimentos administrativos cabíveis pela autoridade sanitária.

5.1.3.4 Educação em Saúde

Em todas as inspeções, é importante que o profissional realize as ações de educação em saúde com vistas à prevenção de zoonoses ou de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública.

A informação aos cidadãos é necessária para a minimização dos riscos de transmissão de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, inerentes ao processo inadequado de interação entre homem, animais e ambiente. Dessa maneira, o desenvolvimento de atividades de educação em saúde, durante a inspeção zoossanitária, além da correta orientação quanto às atividades a serem realizadas pelo cidadão, em cada caso, é de absoluta importância.

Observação: consultar o tópico “Educação em saúde” deste Manual.

5.1.3.5 Biossegurança e saúde do trabalhador

Para a segurança física dos profissionais, é recomendado que essa atividade seja realizada, pelo menos, em dupla e, sempre que necessário, com acompanhamento de servidores da segurança pública.

Em relação à biossegurança, considerando que os profissionais envolvidos na atividade de inspeção zoossanitária poderão se expor a diferentes tipos de risco, deve-se atentar para a legislação vigente

quanto às normas de biossegurança para as zoonoses relacionadas a cada atividade, bem como às normas relacionadas à saúde do trabalhador.

Os equipamentos de proteção individual, os equipamentos de proteção coletiva e os materiais necessários para a realização das inspeções zoossanitárias devem ser avaliados em cada caso, atentando-se para o uso de vestimenta adequada (macacão ou calça e blusa, bota ou outro calçado), luvas, equipamentos de contenção animal, *kit* de primeiros socorros, álcool em gel, entre outros.

Observação: consultar o tópico “Biossegurança e Saúde do Trabalhador” deste Manual.

6 TRANSVERSALIDADE

A execução de ações transversais pela área de vigilância de zoonoses consiste em estabelecer mecanismos que propiciem a intra e intersetorialidade. Esses mecanismos devem se pautar na interlocução, na articulação, nas parcerias e no estabelecimento de políticas e estratégias para o favorecimento e o fortalecimento das ações e das atividades conjuntas com outras áreas do setor Saúde, e também com outros setores.

Para se buscar a **transversalidade**, devem-se desenvolver ações integradas de gestão e de prestação de serviços entre diferentes políticas, haja vista os problemas sociais; entre eles, os relativos às zoonoses e aos acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, serem interligados e interdependentes e se reforçarem mutuamente. Para o setor Saúde, esse processo deve objetivar o estabelecimento de fluxos de informações e ações coordenadas, visando à eficiência e à eficácia das ações necessárias para a proteção e a promoção da saúde coletiva.

No que se refere à **intrasetorialidade**, esta compreende a interlocução e a articulação sistemática da área de vigilância de zoonoses com outras áreas da Secretaria de Saúde. Quanto à **intersectorialidade**, a área de vigilância de zoonoses deve articular-se sistematicamente com outros setores vinculados ao Estado (Poder Executivo), bem como a outros setores da sociedade.

A área de vigilância de zoonoses deve propor, articular, apoiar, colaborar e realizar parcerias sistemáticas formais ou informais, intra e interinstitucionais, com órgãos e instituições públicas e privadas, visando às ações de interface entre a saúde humana, a saúde animal e o meio ambiente, para viabilizar o cumprimento das atribuições legais e o desenvolvimento de atividades conjuntas para o fortalecimento das ações e dos serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Para isso, deve-se:

- Executar ações, atividades e estratégias de forma articulada e com interlocução direta com a Atenção Primária à Saúde e em outros níveis de atenção à saúde.
- Executar ações, atividades e estratégias de forma articulada e com interlocução direta com as vigilâncias (epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental e de saúde do trabalhador) da secretaria de saúde local.
- Articular e promover a participação comunitária.
- Articular e promover parcerias com organismos governamentais do Poder Executivo Municipal, Estadual e/ou Federal, tais como Meio Ambiente, Saneamento Básico, Limpeza Pública, Segurança Pública e Viária, Agricultura, entre outros.

- Articular e promover parcerias com organismos não governamentais, como instituições de ensino, estabelecimentos veterinários, estabelecimentos de saúde, entre outros, que a área de Vigilância de Zoonoses considerar relevantes para a determinação de uma parceria.
- Subsidiar e participar da elaboração dos planos de saúde, das programações anuais de saúde e do Relatório Anual de Gestão, a partir da análise epidemiológica das zoonoses, em conformidade com a normatização vigente.
- Propor campanhas publicitárias que venham a atender às necessidades da área de Vigilância de Zoonoses.

A área de Vigilância de Zoonoses deve avaliar **critériosamente** as atividades a serem executadas, distinguindo-as de atividades relativas a outras políticas públicas, como as de **meio ambiente, saúde animal, bem-estar animal, limpeza e segurança pública e viária ou quaisquer outras relacionadas à execução de ações sobre as populações de animais**, mesmo que estas incidam sobre as condições de saúde da população humana, conforme disposto no artigo 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 141, de 13 de fevereiro de 2012. Tal avaliação visa à identificação e diferenciação entre as atividades relativas à área de vigilância de zoonoses e aquelas relativas a outros setores.

7 EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Considerando que a relação da população humana com seu ambiente, nele incluídos os animais, propicia, muitas vezes, condições para a transmissão e a manutenção de doenças, o processo de educação em saúde consolida-se como uma ferramenta para a prevenção e o controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Além disso, deve-se considerar que, sem a efetiva participação da sociedade, as medidas de prevenção e controle dos agravos à saúde tornam-se limitadas e, muitas vezes, ineficientes.

A área de Vigilância de Zoonoses deve conter as informações técnicas e promover a educação em saúde sobre prevenção de doenças em humanos, priorizando a interação do ser humano com os animais e o ambiente.

As atividades de educação em saúde devem ser realizadas de maneira contínua, podendo ser pontuais, conforme o contexto local. Tais atividades são organizadas por meio de programas com objetivos e metas bem definidos, tendo como finalidade incorporar as orientações transmitidas ao cotidiano da população, levando-a a mobilizar-se para a prevenção dos agravos. As doenças e os agravos podem ser trabalhados de forma única ou separadamente, sendo as atividades constantemente monitoradas e avaliadas.

As estratégias, os meios e os artifícios utilizados na comunicação, inclusive os materiais educativos, devem ser elaborados para possibilitar que a informação científica seja repassada de forma compreensível, considerando o contexto social, histórico e cultural da população-alvo.

As ações, as atividades e as estratégias de educação em saúde podem ser executadas de forma interinstitucional, intersetorial e/ou multidisciplinar, com a finalidade de aperfeiçoar o processo e de atingir um público maior, sendo preservados o objetivo e as metas do setor Saúde, quanto à promoção e à proteção da saúde coletiva.

A educação em saúde é, fundamentalmente, uma educação social, não existindo métodos padronizados para suas atividades. Assim, a escolha da estratégia deve basear-se nas características sociais, econômicas, ambientais e culturais locais.

Estratégias

Participação comunitária: a comunidade deve ser estimulada a participar do processo de prevenção de zoonoses, compreendendo sua importância e, efetivamente, fazendo parte dele. Assim, pode ser realizada atividade de educação em saúde em determinada comunidade para incentivar, por exemplo, a criação de mutirões (serviço + comunidade) para a realização de uma atividade.

Visitas domiciliares: conforme situação epidemiológica, pode-se utilizar desse tipo de estratégia para influenciar, de forma mais rápida e direta, a população sob risco situada em uma determinada rua, área ou bairro.

Correspondências: a principal finalidade dessa estratégia é transmitir a informação desejada a um grande número de pessoas em um curto espaço de tempo, influenciando diretamente a população sob risco.

Transversalidade com as equipes de Atenção Básica: deve-se proceder à interlocução com a área de Atenção Básica, para o alinhamento e a definição das informações a serem repassadas para a comunidade, bem como incentivar essa área a também transmitir para a população a informação sobre prevenção e controle da doença ou do agravo alvo.

Participação nos conselhos municipais de saúde: a participação de profissionais de saúde e de cidadãos empenhados nos conselhos locais de saúde, inclusive realizando apresentações e discussões acerca da situação epidemiológica local, da situação de risco e da incidência de zoonoses ou acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, é fundamental para garantir que propostas e programas sejam incluídos no planejamento orçamentário do município e incentivar o controle social nas políticas propostas.

Palestras: podem ser feitas em eventos ou isoladamente, em espaço público ou privado, aberto ou fechado, utilizando recursos audiovisuais para entreter o público-alvo.

Atividades lúdicas (músicas, peças teatrais, gincanas, jogos, entre outros): costumam ser estratégias impactantes e participativas, especialmente para crianças e jovens.

Eventos em espaços públicos: esse tipo de espaço pode ser utilizado frequentemente para transmitir informações pertinentes às medidas de prevenção ou de controle de doenças e agravos. Os espaços públicos, normalmente bem situados e frequentados por razoável número de pessoas, podem ser usados para a realização de uma série de atividades, como palestras e atividades lúdicas.

Atividades em escolas: busca aproveitar a oportunidade educativa propícia ao debate, especialmente entre alunos e professores, para abordar questões relacionadas à saúde, à interação entre humanos e animais, aos problemas ambientais, à destinação de resíduos, entre outros assuntos, além de fortalecer a formação da consciência dos escolares sobre esses temas, tal como sobre os direitos aos serviços públicos e ao exercício da cidadania e as obrigações do cidadão, transcendendo a questão das doenças e dos agravos. Durante essas atividades, o foco de atenção deve ser o próprio aluno, valorizando seu saber e sua experiência, tentando fazer com que ele descubra qual a relação que seus familiares e ele próprio têm com as diferentes zoonoses e animais peçonhentos e venenosos, assim como o risco de transmissão e de acidente, respectivamente, em sua região.

Deve-se priorizar a formação de multiplicadores envolvendo a coordenação pedagógica das escolas, para que os professores repliquem esse conhecimento para a comunidade escolar da forma pedagogicamente adequada, de acordo com o nível de ensino em que atuam.

Observação: ressalta-se a existência dos programas do governo federal conhecidos como “Escolas Promotoras de Saúde” e o “Programa Saúde nas Escolas”, em que as escolas podem participar para a utilização de novas estratégias e abordagens no ensino.

Meios de comunicação: rádio, televisão, jornal e meios eletrônicos (*blogs*, redes sociais, *sites* etc.) tendem a ser uma eficiente ferramenta para estimular o reconhecimento da seriedade da doença e da importância de mobilização e sensibilização da comunidade. É relevante fazer uso desses meios de comunicação para passar informações a respeito da ocorrência das doenças na região, alertando sobre os sinais clínicos e os serviços para o diagnóstico e o tratamento, a gravidade da zoonose em questão, esclarecimentos sobre a situação de risco da localidade, medidas preventivas e de proteção a serem tomadas pela população e as que estão sendo realizadas pelo poder público, visando à redução da circulação da doença em animais e à proteção da saúde humana, considerando atitudes e práticas da população relacionadas às condições de vida e trabalho das pessoas.

Transmissão para a multiplicação de conhecimentos: os cidadãos devem ser educados e informados para, posteriormente, serem estimulados a difundir, com os parentes, amigos, vizinhos e colegas, os conhecimentos básicos sobre as zoonoses e os acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos e suas medidas preventivas.

Observação: durante a implantação ou a implementação das estratégias, é indispensável que todos os “elementos” envolvidos – indivíduos, grupos sociais e profissionais de saúde – estejam conscientes das razões pelas quais as medidas estão sendo aplicadas e compreendam sua importância e, também, suas limitações.

7.1 Quanto aos animais domésticos e domesticados

As ações, as atividades e as estratégias de educação em saúde relacionadas aos animais domésticos e domesticados são voltadas para **prevenção de zoonoses**, visando à promoção da saúde humana, **diferenciando-se** dos programas de guarda ou posse responsável de animais que visam, primordialmente, à saúde animal, ao bem-estar animal ou à segurança pública e ao trânsito.

Os cidadãos devem ser conscientizados sobre:

- A necessidade de buscar atendimento médico imediato quando houver a ocorrência de agravos (por meio de mordedura, arranhadura, lambedura ou outro) por mamíferos, como estratégia de prevenção de casos humanos de raiva.
- A importância de, em caso de agressões por cães e gatos, entrar em contato com a Unidade de Vigilância de Zoonoses, para os devidos procedimentos quanto à observação do animal agressor, como estratégia de prevenção e controle da raiva.
- A importância da correta e regular higienização, principalmente das mãos, quando da interação com animais, seu ambiente ou com o solo.

Os proprietários e/ou guardiões de animais devem ser orientados sobre:

- Vacinar seu cão e gato contra a raiva, conforme situação epidemiológica local.
- Administração de produtos para controle de endoparasitas e/ou ectoparasitas, considerando a possibilidade da ocorrência de verminoses zoonóticas.
- Manter seus animais domiciliados, para minimizar o risco de contraírem zoonoses na rua e transmitirem para as pessoas dentro do domicílio.

- Manter limpos os ambientes de alojamento, abrigo e manutenção de animais domésticos e/ou domesticados, com higienização e desinfecção periódica, a fim de evitar a aproximação e a proliferação de vetores e animais sinantrópicos.
- Manter seus animais limpos para a manutenção de sua saúde e para evitar parasitas.
- Procurar o médico-veterinário particular, periodicamente, para receber orientações adequadas de como manter seu animal saudável.

7.2 Quanto aos vetores

Considerando o contexto epidemiológico local, seguem algumas medidas a serem informadas pelas ações de educação em saúde para a prevenção e o controle de doenças transmitidas por vetores:

- Usar mosquiteiro para proteção do local de dormir, impregnado ou não com produto de ação repelente.
- Usar telagem de portas e janelas, com tela de malha fina.
- Usar produtos repelentes, especialmente nos horários de maior atividade vetorial.
- Usar calças, meias e sapatos fechados e roupas de mangas longas, especialmente durante a realização de atividades em áreas de mata.
- Evitar se expor, bem como os animais domésticos, quando possível, inseridos no ciclo das doenças em questão, nos horários de atividade do vetor em ambientes onde este, habitualmente, pode ser encontrado.
- Realizar medidas de manejo ambiental, a fim de alterar as condições do meio que propiciem o estabelecimento de criadouros de vetores.
- Evitar a geração, o acondicionamento e o destino inadequado de resíduos, capazes de favorecer a atração e a proliferação de vetores.
- Realizar a limpeza periódica da residência e seus arredores, incluindo os quintais e os depósitos, evitando o acúmulo de materiais que possam tornar o ambiente favorável ao desenvolvimento de vetores (entulhos, telhas, montes de lenha, recipientes, materiais inservíveis e outros), retirando a matéria orgânica em decomposição (folhas, frutos, fezes de animais e outros) e destinando adequadamente os resíduos, quer sejam orgânicos ou não.
- Usar barreiras físicas para vedação e tamponamento de rachaduras, aberturas e frestas nas paredes, no telhado, nas portas e nas janelas, como a telagem, utilizar argamassa, cimento, ou reboco, reposição de telha, mosquiteiro, telas metálicas etc.
- Quando em zona rural, construir abrigos de animais (canil, galinheiro, chiqueiro, baias etc.) e depósitos (paiol, depósito de ferramentas, de materiais de construção etc.) afastados das casas e realizar sua limpeza rotineira.
- Não permitir o acúmulo de água sem a devida vedação do local, de maneira que os vetores não tenham acesso, em torno de habitações.
- Limpar os leitos dos riachos e das valas para aumentar a velocidade e a força das águas.
- Evitar que restos de comida, inclusive de animais, e outros produtos ricos em matérias orgânicas cheguem até os corpos-d'água, sobretudo nas margens, onde há água parada, de forma a impedir que se criem condições para a manutenção e reprodução de vetores.

7.3 Quanto aos roedores

Considerando o contexto epidemiológico local, seguem algumas medidas de educação em saúde para a prevenção de doenças transmitidas por roedores:

7.3.1 Medidas de antirratização

- Vedação ou telagem de todos os orifícios e vãos pelos quais os roedores possam passar, incluindo bocal de calhas, canaletas e condutos de escoamento de água pluvial, aberturas de aeração, orifícios onde as tubulações, a fiação ou outras estruturas semelhantes entram nas edificações, com materiais resistentes aos roedores (argamassa de cimento, concreto e telas e/ou redes metálicas com malha inferior a 6 mm).
- Inspeção regular de telhados e forros, de forma a constatar a presença de telhas levantadas e/ou partidas ou vãos que necessitem de reparação, pelos quais os roedores possam passar.
- Promover o ajuste de portas e janelas às soleiras e aos batentes, utilizando rodo veda-porta ou outro tipo de material resistente aos roedores (como alumínio, lata, chapas metálicas e argamassa), de maneira a eliminar espaços abertos e/ou vãos pelos quais os roedores possam passar – a distância entre a porta ou janela e a sua soleira e/ou armação não deve ser superior a 6 mm.
- Substituir ralos comuns por ralos com sistema abre e fecha (escamoteável), ou telá-los com telas ou redes metálicas com malha inferior a 6 mm. Os ralos devem ser mantidos fechados.
- Manter o sistema de esgotos em boas condições e protegido por tampas que impeçam a saída de roedores da rede. Sempre que possível, as grelhas de esgoto não devem apresentar espaçamentos superiores a 1,27 cm. As caixas de gordura e inspeção devem estar bem vedadas. Quando necessário, é recomendada a aplicação de dispositivos unidirecionais no primeiro segmento da manilha conectada ao vaso sanitário em edificações térreas.
- Manter o imóvel organizado e livre de materiais inservíveis, entulho e objetos em desuso.
- Os materiais e o equipamento que não forem utilizados diariamente e que não puderem ser eliminados devem ser dispostos de forma a evitar a instalação de ninhos de roedores e, sempre que possível, afastados das paredes e entre si, de modo a permitir a inspeção por todos os lados.
- Manter os materiais de construção (como tijolos, areia, madeiras etc.) organizados e afastados entre si e de muros e paredes, de forma a permitir sua inspeção periódica.
- Capinar o mato, aparar o gramado e as plantas e retirar amontoados de galhos, mato cortado, troncos, pedras ou outros materiais orgânicos, dando destinação adequada a esses resíduos.
- Alimentar animais domésticos durante o dia e retirar as sobras de alimento antes do anoitecer.
- Remover diariamente sobras de ração, resíduos alimentares e fezes de animais.
- Proteger gaiolas de pássaros para evitar o transbordamento de ração.
- Acondicionar os alimentos (inclusive alimentos para animais e pacotes de ração) em local inacessível aos roedores, em recipientes apropriados, dispostos em estruturas de apoio que permitam o afastamento entre si e do chão e das paredes, possibilitando a inspeção diária e a higienização periódica por todos os lados.
- Recolher regularmente os frutos de árvores, inclusive os caídos.
- Colocar ralo nas pias para que os resíduos de alimentos não escoem para as tubulações.
- Efetuar limpeza diária das áreas de manipulação e de consumo de alimentos.
- Evitar que o lixo seja acessado pelo roedor, dispondo lixeiras em quantidade suficiente para a demanda; estas devem ser mantidas tampadas, sem ultrapassar sua capacidade de armazenamento,

quer estejam no interior ou no exterior das edificações. Tanto as lixeiras como o local para acondicionamento de resíduos devem ser higienizados após a coleta.

- Evitar acúmulos de água, providenciando o conserto de vazamentos, o nivelamento da laje e/ou do piso, a adequação do sistema de drenagem e a limpeza regular das calhas.

7.3.2 Orientações para situação de enchente

Casos humanos de leptospirose são registrados, principalmente em comunidades carentes, após enchentes e desastres naturais. Desse modo, alguns cuidados devem ser observados durante a limpeza da lama residual e de reservatórios de água:

7.3.2.1 Limpeza da lama residual das enchentes

A lama das enchentes tem alto poder infectante e, nessas ocasiões, fica aderida a móveis, paredes e chão. Recomenda-se, então, retirar essa lama (sempre se protegendo com luvas e botas de borracha) e lavar o local, desinfetando, em seguida, com uma solução de hipoclorito de sódio a 2,5%, na seguinte proporção:

Para 20 litros de água: adicionar 2 xícaras de chá (400 ml) de hipoclorito de sódio a 2,5%. Aplicar essa solução nos locais contaminados com lama, após lavagem, deixando agir por 15 minutos.

7.3.2.2 Limpeza da caixa-d'água

Nas enchentes, o sistema doméstico de armazenamento de água pode ser contaminado, mesmo quando não é atingido diretamente pela água da enchente, pois a rede de distribuição pode apresentar vazamentos que permitem a entrada de água poluída na rede. Para limpar e desinfetar o reservatório (caixa-d'água), recomenda-se:

- Esvaziar a caixa-d'água e lavá-la, esfregando bem as paredes e o fundo. Não esquecer que se deve usar botas e luvas de borracha.
- Esvaziá-la completamente retirando toda a sujeira, utilizando pá, balde e panos.
- Depois de concluída a limpeza, colocar 1 litro de hipoclorito de sódio a 2,5% para cada 1.000 litros de água do reservatório.
- Abrir a entrada (registro ou torneira) para encher a caixa com água limpa.
- Após 30 minutos, abrir as torneiras da casa por alguns segundos, com vistas à entrada da água clorada na tubulação doméstica.
- Aguardar 1 hora e 30 minutos para que ocorra a desinfecção do reservatório e das canalizações.
- Abrir as torneiras, podendo aproveitar a água para limpeza de chão e paredes.

Observação: deve-se garantir a utilização de água potável, filtrada, fervida ou clorada para consumo humano, pois durante as enchentes é comum ocorrerem quebras na canalização.

7.4 Quanto aos animais peçonhentos e venenosos

A educação em saúde, visando à conscientização da população quanto à prevenção de acidentes por animais peçonhentos e venenosos de relevância para a saúde pública, deve ser realizada mesmo quando não há percepção da presença desses animais no ambiente. Com esse propósito, o profissional de saúde deve orientar os cidadãos quanto ao manejo do ambiente, a fim de desfavorecer a atração, a ocorrência, a permanência e a proliferação desses animais. Além disso, cabe ao profissional de saúde esclarecer quais ações devem ser realizadas pelo cidadão quando ocorrer a presença desses animais e elucidar possíveis dúvidas que possam surgir.

Seguem algumas medidas de educação em saúde para a prevenção quanto à ocorrência de animais peçonhentos e venenosos de relevância para a saúde pública:

7.4.1 Medidas preventivas a serem realizadas pela população nas áreas externas das edificações

- Manter limpos quintais, jardins e terrenos, evitando o acúmulo de folhas secas, entulho, lenha, material orgânico, lixo e outros materiais inservíveis (caixotes, móveis, pneus etc.), que podem servir de abrigo a esses animais.
- Evitar folhagens, arbustos e trepadeiras nas paredes externas e nos muros.
- Usar luvas de couro nas atividades rurais e de jardinagem, nunca colocar as mãos em tocas ou buracos na terra, ocos de árvores, cupinzeiros, entre espaços situados em montes de lenha ou entre pedras.
- Acondicionar o lixo em recipientes apropriados e fechados, e entregá-los para o serviço de coleta.
- Limpar terrenos baldios situados a cerca de 2 metros das redondezas dos imóveis.
- Eliminar fontes de alimento para roedores, baratas, cupins, aranhas, grilos e outros pequenos invertebrados.
- Manter fossas sépticas bem vedadas, para evitar a passagem de baratas, escorpiões e outros animais sinantrópicos.
- Vedar frestas, vãos e buracos de paredes e muros, por onde eles adentram e podem se instalar.
- Evitar queimadas, pois desalojam esses animais.
- Preservar predadores naturais, como seriemas, corujas, sapos, lagartixas e galinhas.

7.4.2 Medidas preventivas a serem realizadas pela população nas áreas internas das edificações

- Eliminar vãos, frestas e buracos nas paredes, portas e janelas, por meio da vedação com rodos de borracha, rolos de areia, uso de argamassa, conforme a possibilidade.
- Telar as aberturas de ralos, pias ou tanques.
- Telar aberturas de ventilação de porões e manter assoalhos calafetados.
- Manter todos os pontos de energia e de telefone devidamente vedados.
- Examinar calçados e roupas pessoais, de cama e banho, antes de usá-los.
- Afastar camas das paredes e evitar pendurar roupas fora de armários.
- Limpar regularmente móveis, cortinas, quadros e cantos de parede.

7.4.3 Medidas protetivas a serem realizadas pela população quando ocorrer a identificação desses animais

- Evitar a circulação de pessoas (especialmente de crianças) ou de animais no local.
- Não bater, tocar, jogar produtos ou objetos, provocar ruídos, gritar (alguns animais, como abelhas e vespas, são atraídos por sons, principalmente os agudos) ou molestar de qualquer forma os animais e seu abrigo, porque, nesse caso, eles podem sentir-se ameaçados e atacados.
- Contatar o serviço público de vigilância e controle de zoonoses para que este desencadeie as ações pertinentes.

Atenção: os cidadãos devem ser orientados a procurar atendimento médico imediato quando houver ocorrência de acidente por animal peçonhento ou venenoso.

7.5 Quanto a outras doenças e outros animais de relevância para a saúde pública

De acordo com o contexto epidemiológico, ou seja, com o tipo e a espécie de animal envolvidos na interação com a população humana, a área de vigilância de zoonoses deve orientar os cidadãos a respeito das medidas a serem tomadas, visando à prevenção da instalação desses animais e, principalmente, à redução ou à eliminação do risco de transmissão de zoonoses e de ocorrência de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos de relevância para a saúde pública.

7.5.1 Zoonoses de transmissão hídrica e alimentar

Orientações a serem repassadas à população:

- Recomendações de boas práticas de higiene e manipulação de alimentos, em especial aqueles consumidos *in natura*, visando à prevenção de algumas zoonoses, como toxoplasmose, hidatidose, equinococose, teníase, cisticercose e brucelose.
- Quando houver necessidade de adentrar em águas suspeitas de contaminação (especialmente esquistossomose), devem-se evitar os horários mais quentes e de maior luminosidade – tidos como de maior atividade de transmissão –, e adentrar em localidades distantes dos pontos de dejetos e de focos conhecidos de caramujos, preferencialmente fazendo o uso de botas e luvas impermeáveis, para diminuir o risco de infecção.

7.5.2 Outros animais sinantrópicos

Orientar a população quanto às medidas de prevenção da instalação e do alojamento de pombos e morcegos em residências, escolas, e locais de grande movimentação de pessoas, entre outros.

Orientações a serem repassadas à população:

- Utilizar artifícios e mecanismos físicos, químicos ou outros, que propiciem a vedação (parcial ou total) de espaços e vãos, impedindo o acesso dos animais a forros e a outras áreas em que possam abrigar-se e fazer ninhos, como tela, rede, alvenaria, ripa de madeira, arame, serpentina, geleia, tinta, repelente, prego, fio de *nylon*, e que também impeçam ou dificultem o pouso das aves, como a inclinação de muros e beirais (áreas de pouso).
- Não alimentar pombos, bem como impedir seu acesso à água e a restos de alimentos ou a alimentos dos animais domésticos e em cativeiro.

Observação: as orientações devem ser direcionadas, também, à população que se utiliza dos espaços, aos funcionários, gestores, administradores e proprietários de praças, parques, zoológicos, feiras livres de alimentos, centrais de abastecimentos de alimentos ou de outro local e evento que a área de vigilância de zoonoses entenda como relevante, considerando o risco à saúde pública.

7.6 Outras zoonoses

Atentar para a necessidade de orientação quanto às medidas de prevenção e controle para as zoonoses que:

- Tenham relação direta com o solo, como esporotricose e larva migrans. Orientações a serem repassadas à população:
 - » Utilizar luvas ao manipular o solo.
 - » Lavar as mãos após manipular o solo.
- Podem ser transmitidas por via aérea, como histoplasmose e criptococose. Orientações a serem repassadas à população:
 - » Proceder às medidas de prevenção da instalação e do alojamento de pombos e morcegos.
 - » Umedecer os resíduos biológicos (fezes, urina, restos de ninhos, ovos e penas) de aves e morcegos, principalmente em locais fechados, antes da varrição e da limpeza, para evitar a inalação da poeira.
 - » Utilizar luvas e máscara ao proceder à varrição e à limpeza dos locais com resíduos biológicos de aves (principalmente de pombos) e morcegos.

Zoonoses emergentes e reemergentes: a área de vigilância de zoonoses deve estar atenta para uma eventual ocorrência de zoonoses emergentes ou reemergentes em seu território, procedendo às medidas de educação em saúde necessárias.

8 BIOSSEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR

A **biossegurança** aplicada às ações de vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, visa à prevenção, à minimização ou à eliminação de riscos presentes nos ambientes e nas condições de trabalho que possam comprometer a saúde do trabalhador, da população, dos animais, além do meio ambiente.

Já a **saúde do trabalhador** consiste em oferecer ao trabalhador desta área condições de trabalho que proporcionem o provimento de sua segurança e de sua saúde. A área de Vigilância de Zoonoses deve monitorar e avaliar a rotina de trabalho de seus funcionários, a fim de identificar os possíveis riscos relacionados às atividades desenvolvidas por eles.

Para que os trabalhadores envolvidos na rotina das ações e dos serviços de vigilância de zoonoses, identificados como um dos grupos de trabalhadores da Saúde com maior vulnerabilidade e expostos a riscos, exerçam suas atividades sem acidentes e adoecimentos, é fundamental o provimento de atenção ao seu ambiente e às suas condições de trabalho. Assim, a organização do processo de trabalho deve considerar os fatores de risco associados à segurança e à saúde dos funcionários, o

que pode ser obtido com a elaboração dos mapas de risco da UVZ. Além disso, deve-se atentar para o fornecimento adequado e suficiente de **equipamentos de proteção coletiva (EPCs) e equipamentos de proteção individual (EPIs)**, para capacitação e atualização dos funcionários quanto ao seu uso, bem como atentar para a necessidade do desenvolvimento de atividades em caráter de urgência.

No exercício de suas atividades, esses trabalhadores podem estar expostos a vários riscos, como o biológico, como nos laboratórios; o de infecção por zoonoses, por meio de contato com animais e/ou com seu ambiente; o químico, por contato com inseticidas, carrapaticidas, raticidas e outros produtos tóxicos; o de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos; e agravos causados por cães, gatos e morcegos, entre outros, como a mordedura. Há, ainda, o risco ergonômico decorrente do uso inadequado de equipamentos ou atitudes posturais errôneas, especialmente nas atividades que demandam esforço físico por sobrecarga de peso.

Em alguns casos, não é possível eliminar os fatores de riscos nos ambientes e nos processos de trabalho por meio de EPC, então, deve-se minimizá-los ou neutralizá-los por meio de EPI.

Os EPCs visam à proteção de uma coletividade específica, devendo proteger todos os funcionários, a comunidade e os animais expostos aos riscos para sua saúde e segurança. Como exemplo de EPC, podemos citar a ventilação dos locais de trabalho, a proteção de partes móveis de máquinas e equipamentos, a sinalização de segurança, extintores de incêndio, *kits* de primeiros socorros, recipiente coletor descartável para descarte de resíduos e materiais perfurocortantes provenientes das atividades da área de vigilância de zoonoses.

Os EPIs visam à proteção individual dos funcionários, devendo protegê-los dos riscos a que estão expostos diariamente, devido às atividades desenvolvidas. Como exemplo de EPI, podemos citar luvas, botas, jalecos, óculos de proteção, perneiras, máscaras etc.

O uso de EPC e de EPI é imprescindível para a segurança e a saúde dos funcionários, sendo importante que estes recebam orientação e supervisão durante o uso dos equipamentos para minimizar o risco de acidentes, especialmente com materiais biológicos ou traumas diversos.

Além dos EPCs e EPIs, a área de Vigilância de Zoonoses deve dispor de toda a infraestrutura e equipamentos necessários e adequados às atividades, para o desenvolvimento seguro e salubre das atividades inerentes à rotina de trabalho.

Os funcionários que lidam diretamente com animais devem possuir aptidão para essa prática e serem capacitados quanto às especificidades das espécies foco de seu trabalho. Esses funcionários e os demais que lidam com cadáveres de animais, amostras biológicas, materiais contaminados, produtos tóxicos, entre outros que possam apresentar risco à saúde, devem estar paramentados com EPI pertinentes para a atividade a ser realizada. Além disso, eles devem receber capacitação frequente em práticas de biossegurança e de preservação da saúde do trabalhador como forma de minimizar as dificuldades no desenvolvimento das funções e, consequentemente, reduzir a ocorrência de acidentes e melhorar a interface do serviço com a comunidade.

Em relação à prática da eutanásia, deve-se atentar para o rodízio adequado de profissionais, bem como para as condições emocionais dos funcionários que lidam diretamente com esse procedimento.

As iniciativas ou os programas direcionados à biossegurança e à saúde dos trabalhadores são muito importantes e devem orientar a execução das atividades laborais e instituir ações voltadas à prevenção e à promoção da saúde, por meio da minimização dos fatores de risco a que possam estar expostos. Além disso, devem monitorar sua saúde de forma a detectar precocemente alterações

decorrentes do trabalho, inclusive por meio da realização de exames periódicos, da atualização da situação vacinal, bem como propiciar a capacitação inicial e a educação continuada, com atualizações, sempre que necessário.

Os profissionais que realizam atividades em campo devem sempre estar uniformizados e identificados por meio de crachá em local visível, a fim de garantir segurança frente à comunidade, de maneira que sejam vistos e identificados rapidamente pela população.

Atenção: outras medidas de biossegurança e de saúde do trabalhador devem ser consultadas ao longo dos demais tópicos deste Manual, além de bibliografia específica e normatização vigente.

9 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS

As Unidades de Vigilância de Zoonoses (UVZ), antes denominadas de Centros de Controle de Zoonoses, entre outros, são consideradas, de acordo com a RDC Anvisa nº 306, de 7 de dezembro de 2004, geradoras de resíduos de serviços de saúde (RSS), assim como alguns serviços executados pela área de vigilância de zoonoses.

Ainda conforme a referida resolução, todo gerador de RSS é legalmente responsável pelo correto gerenciamento de seus resíduos, devendo minimizar sua produção e propiciar encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores e à preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente.

O presente tópico tem por objetivo adaptar o Regulamento Técnico, para o gerenciamento de RSS disposto na RDC Anvisa nº 306/2004, à rotina de trabalho da área de Vigilância de Zoonoses, a fim de orientar a elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), haja vista esse regulamento tratar dos mais diversos RSS.

O PGRSS é o documento que aponta e descreve as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observadas suas características e seus riscos, no âmbito dos estabelecimentos, contemplando os aspectos referentes à geração, à segregação, ao acondicionamento, à coleta, ao armazenamento, ao transporte, ao tratamento e à disposição final, bem como as ações de proteção à saúde pública, do trabalhador e ao meio ambiente. Deve ser elaborado por profissional responsável qualificado, ou assessorado por equipe qualificada, e frequentemente monitorado, para avaliação de sua eficiência e efetividade, tendo em vista sua adequação, se necessário.

O PGRSS a ser elaborado deve ser compatível com as normas locais relativas à coleta, ao transporte e à disposição final dos resíduos gerados nos serviços de saúde, estabelecidas pelos órgãos locais competentes.

O PGRSS deve contemplar ainda:

- As medidas preventivas e corretivas de controle integrado de insetos e roedores.
- As rotinas e os processos de higienização e limpeza em vigor no serviço, definidos por setor específico.
- O atendimento às orientações e às regulamentações municipais, estaduais (e do Distrito Federal) e nacionais, no que diz respeito ao gerenciamento de RSS.

- As ações a serem adotadas em situações de emergência e acidentes.
- As ações referentes aos processos de biossegurança e saúde do trabalhador.
- O desenvolvimento e a implantação de programas de capacitação abrangendo todos os setores geradores de RSS.
- Caso a área de vigilância de zoonoses adote a reciclagem de resíduos para os grupos B ou D, a elaboração, o desenvolvimento e a implantação de práticas devem estar de acordo com as normas dos órgãos ambientais e demais critérios estabelecidos em regulamentações vigentes.
- Para serviços com sistema próprio de tratamento de RSS, deve constar o registro das informações relativas ao monitoramento desses resíduos, de acordo com a periodicidade definida no licenciamento ambiental, com os resultados registrados em documento próprio e mantidos em local seguro durante cinco anos.

Com a finalidade de monitorar e avaliar o PGRSS, deve-se considerar, no mínimo, os seguintes indicadores, de acordo com o descrito na RDC Anvisa nº 306, de 7 de dezembro de 2004:

- » Taxa de acidentes com resíduo perfurocortante.
- » Variação da geração de resíduos.
- » Variação da proporção de resíduos do Grupo A.
- » Variação da proporção de resíduos do Grupo B.
- » Variação da proporção de resíduos do Grupo D.
- » Variação da proporção de resíduos do Grupo E.
- » Variação do percentual de reciclagem.

O gerenciamento deve abranger todas as etapas de planejamento dos recursos físicos, dos recursos materiais e da capacitação dos recursos humanos envolvidos no manejo dos RSS. As etapas operacionais referentes aos RSS incluem a segregação, o acondicionamento, a identificação, o transporte interno, o armazenamento temporário, o tratamento, o armazenamento externo, a coleta e o transporte externo.

A identificação deve estar aposta nos sacos de acondicionamento, nos recipientes de coleta interna e externa, nos recipientes de transporte interno e externo e nos locais de armazenamento, em local de fácil visualização, de forma indelével, utilizando-se símbolos, cores e frases, atendendo aos parâmetros referenciados na norma NBR 7500/2013 da ABNT, além de outras exigências relacionadas à identificação de conteúdo e ao risco específico de cada grupo de resíduos.

Observação: o cumprimento do disposto neste Manual não exclui a observância das demais normas e exigências legais pertinentes ao tema.

De acordo com o descrito na RDC Anvisa nº 306, de 7 de dezembro de 2004, segue:

Grupo A: resíduos infectantes

São resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.

Identificação

O Grupo A é identificado pelo símbolo de substância infectante constante na NBR 7500/2013 da ABNT, com rótulos de fundo branco, desenho e contornos pretos.

Subgrupo A1

a) Culturas e estoques de microrganismos, resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas.

Acondicionamento

Devem ser, inicialmente, acondicionados de maneira compatível com o processo de tratamento a ser utilizado. Após o tratamento, devem ser acondicionados da seguinte forma:

- Caso não haja descaracterização física das estruturas, devem ser acondicionados em sacos ou recipientes que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura, em cor branca-leitosa, devendo ser substituídos quando atingirem dois terços de sua capacidade ou, pelo menos, uma vez a cada 24 horas.
- Havendo descaracterização física das estruturas, podem ser acondicionados como resíduos do Grupo D.

Tratamento

Esses resíduos não podem deixar a unidade geradora sem tratamento prévio. Devem ser submetidos a tratamento, utilizando-se processo físico ou outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana (Apêndice IV – RDC Anvisa nº 306/2004).

b) Resíduos resultantes de atividades de vacinação com microrganismos vivos ou atenuados, incluindo frascos de vacinas com expiração do prazo de validade, com conteúdo inutilizado, vazios ou com restos do produto, agulhas e seringas.

Acondicionamento

Os resíduos provenientes de campanha de vacinação e atividade de vacinação na UVZ, quando não puderem ser submetidos ao tratamento em seu local de geração, devem ser recolhidos e encaminhados à Secretaria de Saúde, em recipiente rígido, resistente à punctura, à ruptura e ao vazamento, com tampa e devidamente identificado, de forma a garantir o transporte seguro até a unidade de tratamento.

Após o tratamento, devem ser acondicionados da seguinte forma:

- Caso não haja descaracterização física das estruturas, devem ser acondicionados em sacos ou recipientes que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura, em cor branca-leitosa, devendo ser substituídos quando atingirem dois terços de sua capacidade ou, pelo menos, uma vez a cada 24 horas.
- Havendo descaracterização física das estruturas, podem ser acondicionados como resíduos do Grupo D.

Tratamento

Devem ser submetidos a tratamento antes da disposição final, utilizando-se processo físico ou outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana (Apêndice IV – RDC Anvisa nº 306/2004).

c) Resíduos resultantes de procedimentos com animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes da Classe de Risco 4 (Apêndice II – RDC Anvisa nº 306/2004), microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido.

A manipulação desses animais ou dessas amostras de animais deve seguir as orientações contidas na publicação do Ministério da Saúde – *Diretrizes Gerais para o Trabalho em Contenção com Material Biológico*, correspondente aos respectivos microrganismos.

Acondicionamento

Devem ser acondicionados em sacos ou recipientes que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura, em cor vermelha, devendo ser substituídos quando atingirem dois terços de sua capacidade ou, pelo menos, uma vez a cada 24 horas.

Tratamento

Devem ser submetidos a tratamento antes da disposição final, utilizando-se processo físico ou outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana (Apêndice V – RDC Anvisa nº 306/2004).

Após o tratamento, devem ser acondicionados da seguinte forma:

- Caso não haja descaracterização física das estruturas, devem ser acondicionados em sacos ou recipientes que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura, em cor branca-leitosa, devendo ser substituídos quando atingirem dois terços de sua capacidade ou, pelo menos, uma vez a cada 24 horas.
- Havendo descaracterização física das estruturas, podem ser acondicionados como resíduos do Grupo D.

d) Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes de processos sobre os animais, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

Acondicionamento

Devem ser acondicionados em sacos ou recipientes que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura, em cor vermelha, devendo ser substituídos quando atingirem dois terços de sua capacidade ou, pelo menos, uma vez a cada 24 horas.

Após o tratamento, podem ser acondicionados como resíduos do Grupo D.

Tratamento

Devem ser submetidos a tratamento antes da disposição final, utilizando-se processo físico ou outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana (Apêndice IV – RDC Anvisa nº 306/2004) e que destrua as suas características físicas, de modo a se tornarem irreconhecíveis.

Caso o tratamento venha a ser realizado fora da unidade geradora, o acondicionamento para transporte deve ser em recipiente rígido, resistente à punctura, à ruptura e ao vazamento, com

tampa provida de controle de fechamento e devidamente identificado, de forma a garantir o transporte seguro até a unidade de tratamento.

As sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos podem ser descartadas diretamente no sistema de coleta de esgotos, desde que atendam, respectivamente, às diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais, gestores de recursos hídricos e de saneamento competentes.

Subgrupo A2

Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de diagnóstico laboratorial com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou à confirmação diagnóstica.

Acondicionamento

Devem ser, inicialmente, acondicionados de maneira compatível com o processo de tratamento a ser utilizado. Quando houver necessidade de fracionamento, em função do porte do animal, a autorização do órgão de saúde competente deve, obrigatoriamente, constar do PGRSS.

Tratamento

Resíduos contendo microrganismos com alto risco de transmissibilidade e alto potencial de letalidade (Classe de Risco 4) devem ser submetidos, no local de geração, a processo físico ou a outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana (Apêndice IV – RDC Anvisa nº 306/2004) e, posteriormente, encaminhados para tratamento térmico por incineração.

Os resíduos não enquadrados na descrição anterior devem ser tratados utilizando-se processo físico ou outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana (Apêndice IV – RDC Anvisa nº 306/2004). O tratamento pode ser realizado fora do local de geração, mas os resíduos não podem ser encaminhados para tratamento em local externo ao serviço.

Após o tratamento dos resíduos, estes podem ser encaminhados para aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de RSS, ou sepultamento em cemitério de animais.

Quando encaminhados para disposição final em aterro sanitário licenciado, devem ser acondicionados em sacos ou recipientes, devidamente identificados, que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura, em cor branca-leitosa, devendo ser substituídos quando atingirem dois terços de sua capacidade ou, pelo menos, uma vez a cada 24 horas, com a inscrição “PEÇAS ANATÔMICAS DE ANIMAIS”.

Subgrupo A4

Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de animais que não contenham ou sejam suspeitos de conter agentes Classe de Risco 4, nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons. Recipientes e materiais resultantes do processo de cuidados básicos aos animais da

UVZ, que não contenham sangue ou líquidos corpóreos na forma livre. Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de confirmação diagnóstica. Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de diagnóstico laboratorial com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações.

Acondicionamento

Devem ser acondicionados em sacos ou recipientes, devidamente identificados, que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura, em cor branca-leitosa, devendo ser substituídos quando atingirem dois terços de sua capacidade ou, pelo menos, uma vez a cada 24 horas.

Tratamento

Estes resíduos podem ser dispostos, sem tratamento prévio, em local devidamente licenciado para disposição final de RSS.

Subgrupo A5

Órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfurocortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes do processo de cuidados básicos aos animais da UVZ, com suspeita ou certeza de contaminação com príons.

Acondicionamento

Devem ser acondicionados em sacos ou recipientes, devidamente identificados, que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura, em cor vermelha, devendo ser substituídos após cada procedimento e devidamente identificados. É necessário utilizar dois sacos como barreira de proteção, com preenchimento somente até dois terços de sua capacidade, sendo proibido o seu esvaziamento ou reaproveitamento.

Tratamento

Devem sempre ser encaminhados a sistema de incineração, de acordo com o definido na RDC Anvisa nº 305, de 14 de novembro de 2002.

Grupo B: resíduos químicos

Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade. Exemplos:

- Produtos antimicrobianos, quando descartados por serviços de saúde.
- Resíduos de saneantes, desinfetantes, desinfestantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes.
- Demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10004/2004 da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).

O Grupo B é identificado por meio do símbolo de risco associado, de acordo com a NBR 7500/2013 da ABNT, e com discriminação de substância química e frases de risco.

Resíduos químicos que apresentam risco à saúde ou ao meio ambiente, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser submetidos a tratamento ou disposição final específicos, assim como suas embalagens e materiais contaminados.

Acondicionamento

Os resíduos de substâncias químicas constantes do Apêndice VI da RDC Anvisa nº 306/2004, quando não fizerem parte de mistura química, devem ser, obrigatoriamente, segregados e acondicionados de forma isolada.

É necessário acondicioná-los, observadas as exigências de compatibilidade química dos resíduos entre si (Apêndice V – RDC Anvisa nº 306/2004), assim como de cada resíduo com os materiais das embalagens, de forma a evitar a reação química entre os componentes do resíduo e da embalagem, enfraquecendo-a ou deteriorando-a, ou a possibilidade de que o material da embalagem seja permeável aos componentes do resíduo.

Quando os recipientes de acondicionamento forem constituídos de polietileno de alta densidade (PEAD), deverá ser observada a compatibilidade constante do Apêndice VII da RDC Anvisa nº 306/2004.

Quando destinados à reciclagem ou ao reaproveitamento, devem ser acondicionados em recipientes individualizados, observadas as exigências de compatibilidade química do resíduo com os materiais das embalagens, de modo a evitar reação química entre os componentes do resíduo e da embalagem, enfraquecendo-a ou deteriorando-a, ou a possibilidade de que o material da embalagem seja permeável aos componentes do resíduo.

Os resíduos líquidos devem ser acondicionados em recipientes constituídos de material compatível com o líquido armazenado, resistentes, rígidos e estanques, com tampa rosqueada e vedante. Os recipientes devem ser devidamente identificados.

Os resíduos sólidos necessitam ser acondicionados em recipientes de material rígido, adequados para cada tipo de substância química, respeitadas as suas características físico-químicas e seu estado físico, e identificados adequadamente.

Tratamento

- Resíduos químicos no estado sólido, quando não tratados, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos – Classe I.
- Resíduos químicos no estado líquido devem ser submetidos a tratamento específico, sendo vedado o seu encaminhamento para disposição final em aterros.
- Embalagens secundárias não contaminadas pelo produto devem ser fisicamente descaracterizadas e acondicionadas como Resíduo do Grupo D, podendo ser encaminhadas para processo de reciclagem.
- Resíduos de produtos antimicrobianos devem ter seu manuseio igual ao de resíduos químicos.
- O descarte de pilhas, baterias e acumuladores de carga, contendo chumbo (Pb), cádmio (Cd) e mercúrio (Hg) e seus compostos, deve ser feito de acordo com a Resolução Conama nº 257, de 30 de julho de 1999.
- Os demais resíduos sólidos contendo metais pesados podem ser encaminhados a Aterro de Resíduos Perigosos – Classe I ou serem submetidos a tratamento de acordo com as orientações do órgão local de Meio Ambiente, em instalações licenciadas para esse fim. Os resíduos líquidos desse grupo devem seguir orientações específicas dos órgãos ambientais locais.
- Os resíduos contendo mercúrio (Hg) devem ser acondicionados em recipientes sob selo-d'água e encaminhados para recuperação.
- Resíduos químicos que não apresentam risco à saúde ou ao meio ambiente não necessitam de tratamento, podendo ser submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem.

- Resíduos no estado sólido, quando não submetidos à reutilização, à recuperação ou à reciclagem, devem ser encaminhados para sistemas de disposição final licenciados.
- Resíduos no estado líquido podem ser lançados na rede coletora de esgoto ou em corpo receptor, desde que atendam às diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais, gestores de recursos hídricos e de saneamento competentes.
- Os resíduos de produtos ou de insumos farmacêuticos que, em função de seu princípio ativo e de sua forma farmacêutica, não oferecem risco à saúde e ao meio ambiente, conforme listagem da Anvisa, quando descartados pelas UVZ, devem atender ao disposto nas diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais, gestores de recursos hídricos e de saneamento competentes.
- Os resíduos químicos dos equipamentos automáticos de laboratórios e de seus reagentes, quando misturados, devem ser avaliados pelo maior risco ou de acordo com as instruções contidas na Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), conforme NBR 14725 da ABNT e Decreto PR 2.657, de 3 de julho de 1998, e tratados adequadamente.

Grupo D: resíduos comuns

Resíduos que não apresentem risco biológico ou químico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares. Exemplos:

- Papel de uso sanitário, absorventes higiênicos, peças descartáveis de vestuário, restos alimentares, material utilizado em antissepsia e hemostasia de venóclises, equipo de soro e outros similares não classificados, como do Subgrupo A1.
- Sobras de alimentos e do preparo de alimentos.
- Restos alimentares de refeitório.
- Resíduos provenientes das áreas administrativas.
- Resíduos de varrição, podas e jardins.

Acondicionamento

Devem ser acondicionados de acordo com as orientações dos serviços locais de limpeza urbana, utilizando-se sacos impermeáveis, contidos em recipientes, e receber identificação conforme detalhamento à frente.

Os cadáveres de animais podem ter acondicionamento e transporte diferenciados, de acordo com o porte do animal, desde que submetidos à aprovação pelo órgão de limpeza urbana, responsável pela coleta, pelo transporte e pela disposição final desse tipo de resíduo.

Identificação

Para os resíduos do Grupo D, destinados à reciclagem ou à reutilização, a identificação deve ser feita nos recipientes e nos abrigos de guarda de recipientes, usando código de cores e suas correspondentes nomeações, baseadas na Resolução Conama nº 275, de 25 de abril de 2001, e símbolos de tipo de material reciclável:

I – azul – PAPÉIS.

II – amarelo – METAIS.

III – verde – VIDROS.

IV – vermelho – PLÁSTICOS.

V – marrom – RESÍDUOS ORGÂNICOS.

Para os demais resíduos do Grupo D, deve ser utilizada a cor cinza nos recipientes.

Caso não exista processo de segregação para reciclagem, não existe exigência para a padronização de cor desses recipientes.

São admissíveis outras formas de segregação, acondicionamento e identificação dos recipientes desses resíduos para fins de reciclagem, de acordo com as características específicas da rotina de cada serviço, devendo estar contempladas no PGRSS.

Tratamento

Os resíduos líquidos provenientes de esgoto e de águas servidas da UVZ devem ser tratados antes do lançamento no corpo receptor ou na rede coletora de esgoto, sempre que não houver sistema de tratamento de esgoto coletivo atendendo a área onde está localizado o serviço, conforme definido na RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.

Os resíduos orgânicos, flores, resíduos de podas de árvore e jardinagem, sobras de alimento e de pré-preparo desses alimentos, restos alimentares de refeitórios e de outros que não tenham mantido contato com secreções, excreções ou outro fluido corpóreo, podem ser encaminhados ao processo de compostagem.

Os restos e as sobras de alimentos citados só podem ser utilizados para fins de ração animal, se forem submetidos ao processo de tratamento que garanta a inocuidade do composto, devidamente avaliado e comprovado por órgão competente da Agricultura e da Vigilância Sanitária do município, do estado ou do Distrito Federal.

Grupo E: resíduos perfurantes ou escarificantes

Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

Os materiais perfurocortantes devem ser descartados separadamente, no local de sua geração, imediatamente após o uso ou a necessidade de descarte, em recipientes rígidos, resistentes à punctura, à ruptura e ao vazamento, com tampa, devidamente identificados, atendendo aos parâmetros referenciados na norma NBR 13853/1997 da ABNT, sendo expressamente proibido o esvaziamento desses recipientes para o seu reaproveitamento. As agulhas descartáveis devem ser desprezadas com as seringas, quando descartáveis, sendo proibido reencapá-las ou proceder a sua retirada manualmente.

O volume dos recipientes de acondicionamento deve ser compatível com a geração diária desse tipo de resíduo.

Esses recipientes devem ser descartados quando o preenchimento atingir dois terços de sua capacidade ou o nível de preenchimento ficar a 5 cm de distância da boca do recipiente, sendo proibido seu esvaziamento ou seu reaproveitamento.

Os resíduos do Grupo E, gerados de atividades na rua ou em domicílio, devem ser acondicionados e recolhidos pelos próprios agentes de atendimento ou por pessoa treinada para a atividade, de acordo com esse Regulamento, e encaminhados ao estabelecimento de saúde de referência.

Os recipientes devem estar identificados de acordo com a NBR 7500/2013 da ABNT, com símbolo internacional de risco biológico, acrescido da inscrição de “PERFUROCORTANTE” e dos riscos adicionais, químico ou radiológico.

O armazenamento temporário, o transporte interno e o armazenamento externo desses resíduos podem ser feitos nos mesmos recipientes utilizados para o Grupo A.

Tratamento

Os resíduos perfurocortantes contaminados com agente biológico Classe de Risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente, que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido, devem ser submetidos a tratamento, utilizando-se processo físico ou outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana (Apêndice IV – RDC Anvisa nº 306/2004).

Dependendo da concentração e do volume residual de contaminação por substâncias químicas perigosas, esses resíduos devem ser submetidos ao mesmo tratamento dado à substância contaminante.

As seringas e as agulhas utilizadas em atividades na rua ou em domicílio, inclusive as usadas na coleta laboratorial de amostra de animais, e os demais resíduos perfurocortantes não necessitam de tratamento.

Capacitação dos funcionários

A informação, a orientação, a sensibilização e a conscientização dos profissionais da área de Vigilância de Zoonoses são ferramentas fundamentais para a efetividade do PGRSS, promovendo seu envolvimento efetivo na busca por reduzir a geração e evitar o acondicionamento e a destinação inadequados de RSS.

10 RECURSOS HUMANOS

A Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ), bem como a área de Vigilância de Zoonoses, ainda que não estruturada fisicamente como uma UVZ, devem ter um quadro de funcionários compatível com as atividades desenvolvidas e executadas, considerando as atribuições e as competências de cada profissional, conforme legislação vigente, sendo geridos por profissional de nível superior, capacitado quanto à gestão em saúde pública e em políticas públicas em saúde.

Além disso, a UVZ e a área de Vigilância de Zoonoses devem ter um responsável técnico, de nível superior, qualificado adequadamente quanto aos conhecimentos sobre epidemiologia, bioestatística básica, políticas públicas em saúde, zoonoses, acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, doenças transmitidas por vetores, bem como sobre programas, normas e diretrizes nacionais, estaduais e municipais de vigilância, prevenção e controle relativos a esses agravos.

Dependendo da operacionalidade, recomenda-se que, para cada área de trabalho (atividades laboratoriais, controle animal, controle de roedores e vetores, inspeção zoossanitária, entre outras), haja um técnico de nível superior como responsável.

BIBLIOGRAFIA

ACHA, P. N.; SZYFRES, B. **Zoonoses and communicable diseases common to man and animals**: Parasitoses. 3. ed. Washington, D.C.: PAHO, 2003.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Biossegurança**. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Sangue+Tecidos+e+Orgaos/Assunto+de+Interesse/Conceitos%2C+glossarios%2C+siglas/Biosseguranca>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

_____. **Cartilha de proteção respiratória contra agente biológicos para trabalhadores de saúde**. Brasília, 2009.

_____. **Regulamento Sanitário Internacional 2005**. Brasília, 2010.

_____. **Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/10d6dd00474597439fb6df3fbc4c6735/RDC+N%C2%BA+306,+DE+7+DE+DEZEMBRO+DE+2004.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. **Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002**. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/ca36b200474597459fc8df3fbc4c6735/RDC+N%C2%BA.+50,+DE+21+DE+FEVEREIRO+DE+2002.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

ALVAR, J. et al. Canine leishmaniasis. **Advances in Parasitology**, [S.l.], v. 57, p. 1-88, 2004.

AMATO NETO, V. et al. **Toxoplasmose**. 4. ed. São Paulo: Sarvier, 1995.

ARAUJO, W. N.; SILVA, A. V.; LANGONI, H. Toxoplasmose: uma zoonose: realidades e riscos. **Cães e Gatos**, [S.l.], v. 79, p. 20-27, 1998.

ASSUNÇÃO, A. A.; LIMA, C. R. de. **Gestão das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da saúde**. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2012.

BASANO, S. A.; CAMARGO, L. M. A. Leishmaniose tegumentar americana: histórico, epidemiologia e perspectivas de controle. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S.l.], n. 3, p. 328-337, 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. **Controle da raiva dos herbívoros**. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Boas práticas de manejo, embarque**. Brasília, 2013.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Boas práticas de manejo, transporte**. Brasília, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Controle de vetores: procedimentos de segurança**. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Dengue instruções para pessoal de combate ao vetor**: manual de normas técnicas. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de controle de roedores**. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.138, de 23 de maio de 2014**. Define as ações e serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1138_23_05_2014.html>. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.271, de 6 de junho de 2014**. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html>. Acesso em: 19 ago. 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.031, de 23 de setembro de 2004**. Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública. Disponível em: <http://dev-gal.datasus.gov.br/GAL/Arquivos/Portarias/portaria_2031.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Vigilância em saúde**: dengue, esquistossomose, hanseníase, malária, tracoma e tuberculose. 2. ed. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Portaria nº 758, de 26 de agosto de 2014**. Inclui subtipo na Tabela de Tipos de Estabelecimentos de Saúde do SCNES. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2014/prt0758_26_08_2014.html>. Acesso em: 25 set. 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Diretrizes gerais para o trabalho em contenção com agentes biológicos**. 3. ed. Brasília, 2003.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde. **Classificação de risco dos agentes biológicos**. 2. ed. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde do trabalhador**. Brasília, 2001. (Caderno de Atenção Básica, n. 5).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue**. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Ações de controle da malária**: manual para profissionais de saúde na atenção básica. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Biossegurança em laboratórios biomédicos e de microbiologia**. 3. ed. rev. e atual. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**. 8. ed. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia de vigilância do Culex quinquefasciatus**. 3. ed. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia de vigilância epidemiológica**. 7. ed. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de controle de escorpiões**. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de diagnóstico laboratorial da raiva**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de vigilância e controle da peste**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Vigilância e controle de moluscos de importância epidemiológica**. 2. ed. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Guia de vigilância de epizootias em primatas não humanos e entomologia aplicada à vigilância da febre amarela**. 2. ed. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Vigilância da esquistossomose mansoni: diretrizes técnicas**. 4. ed. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Coordenação-Geral de Doenças Transmissíveis. Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública. **Nota Técnica Conjunta nº 01/2011 – CGDT-CGLAB/DEVIT/SVS/MS**. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Diretoria Técnica de Gestão. **Guia para gestão local do controle da malária: módulo 2: controle vetorial**. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de vigilância em saúde**. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de Imunizações**. Brasília, 2003.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS. **Manual da oficina de capacitação em monitoramento e avaliação em saúde**. Brasília, 2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 1997. Seção 1, p. 30841-30843. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução normativa nº 141, de 19 de dezembro de 2006. Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2006. Seção 1, p. 139-140.

_____. Ministério do Trabalho. **Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978**. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/mte/1978/3214.htm>>. Acesso em: 21 out. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012**. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp141.htm>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 15 jul. 2014.

CAMPINAS (São Paulo). Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Saúde. **Manual de controle integrado de pragas**. Disponível em: <<http://campinas.sp.gov.br/sa/impresos/adm/FO086.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

CARDOSO, J. L. C. **Animais peçonhentos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Sarvier, 2009.

CHAPMAN, A. S et al. Diagnosis and management of tickborne rickettsial diseases: rocky mountain spotted fever, ehrlichioses, and anaplasmosis - United States: a practical guide for physicians and other health-care and public health professionals. **Morbidity and mortality weekly report (MMWR)**: recommendations and reports, [S.l.], v. 55, n. RR04, p. 1-27, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **Resolução nº 1000, de 11 de maio de 2012**. Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências. Disponível em: <http://cfmv.org.br/portal/legislacao/resolucoes/resolucao_1000.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2014.

_____. **Resolução nº 1015, de 9 de novembro de 2012**. Conceitua e estabelece condições para o funcionamento de estabelecimentos médicos veterinários, e dá outras providências. Disponível em: <http://cfmv.org.br/portal/legislacao/resolucoes/resolucao_1015.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2014.

DALLA COSTA, O. A. et al. **Boas práticas no transporte de suínos para o abate**. Concórdia, SC: Embrapa Suínos e Aves, 2012. (Documentos, 137).

_____. **Técnicas de manejo racional no desembarque de suínos destinados ao abate**. Concórdia, SC: Embrapa Suínos e Aves, 2008. (Instrução Técnica ao Suinocultor, 21).

FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS. Divisão de Epidemiologia e Controle de Doenças. **Manual de coleta, acondicionamento e transporte de material biológico para exames laboratoriais**. Belo Horizonte, 2013.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC)**. Disponível em: <http://fiocruz.br/biosseguranca/Bis/lab_virtual/epc.html>. Acesso em: 16 jul. 2014.

_____. Instituto Oswaldo Cruz. **Dengue: vírus e vetor**. Disponível em: <<http://ioc.fiocruz.br/dengue/textos/sobreovirus.html>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

KATAGIRI, S.; OLIVEIRA-SEQUEIRA, T. C. G. Zoonoses causadas por parasitas intestinais de cães e o problema do diagnóstico. **Arquivos do Instituto Biológico**, São Paulo, v. 74, n. 2, p. 175-184, abr./jun., 2007.

LAPPIN, M. R. Toxoplasmosis felina. **Waltham focus**, [S.l.], v. 4, p. 2-8, 1994.

MACHADO, J. M. H.; ASSUNÇÃO, A. A. **Panorama da saúde dos trabalhadores da saúde**. Belo Horizonte: UFMG; Faculdade de Medicina, 2012.

MANUAL veterinário de colheita e envio de amostras. Cooperação Técnica MAPA/OPAS-PANAFTOSA para o Fortalecimento dos Programas de Saúde Animal do Brasil. Rio de Janeiro: PANAFTOSA; OPAS/OMS, 2010. 111 p.

MOURA, V. M. B. D. **Roteiro de necropsia e colheita de material para laboratório**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, [199-?]. 15 p. Disponível em: <http://evz.ufg.br/up/66/o/Roteiro_Necropsia_Colheita.pdf?1330947870>. Acesso em: 9 jul. 2014.

NUNES, V. F. P. et al. Programa de Vigilância de Zoonoses e Manejo de Equídeos do Estado de São Paulo: módulo IV - recolhimento de equídeos. **Boletim Epidemiológico Paulista** [Online], São Paulo, v. 5, n. 58, p. 12-21, 2008. Disponível em: <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1806-427220080010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 maio 2014.

PEDROSO, E. R. P. Infecções emergentes e reemergentes. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 140-150, 2009. Disponível em: <http://www.influenza.lcc.ufmg.br/DVD/referencias/Infeccoes_emergentes_e_reemergentes.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

REY, L. **Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nas Américas e na África**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente. Secretaria da Educação. Museu de Ciências Naturais. Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. **Pombos domésticos: sugestões para o controle em escolas públicas estaduais de Porto Alegre**, 2007.

_____. Secretaria Estadual de Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. **Guia de manejo e controle de morcegos: técnicas de identificação, captura e coleta**. Porto Alegre, 2013.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Saúde. Centro de Controle de Zoonoses. **Manejo de pombos urbanos**. Disponível em: <http://prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/PombosUrbanos_1253821868.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. Secretaria Municipal de Saúde. Coordenação de Vigilância em Saúde. **Programa de vigilância e controle de leptospirose e roedores do município de São Paulo**. São Paulo, 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. Superintendência de Controle de Endemias. **Manual de vigilância acarológica**. São Paulo, 2004.

SVOBODA, W. K. **Vigilância de epizootias em primatas não humanos (PNH) como instrumento de monitoramento de arboviroses e outras viroses de interesse em saúde pública**. 2007. 136 f. Tese (Doutorado em Ciência Animal) – Programa de Pós-graduação em Ciência Animal da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, 2007.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Office of Information and Educational Exchange. World Organisation for Animal Health. **Terrestrial animal health code**. Disponível em: <<http://oie.int/en/international-standard-setting/terrestrial-code>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Chemical hazards in drinking-water**. Disponível em: <http://who.int/water_sanitation_health/dwq/chemicals/en/index.html>. Acesso em: 18 jun. 2014.

_____. **Control of the Leishmaniasis**: technical report, 2011. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/trs/WHO_TRS_949_eng.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. **Controle, prevenção e erradicação de doenças transmissíveis**: sistema de avaliação de pesticidas: manual para borrifação de inseticida de efeito residual para controle de vetores, 2002. Disponível em: <www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=726&Itemid=828>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Department of Control of Neglected Tropical Diseases. WHO Pesticide Scheme. **Equipment for Vector Control**: specification guidelines. 2010. 58 p.

_____. **Handbook for integrated vector management**. Geneva, 2012. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/publications/2012/9789241502801_eng.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2014.

_____. **Health topics**: zoonoses. Disponível em: <<http://who.int/topics/zoonoses/en/>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

_____. Los anticuerpos monoclonales en la caracterización y vigilancia de los virus de la rabia en América Latina y el Caribe. **Revista Panamericana de Salud Pública** [online], [S.l.], v. 8, n. 3, p. 214-217, 2000. Disponível em: <http://scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892000000800016>. Acesso em: 27 jun. 2014.

_____. **WHO Expert Consultation on Rabies**: second report. Geneva: WHO, 2013.

_____. **WHO Pesticide Evaluation Scheme**: WHOPES. Disponível em: <<http://who.int/whopes/en/>>. Acesso em: 12 maio 2014.

GLOSSÁRIO

Acidente causado por animais peçonhentos e venenosos: dano à integridade física de um indivíduo, por meio de contato (por inoculação ou superficialmente, tanto pela pele quanto por mucosa) com um determinado veneno, provocado por interação entre animal peçonhento ou venenoso e o ser humano.

Acidente causado por animais peçonhentos e venenosos de relevância para a saúde pública: acidente causado por animais peçonhentos e venenosos que apresente impacto na saúde coletiva, quanto à severidade e à gravidade do acidente, bem como quanto à magnitude, à transcendência, ao potencial de ocorrência e à vulnerabilidade referentes ao processo epidemiológico de instalação e manutenção desses animais, considerando a população exposta, a espécie animal envolvida, a área afetada (alvo), em tempo determinado.

Acumulador compulsivo de animais: pessoa que cria animais sem fins lucrativos, em quantidade incompatível com o espaço físico existente no local, em condições higiênico-sanitárias precárias, e que não garante suas necessidades básicas.

Agravo que represente risco de transmissão de doença para a população humana: qualquer dano, causado por animal à integridade física de uma pessoa, que possa ocasionar a transmissão de alguma zoonose.

Amplificador: espécie animal abundante em área endêmica (com alta taxa de renovação populacional), que desempenha papel de hospedeiro de um agente etiológico em condições naturais, suscetível à infecção e capaz de manter, apenas no período inicial de sua infecção, o agente etiológico circulante em níveis suficientes para infectar os vetores.

Animal: compreende todo ser vivo do reino animal, invertebrado ou vertebrado, sendo o vertebrado organizado e dotado de sensibilidade e movimento, classificado como, exceto o homem, doméstico, domesticado ou silvestre.

Animal agressivo: animal que apresenta comportamento agressivo, sem notificação de agravo que represente risco de transmissão de doença para a população humana.

Animal agressor: animal causador de agravo que represente risco de transmissão de doença para a população humana.

Animal domesticado: espécie animal que, por circunstâncias especiais, perdeu seu *habitat* na natureza e a adaptabilidade a ele, passando a conviver pacificamente com o homem, podendo ou não apresentar características comportamentais de espécime silvestre.

Animal doméstico: espécie animal que, devido a processos tradicionais e sistematizados de manejo ou melhoramento zootécnico, passou a apresentar características biológicas e comportamentais em estreita relação com o homem, podendo apresentar fenótipo variável, diferente da espécie silvestre que a originou.

Animal domiciliado: animal totalmente controlado e dependente do homem, que só tem acesso à rua quando levado por seu guardião e/ou proprietário responsável, com guia.

Animal irrestrito (sem controle): animal que, independentemente de possuir responsável, esteja sem restrição de mobilidade na rua ou no espaço público, momentânea ou permanentemente, de modo a ter independência no acesso e na busca por alimentação, abrigo e reprodução, bem como na deposição de dejetos.

Animal peçonhento: animal silvestre que produz veneno (peçonha) em um grupo de células de um órgão secretor ou de uma glândula secretora, possuindo aparelho inoculador, que pode ser uma presa, um agulhão ou um ferrão.

Animal recolhido: animal apreendido, capturado ou recebido pela UVZ, que ficará apropriadamente alojado em suas dependências físicas.

Animal removido: animal apreendido ou capturado por equipe da UVZ, que será transportado até a Unidade.

Animal silvestre: animal nativo ou exótico, vertebrado ou invertebrado, encontrado livre na natureza, que não depende dos seres humanos para sua sobrevivência e cuja dinâmica populacional (taxas de reprodução, crescimento, sobrevivência etc.) não está correlacionada aos recursos (alimento, abrigo etc.) providos diretamente pelo homem.

Animal silvestre exótico: animal silvestre não originário da fauna brasileira, introduzido ou inserido a um ambiente do território nacional do qual não faz parte originalmente, mas onde se adapta, podendo exercer dominância, prejudicar processos naturais e espécies nativas e causar prejuízos de ordem econômica, social e de saúde.

Animal silvestre nativo: animal silvestre natural do território brasileiro, que passe parte de seu ciclo de vida, em qualquer fase do seu desenvolvimento ou todo ele, nesse território.

Animal sinantrópico: animal silvestre que utiliza recursos de áreas antrópicas, de forma transitória, em seu deslocamento, como via de passagem ou local de descanso; ou permanentemente, utilizando-as como área de vida.

Animal venenoso: animal silvestre que produz e armazena substância tóxica em glândulas ou tecidos, mas não possui aparelho inoculador, provocando envenenamento passivo por contato, por compressão ou por ingestão.

Antirratização: É o conjunto de medidas que visam dificultar ou impedir a penetração, a instalação e a proliferação de roedores num determinado local/área.

Apreensão de animal de relevância para a saúde pública: retirada de animal de relevância para a saúde pública, domiciliado ou que esteja em área pública sob a guarda e/ou posse de uma pessoa.

Área-alvo: área suspeita de ocorrência da circulação de patógeno zoonótico, em determinada espécie animal e/ou humana, ou de presença de animal peçonhento ou venenoso, de relevância para a saúde pública.

Área de Vigilância de Zoonoses: área da Secretaria Municipal de Saúde responsável pelo desenvolvimento e pela execução das ações, das atividades e das estratégias relacionadas à vigilância, à prevenção e ao controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública.

Biossegurança: condição de segurança alcançada por um conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar, reduzir ou eliminar riscos inerentes às atividades que possam comprometer a saúde humana, animal e o meio ambiente.

Captura de animal de relevância para a saúde pública: remoção de animal de relevância para a saúde pública, irrestrito ou invasor.

Controle de população de animais de relevância para a saúde pública: conjunto de medidas que incidam sobre determinada população de animais de relevância para a saúde pública (população animal alvo), procurando mantê-la sob controle por meio de sua diminuição, contenção e restrição, buscando o equilíbrio ecossanitário, utilizando-se de diferentes estratégias com vistas à eliminação (quando possível) ou à redução efetiva da transmissão da zoonose de importância para a saúde coletiva (zoonose-alvo) ou da ocorrência de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, ambas em área determinada.

Controle sanitário da população animal alvo: administração de medicamento/insumo/imunobiológico e/ou colocação de dispositivos/acessórios ou outros materiais diretamente sobre a população animal alvo e/ou de produtos diretamente sobre o ambiente em que essa população animal vive, conforme indicação técnica, para seu equilíbrio ecossanitário.

Correção do meio ambiente: conjunto de ações, atividades e estratégias executadas pelos órgãos de Meio Ambiente para modificar (de forma permanente) o ambiente, mediante condições ambientais desfavoráveis.

Desratização: é o conjunto de medidas que visam à eliminação dos roedores, pelos métodos mecânicos (ratoeiras, gaiolas, etc.), biológicos (gatos, predadores naturais, bactérias letais aos roedores, etc.) e químicos (raticidas/rodenticidas).

Equipamento de proteção coletiva (EPC): todo dispositivo, equipamento ou estrutura destinado à proteção coletiva contra riscos e ameaças presentes nos ambientes e nas condições de trabalho que possam afetar a segurança e a saúde do trabalhador, da comunidade e dos animais.

Equipamento de proteção individual (EPI): todo dispositivo ou produto, de uso individual, utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção contra riscos e ameaças presentes nos ambientes e nas condições de trabalho que possam afetar a segurança e a saúde no trabalho.

Guarda de animal: condição na qual uma pessoa física ou jurídica se torna preposto de um animal.

Guarda responsável de animal: condição na qual o guardião de um animal e de suas crias, que pode ser seu proprietário ou preposto, aceita e compromete-se a assumir uma série de deveres centrados nas necessidades físicas, biológicas e ambientais da espécie, como também a prevenir os riscos (potencial de agressão, transmissão de doenças ou danos a terceiros) que seu animal possa causar à comunidade, a outros animais e/ou ao meio ambiente.

Inspeção Zoossanitária: vistoria em locais públicos ou privados onde haja condições ambientais ou presença de animal que possam estar oferecendo risco de transmissão de zoonoses ou de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, visando avaliar as condições higiênico-sanitárias, orientar as pessoas do local sobre as medidas a serem adotadas, bem como definir as ações necessárias para minimizar riscos, incluindo medidas de controle de animais obedecendo às normas vigentes.

Intersetorialidade: interlocução, articulação, parceria e estabelecimento de políticas, ações, atividades e estratégias com outros setores públicos e privados.

Intrasetorialidade: interlocução, articulação, parceria e estabelecimento de políticas, ações, atividades e estratégias com outras áreas do setor Saúde.

Manutenção e cuidados básicos de animais recolhidos: abrigo, higienização, alimentação e, quando necessário, exame clínico básico e procedimentos curativos, vedado o uso de tecnologias e aparelhagens específicas, exames clínicos laboratoriais, bem como a realização de procedimentos anestésicos e/ou cirúrgicos e a internação, sendo respeitadas as normatizações técnicas vigentes do Conselho Federal de Medicina Veterinária e a proteção da saúde dos profissionais e dos demais animais recolhidos.

Medidas de antirratização: medidas preventivas e corretivas adotadas no ambiente que visam impedir ou dificultar a implantação e a proliferação de roedores.

Medidas de desratização: medidas de controle adotadas por meio do uso de produtos químicos e físicos para a redução ou a eliminação (quando necessário e possível) da população de roedores.

Manejo ambiental: conjunto de medidas e práticas de manipulação do meio ambiente (alteração do ambiente de forma temporária) que visam dificultar, reduzir ou eliminar, quando possível, as condições ambientais favoráveis à manutenção e à reprodução das populações de vetores e de animais sinantrópicos.

População animal alvo: população animal suspeita de envolvimento ou envolvida na transmissão da zoonose-alvo, ou população de animais peçonhentos ou venenosos de relevância para a saúde pública relacionada com acidente à população humana.

Posse de animal: condição na qual uma pessoa física ou jurídica se torna proprietária de um animal.

Posse responsável de animal: condição na qual o proprietário, que também é o guardião, de um animal e de suas crias, aceita e compromete-se a assumir uma série de deveres centrados nas necessidades físicas, biológicas e ambientais da espécie, assim como a prevenir os riscos (potencial de agressão, transmissão de doenças ou danos a terceiros) que seu animal possa causar à comunidade, a outros animais e/ou ao meio ambiente.

Recepção de animal de relevância à saúde pública: recebimento de animal de relevância à saúde pública, entregue pela população, órgãos ou instituições diretamente na UVZ.

Recolhimento de animal de relevância à saúde pública: apreensão, captura e/ou recepção de animal de relevância à saúde pública, que passa a ficar sob a guarda da UVZ nos alojamentos da Unidade.

Remoção de animais de relevância à saúde pública: apreensão ou captura de animais de relevância à saúde pública, que serão transportados até a UVZ.

Resgate de animal: restituição ou recuperação de animal sob guarda da UVZ, por seu proprietário ou preposto, que ficará sob sua guarda ou posse responsável.

Risco sanitário: risco iminente ou ocorrência de zoonose, ou risco de ocorrência de acidente causado por animal peçonhento e venenoso, de relevância para a saúde pública.

Saúde do trabalhador: conjunto de atividades que se destina, por meio de ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e à proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à sua recuperação e à sua reabilitação, quando submetidos aos riscos e aos agravos advindos das condições de trabalho.

Transferência de animal: ato de ceder um animal sob guarda da UVZ para pessoa física ou jurídica, para que esta o mantenha sob sua guarda ou posse responsável.

Transversalidade: estabelecimento de mecanismos que propiciem a intra e intersectorialidade das ações e dos serviços públicos de saúde.

Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ): estrutura física e técnica, vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS), responsável pela execução de parte ou da totalidade das atividades, das ações e das estratégias referentes à vigilância, à prevenção e ao controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, previstas nos Planos de Saúde e nas Programações Anuais de Saúde, podendo estar organizada de forma municipal, regional e/ou estadual.

Vetor biológico: organismo invertebrado capaz de veicular (transportar) e transmitir (a um organismo vertebrado) um determinado agente infeccioso, no qual este se multiplica ou se desenvolve.

Vetor mecânico: organismo invertebrado capaz de veicular (transportar) um determinado agente infeccioso, podendo ou não transmiti-lo a um organismo vertebrado.

Zoonose: infecção ou doença infecciosa transmissível, sob condições naturais, de homens a animais e vice-versa.

Zoonose de relevância para a saúde pública: zoonose de risco iminente de transmissão para a população humana, que apresente impacto na saúde coletiva quanto a sua magnitude, transcendência, potencial de disseminação, gravidade, severidade e vulnerabilidade, referentes ao processo epidemiológico de instalação, transmissão e manutenção, considerando a população exposta, a espécie animal envolvida, a área afetada (alvo), em tempo determinado.

EQUIPE TÉCNICA

Colaboração:

Aldiney José Doreto – CGATES/DEGES/SGTES/MS

Antônio Carlos Coelho Figueiredo (*in memoriam*) – SMS/Campinas/SP

Camila Pinto Damasceno – CGPNCM/DEVIT/SVS/MS

Carlos Flávio Barbosa da Silva – SVS/SMS/Santa Maria/RS

Charles Nunes e Silva – CCZ/SMS/Maceió/AL

Daniel Garkauskas Ramos – GT-Arboviroses/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Denise Maria Candido – Instituto Butantan/SP

Eduardo de Masi – CRSSul/SMS/São Paulo/SP

Eduardo Pacheco de Caldas – CGDT/DEVIT/SVS/MS

Elisa San Martin Mouriz Savani – LABZOO/CCZ/Covisa/SMS/São Paulo/SP

Fernanda Voietta Pinna Maniglia – GT-Roedores/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Fernando Campos Avendanho – CGPNCD/DEVIT/SVS/MS

Flávio Santos Dourado – GT-Animais Peçonhentos/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Giuseppe Puerto – Instituto Butantan/SP

Guadalupe Paranaguá de Santana – CGATES/DEGES/SGTES/MS

Guilherme Carneiro Reckziegel – GT-Animais Peçonhentos/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Jeann Marie da Rocha Marcelino – CGHDE/DEVIT/SVS/MS

Joyce Mendes Pereira – CGPNCM/DEVIT/SVS/MS

Júlia Cristina Maksoud Brazuna – CCZ/SESAU/Campo Grande/MS

Katya Valéria Aparecida Barão Dini – LABFAUNA/CCZ/Covisa/SMS/São Paulo/SP

Kleber Agari Campos – Sugepe/CCZ/Covisa/SMS/São Paulo/SP

Leandro Del Grande Cláudio – GT-UVZ/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Lidsy Ximenes Fonseca – GT-Roedores/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Lucas Edel Donato – GT-Leishmanioses/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Lúcia Regina Montebello – GT-Raiva/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Luciana Guerra Gallo – Consultoria Opas

Luciano José Eloy – GT-UVZ/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Marcia Leite de Sousa Gomes – GT-Leishmanioses/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Marília Lavocat Nunes – GT-UVZ/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Michael Laurence Zini Lise – GT-UVZ/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Milena Camara – ECD/SMS/Diadema/SP

Moema Couto Silva Blatt – CIEVS/SMS/Cuiabá/MT

Rafaella Albuquerque e Silva – GT-Leishmanioses/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Rosane Correa de Oliveira – CCZ/Covisa/SMS/São Paulo/SP

Silene Manrique Rocha – GT-Raiva/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Simone Valéria Costa Pereira – GT-Roedores/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Soraya Wingester Vasconcelos – GAB/SVS/MS

Stefan Vilges de Oliveira – GT-Roedores/CGDT/DEVIT/SVS/MS

Suzana Zeccer – Dive/SES/SC

Talita Leal Chamone – SRS/BH/SES/MG

Tamara Leite Cortez – CCZ/Covisa/SMS/São Paulo/SP

Vicente Penteado Vizioli – CCZVA/SMS/Aracruz/ES

William Henrique Stutz – LAP/CCZ/SMS/Uberlândia/MG

Wilson José Guarda – CCZ/SMS/Santa Bárbara D'Oeste/SP

Revisão técnica:

Luciano José Eloy – GT-UVZ/CGDT/DEVIT/SVS/MS



DISQUE SAÚDE



Ouvidoria Geral do SUS
www.saude.gov.br

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
www.saude.gov.br/bvs



Ministério da
Saúde

**Governo
Federal**

**Anexo V - Resolução da Diretoria Colegiada RDC 622 de 09
de março de 2022 ANVISA.pdf**



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 622, DE 9 DE MARÇO DE 2022

(Publicada no DOU nº 51, de 16 de março de 2022)

Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

A **Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VI, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Resolução, conforme deliberado em reunião realizada em 9 de março de 2022, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivo

Art. 1º Esta Resolução possui o objetivo de estabelecer diretrizes, definições e condições gerais para o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, visando ao cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.

Seção II

Abrangência

Art. 2º Esta Resolução se aplica às empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, nos diversos ambientes, tais como indústrias em geral, instalações de produção, importação, exportação, manipulação, armazenagem, transporte, fracionamento, embalagem, distribuição, comercialização de alimentos, produtos farmacêuticos, produtos para saúde, perfumes, produtos para higiene e cosméticos para a saúde humana e animal, fornecedores de matéria-prima, áreas hospitalares, clínicas, clubes, shopping centers, residências e condomínios residenciais e comerciais, veículos de transporte coletivo, aeronaves, embarcações, aeroportos, portos, instalações aduaneiras e portos secos, locais de entretenimento e órgãos públicos e privados, entre outros.

Este texto não substitui o(s) publicado(s) em Diário Oficial da União.



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Seção III

Definições

Art. 3º Para efeito desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I - Boas Práticas Operacionais: procedimentos que devem ser adotados pelas empresas especializadas a fim de garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes;

II - controle de vetores e pragas urbanas: conjunto de ações preventivas e corretivas de monitoramento ou aplicação, ou ambos, com periodicidade minimamente mensal, visando impedir de modo integrado que vetores e pragas urbanas se instalem ou reproduzam no ambiente;

III - empresa especializada: pessoa jurídica devidamente constituída, licenciada pelos órgãos competentes da saúde e do meio ambiente, para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas;

IV - Equipamento de Proteção Individual (EPI): todo dispositivo de uso individual, de fabricação nacional ou estrangeira, destinado a preservar a saúde, a segurança e a integridade física do trabalhador;

V - licença ambiental ou termo equivalente: documento que licencia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que é concedida pelo órgão ambiental competente;

VI - licença sanitária ou termo equivalente: documento que licencia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que é concedida pelo órgão sanitário competente;

VII - pragas urbanas: animais que infestam ambientes urbanos podendo causar agravos à saúde, prejuízos econômicos, ou ambos;

VIII - Procedimento Operacional Padronizado (POP): procedimento elaborado de forma objetiva pela empresa especializada, que estabelece instruções sequenciais para a realização de operações rotineiras e específicas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas;

IX - produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas: formulações prontas para o uso ou concentradas para posterior diluição ou outras manipulações autorizadas, em local adequado e por pessoal capacitado da empresa especializada imediatamente antes de serem utilizadas para aplicação;

Este texto não substitui o(s) publicado(s) em Diário Oficial da União.



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

X - responsável técnico: profissional de nível superior ou de nível médio profissionalizante, com treinamento específico na área em que assumir a responsabilidade técnica, mantendo-se sempre atualizado, devidamente habilitado pelo respectivo conselho profissional, que é responsável diretamente: pela execução dos serviços; treinamento dos operadores; aquisição de produtos saneantes desinfestantes e equipamentos; orientação da forma correta de aplicação dos produtos no cumprimento das tarefas inerentes ao controle de vetores e pragas urbanas; e por possíveis danos que possam vir a ocorrer à saúde e ao ambiente;

XI - saneantes desinfestantes: produtos registrados na Anvisa, destinados à desinfestação de ambientes urbanos, sejam eles residenciais, coletivos, públicos ou privados, que matam, inativam ou repelem organismos indesejáveis no ambiente, sobre objetos, superfícies inanimadas, ou em plantas. Incluem-se neste conceito os termos "inseticidas", "reguladores de crescimento", "rodenticidas", "moluscicidas" e "repelentes"; e

XII - vetores: artrópodes ou outros invertebrados que podem transmitir infecções, por meio de carreamento externo (transmissão passiva ou mecânica) ou interno (transmissão biológica) de microrganismos.

CAPÍTULO II

REQUISITOS PARA FUNCIONAMENTO

Seção I

Requisitos Gerais

Art. 4º A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.

Parágrafo único. A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

Art. 5º A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.

Art. 6º Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.

Este texto não substitui o(s) publicado(s) em Diário Oficial da União.



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Seção II

Responsabilidade Técnica

Art. 7º A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.

§ 1º Considera-se habilitado para a atividade de responsabilidade técnica, o profissional que possua comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional.

§ 2º A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.

Seção III

Instalações

Art. 8º As instalações da empresa especializada são de uso exclusivo, sendo vedada a instalação do estabelecimento operacional em prédio ou edificação de uso coletivo, seja comercial ou residencial, atendendo às legislações relativas à saúde, segurança, ao ambiente e ao uso e ocupação do solo urbano.

Art. 9º As instalações operacionais devem dispor de áreas específicas e adequadas para armazenamento, diluição ou outras manipulações autorizadas para saneantes desinfestantes e vestiário para os aplicadores, com chuveiro e local para higienização dos EPI.

Art. 10. A licença sanitária deve ser afixada em local visível ao público.

Art. 11. A empresa especializada deve ter letreiro em sua fachada indicando seu nome de fantasia, os serviços prestados e o número da licença sanitária.

Seção IV

Manipulação e Transporte

Art. 12. Todos os procedimentos de diluição ou outras manipulações autorizadas para produtos saneantes desinfestantes, da técnica de aplicação, da utilização e manutenção de equipamentos, de transporte, de destinação final e outros procedimentos técnicos ou operacionais, devem estar descritos e disponíveis na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP), inclusive com informações sobre o que fazer em caso de acidente, derrame de produtos químicos, saúde, biossegurança e saúde do trabalhador, sem prejuízo da legislação vigente.

Este texto não substitui o(s) publicado(s) em Diário Oficial da União.



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Art. 13. Os veículos para transporte dos produtos saneantes desinfestantes e equipamentos devem ser dotados de compartimento que os isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo para atividade de controle de vetores e pragas urbanas e atender às exigências legais para o transporte de produtos perigosos.

Parágrafo único. O transporte dos produtos e equipamentos não pode ser feito por meio de veículos coletivos em hipótese alguma, independentemente de quantidades, distâncias ou formulações.

Seção V

Inutilização e Descarte das Embalagens

Art. 14. A empresa especializada deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte.

Art. 15. O destino das embalagens dos produtos saneantes desinfestantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/importador.

Art. 16. A empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente.

§ 1º Caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino passa a ser da empresa especializada que deve guardar os comprovantes da referida destinação.

§ 2º O estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.

Art. 17. A empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfestantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados.

Art. 18. As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfestantes devem ser submetidas à tríplex lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente.

Parágrafo único. As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríplex lavagem, devendo a empresa especializada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes.

Este texto não substitui o(s) publicado(s) em Diário Oficial da União.



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Seção VI

Comprovação do Serviço

Art. 19. A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I - nome do cliente;
- II - endereço do imóvel;
- III - praga(s) alvo;
- IV - data de execução dos serviços;
- V - prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
- VI - grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- VII - nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- VIII - orientações pertinentes ao serviço executado;
- IX - nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;
- X - número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e
- XI - identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

Art. 20. Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deve afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental.

Art. 21. Toda e qualquer nota fiscal de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas somente é válida se for emitida por pessoa jurídica de direito privado, ficando vedada a compra de nota fiscal avulsa por pessoa física junto às Secretarias de Finanças (ou órgão semelhante) das Prefeituras Municipais, para os fins de comprovação de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

Este texto não substitui o(s) publicado(s) em Diário Oficial da União.



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Seção VII

Propaganda

Art. 22. Sem prejuízo do disposto no artigo 58, §2º, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, toda e qualquer forma de propaganda de empresa especializada deve conter claramente a identificação dela nos órgãos licenciadores competentes, bem como o número de sua licença, bem como observado as seguintes proibições:

I - não provocar temor, angústia ou utilizar expressões ou imagens sugerindo que a saúde das pessoas será ou poderá ser afetada por não usar produtos ou prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas;

II - não publicar mensagens tais como: "Aprovado", "Recomendado por especialista", "Demonstrado em ensaios científicos", "Publicidade aprovada pela Vigilância Sanitária", "Ministério da Saúde" ou órgão congênere Estadual, Municipal e Distrital, exceto nos casos especificamente determinados pela Anvisa; e

III - não sugerir ausência de efeitos adversos à saúde humana ou utilizar expressões tais como: "inócuo", "seguro", "atóxico" ou "produto natural", exceto nos casos em que tais expressões estejam registradas na Anvisa.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. O descumprimento das determinações desta Resolução constitui infração de natureza sanitária sujeitando o infrator a processo e penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ou instrumento legal que venha a substituí-la, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil cabíveis.

Art. 24. Ficam revogadas:

I - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 204, de 26 de outubro de 2009, Seção 1, pág. 61; e

II - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 20, de 12 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 90, de 13 de maio de 2010, Seção 1, pág. 62.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES

Este texto não substitui o(s) publicado(s) em Diário Oficial da União.

**Anexo VI - PORTARIA SRPFSP Nº 3329, DE 28 DE
FEVEREIRO DE 2024 PDF 08500.022860_2023-70.pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO - SR/PF/SP

PORTARIA SR/PF/SP Nº 3329, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024

Estabelece regras para padronizar os procedimentos relativos ao fluxo documental necessário ao pagamento de bens e serviços contratados pela Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo, em especial aos prazos de entrega de faturas e notas fiscais, em todas as etapas até a emissão das ordens de pagamento, via Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI-WEB).

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA FEDERAL em SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 27, incisos II e VII, e o art. 50, incisos I e V, do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 155, de 27 de setembro de 2018, do Senhor Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União, edição 200, seção 1, de 17 de outubro de 2018; resolve:

Art. 1º Regulamentar os procedimentos e prazos máximos relativos ao recebimento de notas fiscais/faturas e respectiva elaboração e encaminhamento dos processos de pagamento de competência dos fiscais, gestores de contrato e ao Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF, de forma a garantir o pagamento das obrigações da SR/PF/SP dentro dos prazos estipulados.

SEÇÃO I
DAS DEFINIÇÕES E ATRIBUIÇÕES

Art. 2º Na aplicação desta Portaria, ficam estabelecidas as seguintes definições e competências:

I. Instrumento de Medição de Resultado-IMR, conforme modelo previsto no Anexo V-B da IN nº 05/2017-MPDG, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços;

II. Termo de Recebimento Provisório-TRP, conforme previsto no art. 50 inciso I da IN nº 05/2017-MPDG;

III. Termo de Recebimento Definitivo-TRD, conforme previsto no art. 50 inciso II da IN nº 05/2017-MPDG;

IV. Material Permanente: aquele que, como regra geral mas havendo exceções, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos, cujos exemplos são mobiliário em geral, notebooks, desktops, veículos automotores, equipamentos de comunicação, armamentos, máquinas e equipamentos em geral, etc. Possuem classificação de natureza de despesa 449052;

V. Material de Consumo: aquele que não é classificado como material permanente, cujos exemplos são canetas, papel, ração, toners de impressora, embalagens, itens de limpeza e higiene, etc. Possuem classificação de natureza de despesa 339030;

VI. Fiscal Técnico: servidor designado em portaria para este encargo, para avaliar a execução do objeto nos moldes contratados, aferindo se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com o estipulado no edital e termo de referência, conforme preconizado no art. 40 inciso II da IN nº 05/2017-MPDG;

VII. Fiscal Administrativo: servidor designado em portaria para este encargo, para avaliar nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra o cumprimento das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, conforme preconizado no art. 40 inciso III da IN nº 05/2017-MPDG;

VIII. Gestor de Contrato: servidor lotado na GESCON/SELOG, designado em portaria para

este encargo, para coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, como a formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, conforme preconizado no art. 40 inciso I da IN nº 05/2017-MPDG;

Parágrafo Único. No âmbito da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo e suas Descentralizadas a fiscalização técnica e administrativa serão exercidas pelos mesmos servidores designados em portaria.

IX. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF: responsável por apropriar as despesas, analisando previamente toda documentação suporte para pagamento, tais como a nota fiscal/fatura, atesto, documentos de recebimento provisório e definitivo e a regularidade do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

X. Gestor Financeiro e Ordenador de Despesas: responsável por aprovar as Ordens de Pagamento - OP e emitir as ordens bancárias, relativas aos pagamentos das notas fiscais/faturas.

SEÇÃO II

DO RECEBIMENTO E ATESTO

Art. 3º Todos os documentos envolvendo o recebimento e pagamento de nota fiscal/fatura devem ser emitidos via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, incluindo os modelos padronizados de TRP e TRD nele existentes.

Art. 4º O protocolo da SR/PF/SP - NAD/SELOG/SR/PF/SP, ao receber nota fiscal/fatura/documentação prévia por quaisquer meios, físico ou eletrônico, deve incluir, no SEI, todos os documentos recebidos e encaminhar, em até 1 (um) dia útil, para o Setor/Descentralizada onde está lotado o fiscal do respectivo caso, assim como para a GESCON.

I. Outra unidade que não aquela elencada no caput, que por ventura receba nota fiscal/fatura por meio físico e não seja o demandante ou fiscal responsável pela emissão dos recebimentos, deve incluir, no SEI, todos os documentos recebidos e encaminhar, em até 1 (um) dia útil, para o protocolo NAD/SELOG/SR/PF/SP para o devido direcionamento;

II. A GESCON ao receber nota fiscal/fatura na qual não tenha sido emitido o TRP/TRD deve encaminhar, em até 1 (um) dia útil, para o Setor/Descentralizada onde está lotado o fiscal do respectivo caso;

III. O Setor/Descentralizada ao receber nota fiscal/fatura deve, em até 1 (um) dia útil, encaminhar à subunidade no SEI na qual o demandante ou fiscal tenha acesso, inclusive efetuando a respectiva atribuição ao seu usuário.

Parágrafo 1º As empresas devem enviar a nota fiscal/fatura via e-mail, através da caixa eletrônica "protocoloeletronico.sp@pf.gov.br", podendo inclusive conter links para arquivos armazenados na nuvem, os quais o NAD será responsável por extrair e fazer a devida carga no protocolo SEI a ser criado.

Parágrafo 2º Após a criação do protocolo SEI contendo todos os arquivos relativos à nota fiscal/fatura, o NAD deverá retornar o e-mail para o remetente informando o protocolo criado.

Art. 5º Quando do recebimento da nota fiscal/fatura, o demandante ou fiscal tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para efetuar a conferência e emitir o TRP/TRD conforme casos elencados neste artigo:

I. Caso material de consumo ou permanente: emitir os recebimentos provisório e definitivo e remeter o processo SEI ao NUMAT para demais providências;

II. Caso obra/reforma: emitir o recebimento/atesto e remeter o processo SEI à GESCON e NEOF para demais providências, observando o preconizado na Seção V - Do Pagamento de Obras e Reformas da presente portaria;

III. Demais contratos: emitir o recebimento provisório e remeter o processo SEI à GESCON para demais providências.

Parágrafo 1º. Para os contratos de concessionárias públicas de água, energia e telefonia, o fiscal deve ter cadastro ativo no portal/aplicativo da respectiva concessionária de forma a obter de forma proativa a nota fiscal, com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência do vencimento da fatura, devendo fazer a devida inclusão no SEI e emissão do TRP e TRD.

Parágrafo 2º Caso o recebimento fique condicionado a alguma providência, como a verificação da conformidade, que necessite mais de 05 (cinco) dias úteis para sua conclusão, o demandante

deverá solicitar que o fornecedor cancele a nota fiscal/fatura, emitindo uma nova quando da resolução da pendência ou da inconformidade ou, alternativamente, indicar a suspensão do prazo de pagamento previsto no edital e termo de referência até a devida resolução.

Parágrafo 3º A notificação de irregularidades ou inconformidades a serem sanadas, bem como a devolução de qualquer documentação, inclusive da nota fiscal/fatura, deverá ser sempre via Ofício ou e-mail, registrados no mesmo protocolo da referida nota fiscal/fatura.

Art. 6º Quando do recebimento da nota fiscal/fatura contendo o respectivo TRP, emitido pelo demandante ou fiscal, a GESCON tem o prazo de 03 (três) dias úteis para efetuar a conferência, emitir o TRD e remeter o processo ao NEOF.

Parágrafo 1º Após a emissão do TRD o gestor do contrato deve efetuar o devido registro da liquidação da respectiva nota fiscal/fatura no sistema ComprasGov - Módulo de Contratos.

Parágrafo 2º Caso a GESCON verifique alguma inconsistência no processo que impeça a emissão do TRD, deverá retornar as fases diligenciando para que as pendências sejam resolvidas com a maior brevidade possível.

Art. 7º Quando do recebimento da nota fiscal/fatura contendo o respectivo TRP e TRD, emitido pelo demandante ou fiscal, o NUMAT tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para efetuar a conferência e demais registros no e-Log e outros sistemas pertinentes, quando aplicável e remeter o processo:

I. À GESCON para que, se houver contrato celebrado, proceda ao devido registro da liquidação da respectiva nota fiscal/fatura no sistema ComprasGov - Módulo de Contratos;

II. Ao NEOF.

SEÇÃO III

DO PAGAMENTO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Art. 8º Ao receber os documentos prévios e necessários para posterior efetiva emissão da nota fiscal pela contratada de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o fiscal deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis:

I. Conferir se toda a documentação pertinente ao contrato, inclusive de ordem fiscal, trabalhista e previdenciária, foram devidamente inseridas pela empresa contratada em seu relatório de pagamento, devendo analisá-las a fim de verificar se estão de acordo com os normativos que regem o assunto, bem como com as previsões contratuais;

II. Aferir e, se for o caso, aplicar as devidas glosas, comunicando a empresa para que emita a nota fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

Parágrafo 1º Caso seja recebida fisicamente a documentação prévia, o fiscal deve inseri-la integralmente no SEI, informando o protocolo à contratada, e quaisquer devoluções para ajustes devem ser formalizadas através do mesmo protocolo, quer por Ofício ou e-mail, assim como atualizações/novas documentações correlatas.

Parágrafo 2º No caso de devolução da documentação para ajustes pela contratada, o novo prazo para reanálise da posterior nova documentação enviada passa a ser de 5 (cinco) dias úteis.

SEÇÃO IV

DO PAGAMENTO DE OBRAS E REFORMAS

Art. 9º Ao receber os documentos prévios e necessários para posterior efetiva emissão da nota fiscal pela contratada de serviços de engenharia, o fiscal deverá, no prazo de 15 (quinze) dias corridos:

I. Conferir se toda a documentação pertinente ao contrato, incluindo a planilha de medição e fotos da execução, foram devidamente inseridas pela empresa contratada em seu relatório de pagamento, devendo analisá-las a fim de verificar se estão de acordo com os normativos que regem o assunto, bem como com as previsões contratuais;

II. Aferir e, se for o caso, aplicar as devidas glosas, comunicando a empresa para que emita a nota fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Art. 10 Após término da última etapa da obra/reforma, em até 30 (trinta) dias corridos, ou previsto em prazo contratual, ou em normativo vigente, a equipe de fiscalização deverá realizar a emissão do TRP.

I. O TRP deverá incluir, pelo menos:

a) As pendências finais a serem resolvidas pela empresa contratada, assim como os respectivos prazos máximos.

b) O prazo final para emissão do TRD.

II. Após a resolução, pela empresa contratada, das pendências finais, aferir e, se for o caso, aplicar as devidas glosas, comunicando a empresa para que emita a nota fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

III. O TRD deverá ser emitido por comissão de fiscalização a ser tempestivamente formada.

IV. Após emitido o TRD o processo SEI deve ser encaminhado à GESCON, NUMAT e NEOF para demais providências.

SEÇÃO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 Após o início da vigência desta Portaria, todos os fiscais de contratos de concessionárias públicas de água, energia e telefonia deverão providenciar o acesso aos sistemas de emissão de faturas das concessionárias, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Único Para os casos em que uma mesma concessionária atenda várias unidades distintas, mas permita apenas 1 (um) único acesso ao seu portal, este acesso será concedido à unidade que apresentar o maior valor de nota fiscal mensal média, cabendo a esta unidade fazer a inclusão no SEI de todas as notas fiscais e encaminhar às demais unidades.

Art. 12 Eventuais prejuízos de qualquer natureza causados por servidor, em decorrência de descumprimento do previsto nesta Portaria, poderão ensejar processos de indenização ao erário.

Art. 13 As atribuições e obrigações definidas nesta Portaria não excluem outras estabelecidas na legislação e normativos que regem a matéria, bem como o que for previsto nos editais e termos de referência dos respectivos contratos.

Art. 14 Após publicação, o GAB/SR procederá à ampla divulgação desta Portaria a todas as chefias de unidade, fiscais e gestores de contrato, mediante Ofício Circular e publicação na Intranet.

Art. 15 Casos omissos ou exceções serão dirimidos pelo Ordenador de Despesas.

Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 17 Esta Portaria entra em vigor em 29 de março de 2024.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ROGÉRIO GIAMPAOLI
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO GIAMPAOLI, Superintendente Regional**, em 04/03/2024, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34144002&crc=2E57F47C](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34144002&crc=2E57F47C).

Código verificador: **34144002** e Código CRC: **2E57F47C**.

Referência: Processo nº 08500.022860/2023-70

SEI nº 34144002

Anexo VII - caderno_de_pesquisa_de_precos_2024_final.pdf



2024

Março | Versão 1.0

CADERNO DE LOGÍSTICA

PESQUISA DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Esther Dweck

Secretaria de Gestão e Inovação

Roberto Seara Machado Pojo Rego (Secretário)

Kathyana Dantas Machado Buonafina (Secretária Adjunta)

Diretoria de Normas e Sistemas de Logística

Everton Batista dos Santos

Coordenação de Acompanhamento Normativo

Kadu Freire de Abreu

Elaboradores:

Priscila Rayane de Menezes Silva Machado

Thaís Sabará Vieira Goes

Colaboradores:

Kadu Freire de Abreu

Leila Szczecinski Cotica

Manuela Deolinda dos Santos da Silva Pires

Marina do Bé Nascentes Marcondes de França Ferreira

Mateus Silva Teixeira

Scheyla Cristina de Souza Belmiro do Amaral

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

B823p

Brasil. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Secretaria de Gestão e Inovação. Diretoria de Normas e Sistemas de Logísticas.

Pesquisa de preços / Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Secretaria de Gestão e Inovação, Diretoria de Normas e Sistemas de Logísticas. – Versão 1.0 -- Brasília : DELOG/SEGES/MGI, 2024.

41 p. : il. -- (Caderno de logística)

Contém anexos.

1. Preços – Pesquisa. 2. Licitação pública. 3. Contratos administrativos. 4. Valor estimado. 5. Brasil. Lei de licitações e contratos (2021). I. Título.

CDU – 351.712.2

CDD – 341.35273

Histórico de versões

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO
03/2024	1.0	Versão original

Sumário

BASE LEGAL.....	4
ORIENTAÇÕES GERAIS	5
O QUE É UMA PESQUISA DE PREÇOS	5
POR QUE FAZER UMA PESQUISA DE PREÇOS	5
QUANDO DEVE SER FEITA A PESQUISA DE PREÇOS	6
QUEM DEVE FAZER A PESQUISA DE PREÇOS	8
A ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO NO PCA E NO ETP	10
DIFERENÇA ENTRE SOBREPREÇO E SUPERFATURAMENTO	12
PREÇO ESTIMADO OU PREÇO DE REFERÊNCIA.....	12
ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS	14
FORMALIZAÇÃO E CONTEÚDO MÍNIMO	14
CRITÉRIOS PARA PESQUISA DE PREÇOS.....	14
PARÂMETROS DE PESQUISA	15
a) Sistemas oficiais de governo	17
b) Contratações similares em execução ou concluídas no período de um ano	19
c) Mídia especializada, tabela de referência e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo	20
d) Pesquisa direta com fornecedores	22
e) Base nacional de notas fiscais eletrônicas.....	23
VALIDADE DA PESQUISA DE PREÇOS E ESCOPO TEMPORAL DE COLETA DE DADOS	24
MÉTODOS PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO	25
VALORES INEXEQUÍVEIS, INCONSISTENTES E EXCESSIVAMENTE ELEVADOS	26
O USO DE TRÊS PREÇOS	27
TAXA DE RISCO NO VALOR ESTIMADO	27
REGRAS ESPECÍFICAS	28
CONTRATAÇÃO DIRETA.....	28
CONTRATAÇÕES DE TIC.....	30
CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA.....	30
ANEXO I - Modelo de documento de formalização da pesquisa de preços.....	31
ANEXO II - Lista de verificação.....	34

BASE LEGAL

As diretrizes contidas neste caderno têm como base a Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, que, por sua vez, se fundamenta no art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – a atual Lei de Licitações e Contratos –, além de estudos e boas práticas administrativas sobre o tema. Sendo assim, esta publicação se destina somente aos processos elaborados com base na nova lei e não àqueles sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Conforme prevê o § 1º do art. 23 supramencionado, no processo licitatório para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, deve haver a definição do valor estimado e este deve ser definido com base no melhor preço aferido por meio de parâmetros e procedimentos, que serão apresentados e discutidos neste caderno.

A definição do valor estimado de uma contratação é essencial para qualquer processo de compra, pois norteará a tomada de decisão em diversas ocasiões do processo, por exemplo, para indicar o valor dos recursos necessários, analisar a exequibilidade da proposta, determinar o valor da garantia, aplicar eventual margem de preferências, como será visto logo adiante.

ORIENTAÇÕES GERAIS

O QUE É UMA PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços consiste em um procedimento prévio à licitação que tem como objetivo principal determinar o custo estimado da contratação pretendida, isso é, **aferir o valor de mercado de determinado bem ou serviço**. Para tanto, utiliza-se da coleta de dados por amostragem com posterior tratamento.

O procedimento envolve também o trabalho de conhecer o mercado, pois é preciso verificar as condições do mercado fornecedor para o objeto que se pretende contratar e a compatibilidade entre as especificações definidas pela área demandante, em especial no que diz respeito a: quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, entrega/frete, desempenho esperado e proposto, garantias, manutenção, possíveis fornecedores, entre outros aspectos.

POR QUE FAZER UMA PESQUISA DE PREÇOS

Um dos objetivos do processo licitatório, definido pela Lei nº 14.133, de 2021, é evitar contratações com sobrepreços ou com preços manifestamente inexequíveis e o superfaturamento na execução dos contratos. Assim, a referida lei estabelece que, na fase preparatória da contratação, a determinação do orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação, deve fazer parte da instrução do processo licitatório, visto que baliza os valores oferecidos nos certames e aqueles executados nas respectivas contratações.

A pesquisa de preço, portanto, relaciona-se intimamente com o **princípio da economicidade** – atualmente posto entre os princípios que devem orientar a atividade administrativa de licitações e contratos –, vez que busca garantir que a Administração Pública pague o preço justo e compatível com os valores praticados no mercado. Além disso, auxilia o agente público na tomada de decisão em diversas situações previstas na Lei nº 14.133, de 2021, tais como:

- (i) avaliar a existência de recursos orçamentários suficientes para custeio da despesa (art. 40, V, “c”; art. 72, IV; art. 105, caput, II e III; e art. 150);
- (ii) definir o preço de referência para julgamento e seleção da proposta mais vantajosa (art. 59, III);
- (iii) fundamentar a justificativa de preços na contratação direta por dispensa (art. 75, I e II);

Princípio da economicidade

É a obtenção do resultado esperado com o menor custo possível, mantendo a qualidade e buscando a celeridade na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos.

- (iv) analisar a exequibilidade das propostas, servindo de fundamento para desclassificação (art. 11, III e art. 59, III);
- (v) evitar sobrepreços (art. 11, III);
- (vi) combater contratações acima do preço praticado no mercado (art. 11, III; art. 59, III);
- (vii) mitigar a ocorrência de licitações desertas em razão de preços abaixo da realidade do mercado (art. 75, III, a);
- (viii) definir sobre a aplicação ou não de margem de preferência a bens e produtos em que o valor pode influenciar (art. 26, § 1º, II);
- (ix) enquadrar a contratação no escopo de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto (art. 6º, XXII);
- (x) aferir a vantagem econômica da contratação ou da prorrogação de ata de registro de preço (art. 82, § 2º; art. 84);
- (xi) determinar o valor da garantia de proposta (art. 58, § 1º);
- (xii) definir o critério de julgamento nas licitações para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021 (art. 37, § 2º);
- (xiii) avaliar a exigência de atestados de capacidade técnica quanto à parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação (art. 67, § 1º); e
- (xiv) avaliar a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços (art. 69, § 4º), entre outras.

Do exposto, verifica-se a grande importância de se realizar uma pesquisa de preço idônea, vez que uma estimativa falha ou imprecisa pode ocasionar um efeito contrário à economia pretendida, ou seja, causar prejuízos aos cofres públicos.

ATENÇÃO! Com a nova lei, a definição da modalidade licitatória deixou de ser baseada no valor estimado da contratação, sendo agora em razão da complexidade do objeto.

QUANDO DEVE SER FEITA A PESQUISA DE PREÇOS

Sempre que se adquirir um bem ou contratar um serviço, seja por licitação ou por contratação direta, a pesquisa de preços deve ser realizada para se determinar o preço de referência, inclusive para aferir se há vantagem econômica em aderir a uma ata de registro de preço ou para justificar a contratação de um item específico constante de um grupo de itens em ata de registro de preço.

Destaca-se que **as regras da IN nº 65, de 2021, apenas se aplicam à aquisição de bens e à contratação de serviços em geral**, seguindo, as contratações de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva e de obras e serviços de engenharia, normativos próprios, tendo em vista que necessitam de uma metodologia diferenciada, que atenda às particularidades dessas contratações.

No que tange às **contratações de obras e serviços**, a Instrução Normativa nº 91, de 16 de dezembro de 2022, autorizou a aplicação do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, no que couber, para a definição do valor estimado, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Quanto às contratações de serviços com **dedicação de mão de obra exclusiva**, a fim de atender às especificidades da elaboração da planilha de custos e formação preços, que leva em consideração, por exemplo, despesas relativas às verbas trabalhistas e previdenciárias, a própria IN nº 65, de 2021, em seu art. 9º, orientou a aplicação das regras da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la.

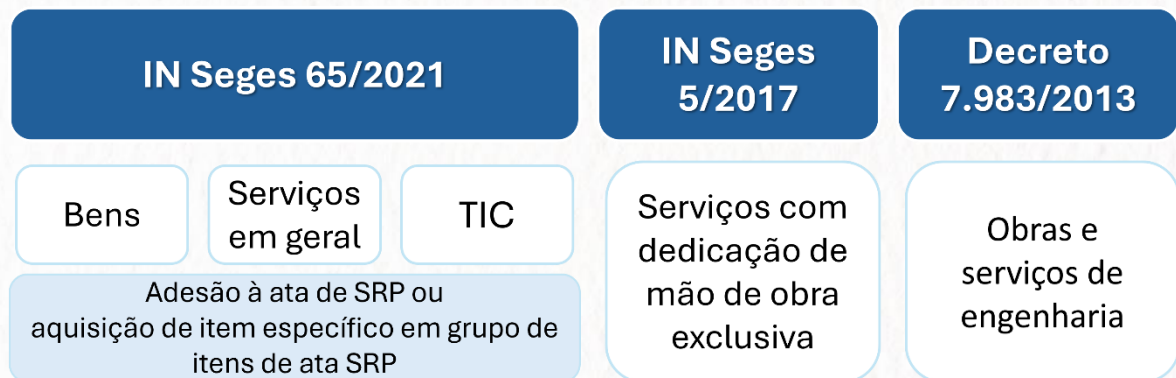


Figura 1 - Escopo de aplicação da IN Seges nº 65, de 2021.

- ☐ Confira a seguir os principais dispositivos que tratam do assunto:

IN nº 91, de 2022

Art. 1º Fica autorizada a aplicação do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, no que couber, para a definição do valor estimado nos processos de contratação direta de obras e serviços de engenharia, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

IN nº 65, de 2021

Contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva

Art. 9º Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa.

QUEM DEVE FAZER A PESQUISA DE PREÇOS

Embora a lei de licitações não defina de quem é a responsabilidade pela elaboração da pesquisa de preços, verifica-se, como boa prática administrativa, que a área demandante da contratação (requisitante) ou área técnica, a depender, por terem mais conhecimento sobre o objeto a ser licitado e o mercado fornecedor, possuem melhores condições de avaliar a compatibilidade do orçamento com os preços de mercado.

É importante destacar que o Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, ao regulamentar a atuação do **agente de contratação** na fase preparatória, estabelece que este deverá **se ater ao acompanhamento das eventuais diligências** para o fluxo regular da instrução processual. Assim, o agente de contratação fica desobrigado da elaboração de pesquisa de preços, entre outros documentos da fase preparatória, tais como estudos preliminares, projetos e anteprojetos, termos de referência e minutas de editais.

A jurisprudência do TCU também corrobora o entendimento acima de que a pesquisa de preços **não** constitui competência obrigatória dos servidores que atuam na fase externa da licitação (pregoeiros ou comissão de licitação) nem mesmo da autoridade superior competente pela homologação do certame, embora devam verificar se a pesquisa foi realizada de forma adequada, podendo ser responsabilizados solidariamente.

Acórdão 2147/2014-Plenário

“É da competência da comissão permanente de licitação, do pregoeiro e da autoridade superior verificar se houve recente pesquisa de preço junto a fornecedores do bem a ser licitado e se essa pesquisa observou critérios aceitáveis.”

Acórdão 594/2020-Plenário

“Não cabe à comissão de licitação avaliar o conteúdo da pesquisa de preços realizada pelo setor competente do órgão, pois são de sua responsabilidade, em regra, apenas os atos relacionados à condução do procedimento licitatório.”

Entende-se que cabe à governança de cada órgão e entidade definir, dentro de sua conveniência e oportunidade, considerando o exposto acima, que unidade ou quais unidades serão responsáveis pela elaboração da pesquisa de preços, inclusive sobre a designação de equipes de planejamento da contratação, as quais poderão assumir tal função.

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA NORMA

Quanto ao âmbito de aplicação da IN Seges nº 65, de 2021, seus procedimentos de pesquisa de preços devem ser seguidos pelos:

- (i) órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, os quais constituem o sistema de serviços gerais, segundo o Decreto nº 1.094, de 1994; e
- (ii) órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias.

☐ Confira a seguir os principais dispositivos que tratam do assunto:

Lei nº 14.133/2021

Art. 23. (...)

*§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde **que não envolvam recursos da União**, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.*

Decreto nº 1.094, de 1994

Art. 1º Ficam organizadas sob a forma de sistema, com a designação de Sistema de Serviços Gerais (SISG), as atividades de administração de edifícios públicos e imóveis residenciais, material, transporte, comunicações administrativas e documentação.

§ 1º Integram o SISG os órgãos e unidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, incumbidos especificamente da execução das atividades de que trata este artigo.

IN Seges/ME nº 65, de 2021

*Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da **Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional**.*

(...)

*§ 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, **quando executarem recursos da União** decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar os procedimentos de que trata esta Instrução Normativa.*

A ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO NO PCA E NO ETP

A estimativa do valor da contratação, para fins de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) e dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), não precisa seguir os procedimentos definidos pela IN nº 65, de 2021.

Tanto a norma do Plano de Contratações Anual (Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022) quanto do Estudos Técnicos Preliminares (art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, e IN nº 58, de 8 de agosto de 2022) falam em estimativa do valor da contratação, o que, por vezes, pode ser confundido com o procedimento de pesquisa de preço de que trata a IN nº 65, de 2021.

Considerando que o Plano de Contratações Anual é elaborado no ano anterior, cumprir todo o detalhamento procedimental que a IN nº 65, de 2021, estabelece não se mostra necessário, razoável ou mesmo viável. Por exemplo, a norma de pesquisa de preços estabelece um prazo de validade para os dados coletados que varia de 6 meses a 1 ano de antecedência da divulgação do ato convocatório. Assim, uma pesquisa de preço realizada durante a elaboração do PAC (de janeiro a abril¹) provavelmente estará vencida quando da efetivação do processo licitatório no ano seguinte.

Nesse sentido, o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, estabeleceu que a estimativa preliminar do valor da contratação, no âmbito do PCA, seria realizada por meio de um **procedimento simplificado**, o qual pode ser encontrado no Portal de Compras do Governo Federal, na seção [“Orientações e procedimentos”, tópico 35](#).

Semelhantemente, no momento da elaboração dos estudos técnicos preliminares, busca-se conhecer o mercado, por meio do **levantamento das alternativas de soluções**, as quais serão avaliadas e comparadas economicamente, podendo-se concluir pela inviabilidade da contratação ou que a necessidade da Administração será mais bem atendida por outros meios, ou ainda, que não será efetivada no momento. Assim, **não é obrigatório que a**

¹ Decreto nº 10.947, de 2022: Art. 10. As informações de que trata o art. 8º serão formalizadas no PGC até 1º de abril do ano de elaboração do plano de contratações anual.

estimativa do valor da contratação, para fins de ETP, siga os procedimentos da IN nº 65, de 2021. Não obstante, o órgão ou entidade pode optar por sua utilização no referido momento, se for o caso.

Destaca-se que a própria Lei nº 14.133, de 2021, diferenciou a redação do art. 6º, XXIII, que trata do valor estimado no termo de referência, e do art. 18, § 1º, que trata do valor estimado no ETP, de modo que, apenas no primeiro, foi referenciada a necessidade de se apresentar os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos.

❑ Confira a seguir os principais dispositivos que tratam do assunto:

Lei nº 14.133, de 2021

Art. 6º (...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

(...)

*i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, **com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços** e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;*

(...)

Art. 18. (...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala

Decreto nº 10.947, de 2021

Art. 8º (...)

*IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de **procedimento simplificado**, de acordo com as orientações da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;*

DIFERENÇA ENTRE SOBREPREÇO E SUPERFATURAMENTO

A Lei nº 14.133, de 2021, trouxe expressamente em seu art. 6º, incisos LVI e LVII, os conceitos de sobrepreço e superfaturamento, conferindo segurança jurídica aos gestores de compra na aplicação da lei.

Resumidamente, o **sobrepreço** ocorre quando o preço licitado ou contratado é expressivamente superior aos preços do mercado, podendo decorrer de uma pesquisa de preços mal elaborada. O **sobrepreço** pode ocorrer **para apenas um item**, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, **ou para o valor global do objeto** se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral. Destaca-se que, para que seja considerado sobrepreço, deve haver uma diferença expressiva, significativa.

O **superfaturamento**, por sua vez, está mais relacionado a obras e serviços de engenharia. Ocorre quando, durante a execução do contrato, a gestão e a fiscalização não são realizadas corretamente, resultando em danos ao patrimônio público, a exemplo de:

- a) medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas;
- b) deficiência na execução do serviço ou no fornecimento do bem que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança; e
- c) outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços.

PREÇO ESTIMADO OU PREÇO DE REFERÊNCIA

O preço estimado é o resultado da pesquisa de preço, isso é, o **valor obtido a partir de método matemático/estatístico aplicado** a uma série de preços coletados, após terem sido desconsiderados os valores inexecutáveis, inconsistentes e excessivamente elevados, **ou ainda**, segundo o §2º do art. 6º da IN nº 65, de 2021, a esse valor obtido, **poderá ser acrescentado ou subtraído um determinado percentual**, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

De acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas com preços acima do valor estimado serão desclassificadas, limitando-as. Confira:

Lei nº 14.133/2021

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que: (...)

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

FORMALIZAÇÃO E CONTEÚDO MÍNIMO

O procedimento administrativo da pesquisa de preço poderá ser elaborado diretamente no sistema de pesquisa de preços do Compras.gov.br e formalizado em um documento com as informações mínimas definidas no art. 3º da IN nº 65, de 2021:

- descrição do objeto a ser contratado;
- identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;
- caracterização das fontes consultadas;
- série de preços coletados;
- método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;
- justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;
- memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e
- justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º.

O Anexo I deste caderno é o modelo de documento pesquisa de preço (nota técnica) utilizado no sistema de pesquisa de preços do Compras.gov.br.

Destaca-se que a memória de cálculo do valor estimado com os critérios e parâmetros utilizados e os documentos que lhe dão suporte (planilhas, pesquisas na internet, *prints* de tela, e-mails etc.) devem ser anexados ao processo, servindo de prova documental.

CRITÉRIOS PARA PESQUISA DE PREÇOS

Na pesquisa de preços, é necessário que o gestor tenha atenção ao coletar um preço, **avaliando se as condições de negociação** praticadas na contratação que está sendo consultada se assemelham ao seu caso, pois há vários fatores que podem influenciar o preço do produto ou serviço, deixando-o abaixo ou acima daqueles praticados no mercado e impactando o preço de referência.

A comparação de itens com especificações diferentes ou em condições diferentes pode ocasionar distorções nos resultados, consequentemente contribuindo para que a aquisição ou contratação não se revele economicamente vantajosa para a Administração.

Nesse sentido, o art. 4º da IN nº 65, de 2021, descreve alguns critérios que devem ser observados durante a pesquisa de preços, pois podem afetá-los. São eles:

- prazos e locais de entrega;
- instalação e montagem do bem ou execução do serviço;
- quantidade contratada;
- formas e prazos de pagamento;
- fretes;
- garantias exigidas;
- marcas e modelos, quando for o caso;
- potencial economia de escala; e
- as peculiaridades do local de execução do objeto.

Caso se identifique que a variação de valor decorre da descrição do produto, a área responsável pela elaboração da pesquisa de preço deve reavaliar, junto ao requisitante ou área técnica, se a especificação do produto solicitado está adequada e atende ao interesse público, de modo que a cotação do preço reflita a qualidade necessária.

Em análise detida do art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, verifica-se que o comando do dispositivo estabelece que “o valor estimado será definido com base no **melhor preço aferido** por meio da utilização dos seguintes parâmetros”. Ou seja, deve ser realizada uma **análise crítica dos preços coletados**, em especial quando houver grande variação de valores, seguido do tratamento estatístico adequado para eliminação de valores distorcidos e obtenção do melhor preço.

PARÂMETROS DE PESQUISA

De acordo com a IN nº 65, de 2021, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização de **cinco** parâmetros:

Sistemas oficiais de governo

Contratações similares realizadas pela Administração Pública

Mídia especializada, tabela de referência e sítios eletrônicos

Pesquisa direta com fornecedores

Base nacional de notas fiscais eletrônicas

Esses parâmetros podem ser usados de forma combinada ou não, sendo que os dois primeiros (que se referem a sistemas oficiais de governo e contratações públicas similares) **devem ser priorizados**, evitando que a pesquisa fique restrita a cotações junto a potenciais fornecedores devido ao risco de esse parâmetro, quando usado sozinho, levar a estimativas de preços superiores aos referenciais de mercado. Esse entendimento encontra-se amplamente assentado pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Acórdão 1875/2021-Plenário

“As pesquisas de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral devem ser baseadas em uma ‘cesta de preços’, devendo-se dar preferência para preços praticados no âmbito da Administração Pública, oriundos de outros certames. A pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores deve ser utilizada em último caso, na ausência de preços obtidos em contratações públicas anteriores ou cestas de preços referenciais (Instrução Normativa Seges-ME 73/2020).”

Nesse cenário, os sistemas de governo são considerados a melhor fonte para pesquisa de preços, devendo ter precedência em relação aos demais. De igual modo, a Lei nº 14.133, de 2021, também orienta que o valor estimado da contratação considere os preços constantes no banco de dados públicos, sendo que a IN nº 65, de 2021, **determina** que sejam priorizados.

- ☐ Confira os principais dispositivos sobre o assunto:

Lei nº 14.133/2021

*Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, **considerados os preços constantes de bancos de dados públicos** e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*

IN Seges/ME 65, de 2021

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos **sistemas oficiais de governo**, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

(...)

*§ 1º Deverão ser **priorizados** os **parâmetros** estabelecidos nos **incisos I e II**, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.*

É importante destacar que, conforme dispõe o § 1º do art. 5º da IN nº 65, de 2021, **quando não for possível o emprego desses dois parâmetros prioritários, é preciso justificar nos autos do processo tal impossibilidade**. Isso pode ser feito apresentando-se documentos que comprovem que houve tentativa do emprego deles.

a) **Sistemas oficiais de governo**

Atualmente, o sistema de compras absorveu as funções do painel de preços em um módulo integrado para pesquisa de preços, tornando o processo mais fácil, prático e ágil. Dessa forma, a **pesquisa de preços** feita anteriormente no Painel de Preços agora pode ser realizada diretamente dentro do sistema Compras.gov.br.

A ferramenta Pesquisa de Preços do sistema Compras.gov.br foi construída com base nas diretrizes da IN nº 65, de 2021, e da Lei nº 14.133, de 2021. As principais funcionalidades, disponíveis até o momento, da ferramenta são:

- preços praticados nos últimos 12 meses;
- cálculo da média e da mediana e reporte do menor preço dos dados extraídos do sistema;
- valor total da pesquisa pela multiplicação da quantidade informada no momento da escolha do item com o método de cálculo selecionado;
- busca de preços com base na localização da contratação, em valores unitários homologados e em intervalos de quantidade; e
- relatórios completos e simplificados das pesquisas realizadas, que podem fazer parte das instruções do processo administrativo de contratação.

O acesso ao sistema Pesquisa de Preços é feito por meio da página gov.br/compras, por dentro da área de trabalho do usuário governo.

As informações advindas de outros sistemas oficiais de governo, como o banco de preços em saúde, ou ainda resultante de outros parâmetros, como preços coletados de contratações anteriores de outros entes públicos, pesquisa direta com fornecedores ou em mídia especializadas, tabelas de referências e sítios eletrônicos, também podem ser

inseridas no sistema Pesquisa de Preços, por meio de cadastramento manual de informações.

Convém frisar que cabe ao gestor público examinar os resultados encontrados na pesquisa do sistema e, a partir de uma análise crítica, coletar uma série de preços aceitáveis, condizentes com sua realidade. Ou seja, para o correto balizamento de preços, é essencial realizar a análise qualitativa dos dados obtidos na pesquisa.

O preço de referência deve refletir o preço de mercado, levando em consideração todos os fatores que influenciam na formação dos custos. Sobre isso, veja orientações do tópico [Critérios para pesquisa de preços](#) deste caderno.

Apesar de a base de dados do sistema de pesquisa de preços do Compras.gov.br utilizar as contratações homologadas nos últimos 12 meses, é interessante que seja avaliada a necessidade de **atualização do preço** por um índice correspondente ao objeto, pois pode haver variação significativa em função da inflação, ou por outros parâmetros mercadológicos. Para isso, verifique indexadores específicos para a correção dos valores, justificando-se a escolha. Veja alguns exemplos de índices:

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPCA-E – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial

IPC – Índice de Preços ao Consumidor

IGP-M – Índice Geral de Preços - Mercado

IPA – Índice de Preços ao Produtor Amplo

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IGP – Índice Geral de Preços

VCMH – Índice de Variação de Custo Médico-Hospitalar

IPP – Índice de Preços ao Produtor

Para minimizar a distorção de preços registrados no Compras.gov.br e excluir a visualização de compras diferentes do esperado, o módulo Pesquisa de Preços apresenta a funcionalidade “Compor”, em que o usuário pode escolher se aquele resultado deve ou não entrar no cálculo do valor estimado.

Alertar-se que a base de dados do módulo Pesquisa de Preços não está livre de preenchimentos equivocados pelo usuário como, por exemplo, erros de digitação na especificação do item, na indicação da unidade de fornecimento, no preço e na quantidade. Portanto, é preciso realizar uma análise crítica dos dados obtidos para evitar o uso de dados

inconsistentes. A utilização inadequada de dados não caracteriza responsabilidade da Seges/MGI.

Para conhecer melhor a ferramenta, confira, na [apresentação](#) disponível na seção “Capacite-se” do Portal de Compras², o passo a passo (telas explicativas) de como utilizar o módulo Pesquisa de Preços, ou ainda o [tutorial](#) disponível na seção “Agente Público” > “Materiais de apoio” > “Manuais” > “Pesquisa de Preços”.

Também é **importante destacar que, no uso desse parâmetro, os preços coletados deverão ser sempre menores ou iguais à mediana do item encontrado nos sistemas oficiais**. Saiba mais no tópico [Métodos para obtenção do preço estimado](#) deste caderno.

Outros portais de compras – a exemplo do Portal Licitações-e, do Banco do Brasil e do Portal Licitações Caixa, da Caixa Econômica Federal –, por representarem preços praticados junto ao poder público, também poderão ser utilizados como fontes de pesquisa.

b) Contratações similares em execução ou concluídas no período de um ano

Por esse método, a pesquisa de preços é viabilizada pela utilização de documentos físicos que comprovem que a contratação foi realizada por entes públicos (de quaisquer esferas – estadual, distrital ou municipal – ou de outros poderes – legislativo e judiciário).

A condição é que a contratação esteja em execução ou que tenha sido concluída no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, conforme exemplo abaixo:

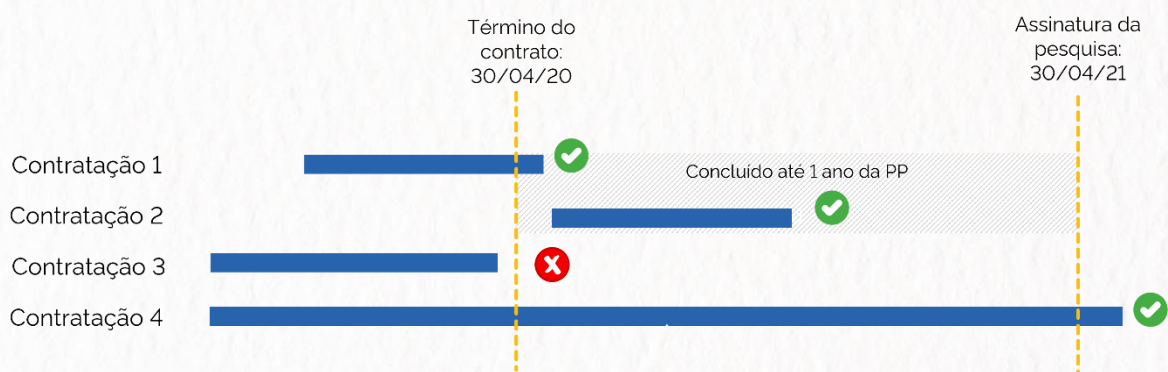


Figura 2 - Escopo temporal das contratações válido para coleta de dados com base no parâmetro do inciso II.

ATENÇÃO! Entende-se por data da pesquisa de preços a data de encerramento da pesquisa e assinatura do documento.

² <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/cursos-e-capitacoes/#PESQUISAPRECO>

EXCEÇÃO! Diante de situações excepcionais, em que há escassez de fontes e parâmetros de dados a serem empregados, a norma trouxe exceção para o uso de dado fora da validade, de modo que, por diferença de um dia (ou poucos dias), a abertura do processo licitatório não seja prejudicada em razão da dificuldade de identificar contratações similares. Essa medida visa conferir agilidade e eficácia administrativa sem prejuízo da efetividade e legalidade da pesquisa. Ressalta-se que **a situação deve ser justificada** pelo agente responsável nos autos do processo e a **atualização monetária** realizada. Essa exceção **aplica-se somente a este parâmetro de pesquisa** (inciso II da IN nº 65, de 2021).

As contratações realizadas por meio de **sistema de registro de preços também podem ser utilizadas**, lembrando que, quando ultrapassado um ano da proposta, deve-se realizar a atualização de preços com a aplicação de índice correspondente.

Acórdão 868/2013-Plenário

*“A deflagração de procedimentos licitatórios exige estimativa de preços que pode ser realizada a partir de consultas a fontes variadas, como fornecedores, licitações similares, **atas de registros de preço**, contratações realizadas por entes privados em condições semelhantes, entre outras. No entanto, os valores obtidos por meio dessas consultas que sejam incapazes de refletir a realidade de mercado devem ser desprezados.”*

c) Mídia especializada, tabela de referência e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo

Esse parâmetro se refere à coleta de preços em diversos meios de comunicação, abrangendo mídia especializada, tabela de referência e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

O termo “**mídia especializada**” se refere a jornais, revistas, estudos, entre outros meios de comunicação, desde que haja um notório e amplo reconhecimento no âmbito em que atua, não estando vinculado necessariamente a um portal na internet.

Exemplos:

- Tabela de Preço Médio de Veículos, popularmente conhecida como Tabela Fipe, derivada de estudos realizados em todo o país pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe³.
- Tabela de Preços Agropecuários, divulgadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)⁴.

³ <https://veiculos.fipe.org.br/>

⁴ <https://www.conab.gov.br/info-agro/precos>

- Tabela de Preços Médios Ponderados ao Consumidor Final (PMPF) de combustíveis, publicada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)⁵.

Por outro lado, o “**sítio especializado**” se caracteriza pelo fato de estar vinculado a um portal na internet com a utilização de ferramentas de busca de preços ou tabela com listas de preços, atuando de forma exclusiva ou preponderante na análise de preços de mercado e com notório e amplo reconhecimento no âmbito de sua atuação.

Exemplos:

- Site especializado em pesquisa de preço de veículos:

www.webmotors.com.br

- Site especializado em pesquisa de preço de imóveis:

www.wimoveis.com.br

www.imovelweb.com.br

Já o “**sítio de domínio amplo**” se refere a portais de comércio eletrônico ou do fabricante do produto, detentor de boa credibilidade no ramo de atuação, desde que seja uma empresa legalmente estabelecida. Sempre que possível, a pesquisa deve recair em *sites* seguros, detentores de certificados que venham a garantir que são confiáveis e legítimos.

Exemplo:

www.americanas.com.br

www.submarino.com.br

Por fim, a “**Tabela de referência**” diz respeito a preços estimados de transação formalmente aprovados pelo Poder Executivo federal, a exemplo dos preços de itens constantes nos [Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas](#), publicados pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Trata-se de novidade trazida pela lei nº 14.133, de 2021, a possibilidade da existência de preços estimados tabelados validados pelo Poder Executivo federal a serem utilizados como mais uma fonte para o cálculo da estimativa de preço. Até o momento não há outras

⁵ <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/atos-pmpf/2022>

tabelas de referência publicadas, além dos preços padronizados de TIC mencionados anteriormente.

Resumindo, o uso desse parâmetro deve observar **três requisitos** básicos:

1. preço atualizado no momento da pesquisa;
2. intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; e
3. apresentar data e hora de acesso.

Na internet, podem-se encontrar preços referentes a saldos de estoques ou promoções que não estão mais vigentes. Logo, deve-se atentar, no momento da pesquisa, para o fato de que o preço coletado deve se referir a um valor atual. Além disso, essa pesquisa deve indicar a data e a hora de acesso, pois ela será válida apenas se compreendida no intervalo de até seis meses de antecedência do edital.

Destaca-se aqui a diferença entre este parâmetro e o do tópico anterior quanto ao **marco de referência para coleta dos preços**. Enquanto no parâmetro anterior (contratações similares) a validade do preço coletado tem como referência sua antecedência em relação à data da pesquisa de preços (isso é, um ano anterior à data da pesquisa de preços), **a validade dos preços neste parâmetro deve ser contada em relação à data de divulgação do edital** (até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital). Para melhor compreensão, consulte a figura 3 deste caderno, na página 21.

d) Pesquisa direta com fornecedores

Como dito anteriormente, esse parâmetro deve ser adotado como última opção, na impossibilidade gerencial ou fática de se realizar a pesquisa de outra forma. Nesse caso, a pesquisa com fornecedores deverá ser feita com, **no mínimo, 3 (três) fornecedores**, por meio de solicitação formal de cotação, que pode ser por ofício ou e-mail.

ATENÇÃO! Telefonema não é considerado solicitação formal.

Ao solicitar uma proposta formal, **é necessário que seja conferido ao fornecedor um prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto** a ser licitado a fim de que ele tenha tempo hábil para responder. Orienta-se que a definição desse prazo seja analisada pela área que detém o conhecimento necessário e suficiente para informar se o produto possui complexidade para a formação de preços ou se este é de fácil mensuração. Em geral, o detentor de tal conhecimento é o responsável pela pesquisa e/ou pelo Termo de Referência (requisitante).

Visando à segurança jurídica dos responsáveis pela realização da pesquisa, bem como à escorreita instrução processual, caso esse prazo se esgote sem o retorno de uma ou mais

solicitações, deve-se fazer o **registro, nos autos do processo, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram resposta.**

ATENÇÃO! A falta da formalização enseja uma instrução processual deficiente, impossibilitando a conferência de informações posteriormente. Assim, a exigência de formalização, além de atribuir maior transparência às pesquisas junto a fornecedores, facilita o exercício do controle interno e externo da Administração.

Deve-se atentar para o fato de que, para a pesquisa direta com fornecedores, a norma exige algumas **informações mínimas** a serem apresentadas no orçamento enviado, quais sejam:

- a) descrição do objeto, valor unitário e total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do proponente;
- c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- d) data de emissão; e
- e) nome completo e identificação do responsável.

Para melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto que está sendo orçado, é importante que sejam **informadas ao fornecedor as particularidades da contratação que podem influenciar no preço**, como prazos e locais de entrega, quantidade a ser contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, entre outros critérios já discutidos no tópico “Critérios para pesquisa de preços” deste caderno.

Destaca-se que a Lei nº 14.133, de 2021, exige que **a escolha desses fornecedores seja justificada**, assegurando mais transparência e imparcialidade à decisão. Além disso, o orçamento somente será **válido se obtido com 6 (seis) meses de antecedência da divulgação do edital.**

e) **Base nacional de notas fiscais eletrônicas**

Esse parâmetro somente poderá ser utilizado após definição da metodologia pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Trata-se, portanto, de dispositivo com eficácia limitada, devendo aguardar sua regulamentação para implementação.

IN nº 65, de 2021.

Art. 5º (...)

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

VALIDADE DA PESQUISA DE PREÇOS E ESCOPO TEMPORAL DE COLETA DE DADOS

Cada parâmetro definido no art. 5º da IN nº 65, de 2021, apresenta um escopo temporal diferente a ser considerado para coleta de dados, conforme ilustrado na figura abaixo:

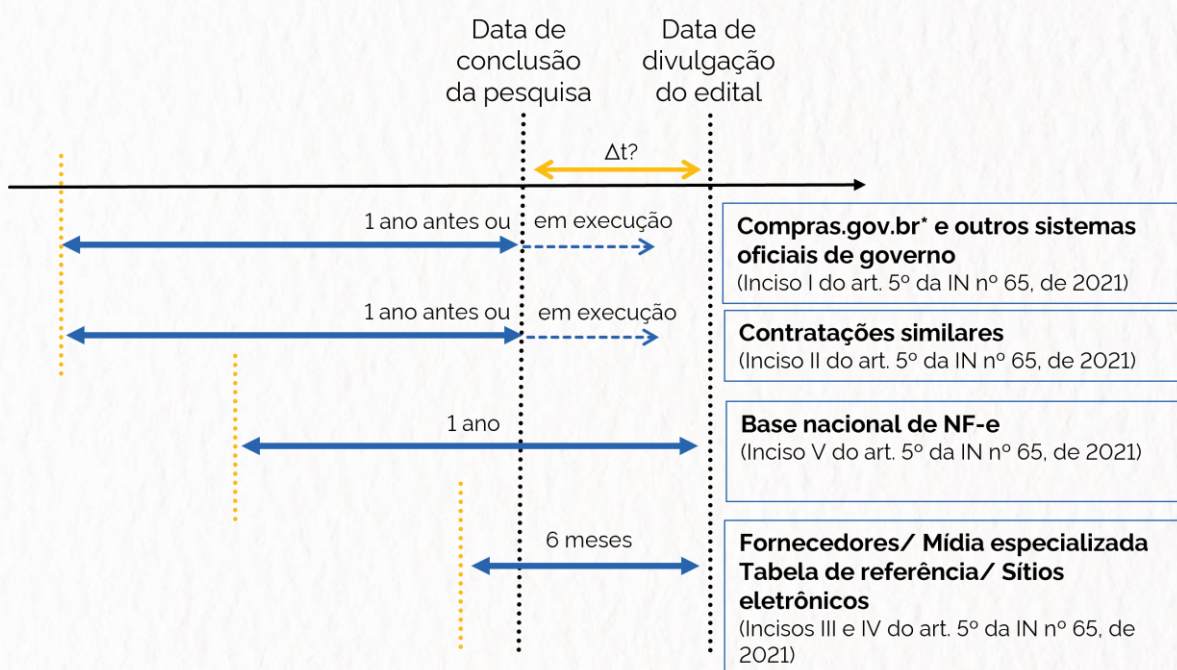


Figura 3 - Prazos de validade dos preços coletados, segundo cada parâmetro.

É importante que, no momento da divulgação do edital, o preço estimado continue atendendo aos parâmetros acima. Assim, ao realizar a coleta de preços, é importante considerar a data prevista para a publicação do edital de licitação. Ou seja, para que o preço estimado continue válido, **deve ser considerado o intervalo de tempo entre o término da pesquisa de preços e a divulgação do edital (Δt)**, evitando-se retrabalhos. Caso contrário, antes da divulgação do edital, a pesquisa deverá ser atualizada.

MÉTODOS PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

Aos dados levantados pelos parâmetros citados acima, já desconsiderados os valores inexecutáveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados, deve-se aplicar um dos métodos estatísticos estabelecidos no caput do art. 6º da IN 65, de 2021: a média, mediana ou o menor dos preços obtidos.

A **média** é a soma da série de preços coletados dividida pela quantidade de preços desse conjunto. Em razão de ser suscetível aos valores extremos, a média normalmente é utilizada quando os dados estão dispostos de forma homogênea.

A **mediana** é o valor do meio (central), que separa a metade maior da metade menor no conjunto de dados, quando a quantidade é ímpar. É encontrada colocando-se os valores em ordem crescente ou decrescente. Se a quantidade de dados for par, deve ser realizada a média dos valores centrais.

A vantagem da mediana é que é menos influenciada por valores muito altos ou muito baixos (ou seja, valores extremos), sendo indicada em casos em que os dados são apresentados de forma mais heterogênea e com um número pequeno de observações.

O **menor preço** deve ser utilizado apenas quando, por motivo justificável, não for mais vantajoso fazer uso da média ou da mediana, como, por exemplo, em um mercado restrito com único fabricante.

Outros métodos ou critérios podem ser utilizados, mas é preciso que o gestor responsável pela pesquisa os justifique e submeta à aprovação da autoridade competente, é o que prediz o § 1º do art. 6º da IN nº 65, de 2021. Dessa forma, a definição do método para estabelecer o preço de referência para a aquisição/contratação é tarefa discricionária do gestor público.

É importante destacar que o art. 6º, § 2º da IN nº 65, de 2021, permite que o preço estimado também seja obtido **acrescentando-se ou subtraindo-se determinado percentual** ao valor encontrado na pesquisa de preço.

O objetivo desse dispositivo é permitir uma conformação do valor de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço. Isso pode ser útil, por exemplo, em cenários atípicos, em que o resultado da pesquisa, mesmo com a atualização monetária, está muito abaixo dos preços de mercado, em razão de uma crise econômica (como a decorrente da pandemia da covid-19) que motive o aumento dos preços repentinamente. Do mesmo modo, tais contratações, se utilizadas como parâmetro futuramente, quando o preço voltar à normalidade, poderão ensejar sobrepreços, sendo necessária a subtração de um determinado percentual.

VALORES INEXEQUÍVEIS, INCONSISTENTES E EXCESSIVAMENTE ELEVADOS

Como dito reiteradamente acima, é imprescindível uma avaliação crítica dos resultados encontrados na coleta de preços, especialmente quando houver uma grande variação entre os valores apresentados. Assim, para se evitar distorções no resultado do cálculo do valor estimado, deve-se proceder o tratamento dos dados, excluindo-se eventuais valores que se mostrem fora da realidade do mercado, seja por serem manifestadamente inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

Acórdão 868/2013-Plenário

*“A deflagração de procedimentos licitatórios exige estimativa de preços que pode ser realizada a partir de consultas a fontes variadas, como fornecedores, licitações similares, atas de registros de preço, contratações realizadas por entes privados em condições semelhantes, entre outras. No entanto, **os valores obtidos por meio dessas consultas que sejam incapazes de refletir a realidade de mercado devem ser desprezados.**”*

Acórdão 2943/2013-Plenário

*“Na elaboração de orçamentos destinados às licitações, deve a Administração **desconsiderar**, para fins de elaboração do mapa de cotações, as informações relativas a empresas cujos **preços revelem-se evidentemente fora da média de mercado**, de modo a evitar distorções no custo médio apurado e, consequentemente, no valor máximo a ser aceito para cada item licitado.”*

A Lei nº 14.133, de 2021, e a IN 65, de 2021, deixam a **critério do gestor público a definição da metodologia para desconsideração desses valores**. Logo, internamente, os órgãos e entidades podem editar normativos próprios regulamentando o assunto, a exemplo do Ministério da Justiça, que, por meio da [Portaria nº 804, de 13 de novembro de 2018](#), definiu que serão desconsiderados os preços inexequíveis e os excessivamente elevados utilizando-se preferencialmente o método desvio padrão:

Portaria nº 804, de 13 de novembro de 2018

“§ 1º Para definição do preço de referência, serão desconsiderados os preços inexequíveis e os excessivamente elevados, devendo a unidade requisitante responsável pela pesquisa utilizar, preferencialmente, o método desvio padrão, conforme Anexo II-D e os seguintes critérios:

I - excessivamente elevado: preço maior que o resultado da média das propostas somado ao desvio padrão; e

II - inexequível: preço menor que o resultado da média das propostas subtraído do desvio padrão.”

Para visualização dos valores que destoam, deve-se, primeiramente, realizar a ordenação numérica da série de preços coletados. Em alguns casos, com essa ordenação numérica, já é possível visualizar claramente os preços que estão muito fora da média, sendo caso de aplicação da mediana.

De outro modo, para saber de forma objetiva se o conjunto de dados coletados está disposto de forma homogênea ou heterogênea, pode-se calcular o coeficiente de variação como parâmetro de homogeneidade para se analisar o nível de dispersão dos dados coletados. O sistema Pesquisa de Preços calcula o desvio padrão e o coeficiente de variação de forma automática, facilitando a análise.

O USO DE TRÊS PREÇOS

A IN nº 65, de 2021, no seu art. 6º, estabelece que, para se obter o preço estimado, **é preciso usar um conjunto de três ou mais preços, já desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados**, pois, quanto maior a quantidade de preços aceitáveis coletados, melhor será a representatividade da amostra e, conseqüentemente, a qualidade da pesquisa. O uso de menos de três preços caracteriza situação excepcional, que somente é admitida mediante justificativa do gestor responsável e com a aprovação da autoridade competente.

O conjunto de preços coletados pode ser oriundo de um ou mais parâmetros, lembrando que há dois parâmetros que são **prioritários** (preços públicos disponíveis em sistemas oficiais de governo – inciso I do art. 5º – e preços de contratações similares praticados pela Administração Pública – inciso II do art. 5º), o que nos leva às seguintes possibilidades:

- a) **parâmetro único:** utilizar somente um dos dois parâmetros prioritários (inciso I ou do inciso II do art. 5º), sendo os demais aceitos somente em caso de impossibilidade e devidamente justificada e comprovada a situação.
- b) **combinação de parâmetros:** ao utilizar mais de um parâmetro, sendo que ao menos um deles precisa ser prioritário, caso contrário, deve-se justificar a impossibilidade, comprovando-se a tentativa de utilização.

TAXA DE RISCO NO VALOR ESTIMADO

O cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, mas, para isso, o edital

precisa prever matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, conforme prevê o art. 22 da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 22. O edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo.”

A metodologia para quantificação financeira da alocação de riscos será regulamentada posteriormente pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Trata-se de regra com eficácia limitada, devendo aguardar sua regulamentação para implementação.

IN nº 65, de 2021

“Art. 4º (...)

Parágrafo único. No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com a metodologia estabelecida no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.”

REGRAS ESPECÍFICAS

CONTRATAÇÃO DIRETA

Nas contratações diretas, seja por inexigibilidade ou dispensa, a pesquisa de preços segue o mesmo rito acima apresentado, mas, quando não for possível (e com devida justificação), a comprovação da compatibilidade dos preços **poderá ser feita diretamente pela futura contratada**, observando-se as seguintes condições:

- a. notas fiscais emitidas para outros contratantes, em contratações de objetos idênticos;
- b. podem ser contratantes de natureza pública ou privada;
- c. a contratação deve ter sido realizada dentro do período de um ano anterior à data da contratação que está sendo realizada; ou
- d. outros métodos idôneos.

EXCEÇÃO: Caso a contratada não tenha comercializado o mesmo objeto anteriormente, excepcionalmente, a justificativa do preço poderá ser realizada com outros objetos de mesma natureza, cabendo à contratada demonstrar a similaridade das especificações técnicas com o objeto pretendido.

ATENÇÃO! Sempre que possível, deve-se apresentar, ao menos, três notas fiscais, seguindo a mesma lógica da norma.

No caso das dispensas por baixo valor (incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/21), a estimativa de preços poderá ser feita durante a seleção da proposta mais vantajosa, entre os valores ofertados pelos concorrentes, agilizando o processo.

- ❑ Confira a seguir os principais dispositivos que tratam do assunto:

IN Seges nº 65, de 2021

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

(...)

*§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente** à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.*

*§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de **solicitação formal de cotações a fornecedores**.*

IN Seges nº 67, de 2021

“Art. 16. Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o órgão ou a entidade poderá negociar condições mais vantajosas.

*§ 1º Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do § 4º do art. 7º da Instrução Normativa nº 65, de 2021, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e **deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.**”*

CONTRATAÇÕES DE TIC

As estimativas de preços constantes em **modelos de contratações** de soluções de TIC, publicados pela Secretaria de Governo Digital, poderão ser utilizadas como preço estimado, descartando-se a necessidade de elaborar pesquisa de preço para esses itens.

Nos demais casos, após realizar a pesquisa de preços, deve-se comparar o resultado encontrado com o preço do item nos [Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas](#) publicadas pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Se o resultado da sua pesquisa resultar em valor superior, devem-se considerar as estimativas constantes dos catálogos como preço estimado.

CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

A formação de preços de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva possui regras e procedimentos diferenciados, como a observância de legislação trabalhista e previdenciária. Nesse caso, aplica-se o disposto na IN Seges/ME nº 5, de 2017, ou outra que venha a substituí-la, sendo a IN nº 65, de 2021, apenas aplicada de forma subsidiária.

ANEXO I - Modelo de documento de formalização da pesquisa de preços

I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente contratação é **xxxxxxxxxxxx**.

II - PARÂMETROS CONSULTADOS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros previstos na IN Seges/ME nº 65/2021, conforme discriminado na tabela abaixo:

Observação: no caso de mais de um item, especificar por item ou pelo conjunto de itens que utilizem o mesmo parâmetro. Exemplo:

Nº do item(ns)	Parâmetros utilizados	Justificativa para escolha
1, 2 e 7	[Indicar o parâmetro ou a combinação de parâmetros utilizados]	[Apresentar justificativas para a escolha...]
3, 4, 5 e 6	[Indicar o parâmetro ou a combinação de parâmetros utilizados]	[Apresentar justificativas para a escolha...]
...

2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º da IN Seges/ME nº 65/2021.

OU

2.2. Não foram priorizados os parâmetros do artigo 5º, incisos I e II da IN Seges/ME nº 65/2021, porque [apresentar as justificativas tais quais: não foram encontrados resultados suficientes etc.]

Atenção! No caso de contratações diretas - dispensas ou inexigibilidades de licitação:

- justificar quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º
- em caso de estimativa de preço realizada junto à futura contratada, justificar quando a futura contratada não tiver comercializado o objeto anteriormente

2.3. Na consulta direta com fornecedores, foi enviada comunicação às seguintes empresas:

Fornecedor	Apresentou resposta?	Justificativa para escolha
[Nome do fornecedor]	S / N (em caso positivo, indicar sequencial/folha)	[Apresentar justificativas para a escolha]
[Nome do fornecedor]	S / N (em caso positivo, indicar sequencial/folha)	[Apresentar justificativas para a escolha]
...

2.4. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN Seges/ME nº 65/2021.

OU

2.4. Não foi possível a obtenção do mínimo de três preços para estimativa do preço da contratação, pois *[apresentar justificativas]*.

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

Observação: Relatar a série de preços coletados para obtenção do valor estimado, podendo anexá-la a este documento em processo eletrônico.

IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

Observação: especificar por item ou conjunto de itens, se o for caso, quando utilizado o mesmo método.

4.1. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, conforme abaixo:

Nº do item	Fonte	Preço	Caracterização	Justificativa
1	<i>[Especificar a origem do preço]</i>	<i>[Especificar o valor encontrado]</i>	<i>Inexequível/ Inconsistente/ Excessivamente elevado</i>	<i>[Apresentar a razão pela qual o preço foi desconsiderado]</i>
2				
3				
...

4.2. A obtenção do preço estimado deu-se com base na *média/mediana/menor/outro* dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de *[justificativa para a escolha da metodologia]*.

Nº do item	Método utilizado	Justificativa para escolha
1	<i>média/mediana/menor/outro</i>	<i>[Apresentar justificativas para a escolha]</i>
2, 3 e 4	<i>média/mediana/menor/outro</i>	<i>[Apresentar justificativas para a escolha]</i>
...

V - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da contratação é de R\$ *[escrever por extenso]*, conforme memória de cálculo abaixo:

(reproduzir a planilha contendo a memória de cálculo dos preços obtidos pela Administração, podendo ainda anexá-la a este documento em processo eletrônico)

5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN Seges/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado *[ou é vantajoso para a Administração, se for caso de dispensa ou inexigibilidade]*.

VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: *[nome do agente público]*, matrícula nº *[xxxx]*.

[Cidade], [data].

Nome e assinatura

Cargo

Nome e assinatura

Cargo

Nome e assinatura

Cargo

ANEXO II - Lista de verificação

Item	Questionário	Sim/ Não/ NA	Obs.
Formalização⁶			
1.	A pesquisa foi materializada em documento e acostada aos autos do processo, inclusive com a memória de cálculo?		
2.	A formalização da pesquisa apresenta descrição suficiente do objeto a ser contratado?		
3.	Há identificação dos agentes responsáveis pela pesquisa?		
Parâmetros⁷			
4.	Há indicação das fontes/parâmetros consultados?		
4.1	<i>Foram usados preferencialmente os parâmetros I e II do art. 5º da IN nº 65, de 2021?</i>		
4.2	<i>Na ausência de uso dos parâmetros prioritários, foi apresentada justificativa técnica com a comprovação da tentativa de seu emprego?</i>		
4.3	<i>A justificativa do item anterior foi aprovada pela autoridade competente?</i>		
5.	No caso de uso de sistemas oficiais de governo (inciso I) :		
5.1	<i>A composição de custos unitários considerou apenas os valores menores ou iguais à mediana do item correspondente?</i>		
5.2	<i>Foi observado o índice de atualização de preços correspondente?</i>		

⁶ Na pesquisa de preços realizada no sistema Compras.gov.br, é gerado um Relatório que contém, entre outras, as informações do objeto, memória de cálculo, agente responsável pela pesquisa, fontes e parâmetros consultados.

⁷ De igual modo, não foi abordado o parâmetro da base nacional de notas fiscais eletrônicas, pois se aguarda regulamentação.

5.3	No caso de o valor estimado ter sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, o valor foi igual ou menor à mediana?		
6.	No caso de contratações similares (inciso II) da Administração Pública:		
6.1	Os preços coletados referem-se a contratações ainda em execução ou que foram concluídas em até um ano antes da pesquisa?		
6.2	Foi observado o índice de atualização de preços correspondente?		
7.	No caso de pesquisa em mídia especializada, tabela de referência, sítios eletrônicos (inciso III):		
7.1	Os preços coletados são atuais?		
7.2	Os dados estão compreendidos no intervalo de até seis meses antes da data de divulgação do edital?		
7.3	A pesquisa possui data e hora de acesso?		
8.	No caso de pesquisa direta (inciso IV):		
8.1.	Foi justificada a escolha dos fornecedores?		
8.2.	Houve algum fornecedor consultado que não enviou proposta?		
8.3.	Se houve fornecedor que não respondeu, o fato foi registrado nos autos?		
8.4.	Foi dado prazo de resposta ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto?		
8.5.	A proposta encaminhada apresentou todos os elementos necessários: descrição do objeto, valor unitário e total, CPF ou CNPJ, endereço físico ou eletrônico, telefone de contato, data de emissão e nome completo do responsável com identificação?		

Critérios ⁸			
9.	Durante a coleta dos preços, foram consideradas as condições comerciais praticadas, como prazo, local de entrega, frete, necessidade de instalação e montagem, forma de pagamento, entre outros descritos no art. 4º da IN nº 65, de 2021?		
Metodologia			
10.	A série de preços coletados possui no mínimo três valores aceitáveis, desconsiderados os inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados?		
10.1	<i>No caso de pesquisa com menos de três preços, foi apresentada justificativa técnica e autorização da autoridade competente?</i>		
11.	Os preços coletados passaram por uma análise crítica quanto às condições comerciais praticadas?		
11.1	<i>Os preços coletados foram retirados de contratos que possuem objetos semelhantes aos que pretendem contratar?</i>		
11.2	<i>Houve desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis e excessivamente elevados?</i>		
11.3	<i>Foi apresentada justificativa da metodologia usada para desconsiderar os valores?</i>		
12.	Foi indicado e justificado o método estatístico aplicado para definição do valor estimado?		
13.	A memória de cálculo e os documentos que dão suporte foram acostados aos autos?		
Contratações diretas			
14.	Foi possível aplicar os parâmetros do art. 5º da IN nº 65, de 2021?		

⁸ Não foi abordada a previsão de taxa de risco, tendo em vista que ainda não há regulamentação, tratando-se, portanto, de regra de eficácia contida.

14.1	<i>Em caso negativo, a justificativa do preço foi realizada por meio da apresentação de NFs que a futura contratada emitiu para outros contratantes?</i>		
14.2	<i>A NF apresentada refere-se a objeto idêntico contratado no período de até um ano anterior à data da contratação pela Administração?</i>		
14.3	<i>No caso de o objeto não ser idêntico, a futura contratada comprovou que as especificações técnicas são similares ou compatíveis com o objeto pretendido?</i>		
14.4	<i>Algum outro método idôneo foi utilizado em substituição aos descritos nos itens 15.1 e 15.3?</i>		
14.5	<i>A pesquisa de preços demonstrou possibilidade de competição no mercado?⁹</i>		
15.	No caso de dispensa baseada nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a cotação junto a fornecedores foi formalizada no processo?		
15.1	<i>A pesquisa considerou, no mínimo, o número de concorrentes participantes do procedimento de dispensa e os valores por eles ofertados, conforme § 1º do art. 16 da IN nº 67, 2021?</i>		
Sigilo			
16.	O orçamento precisou ser classificado como sigiloso?		
16.1	<i>Se sim, foi apresentada justificativa para a classificação?</i>		

⁹ Segundo art. 7º, § 3º, da IN nº 65, de 2021, é vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

**Anexo VIII - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES _ME Nº
65, DE 7 DE JULHO DE 2021 — Plataforma Brasil.pdf**



INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Publicado em 08/07/2021 09h57 Atualizado em 21/02/2022 18h33

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [wh](#) [e](#)

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 127 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e pelo Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 1º O disposto nesta Instrução Normativa não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia.

§ 2º Os órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar os procedimentos de que trata esta Instrução Normativa.

§ 3º Para aferição da vantagem econômica das adesões às atas de registro de preços, bem como da contratação de item específico constante de grupo de itens em atas de registro de preços, deverá ser observado o disposto nesta Instrução Normativa.

Definições

Art. 2º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

I - preço estimado: valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, devendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexequíveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados; e

II - sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral.

CAPÍTULO II

ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇO

Formalização

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas;

IV - série de preços coletados;

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º.

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Parágrafo único. No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com a metodologia estabelecida no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Parâmetros

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Metodologia para obtenção do preço estimado

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º Para des

fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

CAPÍTULO III REGRAS ESPECÍFICAS

Contratação direta

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

Contratação de itens de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Art. 8º Os preços de itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicados pela Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, deverão ser utilizados como preço estimado, salvo se a pesquisa de preços realizada resultar em valor inferior.

Parágrafo único. As estimativas de preços constantes em modelos de contratação de soluções de TIC, publicados pela Secretaria de Governo Digital, poderão ser utilizadas como preço estimado.



Contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva

Art. 9º Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS Orientações gerais

Art. 10. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.

Vigência

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, todos os procedimentos administrativos autuados ou registrados sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2001, e da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, incluindo contratações e eventuais renovações ou prorrogações de vigências respectivas.

CRISTIANO ROCHA HECKERT

Este conteúdo não substitui o publicado no [DOU de 08/07/2021, seção 1, Pág. 76](#)

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [v](#) [e](#)

Serviços que você acessou

 FEVEREIRO

Obter aprovação de
Modelo de Instrumento
de Medição

Obter passaporte e
outros documentos de
viagem

Repositório Comum do
Brasil

Solicitar vínculos
empregatícios da RAIS



Anexo IX - SEI_33516599_Mapa_de_Riscos.pdf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DO EDIFÍCIO - UAEDI/SR/PF/SP

MAPA DE RISCOS Nº 33516599/2024-UAEDI/SR/PF/SP

Processo nº 08503.001195/2023-51

FASE DE ANÁLISE

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

() Gestão do Contrato

RISCO 01		
Probabilidade:	() Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta	
Id	Dano	
1.	Contratação de empresa sem capacidade técnica necessária para a prestação do serviço.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Exigir a apresentação de Atestados de Capacidade Técnica no momento da Habilitação. Comprovação por meio de atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, registrado(s) no conselho da categoria, em nome da licitante e do responsável técnico, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível ao controle de pragas;	CPL/SELOG/SR/PF/SP
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicação de penalidades por descumprimentos contratuais. E decisões imediatas de contingenciamento.	GESCON/SELOG/SR/PF/SP

RISCO 02		
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta	
Id	Dano	
1.	Atraso na realização dos serviços podendo vir a paralisar as atividades da Unidade. Ou execução inadequada do serviço.	
Id	Ação Preventiva	Responsável

1.	No Termo de Referência deverão constar itens claros e definições exatas dos prazos para realização do serviço (aplicação dos materiais necessários), bem como os procedimentos pré e pós aplicação. As sanções pelo descumprimento ou desrespeito às cláusulas contratuais referentes aos prazos deverão ser explícitas.	UAEDI/SR/PF/SP
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicação das sanções e penalidades contratuais. E decisões imediatas de contingenciamento.	GESCON/SELOG/SR/PF/SP

RESPONSÁVEL/RESPONSÁVEIS
LINARIO JOSE LEAL JUNIOR Agente de Polícia Federal UAEDI/SR/PF/SP PAULO CÉSAR PEREIRA ROCHA Agente Administrativo - AADM



Documento assinado eletronicamente por **LINARIO JOSE LEAL JUNIOR, Agente de Polícia Federal**, em 05/02/2024, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=33516599&crc=7821CB7E.
Código verificador: **33516599** e Código CRC: **7821CB7E**.

**Anexo X - CIRCULAR SUSEP Nº 662, DE 11 DE ABRIL
DE 2022 DISPOE SOBRE SEGURO GARANTIA.pdf**

§ 2º Nos casos em que o objeto principal for um processo judicial, o juízo poderá agir em nome do segurado na apólice, de acordo e nos limites da legislação específica do objeto principal.

CAPÍTULO II

DO OBJETIVO DO SEGURO GARANTIA

Art. 3º O Seguro Garantia destina-se a garantir o objeto principal contra o risco de inadimplemento, pelo tomador, das obrigações garantidas.

Parágrafo único. Pelo contrato de Seguro Garantia, a seguradora obriga-se ao pagamento da indenização, nos termos do art. 21, caso o tomador não cumpra a obrigação garantida, conforme estabelecido no objeto principal ou em sua legislação específica, respeitadas as condições e limites estabelecidos no contrato de seguro.

Art. 4º O Seguro Garantia é um contrato vinculado ao objeto principal, devendo respeitar as suas características, dispositivos e legislação específica.

Parágrafo único. O vínculo definido no **caput** deve ser observado pela seguradora ao elaborar as condições contratuais do seguro, bem como ao emitir a apólice.

CAPÍTULO III

DAS CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE SEGURO GARANTIA

Obrigações garantidas

Art. 5º O Seguro Garantia garantirá as obrigações do objeto principal, para as quais o segurado demandar cobertura.

Parágrafo único. Na hipótese de o Seguro Garantia não garantir todas as obrigações do objeto principal, a apólice deverá destacar esta informação, além de descrever, de forma clara e objetiva, as exatas obrigações garantidas.

Valor da garantia

Art. 6º O valor da garantia deve ser definido pelo segurado em consonância com a obrigação garantida e sua legislação específica.

Prazo de vigência da apólice

Art. 7º O prazo de vigência da apólice deverá ser igual ao prazo de vigência da obrigação garantida, salvo se o objeto principal ou sua legislação específica dispuser de forma distinta.

Parágrafo único. No caso de a proposta de seguro ser encaminhada posteriormente ao início de vigência da obrigação garantida, o início de vigência da apólice deverá seguir as regras gerais de seguro.

Art. 8º Caso a vigência da apólice seja inferior à vigência da obrigação garantida, nos termos do art. 7º, a seguradora deve assegurar a manutenção da cobertura enquanto houver risco a ser coberto, de acordo com o art. 9º.

§ 1º O segurado poderá, a qualquer tempo, se opor à manutenção da cobertura, mediante expressa manifestação.

§ 2º O tomador não poderá se opor à manutenção da cobertura, exceto se ocorrer a substituição da apólice por outra garantia aceita pelo segurado.

Art. 9º Para fins do art. 8º, a seguradora deverá:

I - especificar, nas condições contratuais do seguro, os critérios para manutenção da cobertura durante todo o período de risco e o procedimento para renovação da apólice, quando for o caso, os quais não poderão gerar qualquer prejuízo à manutenção da cobertura e aos direitos do segurado;

II - assegurar que os procedimentos e a efetivação da manutenção da cobertura e/ou da renovação da apólice ocorram antes do término de vigência da apólice; e

III - comunicar ao segurado e ao tomador a proximidade do término de vigência da apólice, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias antes desta data.

Alteração e atualização

Art. 10. A apólice somente poderá ser alterada mediante pedido do segurado

ou com sua expressa concordância.

Art. 11. Quando efetuadas alterações no objeto principal em virtude das quais se faça necessária modificação da apólice, esta:

I - deverá acompanhar tais alterações, caso tenham sido previamente estipuladas no objeto principal, em sua legislação específica ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora; ou

II - poderá acompanhar tais alterações, em situações não abrangidas pelo inciso I deste artigo, desde que haja o respectivo aceite pela seguradora.

§ 1º Os procedimentos a serem adotados pelo segurado no caso de alterações efetuadas no objeto principal devem ser objetivamente fixados nas condições contratuais do seguro.

§ 2º Na hipótese de ser prevista a exigência de comunicação da alteração do objeto principal à seguradora, sua não comunicação, ou sua comunicação em desacordo com os critérios estabelecidos nas condições contratuais do seguro, somente poderá gerar perda de direito ao segurado caso agrave o risco e, concomitantemente:

a) tenha relação com o sinistro; ou

b) esteja comprovado, pela seguradora, que o segurado silenciou de má-fé.

Art. 12. O índice e a periodicidade de atualização dos valores da apólice, quando aplicáveis, deverão ser os mesmos definidos no objeto principal ou em sua legislação específica.

Parágrafo único. A atualização dos valores da apólice poderá ocorrer automaticamente, sem manifestação expressa do segurado ou do tomador, desde que prevista no objeto principal ou em sua legislação específica.

Contratação

Art. 13. A forma de contratação do Seguro Garantia é a risco absoluto, forma de contratação na qual a seguradora responde integralmente pelo valor do sinistro, limitado ao valor da garantia, não se aplicando, em qualquer hipótese, cláusula de rateio.

Franquias, participações obrigatórias do segurado e carência

Art. 14. É permitido o estabelecimento de franquias, participações obrigatórias do segurado e/ou prazo de carência mediante expressa anuência do segurado.

Beneficiários da apólice

Art. 15. Na hipótese de eventual inadimplência do tomador em relação à obrigação garantida puder gerar prejuízo a terceiros, estes poderão ser incluídos na apólice na forma de beneficiários, de acordo com os termos do objeto principal e/ou sua legislação específica.

Parágrafo único. As condições contratuais do seguro deverão descrever claramente a possibilidade de inclusão de beneficiários, assim como sua definição e relação com a obrigação garantida.

Pagamento do prêmio

Art. 16. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio de seguro.

§ 1º A apólice continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

§ 2º O tomador também será responsável pelo pagamento de eventual prêmio adicional decorrente de alterações na apólice, nos termos do art. 10, ou da atualização dos valores da apólice, nos termos do art. 12.

Expectativa, caracterização e comunicação do sinistro

Art. 17. Define-se como expectativa de sinistro o fato ou ato que indique a possibilidade de caracterização do sinistro e o início da realização de trâmites e/ou verificação de critérios para comprovação da inadimplência, nos termos do §1º do art. 18.

§ 1º Caso seja prevista a expectativa de sinistro, as condições contratuais do seguro deverão descrever claramente o ato ou fato que a define e estabelecer se haverá, ou não, a exigência de sua comunicação à seguradora, hipótese em que deverão estar descritos os critérios para esta formalização.

§ 2º Na hipótese de ser prevista a exigência de comunicação da expectativa de sinistro à seguradora, sua não comunicação, ou sua não comunicação de acordo com os critérios estabelecidos nas condições contratuais do seguro, somente poderá gerar

perda de direito ao segurado caso configure agravamento do risco e impeça a seguradora de adotar as medidas dos incisos II e III do artigo 29.

Art. 18. O sinistro estará caracterizado quando comprovada a inadimplência do tomador em relação à obrigação garantida.

§ 1º A caracterização do sinistro, nos termos do **caput**, pode se dar de maneira imediata, pela ocorrência da inadimplência, ou pode requerer a realização de trâmites e/ou verificação de critérios para sua comprovação, de acordo com os termos do objeto principal ou de sua legislação específica.

§ 2º Os trâmites e critérios para comprovação da inadimplência, nos termos do **caput** do art. 17 e do §1º deste artigo, fazem parte das regras do objeto principal e são de responsabilidade do segurado, não tendo a seguradora ingerência sobre esse processo, salvo disposição em contrário no objeto principal ou em sua legislação específica.

§ 3º A comprovação da inadimplência mencionada no §2º deste artigo não se confunde com a regulação de sinistro, tratada no art. 19.

§ 4º Uma vez caracterizado, considera-se como data do sinistro aquela relativa à inadimplência do tomador.

Art. 19. A comunicação do sinistro deverá ser encaminhada à seguradora, logo após o conhecimento de sua caracterização, de acordo com os critérios e contendo os documentos definidos nas condições contratuais do seguro, para que seja iniciado o processo de regulação pela seguradora.

Art. 20. Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, nos termos do **caput** e do §4º do art. 18, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro.

Indenização

Art. 21. A seguradora indenizará o segurado ou o beneficiário, até o valor da garantia, mediante:

I - pagamento em dinheiro dos prejuízos, multas e/ou demais valores devidos pelo tomador e garantidos pela apólice em decorrência da inadimplência da obrigação garantida; ou

II - execução da obrigação garantida, de forma a dar continuidade e concluí-la sob a sua integral responsabilidade, nos mesmos termos e condições estabelecidos no objeto principal ou conforme acordado entre segurado e seguradora.

§ 1º A forma de pagamento da indenização, tratada nos incisos I e II deste artigo, deverá ser definida de acordo com os termos do objeto principal ou sua legislação específica ou, em caso de ausência de dispositivo específico, mediante acordo entre segurado e seguradora.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput**, a escolha da pessoa, física ou jurídica, para dar continuidade e concluir a obrigação garantida ocorrerá mediante acordo entre segurado e seguradora, respeitados os termos do objeto principal ou de sua legislação específica.

Art. 22. No caso de extinção do objeto principal, por conta da ocorrência de sinistro, os eventuais saldos de créditos do tomador apurados junto ao segurado, no âmbito do objeto principal, serão utilizados para amortização do valor da indenização, sem prejuízo de seu pagamento no prazo devido.

Parágrafo único. Caso a indenização já tenha sido quitada ou caso a seguradora já tenha dado início ao processo de execução da obrigação garantida quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador junto ao segurado no objeto principal, o segurado fica obrigado a devolver à seguradora o valor excedente recebido.

Concorrência de apólices

Art. 23. É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia para cobrir a mesma obrigação do objeto principal, salvo no caso de apólices complementares.

Riscos excluídos e perda de direito do segurado

Art. 24. Sem prejuízo de outras situações devidamente descritas nas condições contratuais do seguro, considera-se risco excluído:

I - a inadimplência de obrigações garantidas decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado que tenham contribuído de forma determinante para

ocorrência do sinistro; ou

II - a inadimplência de obrigações do objeto principal que não sejam de responsabilidade do tomador.

Art. 25. Atos exclusivos do tomador, da seguradora ou de ambos não poderão gerar perdas ou prejuízos ao segurado.

Extinção da apólice

Art. 26. O Seguro Garantia será extinto na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo da comunicação do sinistro conforme arts. 19 e 20:

I - quando as obrigações garantidas forem definitivamente concluídas e houver manifestação expressa do segurado neste sentido;

II - quando o segurado e a seguradora expressamente acordarem;

III - quando o pagamento da indenização ao segurado ou beneficiário atingir o valor da garantia;

IV - quando o objeto principal for extinto; ou

V - quando do término de vigência da apólice.

Parágrafo único. A extinção do Seguro Garantia em decorrência das situações previstas nos incisos II e IV do **caput**, poderá ensejar a restituição da parcela do prêmio calculada de acordo com o critério definido nas condições contratuais do seguro, o qual deverá ser compatível com o risco efetivamente coberto pelo seguro até a data da rescisão contratual.

Modalidades do Seguro Garantia

Art. 27. Deverão constar em cada modalidade as cláusulas e definições específicas, de acordo com as características e legislação específica do objeto principal, que abordem, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - objetivo do seguro, de acordo com o art. 3º, descrevendo com clareza o compromisso assumido pela seguradora perante o segurado;

II - descrição dos valores garantidos pela apólice, nos termos do inciso I do art. 21;

III - vigência da apólice, de acordo com o art. 7º;

IV - expectativa de sinistro, se houver, e caracterização do sinistro, de acordo com o art. 17 e 18; e

V - descrição de critérios e métodos objetivos para o cálculo do valor da indenização;

Parágrafo único. É responsabilidade da seguradora a confecção e o desenvolvimento de clausulados específicos de cada modalidade, de acordo com as características e a legislação específica do objeto principal e da obrigação garantida e/ou de acordo com o modelo de clausulado exigido pelo segurado.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA DE SUBSCRIÇÃO E MITIGAÇÃO DO RISCO

Art. 28. A política de subscrição de risco da seguradora deve levar em consideração, no mínimo, a avaliação do tomador, assim como do objeto principal e sua legislação específica.

Parágrafo único. A nota técnica atuarial do produto deverá especificar, detalhadamente, os critérios técnicos e os instrumentos utilizados pela seguradora na subscrição de risco do objeto principal e na avaliação de risco do tomador.

Art. 29. Desde que prévia e expressamente acordado entre as partes, o Seguro Garantia poderá prever, isolada ou conjuntamente, a possibilidade ou a obrigação de a seguradora:

I - realizar o acompanhamento e/ou monitoramento do objeto principal;

II - atuar como mediadora da inadimplência ou de eventual conflito entre segurado e tomador; ou

III - prestar apoio e assistência ao tomador.

CAPÍTULO V

DAS INFORMAÇÕES MÍNIMAS DA APÓLICE

Art. 30. A apólice de Seguro Garantia deverá conter, em destaque, além das informações mínimas exigidas em normativo específico:

I - informação sobre o objeto principal, que garanta sua identificação inequívoca; e

II - as obrigações garantidas.

CAPÍTULO VI

DOS ASPECTOS GERAIS

Art. 31. A relação entre a seguradora e o tomador não deve prejudicar o tratamento adequado do segurado, devendo ficar claro para este qualquer conflito de interesse decorrente desta relação.

§ 1º As operações com sociedades ligadas somente poderão ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas, prazos e critérios para subscrição de risco, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais tomadores de mesmo perfil de risco, ressalvados os casos previstos em legislação específica.

§ 2º São consideradas condições compatíveis com as de mercado, os parâmetros adotados pela seguradora em operações de Seguro Garantia para tomadores de mesmo perfil e risco de inadimplência.

§ 3º Caso o tomador seja sociedade ligada à seguradora, na forma definida em regulamentação específica, deverá constar, na apólice, expressa menção ao vínculo existente, de forma clara e objetiva.

Art. 32. O contrato de contragarantia, que rege as relações obrigacionais entre a seguradora e o tomador, quando houver, será livremente pactuado, não podendo interferir no direito do segurado.

Parágrafo único. O contrato de contragarantia de que trata o **caput**, não está inserido no âmbito de atuação da Susep.

Art. 33. A ocorrência de eventuais descasamentos contratuais entre as operações de seguro e de resseguro contratadas não justifica a negativa de sinistro ou a redução ou perda de direitos do segurado.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Além das disposições desta Circular, os contratos e planos de Seguro Garantia deverão observar a legislação e a regulamentação em vigor.

Parágrafo único. Aos contratos de Seguro Garantia para cobertura de grandes riscos, emitidos no âmbito da Resolução CNSP nº 407 de 29 de março de 2021, aplicam-se os art. 2º e 3º desta Circular, sendo facultativa a adoção de suas demais disposições.

Art. 35. A partir de 1º de janeiro de 2023, as seguradoras não poderão comercializar novos contratos de Seguro Garantia em desacordo com as disposições desta Circular.

§ 1º Os planos de Seguro Garantia registrados na Susep antes do início de vigência desta Circular deverão ser substituídos por novos planos adaptados à presente norma, até a data prevista no **caput**, mediante a abertura de novo processo administrativo.

§ 2º Após a data prevista no **caput**, todos os processos de Seguro Garantia com data de abertura anterior à data de vigência desta Circular serão automaticamente cancelados.

§ 3º A partir da data de início de vigência desta Circular, novos planos protocolados na Susep deverão estar adaptados às suas disposições.

Art. 36. Os contratos de Seguro Garantia em vigor que estejam em

desacordo com as disposições desta Circular e que tenham seu término de vigência:

I - antes do prazo estabelecido no art. 35, poderão ser renovados uma única vez por, no máximo, o mesmo prazo originalmente pactuado; ou

II - após o prazo estabelecido no art. 35, poderão vigorar, apenas, até o término de sua vigência.

Parágrafo único. A vigência dos contratos de Seguro Garantia descritos no **caput** poderá ser prorrogada, a pedido expresso do segurado, para acompanhar a respectiva prorrogação da vigência da obrigação garantida, e pelo mesmo prazo.

Art. 37. Ficam revogadas:

I - a Circular Susep nº 477, de 30 de setembro de 2013; e

II - a Circular Susep nº 577, de 26 de setembro de 2018.

Art. 38. Esta Circular entra em vigor em 2 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MILANESE CAMILLO (MATRÍCULA 3257886)**, Superintendente da Susep, em 11/04/2022, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1297932** e o código CRC **54F5046D**.

Referência: Processo nº 15414.603660/2020-12

SEI nº 1297932

**Anexo XI - atualização de legislação SUSEP SEGURO
GARANTIA.pdf**

CIRCULAR SUSEP n.º 662 de 11/04/2022

(Legislação, Cód. 50.959)

Número:

662

Exposição de Motivos:

Não

Tradução:

Não

Data de Publicação:

12/04/2022

Publicação:

DOU, S.I, p.55

Andamento:

Revoga - CIRCULAR SUSEP 477 30/09/2013

Revoga - CIRCULAR SUSEP 577 26/09/2018

Anexo XII - AREA DE COTAÇÃO.pdf

Número de unidades	Unidade	Endereço	ÁREA INTERNA/EXTERNA	Serviço	Área em (m²)	Valor unitário máximo proposto em termo de referência	Valor máximo para uma aplicação individualizada por serviço/localidade	Valor máximo da Aplicação Principal para os primeiros 12 meses por localidade
1	Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo	Rua Hugo D'Antola, 95 - Lapa - São Paulo - SP CEP 05038-090	1. Áreas Internas (m²): 22.199,9 2. Áreas Externas (m²): 14.072,4	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	22.199,90 36.272,30 22.199,90 80.672,10	R\$ 0,500	R\$ 11.099,95 R\$ 18.136,15 R\$ 11.099,95 R\$ 40.336,05	R\$ 40.336,05
2	CAB/SELOG/SR/PF/SP	Avenida Santa Marina, 208 – Água Branca – CEP: 05036-000 – São Paulo/SP	1. Áreas Internas (m²): 549 2. Áreas Externas (m²): 361	Desinsetização Desratização Descupinização Caramujo africano TOTAL	549,00 910,00 549,00 1800 3.808,00	R\$ 0,50	R\$ 274,50 R\$ 455,00 R\$ 274,50 R\$ 900,00 R\$ 1.904,00	R\$ 1.904,00
3	(UNIDADE APOIO 1) GISE JAGUARIBE SP	Vila Buarque - São Paulo - SP	1. Áreas Internas (m²): 2.695 2. Áreas Externas (m²): 1.213	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	2.695,00 3.908,00 2.695,00 9.298,00	R\$ 0,500	R\$ 1.347,50 R\$ 1.954,00 R\$ 1.347,50 R\$ 4.649,00	R\$ 4.649,00
4	(UNIDADE DE APOIO 2) GISEFAC/DELEPAT/DRICOR/SR/PF/SP	Campos Elísios- São Paulo/SP	1. Áreas Internas (m²): 550 2. Áreas Externas (m²): 250	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	550,00 800,00 550,00 1.900,00	R\$ 0,500	R\$ 275,00 R\$ 400,00 R\$ 275,00 R\$ 950,00	R\$ 950,00
5	DPF/ARU/SP	Av. Brasília, 2212 - Jd Nova York, CEP: 16018-000	1.Áreas Internas (m²): 1499 2. Áreas Externas (m²): 1082	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	1.499,00 2.581,00 1.499,00 5.579,00	R\$ 0,500	R\$ 749,50 R\$ 1.290,50 R\$ 749,50 R\$ 2.789,50	R\$ 2.789,50
6	DPF/AQA/SP	Avenida Maria Antônia Camargo de Oliveira, nº 3013, Bairro Vila Ferroviária, Araraquara/SP, CEP 14.802-330	1.Áreas Internas (m²): 1.431 2. Áreas Externas (m²): 760	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	1.431,00 2.191,00 1.431,00 5.053,00	R\$ 0,500	R\$ 715,50 R\$ 1.095,50 R\$ 715,50 R\$ 2.526,50	R\$ 2.526,50
7	DPF/BRU/SP	Avenida Getúlio Vargas, nº 20-55, Jardim Europa, Bauru/SP, CEP 17017-383	1. Áreas Internas (m²): 1.593 2. Áreas Externas (m²): 3.407,8	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	1.593,00 5.000,00 1.593,00 8.186,00	R\$ 0,500	R\$ 796,50 R\$ 2.500,00 R\$ 796,50 R\$ 4.093,00	R\$ 4.093,00
8	DPF/CAS/SP	Rua Antônio Álvares Lobo, 620 - Cep: 13020-110 - Botafogo, Campinas-SP	1.Áreas Internas (m²): 5.259,72 2. Áreas Externas (m²): 219,75	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	5.259,00 5.478,00 5.259,00 15.996,00	R\$ 0,500	R\$ 2.629,50 R\$ 2.739,00 R\$ 2.629,50 R\$ 7.998,00	R\$ 7.998,00
9	DPF/CZO/SP	Avenida Nesralla Rubex, nº 998, Centro, CEP 12.701-000, Cruzeiro-SP	1.Áreas Internas (m²): 1170 2. Áreas Externas (m²): 436	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	1.170,00 1.606,00 1.170,00 3.946,00	R\$ 0,500	R\$ 585,00 R\$ 803,00 R\$ 585,00 R\$ 1.973,00	R\$ 1.973,00
10	DPF/ILS/SP	Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 197 Jardim Samambaia - Jales/SP - CEP 15700-214	1.Áreas Internas (m²): 1080,00 2. Áreas Externas (m²): 5800	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	1.080,00 6.880,00 1.080,00 9.040,00	R\$ 0,500	R\$ 540,00 R\$ 3.440,00 R\$ 540,00 R\$ 4.520,00	R\$ 4.520,00
11	DPF/MII/SP	Avenida Jóquei Clube, nº 87, Bairro Jóquei Clube, Marília/SP, CEP 17.521-450	1.Áreas Internas: 3.150 2. Áreas Externas: 9.800	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	3.150,00 12.950,00 3.150,00 19.250,00	R\$ 0,500	R\$ 1.575,00 R\$ 6.475,00 R\$ 1.575,00 R\$ 9.625,00	R\$ 9.625,00
12	DPF/PCA/SP	Rua Liberato Macedo nº 872, Bairro São Dimas - 13416-090	1.Áreas Internas (m²): 1.177 2. Áreas Externas (m²): 572	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	1.177,00 1.749,00 1.177,00 4.103,00	R\$ 0,500	R\$ 588,50 R\$ 874,50 R\$ 588,50 R\$ 2.051,50	R\$ 2.051,50
13	DPF/PDE/SP	Av. Luis Cezário, 380 - Jardim Colina, Pres. Prudente - SP, 19061-320	1. Áreas Internas (m²): 5.660,52 2. Áreas Externas (m²): 7.612,91	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	5.660,52 13.273,43 5.660,52 24.594,47	R\$ 0,500	R\$ 2.830,26 R\$ 6.636,72 R\$ 2.830,26 R\$ 12.297,24	R\$ 12.297,24
14	DPF/RPO/SP	Delegacia: Rua João Alves da Silva Junior, 546, bairro Jardim Canadá CEP: 14.024-190 – Ribeirão Preto/SP	1.Áreas Internas (m²): 1.650 2. Áreas Externas (m²): 135	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	1.650,00 1.785,00 1.650,00 5.085,00	R\$ 0,500	R\$ 825,00 R\$ 892,50 R\$ 825,00 R\$ 2.542,50	R\$ 2.542,50
15		Depósito:Av. Maurílio Biagi, nº 2.630, Bairro City Ribeirão	1.Áreas Internas (m²): 212 2. Áreas Externas (m²): 7788	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	212,00 8.000,00 212,00 8.424,00	R\$ 0,500	R\$ 106,00 R\$ 4.000,00 R\$ 106,00 R\$ 4.212,00	R\$ 4.212,00
16		GISE/DRCOR - Rua Barão do Amazonas, 2026 - Jd. Sumaré - CEP 14.025-110	1.Áreas Internas (m²): 1.650 2. Áreas Externas (m²): 285	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	330,00 615,00 330,00 1.275,00	R\$ 0,500	R\$ 165,00 R\$ 307,50 R\$ 165,00 R\$ 637,50	R\$ 637,50
17		Rua Riachuelo,27,centro-Santos-CEP:11010-021	1.Áreas Internas (m²): 2.501 2. Áreas Externas (m²): 498	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	2.501,00 2.999,00 2.501,00 8.001,00	R\$ 0,500	R\$ 1.250,50 R\$ 1.499,50 R\$ 1.250,50 R\$ 4.000,50	R\$ 4.000,50
18	DPF/STS/SP	NEPOM- Av. Engenheiro Eduardo Magalhães Garza, s/nº - entre os Armazéns 35 e 37 do Porto de Santos, portão 18 - Santos/SP - CEP 11.020-305	1. Áreas Internas (m²): 1.177 2. Áreas Externas (m²): 1565	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	95,00 1.660,00 95,00 1.850,00	R\$ 0,500	R\$ 47,50 R\$ 830,00 R\$ 47,50 R\$ 925,00	R\$ 925,00
19	DPF/SJK/SP	Av Tivoli, 44, Vila Betânia, CEP 12245-481, São José dos Campos/SP	1.Áreas Internas (m²): 1272 2. Áreas Externas (m²): 978	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	1.272,00 2.250,00 1.272,00 4.794,00	R\$ 0,500	R\$ 636,00 R\$ 1.125,00 R\$ 636,00 R\$ 2.397,00	R\$ 2.397,00
20	DPF/SIE/SP	Av. Arthur Nonato, 7077 - Jardim Maracanã, São José do Rio Preto SP CEP:15092-000	1.Áreas Internas (m²): 2.760 2. Áreas Externas (m²): 15.855	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	2.760,00 18.615,00 2.760,00 24.135,00	R\$ 0,500	R\$ 1.380,00 R\$ 9.307,50 R\$ 1.380,00 R\$ 12.067,50	R\$ 12.067,50
21		GISE: Rua Wilk Ferreira de Souza, 290, Distrito Industrial, cep 15035-510	1.Áreas Internas (m²): 6.530 2. Áreas Externas (m²): 2.149	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	6.530,00 8.679,00 6.530,00 21.739,00	R\$ 0,500	R\$ 3.265,00 R\$ 4.339,50 R\$ 3.265,00 R\$ 10.869,50	R\$ 10.869,50
23	DPF/SSB/SP	Rua Fábio Cassio, 18, Porto Grande, São Sebastião-SP, CEP 11.603-253	1. Áreas internas (m²): 580 2. Áreas externas (m²):375	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	580,00 955,00 580,00 2.115,00	R\$ 0,500	R\$ 290,00 R\$ 477,50 R\$ 290,00 R\$ 1.057,50	R\$ 1.057,50
24	Unidade NEPOM – São Sebastião – SP	Av. Outeiro Cais, s/n – Centro (Porto)	1. Áreas internas (m²): 151,08 2. Áreas externas (m²):272,93	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	151,08 424,01 151,08 726,17	R\$ 0,500	R\$ 75,54 R\$ 212,01 R\$ 75,54 R\$ 363,09	R\$ 363,09
25	DPF/SOD/SP	Rodovia Raposo Tavares, Km 103.5 s/n - Jardim Itanguá, Sorocaba - SP, CEP 18052-902	1.Áreas Internas (m²): 2.930 2. Áreas Externas (m²): 14.031	Desinsetização Desratização Descupinização TOTAL	2.930,00 16.961,00 2.930,00 22.821,00	R\$ 0,500	R\$ 1.465,00 R\$ 8.480,50 R\$ 1.465,00 R\$ 11.410,50	R\$ 11.410,50
TOTAL								R\$ 146.195,37

Anexo XIII - AREA E PERIODICIDADE.pdf

Número de unidades	Unidade	Endereço	Periodicidade das Aplicações Principais - Obrigatórias e remuneradas	Quantidade mínima e máxima de Aplicações Principais (remuneradas) para o período de 24 (vinte e quatro) meses	Da garantia da Aplicação Principal	Aplicação de Reforço - não remuneradas
1	Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo	Rua Hugo D'Antola, 95 - Lapa - São Paulo - SP CEP 05038-090	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
2	CAB/SELOG/SR/PF/SP	Avenida Santa Marina, 208 – Água Branca – CEP: 05036-000 – São Paulo/SP	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
3	(UNIDADE APOIO 1) GISE JAGUARIBE SP	Vila Buarque - São Paulo - SP	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
4	(UNIDADE DE APOIO 2) GISEFAC/DELEPAT/DRCOR/SR/PF/SP	Campos Elísios- São Paulo/SP	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
5	DPF/ARU/SP	Av. Brasília, 2212 - Jd Nova York, CEP: 16018-000	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
6	DPF/AQA/SP	Avenida Maria Antônia Camargo de Oliveira, nº 3013, Bairro Vila Ferroviária, Araraquara/SP, CEP 14.802-330	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
7	DPF/BRU/SP	Avenida Getúlio Vargas, nº 20-55, Jardim Europa, Baurm/SP, CEP 17017-383	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
8	DPF/CAS/SP	Rua Antônio Alves Lobo, 620 - Cep: 13020-110 - Botafogo, Campinas-SP	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
9	DPF/CZO/SP	Avenida Nesralla Rubez, nº 998, Centro, CEP 12.701-000, Cruzeiro-SP	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
10	DPF/ILS/SP	Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 197 Jardim Samambaia - Jales/SP - CEP 15700-214	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
11	DPF/MII/SP	Avenida Jôquei Clube, nº 87, Bairro Jôquei Clube, Marília/SP, CEP 17.521-450	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
12	DPF/PCA/SP	Rua Liberato Macedo nº 872, Bairro São Dimas - 13416-090	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
13	DPF/PDE/SP	Av. Luis Cezário, 380 - Jardim Colina, Pres. Prudente - SP, 19061-320	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
14	DPF/RPO/SP	Delegacia: Rua João Alves da Silva Junior, 546, bairro Jardim Canadá CEP: 14.024-190 – Ribeirão Preto/SP	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
15		Depósito:Av. Maurílio Biagi, nº 2.630, Bairro City Ribeirão	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
16		GISE/DRCOR - Rua Barão do Amazonas, 2026 - Jd. Sumaré - CEP 14.025-110	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
17	DPF/STS/SP	Rua Riachuelo,27,centro-Santos-CEP:11010-021	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
18		NEPOM: Av. Engenheiro Eduardo Magalhães Gama, 549º - entre os Armazéns 35 e 37, do Porto de Santos, portão 18 - Santos/SP – CEP 11.020-305	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
19	DPF/SIK/SP	Av Tivoli, 44, Vila Betânia, CEP 12245-481, São José dos Campos/SP	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
20	DPF/SIE/SP	Av. Arthur Nonato, 7077 - Jardim Maracanã, São José do Rio Preto SP CEP:15092-000	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
21		GISE: Rua Wilk Ferreira de Souza, 290, Distrito Industrial, cep 15035-510	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
23	DPF/SSB/SP	Rua Fábio Cassio, 18, Porto Grande, São Sebastião-SP, CEP 11.603-253	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
24	Unidade NEPOM – São Sebastião – SP	Av. Outeiro Cais, s/n – Centro (Porto)	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável
25	DPF/SOD/SP	Rodovia Raposo Tavares, Km 103.5 s/n - Jardim Itaguá, Sorocaba - SP, CEP 18052-902	Uma aplicação no início do contrato e uma aplicação após 12 (doze) meses. Estas aplicações serão remuneradas pelo contrato com as devidas correções monetárias	Mínimo 2 (duas) Obrigatórias e 2 (duas) opcionais totalizando no Máximo 4 (quatro) Aplicações Principais no período de 24 (vinte e quatro) meses	A empresa deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 6 (seis) meses para cada uma das Aplicações Principais	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável

Anexo XIV - AREA PERIODICIDADE E PENALIDADES.pdf

Número de unidades	Unidade	Endereço	Aplicação Isolada - não remuneradas	Pagamento das Aplicações Principais	Pagamento das Aplicações de Reforços e Isoladas	Penalidades
1	Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo	Rua Hugo D'Antola, 95 - Lapa - São Paulo - SP CEP 05038-090	Aplicação para debelar focos isolados detectados pelo responsável da localidade. Poderá ser solicitada a qualquer tempo coberto pela garantia dos serviços	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
2	CAB/SELOG/SR/PF/SP	Avenida Santa Marina, 208 – Água Branca – CEP: 05036-000 – São Paulo/SP	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
3	(UNIDADE APOIO 1) GISE JAGUARIBE SP	Vila Buarque - São Paulo - SP	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
4	(UNIDADE DE APOIO 2) GISEFAC/DELEPAT/DRCOR/SR/PF/SP	Campos Elísios- São Paulo/SP	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
5	DPF/ARU/SP	Av. Brasília, 2212 - Jd Nova York, CEP: 16018-000	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
6	DPF/AQA/SP	Avenida Maria Antônia Camargo de Oliveira, nº 3013, Bairro Vila Ferroviária, Araraquara/SP, CEP 14.802-330	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
7	DPF/BRU/SP	Avenida Getúlio Vargas, nº 20-55, Jardim Europa, Baurur/SP, CEP 17017-383	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
8	DPF/CAS/SP	Rua Antônio Alvares Lobo, 620 - Cep: 13020-110 - Botafogo, Campinas-SP	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
9	DPF/CZO/SP	Avenida Nesralla Rubez, nº 998, Centro, CEP 12.701-000, Cruzeiro-SP	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
10	DPF/ILS/SP	Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 197 Jardim Samambaia - Jales/SP - CEP 15700-214	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
11	DPF/MII/SP	Avenida Jôquei Clube, nº 87, Bairro Jôquei Clube, Marília/SP, CEP 17.521-450	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
12	DPF/PCA/SP	Rua Liberato Macedo nº 872, Bairro São Dimas - 13416-090	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
13	DPF/PDE/SP	Av. Luis Cezário, 380 - Jardim Colina, Pres. Prudente - SP, 19061-320	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
14	DPF/RPO/SP	Delegacia: Rua João Alves da Silva Junior, 546, bairro Jardim Canadá CEP: 14.024-190 – Ribeirão Preto/SP	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
15		Depósito: Av. Maurílio Biagi, nº 2.630, Bairro City Ribeirão	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
16		GISE/DRCOR - Rua Barão do Amazonas, 2026-Jd. Sumaré - CEP 14.025-110	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
17	DPF/STS/SP	Rua Riachuelo, 27, centro-Santos-CEP:11010-021	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
18		NEPOM: Av. Engenheiro Eduardo Magalhães Gama, s/nº - entre os Armazéns 35 e 37 do Porto de Santos, portão 18 - Santos/SP – CEP 11.020-305	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
19	DPF/SJK/SP	Av Tivoli, 44, Vila Betânia, CEP 12245-481, São José dos Campos/SP	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
20	DPF/SJE/SP	Av. Arthur Nonato, 7077 - Jardim Maracanã, São José do Rio Preto SP CEP:15092-000	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
21		GISE: Rua Wilk Ferreira de Souza, 290, Distrito Industrial, cep 15035-510	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
23	DPF/SSB/SP	Rua Fábio Cassio, 18, Porto Grande, São Sebastião-SP, CEP 11.603-253	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
24	Unidade NEPOM – São Sebastião – SP	Av. Outeiro Cais, s/n – Centro (Porto)	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato
25	DPF/SOD/SP	Rodovia Raposo Tavares, Km 103.5 s/n - Jardim Itaguá, Sorocaba - SP, CEP 18052-902	No mínimo 1 (uma) aplicação obrigatória dentro do período de 6 (seis) meses à cargo do servidor responsável	Mediante termo de recebimento do serviço pelo responsável técnico. Haverá emissão de nota fiscal	Mediante aceitação do serviço pelo responsável técnico. Não haverá emissão de nota fiscal	Conforme descritas no Termo de referência deste contrato

Anexo XV - COTAÇÃO COMPLETA EXECUTADA NO COMPRASNET.pdf

MÉDIA

R\$ 0,54

MEDIANA

R\$ 0,50

MENOR

R\$ 0,4254

Quantidade total de registros: 5

Registros apresentados: 1 a 5

FILTROS APLICADOS

Unidade de Fornecimento	Código Material/Serviço	Descrição	Ano da Compra	Modalidade da Compra	Esfera
METRO QUADRADO	3417	DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO	2024	Pregão	Federal

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00013/2023

Número do Item: 00003

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de Dedetização em geral, Desratização e Sanitização, de modo que se eliminem roedores, aracnídeos, insetos voadores e insetos rasteiros, vírus, bactérias, fungos nas instalações prediais dos anexos do Ministério da Cultura, 9º andar do Edifício Venâncio e Biblioteca Demonstrativa do Brasil, com fornecimento de material e uso de pesticida adequado à praga, autorizado pela vigilância sanitária e aplicado por mão de obra qualificada.

Quantidade Ofertada: 56.400

Valor Proposto Unitário: R\$ 0,86

Valor Unitário do Item: R\$ 0,4254

Código do CATMAT: 3417

Descrição do Item: DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: METRO QUADRADO

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISPP

Marca:

Data do Resultado: 18/01/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CRUZEIRO SERVICOS TECNICOS LTDA

CNPJ/CPF: 22575793000100

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 420001 - SPOA/SE/MINC

Órgão: MINISTERIO DA CULTURA - MINC

Órgão Superior: PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRES

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00004/2023

Número do Item: 00009

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização, manutenção e conservação de jardins e áreas verdes, e serviço de fornecimento de caçambas para armazenamento, transporte e descarte final de resíduos sólidos. Os serviços serão executados POR DEMANDA, incluindo fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, insumos e plantas ornamentais necessários e adequados à perfeita execução, SEM DEMO.

Quantidade Ofertada: 621.802

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 0,47

Código do CATMAT: 3417

Descrição do Item: DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: METRO QUADRADO

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca:

Data do Resultado: 30/01/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ALESSANDRO DE SIQUEIRA SANTOS

CNPJ/CPF: 12839383000175

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158417 - IFES - CAMPUS SERRA

Órgão: INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO

Órgão Superior: -

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 91007/2024

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços especializados no controle de roedores e artrópodes nocivos que causem danos sociais, ambientais e econômicos a serem executados na Unidade de Concentração de Urânio URA, localizada no município de Caetité/BA, conforme condições e características estabelecidas no Termo de Referência. O Edital e suplementos referentes a esta licitação estarão disponíveis no site da INB (www.inb.gov.br/licitacoes)

Quantidade Ofertada: 92.805

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 0,5

Código do CATMAT: 3417

Descrição do Item: DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: METRO QUADRADO

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISPP

Marca:

Data do Resultado: 18/03/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: DETOX DEDETIZADORA LTDA

CNPJ/CPF: 20494248000163

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 113206 - INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A

Órgão: MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - MME

Órgão Superior: PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRES

RESULTADO 4

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90002/2024
Número do Item: 00003
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Eventual contratação de serviços especializados em dedetização, limpeza de caixa de água, sucção e remoção de detritos em caixa de gordura e esgoto e análise físico-química e microbiológica, em proveito do Setor de Aproveitamento do 23º Esquadrão de Cavalaria de Selva
Quantidade Ofertada: 5.000
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R\$ 0,59
Código do CATMAT: 3417
Descrição do Item: DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: METRO QUADRADO
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca:
Data do Resultado: 29/02/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: EXTIN AMBIENTAL LTDA
CNPJ/CPF: 47272665000118
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160081 - 23 ESQUADRAO DE CAVALARIA DE SELVA
Órgão: COMANDO DO EXERCITO
Órgão Superior: -

RESULTADO 5

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2023
Número do Item: 00002
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de Serviços Controle sanitário integrado contra insetos nas áreas internas e áreas externas, [desinsetização]. Combate as escorpiões e ratos, [desratização]. Combate ao cupim, [descupinização], para atender as necessidades do CMD FRONT RO/6º Batalhão de Infantaria de Selva e 1º Pelotão Especial de Fronteira Rondônia. Pregão 03/2023.
Quantidade Ofertada: 16.080
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R\$ 0,69
Código do CATMAT: 3417
Descrição do Item: DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: METRO QUADRADO
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca:
Data do Resultado: 27/03/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: J PEREIRA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA
CNPJ/CPF: 13878114000180
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160346 - COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BIS/MEX/RO
Órgão: COMANDO DO EXERCITO
Órgão Superior: -

Anexo XVI - COTAÇÃO RESUMIDA EXECUTADA NO COMPRASNET.pdf



MÉDIA
R\$ 0,54

MEDIANA
R\$ 0,50

MENOR
R\$ 0,4254

FILTROS APLICADOS

Unidade de Fornecimento

Código Material/Serviço

Descrição

Ano da Compra

Modalidade da Compra

Esfera

METRO QUADRADO

3417

DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO

2024

Pregão

Federal

Quantidade total de registros: 5
Registros apresentados: 1 a 5

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00013/2023	00003	Pregão	3417	DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO		METRO QUADRADO	56.400	R\$0,4254	CRUZEIRO SERVICOS TECNICOS LTDA	MINISTERIO DA CULTURA - MINC	420001 - SPOA/SE/MINC	18/01/2024
00004/2023	00009	Pregão	3417	DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO		METRO QUADRADO	621.802	R\$0,47	ALESSANDRO DE SIQUEIRA SANTOS	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO	158417 - IFES - CAMPUS SERRA	30/01/2024
91007/2024	00001	Pregão	3417	DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO		METRO QUADRADO	92.805	R\$0,50	DETOX DEDETIZADORA LTDA	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - MME	113206 - INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A	18/03/2024
90002/2024	00003	Pregão	3417	DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO		METRO QUADRADO	5.000	R\$0,59	EXTIN AMBIENTAL LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160081 - 23 ESQUADRAO DE CAVALARIA DE SELVA	29/02/2024
00003/2023	00002	Pregão	3417	DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO		METRO QUADRADO	16.080	R\$0,69	J PEREIRA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160346 - COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BIS/MEX/RO	27/03/2024

Anexo XVII - DESCRIÇÃO GLOBAL.pdf

Descrição global - CONTRATO ANTERIOR - Proposto no Termo de Referência						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	CATSER	Quantidade de cada serviço em m²	Valor MÁXIMO unitário em R\$	Valor de 1 (uma) plicação anual em (R\$)
1	Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	3417	67.024,50	R\$ 1,82	R\$ 121.984,59
2	Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	3417	156.541,74	R\$ 1,82	R\$ 284.905,97
3	Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	3417	67.024,50	R\$ 1,82	R\$ 121.984,59
4	Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	3417	1.800	R\$ 1,82	R\$ 3.276,00
Total global máximo (R\$)						R\$ 532.151,15

Descrição global - PROPOSTA VENCEDORA DA LICITAÇÃO ANTERIOR						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	CATSER	Quantidade de cada serviço em m²	Valor MÁXIMO unitário em R\$	Valor de 1 (uma)aplicação anual em (R\$)
1	Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	3417	67.024,50	R\$ 0,41	R\$ 27.480,05
2	Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	3417	156.541,74	R\$ 0,41	R\$ 64.182,11
3	Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	3417	67.024,50	R\$ 0,41	R\$ 27.480,05
4	Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	3417	1.800	R\$ 0,41	R\$ 738,00
Total global máximo (R\$)						R\$ 119.880,20

Descrição global - NOVO CONTRATO - Proposto no novo Termo de Referência						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	CATSER	Quantidade de cada serviço em m²	Valor MÁXIMO unitário em R\$	Valor de 1 (uma)aplicação anual em (R\$)
1	Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	3417	67024,5	R\$ 0,50	R\$ 33.512,25
2	Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	3417	156541,74	R\$ 0,50	R\$ 78.270,87
3	Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	3417	67024,5	R\$ 0,50	R\$ 33.512,25
4	Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	3417	1800	R\$ 0,50	R\$ 900,00
Total global máximo (R\$)						R\$ 146.195,37

Desinsetização e descupinização: Considerada área construída
Desratização: Considerada área total
Desinsetização do Caramujo africano: Considerada área externa

**Anexo XVIII - MAPA COMPARATIVO COM
CONTRATO ANTERIOR.pdf**

Comparativo com os principais índices de medição de inflação no país			
	IPCA – Índice de preços ao consumidor (3,90% ao ano 2024)	INPC – Índice nacional de preços ao consumidor (3,34% ao ano 2024)	Taxa Selic – Taxa básica de juros da economia (10,75% ao ano 2023)
Aplicação dos índices inflacionários ao contrato anterior para uma aplicação anual - (R\$ 1,82)	R\$ 1,89	R\$ 1,88	R\$ 2,02
Valor médio da aplicação por (R\$/m²) para uma aplicação anual - Proposta vencedora do contrato anterior - (R\$ 0,41)	R\$ 0,43	R\$ 0,42	R\$ 0,45
valor proposto em Termo de Referência na nova licitação - (R\$ 0,50)	R\$ 0,50	R\$ 0,50	R\$ 0,50

Comparativo com os principais índices de medição de inflação no país			
	IPCA – Índice de preços ao consumidor (3,90% ao ano 2024)	INPC – Índice nacional de preços ao consumidor (3,34% ao ano 2024)	Taxa Selic – Taxa básica de juros da economia (10,75% ao ano 2023)
Aplicação dos índices inflacionários ao contrato anterior para uma aplicação anual R\$ 532.151,15	R\$ 552.905,04	R\$ 549.925,00	R\$ 589.357,40
Valor médio da aplicação por (R\$/m²) para uma aplicação anual - Proposta vencedora do contrato anterior R\$ 119.880,20	R\$ 124.555,53	R\$ 123.884,20	R\$ 132.767,32
valor proposto em Termo de Referência na nova licitação - R\$ 146.195,37	R\$ 146.195,37	R\$ 146.195,37	R\$ 146.195,37

Anexo XIX - SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESTIMATIVA.pdf

Número de unidades	Unidade	Endereço	ÁREA INTERNA/EXTERNA	Serviço	Área em (m²)
1	Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo	Rua Hugo D'Antola, 95 - Lapa - São Paulo - SP CEP 05038-090	1. Áreas Internas (m2): 22.199,9	Desinsetização	22.199,90
			2. Áreas Externas (m2): 14.072,4	Desratização	36.272,30
				Descupinização	22.199,90
				TOTAL	80.672,10
2	CAB/SELOG/SR/PF/SP	Avenida Santa Marina, 208 – Água Branca – CEP: 05036-000 – São Paulo/SP	1. Áreas Internas (m2): 549	Desinsetização	549,00
			2. Áreas Externas (m2): 361	Desratização	910,00
				Descupinização	549,00
				Caramujo africano	1800
3	(UNIDADE APOIO 1) GISE JAGUARIBE SP	Vila Buarque - São Paulo - SP		TOTAL	3.808,00
			1. Áreas Internas (m²): 2.695	Desinsetização	2.695,00
			2. Áreas Externas (m²): 1.213	Desratização	3.908,00
				Descupinização	2.695,00
4	(UNIDADE DE APOIO 2) GISEFAC/DELEPAT/DRCOR/SR/PF/SP	Campos Elísios- São Paulo/SP		TOTAL	9.298,00
			1. Áreas Internas (m²): 550	Desinsetização	550,00
			2. Áreas Externas (m²): 250	Desratização	800,00
				Descupinização	550,00
5	DPF/ARU/SP	Av. Brasília, 2212 - Jd Nova York, CEP: 16018-000		TOTAL	1.900,00
			1.Áreas Internas (m²): 1499	Desinsetização	1.499,00
			2. Áreas Externas (m²): 1082	Desratização	2.581,00
				Descupinização	1.499,00
6	DPF/AQA/SP	Avenida Maria Antônia Camargo de Oliveira, nº 3013, Bairro Vila Ferroviária, Araraquara/SP, CEP 14.802-330		TOTAL	5.579,00
			1.Áreas Internas (m²): 1.431	Desinsetização	1.431,00
			2. Áreas Externas (m²): 760	Desratização	2.191,00
				Descupinização	1.431,00
7	DPF/BRU/SP	Avenida Getúlio Vargas, nº 20-55, Jardim Europa, Bauru/SP, CEP 17017-383		TOTAL	5.053,00
			1. Áreas Internas (m²): 1.593	Desinsetização	1.593,00
			2. Áreas Externas (m²): 3.407,8	Desratização	5.000,00
				Descupinização	1.593,00
8	DPF/CAS/SP	Rua Antônio Alvares Lobo, 620 - Cep: 13020-110 - Botafogo, Campinas-SP		TOTAL	8.186,00
			1.Áreas Internas (m²): 5.259,72	Desinsetização	5.259,00
			2. Áreas Externas (m²): 219,75	Desratização	5.478,00
				Descupinização	5.259,00
9	DPF/CZO/SP	Avenida Nesralla Rubez, nº 998,		TOTAL	15.996,00
			1.Áreas Internas (m²): 1170	Desinsetização	1.170,00
			2. Áreas Externas (m²): 436	Desratização	1.606,00

		Centro, CEP 12.701-000, Cruzeiro-SP		Descupinização	1.170,00
				TOTAL	3.946,00
10	DPF/JLS/SP	Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 197 Jardim Samambaia - Jales/SP - CEP 15700-214	1. Áreas Internas (m²): 1080,00	Desinsetização	1.080,00
			2. Áreas Externas (m²): 5800	Desratização	6.880,00
				Descupinização	1.080,00
				TOTAL	9.040,00
11	DPF/MII/SP	Avenida Jóquei Clube, nº 87, Bairro Jóquei Clube, Marília/SP, CEP 17.521-450	1. Áreas Internas: 3.150	Desinsetização	3.150,00
			2- Áreas Externas: 9.800	Desratização	12.950,00
				Descupinização	3.150,00
				TOTAL	19.250,00
12	DPF/PCA/SP	Rua Liberato Macedo nº 872, Bairro São Dimas - 13416-090	1. Áreas Internas (m²): 1.177	Desinsetização	1.177,00
			2. Áreas Externas (m²): 572	Desratização	1.749,00
				Descupinização	1.177,00
				TOTAL	4.103,00
13	DPF/PDE/SP	Av. Luis Cezário, 380 - Jardim Colina, Pres. Prudente - SP, 19061-320	1. Áreas Internas (m²): 5.660,52	Desinsetização	5.660,52
			2. Áreas Externas (m²): 7.612,91	Desratização	13.273,43
				Descupinização	5.660,52
				TOTAL	24.594,47
14		Delegacia: Rua João Alves da Silva Junior, 546, bairro Jardim Canadá CEP: 14.024-190 – Ribeirão Preto/SP	1. Áreas Internas (m²): 1.650	Desinsetização	1.650,00
			2. Áreas Externas (m²): 135	Desratização	1.785,00
				Descupinização	1.650,00
				TOTAL	5.085,00
15	DPF/RPO/SP	Depósito: Av. Maurílio Biagi, nº 2.630, Bairro City Ribeirão	1. Áreas Internas (m²): 212	Desinsetização	212,00
			2. Áreas Externas (m²): 7788	Desratização	8.000,00
				Descupinização	212,00
				TOTAL	8.424,00
16		GISE/DRCOR - Rua Barão do Amazonas, 2026 - Jd. Sumaré - CEP 14.025-110	1. Áreas Internas (m²): 1.650	Desinsetização	330,00
			2. Áreas Externas (m²): 285	Desratização	615,00
				Descupinização	330,00
				TOTAL	1.275,00
17	DPF/STS/SP	Rua Riachuelo, 27, centro - Santos - CEP: 11010-021	1. Áreas Internas (m²): 2.501	Desinsetização	2.501,00
			2. Áreas Externas (m²): 498	Desratização	2.999,00
				Descupinização	2.501,00
				TOTAL	8.001,00
18		NEPOM: Av. Engenheiro	1. Áreas Internas (m²): 1.177	Desinsetização	95,00
			2. Áreas Externas (m²): 1565	Desratização	1.660,00

		Eduardo Magalhães Gama, s/nº - entre os Armazéns 35 e 37 do Porto de Santos, portão 18 - Santos/SP – CEP 11.020-305		Descupinização	95,00
				TOTAL	1.850,00
19	DPF/SJK/SP	Av Tivoli, 44, Vila Betânia, CEP 12245-481, São José dos Campos/SP	1. Áreas Internas (m²): 1272 2. Áreas Externas (m²): 978	Desinsetização Desratização Descupinização	1.272,00 2.250,00 1.272,00
				TOTAL	4.794,00
20	DPF/SJE/SP	Av. Arthur Nonato, 7077 - Jardim Maracanã, São José do Rio Preto SP CEP:15092-000	1. Áreas Internas (m²): 2.760 2. Áreas Externas (m²): 15.855	Desinsetização Desratização Descupinização	2.760,00 18.615,00 2.760,00
				TOTAL	24.135,00
21		GISE: Rua Wilk Ferreira de Souza, 290, Distrito Industrial, cep 15035-510	1. Áreas Internas (m²): 6.530 2. Áreas Externas (m²): 2.149	Desinsetização Desratização Descupinização	6.530,00 8.679,00 6.530,00
				TOTAL	21.739,00
23	DPF/SSB/SP	Rua Fábio Cassio, 18, Porto Grande, São Sebastião-SP, CEP 11.603-253	1. Áreas internas (m²): 580 2. Áreas externas (m²):375	Desinsetização Desratização Descupinização	580,00 955,00 580,00
				TOTAL	2.115,00
24	Unidade NEPOM – São Sebastião – SP	Av. Outeiro Cais, s/n – Centro (Porto)	1. Áreas internas (m²): 151,08 2. Áreas externas (m²):272,93	Desinsetização Desratização Descupinização	151,08 424,01 151,08
				TOTAL	726,17
25	DPF/SOD/SP	Rodovia Raposo Tavares, Km 103.5 s/n - Jardim Itanguá, Sorocaba - SP, CEP 18052-902	1. Áreas Internas (m²): 2.930 2. Áreas Externas (m²): 14.031	Desinsetização Desratização Descupinização	2.930,00 16.961,00 2.930,00
				TOTAL	22.821,00

**Anexo XX - SEI_36303702_Lici.
_Mapa_Comparativo_de_Precos 07 de novembro de 2024.
pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DO EDIFÍCIO - UAEDI/SR/PF/SP

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

Processo nº 08500.010526/2024-54

I. OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Contratação de prestação de serviços não continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, de controle sanitário integrado de vetores (insetos que transmitem determinadas doenças como leptospirose, febre maculosa, micro plasma, bernese) e pragas urbanas tais como formigas, mosquitos, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, além de roedores e cupins, englobando desinsetização (incluindo caramujos africanos), desratização e descupinização, com o fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias.

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros previstos na IN Seges/ME nº 65/2021, para descrever os parâmetros e as justificativas da escolha desconsideramos os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, conforme comparações e estudos de licitações anteriores, com amplitude de 5 anos de consulta como conhecimento, e um ano de lapso de tempo legal para pesquisas de preços de referência utilizando sempre o sistema COMPRASNET, sistema de pesquisa de preços do governo, conforme exigência legal, conforme discriminado na tabela abaixo:

2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º da IN Seges/ME nº 65/2021.

2.3. Não foi possível a obtenção do mínimo de três preços para estimativa do preço da contratação, em pesquisa ao mercado, pois em razão da especificidade do objeto e a necessidade de adequação as características exigidas na execução do serviço na SR/PF/SP e suas descentralizadas, bem como a exigência legal do menor preço.

III. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS:

3.1. Os preços coletados referem-se a contratações ainda em execução ou que foram concluídas em até um ano antes da pesquisa, bem como o preço mínimo foi o observado, em razão de nossa especificidade de serviço e áreas, e ao final fizemos uso da media.



MÉDIA R\$ 0,54 MEDIANA R\$ 0,50 MENOR R\$ 0,4254

FILTROS APLICADOS
Unidade de Fornecimento: Código Material/Serviço: Descrição: Ano da Compra: Modalidade da Compra: Esfera:
METRO QUADRADO 3417 DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO 2024 Pregão Federal

Quantidade total de registros: 5
Registros apresentados: 1 a 5

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00013/2023	00003	Pregão	3417	DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO		METRO QUADRADO	56.400	R\$0,4254	CRUZEIRO SERVICOS TECNICOS LTDA	MINISTERIO DA CULTURA - MINC	420001 - SPOA/SE/MINC	18/01/2024
00004/2023	00009	Pregão	3417	DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO		METRO QUADRADO	621.802	R\$0,47	ALESSANDRO DE SIQUEIRA SANTOS	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO	158417 - IFES - CAMPUS SERRA	30/01/2024
91007/2024	00001	Pregão	3417	DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO		METRO QUADRADO	92.805	R\$0,50	DETOX DEDETIZADORA LTDA	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - MME	113206 - INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A	18/03/2024
90002/2024	00003	Pregão	3417	DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO		METRO QUADRADO	5.000	R\$0,59	EXTIN AMBIENTAL LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160081 - 23 ESQUADRAO DE CAVALARIA DE SELVA	29/02/2024
00003/2023	00002	Pregão	3417	DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO		METRO QUADRADO	16.080	R\$0,69	J PEREIRA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160346 - COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BIS/MEX/RO	27/03/2024

Relatório gerado dia: 25/06/2024 às 08:02

IV. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, desta selecionamos para o Termo de referência o valor médio de R\$ 0,50/m² (cinquenta centavo). Abaixo, simulação para os serviços a serem contratados:

Descrição global - NOVO CONTRATO - Proposto no novo Termo de Referência						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	CATSER	Quantidade de cada serviço em m²	Valor MÁXIMO unitário em R\$	Valor de 1 (uma) aplicação anual em (R\$)
1	Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	3417	67024,5	R\$ 0,50	R\$ 33.512,25
2	Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	3417	156541,74	R\$ 0,50	R\$ 78.270,87
3	Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	3417	67024,5	R\$ 0,50	R\$ 33.512,25
4	Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	3417	1800	R\$ 0,50	R\$ 900,00
Total global máximo (R\$)						R\$ 146.195,37

4.2. A obtenção do preço estimado deu-se com base no menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, e de 04 (quatro) valores/preços destacados, depois de análise crítica, elaboramos uma media, em razão de dos estudos elaborados.

Descrição global - CONTRATO ANTERIOR - Proposto no Termo de Referência
--

5.1. O preço estimado da contratação para 2 (duas) aplicações obrigatórias em 24 (vinte e quatro) meses é de R\$ 292.390,74 (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e noventa reais e setenta e quatro centavos), conforme memória de cálculo abaixo:

5.2. O preço estimado da contratação para no máximo 4 (quatro) aplicações, sendo duas aplicações Obrigatórias e duas Opcionais em 24 (vinte e quatro) meses é de R\$ 584.781,48 (quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos), conforme memória de cálculo abaixo:

5.3. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN Seges/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado, pois após avaliação de nossas próprias licitações e com os preços que pesquisamos assim podemos afirmar, em razão de análise crítica executada.

VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por:

LINARIO JOSE LEAL JUNIOR

Cargo: AGENTE DE POLICIA FEDERAL

Matrículas PF/SIAPE: 1225702

Lotação: UAEDI/SR/PF/SP

Telefone: (11) 3538-5858

E-mail: linario.ljlj@pf.gov.br

PAULO CÉSAR PEREIRA ROCHA

Cargo: Agente Administrativo - AADM

Matrículas PF/SIAPE: 2164811

Lotação: DPF/SJK/SR/PF/SP

Telefone: (12) 3202-7113

E-mail: pereira.pcp@pf.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **LINARIO JOSE LEAL JUNIOR**, **Agente de Polícia Federal**, em 05/08/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=36303702&crc=429659B4.

Código verificador: **36303702** e Código CRC: **429659B4**.

Referência: Processo nº 08503.001195/2023-51

SEI nº 36303702



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DO EDIFÍCIO - UAEDI/SR/PF/SP

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 38412899/2024-UAEDI/SR/PF/SP

Processo nº 08503.001195/2023-51

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de **prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, SOB DEMANDA**, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, de controle sanitário integrado de vetores (insetos que transmitem determinadas doenças como leptospirose, febre maculosa, micro plasma, bernes) e pragas urbanas tais como formigas, mosquitos, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, além de roedores e cupins, englobando desinsetização (incluindo caramujos africanos), desratização e descupinização, com o fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias, nos termos da tabela anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Descrição global								
Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	CATSER	Quantidade de cada serviço em m²	Valor MÁXIMO unitário em R\$	Valor da Aplicação Principal em 12 meses	Valor global para 24 meses do contrato inicial para as duas Aplicações Principais
1	1	Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	3417	67024,5	R\$ 0,50	R\$ 33.512,25	R\$ 67.024,50
	2	Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	3417	156541,74	R\$ 0,50	R\$ 78.270,87	R\$ 156.541,74
	3	Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	3417	67024,5	R\$ 0,50	R\$ 33.512,25	R\$ 67.024,50
	4	Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	3417	1800	R\$ 0,50	R\$ 900,00	R\$ 1.800,00
Total global máximo (R\$)							R\$ 146.195,37	R\$ 292.390,74

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. SEI ()

Número de unidades	Unidade	Endereço	ÁREA INTERNA/EXTERNA	Serviço	Área em (m²)
1	Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo	Rua Hugo D'Antola, 95 - Lapa - São Paulo - SP CEP 05038-090	1. Áreas Internas (m²): 22.199,9	Desinsetização	22.199,90
			2. Áreas Externas (m²): 14.072,4	Desratização	36.272,30
				Descupinização	22.199,90
				TOTAL	80.672,10
2	CAB/SELOG/SR/PF/SP	Avenida Santa Marina, 208 – Água Branca – CEP: 05036-000 – São Paulo/SP	1. Áreas Internas (m²): 549	Desinsetização	549,00
			2. Áreas Externas (m²): 361	Desratização	910,00
				Descupinização	549,00
				Caramujo africano	1800
3	(UNIDADE APOIO 1) GISE JAGUARIBE SP	Vila Buarque - São Paulo - SP	1. Áreas Internas (m²): 2.695	Desinsetização	2.695,00
			2. Áreas Externas (m²): 1.213	Desratização	3.908,00
				Descupinização	2.695,00
				TOTAL	9.298,00
4	(UNIDADE DE APOIO 2) GISEFAC/DELEPAT/DRCOR/SR/PF/SP	Campos Elísios- São Paulo/SP	1. Áreas Internas (m²): 550	Desinsetização	550,00
			2. Áreas Externas (m²): 250	Desratização	800,00
				Descupinização	550,00

				TOTAL	1.900,00
5	DPF/ARU/SP	Av. Brasília, 2212 - Jd Nova York, CEP: 16018-000	1.Áreas Internas (m²): 1499	Desinsetização	1.499,00
			2. Áreas Externas (m²): 1082	Desratização	2.581,00
				Descupinização	1.499,00
				TOTAL	5.579,00
6	DPF/AQA/SP	Avenida Maria Antônia Camargo de Oliveira, nº 3013, Bairro Vila Ferroviária, Araraquara/SP, CEP 14.802-330	1.Áreas Internas (m²): 1.431	Desinsetização	1.431,00
			2. Áreas Externas (m²): 760	Desratização	2.191,00
				Descupinização	1.431,00
				TOTAL	5.053,00
7	DPF/BRU/SP	Avenida Getúlio Vargas, nº 20-55, Jardim Europa, Bauru/SP, CEP 17017-383	1. Áreas Internas (m²): 1.593	Desinsetização	1.593,00
			2. Áreas Externas (m²): 3.407,8	Desratização	5.000,00
				Descupinização	1.593,00
				TOTAL	8.186,00
8	DPF/CAS/SP	Rua Antônio Álvares Lobo, 620 - Cep: 13020-110 - Botafogo, Campinas-SP	1.Áreas Internas (m²): 5.259,72	Desinsetização	5.259,00
			2. Áreas Externas (m²): 219,75	Desratização	5.478,00
				Descupinização	5.259,00
				TOTAL	15.996,00
9	DPF/CZO/SP	Avenida Nesralla Rubez, nº 998, Centro, CEP 12.701-000, Cruzeiro-SP	1.Áreas Internas (m²): 1170	Desinsetização	1.170,00
			2. Áreas Externas (m²): 436	Desratização	1.606,00
				Descupinização	1.170,00
				TOTAL	3.946,00
10	DPF/JLS/SP	Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 197 Jardim Samambaia - Jales/SP - CEP 15700-214	1.Áreas Internas (m²): 1080,00	Desinsetização	1.080,00
			2. Áreas Externas (m²): 5800	Desratização	6.880,00
				Descupinização	1.080,00
				TOTAL	9.040,00
11	DPF/MII/SP	Avenida Jóquei Clube, nº 87, Bairro Jóquei Clube, Marília/SP, CEP 17.521-450	1.Áreas Internas: 3.150	Desinsetização	3.150,00
			2- Áreas Externas: 9.800	Desratização	12.950,00
				Descupinização	3.150,00
				TOTAL	19.250,00
12	DPF/PCA/SP	Rua Liberato Macedo nº 872, Bairro São Dimas - 13416-090	1.Áreas Internas (m²): 1.177	Desinsetização	1.177,00
			2. Áreas Externas (m²): 572	Desratização	1.749,00
				Descupinização	1.177,00
				TOTAL	4.103,00
13	DPF/PDE/SP	Av. Luis Cezário, 380 - Jardim Colina, Pres. Prudente - SP, 19061-320	1. Áreas Internas (m²): 5.660,52	Desinsetização	5.660,52
			2. Áreas Externas (m²): 7.612,91	Desratização	13.273,43
				Descupinização	5.660,52
				TOTAL	24.594,47
14	DPF/RPO/SP	Delegacia: Rua João Alves da Silva Junior, 546, bairro Jardim Canadá CEP: 14.024-190 – Ribeirão Preto/SP	1.Áreas Internas (m²): 1.650	Desinsetização	1.650,00
			2. Áreas Externas (m²): 135	Desratização	1.785,00
				Descupinização	1.650,00
				TOTAL	5.085,00
15	DPF/RPO/SP	Depósito:Av. Maurílio Biagi, nº 2.630, Bairro City Ribeirão	1.Áreas Internas (m²): 212	Desinsetização	212,00
			2. Áreas Externas (m²): 7788	Desratização	8.000,00
				Descupinização	212,00
				TOTAL	8.424,00
16	DPF/RPO/SP	GISE/DRCOR - Rua Barão do Amazonas, 2026 - Jd. Sumaré - CEP 14.025-110	1.Áreas Internas (m²): 1.650	Desinsetização	330,00
			2. Áreas Externas (m²): 285	Desratização	615,00
				Descupinização	330,00
				TOTAL	1.275,00
17	DPF/RPO/SP	Rua Riachuelo,27,centro-Santos-CEP:11010-021	1.Áreas Internas (m²): 2.501	Desinsetização	2.501,00
			2. Áreas Externas (m²): 498	Desratização	2.999,00
				Descupinização	2.501,00
				TOTAL	8.001,00
		NEPOM: Av. Engenheiro	1.Áreas Internas (m²): 1.177	Desinsetização	95,00

18	DPF/STS/SP	Eduardo Magalhães Gama, s/nº - entre os Armazéns 35 e 37 do Porto de Santos, portão 18 - Santos/SP – CEP 11.020-305	2. Áreas Externas (m²): 1565	Desratização	1.660,00
				Descupinização	95,00
				TOTAL	1.850,00
19	DPF/SJK/SP	Av Tivoli, 44, Vila Betânia, CEP 12245-481, São José dos Campos/SP	1.Áreas Internas (m²): 1272	Desinsetização	1.272,00
			2. Áreas Externas (m²): 978	Desratização	2.250,00
				Descupinização	1.272,00
				TOTAL	4.794,00
20	DPF/SJE/SP	Av. Arthur Nonato, 7077 - Jardim Maracanã, São José do Rio Preto SP CEP:15092-000	1.Áreas Internas (m²): 2.760	Desinsetização	2.760,00
			2. Áreas Externas (m²): 15.855	Desratização	18.615,00
				Descupinização	2.760,00
				TOTAL	24.135,00
21	DPF/SJE/SP	GISE: Rua Wilk Ferreira de Souza, 290, Distrito Industrial, cep 15035-510	1.Áreas Internas (m²): 6.530	Desinsetização	6.530,00
			2. Áreas Externas (m²): 2.149	Desratização	8.679,00
				Descupinização	6.530,00
				TOTAL	21.739,00
23	DPF/SSB/SP	Rua Fábio Cassio, 18, Porto Grande, São Sebastião-SP, CEP 11.603-253	1. Áreas internas (m²): 580	Desinsetização	580,00
			2. Áreas externas (m²):375	Desratização	955,00
				Descupinização	580,00
				TOTAL	2.115,00
24	Unidade NEPOM – São Sebastião – SP	Av. Outeiro Cais, s/n – Centro (Porto)	1. Áreas internas (m²): 151,08	Desinsetização	151,08
			2. Áreas externas (m²):272,93	Desratização	424,01
				Descupinização	151,08
				TOTAL	726,17
25	DPF/SOD/SP	Rodovia Raposo Tavares, Km 103.5 s/n - Jardim Itanguá, Sorocaba - SP, CEP 18052-902	1.Áreas Internas (m²): 2.930	Desinsetização	2.930,00
			2. Áreas Externas (m²): 14.031	Desratização	16.961,00
				Descupinização	2.930,00
				TOTAL	22.821,00

1.4.1 Com o intuito de controle da execução, em virtude da amplitude do contrato, mantendo assim uma unidade de comando, disciplinando, com regras de fiscalização, e orientação ao conjunto de fiscais, entendemos a prevalência dos interesses gerais com a centralização da gestão do contrato. E assim reduzindo custos operacionais em todo percurso do procedimento licitatório, e com prazos maiores de contrato podem justificar uma maior agressividade da proposta, um maior interesse do mercado.

1.4.2 Trazendo assim a economicidade, firmando o comprometimento com os padrões de qualidade de execução do serviço, e de gerir adequadamente os recursos financeiros colocados à sua disposição; com isso a diminuição dos custos de constantes licitações, e por muitas vezes intempestivas, às pressas, urgentes, e por muitas vezes asseveradas, o que não irá acontecer com um planejamento de longo prazo, onde a administração poderá ter uma visão sobre possíveis obstáculos ou cenários futuros de riscos, que com o devido planejamento serão dirimidos ou mitigados.

1.4.3. Sendo certo que temos prazos e métodos, os quais durante **24 (VINTE e QUATRO) meses**, antes mesmo de qualquer prorrogação, servirão como referência para avaliação da administração, pelo interesse ou não pela prorrogação, verificando se o contrato atingiu seu objetivo, protegeu e ou valorizou a coisa pública, e ou atendeu o interesse público proposto em seu objeto.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de controle de pragas urbanas (Desinsetização, desratização, descupinização).

1.7. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela SEI (35151681).

1.8. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.9 Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, devido ao seu enquadramento nas exceções previstas no art. 49, incisos II, III e IV do referido dispositivo legal.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2024**, conforme consta das informações básicas deste termo de referência. Conforme SEI (33812710).

2.3. A Descrição Global, quantitativa, foi descrita segue na tabela SEI (35152274). Bem como uma estimativa global SEI (35204445). Em virtude da SÚMULA TCU 247, SEI (33669729).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares DIGITAL SEI (35387503).

3.2. A solução terá de atender ao conjunto de todos os elementos, sejam bens públicos, atividades auxiliares e a fim, para de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade da contratação.

3.3. Todas as etapas da cadeia produtiva, desde a matéria prima utilizada até o descarte final do produto, bem como os desdobramentos da execução do objeto, são de responsabilidade da contratada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Qualidade

4.1. A solução contratada deverá atender a qualidade do serviço, tendo desempenho, confiabilidade, durabilidade, percepção (qualidade percebida), e atendimento (satisfação com o serviço); mesmo mantendo um proposta vantajosa.

Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos todos os constantes no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis** SEI (33676114).

4.3. Não será admitida marca ou modelo de produto, que possua restrição de qualquer tipo para uso, determinada pelos órgãos fiscalizadores do objeto do contrato.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.6. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.9. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 até às 12:00 horas, e das 14:00 horas até às 17:00 horas. Conforme determinado pelo responsável do local a ser visitado.

4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia. Conforme determinado pela responsável do local a ser visitado.

4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. Conforme determinação e após autorização do **SIP/SR/PF/SP**, em razão da **PORTARIA Nº 1542/2021-SR/PF/SP, DE 1º DE MARÇO DE 2021**, preside Comissão Permanente de Segurança Orgânica no âmbito da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de São Paulo - SR/PF/SP.

4.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto, de acordo com INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 98/2022 tenha autorizado a aplicação da IN 05/2017, no que couber, é certo que a edição do Decreto nº 11.246/2022; seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: será após a assinatura do contrato e da emissão da ordem de serviço, determinado e autorizado pelo **UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DO EDIFÍCIO - UAEDI/SR/PF/SP**, ou setor equivalente, o fiscal do contrato, de acordo com janela de oportunidade, data será fixada.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços será definido, com no mínimo 07 dias (uma semana) de antecedência, pelo FISCAL TECNICO, o qual solicitará o serviço da empresa que marcará o dia, cujo serviço somente ocorrerá com autorização do **ORDENADOR DE DESPESAS**.

5.1.3.1. Será cumprida a **PORTARIA SR/PF/SP Nº 3329**, de 28 de fevereiro de 2024, SEI (34757651).

5.1.4. A execução do objeto, respeitará concomitantemente o Manual DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE ZOONOSSES, normas técnicas e operacionais, publicado pelo Ministério da Saúde, SEI (33439481); seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.4. 1. Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, em dias e horários que não causem impactos no funcionamento normal das unidades, aos sábados, domingos, feriados ou dias programados para manutenção, e serão acordados entre a Contratante e a Contratada com antecedência, via e-mail;

5.1.4.2. O prazo para início da execução será de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do contrato, se houver;

5.1.4..3. Para entrar e permanecer nas dependências das unidades, os funcionários da Contratada deverão estar devidamente uniformizados e identificados com crachás da empresa . Com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência a Contratada deverá enviar e-mail, para o responsável de cada localidade da Contratante, relacionando o nome, RG e nº de Crachá para autorização prévia;

5.1.4.4. As pragas existentes devem ser exterminadas, bem como a formação de novas colônias e o surgimento de novos focos devem ser impedidos. Caso contrário, e dentro do período de garantia, deverá ser reagendada uma **reaplicação** em até 48 (quarenta e oito) horas, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.1.4. 5 . As aplicações não devem colocar em risco a saúde de pessoas que trabalham ou transitam nas instalações;

5.1.4. 6. O ambiente não deve ser contaminado com cheiros prolongados, vapores e fumaças;

5.1.4. 7. A rotina de funcionamento do prédio deve sofrer a menor interferência possível;

5.1.4.8. Os serviços deverão ser executados com orientação de Técnico Habilitado da Contratada, devidamente registrado no conselho regional competente e observados os procedimentos específicos para aplicação de cada produto. Todos os trabalhos deverão ser executados por profissionais treinados e identificados, utilizando equipamentos de proteção individual adequado para cada situação;

5.1.4..9. Após cada aplicação, é necessário emitir relatórios dos serviços constando data e horário da mesma, produto aplicado e responsável pela aplicação. Quando possível esta informação deverá ficar fixada, em adesivo próprio, nos materiais (por exemplo: iscas) deixados nas áreas em que os produtos foram aplicados;

5.1.4.10. Para cada aplicação, é obrigatório o acompanhamento mensal do serviço realizado, compreendendo o mês da aplicação e os dois subsequentes. O acompanhamento mensal do objeto realizado compreende serviços como o recolhimento de iscas e animais mortos, dentre outros pertinentes à correta execução do objeto. As solicitações de execução dos serviços ocorrerão mediante as demanda de cada localidade do Contratante, definidas em momento oportuno, conforme conveniência da Administração.

5.1.5. A Contratada deverá executar os serviços utilizando-se dos materiais, produtos, equipamentos, ferramentas próprias e seguir as técnicas e procedimentos necessários à perfeita execução contratual. As técnicas abaixo devem ser utilizadas para realização dos serviços,

devendo a Contratada utilizar a(s) melhor(es) técnica(s) para cada local. A Contratante deverá aprovar a utilização de cada técnica, conformem descritas abaixo:

5.1.5.1. Desinsetização:

- 5.1.5.1. Pulverização ou micro pulverização líquida: Aspersão de inseticida emulsificado em solução aquosa de baixo odor e reduzido grau tóxico com efeitos: desalojante, knockdown (choque) e residual, atuando por contato. A aplicação destina-se aos focos ou áreas infestadas, pontos de passagem, alimentação e habitat do inseto ou praga alvo, como: pisos, ralos, frestas, armários, prateleiras, forrações, espaços falsos, redes de esgoto, lixeiras, depósitos, entre outros;
- 5.1.5.1. Polvilhamento: Aplicação de produto inseticida formulado em matéria inerte, tipo pó seco, sem odor e com reduzido grau tóxico, com alto poder residual, atuando por contato. A aplicação destina-se exclusivamente aos focos situados em pontos com eletricidade como, eletrodutos, caixas de fusíveis e telefone, centrais elétricas e motores e equipamentos elétricos em geral, luminárias, ou ainda determinados espaços falsos ou vagos como alguns tipos de forrações;
- 5.1.5.1. Gel inseticida: Aplicação de inseticida em formulação gel, tipo isca alimentar, totalmente inodoro, com manutenção do poder residual, palatável e atrativo; deve atuar após a ingestão direta ou indireta. A aplicação destina-se aos focos ou áreas infestadas, pontos de passagem, alimentação e habitat do inseto a ser exterminado. Esta técnica deve ser utilizada em locais onde não seja possível a utilização de outras, como: portas de geladeiras e refrigeradores, máquinas e equipamentos de preparo de alimentos de cozinhas e refeitórios, mesas e moveis em geral de escritórios, equipamentos eletroeletrônicos, pontos de luz e centrais elétricas, entre outros.

5.1.5.2. Desratização:

- 5.1.5.2. Iscagem: aplicação de produtos raticidas em diversos pontos e repetidas vezes, os locais deverão ser nas áreas onde materiais ou alimentos estejam sendo atacados, pontos de passagem e esconderijos e tocas, que sejam internas ou externas. O produto raticida deve atuar exclusivamente por ingestão, deve ser anticoagulante, para evitar odores pós-morte. Podem ser granuladas ou blocos parafinados, a depender do local. As iscas devem ser estrategicamente aplicadas em áreas como: parte inferior de gôndolas e nos pés das prateleiras, por baixo de armários, ralos, bueiros, valas ou córregos, tocas, forros, muros, cercas, parte superior de dutos de ventilação ou encanamentos aéreos, entre outros. As iscas devem ser acondicionadas em porta-iscas e, se necessário, parafusadas nos pisos e paredes;
- 5.1.5.2. Polvilhamento: Aplicação do produto raticida formulado em matéria inerte, tipo pó seco, sem odor e com reduzido grau tóxico, com efeito residual, atuando por contato. A aplicação destina-se exclusivamente às tocas, eletrodutos de largo diâmetro, entre outros;
- 5.1.5.2. Todos os bueiros, grelhas, valas ou ralos que possam ser utilizados para entrada/saída de roedores devem ser fechados com telas de aço ou similar, para impedir o seu ingresso nas dependências da unidade. Ainda, devem permitir a passagem de água ou qualquer líquido, sem represá-las ou causar alagamentos.

5.1.5.3. Descupinização, inclusive brocas e cupins subterrâneos:

- 5.1.5.3. Deverão ser analisadas a espécie, a proveniência e o grau de infestação, para aplicação do tratamento ideal. Os tratamentos serão corretivos e preventivos, dependendo da necessidade que se apresentar. No controle deverá ser realizado o tratamento do solo, alvenaria, tubulações, mobiliários, peças de madeira ou quaisquer pontos que apresentem ataques visíveis de cupins, bem como tratamento preventivo em locais que apresentem a possibilidade de infestação;
- 5.1.5.3. As técnicas abaixo devem ser utilizadas para realização do serviço de descupinização, devendo a Contratada utilizar a(s) melhor(es) técnica(s) para cada local:
 - 5.1.5.3. Tratamento de solo (barreira química): tratamento químico do solo ao redor das edificações para restringir a entrada de cupins subterrâneos nas edificações. Será feito por meio de perfurações seriadas no perímetro externo de cada edificação, ao longo das paredes laterais com brocas de 10 mm de diâmetro e espaçamento de cerca de 40 cm. A solução inseticida será aplicada com auxílio de hastes e pulverizadores elétricos;
 - 5.1.5.3. Insuflação de pó químico: aplicação de pó químico formulado em matéria inerte, tipo pó seco, sem odor e com reduzido grau tóxico, com efeito residual, atuando por contato. O tratamento deverá ocorrer em dutos, caixas e quadros da rede elétrica / lógica / telefonia de modo a impedir que os cupins utilizem-se destes locais para se espalharem pelas edificações;
 - 5.1.5.3. Micropulverização: aplicação da calda cupinicida em quantidade suficiente para encharcar a peça a ser tratada por meio de pulverizador elétrico ou manual;
 - 5.1.5.3. Injeção: injeção da calda cupinicida com bomba apropriada e bicos especiais para cada tipo de peça a ser tratada. A calda cupinicida deve ser

injetada por meio de pequenos orifícios feitos no momento da aplicação e nos já existentes devido a ação da praga;

5.1.5.3. Encharcamento/pincelamento: aplicação da calda cupinicida em toda a peça a ser tratada com o auxílio de um pincel ou brocha;

5.1.5.3. Instalação de iscas: instalação de iscas colocadas no solo ou parede ao redor da estrutura do imóvel ou em áreas internas.

5.1.5.4. Desinsetização de Caramujo Africano:

5.1.5.4. Deverão ser analisadas a espécie, a proveniência e o grau de infestação, para aplicação do tratamento ideal. Os tratamentos serão corretivos e preventivos, dependendo da necessidade que se apresentar. No controle deverá ser realizada a análise do local para verificação dos possíveis focos. A técnica abaixo poderá ser utilizada para realização do serviço de Desinsetização, devendo a Contratada utilizar a(s) melhor(es) técnica(s) para cada local.

5.1.5.4. Instalação de iscas: Serão espalhadas as iscas diretamente no solo por meio de aplicador de produtos granulados, próximo dos locais infestados por lesmas e/ou caramujos. Para o controle dos caramujos africanos, preferencialmente que seja efetuado o controle por meio de moluscicidas em forma de pellets (iscas) de metaldeído, devido seu poder atrativo e sua eficácia na eliminação das pragas. Os pellets devem ser distribuídos na dosagem de 30 a 50 pellets por metro quadrado, ou segundo a dosagem recomendada pelo fabricante. Devido à natureza sazonal dos moluscos, espera-se que sejam necessárias no mínimo 4 (quatro) aplicações por safra (todo o período de postura, desenvolvimento e reprodução).

5.1.5.4. Catação: coleta manual de espécimes adultos, se a área infestada for pequena. Coletar os adultos com luvas de borracha ou sacos plásticos, pois os moluscos podem transmitir doenças ao homem por meio de sua mucosidade. Os adultos deverão ser destruídos em água fervente ou mecanicamente, e sua carcaça incinerada.

5.1.5.4. Pulverização líquida: Aspersão de inseticida emulsão em solução aquosa de baixo odor e reduzido grau tóxico com efeitos: desalojante, knockdown (choque) e residual, atuando por contato. A aplicação destina-se aos focos ou áreas infestadas, pontos de passagem, alimentação e habitat do caramujo: ralos, frestas, forrações, espaços falsos, redes de esgoto, lixeiras, depósitos, entre outros.

5.2. Estes são os métodos utilizados, até então, ora reiterados, entretanto a contratada deverá utilizar o método que dê solução a demanda, sem contrariar as regras de segurança e ou que venha onerar excessivamente o contrato.

5.2.1. Deverá cumprir todas as determinações da Comissão Permanente de Segurança Orgânica – CPSO da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de São Paulo - SR/PF/SP, constituída por força da **PORTARIA Nº 1126/2019-GAB/SR/PF/SP, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.**

5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços SEI (33664111). Confirmadas pelo ofício 281/2023/SR/PF/SP.

5.3.1. A qualquer tempo, ao longo da vigência contratual, o órgão contratante poderá aditar o contrato com:

5.3.1.1. Alteração de endereços de instalações de Unidades da Polícia Federal contempladas neste Termo de Referência, no Contrato e possíveis Termos Aditivos;

5.3.1.2. Transferência de endereços de instalações de Unidades da Polícia Federal contempladas neste Termo de Referência, no Contrato e possíveis Termos Aditivos;

5.3.1.3. Acréscimo ou supressão de áreas de instalações ou de postos de Unidades da Polícia Federal contempladas neste Termo de Referência, no Contrato e possíveis Termos Aditivos;

5.3.1.4. Acréscimo de novas Unidades da Polícia Federal (e novas instalações) em qualquer local no Estado de São Paulo;

5.3.1.5. Supressão de Unidades da Polícia Federal (e de suas instalações) já contempladas neste Termo de Referência, no Contrato e possíveis Termos Aditivos.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas, com o fim de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos dos locais de atendimento, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1.1. Localidade de todas as unidades estão descritas na **tabela SEI (33664111)**;

5.5.1.2. Área Construída: é a área das edificações, que foram tomadas como medida para as aplicações dos produtos de controle de vetores e pragas urbanas;

5.5.1.3. Área do Terreno: área em torno das edificações;

5.5.1.4. Área Total: é o somatório das áreas construídas e de terreno, que é a base de medida para os serviços de desratização.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)[A14]

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato[A15]

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.7.1. Descrever as formas de manter a continuidade de serviço;

5.7.2. A transferência de aspectos legais específicos do objeto do contrato;

5.7.3. Transferência de conhecimento do objeto de contrato, tanto do aspecto do serviço, quanto do aspecto de segurança orgânica;

5.7.4. Transferência de conhecimento obtido em razão da especificidade do ambiente, bem como de tecnologia e técnicas empregados, sem perda de informação, e se necessário a capacitação dos técnicos da contratante, e inclusive da empresa nova a ser contratada;

5.7.5. Descrição do procedimento executado e o respectivo resultado alcançados mediante relatório circunstanciado;

5.7.6. A transferência de recursos, mediante autorização, após avaliação, conforme regras pré-estabelecidas;

5.7.7. Todas as etapas serão, apresentadas mediante relatório circunstanciado, que após serão avaliadas e autorizadas pelo Fiscal do Contrato;

5.7.8. Todas as etapas, ora elencadas, em virtude dos riscos de sabotagem ou não cooperação por parte do contratado anterior sejam minimizados, deverão passar por avaliação da Comissão Permanente de Segurança Orgânica – CPSO da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de São Paulo - SR/PF/SP, constituída por força da **PORTARIA Nº 1126/2019-GAB/SR/PF/SP, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019**. Quando requisitados pela comissão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ou até 10 (dez) dias.

5.8. A empresa deverá realizar a desinsetização, desratização, descupinização e nos casos especificados desinsetização do caramujo africano conforme descrito abaixo:

a) Aplicação Principal é o nome dado a cada uma das aplicações remuneradas pela administração. As Aplicações Principais deverão ter garantia de 6 (seis) meses contados da data da aplicação.

b) Aplicação de Reforço é o nome dado a cada uma das aplicações realizadas nos períodos das garantias de 6 (seis) meses contados a partir de cada uma das Aplicações Principais. As Aplicações de Reforço não serão remuneradas pela administração, isto é, o seu custo estará previsto na Aplicação Principal.

c) Aplicação Isolada é o nome dado a cada uma das aplicações realizadas, isoladamente, quando da detecção de qualquer uma das pragas controladas. As Aplicações Isoladas não serão remuneradas pela administração, isto é, o seu custo estará previsto na Aplicação Principal.

d) Ao longo do período dos 24 (vinte e quatro) meses do contrato inicial, a administração se comprometerá a solicitar, pelo menos, 2 (duas) Aplicações Principais (aplicação remunerada) para cada unidade da Polícia Federal no estado de São Paulo. Caso entenda necessário, cada responsável local na unidade da Polícia Federal poderá solicitar até 4 Aplicações Principais (aplicação remunerada) para a sua respectiva unidade. A empresa deverá estar ciente de que cada um dos responsáveis pelas unidades, poderá optar por solicitar 2 (duas), 3 (três) ou 4 (quatro) Aplicações Principais (aplicação remunerada) para as suas respectivas unidades.

e) Na primeira Aplicação Principal (aplicação remunerada) em cada localidade, a empresa deverá executar o serviço de forma a garantir a efetividade e eficácia do controle de pragas pelo período de 6 (seis) meses.

f) Todas as aplicações deverão ser agendadas individualizadamente para cada Unidade da Polícia Federal no estado de São Paulo diretamente com o responsável da Polícia Federal na localidade. A empresa deverá ter capacidade para atender as datas solicitadas pelos responsáveis locais pelo menos em 6 (seis) locais diferentes simultaneamente, ou seja, caso seis unidades da Polícia Federal agendem a mesma data para a execução dos serviços, para qualquer das várias aplicações, a empresa deverá ter capacidade operacional para o atendimento.

g) A empresa deverá estar ciente de que, ao longo de todo o período dos 6 (seis) meses da garantia da Aplicação Principal, ela deverá executar, se solicitada pelo responsável local, pelo menos 1 (uma) Aplicação de Reforço (aplicação não remunerada) para a desinsetização, desratização, descupinização e desinsetização do caramujo africano seguindo as regras de agendamento descritas nos itens acima.

h) A empresa deverá estar ciente de que, ao longo do período dos 6 (seis) meses da garantia da Aplicação Principal, ela deverá executar, além da Aplicação de Reforço (se solicitada), Aplicações Isoladas (aplicação não remunerada)

caso identificados focos locais de qualquer tipo de pragas a serem controladas.

i) A empresa deverá estar ciente de que caso uma Aplicação de Reforço (aplicação não remunerada) solicitada por um responsável local não seja realizada no prazo de 40 (quarenta) dias da data solicitada, será efetivada glosa no valor de 30% (trinta por cento) do valor da Aplicação Principal (aplicação remunerada) a ser descontada na próxima Aplicação Principal (aplicação remunerada). No caso de não prorrogações contratuais, essa glosa será substituída pelo pagamento de GRU- Guia de Recolhimento da União.

j) A empresa deverá estar ciente de que caso uma Aplicação Isolada (aplicação não remunerada) solicitada por um responsável local não seja realizada no prazo de 7 (sete) dias corridos da data solicitada, será efetivada glosa no valor de 10% (dez por cento) do valor da Aplicação Principal (aplicação remunerada) a ser descontada na próxima Aplicação Principal (aplicação remunerada). No caso de não prorrogações contratuais, essa glosa será substituída pelo pagamento de GRU- Guia de Recolhimento da União.

k) Após cada Aplicação Principal (aplicação remunerada), a empresa solicitará ao responsável da unidade em que foi realizada a aplicação a medição do serviço executado para que este responsável ateste o valor emitido na nota fiscal. Só serão emitidas notas fiscais para as Aplicações Principais (aplicação remunerada).

l) Após cada Aplicação de Reforço (aplicação não remunerada), se solicitada, o responsável da unidade em que foi realizada a aplicação emitirá documento de aceitação do serviço. Esta aplicação não será remunerada conforme descrito no item (b) acima, não sendo permitida, portanto, emissão de nota fiscal para o serviço de Aplicação de Reforço (serviço não remunerado).

m) Após cada Aplicação Isolada (aplicação não remunerada), se solicitada, o responsável da unidade em que foi realizada a aplicação emitirá documento de aceitação do serviço. Esta aplicação não será remunerada conforme descrito no item (c) acima, não sendo permitida, portanto, emissão de nota fiscal para o serviço de Aplicação de Isolada (serviço não remunerado).

5.8.1. A empresa deve estar ciente de que em cada uma das aplicações realizadas deverá cumprir todo o controle de pragas definido neste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, a SR/PF/SP poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto[\[A17\]](#)

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, encaminhando também cópia de sua identificação e qualificação completa, bem como meios de comunicação, para localização imediata, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de aplicação e reforço.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).34757651).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI); E aos moldes da **PORTARIA SR/PF/SP Nº 3329, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024**, SEI (34757651).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246,

de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022). E aos moldes da **PORTARIA SR/PF/SP Nº 3329, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024**, SEI (34757651).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.17.1. Realização de avaliação diária para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

6.17.2. Fiscalizar a conformidade dos materiais a serem empregados na execução dos serviços contratados, confrontado com o documento da contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Edital, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, e Decreto nº 11.246, de 2022.

6.18.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV). E aos moldes da **PORTARIA SR/PF/SP Nº 3329, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024**, SEI (34757651).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO[\[A19\]](#)

Medição

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo SEI (34100879).

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do imr não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços. [a20]; que será estabelecido por norma interna pelo Ordenador de Despesas, e/ou SR/PF/SP, e/ou conforme cadeia de comando.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios, que será estabelecido por norma interna pelo Ordenador de Despesas, e/ou SR/PF/SP, e/ou conforme cadeia de comando.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo *de 05 (CINCO) dias uteis, contados do recebimento da nota fiscal*, aos moldes do **artigo 5º da PORTARIA SR/PF/SP Nº 3329, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).[A22]

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A23]

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de *Será definido por portaria SEI (08500.022860/2023-70).*, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.34757651).

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na

execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.17.1. o prazo de validade;
- 7.17.2. a data da emissão;
- 7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.17.5. o valor a pagar; e
- 7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até 10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, **desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma**, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = (TX)

I = (6/100) / 365

I = 0,00016438

Forma de pagamento

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.[\[A26\]](#)

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.31. Não será admitida antecipação de crédito.

Cessão de crédito

7.32. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.33. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.34. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL01, de 18 de maio de 2020.

7.35. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.36. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução[\[A27\]](#)

8.2. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:[\[A28\]](#)

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[\[A29\]](#)

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja

aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A30]

8.8. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Apresentar, em virtude do artigo 1º da Lei nº 6.839, e de acordo com Resolução da Diretoria Colegiada, RDC nº 622, de 09 de março de 2022, determinada pela Agência Nacional de Vigilância Nacional, ANVISA, Ato de autorização para o exercício da atividade do objeto da licitação, que tem a natureza de serviço comum de controle de pragas urbanas (Desinsetização, desratização, descupinização), controle de vetores, registro expedido pelo Conselho Regional de Química, tendo em vista que essa atividade envolver a manipulação, mistura, dissolução, e transporte de substâncias químicas; bem como o devido registro no Conselho Regional de Biologia, CRBio, consoante a Resolução nº 227, de 18 de agosto de 2010, emitida pelo CRBio. [A31]

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A32]

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Municipal/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A33]

8.22. O fornecedor deverá cumprir o previsto no art. 67, incisos III a VI da Lei 14.133/21.

Qualificação Econômico-Financeira[A34]

8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- 8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10% (dez) do valor total estimado da contratação.**[\[A35\]](#)
- 8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.[\[A36\]](#)

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 292.390,74 (duzentos e noventa e dois mil trezentos e noventa reais e setenta e quatro centavos), que corresponde, SOB DEMANDA, ao valor de 1 (uma) aplicação anual Principal após 12 meses do início do contrato, somado ao valor de 1 (uma) aplicação Opcional após 6 meses da segunda Aplicação Principal conforme custos unitários apostos no Documento de Formalização da Pesquisa de Preços. SEI (36303702).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

Gestão/Unidade: 200360

Fonte: TESOURO - RECURSOS ORDINARIOS (0100000000)

Programa de Trabalho: 06.122.0750.2000.0001

Elemento de Despesa: OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (339039) (3916) - MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS

PI: ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE (PF99900AGXX onde XX são os últimos dígitos do ano corrente, por exemplo, "24" para 2024)

11. ANEXOS

- 11.1. **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA**, versão de 12/01/2024. SEI (33392034).
- 11.2. **MAPA DE RISCO**. SEI (33516599).
- 11.3. **Declaração de uso de modelos da AGU**. SEI (32665223).
- 11.4. **Modelos da AGU**.
- 11.4.1. Termo de Referência Serviços Sem Mão de Obra Lei 14.133 (maio/2023), SEI (32641603);
- 11.4.2. Modelo Contrato Serviços Sem Mão de Obra Lei 14.133 (maio/2023), SEI (32667987);
- 11.4.3. Lista de Verificação Compras e Serviços sem Mão de Obra exclusiva - Lei 14.133 (dezembro/2022), SEI (32668014).
- 11.5. **LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA PESQUISA DE PREÇOS**, Check list de preços. SEI (36382454).
- 11.6. **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** digital, versão de 07/11/2024. SEI (38412897).
- 11.7. **MINUTA DO CONTRATO**. SEI (38412903)
- 11.8. **MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS**. SEI (36303702)

Respeitosamente,

LINARIO JOSE LEAL JUNIOR
AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL

CLASSE ESPECIAL, MAT 7507
UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DO EDIFÍCIO - UAEDI/SR/PF/SP



Documento assinado eletronicamente por **LINARIO JOSE LEAL JUNIOR, Agente de Polícia Federal**, em 11/11/2024, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38412899&crc=75B38B38.

Código verificador: **38412899** e Código CRC: **75B38B38**.

Referência: Processo nº 08503.001195/2023-51

SEI nº 38412899



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DO EDIFÍCIO - UAEDI/SR/PF/SP

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 08503.001195/2023-51

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS – LICITAÇÃO [32667987]

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO

(Processo Administrativo nº (08503.001195/2023-51).

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2024, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO E A EMPRESA .

A **União**, por intermédio da **Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo**, com sede na Rua Hugo D'Antola nº 95, Bairro Lapa, na cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 00.394.494/0040-42, neste ato representado pelo seu Superintendente Regional, Delegado de Polícia Federal, por seu **Superintendente Regional, Delegado de Polícia Federal Rodrigo Luís Sanfurgo de Carvalho**, nomeado pela Portaria n. 1.135/2024/SE/MJSP, publicada no DOU de 5 de julho de 2024, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por *(nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 08503.001195/2023-51 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº /2024 SEI.: (), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. Contratação de **prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, SOB DEMANDA**, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, de controle sanitário integrado de vetores (insetos que transmitem determinadas doenças como leptospirose, febre maculosa, micro plasma, bernes) e pragas urbanas tais como formigas, mosquitos, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, além de roedores e cupins, englobando desinsetização (incluindo caramujos africanos), desratização e descupinização, com o fornecimento de mão de obra, todos os

insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias, nos termos da tabela anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Objeto da contratação:

Descrição global								
Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	CATSER	Quantidade de cada serviço em m²	Valor MÁXIMO unitário em R\$	Valor da Aplicação Principal em 12 meses	Valor global para 24 meses do contrato inicial para as duas Aplicações Principais
1	1	Serviços de DESINSETIZAÇÃO	M²	3417	67024,5			
	2	Serviço de DESRATIZAÇÃO	M²	3417	156541,74			
	3	Serviço de DESCUPINIZAÇÃO	M²	3417	67024,5			
	4	Serviço de desinsetização do Caramujo Africano	M²	3417	1800			
Total global máximo (R\$)								

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **24 (VINTE e QUATRO) meses**, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado [\[A5\]](#), atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b) *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))[\[A8\]](#)

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

OU

5.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....) [\[A9\]](#)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.[\[A10\]](#)

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))[A11]

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado[A12], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A13].

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))[A14]

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela

incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de *XXXXXXX*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [\[A15\]](#)

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *XXXXXX*. [\[A16\]](#)

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. [\[A17\]](#)

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))[\[A18\]](#)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade

superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[\[A19\]](#)

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [\[A20\]](#)

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));
- 9.24.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[[A21](#)] .
- 9.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.26. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado,

o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado. [\[A22\]](#)

9.26.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD [\[A23\]](#)

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [\[A24\]](#)

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [\[A25\]](#)

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD](#),

art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A26]

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.[A27]

OU

11.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.[A28]

OU

11.3. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

11.3.1. BEM 1..... Valor

11.3.2. BEM 2Valor

11.3.3. ...

11.3.4. TOTAL Valor total

OU

11.4. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato[A29].

OU

11.5. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

11.5.1. BEM 1..... Valor

11.5.2. BEM 2Valor

11.5.3. ...

11.5.4. TOTAL Valor total

11.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade

durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.[\[A30\]](#)

11.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

11.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.1011.10, observada a legislação que rege a matéria.

11.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[\[A31\]](#)

11.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

11.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

11.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.21. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias [\[A32\]](#) ;

(2) *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

a. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021. [\[A33\]](#)

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato [\[A34\]](#) ;

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato, _____

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato. _____

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato. _____

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações: _____

[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA] [\[A35\]](#) [\[A36\]](#)

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92,](#)

[XIX\)\[A37\]](#)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

OU

13.4. O contrato **será extinto** quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.[\[A38\]](#)

13.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[\[A39\]](#)

13.8. O contrato **poderá ser extinto** antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. **O termo de extinção**, sempre que possível, será precedido:

13.9.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.1.3. Indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[\[A40\]](#)

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.[\[A41\]](#)

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do

aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, **em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021**, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- [\[A42\]](#)

[\[A1\]](#) ORIENTAÇÕES PARA USO DO MODELO – LEITURA OBRIGATÓRIA

1) O presente modelo de Contrato procura fornecer um ponto de partida para a definição do objeto e condições da contratação. As cláusulas contidas nos modelos de minuta contratual, ao contrário do TR, foram feitas para sofrerem poucas alterações. No entanto, havendo a necessidade de modificações, remanesce plenamente possível assim proceder.

2) A redação em preto consiste no que se espera ser invariável. Ela até pode sofrer modificações a depender do caso concreto, mas a diferença é que não são disposições feitas para variar. Por essa razão, quaisquer modificações nas partes em preto, sem marcação de itálico, devem necessariamente ser justificadas nos autos, sem prejuízo de eventual consulta ao órgão de assessoramento jurídico respectivo, a depender da matéria.

3) Os itens deste modelo destacados em vermelho itálico devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública contratante segundo critérios de oportunidade e conveniência, de acordo com as peculiaridades do objeto e cuidando-se para que sejam reproduzidas as mesmas definições nos demais

instrumentos da contratação (minuta do Edital, se for o caso, e minuta de Termo de Referência), para que não conflitem. São previsões feitas para variarem. Eventuais justificativas podem ser exigidas a depender do caso.

4) Alguns itens receberam notas explicativas, destacadas para compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração da Minuta Contratual, que deverão ser devidamente suprimidas ao se finalizar o documento na versão original.

5) Recomenda-se indicar no processo a versão (mês e ano) utilizada para elaboração da minuta, em especial ao encaminhar o feito para análise jurídica. Tal informação consta no rodapé do documento. Essa indicação pode ocorrer expressamente no despacho de encaminhamento ou mantendo-se o rodapé na minuta encaminhada, conforme o caso. É um dado importante já que indica qual o parâmetro a ser utilizado na checagem.

6) O registro das atualizações feitas ("Nota de Atualização") em cada versão pode ser obtido na página principal dos modelos de licitações e contratos no sítio eletrônico da AGU. Quaisquer sugestões de alteração poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br.

7) Este modelo poderá ser adotado por todos os entes federados, conforme estabelece o inciso IV do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com a realização das adequações eventualmente necessárias, sobretudo em virtude da possível existência de normas locais específicas, que poderão ser consideradas no caso concreto.

[A2]Nota explicativa: O PARECER n.00004/2022/CNMLC/CGU/AGU (NUP: 00688.000716/2019-43), elaborado pela Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos e aprovado pelo Consultor-Geral da União, ao tratar sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados nos modelos de licitação e contratos, fixou o entendimento de que, nos contratos administrativos, "[...] **não constem os números de documentos pessoais das pessoas naturais que irão assiná-los, como ocorre normalmente com os representantes da Administração e da empresa contratada.** Em vez disso, propõe-se nos instrumentos contratuais os representantes da Administração sejam identificados apenas com a matrícula funcional [...]. Com relação aos representantes da contratada também se propõe que os instrumentos contratuais os identifiquem apenas pelo nome, até porque o [art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993](#), e o [§1º do art. 89 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), exigem apenas esse dado".

[A3]Nota explicativa: Esta tabela é meramente ilustrativa, devendo ser ajustada conforme o caso concreto.

[A4]Nota Explicativa: Utilizar a redação do subitem 2.1 e 2.2 para **contratos de escopo**, cuja vigência se fundamenta no [art. 105 da Lei n.º 14.133, de 2021](#)

[A5]Nota Explicativa 1: Utilizar a redação do item 2.3 e seguintes para **contratações de serviços contínuos**, conforme [arts. 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021](#), considerando a definição do [art. 6º, XV](#), do mesmo normativo.

Nota Explicativa 2: Indicar o prazo inicial da contratação, que deverá ser de no máximo 5 (cinco) anos.

Nota explicativa 3: As disposições a seguir decorrem dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como dos dispositivos cabíveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5 de 26 de maio de 2017, cuja aplicação aos processos de licitação de serviços de que dispõe a Lei n.º 14.133, de 2021, foi autorizada pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

[A6]Nota Explicativa: A subcontratação parcial é permitida e deverá ser analisada pela Administração com base nas informações dos estudos preliminares, em cada caso concreto. Caso admitida no Termo de Referência, deve-se estabelecer com detalhamento seus limites e condições, inclusive especificando quais parcelas do objeto poderão ser subcontratadas.

[A7]Nota Explicativa: Em havendo a necessidade de inclusão de outras especificações técnicas quanto à subcontratação, deverão ser inseridas no tópico 4.5

[A8]Nota Explicativa: [A Lei n.º 14.133, de 2021 em seu artigo 25, §7º](#) fixou a necessidade da estipulação no contrato, **independente do prazo de sua duração**, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

Vale destacar que o aludido entendimento já vinha sendo adotado nos modelos da Advocacia-Geral da União, com base no entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 7184/2018 - Segunda Câmara, no Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário) e no Parecer nº 79/2019/DECOR/CGU/AGU, aprovado nos termos do Despacho nº 480/2020/DECOR/CGU/AGU, pelo Despacho n. 00496/2020/DECOR/CGU/AGU e Despacho n. 00643/2020/GAB/CGU/AGU (NUP 08008.000351/2017-17).

[A Lei n.º 14.133, de 2021](#) inova quanto à possibilidade do estabelecimento de mais de um índice específico ou setorial, desde que consentâneo com a realidade de mercado dos respectivos insumos. Assim, caso a contratação envolva vários insumos, resta a possibilidade da fixação de mais de um índice de reajuste com o intuito de melhor refletir a variação de custo sofrida.

Importa enfatizar que o marco inicial para a contagem da anualidade é a **data do orçamento estimado**, o que

representa um aperfeiçoamento em relação à sistemática anterior. Isso torna indispensável que o orçamento contenha a data específica a que se refere.

[A9]Nota Explicativa. O cômputo do valor total do Termo de Contrato levará em conta o período inicial de vigência estabelecido.

[A10]Nota explicativa: Caso se trate de contrato de valor estimativo, em que a própria demanda é variável, cabe inserir o subitem 5.4.

[A11]Nota Explicativa: [A Lei n.º 14.133, de 2021 em seu artigo 25, §7º](#) fixou a necessidade da estipulação no contrato, **independente do prazo de sua duração**, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

Vale destacar que o aludido entendimento já vinha sendo adotado nos modelos da Advocacia-Geral da União, com base no entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 7184/2018 - Segunda Câmara, no Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário) e no Parecer nº 79/2019/DECOR/CGU/AGU, aprovado nos termos do Despacho nº 480/2020/DECOR/CGU/AGU, pelo Despacho n. 00496/2020/DECOR/CGU/AGU e Despacho n. 00643/2020/GAB/CGU/AGU (NUP 08008.000351/2017-17).

A [Lei n.º 14.133, de 2021](#) inova quanto à possibilidade do estabelecimento de mais de um índice específico ou setorial, desde que consentâneo com a realidade de mercado dos respectivos insumos. Assim, caso a contratação envolva vários insumos, resta a possibilidade da fixação de mais de um índice de reajuste com o intuito de melhor refletir a variação de custo sofrida.

Importa enfatizar que o marco inicial para a contagem da anualidade é a **data do orçamento estimado**, o que representa um aperfeiçoamento em relação à sistemática anterior. Isso torna indispensável que o orçamento contenha a data específica a que se refere.

[A12]Nota explicativa: O PARECER n. 00003/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Advogado-Geral da União, ratificou o entendimento da Consultoria-Geral da União de que o reajuste em sentido estrito dos preços contratados, por meio da aplicação de índice que reflita efetivamente as variações dos custos do mercado, não representa uma modificação contratual e **sua concessão ex officio pela Administração deve ser a regra, independentemente da natureza do objeto, incluindo serviços continuados e contratos de escopo. Todavia, restou assentado, excepcionalmente, que, "Por caracterizar-se o reajuste em sentido estrito como direito de ordem patrimonial e disponível, não há óbice jurídico para que, em tese, seja consumada a renúncia tácita ou a preclusão lógica do seu exercício nos contratos continuados e nos contratos de escopo, desde que cumulativamente: (a) o edital ou contrato preveja expressamente que a concessão do reajuste resta condicionada à solicitação do contratado; (b) que não haja solicitação do reajuste antes da celebração de aditamento de vigência; (c) seja celebrado aditamento para a prorrogação do prazo de vigência do contrato sem qualquer ressalva quanto à ulterior análise pela Administração do reajuste e (d) o edital expressamente preveja que a formalização do aditamento sem a concessão do reajuste, ou ressalva de sua superveniente análise, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito".** Observe-se que, para condicionar o reajuste à solicitação do contratado, a Administração deverá apresentar **motivação idônea** nos autos do processo administrativo, promovendo as respectivas adequações na cláusula sétima da minuta de termo de contrato.

[A13]Nota Explicativa 1: A Administração deverá atentar para que o índice utilizado seja o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos bens a serem fornecidos, "...o qual deverá ser preferencialmente um índice setorial ou específico, e, apenas na ausência de tal índice, um índice geral, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração..." – TCU, Ac. nº 114/2013-Plenário.

Nota Explicativa 2: A Administração poderá, ainda, utilizar índices diferenciados, inclusive mais de um, de forma justificada, de acordo com as peculiaridades envolvidas no objeto contratual ([art. 25, § 7º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)). Caso haja a utilização de mais de um índice, deverá a Administração ajustar a redação da cláusula de modo a especificar o insumo respectivo sobre o qual incidirá cada índice de correção.

[A14]Nota Explicativa: Este modelo contém obrigações gerais, que podem ser aplicadas aos mais diversos tipos de contratações de serviços. Entretanto, compete ao órgão definir quais obrigações serão aplicáveis, incluindo, modificando ou excluindo itens a depender das especificidades do objeto.

[A15]Nota Explicativa: Nos termos do [art. 123 da Lei nº 14.133/21](#), a Administração tem o dever de decidir questões contratuais que lhe são apresentadas. O prazo do subitem 8.10.1 pode ser especificado pela Administração, conforme a complexidade do objeto contratual e os trâmites internos das áreas envolvidas na execução contratual. Caso não haja especificação, o [art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#), e o [art. 28, do Decreto n.º 11.246, de 2022](#), estabelecem que o prazo será de um mês.

[A16]Nota Explicativa: O [art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 2021](#), prevê que é cláusula necessária do contrato administrativo aquela que versa sobre "o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso". Como a lei não indicou o prazo a ser adotado nesse caso específico, a

Administração poderá se utilizar do mesmo prazo previsto para as situações abrangidas, em geral, pelo [art. 123 do texto legal](#), o que deverá ser analisado conforme as especificidades de cada órgão.

[A17]Nota Explicativa: Esta disposição decorre do [§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

[A18]Nota Explicativa 1: Este modelo contém obrigações gerais, que podem ser aplicadas aos mais diversos tipos de contratações de serviços. Entretanto, compete ao órgão definir quais obrigações serão aplicáveis, incluindo, modificando ou excluindo itens a depender das especificidades do objeto.

Nota Explicativa 2: No caso de órgãos ou entidades públicas vinculados ao Ministério da Economia, considerada a edição da [Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021](#), que disciplina os procedimentos e as rotinas para prevenção do nepotismo e responsabilização das suas ocorrências no âmbito daquele Ministério, necessário incluir, nesse item, subitem com o seguinte teor: “.x. Apresentar as declarações firmadas pelos terceirizados indicados aos postos de serviços contratados, em conformidade com o [artigo 5º, inciso I, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021](#), atestando ausência de relação familiar ou de parentesco que importe a prática de nepotismo, nos termos do disposto no [inciso II do artigo 2º daquele normativo](#).”

[A19]Nota Explicativa. Cada vício, defeito ou incorreção verificada pelo fiscal do contrato reveste-se de peculiar característica. Por isso que, diante da natureza do objeto contratado, é impróprio determinar prazo único para as correções devidas, devendo o fiscal do contrato, avaliar o caso concreto, para o fim de fixar prazo para as correções.

[A20]Nota explicativa 1: O artigo 193 do CTN preceitua que a prova da quitação de todos os tributos devidos dar-se-á no âmbito da Fazenda Pública interessada. Portanto, a comprovação de inscrição no cadastro de contribuinte e regularidade fiscal correspondente considerará a natureza da atividade objeto da contratação.

Via de regra, a prestação de serviços de modo geral é hipótese de incidência de tributação municipal (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN), conforme lista anexa [à Lei Complementar nº 116/2003](#). Existem, contudo, situações em que a prestação de um serviço pode dar ensejo à incidência de tributação estadual pelo ICMS. Como exemplos, citem-se os serviços de transporte interestadual e intermunicipal e os serviços de comunicação ([art. 155, II, da CF/88](#)), bem como as exceções expressamente previstas na lista da referida LC 116/2003.

[A21]Nota Explicativa: No caso de contratações de serviços de manutenção e assistência técnica, recomenda-se incluir a cláusula 9.23 e o subitem 9.23.1, a luz do [art. 47, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#):

[A22]Nota explicativa 1: Incluir os subitens 9.24 e 9.25 caso o contrato tenha por objeto a elaboração de projetos ou a execução de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) - e a respectiva documentação técnica associada, conforme [art. 93, caput, da Lei n.º 14.133/2021](#).

Nota Explicativa 2: Vale registrar que o [§2º do art. 93](#) admite que a Administração deixe de exigir a cessão de direitos “quando o objeto da contratação envolver atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação, considerados os princípios e os mecanismos instituídos pela [Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004](#)”.

Nota Explicativa 3: Acrescentar o subitem a seguir caso o objeto consista na elaboração de projeto relativo a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, nos termos do [art. 93, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

[A23]Nota Explicativa 1: As cláusulas 10.1 a 10.12 são necessárias para cumprimento [da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), caso a contratação envolva, de qualquer forma, o tratamento de dados pessoais, devendo ser incluída e ajustada nessa hipótese.

Nota Explicativa 2: Caso o objeto do contrato envolva, ainda que indiretamente, o acesso ou o tratamento de dados pessoais, é possível que a Administração estabeleça modelagem contratual por meio da qual seja imposto ao Contratado o dever de disponibilizar à Administração a possibilidade de acesso direto a esses dados, o que deve se dar com todas as cautelas cabíveis em relação ao tema.

Vale lembrar que eventual requerimento administrativo do titular dos dados será direcionado à Administração, sendo certo que comandos oriundos de Autoridade Regulatória ou do Poder Judiciário serão igualmente direcionados à Administração, inclusive com risco de responsabilização objetiva. Por isso, em situações em que for justificável, fica a recomendação para que a Administração crie condições para que possa atender tempestivamente o requerimento do titular dos dados ou eventual comando regulatório ou judicial. Tudo isso para que a Administração tenha condições de atender o requerimento ou comando tempestivamente, sem depender exclusivamente do Contratado para tanto.

O tema deve ser avaliado pela Administração com base nos riscos da contratação em relação aos dados pessoais eventualmente envolvidos.

[A24]Nota Explicativa: Conforme PARECER n. 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU, é possível também a exigência de

declaração, firmada por representante da empresa, de que seus empregados estão capacitados e/ou firmaram termo de responsabilidade de cumprimento da LGPD. Ademais, em situações específicas, é possível exigir tal providência de cada empregado. Incumbe ao Contratante avaliar a necessidade de medida dessa natureza.

[A25]Nota Explicativa: Se o Contratante entender oportuno, é possível especificar, nesta cláusula, rotinas ou diligências mais adequadas ao objeto contratual respectivo.

[A26]Nota Explicativa 1: Recomenda-se avaliar e, se for o caso, incluir disposição sobre transferência internacional de dados, estabelecendo alguma rotina para sua eventual realização. Trata-se de questão específica para contratos que envolvam o tratamento de dados no seu objeto, não sendo medida necessária para contratos em geral.

Nota explicativa 2: Todas as disposições da presente cláusula são meramente indicativas. Pode ser necessário que se suprimam algumas das obrigações ou se arrolem outras, conforme as peculiaridades do órgão e as especificações do serviço a ser executado.

[A27]Nota explicativa: Fica a critério da Administração exigir, ou não, a garantia (salvo nos casos em que consta em norma a obrigatoriedade de sua exigência). Exigindo, deve haver previsão no edital e no contrato. Não exigindo, deve fazer constar a previsão, e justificar as razões para essa decisão, considerando os estudos preliminares e a análise de riscos feita para a contratação.

[A28]Nota Explicativa 1: O adjudicatário poderá ofertar garantia de execução em momento anterior ou posterior à assinatura do contrato, a depender da modalidade eleita. Por conta disso, foram previstas redações alternativas para a disposição que inaugura a cláusula da garantia, contemplando as situações possíveis. Somente após a adjudicação do objeto é que será definido o momento de apresentação da garantia, por ser uma opção do licitante.

Nota explicativa 2: Quando o adjudicatário optar pela oferta de seguro-garantia, deverá fazê-lo previamente à assinatura do contrato, conforme prazo fixado no edital (no prazo mínimo de um mês), contado da data de homologação da licitação (art. 96, §3º, da Lei n.º 14.133/2021).

Nota explicativa 3: Nos casos de serviços contínuos com duração até um ano, a garantia será calculada com base no valor total do contrato. Se de duração superior a um ano, o será com base no valor anual. Nos demais casos (serviços não-contínuos), o será com base no valor inicial.

Nota Explicativa 4: Atentar que, segundo o [art. 98, da Lei n.º 14.133, de 2021](#), a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Nota explicativa 5: Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração (art. 101 da Lei n.º 14.133, de 2021), dos quais o contratado ficará depositário, deverá haver nos autos certificação do valor dos bens, e ser utilizada a opção dos itens 11.3 ou 11.5:

[A29]Nota Explicativa: Caso o adjudicatário não opte pela oferta de seguro-garantia, poderá ofertar a fiança bancária, a caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública antes ou depois da assinatura do termo de contrato. Na segunda hipótese, deverão ser incluídos os subitens a seguir, com fundamento no item 3.1, alíneas “a”, “e”, e “f”, do Anexo VII-F, da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017, aplicáveis por força da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 98/2022.

[A29]

Nota explicativa 1: O [art. 97, I, da Lei nº 14.133/21](#), somente prevê prazo de vigência “igual ou superior ao estabelecido no contrato principal” para a modalidade de seguro-garantia, o que se alinha à exceção prevista no [art. 7º, caput, da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022](#), que trata do assunto (“O prazo de vigência da apólice deverá ser igual ao prazo de vigência da obrigação garantida, salvo se o objeto principal ou sua legislação específica dispuser de forma distinta”). Não havendo ainda regulamentação do tema, deverá ser adotado um prazo razoável para verificação do total adimplemento do contratado, antes da liberação da garantia. **[A30]**

[A31]Nota Explicativa: Disposição decorrente do [art. 1º, IV, do Decreto-Lei nº 1.737, de 1979](#).

[A32]Nota Explicativa: O [art. 156, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), esclarece que “a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#)”.

[A33]Nota Explicativa: Recomenda-se suprimir a sanção relativa à apresentação, reposição ou suplementação da garantia caso esta não seja exigida para a contratação.

[A34]Nota Explicativa: A redação dos itens 3 a 7 é apenas exemplificativa. A ideia é que haja uma multa maior para infrações mais graves e menor para infrações menos graves. Segundo a própria Lei, as infrações sujeitas à

declaração inidoneidade são mais graves que as sujeitas à pena de impedimento.

[A35]Nota Explicativa : A [Lei nº 14.133, de 2021 \(art. 162, parágrafo único\)](#), apregoa que “a aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções”. Dessa forma, a Administração deve decidir, caso a caso, de acordo com o objeto, qual o prazo limite para a mora do contratado, a partir do qual a execução da prestação deixa de ser útil e enseja a extinção do contrato. Lembre-se que esse modelo é apenas uma sugestão; é possível escalonar as multas conforme os dias de atraso, por exemplo.

[A36]Nota Explicativa : A [Lei nº 14.133, de 2021 \(art. 162, parágrafo único\)](#), apregoa que “a aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções”. Dessa forma, a Administração deve decidir, caso a caso, de acordo com o objeto, qual o prazo limite para a mora do contratado, a partir do qual a execução da prestação deixa de ser útil e enseja a rescisão do contrato. Lembre-se que esse modelo é apenas uma sugestão; é possível escalonar as multas conforme os dias de atraso, por exemplo.

[A37]Nota Explicativa: Use a redação abaixo para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado. Ex: realizar a reforma de um imóvel público no prazo de 120 dias.

[A38]Nota Explicativa: Use a redação dos itens 13.4 a 13.7 para os contratos de serviços contínuos e de aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática ([art. 106, NLLC](#))

[A39]Nota Explicativa: A sistemática do item 13.7 decorre do que dispõe o [art. 106, III e §1º, da Lei nº 14.133/21](#). Para a sua compreensão, vale trazer um exemplo:

Um contrato firmado em 20 de maio de 2022 fará aniversário no dia 20 de maio dos anos subsequentes. Supondo-se que se chegue à conclusão pela descontinuidade do contrato, seja por razões orçamentárias, seja por ausência de vantagem na permanência, há três possibilidades:

- 1) Se a comunicação ao contratado noticiando a rescisão ocorrer até 20 de março (dois meses antes da data de aniversário), a extinção poderá ocorrer na data de aniversário, ou seja, 20 de maio.
- 2) Se a comunicação se der entre 20 de março e 20 de maio (menos de dois meses), fica garantida a vigência contratual por mais dois meses (portanto, por exemplo, se a notificação for em 20 de abril, a extinção seria em 20 de junho).
- 3) Por fim, uma comunicação de extinção havida após a data de aniversário só teria efeito no aniversário subsequente, salvo se houver enquadramento na situação “2”.

[A40]Nota Explicativa: O [art. 106, II, da Lei nº 14.133/21](#) prevê para contratações de serviços continuados que “a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção”.

[A41]Nota explicativa: No Acórdão n.º 2569/2018 – Plenário, o TCU concluiu que “A Administração Pública pode invocar [a Lei 8.078/1990 \(CDC\)](#), na condição de destinatária final de bens e serviços, quando suas prerrogativas estabelecidas na legislação de licitações e contratos forem insuficientes para garantir a proteção mínima dos interesses da sociedade [...]”. (cf. Boletim de Jurisprudência n.º 244, sessões 6 e 7 de novembro de 2018). Consta do referido Acórdão, nesse sentido, que:

“307. Como é exposto no exame técnico transcrito no relatório do TC-016.501/2003-0, acolhido integralmente pelo Relator do Acórdão 1.670/2003-Plenário, Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, a [Lei 8.078/1990](#) é aplicável à Administração Pública enquanto consumidora de bens e serviços. Isso porque ao definir, em seu art. 2º, ‘consumidor’ como toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, a Lei não fez nenhuma exceção, podendo, portanto, a Administração Pública se utilizar de todos os direitos ali estabelecidos na condição de consumidora. Ainda de acordo com o citado relatório, esse é o entendimento dos doutrinadores Leon Fredja, Celso Bastos e Toshio Mukai. Diversas outras deliberações do TCU também vão nesse sentido, como o Acórdão 1.729/2008-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Valmir Campelo, o Acórdão 5.736/2011-TCU-Primeira Câmara, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, e as Decisões 634/1996 e 1.045/2000, ambas do Plenário, de relatoria dos ministros Homero Santos e Adylson Motta, respectivamente.”

[A42]Nota Explicativa: É recomendável que, além da assinatura do responsável legal do CONTRATANTE e do CONTRATADO, conste a de duas testemunhas para atender o disposto no [art. 784, III do CPC](#), que considera título executivo extrajudicial o documento particular assinado por duas testemunhas, caso não haja prejuízo à dinâmica administrativa do instrumento. Vale dispor que, embora o Contrato já seja considerado título executivo extrajudicial pelo Código de Processo Civil de 2015, a recomendação acima é uma verdadeira cautela, que visa evitar eventual discussão judicial e tornar mais eficiente a cobrança dos créditos, se eventualmente for necessária no caso concreto.

Vide: Nota n. 00013/2021/DECOR/CGU/AGU e respectivos Despachos de Aprovação - NUP 23282.002192/2019-



Documento assinado eletronicamente por **LINARIO JOSE LEAL JUNIOR, Agente de Polícia Federal**, em 11/11/2024, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38412903&crc=A3F0DA84.

Código verificador: **38412903** e Código CRC: **A3F0DA84**.